TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2708 • Manaus, terça-feira, 1 de outubro de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000639-74.2016.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Embargado: Urbis Empreendimentos Imobiliarios S/A - Embargado: Carlos Carioca Fernandes Junior - Embargada: Ivana Conde Fernandes - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 516/518. - Advs: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 1722E/AM) - Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001216-47.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargado: Adelson José Marques - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 49/52. - Advs: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM) - Eric Pires Benigno (OAB: 9944/AM) - Natan Costa Teixeira (OAB: 10656/AM) - Lara Betse Pará Nunes (OAB: 12034/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001351-59.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Embargado: Willace Dutra Cecílio - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 71/75. - Advs: Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM) - Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) - Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM) - Andreza Silva de Oliveira (OAB: 9241/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002248-87.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargante: Baceiro Emprfeendimentos Imobiliários Ltda - Embargado: Leonardo Daniel Amaral Monteiro - Embargada: Sandra Antunes Marinho - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 51/54. - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Paulo Matheus de Souza Holanda (OAB: 9732/AM) - Rodrigo Daniel dos Santos (OAB: 32263/DF) - Úrsula dos Santos Rocha (OAB: 22836/DF) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002328-05.2006.8.04.0001 (2007.002732-0) - Remessa Necessária Cível - Manaus - Requerente: Márcia Regina Lima de Souza - Requerido: Universidade do Estado do Amazonas - UEA - Remetente: Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 406/408. - Advs: Eid Badr (OAB: 2524/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002629-95.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargada: Suely de Souza Michele - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 44/47. - Advs: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM) - Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) - Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002673-17.2019.8.04.0000 (IRDR 01 TJAM) - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Patri Vinte e Quatro Empredimentos Imobiliários Ltda. - Embargante: Urbis Empreendimentos Imobiliários S/A - Embargada: Caroline de Miranda Cardoso - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 216/219. - Advs: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Raphaela Batista de Oliveira (OAB: 9169/AC) - Rodrigo Banayon Pontes Serudo (OAB: 11132/AM) - Dra. Sandra Cal Oliveira - Joselma Rodrigues da Silva Leite (OAB: A579/AM) - Joselma Rodrigues da Silva (OAB: 579A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003026-57.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Banco Cruzeiro do Sul - Embargado: Edme de Araujo Napolitano, - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 44/47. - Advs: Benedicto Celso Benício Jr. (OAB: 1123A/AM) - Maria Auxiliadora Bicharra (OAB: 3004/AM) - Janne Sales Gomes (OAB: 3045/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003028-27.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargada: Glaydes Braga Luniere Gomes - Embargante: O Município de Manaus - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 58/61. - Advs: José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB: 3597/AM) - David D'Angeres Jorge (OAB: 3718/AM) - Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB: 16166/PE) - Ariel Shalom Benchimol de Resende (OAB: 6095/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003078-53.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Banco Volkswagen S/A - Embargada: Denise dos Santos Barbosa do Vale Machado - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 74/77. - Advs: Edson Leite Rodrigues de Oliveira Neto (OAB: 36003/PE) - Manuela Moura de Fonte (OAB: 20397/PE) - Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB: 6359/AM) - Dra. Maria José da Silva Nazaré - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003550-54.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Manaus Energia S/a) - Embargado: Gelao Industria e Comercio de Gelo Ltda. - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 109/112. - Advs: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM) - Bruno Henrique Soré (OAB: 1010/AM) - Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011/AM) - Décio Flávio Goçalves Torres Freire (OAB: 697A/AM) - Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB: 4563/AM) - Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB: 4040/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003648-39.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Manaus - Embargante: Daniel Cavalcante de Araujo - Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 45/48. - Advs: Janderson Fernandes Ribeiro (OAB: 7750/AM) - Renata Cintrão Simões de Oliveira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003713-34.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Embargado: Arlindo Jorge Paulino Bastos - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 105/107. - Advs: Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM) - Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM) - Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) - Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004701-55.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Morar Mais Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargado: João Paulo Santos Lima - Embargada: Kássia Janara Veras Lima - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 120/123. - Advs: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM) - Catharina Ribeiro Botelho (OAB: 6484/AM) - Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM) - Orlando Brasil de Moraes (OAB: 5636/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004764-17.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargada: Maria Aila de Souza Garantizado - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 263/268. - Advs: Fabio Martins Ribeiro (OAB: 449A/AM) - José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM) - Amanda Lima Martins (OAB: 2487/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004821-35.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargada: Maria Aila de Souza Garantizado - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 90/93. - Advs: Élida de Lima Reis Corrêa (OAB: 7458/AM) - José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM) - Amanda Lima Martins (OAB: 2487/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0006283-27.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargada: Maria Raimunda Nunes Moreira - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 62/64. - Advs: Fabio Martins Ribeiro (OAB: 449A/AM) - Fernando Franco Palheta (OAB: 4359/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0006646-14.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Emilia Soares de Sena - Reptante: Ozane Soares de Sena - Embargado: O Município de Manaus - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 76/79. - Advs: Carlos Christiano Krakhecke Filho (OAB: 4132/AM) - Taynah Litaiff Isper Abrahim (OAB: 5875/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0007122-86.2017.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Claudenor de Lima Andrade - Embargante: Daniel Vasconcelos Bentes - Embargante: Edson Freitas de Souza - Embargante: Jefferson Nascimento Moraes - Embargante: João Correia Neto - Embargante: José Domingos Ferreira de Souza - Embargante: José Silva de Carvalho - Embargante: Julio Cesar da Silva Dolzane - Embargante: Lauro Jofre Guimarães Dias - Embargante: Raimundo Farias Braga Neto - Embargado: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 1817/1818. - Advs: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM) - Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0009244-71.1996.8.04.0012 (012.96.009244-2) - Apelação Cível - Manaus - Apelante: O Estado do Amazonas - Apelado: Digitel Telecomunicacao e Servicos Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 377/379. - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0028311-40.2005.8.04.0001 (2006.004138-9) - Apelação / Remessa Necessária - Manaus - Apelante: Universidade do Estado do Amazonas - Uea - Apelada: Carmela Maria de Souza Brasil - Remetente: Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 428/430. - Advs: Christina Almeida de Araújo (OAB: 3938/AM) - Ângelo Marcus Nogueira Borges (OAB: 4010/AM) - Adriana Oliveira de Azevedo (OAB: 3555/AM) - Juarez Camelo Rosa (OAB: 2695/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0035197-89.2004.8.04.0001 (RG 203 STF) - Remessa Necessária Cível - Manaus - Impetrante: João Carlos Luz Freire - Impetrado: Universidade do Estado do Amazonas - Uea - Remetente: Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 319/321. - Advs: Waldir de Souza Tavares (OAB: 2265/AM) - Waldir Lincoln Pereira Tavares (OAB: 3998/AM) - Roberto Marques da Costa (OAB: 4135/AM) - Marcelo Augusto Andrade de Oliveira (OAB: 3632/AM) - Kariny Bianca Rodrigues da Silva (OAB: 3779/AM) - Luciana Holanda de Souza Ribeiro do Nascimento (OAB: 2666/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0202479-16.2008.8.04.0001 (RG 203 STF) - Remessa Necessária Cível - Manaus - Requerente: Thomaz Rafael Cardoso de Almeida - Requerido: Universidade do Estado do Amazonas - Uea - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 514/515. - Advs: Nicolle Carolina Andrade Castello Branco (OAB: 4847/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0205784-71.2009.8.04.0001 (001.09.205784-6) - Apelação Cível - Manaus - Apelante: O Estado do Amazonas - Apelado: Rubem Elias de Medeiros - Apelante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 429/433. - Advs: Lisieux Ribeiro Lima (OAB: 4486/AM) - José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM) - Amanda Lima Martins (OAB: 2487/Am) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0207616-27.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Audiney Souza da Rocha - Apelante: Randson Caldas dos Santos - Apelante: Igson Santos da Silva - Apelante: Rogerio Belem de Sa - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 1095/1099. - Advs: José Márcio Tabosa da Silva (OAB: 12820/AM) - Julie Stephane Lima Bruce (OAB: 8096/AM) - Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB: 11263/AM) - Anne Caroline da Silva Macedo (OAB: 8985/AM) - Álvaro Granja Pereira de Souza - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0224788-84.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Adriano Carvalho da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls.495/498 . - Advs: Valéria Ferreira Rabelo (OAB: 6287/AM) - Andre Alecrim Marinho (OAB: 2870/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0233087-50.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Williams dos Santos Barros - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 422/426. - Advs: Rafael Panza França Garcia (OAB: 8425/AM) - Armando Gurgel Maia - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0247097-12.2009.8.04.0001 (001.09.247097-2) - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado: Cometais Indústria e Comércio de Metais Ltda. - Apelado: Valter Ribeiro - Apelado: Rio Limpo Indústria e Comércio de Resíduos Ltda - Apelado: Antônio Reginaldo Pizzonia - Apelado: Roberto Barbaro Burti - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 771/775. - Advs: Francisco de Assis Aires Argüelles - Marcela dos Santos Melo (OAB: 6659/AM) - Érika Marcelle Padilha Gonçalves (OAB: 8087/AM) - José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) - Alessandro Dessimoni Vicente (OAB: 146121/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0254913-40.2012.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Francisco Canindé Rodrigues Garcia - Apelante: Meyryane Pinto de Lima - Apelante: Daiana Cristina Souza Mendes - Apelante: Raphael de Assis Farias - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Criminal - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 2113/2117 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Antonio Ivan Olímpio da Silva (OAB: 3110/AM) - Karleno José Pereira - Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB: 4700/AM) - Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB: 2557/AM) - Shelby Moreira Finicelli (OAB: 5684/AM) - Efigenia Generoso de Araújo (OAB: 4508/AM) - João Evangelista Generoso de Araujo (OAB: 12394/AM) - Karleno José Pereira - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Karleno José Pereira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0262523-64.2009.8.04.0001 (001.09.262523-2) - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Marilucia Meireles de Lima - Apelante: Luiz Carlos Conrado Mendes Junior - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 1193/1201 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL e NÃO ADMITO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO). - Advs: Edinaldo Aquino Medeiros (OAB: 2898/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0327880-59.2007.8.04.0001 (2007.003803-1) - Apelação / Remessa Necessária - Manaus - Apelante: Universidade do Estado do Amazonas - Uea - Apelado: Suelen Fernandes Torres - Remetente: Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 423/425. - Advs: Nicolle Carolina Andrade Castello Branco (OAB: 4847/AM) - Adriana Oliveira de Azevedo (OAB: 3555/AM) - Christina Almeida de Araújo (OAB: 3938/AM) - Vanessa Pontes dos Santos (OAB: 5334/AM) - Karen Bezerra Rosa Braga (OAB: 6617/AM) - Juarez Camelo Rosa - Breno Bezerra Rosa (OAB: 4914/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0601380-04.2018.8.04.0030 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: E. S. de A. - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 152/156 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Antonio Vinicius Rodrigues de Albuquerque (OAB: 9782/AM) - Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB: 7818/AM) - Maria Betusa Araújo do Nascimento - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0602969-21.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: O Estado do Amazonas - Apelante: Lâni Angélica de Matos - Apelada: Lâni Angélica de Matos - Apelado: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 197/200 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Jucelino Araújo Lima (OAB: 8039/AM) - Thiago Tabal Malheiros (OAB: 9193/AM) - Ticiano Alves e Silva (OAB: A764/AM) - Dra. Maria José da Silva Nazaré - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0604381-60.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Martins Rent A Car - Apelante: Onesimo Paulo da Cruz - Apelado: Companhia Mutual de Serviços - Apelada: Izemar Lira de Souza - Apelada: Valdeci Laranjeira - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 810/814 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Ana Rita Lima Freire (OAB: 3056/AM) - João Bosco A. Toledano (OAB: 1456/AM) - Bruno Silva Navega (OAB: 83522/PR) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0609915-09.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: O Estado do Amazonas - Apelado: Silva e Rodrigues Comério de Alimentos Ltda - Supermercados Nordeste - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 1979/1990 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL E NÃO ADMITO O RECURSO ECTRAORDINÁRIO). - Advs: Fabio Pereira Garcia dso Santos (OAB: 4850/AM) - Ivson Coêlho (OAB: 550A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0611304-34.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Trivale Administração Ltda - Apelada: Ato da Sra. Lucilene Vasconcelos Bezerra de Souza - Subsecretaria Municipal de Gestão Administrativa e Planejamento - LitsPassiv: Petrocard Administradora de Crédito Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 743/745 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0611630-62.2013.8.04.0001 (STJ-958) - Apelação Cível - Manaus - Requerente: Vivian de Souza Garantizado - Requerido: Aymoré Créditos Financiamentos e Investimentos S/A - Recorrido: Aymoré, Crédito, Financiamento e Investimento S.a - DECISÃO: (....) “Em vista do exposto, determino o sobrestamento do processamento do presente feito. À Secretaria para providenciar o encaminhamento deste processo ao Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER) deste Tribunal, lá devendo permanecer até o pronunciamento definitivo da Corte Superior a respeito do tema. Cumpra-se. Manaus/AM, 27 de setembro de 2016. Des. PAULO LIMA - RELATOR (Assinatura Eletrônica)”. - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0611630-62.2013.8.04.0001 (STJ-958) - Apelação Cível - Manaus - Requerente: Vivian de Souza Garantizado - Requerido: Aymoré Créditos Financiamentos e Investimentos S/A - Recorrido: Aymoré, Crédito, Financiamento e Investimento S.a - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 341/343 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0611849-07.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Apelado: Salomão Abtibol Neto - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 412/413 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB: 862A/AM) - Crystiane Linhares (OAB: 21425/PR) - Ioneia Ilda Veroneze (OAB: 26856/PR) - Andrea Lopes Germano Pereira (OAB: 32835/PR) - João Paulo Marquez Romano (OAB: 7332/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0612344-51.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Companhia Mutual de Seguros - Apelado: Integração Transportes Ltda - Apelada: Sulamita Garcia Pereira - DECISÃO: (....) “Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso IV, do prefalado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. “. - Advs: Dra. Sandra Cal Oliveira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0612344-51.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Companhia Mutual de Seguros - Apelado: Integração Transportes Ltda - Apelada: Sulamita Garcia Pereira - DECISÃO: “Diante do exposto, concedo ao Apelante os benefícios da assistência judiciária gratuita, com observação. Publique-se e intimem-se. “ - Advs: Dra. Sandra Cal Oliveira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0612344-51.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Companhia Mutual de Seguros - Apelado: Integração Transportes Ltda - Apelada: Sulamita Garcia Pereira - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 18645/18649 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Dra. Sandra Cal Oliveira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0613525-82.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Marlon Araújo Monteiro - Apelado: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 310/313 (ADMITO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO). - Advs: Andrea Fonseca Oliveira (OAB: 5959/AM) - Flávio da C. F Oliveira (OAB: 5960/AM) - Luciane Barros de Souza (OAB: 4789/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0616171-07.2014.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Kapital Factoring Sociedade de Fomento Comercial Ltda - Apelado: Silas Nei de Souza Giroldo - Me - Apelado: Rádio e TV do Amazonas Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 196/198 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Roseli Moraes Coelho (OAB: 173931/SP) - Caroline Oliveira Quintanilla (OAB: 5594/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0631590-62.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Sul América Companhia de Seguro Saúde - Apelado: Mario Haddad - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 516/519 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) - Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM) - Adriana Mírian de Miranda Trindade (OAB: 5300/AM) - Thiago dos Santos Barbosa (OAB: 5299/AM) - Alessandro da Silva Calado (OAB: 11768/AM) - Tatiana de Freitas Lopes (OAB: 11732/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0632611-39.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Banco Bonsucesso S/A - Apelada: Maria Luzia Bentes Sena - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 560/562 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) - Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0704720-61.2012.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Intec Instalações Tecnicas de Engenharia LTDA - Apelada: Maria de Fátima Pereira Xavier - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 360/362 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Daniel Santos de Andrade (OAB: 6733/AM) - Juscelino de Oliveira Melo (OAB: 12546/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 1003279-77.2009.8.04.0000 (RG 203 STF) - Apelação Cível - Manaus - Apelante: José Carlos Cardoso Ribeiro - Apelado: Universidade do Estado do Amazonas - Uea - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 419/421 (NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO). - Advs: Tude Moutinho da Costa (OAB: 564/AM) - Nicolle Castello Branco - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0005110-65.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível
Embargante: O Estado do Amazonas
Procurador: Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM)
Embargado: Shelley Mousse de Souza
Advogado: Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB: 4947/AM)
Terceira: Andréa Cristina de Lima Lopes
Advogado: Arlecy de Souza Ferreira (OAB: 6581/AM)
Terceira: Hitaiana Lima Pimentel e Outras
Terceira: Mayhara Monteiro da Silva
Terceira: Maria Luana Andrade de Oliveira
Terceira: Tatiane Souza dos Santos
Terceira: Naya Cristina dos Santos Gomes
Terceira: Elisangela de Lima Souza
Terceira: Maria Elcimeire da Cunha Sampaio
Terceira: Erica Alencar Motta da Silva
Terceira: Francisca Candida Furtado Lima
Advogado: Arlecy de Souza Ferreira (OAB: 6581/AM)

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM IRDR. OMISSÕES. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS PARCIALMENTE SEM ALTERAÇÃO DO JULGADO.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu acolher parcialmente os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 24 de setembro de 2019.

Processo: 0007788-53.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador: Luiz Gustavo Isoldi (OAB: 203340/SP)
Agravado: Raimundo Pereira de Almeida
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Yedo Simões de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado
AGRAVO INTERNO EM PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. ART. 100, § 8.º‹ da constituição federal. OS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA DEVEM ESTAR INCLUSOS NOS CÁLCULOS PARA PAGAMENTO INTEGRAL DO PRECATÓRIO. ART. 100, § 5.º‹ da constituição federal. AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.I – O art. 100, 8.º‹ da Carta Magna veda a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago;II As atualizações dos valores devidos pelo ente devem estar inclusas no orçamento no momento do pagamento do precatório, conforme o art. 100, § 5.º‹ do texto constitucional;III Agravo interno conhecido e não provido.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator.". Sessão: 24 de setembro de 2019.

Processo: 0207291-52.2019.8.04.0022 - Correição Parcial Ou Reclamação Correicional, Corregedor(a) Geral
Corrigente: Corregedor Geral de Justiça do Tj/am

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Nélia Caminha Jorge.
EMENTA – RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA. 1ª VARA DA COMARCA DE MANACAPURU. 28/05/2019 A 31/05/2019. RECOMENDAÇÕES. HOMOLOGAÇÃO.I – Relatório de correição homologado, com as seguintes recomendações: I) que a magistrada elabore e coloque em prática plano de gestão da Vara a fim de dar cumprimento às metas 01 e 02 do CNJ, reduzindo, por consequência, o acervo processual; II) que a magistrada estabeleça, por meio de portaria, a padronização de rotinas de trabalho; III) que seja oficiado ao Poder Executivo com objetivo de que adotem providências para a construção de presídio na comarca, bem como para que efetue reparos na Delegacia local; IV) que seja expedido ofício ao Presidente deste Tribunal para que, observada a conveniência e a oportunidade, lote mais servidores na comarca; e V) que seja expedido ofício à Comissão de Otimização da Gestão do Núcleo de Assessoramento Virtual deste Tribunal para que, em sendo possível, designe-se assessoria virtual para auxiliar o Juízo da 1.ª Vara da Comarca de Manacapuru.II – Relatório de correição homologado. . DECISÃO: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu homologar o relatório de correição, atribuindo-lhe os efeitos legais previstos, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 24 de setembro de 2019.

Processo: 0657773-36.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível,
Impetrante: Osvanir Pinheiro dos Santos
Advogado: Matheus Lobato Beltrão (OAB: 13287/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil.
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. RETIFICAÇÃO DA PROMOÇÃO A CONTAR DE 2016. POLICIAL MILITAR.

INCLUSÃO NO QUADRO NORMAL DE ACESSO NO ANO DE 2018. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.1. Um dos requisitos necessários à impetração do mandamus é a presença de direito líquido e certo, o qual é demonstrado de plano mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória.2. Na hipótese dos autos, em que pese o impetrante afirme que passou a preencher os requisitos para a promoção à graduação de Cabo QPPM desde dezembro de 2016 quando concluiu o Curso de Formação, não há nos autos provas que comprovem a sua inclusão nos Quadros Normal ou Especial de Acesso no referido ano.3. Segurança denegada em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança vindicada, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 24 de setembro de 2019.

Processo: 4002267-25.2019.8.04.0000 - Direta de Inconstitucionalidade,

Requerente: Mauricio Wilker de Azevedo Barreto
Advogado: Ivson Coêlho (OAB: 550A/AM)
Requerido: Governador do Estado do Amazonas
Requerido: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: Revisor do processo Não informado

CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE MEDIDA CAUTELAR. DECRETO ESTADUAL N.º 40.628/2019. OFENSA À NORMA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME POR ESTA EGRÉGIA CORTE DE JUSTIÇA. NÃO CONHECIMENTO. DECRETO AUTÔNOMO. POSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE AJUIZADA PERANTE O EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NORMAS IDÊNTICAS. LIMITES DO PODER DE TRIBUTAR. NORMA DE REPRODUÇÃO OBRIGATÓRIA PELO PODER DERIVADO DECORRENTE. SUSPENSÃO DEVIDA. PRECEDENTES DO PRETÓRIO EXCELSO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, PARCIALMENTE, CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, SUSPENSA, ATÉ O JULGAMENTO DA ADI N.º 6.144/AM PELO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. Inicialmente, destaca-se que não pode ser conhecida a alegação de afronta do Decreto Estadual à norma prevista no art. 150, § 7.º, da Constituição Federal, visto que o parâmetro de constitucionalidade que compete ao julgamento por esta egrégia Corte de Justiça é, sempre, a Carta Estadual. Lado outro, em se tratando de violação de norma insculpida na Constituição Federal, deve tal juízo de constitucionalidade ser feito pelo Pretório Excelso, em obediência ao art. 102, inciso I, alínea "a", da Carta da República. 2. Noutro giro, quanto ao cabimento da demanda, é cediço que, de acordo com a jurisprudência do excelso Supremo Tribunal Federal, é possível que decretos editados pelo Executivo sejam objeto de controle concentrado de constitucionalidade, quando evidente que não estão regulamentando lei e, sim, tratando de matéria autônoma, que deveria ser objeto de lei. 3. In casu, na medida em que a Margem de Valor Agregado do ICMS incidente nas operações subsequentes com energia elétrica foi determinada por intermédio do Decreto Estadual n.º 40.628/2019, violando - de acordo com o alegado pelo Requerente - o princípio da legalidade tributária, consagrado no art. 144, inciso I, da Constituição do Estado do Amazonas, não há como não se chegar à ilação de que o referido ato possui autonomia normativa, inovando o ordenamento jurídico amazonense, sem regulamentar, em verdade, nenhuma lei, amoldando-se, pois, no conceito de decreto autônomo. Tal cenário, portanto, permite sua análise, em sede de controle concentrado de constitucionalidade. 4. Em consulta ao sítio eletrônico do excelso Supremo Tribunal Federal, verifica-se que houve o ajuizamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 6.144/AM, que está sendo processada no rito abreviado, consignado no art. 12 da Lei n.º 9.868/1999.5. Outrossim, nota-se que a Ação em trâmite na Corte Suprema é idêntica a esta em comento, pois, em ambas, busca-se a declaração de inconstitucionalidade do Decreto Estadual n.º 40.628/2019, por violação aos princípios tributários, que são normas de reprodução obrigatória pelos Estados-membros. 6. Sendo assim, "ocorrendo hipótese caracterizadora de 'simultaneus processus', impor-se-á a paralisação do processo de fiscalização concentrada em curso perante o Tribunal de Justiça local, até que esta Suprema Corte julgue a ação direta, que, ajuizada com apoio no art. 102, I, 'a', da Constituição da República, tenha por objeto o mesmo diploma normativo local (estadual ou distrital), embora contestado em face da Carta Federal". (ADI 3482, Relator(a): Ministro CELSO DE MELLO, julgado em 02/08/2007, publicado em DJ 08/08/2007 PP-00032). 7. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, PARCIALMENTE, CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, SUSPENSA, ATÉ O JULGAMENTO DA ADI N.º 6.144/AM PELO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. . DECISÃO: "V Por unanimidade de votos, sem manifestação do Graduado Órgão do Ministério Público, quanto à preliminar, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu CONHECER, PARCIALMENTE, E, NESSA EXTENSÃO, SUSPENDER O JULGAMENTO DA PRESENTE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, nos termos do voto do Relator .". Sessão: 24 de setembro de 2019.

Secretaria do Tribunal Pleno , em Manaus, 30 de setembro de 2019.

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0210732-75.2018.8.04.0022 - Correição Extraordinária, Juiz Corregedor Auxiliar - Setor 1

Corrigente: Exmo. Sr. Desembargador Corregedor-Geral do Estado do Amazonas

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RELATÓRIO DE CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA CAPITAL. CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. HOMOLOGAÇÃO.- A presente correição extraordinária merece ser homologada, porquanto reflete com fidelidade os fatos narrados em sua missão, além de ter realizado minucioso trabalho de exame dos processos existentes na Vara de Execuções Penais, bem como fidedigno diagnóstico dessa unidade judiciária, consoante as formalidades legais exigidas;- Quanto às recomendações feitas, tenho-as como adequadas ao resultado da inspeção, devendo ser acolhidas com ressalvas;- Relatório aprovado e homologado. . DECISÃO: “Por unanimidade, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu aprovar e homologar a Correição Extraordinária realizada na Vara de Execuções Penais da Capital, observadas as formalidades legais pertinentes à espécie.”. Sessão: 24 de setembro de 2019.

Processo: 0657825-32.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública

Impetrante: Miqueias Costa da Silva
Advogado: Matheus Lobato Beltrão (OAB: 13287/AM)
Impetrado: Governado do Estado do Amazonas
Impetrado: O Estado do Amazonas
Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DA DATA DE PROMOÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DENEGAÇÃO DE SEGURANÇA. 1. Um dos requisitos necessários à impetração do mandamus é a presença de direito líquido e certo, o qual é demonstrado de plano mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória.2. Na hipótese dos autos, o impetrante não logrou comprovar por meio

de documentos a presença dos requisitos legais da Lei Estadual n.º 4044/2014.3. Segurança denegada em consonância com o parecer ministerial.ACÓRDÃO. DECISÃO: "Por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança pleiteada, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 24 de setembro de 2019.

Processo: 4001707-83.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Jhullye Anne Ribeiro Lima
Advogado: Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB: 10714/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Impetrado: Estado do Amazonas
Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO. APROVAÇÃO FORA DAS VAGAS INICIAIS. DESISTÊNCIA DE CANDIDATOS APROVADOS EM MELHOR COLOCAÇÃO. NECESSIDADE DE CHAMAR OS PRÓXIMOS CANDIDATOS COLOCADOS. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. POSSIBILIDADE. 1. Um dos requisitos necessários à impetração do mandamus é a presença de direito líquido e certo, o qual é comprovado de plano mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória.2.Direito subjetivo da impetrante à nomeação, pois a mera expectativa de nomeação dos candidatos aprovados em concurso público (fora do número de vagas) convola-se em direito líquido e certo quando demonstrada a desistência em razão de não tomarem posse no prazo legal. Entendimento conforme o STJ. 3. Segurança concedida em consonância com o parecer ministerial. . DECISÃO: "Por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, o Egrégui Tribunal Pleno decidiu conceder a segurança, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 24 de setembro de 2019.

Processo: 4001762-34.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Arlison Jose dos Passos Dias
Advogado: John Lennon Melo Vasques (OAB: 22319/PA)
Advogado: Rodrigo Martins de Oliveira (OAB: 25852/PA)
Impetrado: Governo do Estado do Amazonas
Impetrado: O Estado do Amazonas
Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL. CONTRATOS TEMPORÁRIOS. PRETERIÇÃO. DEMONSTRADA. CONVERSÃO DE MERA EXPECTATIVA EM DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. 1. Direito subjetivo à nomeação, pois a mera expectativa de nomeação dos candidatos aprovados em concurso público (fora do número de vagas) convola-se em direito líquido e certo quando demonstrada a existência de contratação de pessoal de forma precária. Precedentes do STJ e STF. 2. In casu, muito embora o impetrante tenha obtido aprovação fora do número inicial de vagas previstas no Edital, verifica-se nos autos que a Administração Pública não logrou comprovar a necessidade temporária, o que demonstra falta de pessoal para o desempenho da atividade, com a manutenção de contratos temporários para o mesmo cargo a que concorreu em concurso público.3. Segurança concedida em consonância com o parecer ministerial. . DECISÃO: "Por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conceder a segurança vindicada, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 24 de setembro de 2019.

Processo: 4001970-18.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Rosilene Pereira de Jesus Santos
Advogado: Everton Carlos Lise (OAB: 10411/AM)
Impetrado: Governo do Estado do Amazonas
Intssado: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL – DESISTÊNCIA DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS E CONVOCADOS DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO – NÃO CONVOCAÇÃO DA CANDIDATA SEGUINTE - PRETERIÇÃO CONFIGURADA - MERA EXPECTATIVA DE DIREITO QUE SE CONVOLA EM DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO - PRECEDENTES DO STF E STJ - SEGURANÇA CONCEDIDA. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conceder a segurança, nos termos do voto do relator.". Sessão: 24 de setembro de 2019.

Processo: 4002298-45.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Myriam de Oliveira Frois
Advogado: Diego Rossato Botton (OAB: 495A/AM)
Advogado: Dilma Lira Porto Botton (OAB: 13493/PA)
Impetrado: Secretário de Saúde do Estado do Amazonas - Susam
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Impetrado: O Estado do Amazonas
Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO LIMINAR PARA NOMEAÇÃO EM CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO. APROVAÇÃO FORA DO NÚMERO DE VAGAS CONSTANTES NO EDITAL. DESISTÊNCIA DE CANDIDATOS MELHORES APROVADOS. NECESSIDADE DE CHAMAR OS PRÓXIMOS CANDIDATOS COLOCADOS. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. POSSIBILIDADE. COMPROVAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. 1. Um dos requisitos necessários à impetração do mandamus é a presença de direito líquido e certo, o qual é comprovado de plano mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória;2. Comprovado nos autos a desistência de candidatos melhores aprovados, restando vagas a serem ocupadas, correto o preenchimento destas pelos candidatos seguintes aprovados;3. Verificado o direito subjetivo da impetrante à nomeação no cargo para qual foi aprovada, uma vez que a expectativa de nomeação dos candidatos aprovados em concurso público (fora do número de vagas) convola-se em direito líquido e certo quando demonstrada a desistência de não tomarem posse. Entendimento conforme o STJ. 4. Segurança concedida em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, em consonância com parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conceder a segurança, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 24 de setembro de 2019.

Processo: 4002556-55.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Ramon Alves Pires
Advogado: Izaque Newton da Silva Dutra (OAB: 10636/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Impetrado: O Estado do Amazonas
Intssado: Procurador Geral do Estado do Amazonas - PGE
Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL – REVOGAÇÃO DO ATO DE CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS - COMPROVADA NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO NO PROVIMENTO - PRETERIÇÃO CONFIGURADA - MERA EXPECTATIVA DE DIREITO QUE SE CONVOLA EM DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO - PRECEDENTES DO STF E STJ - SEGURANÇA CONCEDIDA. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conceder a segurança pleiteada, nos termos do voto do relator.". Sessão: 24 de setembro de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 30 de setembro de 2019.

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4003577-66.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Ana Ermelinda Oliveira da Silva - Impetrado: Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - Susam - Impetrado: O Estado do Amazonas - FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM), Marcos Paulo Coelho de Souza (OAB 4395/AM) e Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM), do DESPACHO de fls. 230/231, proferido pelo Exmo(a). Senhor Desembargador. João de Jesus Abdala Simões, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Nesse sentido, considerando que a autoridade coatora é aquela que pratica o ato impugnado ou da qual emana a ordem para a sua prática e, no caso concreto, o Governador do Estado do Amazonas é a autoridade competente para efetivar a nomeação em concursos públicos de órgãos estaduais, determino a intimação da impetrante para, com espeque nos arts. 6.º da Lei n.º 12.016/2009 e 321 do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, a fim de retificar o polo passivo do presente mandado de segurança. ".. Manaus, 16 de agosto de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno - Advs: Marcos Paulo Coelho de Souza (OAB: 4395/AM) - Alexandre Gomes Ribeiro (OAB: 6199/AM) - Pablo de Paula Lima (OAB: 9482/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 4003577-66.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Ana Ermelinda Oliveira da Silva - Impetrado: Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - Susam - Impetrado: O Estado do Amazonas - FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM), Marcos Paulo Coelho de Souza (OAB 4395/AM) e Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM), do DESPACHO de fls. 238/239, proferido pelo Exmo. Senhor Desembargador. João de Jesus Abdala Simões, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 99, § 3º, do Código de Processo Civil. 236/237 e determino que a Secretaria proceda a inclusão do Governador do Estado no polo passivo da demanda. 05. Acautelo-me quanto ao pedido liminar. Determino a notificação da autoridades impetradas para prestar informações, a teor do que prescreve o art. 7º, I da Lei n.º 12.016/09. 06. Na oportunidade, dê-se ciência do feito à Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas, conforme preceitua o art. 7º, II, da Lei n.º 12.016/09. ".. Manaus, 30 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno. - Advs: Marcos Paulo Coelho de Souza (OAB: 4395/AM) - Alexandre Gomes Ribeiro (OAB: 6199/AM) - Pablo de Paula Lima (OAB: 9482/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Despachos

CÂMARAS REUNIDAS

Processo nº 0005271-41.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração - Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública. Juiz Prolator: Dr. Leoney F. Harraquian. **Embargante: Fundação Amazonprev.** (Advogada: Dra. Caroline Retto Frota - OAB/AM n.º 4411). **Embargado: Oscar Moura dos Santos.** (Advogado: Dr. Daniel Cardoso de Albuquerque - OAB/AM n.º 6086 e outro). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**(**Relator**), Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins e Nélia Caminha Jorge. **EMENTA**: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO PROFERIDO EM APELAÇÃO CÍVEL. ATUALIZAÇÃO DE VANTAGENS INCORPORADAS AOS PROVENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. APOSENTADORIA COM PARIDADE REMUNERATÓRIA. CRITÉRIO DE REAJUSTE SEM MODIFICAÇÃO PELA LEI POSTERIOR. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS APONTADOS. NÍTIDO INTUITO DE REDISCUTIR A MATÉRIA. RECURSO REJEITADO. 1. Os Embargos de Declaração constituem recurso de cabimento restrito às hipóteses descritas no art. 1.022, do Código de Processo Civil, sendo inviável nesta via recursal o reexame dos fundamentos expostos no acórdão objurgado, quando não há necessidade de esclarecer obscuridade, eliminar contradições, suprir omissões ou, ainda, corrigir erro material. 2. Improcedência da alegação de omissão quanto à alegação de decadência do direito questionado no mandamus, em razão de que o Acórdão atacado expressamente se manifesta quanto ao prazo decadencial para a revisão de benefícios previdenciários como relação de trato sucessivo, nos termos da jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça. 3. Inexistência de contradição, omissão ou obscuridade quanto à regra de reajuste do benefício previdenciário, já que a decisão deste colegiado aponta expressamente que o Embargado foi aposentado com sua atualização de proventos pela regra da paridade com os servidores ativos. 4. Não acolhimento da alegação quanto à suposta "criação de benefícios" sem existência da respectiva fonte de custeio total, posto que no aresto não consta a geração de qualquer benefício ou vantagem, além dos já determinados no ato aposentatório. 5. Ausência de ofensa ao art. 40, § 2º da CF,uma vez que a inexistência de direito adquirido a regime jurídico, demanda que sua alteração por lei mais recente especifique sua forma de atualização de forma diversa da anterior, o que não foi encontrado na Lei nº 3.300/2008, conforme devidamente analisado no decisum. 4. Assim, diante da ausência do vício suscitado, imperiosa a rejeição dos declaratórios. **ACORDAM** os Excelentíssimos Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos***

Processo n.º 0618196-17.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Impetrante: Keyte Rocha da Cruz. (Advogados: Dr. Raimundo de Souza Mamed Junior - OAB/AM n.º 13498 e Dr. Júlio César Rubim de Moraes - OAB/AM nº 4727). **Impetrados: Estado do Amazonas; Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino-SEDUC/AM.** (Procurador(a) do Estado: Dr(a). Júlio Cezar Lima Brandão - OAB/AM n.º 2258). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exmo. Sr. Des. Onilza**

Abreu Gerth. Procuradora de Justiça:Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Onilza Abreu Gerth(Relatora)**, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles e Délcio Luís Santos. **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO CONSTITUCIONAL. PROFESSOR DA SEDUC. REQUERIMENTO DE PROMOÇÃO VERTICAL A NÍVEL DE MESTRADO. OFÍCIO DO IMPETRADO INFORMANDO QUE PROCEDEU A PROMOÇÃO VERTICAL DO IMPETRANTE. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ORDEM PREJUDICADA. **ACORDAM** os Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em julgar prejudicada a Segurança, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.

Processo nº 4000262-30.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Impetrante: Júlio César Lins Rodrigues - Representado por Alziene Vasconcelos Costa. (Defensor Público: Dr. Mário Lima Wu Filho - OAB/DP n.º 2135-A). **Impetrado: Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas e Comando Geral da Polícia Militar do Amazonas.** (Procuradora do Estado: Dra. Karla Brito Novo). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator**: **Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Airton Luís Corrêa Gentil(Relator),** José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins e Nélia Caminha Jorge. **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO A EFETIVAÇÃO DE MATRÍCULA EM ESCOLA PRÓXIMA A RESIDÊNCIA DO MENOR. ESCOLA ESTADUAL GERIDA PELA POLÍCIA MILITAR. PROCESSO SELETIVO. REQUISITOS PREVISTOS EM EDITAL. NÃO PREENCHIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ- CONSTITUÍDA. 1. Um dos requisitos necessários à impetração do mandamus é a presença de direito líquido e certo, o qual é demonstrado de plano mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória. 2. Na hipótese dos autos, todos a documentação carreada aos autos refere-se a pessoa diversa do impetrante. Ademais, não fora juntado o boletim escolar do impetrante a fim de que se possa averiguar o preenchimento do segundo requisito constante no edital retromencionado. 3. Embora a parte impetrante questione a ausência de previsão legal do segundo critério de seleção, qual seja, somatória das notas, impende destacar que o edital é a lei do concurso público, estabelecendo regras a serem obrigatoriamente observadas em todas as etapas do certame, consoante o princípio da vinculação às disposições do edital. 4. Segurança denegada em consonância com o parecer ministerial. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, denego a segurança vindicada, nos termos do voto do desembargador relator.

Processo n.º 0604346-61.2017.8.04.0001 - Apelação/ Remessa Necessária - Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública. **Apelante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV.** (Advogados: Dra. Caroline Retto Frota - OAB/AM n.º 4411, Dra. Luciane Barros de Souza - OAB/AM n.º 4789 e Dr. Moisés da Silva Menezes - OAB/AM n.º 4648). **Apelado: Aloysio Nogueira de Melo.** (Advogado: Dr. Aloysio Nogueira de Melo Filho - OAB/AM n.º 9143). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Sra. Desª. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Procuradora de Justiça**:Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura Relatora**, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Exma. Sra. Juíza de Direito, convocada com jurisdição plena, Doutora Onilza Abreu Gerth, Exma. Sra. Juíza de Direito, convocada com jurisdição plena, Doutora Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo e Ari Jorge Moutinho da Costa. **EMENTA**: APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. SEGURANÇA CONCEDIDA. INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM. DESCABIDA ATUALIZAÇÃO ORIENTADA PELOS VALORES PAGOS AOS ATIVOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. À época em que o Recorrido se aposentou (08.08.1994) a norma que garantia a incorporação (artigo 143, da Lei n. 1.778/87) tinha plena vigência, aproveitando-o, posto inconteste que, a priori, as regras vigentes no momento da aposentação a regulam, em atenção ao princípio tempus regit actum. 2. Quanto à atualização conforme os valores pagos aos agentes em atividade, melhor sorte assiste ao Recorrente, pois, consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não há direito adquirido a regime jurídico de revisão (tema 41). 3. Recurso conhecido e parcialmente provido, estritamente para determinar que a atualização seja orientada pela revisão geral. **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto condutor da decisão.

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 30 setembro de 2019. (a) - Maria Goreth Souza Ruiz.

Intimações

Câmaras Reunidas

INTIMAÇÃO

De ordem da Exma. Sra. Desembargadora **Maria das Graças Pessoa Figueiredo**, Relatora nos autos de **Reclamação nº 4004166-58.2019.8.04.0000/Manaus (AM)** em que é Reclamante **Isma de Almeida Leal**, Advogados: Dr. Arnoldo Nogueira de Souza (7497/AM), Drª Camila Leal de Souza (7498/AM), Reclamado **Juízo de Direito da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Amazonas** e Litisconsortes Passivos **Jacira Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda, Tecnisa Consultoria Imobiliária Ltda e Tecnisa S.A.** Fica a parte **Reclamante** intimada, na pessoa de seus Advogados: **Dr. Arnoldo Nogueira de Souza (7497/AM), Drª Camila Leal de Souza (7498/AM),** para tomar ciência do inteiro teor do despacho de fls. 650/651. Em 27 de setembro de 2019. Desembargadora **Maria das Graças Pessoa Figueiredo - Relatora.**

De ordem da Exma. Sra. Desembargadora **Joana dos Santos Meirelles**, Relatora nos autos de **Reclamação nº 4004595-25.2019.8.04.0000/Manaus (AM)** em que é Reclamante **Fundação Sistel de Seguridade Social** Advogados: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), Drª Livia de Moura Faria (27070/DF), Drª Paula Cureau de Bessa Antunes (44818/DF), Drª Renata Luiza Cândida Rodrigues (44823/DF) e Reclamado **Juízo de Direito da 11ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus**. Fica a parte **Reclamante** intimada, na pessoa de seus Advogados: **Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), Drª Livia de Moura Faria (27070/DF), Drª Paula Cureau de Bessa Antunes (44818/DF), Drª Renata Luiza Cândida Rodrigues (44823/DF),** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 359/364. Em 27 de setembro de 2019. Desembargadora **Joana dos Santos Meirelles - Relatora.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Domingos Jorge Chalub Pereira**, Relator nos autos de **Remessa Necessária Cível** nº **0657565-52.2018.8.04.0001,** Manaus/Am, em que é Requerente: **Thomaz Augusto Correa de Vasconcelos Dias**, Remetente **Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas** Advogados Drª. Mariza Lustoza Ribeiro 6869/AM,e Góes & Advogados Associados OAB/AM 259/2007, Requerido **Delegado-geral de Policia do Estado do Amazonas,** Procurador: Dr. Laércio de Castro Dourado Júnior OAB/AM 13.184**,** fica a parte requerente intimada, na pessoa de seus Advogados: **Drª. Mariza Lustoza Ribeiro 6869/AM,e Góes & Advogados Associados OAB/AM 259/200**7, para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 180/182, dos autos acima referidos. Em 27 de setembro de 2019. Desembargador **Domingos Jorge Chalub Pereira.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 30 de setembro de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

Câmaras Reunidas

INTIMAÇÃO

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura**, Relatora nos autos de **Embargos de Declaração Cível** nº **0006089-90.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Embargante **O Estado do Amazonas,** Procuradora Drª. Luciana Barroso de Freitas e Embargados **Danielle Mendes de Souza, Danielle Pires da Costa, Danilo Avila Ferreira, Denis Sousa e Sousa e outros,** advogado Dr. Douglas Herculano Barbosa, (6407/AM). Ficam as partes Embargadas intimadas, na pessoa de seu advogado **Dr. Douglas Herculano Barbosa, (6407/AM),** para, querendo, contrarrazoar o presente recurso no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 1.023, §2º, do Código de Processo Civil. Em 27 de setembro de 2019. Desembargadora **Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge**, Relatora nos autos de **Ação Rescisória** nº **4004735-59.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que são Autores **Vanusa Gonçalves do Nascimento, Netanias Luiz da Silva, Adson Lima da Silva, Thiago Marques de Souza e outros,** advogada Drª. Vanderlene Soares Barroso (10599/AM) e Réu **Jovana Ricardo da Silva.** Ficam as partes Autoras intimada, na pessoa de sua advogada **Drª. Vanderlene Soares Barroso (10599/AM),** para que corrijam o vício de representação processual, tendo em vista que alguns dos autores não assinaram o instrumento do mandato, bem como, emendar a exordial e juntar a ela documentos essenciais à propositura da ação, devendo juntar ao menos certidão de trânsito em julgado da decisão rescidenda e cópia da mesma decisão. No prazo de 15 (quinze) dias. Em 27 de setembro de 2019. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge - Relatora.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Anselmo Chíxaro**, Relator nos autos de **Agravo Interno Cível** nº **0006111-51.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Agravante **O Estado do Amazonas,** Procuradora Drª. Élida de Lima Reis Corrêa (7458/AM) e Agravado **Michele Farias Dias,** advogado Dr. Amarildo Pereira da Silva (9812/AM). Fica a parte Agravada intimada, na pessoa de seu advogado **Dr. Amarildo Pereira da Silva (9812/AM),** para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, (Art. 1.021, § 2º do CPC). Em 27 de setembro de 2019. Desembargador **Anselmo Chíxaro - Relator.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Maria das Graças Pessoa Figueiredo**, Relatora nos autos de **Agravo Interno Cível** nº **0006142-71.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Agravante **Nilton Oliveira Rocha,** advogado Dr. Thiago Allende Silva de Lima (8668/AM) e Agravada **Luzia Moreira Braga,** advogada Drª. Marcia Braga da Silva (13508/AM). Fica a parte Agravada intimada, na pessoa de sua advogada **Drª. Marcia Braga da Silva (13508/AM),** para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca das razões do Agravo Interno, (artigo 1.021, § 2º, do CPC). Em 30 de setembro de 2019. Desembargadora **Maria das Graças Pessoa Figueiredo - Relatora.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Maria das Graças Pessoa Figueiredo**, Relatora nos autos de **Agravo Interno Cível** nº **0005967-77.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Agravante **O Estado do Amazonas,** Procurador Dr. Mateus Severiano da Costa (23390/MT) e Agravado **Global Comércio de Eletrodomesticos Ltda,** advogados: Dr. Hector Daniel Lobo Ferreira (12717/AM), Dr. Sidney Coelho (9664/AM). Fica a parte Agravada intimada, na pessoa de seus advogados **Dr. Hector Daniel Lobo Ferreira (12717/AM) e Dr. Sidney Coelho (9664/AM),** para, querendo apresentar resposta ao recurso, observado o prazo legal. Em 30 de setembro de 2019. Desembargadora **Maria das Graças Pessoa Figueiredo - Relatora.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 30 de Setembro de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

Pauta de Julgamento Designado

CÂMARAS REUNIDAS
PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO

De ordem do Presidente da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo Sr. Des. Wellinton José de Araújo faço público que, de acordo com o artigo **934 do Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Ação Rescisória nº 4001059-40.2018.8.04.0000, de 1ª Vara da Fazenda Pública

Requerente: Claudio Souza da Silva. Advogados: Dr. Bruno Oliveira Medeiros (OAB: 7203/AM) Dr. Wirley Benezar Falcão(OAB/AM nº 7203). **Requeridos: Estado do Amazonas; Comandante-geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas**.Procurador do Estado: Dra. Leila Maria Raposo Xavier Leite(OAB/AM n.º 3726) e **Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas AMAZONPREV. Presidente**:Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Dr. Anselmo Chíxaro**. Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco Cruz.

Apelação Cível nº 0314703-28.2007.8.04.0001, de 5ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Manaus Previdência - MANAUSPREV. Procuradora do AMAZONPREV. Dra. Iza Amélia de Castro Albuquerque (OAB: 3814/AM); Dr. Rafael da Cruz Lauria (OAB: 5716/AM) e Dr. Caio Feldberg Porto (OAB: 7995/AM). **Apelado: Raymundo Jandemyr Fonseca**. Advogado: Dr. Carlos Augusto de Souza Marques Junior (OAB: 9197/AM) e Dr. Diego Araujo Benayon (OAB: 10766/AM). **Presidente**: Exo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira**. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Mandado de Segurança Cível nº 4000286-58.2019.8.04.0000

Impetrante: Isabela Cristina Guedes Neves – Representado por: Eliene Guedes Macedo. Defensor Público: Dr. Mário Lima Wu Filho (OAB: 2135A/DP). **Impetrado: Estado do Amazonas; Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino do Estado do Amazonas; Comando Geral da Polícia Militar do Amazonas. Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Suzete Maria dos Santos.

Remessa Necessária Cível nº 0634013-58.2018.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública

Requerente: Agatha Cristhie Ferreira Soeiro. Advogada: Dra. Efigênia Generoso de Araújo (OAB: 4508/AM).**Requerido: Estado do Amazonas**. Procurador do Estado: Dr.Ticiano Alves e Silva. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira**. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sílvia Abdalá Tuma.

Revisão Criminal nº 4004340-67.2019.8.04.0000
Requerente: Ronildo Nogueira Borges do Rego. Defensora Pública: Dra. Flavia Lopes de Oliveira (OAB: 4382/AM).
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma.Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**. Revisor: Exmo. Sr. Des. Délcio Luís Santos. Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro.

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 27 de setembro de 2019, Dra. Maria Goreth de Souza Ruiz, Secretária.

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Cláudio César Ramalheira Roessing, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Relator: Des. Paulo César Caminha e Lima

Apelação Cível nº 0216638-12.2018.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. De Queiroz
Apelante: Rosinalda de Menezes Duarte
Advogado: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM)
Advogado: Elisangela Martins de Alencar (OAB: 6948/AM)
Advogado: Wiston Feitosa de Souza (OAB: 6596/AM)
Advogado: Raimundo Lazaro M. Silva (OAB: 10640/AM)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima
Procuradora de Justiça: Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0225440-33.2017.8.04.0001,
Origem: 3ª Vara de Família
Juiz Prolator: Melissa Sanches Silva da Rosa
Apelante: H. E. C. e I. T. E. C. - M. I.
Representa: Jocileia Borges Esquerdo
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Defensora: Valéria Araújo Neves (OAB: 120303/MG)
Apelado: C. G. C.
Apelada: M. C. L. C.
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima
Procuradora: Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

Apelação Cível nº 0603296-68.2015.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora: Maria Eunice Torres do Nascimento
Apelante: Lindomar Gonçalves de Vasconcelos
Advogado: Alan Johnny Feitosa da Fonseca
Advogada: Rosa Maria Feitosa da Fonseca (OAB: 11120/AM)
Advogada: Francelina Giordana Feitosa Gões
Advogado: Daniella Lopes Cavalcante (OAB: 4164/AM)
Apelado: Francisco Andrade de Souza
Defensor: Thiago Nobre Rosas (OAB: 4773/AM)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima
Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0626723-60.2016.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante: Odimar Xavier de Carvalho
Advogado: Tarcísio Ramos do Vale (OAB: 8534/AM)
Advogado: Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB: 13500/AM)
Apelado: Ronnie Von Alves Arouca
Advogado: Milton Antonio Rivera Reyes (OAB: 9865/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima

Apelação Cível nº 0636028-73.2013.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Ronnie Frank Torres Stone
Apelante: Lizangela Soares Barroso
Defensora: Caroline Pereira de Souza (OAB: 6118/AM)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelado: O Estado do Amazonas
Procurador: Luciana Araújo Paes (OAB: 4678/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima
Procuradora: Maria José da Silva Nazaré

Apelação / Remessa Necessária nº 0616168-52.2014.8.04.0001
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cézar Luiz Bandiera
Apelada: NEUMA MENDES DE ARAÚJO
Defensor Público: Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB: 6077/AM)
Apelante: O Estado do Amazonas
Procurador: Franklin Arthur Martinez Filho (OAB: 1251A/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima

Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Agravo de Instrumento nº 4000301-27.2019.8.04.0000
Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal
Juiz Prolator: Antônio Itamar de Sousa Gonzaga
Agravante: O Estado do Amazonas
Procurador: Jucelino Araújo Lima (OAB: 8039/AM)
Agravada: Maria Luiza Marques
Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueredo
Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza

Agravo de Instrumento nº 4001103-25.2019.8.04.0000
Origem: 6ª Vara de Família
Juiz Prolator: Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro
Agravante: J. G. de A. S.
Advogada: Adriana Moutinho Magalhães Iannuzzi (OAB: 8065/AM)
Agravada: Waldenize Santana Fonseca
Advogada: Isabel da Silva Medeiros (OAB: 7178/AM)
Advogado: Valdeci Santana Fonseca (OAB: 10758/AM)
Advogada: Nádia Suzano Lôbo (OAB: 9765/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueredo
Procuradora: Dra Sandra Cal Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4002480-65.2018.8.04.0000
Origem: 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Luis Cláudio Cabral Chaves
Agravante: Telefonica Brasil S/A

Advogado: Eugênio F. Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM)
Advogado: Fabiano Robalinho Cavalcanti (OAB: 95237/RJ)
Advogado: Caetano Berenguer (OAB: 135124/RJ)
Advogada: Lívia Ikeda (OAB: 163415/RJ)
Advogado: Eloi Pinto Andrade (OAB: 819/AM)
Advogado: Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM)
Advogada: Maristella Andrade Bonfim (OAB: 3740/AM)
Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau
Promotora: Marina Campos Maciel
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueredo
Procuradora: Dra Sandra Cal Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4002557-74.2018.8.04.0000
Origem: 4ª Vara de Família
Juiz Prolator: Luís Cláudio Cabral Chaves
Agravante: Maria Paula de Albuquerque Batista
Representa: Natasha Maria de Albuquerque Cardoso
Advogada: Karen de Araújo França (OAB: 8916/AM)
Agravado: Wellingthon F. Batista
Advogada: Rita de Cassia Ferreira de Lucena (OAB: 5107/AM)
Advogado: Maria Angela Ferreira Reis (OAB: 5906/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueredo
Procuradora: Dra Sandra Cal Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4002678-05.2018.8.04.0000
Origem: 2ª Vara de Família
Juiz Prolator: Everaldo da Silva Lira
Agravante: Calter Cesar de Jesus dos Santos
Defensor: Gustavo Linhares Rodrigues (OAB: 31361/BA)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Agravada: JANIELE SANTIAGO GOMES
Advogada: Camila Bertolini de Paiva (OAB: 8223/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueredo
Procuradora: Dra Maria José da Silva Nazaré

Agravo de Instrumento nº 4002929-57.2017.8.04.0000
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Agravante: Ana Rosa de Alencar Bartholo
Agravante: Paulo Cesar Matheus Bartholo
Advogado: Karla Freixo Braga (OAB: 3775/AM)
Agravado: Jonasa Empreend. Imobiliarios Ltda
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueredo

Agravo de Instrumento nº 4003995-38.2018.8.04.0000 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Agravante: CIELO S.A. Companhia Brasileira de Meios de Pagamentos VISANET
Advogado: Alfredo Zucca Neto (OAB: 154694/SP)
Agravado: Antonio Rodrigues & Cia Ltda. (Foto Nascimento)
Advogado: Germano Costa Andrade (OAB: 2835/AM)
Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM)
Advogado: Armando Cláudio Dias do Santos Junior (OAB: 3194/AM)
Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Advogado: Lucianna de Souza Silva (OAB: 3624/AM)
Advogada: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueredo

Apelação Cível nº 0001111-80.2015.8.04.4601
Origem: 2ª Vara de Iranduba
Juiz Prolator: Carlos Henrique Jardim da Silva
Apelante: Katiane Chrislaine Batista Santos de Carvalho
Defensor: Carlos Alberto Souza de Almeida Filho (OAB: 4079/AM)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelado: Guilherme Aluizio de Oliveira Silva
Advogado: Nelson José Oliveira da Silva (OAB: 5103/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueredo

Apelação Cível nº 0605081-94.2017.8.04.0001
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante: Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S/A
Administrador: Laspro Consultores Ltda.
Advogado: Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB: 98628/SP)
Apelado: Maria Edinelza Vieira de Matos
Advogada: Maria Auxiliadora Bicharra (OAB: 3004/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueredo

Apelação Cível nº 0612957-32.2019.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogada: Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB: 3696/AM)
Apelado: Jonny da Costa Silva
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueredo

Apelação Cível nº 0618411-90.2019.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
Advogado: Fernando Luz Pereira (OAB: 658A/AM)
Advogado: Edney Martins Gilherme (OAB: 670A/AM)
Advogado: Móises Batista de Souza (OAB: 469A/AM)
Apelado: Reverson Batalha da Silva
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueredo

Apelação Cível nº 0643058-86.2018.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
Advogado: Fernando Luz Pereira (OAB: 147020/SP)
Advogado: Moisés Batista de Souza (OAB: 149225/SP)
Advogado: Móises Batista de Souza (OAB: 469A/AM)
Advogado: Edney Martins Gilherme (OAB: 670A/AM)
Apelado: Timóteo da Oliveira
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueredo

Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing

Apelação Cível nº 0602267-17.2014.8.04.0001
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: César Luiz Bandiera
Apelante: Construbase Engenharia Ltda
Advogado: Sandro Abreu Torres (OAB: 4078/AM)
Advogado: Leopoldo da Silva Sampaio (OAB: 1546/AM)
Advogada: Fernanda Cabral Marques (OAB: 6755/AM)
Advogado: João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB: 1456/Am)

Apelante: O Município de Manaus
Procurador: Ladyane Serafim Pereira (OAB: 4990/AM)
Apelada: Lucid Nair Almeida da Silva
Advogada: Mary Marumy Bastos Takeda (OAB: 4107/AM)
Advogado: Ana Luiza Garcia Avelino (OAB: 8119/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing
Procuradora: Dra Maria José da Silva Nazaré

Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Agravo de Instrumento nº 4001386-48.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro LIma
Agravante: Banco da Amazônia S/A
Advogada: Annabelle de Oliveira Machado (OAB: 4419/AM)
Advogado: Boniek Pereira da Silva (OAB: 8303/AM)
Advogado: Terezinha Rodrigues dos Santos (OAB: 1588/AM)
Advogada: Helen Susane Machado de Miranda (OAB: 7627/AM)
Agravado: Atlanta Logística e Transporte de Cargas Ltda.
Agravado: Marco Aurelio Seixas Barros
Agravado: Luiz Claudio Araujo Correa
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0000211-59.2017.8.04.7501
Origem: 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: André Luiz Muquy
Apelante: Município de Tefé/am - Prefeitura do Município
Representante: Normando Bessa de Sá
Advogado: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM)
Apelada: Karla Naise Batalha Sales
Advogado: Jimmy da Silva Araújo (OAB: 9072/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0228473-75.2010.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante: Hayrton de Souza Pinheiro
Advogado: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM)
Advogado: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM)
Apelado: O Estado do Amazonas
Procurador: Eugenio Augusto Carvalho Seelig (OAB: 8625/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0241058-81.2018.8.04.0001
Origem: 3ª Vara de Família
Juiz Prolator: Melissa Sanches Silva da Rosa
Apelante: H. M. da S. M.
Representante: Vitória de Jesus da Silva Alves
Apelado: H. da S. M.
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0608536-96.2019.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante: Martins Import Ltda
Advogado: João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB: 1456/Am)
Advogada: Fernanda Cabral Santos (OAB: 6755/AM)
Apelado: R. S Moura & Cia Ltda - Representado por Rielt Serafim
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0613618-84.2014.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante: Banco Fiat S/A
Advogada: Pryscila Duarte Nunes (OAB: 34198/PE)
Apelado: Jose Ribamar Moreira da Silva
Advogado: Antônio Haroldo Guerra Lôbo (OAB: 15166/CE)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0616877-82.2017.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante: Guilherme Martins de Araújo
Advogado: Eugênio F. Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM)
Advogado: Eloi Pinto Andrade (OAB: 819/AM)
Apelado: Condomínio Residencial Jardim Europa
Advogado: Renzzo Fonseca Romano (OAB: 6242/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0621941-73.2017.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante: Geap - Fundação de Seguridade Social
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Apelado: Josinei Matos Lopes
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0622506-71.2016.8.04.0001
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante: Banco Bmg S/A
Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)
Apelada: Elizete Rodrigues Costa
Advogada: Viviane Lopes Soares (OAB: 10534/AM)
Advogado: Tonny André de Souza Silva (OAB: 8893/AM)
Advogado: Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB: 10511/AM)
Advogado: Alexandre Pereira Pinto (OAB: 8997/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0626800-35.2017.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante: Banco Santander S.a.
Advogado: Flávio Neves Costa (OAB: 153447/SP)
Apelado: A A da Silva Vidraçaria Me
Apelado: Adamor Alves da Silva
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0630011-79.2017.8.04.0001
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Alessandra C. R. C. Gondim Martins de Matos
Apelante: M C A Serviços e Comércio Ltda.
Advogado: Jean Carlos Pinto da Silva (OAB: 5328/AM)
Apelado: O Município de Manaus
Procurador: Ladyane Serafim Pereira (OAB: 4990/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0648134-91.2018.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Apelante: Irazêr Mendonça de Lira
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)
Apelado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM)
Advogado: Sérgio Rodrigo Russo Vieira (OAB: 24143/BA)
Advogado: Sérgio Rodrigo Russo Vieira (OAB: 808A/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Remessa Necessária Cível nº 0623942-31.2017.8.04.0001
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cézar Luiz Bandiera
Requerente: Antônio Pauxy Domingos
Advogado: Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB: 7271/AM)
Requerido: O Estado do Amazonas
Representante: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
Requerido: O Excelentissimo Senhor Comandante Geral da Policia Militar do Amazonas
Remetente: Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza

Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4001364-87.2019.8.04.0000
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Agravante: Banco Bmg S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Agravada: Neuza Pires Pereira
Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza

Agravo de Instrumento nº 4001655-87.2019.8.04.0000
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. De Queiroz
Agravante: Maurício Pereira de Araújo
Advogado: Anderson Sales de Souza (OAB: 8760/AM)
Agravado: Banco Santander (Brasil) S.a.
Advogado: Carlos Augusto Tortoro Junior (OAB: 247319/SP)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4002100-08.2019.8.04.0000
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney Figliuolo Harraquian
Agravante: Celso Colares de Alencar
Advogado: Eduardo da Costa Soares (OAB: 13025/AM)
Advogado: Jose Ribamar da Costa Soares (OAB: 1971/AM)
Agravado: Governador do Estado do Amazonas
Agravado: O Estado do Amazonas
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4002760-02.2019.8.04.0000
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Agravante: Hapvida Plano de Saúde
Advogado: Aline Carvalho Borja (OAB: 18267/CE)
Advogado: Francisco Jose Almeida Severiano (OAB: 21834/CE)
Advogado: Hugo Leonardo Pegado Benicio (OAB: 5526/CE)
Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE)
Advogado: Igor Marcelo Marreiro (OAB: 22757/CE)
Advogado: Isaac Costa Lázaro Filho (OAB: 18663/CE)
Advogado: Italo Regis de VAsconcelos Carvalho (OAB: 27984/CE)
Advogado: Jordana de Freitas Vidal Bezerra (OAB: 31749/CE)
Advogado: Laura Maria Amaro Martins (OAB: 22874/CE)
Advogado: Luiz Carlos Vidal Maia Júnior (OAB: 20266/CE)
Advogado: Michele Nobre Ferreira Bringel (OAB: 25577/CE)
Advogado: Patricia Tavares de Vasconcelos (OAB: 25615/CE)
Advogado: Rachel Feitosa Pontes (OAB: 24441/CE)
Advogado: Ronaldo da Silva Bezerra (OAB: 21197/CE)
Advogada: Sílvia Letícia Ferreira da Silva (OAB: 23717B/CE)
Advogado: Fabianne Ribeiro Halinski (OAB: 7059/AM)
Agravado: Vera Lucia Simões
Advogado: Alexsandro Viana Ferreira Neto (OAB: 14256/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza

Agravo de Instrumento nº 4004339-19.2018.8.04.0000
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Agravante: Megafort Distribuidora Incormoração e Exportação Ltda
Advogado: Fabio Forti (OAB: 349436/SP)
Advogado: Sergio Luiz Piloto Wyatt (OAB: 36342/PR)
Advogado: Daniela Avila (OAB: 54348/PR)
Agravado: Banco Bradesco S/A
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0000783-86.2015.8.04.7500
Origem: 2ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Bárbara Marinho Nogueira
Apelante: O Município de Tefé/am
Procurador: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM)
Procurador: Aline Cintrão Ferreira (OAB: 9275/AM)
Apelado: Fabiana Caconcio de Almeida
Advogado: Jones de Oliveira Santos (OAB: 9616/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0604311-38.2016.8.04.0001
3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro de LIma
Apelante: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Advogado: Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB: A739/AM)
Advogada: Maria Lucília Gomes (OAB: 313A/AM)
Apelada: Liliane Sales Barreto
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0610836-36.2016.8.04.0001
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Apelante: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Apelado: Altamiro de Souza Castro
Advogado: Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB: A1087/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0613314-12.2019.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. De Queiroz
Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP)
Apelado: Rosiney Duarte Gomes
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0619521-27.2019.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante: Banco Pan S/A
Advogada: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 192649/SP)
Advogado: José Lídio Alves dos Santos (OAB: 1163A/AM)
Apelado: Maria Bartira Mendes Cassiano
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0621464-50.2017.8.04.0001
Origem: 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Lia Maria Guedes de Freitas
Apelante: Carlos Alberto Marques de Almeida

Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)
Apelado: Banco BMG S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Soc. Advogados: Urbano Vitalino Advogados (OAB: 313/PE)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0622630-59.2013.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Ronnie Frank Torres Stone
Apelante: O Estado do Amazonas
Procurador: Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB: 13184/AM)
Apelado: Adenilson Lopes da Silva
Advogado: Vito Sasso Filho (OAB: 10344/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0627396-19.2017.8.04.0001
Origem: 1ª Vara de Família
Juiz Prolator: Dídimo Santana Barros Filho
Apelante: L. de A. P.
Advogado: Elvislan do Nascimento Silva (OAB: 8970/AM)
Apelado: C. G. de S.
Advogado: Caio Kanawati Soares (OAB: 10104/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0629076-05.2018.8.04.0001
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante: Iracema Taveira de Castro
Advogado: Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM)
Apelado: Banco Bmg S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0630547-90.2017.8.04.0001
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Apelante: Maria Ivete Nogueira de Queiroz da Cunha
Advogado: Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB: 9502/AM)
Apelado: Banco Bmg S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0630652-04.2016.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Apelante: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM)
Advogada: Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB: 5109/AM)
Apelado: Joilnen David Morais da Rocha
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0636198-35.2019.8.04.0001
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP)
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 41913/BA)
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 456/RR)
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 22991A/PA)
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 208247/RJ)
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 4187/AC)
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 6383/RO)
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 34392/DF)
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 1007/AM)
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 22159/ES)
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 3241A/AP)
Apelado: Edmar Nascimento da Silva
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0716436-85.2012.8.04.0001
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cézar Luiz Bandiera
Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau
Advogado: Paulo Stélio Sabbá Guimarães (OAB: 146MP/AM)
Apelado: O Município de Manaus
Procurador: Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (OAB: 5003/AM)
Apelado: Wagner de Albuquerque Pinto - ME
Advogado: Vasco Pereira do Amaral (OAB: 99A/AM)
Advogado: Américo Gorayeb Neto (OAB: 3923/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Remessa Necessária Cível nº 0001463-66.2018.8.04.7500
Origem: 2ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Bárbara Marinho Nogueira
Requerente: O Município de Tefé/am
Advogado: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM)
Advogada: Aline Cintrão Ferreira (OAB: 9275/AM)
Requerido: MG Comércio de Materiais para uso Médico Ltda-Me
Advogado: Juliane Elizabete de Souza Maia (OAB: 12643/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Remessa Necessária Cível nº 0612273-83.2014.8.04.0001
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cézar Luiz Bandiera
Requerente: MARIA ROSINETE BETCEL BARROSO
Advogado: Charles Luiz Evangelista Souza (OAB: 589/AM)
Advogado: Paulo Sérgio Lima dos Santos (OAB: 5337/AM)
Requerido: O Estado do Amazonas
Remetente: Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza

Relator: Exmo. Sr. Des. Jorge Manoel Lopes Lins

Apelação Cível nº 0825612-38.2008.8.04.0001
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Juiz Prolator: Patrícia Macedo de Campos
Apelante: O Município de Manaus
Procurador: Wagner Moreira Garcia (OAB: 9268/MT)
Apelada: Erlandia Pereira Bezerra
Relator: Exmo. Sr. Des. Jorge Manoel Lopes Lins

Manaus, 30 de setembro de 2019.
Nelsilene Lima da Silva Gomes- Assistente da Secretária

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Intimações

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0622376-52.2014.8.04.0001,** em que é **Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.** (Procuradora: Dra. Karina Broze Naimeg Grossi OAB: 119.869/MG). **Apelada: Maria Elida Aguiar de Souza.** (Advogados: Dr. Edinelson Alves de Sousa OAB: 8.225/AM, Dra. Kassia Cristina Pereira Torres OAB: 10.577/AM). **Fica a Apelada intimada do DESPACHO de fls. 309,** exarado nos autos acima referidos na qual: "...Tendo em vista a proposta de acordo formulada pelo Instituto Nacional do Seguro Social INSS, constante às fls. 207/215, nas razões da Apelação Cível e o aceite da Apelada às fls. 252, torna-se necessário a formalização do acordo. Isto posto, intime-se o Apelante para que apresente a proposta formalizada no prazo de 10 (dez) dias úteis e, após, intime-se a Apelada para que se manifeste sobre a proposta de acordo então formalizada, em igual prazo". À Secretaria, para providências. Manaus, 10 de setembro de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::::::

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 27 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0216202-87.2017.8.04.0001,** em que é **Apelante: D. S. G.** (Defensora: Dra. Valéria Araújo Neves OAB: 120.303/MG). **Apelada: M. M. G. representada por sua genitora A. da S. M. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 34,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos". Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de setembro de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 30 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0612009-61.2017.8.04.0001**, em que é **Apelante: Agnaldo Castro de Oliveira.** (Advogado: Dr. Wilson Molina Porto OAB: 805A/AM). **Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.** (Procuradora: Dra. Karina Broze Naimeg Grossi). **Fica o Apelante intimado da DECISÃO de fls. 259**, exarado nos autos acima referidos na qual: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos". Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de setembro de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 30 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0204990-69.2017.8.04.0001,** em que são **Apelantes: L. H. F. da S. F., D. T. F., I. F. F. representados por sua genitora, D. F. da S. F.** (Defensor: Dr. Antônio Cavalcante de Albuquerque Júnior OAB: 2.992/AM). **Apelado: I. da S. F. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 58,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos". Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de setembro de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 30 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0240065-72.2017.8.04.0001**, em que é **Apelante: W. S. da S.** (Defensora: Dra. Kanthya Pinheiro de Miranda OAB: 18.032/BA). **Apelado: A. M. da S. representado por sua genitora V. da S. F. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 47,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos". Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de setembro de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 30 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0614462-92.2018.8.04.0001,** em que é **Apelante: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.** (Advogado: Dr. Pedro Roberto Romão OAB: 209.551/SP). **Apelado: J R dos Santos Serrão.** (Advogado: Dr. Antônio Nunes Colares Neto OAB: 10.728/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 137,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos"**. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de setembro de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 30 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Pauta de Julgamento Designado

Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

Embargos de Declaração Cível nº 0005189-10.2019.8.04.0000, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Durango Martins Duarte, advogados: Marcelo Almeida de Oliveira (OAB: 10004/AM) e Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (OAB: 8450/AM). Embargada: Christiane de Tassis Pisoler, advogados: Bruno Campos Christo Teixeira (OAB: 140438/MG), Galeno Aécio Simeão Gontijo (OAB: 140264/MG), Marcos Carsalade Rabello (OAB: 143430/MG), Andreia Bastos da Silva (OAB: 6816/AM), Indiana Cardoso Machado (OAB: 10016/AM) Marcelo Antunes Santos (OAB: 139963/MG) e Filipe Lima Rios Carneiro (OAB: 139584/MG). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Embargos de Declaração Cível nº 0005663-78.2019.8.04.0000, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Raimundo Nonato de A. Arruda, advogada: Munick Albuquerque Costa (OAB: 7874/AM). Embargado: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A., advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM)(OAB: 9558/AL). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Agravo Interno Cível nº 0005784-09.2019.8.04.0000, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Braserv Petroleo Ltda., advogado: Gabriel Seijo Leal de Figueiredo (OAB: 15533/BA). Agravado: Rio Petróleo Equipamentos e Gestão Ltda.,

advogados: Rodrigo Benicio Jansen Ferreira (OAB: 298473/SP), Márcio Gomes Leal (OAB: 84801/RJ), Rodrigo Jansen (OAB: 111830/RJ) e Daniele de Oliveira Nunes (OAB: 165787/RJ). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0232897-97.2009.8.04.0001, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Lauro Marques da Silva, advogados: Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB: 5035/AM), Eduardo Bonates de Lima (OAB: 5076/AM), Panthev da Trindade Maciel (OAB: 11053/AM), Carolina Postigo Silva (OAB: 9214/AM) e Mendelsson Costa Duarte (OAB: 8319/AM). Apelado: Paulo Henrique Freire, advogado: Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB: 2599/AM), Andrey Farache Barroso (OAB: 12705/AM) e Jéssica Ferreira Botelho (OAB: 6826/AM). Apelado: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., advogados: Pedro Camara Junior (OAB: 2834/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM) e Soc. Advogados: Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB: 613/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0235177-60.2017.8.04.0001, de 2ª Vara de Família. Apelante: J. V. R. de S. Representa: J. R. DE S., Defensora: Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB: 18032/BA) e Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Apelado: J. M., Defensora: Carolina Matos Carvalho Norões (OAB: 5785/SE) e Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.

Apelação Cível nº 0237734-64.2010.8.04.0001, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Amarildo Andrade da Silva, advogados: José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM) e Amanda Lima Martins (OAB: 2487/Am). Apelado: Heca Comércio e Construção Ltda., advogado: Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB: 583A/AM). Apelado: Banco Itaú S/A., advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM). Apelado: Companhia de Gás do Amazonas - CIGAS, advogados: Mariana Serejo Cabral dos Anjos Bessa (OAB: 5985/AM), Francisco Tullio da Silva Marinho (OAB: 901A/AM) e Flavia de Paiva Brandi (OAB: 9300/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0243201-82.2014.8.04.0001, de 3ª Vara de Família. Apelante: L. de O. G., Defensor: Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB: 2992/AM) e Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Apelado: E. de O. G. Apelado: A. C. P. S. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação Cível nº 0246337-24.2013.8.04.0001, de 3ª Vara de Família. Apelante: E. de M. M., Defensora: Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB: 18032/BA) e Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Apelado: J. M. de L. P. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0604699-43.2013.8.04.0001, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Uninorte - Centro Universitário do Norte, advogado: Roberto Trigueiro Fontes (OAB: 692/AM). Apelada: Ana karolina Passos Serra, advogado: Marcos Cirino Serra (OAB: 5843/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0606995-62.2018.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante:Alex dos Santos de Souza. Apelante: Karoline Lima Linhares, advogado: Daniel Pacheco Gonçalves (OAB: 13249/AM). Apelado: Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliarios Ltda., advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0608741-04.2014.8.04.0001, de 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: Patri Vinte e Quatro Empredimentos Imobiliários Ltda., Hiroshima Participações e Comércio Ltda., Patrimônio Construções e Empreednimentos Imobiliários Ltda e Urbis Amazônidas Incorporação e Construção Spe Ltda., advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM). Apelante: Arnaldo Jose Pereira dos Santos, advogado: Joselma Rodrigues da Silva (OAB: A579/AM). Apelado: Global Consultoria Imobiliária S/a. Brasil Brokers, advogada: Ingrid Nedel Spohr Schmitt (OAB: 68625/RS). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Apelação Cível nº 0609950-66.2018.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante:Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (patrimonio), Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM) e Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM). Apelado: Antonio Marcos Beckman de Lima, advogados: Diego Castro Amaral (OAB: 11339/AM), Marcio Fernandes Junior (OAB: 11338/AM) e Paulo Fonseca da Silva (OAB: 13007/AM). Apelada: Lilian Simone Lobo Beckman, advogados: Diego Castro Amaral (OAB: 11339/AM), Marcio Fernandes Junior (OAB: 11338/AM) e Paulo Fonseca da Silva (OAB: 13007/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0610255-89.2014.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Fundação Getúlio Vargas (F G V), advogados: Décio Freire (OAB: 56543/MG). Apelado: Bruno Domingos Viana Batista, advogado: Bartolomeu Ferreira de Azevedo Junior (OAB: 4334/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Apelação Cível nº 0632677-92.2013.8.04.0001, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/apelado: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliarios Ltda Spe., advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM). Apelante/Apelada: Maria Simião dos Santos, advogada: Isabela Ribeiro Alves (OAB: 5270/AM) Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Agravo de Instrumento nº 4002589-45.2019.8.04.0000, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Rio Petróleo Equipamentos e Gestão Ltda., advogados: Rodrigo Benicio Jansen Ferreira (OAB: 298473/SP), Márcio Gomes Leal (OAB: 84801/RJ), Rodrigo Jansen (OAB: 111830/RJ) e Daniele de Oliveira Nunes (OAB: 165787/RJ). Agravado: Braserv Petroleo Ltda., advogado: Gabriel Seijo Leal de Figueiredo (OAB: 15533/BA). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4004186-49.2019.8.04.0000, de Vara Única de Envira. Agravante: Claro S/A., advogados: Tatiana Maria Mello de Lima (OAB: 15118/DF) e Rodrigo Badaró de Castro (OAB: 2221A/DF). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, Promotor: Kleyson Nascimento Barroso (OAB: 6879/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de setembro de 2019.

De ordem da Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 931 e 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes autos digitais:

Agravo de Instrumento nº 4001408-09.2019.8.04.0000, de 1ª Vara de Manicoré. Agravante: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda., advogada: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 192649/SP). Agravado: Emerson de Freitas Nogueira.

Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4002412-81.2019.8.04.0000, de 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: V8 Restaurante e Bar Eireli, advogado: Jucelino dos Santos Nobre (OAB: 6166/AM). Agravado: Banco da Amazônia S/A., advogados: Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB: 1588/RR), Paulo Sergio Lopes Gonçalves (OAB: 281005/SP), Annabelle de Oliveira Machado (OAB: 4419/AM), Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB: 10396/PA), Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB: 25498/PA) e Boniek Pereira da Silva (OAB: 8303/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4002466-47.2019.8.04.0000, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Banco do Brasil S/A., advogados: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM) e José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB: 11047A/AM). Agravado: Ivaldo Rocha Sousa Junior, advogado: Rômulo José Fernandes da Silva (OAB: 1818/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4002979-15.2019.8.04.0000, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Elaine Paula Vendola, advogados: Clotilde Miranda Monteiro de Castro (OAB: 8888/AM), Yuri Dantas Barroso (OAB: 4237/AM) e Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior (OAB: 14182/AM). Agravado: Unimed de Manaus - Cooperativa de Trabalho Medico, advogados: Pedro Câmara Junior (OAB: 2834/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM) e Pedro Câmara - Sociedade de Advogados Oab/am Nº 613/2017 (OAB: 999999/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Membros: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4003030-26.2019.8.04.0000, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: N M G Gomes - Me., advogados: Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB: 5035/AM) e Mendelsson Costa Duarte (OAB: 8319/AM). Agravado: Pello Menos Franchising Ltda., advogadas: Patricia Gonzalez Baubeta (OAB: 142076/SP) e Tatiana Teixeira de Almeida Pedote (OAB: 204002/SP). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Membros: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4005058-98.2018.8.04.0000, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Nobile Gestão de Empreendimentos Ltda., advogada: Deborah Christina de Brito Nascimento (OAB: 28192/DF). Agravado: Digitron da Amazônia Indústria e Comércio S/A. Agravado: Kss Empreendimento S/s Ltda., advogada: Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB: 5373/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0345103-25.2007.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: Geovana Maria Paula dos Santos Chaves, advogados: Oassis Trindade de Oliveira (OAB: 495/AM) e Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB: 3577/AM). Apelante/Apelado: Norteferro Industria e Comercio de Ferro Ltda., advogado: Marcelo Teixeira de Souza (OAB: 9740/AM). Apelado: Pmbp Representações Ltda., advogada: Miriam Regina Cunha Dutra (OAB: 4869/AM). Apelante/Apelado: Maurício Magalhães Lima, advogado: Marcelo Cardoso Alecrim (OAB: 5868/AM). Apelado: Construtora Aliança Ltda., advogados: Arnoldo Bentes Coimbra (OAB: 345/AM) e Wellington de Amorim Alves (OAB: 2993/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus de Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0615053-30.2013.8.04.0001, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Administradora de Bens Carlos Filho Ltda., advogado: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM). Apelado: Civil Corp Incorporações Ltda., advogados: Milton Aurelio Rosas Gomes (OAB: 4723/AM), Roberto Alessandro de Lima Nascimento (OAB: 12403/AM), Felipe Sena de Carvalho (OAB: 3816/AM) e Antônio Raimundo Barros de Carvalho (OAB: 2267/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus de Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de setembro de 2019.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) e Edson Antônio Sousa Pinto (4643/RO) e Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (115224/RO) - Processo 0614972-71.2019.8.04.0001 - Apelação Cível - Pagamento Em Consignação - Apelante : Marcio Victor Perdiz Nogueira - Apelado : Bv Financeira Sa Credito Financiamento - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Raimundo Mário Belchior de Andrade (1775/AM) e José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM) e Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM) - Processo 0633187-37.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Pagamento Em Consignação - Apelante : Maria Jaci Oliveira da Silva de Souza - Apelado : Banco do Brasil S/A - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Alexandre Barros Ramalho (9201/AM) e Geovani Silva da Cruz (9355/AM) - Processo 4001335-37.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Liminar - Agravante : Patricia Lopes Miranda

Agravante : Câmara Municipal de Presidente Figueiredo - Agravado : Município de Presidente Figueiredo - Am

Agravado : Mário Jorge Bulbol Abrahão - Relator: João de Jesus Abdala Simões

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de setembro de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0626866-78.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Andreson Adriano da Silva Amorim - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0626866-78.2018.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Anderson Adriano da Silva Amorim e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas,

usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Anderson Adriano da Silva Amorim, na pessoa de suas Advogadas Dra. Danielle Queiroz Ribeiro OAB/AM nº 9.296, Dra. Maria Goreth Terças de Oliveira OAB/AM nº 3.735, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Danielle Queiroz Ribeiro (OAB: 9296/AM) - Pierre Manoel Eugene Teles Chottard - Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB: 3835/AM) - Taquer Junio Queiroz Ribeiro (OAB: 13226/AM) - Daniel Leite Brito (OAB: 820/MP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0652174-19.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Eder Guimarães Teixeira - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0652174-19.2018.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Eder Guimarães Teixeira e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Eder Guimarães Teixeira, na pessoa de seu Advogado Dr. Anderson Kennetth Santos Belfort (OAB 7591/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Anderson Kennetth Santos Belfort (OAB: 7591/AM) - Mário Ypiranga Monteiro Neto (OAB: 2814/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004665-42.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Iêda Santos Cardoso - Impetrante: Jhonata Monteiro do Carmo - Paciente: Cleiber de Castro Costa - Impetrado: Juízo de Direito do 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica Contra A Mulher da Comarca de Manaus (Maria da Penha - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004665-42.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que são Impetrantes/Advogados Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM) e Jhonata Monteiro do Carmo (OAB 14.244/AM) e Impetrado Juízo de Direito do 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica Contra A Mulher da Comarca de Manaus (Maria da Penha, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Paciente C. De C. C., na pessoa de seus Advogados Drs. Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM) e Jhonata Monteiro do Carmo (OAB 14.244/AM), do Despacho exarado às fls. 85/88, com o seguinte teor: "Pelo exposto, indefiro a liminar pleiteada.". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Iêda Santos Cardoso (OAB: 5714/AM) - Jhonata Monteiro do Carmo (OAB: 14244/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4004439-37.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Naiade Victoria Araujo Ribeiro Perrone - Paciente: Maria Eduarda dos Santos Souza - Impetrado: Juízo de Direito da 2º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus No Estado do Amazonas - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004439-37.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Naiade Victoria Araujo Ribeiro Perrone OAB/AM n° 9.183, Paciente Maria Eduarda dos Santos Souza e Impetrado Juízo de Direito da 2º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus No Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Maria Eduarda dos Santos Souza, na pessoa de seu Advogado Dr. Naiade Victoria Araujo Ribeiro Perrone OAB/AM n° 9.183, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o presente Habeas Corpus, nos termos do art. 659 do Código de Processo Penal, c/c art. 61, inciso VI, do Regimento Interno deste egrégio Tribunal de Justiça, em virtude da falta de interesse de agir ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Náiade Victória Araujo Perrone (OAB: 9183/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004640-29.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho - Impetrante: Yuri Evanovick Leitão Furtado - Paciente: Amós Alves dos Santos - Paciente: Rubens Pedro de Farias Junior - Paciente: Fabiano Lima da Silveira - Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Capital/am - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004640-29.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que são Impetrantes e Advogados Drs. Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho OAB 1975/AM e Yuri Evanovick Leitão Furtado OAB 10225/AM, Pacientes Amós Alves Santos, Rubens Pedro de Farias Júnior e Fabiano Lima da Silveira e Impetrado Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Capital/AM, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, ficam INTIMADOS os Pacientes Amós Alves Santos, Rubens Pedro de Farias Júnior e Fabiano Lima da Silveira, na pessoa de seus Advogados Drs. Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho OAB 1975/AM e Yuri Evanovick Leitão Furtado OAB 10225/AM, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Luís Eduardo dos Santos Valois Coelho (OAB: 1975/AM) - Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB: 10225/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004671-49.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Carlos Bergson Nascimento Pereira - Paciente: José Lenilson da Cotsa - Impetrado: Juizo Vara Criminal da Comarca de Guajará/am - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004671-49.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Carlos Bergson Nascimento Pereira OAB/AC 2.785, Paciente José Lenilson da Costa e Impetrado Juizo Vara Criminal da Comarca de Guajará/AM, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente José Lenilson da Costa, na pessoa de seu Advogado Dr. Carlos Bergson Nascimento Pereira OAB/AC 2.785, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "01.09. Ante o exposto, com fundamento no art. 659 do Código de Processo Penal, verifcada a perda do objeto ante a concessão de liberdade provisória ao Paciente, na origem, julgo prejudicado o presente habeas corpus". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Carlos Bergson Nascimento Pereira (OAB: 2785/AC) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Dheymison Albuquerque da Silva (12223/AM) e Adriana Monteiro Espinheira - Processo 0202293-85.2017.8.04.0030 - Apelação Criminal - Violência Doméstica Contra A Mulher - Apelante : F. A. C. - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Diego Marcelo Padilha Gonçalves (7613/AM), Diego Marcelo Padilha Gonçalves (7613/AM), Diego Marcelo Padilha Gonçalves (7613/AM), Felix Valois Coêlho Júnior (339/AM) e Josemar Berçot Rodrigues Júnior (7557/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4004399-55.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Quesitos - Impetrante : Diego Marcelo Padilha Gonçalves
Paciente : Monica Regina Queiroz dos Reis
Paciente : Gleice Cristina Queiroz dos Reis
Paciente : Sheila Patricia Queiroz dos Reis - Impetrado : Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 30 de setembro de 2019.

Julgamento Virtual

CONCLUSÕES E ACÓRDÃOS: Foram lidos e assinados em conferência da egrégia 1ª Câmara Criminal, os acórdãos dos seguintes feitos.

Conclusão de Acórdãos - Julgamento Virtual

1) Processo: 0207320-55.2012.8.04.0020 - Recurso Em Sentido Estrito, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Recorrente: Ministério Público do Estado do Amazonas. Recorrido: D. S. da S. Defensor Público Danilo Germano Ribeiro Penha. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcellos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: PROCESSO PENAL – RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE COM FUNDAMENTO NA PRESCRIÇÃO RETROATIVA ANTECIPADA – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL – PRECEDENTES STF E STJ – SÚMULA 438 STJ – NULIDADE – RECURSO PROVIDO.1. A prescrição retroativa antecipada, também conhecida como projetada, virtual, hipotética ou em perspectiva, não possui previsão legal no ordenamento jurídico pátrio, e a sua aplicação é rechaçada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, inclusive com repercussão geral reconhecida no primeiro e edição da Súmula 438 no segundo, segundo a qual "é inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal". 2. Recurso conhecido e provido. Sentença anulada. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal em epígrafe, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer e dar provimento ao recurso para declarar a nulidade da sentença, devolvendo os autos à origem para regular prosseguimento do feito, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

2) Processo: 0603217-50.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal, 2ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Apelado: Anacleto Pereira Ferreira Junior. Advogado: Dr. Kal-El Bessa Nascimento Salem OAB/AM nº 6.389. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. ART. 28 DA LEI N.º 11.343/2006. PEDIDO DE REFORMA DA SENTENÇA PARA CONSIDERAR, COMO CONSTITUCIONAL, O ART. 28 DA LEI DE DROGAS, A FIM DE DETERMINAR A DISTRIBUIÇÃO DO FEITO A UM DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA COMARCA DE MANAUS/AM. POSSIBILIDADE. NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 97 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. VIABILIDADE DE QUE ÓRGÃO FRACIONÁRIO AFIRME A CONSTITUCIONALIDADE DO ATO NORMATIVO ANALISADO. POSICIONAMENTO DO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA QUESTÃO DE ORDEM NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N.º 430.105/RJ. INOCORRÊNCIA DA DESCRIMINALIZAÇÃO. PRECEDENTES DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS JURÍDICAS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO N.º 635.659/SP PENDENTE DE JULGAMENTO NO PRETÓRIO EXCELSO. REFORMA DO DECISUM. NECESSIDADE DE REMESSA A UM DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS, NOS TERMOS DO ART. 48, § 1.º, DA LEI N.º 11.343/2006. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E PROVIDA.1. No caso sub examine, muito embora haja concordado com os termos da desclassificação da conduta delitiva, o Ministério Público se irresigna contra a declaração de inconstitucionalidade do art. 28 da Lei n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006, objetivando a distribuição do Feito a um dos Juizados Especiais Criminais da Comarca de Manaus/AM.2. De proêmio, em interpretação, a contrario sensu, do disposto no art. 97 da Constituição Federal, infere-se que nada impede que os órgãos fracionários dos Tribunais Pátrios, como esta colenda Primeira Câmara Criminal, ou os magistrados, quando atuarem monocraticamente, rejeitem a tese de inconstitucionalidade dos atos normativos. Precedentes do Pretório Excelso.3. Adentrando-se à análise de mérito da demanda, é de rigor salientar que a colenda Primeira Turma do excelso Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Questão de Ordem no Recurso Extraordinário n.º 430.105/RJ, firmou entendimento no sentido de que a Lei n.º 11.343/2006 não descriminalizou a conduta do posse ou porte de drogas para consumo pessoal, apenas, deflagrou a sua despenalização, haja vista que excluiu a sanção relativa às penas privativas de liberdade.4. Sendo assim, muito embora a conduta prevista no art. 28 da Lei 11.343/2006, seja considerada como de menor potencial ofensivo e lhe seja cominada sanção penal mais branda, isto é, sem previsão de pena de reclusão ou detenção, é clarividente que a conduta de possuir drogas para o consumo pessoal não deixou de ser crime. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça.5. Nada obstante, o ínclito Juízo a quo baseou a declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 28 da Lei de Tóxicos, em um único voto no julgamento do Recurso Extraordinário n.º 635.659/SP, proferido pelo Exm.º Sr. Ministro GILMAR MENDES, o qual teve reconhecida a repercussão geral no dia 08 de dezembro de 2011. Todavia, à luz da presunção de constitucionalidade das normas jurídicas, derivado do princípio da separação dos poderes, todo ato normativo oriundo do Poder Legislativo, presume-se constitucional até prova em contrário.6. Somando-se a isso, é cediço que o Recurso Extraordinário n.º 635.659/SP ainda está pendente de julgamento e, até o pronunciamento definitivo do colendo Pretório Excelso sobre a questão, o art. 28 da Lei n.º 11.343/2006, é válido e eficaz, de sorte que a conduta de portar drogas para uso próprio, continua sendo típica, ilícita e culpável.7. In fine, considerando tratar-se de infração de menor potencial ofensivo, a conduta delitiva deve ser apurada por um dos Juizados Especiais Criminais da Comarca de Manaus/AM, nos termos do § 1.º, do art. 48, da Lei Antidrogas.8. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E PROVIDA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os Autos da Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DO PRESENTE RECURSO DE

APELAÇÃO E DAR-LHE PROVIMENTO, para reformar o decisum vergastado, a fim de considerar constitucional o art. 28 da Lei n.º 1.343/206, e determinar o encaminhamento do Feito a um dos Juizados Especiais Criminais da Comarca de Manaus/AM, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.".

3) Processo: 0606337-04.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Alexandre Farias de Souza. Defensor Público: Andre Ricardo Antonovicz Munhoz. Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Carlos Lélio Lauria Ferreira. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA:** AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. INCIDENTE PARA A APURAÇÃO DE FALTA GRAVE, EM RAZÃO DA PERPETRAÇÃO DE NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO, JULGADO PROCEDENTE PELO JUÍZO A QUO. DESNECESSIDADE DE SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO, EM RELAÇÃO AO NOVO DELITO. SÚMULA N.º 526 DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR PARA AVERIGUAR A FALTA DISCIPLINAR, A SER CONDUZIDO PELA DIREÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL. IMPRESCINDIBILIDADE. ARTS. 47, 48 E 59 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. SÚMULA N.º 533 DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE REFORMA DA DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.1. Antes de enfrentar a matéria trazida à baila, é de rigor salientar que a questão relativa à execução penal é abordada por norma infraconstitucional, vale dizer, pela Lei n.º 7.210/1984, e, por via de consequência, deve ser examinada, em última instância, pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de contrariedade à repartição constitucional de competências.2. De saída, a despeito dos fundamentos relativos à ausência de trânsito em julgado, relativo ao novo delito doloso, supostamente, praticado pelo Apenado, a Terceira Seção do colendo Tribunal da Cidadania, no bojo do REsp n.º 1.336.561/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, firmou entendimento no sentido de que o reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde de trânsito em julgado de sentença penal condenatória em processo penal instaurado para apuração do fato. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça.3. Tal assertiva, inclusive, é abordada pela Súmula n.º 526 do colendo Tribunal da Cidadania: "O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato."4. Noutro giro, à luz dos arts. 47, 48 e 59 da Lei n.º 7.210/1984, frisa-se que, quando o Apenado praticar falta disciplinar, dever-se-á instaurar procedimento administrativo-disciplinar para a sua apuração, cujo poder disciplinar será exercido pela Autoridade Administrativa à qual estiver sujeito o sentenciado, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.5. Acerca dessa temática, já definiu a Terceira Seção do colendo Tribunal da Cidadania, no bojo do REsp n.º 1.378.577/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, onde definiu que, para o reconhecimento da prática de falta disciplinar, no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.6. Nessa linha de intelecção, preleciona a Súmula n.º 533 do colendo Superior Tribunal de Justiça: "Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado."7. No caso sub examine, considerando que não houve a instauração de processo administrativo pela Autoridade da Administração Penitenciária, a fim de apurar a falta disciplinar, supostamente, praticada pelo Apenado, em violação aos arts. 47, 48 e 59 da Lei n.º 7.210/1984 e ao entendimento firmado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, conclui-se que a decisão vergastada, proferida pelo insigne Juízo de Direito da Vara de Execução Penal, deve ser reformada, para julgar improcedente o incidente instaurado pela Instância a quo.8. Por derradeiro, uma vez acolhidas as alegações atinentes à inexistência de instauração de procedimento administrativo para averiguar a falta disciplinar, conduzido pela Direção da Unidade Prisional, resta prejudicado o exame do argumento atinente à ausência de fundamentação sobre a perda de 1/3 (um terço) dos dias, eventualmente, remidos.9. Agravo em Execução Penal CONHECIDO E PROVIDO. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo em Execução Penal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em disonância ao Graduado Órgão Ministerial, CONHECER DO PRESENTE RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.''.

4) Processo: 0638614-73.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Sergio Henrique da Cruz Correa. Defensor Público: Arthur Sant 'Anna Ferreira Macedo. Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA:** AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. INCIDENTE PARA A APURAÇÃO DE FALTA GRAVE, EM RAZÃO DA PERPETRAÇÃO DE NOVO DELITO, NO CURSO DA EXECUÇÃO, JULGADO PROCEDENTE PELO DOUTO JUÍZO A QUO. DESNECESSIDADE DE SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO, EM RELAÇÃO AO NOVO DELITO. SÚMULA N.º 526 DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA AVERIGUAR A FALTA DISCIPLINAR, A SER CONDUZIDO PELA DIREÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL. IMPRESCINDIBILIDADE. ARTS. 47, 48 E 59 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. SÚMULA N.º 533 DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE REFORMA DA DECISÃO PROFERIDA PELO DOUTO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.1. Antes de enfrentar a matéria trazida à baila, é de rigor salientar que a questão relativa à execução penal é abordada por norma infraconstitucional, vale dizer, pela Lei n.º 7.210/1984, e, por via de consequência, deve ser examinada, em última instância, pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de contrariedade à repartição constitucional de competências.2. A despeito dos fundamentos relativos à ausência de trânsito em julgado, relativo ao novo delito doloso, supostamente, praticado pelo Apenado, a Terceira Seção do colendo Tribunal da Cidadania, no bojo do REsp n.º 1.336.561/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, firmou entendimento no sentido de que o reconhecimento de falta grave, decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena, prescinde de trânsito em julgado de sentença penal condenatória em processo penal instaurado para apuração do fato. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça.3. Tal assertiva, inclusive, é abordada pela Súmula n.º 526 do colendo Tribunal da Cidadania: "O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato."4. Noutro giro, à luz dos arts. 47, 48 e 59 da Lei n.º 7.210/1984, frisa-se que, quando o Apenado praticar falta disciplinar, dever-se-á instaurar procedimento administrativo-disciplinar para a sua apuração, cujo poder disciplinar será exercido pela Autoridade Administrativa, à qual estiver sujeito o sentenciado, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.5. Acerca dessa temática, já definiu a Terceira Seção do colendo Tribunal da Cidadania, no bojo do REsp n.º 1.378.577/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, que definiu que, para o reconhecimento da prática de falta disciplinar, no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.6. Nessa linha de intelecção, preleciona a Súmula n.º 533 do colendo Superior Tribunal de Justiça: "Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado

constituído ou defensor público nomeado."7. In casu, considerando que não houve a instauração de processo administrativo, pela Autoridade da Administração Penitenciária, a fim de apurar a falta disciplinar, supostamente, praticada pelo Apenado, em violação aos arts. 47, 48 e 59 da Lei n.º 7.210/1984 e ao entendimento firmado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, conclui-se que a decisão vergastada, proferida pelo douto Juízo de Direito da Vara de Execução Penal, deve ser reformada, para julgar improcedente o incidente instaurado pela Instância a quo.8. Por derradeiro, uma vez acolhidas as alegações atinentes à inexistência de instauração de procedimento administrativo para averiguar a falta disciplinar, conduzido pela Direção da Unidade Prisional, resta prejudicado o exame do argumento atinente à ausência de fundamentação sobre a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos.9. Agravo em Execução Penal CONHECIDO E PROVIDO. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo em Execução Penal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em disonância ao Graduado Órgão Ministerial, CONHECER DO PRESENTE RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.''.

5) Processo: 4003934-46.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes. Impetrante/ Advogado: Rafael Basílio de Souza OAB/AM nº 8.892. Paciente: E. C. C. Impetrada: Juíza de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes Procuradora MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. **EMENTA:** HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ART. 217-A DO CÓDIGO PENAL. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP NITIDAMENTE PRESENTES. PRIMÁRIO, RESIDÊNCIA FIXA E TRABALHO LÍCITO. CONDIÇÕES QUE NÃO DEVEM PREVALECER SOBRE A NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR. DENEGADA A ORDEM DE HABEAS CORPUS.1. A segregação do paciente encontra-se fundamentada em justificadas razões pela magistrada de piso, especialmente porque a conduta do agente possui um alto grau de reprovabilidade, restando clara a necessidade da custódia do paciente a fim de resguardar a ordem pública. 2. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a presença de condições pessoais favoráveis, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, não impedem a decretação da prisão cautelar, notadamente se há nos autos elementos suficientes para justificar a segregação preventiva.3. Denegada a ordem de habeas corpus. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 4003934-46.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer Ministerial, conhecer o presente Habeas Corpus, mas denegar a ordem, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o presente. Publique-se.".

6) Processo: 4004198-63.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, Vara Única de Barreirinha/AM. Impetrante/ Defensor Público Everton Sarraff Nascimento. Pacientes: Jeder Pinto de Souza e José Leandro Carvalho dos Santos. Impetrada: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Barreirinha/AM. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA:** HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ARTS. 33 E 35 DA LEI N.º 11.343/2006. EXAME DATILOSCÓPICO. INVIABILIDADE. POSSIBILIDADE DE INDEFERIMENTO QUANDO A MEDIDA REQUESTADA SE REVELAR DESNECESSÁRIA AO ESCLARECIMENTO DA VERDADE, OU QUANDO FOR IRRELEVANTE, IMPERTINENTE OU PROTELATÓRIA. PRECEDENTES. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA, TAMPOUCO, CONSTRANGIMENTO ILEGAL, A ENSEJAR A CONCESSÃO DO PRESENTE WRIT. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONHECIDA E DENEGADA.1. Segundo os ditames dos arts. 184 e 400, § 1.º, do Código de Processo Penal, o juiz pode indeferir a realização de provas periciais, quando estas não se revelarem necessárias ao esclarecimento da verdade, ou quando forem irrelevantes, impertinentes ou protelatórias. É que o direito à produção de provas não pode ser exercido de forma abusiva e desleal, sendo possível que os magistrados, de forma motivada, recusem a produção de determinada prova, quando desnecessária, irrelevante, impertinente ou protelatória.2. No caso sub examine, destaca-se que os delitos de Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Associação para o Tráfico, podem ser comprovados, a priori, pelo Laudo Toxicológico e pelas declarações dos Agentes Policiais que atuaram na prisão em flagrante e dos Interrogados, perante a Autoridade Policial, bem como, pelos depoimentos prestados pelas Testemunhas de Acusação e pelos Acusados, perante o douto Juízo de piso, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.3. Nesse diapasão, ainda que se tratem de crimes que deixam vestígios, a Lei n.º 11.343/2006 não considera como obrigatório ou imprescindível para o deslinde da causa criminal, a realização de Exame Datiloscópico para a comprovação da autoria e da materialidade dos crimes de Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Associação para o Tráfico. Isso porque a ausência de digitais no material apreendido não implicaria, automaticamente, na conclusão de que os Réus não eram os proprietários das substâncias entorpecentes ou na conclusão de que os Acusados não estariam, no mínimo, envolvidos com a atividade ilícita, mas, somente, comprovaria que outras pessoas manejaram os invólucros das substâncias ilícitas, o que não seria capaz de afastar a autoria delitiva.4. Noutro giro, apesar de haver pontuado que o exame datiloscópico seria imprescindível, o Impetrante não trouxe quaisquer argumentos que fossem capazes de demonstrar a imprescindibilidade da medida para o desfecho do caso concreto, esclarecendo, tão somente, que a palavra dos Pacientes teriam pouca relevância para a instrução.5. Nessa linha de intelecção, não infiro manifesta ilegalidade no ato, ora, impugnado, a justificar a concessão da ordem de Habeas Corpus, para determinar a realização de exame datiloscópico entre o material apreendido e as digitais dos Pacientes, sobretudo, porque, além de ser lícito o indeferimento de produção de provas, quando não forem necessárias ao esclarecimento dos fatos, a Autoridade, indicada como Coatora, consignou que a perícia requisitada se trata de medida protelatória ao andamento da Ação Penal, e, por sua vez, o Impetrante não trouxe argumentos contundentes sobre a imprescindibilidade da medida. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça e do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo.6. Sendo assim, conclui-se que a ínclita Magistrada a quo fundamentou, corretamente, a decisão vergastada, não havendo que se falar em violação ao contraditório e à ampla defesa, tampouco, na ocorrência de constrangimento ilegal, a ensejar a concessão do presente writ.7. Ordem de Habeas Corpus CONHECIDA E DENEGADA. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER E denegar a ORDEM IMPETRADA, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de di".

Secretaria do Primeira Câmara Criminal , em Manaus, 30 de setembro de 2019.

Mastewenwer Abreu Nery
Secretário da 1ª Câmara Criminal

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos. JULGAMENTO VIRTUAL da 2ªCCRIM.

1. Processo: 0005744-27.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 3º Vara do Tribunal do Júri. Embargante: Dorval Junio Carneiro de Mattos. Advogado: Renan Rufino Rocha da Silva (OAB: 9692/AM). Advogado: Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB: 9463/AM). Advogado: Daniel Ferreira Magalhães (OAB: 8958/AM). **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Igor Starling Peixoto. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO QUE JULGOU RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DIREITO PROCESSUAL PENAL. OMISSÃO. VÍCIO INEXISTENTE. PROPÓSITO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA E PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO REJEITADO. 1. Nos moldes dispostos no art. 619 do Código de Processo Penal, a oposição de embargos declaratórios exige a presença de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão. 2. Portanto, não é válida a sua utilização para fins de rediscutir os fundamentos jurídicos anteriormente invocados e discutidos no teor do julgado. 3. Na hipótese, muito embora alegue a existência de ponto omisso na decisão, o Embargante limita-se a prequestionar a matéria e a expor os motivos pelos quais diverge do posicionamento jurídico adotado. 4. Assim, imperiosa a rejeição do recurso. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos autos dos Embargos de Declaração Criminal nº 0005744-27.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

2. Processo: 0618836-54.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 1ª Vara Criminal. Apelante: Brendo Henrique de Oliveira. Advogado: Wanderson de Sousa Lima (OAB: 10791/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Edinaldo Aquino Medeiros (OAB: 2898/AM). Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisora: Onilza Abreu Gerth. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO QUALIFICADO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. AUTORIA E MATERIALIDADE DO DELITO COMPROVADAS. RECONHECIMENTO DA TENTATIVA. NÃO CABIMENTO. CRIME CONSUMADO COM A MERA INVERSÃO DA POSSE DA RES FURTIVA. PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA. NÃO ACOLHIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Havendo nos autos provas seguras acerca da autoria e materialidade do delito, as quais amparam-se nos depoimentos das vítimas, dos agentes policiais, do Recorrente e dos demais réus, nas fases inquisitorial e judicial, refuta-se o pedido de absolvição. 2. A consumação do delito de roubo ocorre quando o agente, mediante violência ou grave ameaça, retira a coisa da esfera de disponibilidade do ofendido, ainda que por breve espaço de tempo, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada. Inteligência da Súmula 582 do STJ. 3. Na espécie, a prisão em flagrante ocorreu após a subtração da res furtiva, em decorrência de perseguição policial, motivo pelo qual afasta-se a tese de crime tentado. 4. Inviável a tese de participação de menor importância, eis que as circunstâncias apuradas evidenciam que o Acusado aderiu à prática do crime de roubo, restando comprovada a coautoria do delito. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos autos da **Apelação Criminal nº 0618836-54.2018.8.04.0001**, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

3. Processo: 0619338-90.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 2ª Vara Criminal. Apelante: Herrysson Ribeiro Pereira. Advogada: Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB: 3735/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Sarah Pirangy de Souza. Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisora: Onilza Abreu Gerth. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. PROVAS SUFICIENTES PARA A CONDENAÇÃO. CONCURSO DE PESSOAS. IMPOSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO DA MAJORANTE. ATENUANTE DA CONFISSÃO. INAPLICABILIDADE. NEGATIVA DE AUTORIA TANTO NA FASE INQUISITORIAL COMO EM JUÍZO. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA MENOS GRAVOSO. INVIABILIDADE. RÉU REINCIDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Não há que se falar em insuficiência de provas quando o caderno processual se revela uníssono em comprovar a materialidade e a autoria do crime. 2. In casu, as alegações da vítima, além de firmes e coerentes, coadunam-se com o depoimento judicial do coautor do delito, sendo imperiosa a manutenção do decreto condenatório. 3. Ademais, não há que se falar em afastamento da majorante do concurso de pessoas, disposta no §2º, inciso II, do art. 157, do Código Penal, uma vez fartamente demonstrado o liame subjetivo existente entre os acusados. 4. A incidência da atenuante da confissão espontânea somente se mostra cabível quando o agente admite a prática delitiva, ainda que de forma parcial ou qualificada, o que não ocorreu na espécie. 5. Infundada a pretensão de regime inicial aberto na hipótese de réu reincidente, submetido à reprimenda no patamar de 07 (sete) anos, 10 (dez) meses e 13 (treze) dias, a teor do art. 33, §§2º e 3º, do CP. 5. Recurso não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação Criminal nº 0619338-90.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

4. Processo: 0636756-75.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 7ª Vara Criminal. Apelante: Manoel Júlio Lopes da Silva. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensora: Laiane Tammy Abati (OAB: 172066/SP). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas**. Promotor: Jefferson Neves de Carvalho. Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisora: Onilza Abreu Gerth. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. IRRESIGNAÇÃO QUANTO À PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. PERSONALIDADE E CONDUTA SOCIAL. REDIMENSIONAMENTO DA PENA-BASE. REPRIMENDA INFERIOR A 4 ANOS. RÉU REINCIDENTE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. REGIME INICIAL SEMIABERTO. RECURSO PROVIDO. 1. A prática de outras condutas delituosas, apuradas em inquéritos policiais e ações penais em curso, não justifca a valoração negativa da personalidade e conduta social do agente, consoante orientação da Súmula 444 do STJ, motivo porque estas balizas devem tornar-se neutras ao apelante, com o consequentemente redimensionamento da pena-base aplicada. 2. Tratando-se de pena inferior a 04 (quatro) anos e acusado reincidente, impõe-se a fixação do regime semiaberto, nos termos do art. 33, §2º, alínea "b", do CP, porquanto a manutenção do regime inicial fechado somente se justifcaria se alguma circunstância judicial do art. 59 do Código Penal fosse desfavorável ao réu, o que não é o caso dos autos. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos autos da **Apelação Criminal nº 0636756-75.2017.8.04.0001**, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância parcial com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

5. Processo: 4003804-56.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, Vara Única de Careiro. Impetrante: Melquisedec Freitas Pantoja. **Paciente: Yuri Neves Pessoa de Lima.** Advogado: Melquisedec Freitas Pantoja (OAB: 10412/AM). **Impetrado: Juizo de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Careiro Castanho**. Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO MAJORADO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. FATO INSUFICIENTE PARA CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. ORDEM DENEGADA. 1. A manutenção da custódia provisória somente se justifica quando restar evidenciado, através de dados concretos, o preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do CPP. 2. Na espécie, a segregação cautelar é necessária para a garantia da ordem pública, sobretudo levando-se em conta a contumácia delitiva do Paciente e o modus operandi empregado na empreitada delituosa (roubo praticado em transporte público coletivo, em concurso de agentes, mediante grave ameaça exercida com arma, contra várias vítimas). 3. A existência de condições pessoais favoráveis não tem o condão de, por si só, garantir ao agente o direito à liberdade provisória, notadamente se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção do édito constritivo. 4. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus Criminal nº 4003832-24.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 30 de setembro de 2019.

Despachos

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESPACHO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator dos autos de **Apelação Criminal nº 0633276-60.2015.8.04.0001, Manaus/AM**, em que é Apelantes **Francisco Mangabeira Lopes, Johan Tabares Hernandez, Ministério Público do Estado do Amazonas e Pablo Suarez**, Advogados **Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (10088/AM),** e Apelado/Apelante **Francisco Mangabeira Lopes, Johan Tabares Hernandez e Ministério Público do Estado do Amazonas,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** Apelantes **Francisco Mangabeira Lopes, Johan Tabares Hernandez, Ministério Público do Estado do Amazonas e Pablo Suarez** na pessoa de seus Advogados **Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (10088/AM)** para tomarem conhecimento do seguinte **DESPACHO**, da lavra do (a) **Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** cujo teor final é o seguinte: " Inclua-se o feito em pauta, para a próxima sessão de julgamento. Pedido de sustentação oral. **Sessão Ordinária do dia 14.10.2019, 9h**.".

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator dos autos de **Habeas Corpus Criminal nº 4004306-92.2019.8.04.0000, Manaus/AM**, em que é Paciente **Gabriel Damasceno Waldman**, Impetrante/Advogado **Ikaro Bastos Pedrosa (11465/AM)** e Impetrado **Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Itacoatiara/Am,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS Paciente Gabriel Damasceno Waldman** na pessoa de seu Advogado **Ikaro Bastos Pedrosa (11465/AM)** para tomarem conhecimento da seguinte **DESPACHO** da lavra do **Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** cujo teor final é o seguinte: "Inclua-se o feito em pauta, para a próxima sessão de julgamento. Pedido de sustentação oral. **Sessão Ordinária do dia 14.10.2019, 9h.**".

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 30 de setembro de 2019.

Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Decisões

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DECISÃO MONOCRÁTICA

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Agravo de Instrumento nº 4004525-08.2019.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Agravante **M. J. F. De M.**, Advogado **Jullie Anne Rodrigues da Cunha (9243/AM)** e Agravado **A. S. C. De M. e M. C. P.,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADAS AS PARTES** na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: " *Ante o exposto, não conheço do Agravo de Instrumento, porque manifestamente incabível, nos moldes do art. 61, X, RITJ/AM, e determino o seu arquivamento, com os devidos registros no SAJ.* ".

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 30 de setembro de 2019.

Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Julgamento Virtual

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e **prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Elizabeth Cavalieri Campos (7228/AM) e Lynneu Francisco Campos (6789/AM) - Processo 4003561-15.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Lynneu Francisco Campos - Impetrante: Elizabeth Cavalieri Campos - Paciente: Erick Adriano de Souza - Impetrado : Vara de Execuções Penais - VEP - Relator: Djalma Martins da Costa

02. ADV/REP.: Fred Figueiredo Cesar (9508/AM), Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola (10044/AM) e Roger Marques Mendes (9516/AM) - Processo 4003905-93.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Fred Figueiredo Cesar - Impetrante: Roger Marques Mendes - Impetrante: Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola - Paciente: Eric de Oliveira Frazão - Impetrado: Juízo da Vara Única da Comarca de Beruri-am - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

03. ADV/REP.: Klinger da Silva Oliveira (2000/AM) - Processo 4004441-07.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Klinger da Silva Oliveira - Paciente: S. da S. e S. - Impetrado: Vara especializada em Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes - Relator: Djalma Martins da Costa

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 30 de setembro de 2019.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e **prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Antônio Ederval de Lima (558/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Clarissa Moraes Brito - Processo 0219212-23.2009.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Deuzimar Cavalcante Braga - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

02. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas (O/AM) e Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (7593/AM) e Francisco Campos - Processo 0231198-90.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Emanuel dos Santos Frazão Pinheiro - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 30 de setembro de 2019.

SEÇÃO V

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Intimações

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Conselho da Magistratura
4002517-58.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal
Impetrantes: Fabio Cezar Laborda Braga, Cirlane Figueredo Albertino, Sarah Porto Lima Anijar
Pacientes J. R. de S. C., R V. de S. C., S. P. de A., J. S. de S. F.
Advogado(a)s: Dr. Fabio Cezar Laborda Braga (14111/AM), Dra. Cirlane Figueredo Albertino
(8085/AM), Dra. Sarah Porto Lima Anijar (4098/AM)
Impetrada: Juízo de Direito da Comarca de Careiro da Várzea / AM

Ficam as partes, intimadas J. R. de S. C., R V. de S. C., S. P. de A., J. S. de S. F., na pessoa dos Advogados Dr. Fabio Cezar Laborda Braga (14111/AM), Dra. Cirlane Figueredo Albertino (8085/AM), Dra. Sarah Porto Lima Anijar (4098/AM) para se manifestar acerca da perda superveniente de objeto. Manaus, 30 de setembro de 2019. Juliana Andrade David. Secretária do Conselho da Magistratura.

Julgamento Virtual

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Conselho da Magistratura, Exmo. Des. Yêdo Simões de Oliveira, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Átila de Medeiros Affonso (1819/AM) e Romina Carmem Brito Carvalho - Processo 0654820-02.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Roubo (Art. 157) - Apelante : R. R. G. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

ADV/REP.: Hayllanne Abreu Ferreira Ribeiro (12758/AM) e Roziane Lopes Braga (6590/AM) - Processo 4004289-56.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Crimes Previstos No Estatuto da Criança e do Adolescente - Impetrante: Roziane Lopes Braga Impetrante: Hayllanne Abreu Ferreira Ribeiro, Paciente : Jonatan Picanço da Silva - Impetrado: Juízo de Direito da Infância e da Juventude Infracional de Manaus - Relator: Wellington José de Araújo

Secretaria do Conselho da Magistratura, em Manaus, 30 de setembro de 2019.

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0313/2019

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM) - Processo 0246150-21.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Arthur Guimarães Ferreira Neto - REQUERIDO: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO - Banco Bradesco S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/11/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM), ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM) - Processo 0246150-21.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Arthur Guimarães Ferreira Neto - REQUERIDO: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO - Banco Bradesco S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/11/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel

33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM) - Processo 0246150-21.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Arthur Guimarães Ferreira Neto - REQUERIDO: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO - Banco Bradesco S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/11/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0610064-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Real Bebidas da Amazônia Ltda - REQUERIDA: Kerly Janaina Silva - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 27 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0611308-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Amazon Indústria de Gelo e Bebidas Ltda - REQUERIDO: Jl Serviços e Manutenção de Automotores Ltda. Me - Fabio Batista - Fábio Júnior Santana Batista - Itaú Unibanco S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM) - Processo 0613363-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sinesio Pereira Froes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc... Acordo celebrado extrajudicialmente entre as partes, tendo sido devidamente homologado por este Juízo e, havendo a comprovação do pagamento da obrigação, DETERMINO que seja expedido o competente Alvará de Levantamento, na forma requerida. Após, arquivem-se e dê-se baixa.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0615193-59.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDO: Alexandre de Brito Assef - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0619320-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leland Barroso de Souza - Clair Oliveira Campos - REQUERIDO: Agra Bergen Incorporadora Incorporadora Ltda. - Banco Santander Brasil S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado

do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0623799-42.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Adminstradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDA: Milene Fernandes da Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JAMES ANDREI ZUCCO (OAB 10134/SC) - Processo 0628421-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Silmaq Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda. - REQUERIDO: E M Cerdeira Pinheiro - Confecções Frederico Martan - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0634223-17.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: DAVI NERE DA SILVA - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0638788-87.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú Veículos S/A - REQUERIDO: Joao Batista Pena Vital - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0639517-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Maria de Sousa Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: MICHELE DE MELO FREITAS E ARAÚJO (OAB 4822/AM), ADV: KARINA LIMA MORENO (OAB 3932/AM), ADV: WANDERLEYA DA COSTA VERAS (OAB 31998/DF) - Processo 0640616-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Lourença Vieira Nogueira - REQUERIDO: Geap - Fundacao de Seguridade Social - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0640794-33.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EXECUTADO: Alcione Souza Andrade - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 27 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0642029-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Eldo de Oliveira Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Manifeste-se o Autor sobre à Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350, do N.C.P.C.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0642162-14.2016.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Everton Rodrigues da Fonseca - REQUERIDA: Bruna Izabella Moura Brasil - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 25/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ELEN KARINA FONSECA MAUÉS (OAB 13157/AM) - Processo 0642353-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Fiamma Andréa Souza Telles - REQUERIDO: Valdivino da Costa Silva - Vera Lucia Gomes Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/11/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0644277-03.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: José Orange da Silva Melo - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório

e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: JOSÉ MÁRCIO TABOSA DA SILVA (OAB 12820/AM) - Processo 0661440-30.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Joaci Silva Alves - REQUERIDO: Wallace Lima Maciel - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Elen Karina Fonseca Maués (OAB 13157/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
James Andrei Zucco (OAB 10134/SC)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Márcio Tabosa da Silva (OAB 12820/AM)
Karina Lima Moreno (OAB 3932/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michele de Melo Freitas e Araújo (OAB 4822/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Wanderleya da Costa Veras (OAB 31998/DF)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0379/2019

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0602961-78.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Maria Auxiliadora Almeida Costa - INTSSADO: Serasa Experian - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PROCON/AM - Programa Estadual de Proteção, Orientação e Defesa do Consumidor - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THIAGO NORONHA DE OLIVEIRA (OAB 12534/AM) - Processo 0603835-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabrício de Oliveira Barbosa - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0611868-71.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0611991-69.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDREA CRISTINA DE MELO BARBOSA CAMPOS (OAB 11788/MT), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0612537-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Rodrigo dos Santos Maciel e outro - REQUERIDO: Lucas Pereira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: ANTÔNIO LUCAS FEITOZA PANTOJA (OAB 11817/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0618957-53.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Maria das Graças Pereira Encarnação - REQUERIDO: Vieira Comércio e Transporte Ltda. - Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0619275-36.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo

legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: NAYANDRA PRISCILA DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 10884/AM) - Processo 0620650-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: José Silva de Almeida - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0631247-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - REQUERIDO: R. D. Engenharia e Comércio Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: WALTER NEY RODRIGUES REZENDE (OAB 8700/AM) - Processo 0631779-74.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Carmen Lígia Carijó de Gosztonyi - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: GUSTAVO SILVEIRA OLIVEIRA (OAB 10629/AM) - Processo 0638207-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Wesley Nogueira da Silva - REQUERIDA: Aurilene de Castilho Bussons - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte reconvinte para que se manifeste acerca da impugnação à reconvenção, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0639448-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Dilcimara da Silva Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM) - Processo 0649895-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Gabriel de Assis Carvalho - REQUERIDO: Nissan do Brasil Automóveis Ltda. - Porto Autos Ltda. (Porto Manaus Nissan) - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre proposta de honorários periciais apresentada pelo Sr. Perito em petição de fl. 231, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0650291-03.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Nota Promissória - REQUERENTE: Sebastião Pereira Brito - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0650335-22.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Arlene de Souza Crisóstomo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0656298-45.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDO: Alexandre Batista da Gama - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP) - Processo 0658754-65.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Antonio Carlos Duarte Alecrim - REQUERIDO: Gavipe Participações Eireli e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Andrea Cristina de Melo Barbosa Campos (OAB 11788/MT)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Lucas Feitoza Pantoja (OAB 11817/AM)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Silveira Oliveira (OAB 10629/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)

Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Nayandra Priscila da Silva César Pires (OAB 10884/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thiago Noronha de Oliveira (OAB 12534/AM)
Walter Ney Rodrigues Rezende (OAB 8700/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0380/2019

ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM), ADV: PAULA MIRANDA DA CUNHA (OAB 159369/MG) - Processo 0636812-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Eliseu Gomes Bandeira - REQUERIDO: Constrói Imobiliária Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTÔNIO JORGE LOUREIRO (OAB 12470/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0638328-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Raimundo da Silva Pinto - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0645940-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Vera Lúcia Caminha Bezerra - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio Jorge Loureiro (OAB 12470/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 16330/BA)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Paula Miranda da Cunha (OAB 159369/MG)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0381/2019

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0606274-81.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Alfacar Veículos Ltda. - ME - André Luiz Maia Pinheiro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELISANDRA ANJOS DOS REIS (OAB 9575/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: RODRIGO SÁVIO BRASIL DE LIMA (OAB 11255/AM) - Processo 0606771-95.2016.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Direito de Imagem - REQUERENTE: Jordão Farias de Lima - REQUERIDA: BFB Lesaing S/A Arrendamento Mercantil (Franlease) - Itaú Unibanco S/A - PERITO: Hermann Saunders Fernandes - Considerando a inversão do ônus da prova deferida no despacho inicial de fls. 14/15, com fulcro no artigo 6°, VIII, do CDC, impõe-se o reconhecimento de que a incumbência de refutar e comprovar os fatos articulados pelo autor na petição inicial é dos requeridos. Nesse contexto, chamo o feito à ordem para revogar a decisão de fl. 105, no sentido de indeferir a produção da prova pericial. No entanto, em obséquio ao contraditório e à ampla defesa, intimo as requeridas para que se manifestem sobre eventual interesse na produção de provas, devendo especificar o tipo e justificar a necessidade e o objetivo de tal prova, no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo requerimento de produção de prova ou restando inerte os intimandos, venham os autos conclusos para julgamento antecipado de mérito.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0609513-88.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Natankleyton Neves dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA AMAZONAS (OAB 5043/AM) - Processo 0615136-12.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Luiz Gustavo de Souza Góes - Alessandra Arruda - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda. - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o presente cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, III, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários, em razão do deferimento da recuperação judicial. Autorizada a expedição de certidão para habilitação do crédito na recuperação judicial da condenada. Oportunamente, arquivem-se, anotando-se e efetuando os desbloqueios necessários.

ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), ADV: MARIA SOCORRO ARAÚJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE) - Processo 0615262-28.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: C. H. M. Comércio Varejista de Artigos de Vestuário e Acessórios - Sr. Flávio Freitas Sarmando - Ary Jones Maciel Marques Júnior - Flávio Farias Sarmando - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também de 10% (dez por cento).

ADV: ISABELA RIBEIRO ALVES (OAB 5270/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ALEXANDRA THEREZA ZANGEROLAME (OAB 3098/AM) - Processo 0621803-48.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Wanderley Nunes de Medeiros Soares - Renata Beltrame Soares - REQUERIDO: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também de 10% (dez por cento).

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: JESSE JEAN OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 12016/AM) - Processo 0624483-30.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Fabíola de Oliveira Maués - REQUERIDO: Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas - Comprove a executada a “retirada de todos os protestos, tendo como apresentante o REQUERIDO, Condomínio Ariranhas, em desfavor da Requerente, FABÍOLA DE OLIVEIRA MAUÉS”, incluindo eventuais “ônus do pagamento de emolumentos para tanto” (fl. 69), no prazo de 15 (quinze), sob pena de multa diária no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 20 dias-multa.

ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM) - Processo 0637383-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Toyota do Brasil S/A - REQUERIDO: Frank Andrey Gomes de Abreu - De ordem, intimo o requerente para se manifestar acerca da certidão do oficial de justiça juntadas nas fls. 51 a 53, para as providências processuais ao que tange citação do réu, no prazo de 15 dias, conforme Art. 321.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: LAYLA GABRIELLE NUNES DA ENCARNAÇÃO (OAB 8546/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0639257-07.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Noroeste Máquinas e Equipamentos Ltda. - REQUERIDO: ABX Serviços Aduaneiros e Logística Ltda. - ME - Defiro o pedido de fls. 388/399, no sentido de determinar a penhora no rosto dos autos nº 0636962-94.2014 no valor atual de R$ 12.307,95 (doze mil, trezentos e sete reais e noventa e cinco centavos). Certifique-se no referidos autos. Intime-se o executado para eventual impugnação quanto ao parágrafo anterior, no prazo de 15 (quinze) dias. Expeça-se alvará em favor do exequente da quantia penhorada on line às fls. 383. Proceda-se a nova tentativa de penhora on line via Bacenjud, bem assim via Renajud. Caso infrutíferas, proceda à pesquisa de bens nos sistemas Infojud e E-RIDFT.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0641038-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: João Eberson da Silva Flexa - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Defiro a produção de prova pericial requerida e, portanto, às expensas da requerida. Para tanto, nomeio o perito criminal JOÃO FRANCISCO DOS ANJOS JÚNIOR (joao.anjos@policiacivil.am.gov.Br , (92)98160-6306). Contate-se o senhor perito para apresente proposta de honorários, no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo manifestação, autorizo a secretaria a indicar e intimar outro perito, em substituição, cadastrado no banco de peritos desta Corte. Apresentada a proposta de honorários periciais, intime-se as requeridas para depósito antecipado da verba, no prazo de 15 (quinze), sob pena de desistência da prova pleiteada. Após o depósito, devem as partes, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, apresentar, querendo, quesitos e indicação de assistentes técnicos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0647901-60.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Bruno Pereira da Silva - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º, do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º, do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º, do art. 3º, do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§ 6º e 7º, da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0651455-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Andreia Monteiro Dias - REQUERIDO: Capri Bijuterias Ltda. - Defiro a gratuidade, observados indícios nos autos de que o requerente possui requisitos necessários para concessão do benefício pleiteado. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro, ex officio, a inversão do ônus da prova, na

forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. De acordo com o art. 334, do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, deveria ser designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, destaco que cabe ao magistrado verificar a conveniência da realização dessa audiência. Conforme determina o art. 4°, do CPC, "as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa". A fim de alcançar a duração razoável e a efetividade, o novo sistema permite, dentre outras coisas, a flexibilização procedimental (CPC, 139, VI), sendo que a doutrina moderna defende a possibilidade de adequação do procedimento utilizando técnicas que vão além da simples alteração de prazos e/ou modificação da ordem de produção das provas. Além disso, é possível determinar a realização da audiência de conciliação a qualquer momento do procedimento (CPC, 139, V), sem prejuízo de as partes poderem recorrer a qualquer forma de solução alternativa extrajudicial de conflitos. Assim, a postergação da conciliação ou da mediação não acarretará nulidade (STJ - AgRg no AREsp 409.397/MG), já que não se vislumbra prejuízo para as partes (CPC, 282, § 1° e 283, parágrafo único). Também deve ser observada a necessidade de preservar a garantia da isonomia, enfatizada no art. 7°, do CPC. Da forma como está disciplinada a audiência em questão, o réu ocupa posição de vantagem no momento da conciliação ou da mediação. Afinal, ele já tem ciência da tese do autor, ao passo que este não sabe quais são os argumentos que aquele vai utilizar para afastar o acolhimento da pretensão deduzida na inicial. Finalmente, a autorização expressa para a não realização do ato "quando não se admitir a autocomposição" (CPC, 334, § 4°, II) deve ser interpretada de maneira extensiva, abarcando os casos em que quaisquer das partes seja notoriamente refratária à resolução do litígio consensualmente, ou porque o autor já manifestou initio litis desinteresse nessa audiência, ou ainda, por fim, porque as características, a natureza ou o objeto da ação indiquem que a conciliação seja bastante improvável no caso concreto. Dessarte, deixo de designar a audiência neste momento, sem prejuízo de fazê-lo oportunamente, se o caso dos autos demonstrar que será adequada para melhor solução da lide. Cite-se a parte requerida para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: LUIZ JOSÉ LOPES PESSÔA (OAB 1075/AM), ADV: MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (OAB 20397/PE), ADV: ANNE LOUISE VENTURA DA SILVA (OAB 8297/AM) - Processo 0651590-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Letícia Sophia Moreira da Silva - REQUERIDO: Consórcio Nacional Volkswagem Ltda. - Solimões Veículos Ltda. - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0651951-32.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Rutte Marques Veras dos Reis - REQUERIDA: Celina da Silva Tavares - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: CARLA CONDÉ MARQUES E OLIVEIRA BERNHARD (OAB 9186/AM) - Processo 0652243-17.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Life Ponta Negra - EXECUTADO: Realty XXVIII Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Defiro a concessão do benefício previsto no Art. 98, §6°, em 4 parcelas. Intimo a parte autora para que efetue o pagamento da primeira parcela das custas iniciais e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), em 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme Art. 290, do CPC.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0652631-17.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Marcos Paulo Pinheiro do Carmo - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º, do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º, do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º, do art. 3º, do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§ 6º e 7º, da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0652921-32.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Cleuter Marques da Silva - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição. Prazo de 15 dias. Art. 290, do CPC - "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias."

Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alexandra Thereza Zangerolame (OAB 3098/AM)
Anne Louise Ventura da Silva (OAB 8297/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Carla Condé Marques e Oliveira Bernhard (OAB 9186/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisandra Anjos dos Reis (OAB 9575/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fabrícia Arruda Moreira Amazonas (OAB 5043/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)

Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Ribeiro Alves (OAB 5270/AM)
Jesse Jean Oliveira Almeida (OAB 12016/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Layla Gabrielle Nunes da Encarnação (OAB 8546/AM)
Luiz José Lopes Pessôa (OAB 1075/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Manuela Motta Moura da Fonte (OAB 20397/PE)
Maria Socorro Araújo Santiago (OAB 1870/CE)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Rodrigo Sávio Brasil de Lima (OAB 11255/AM)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Roseany Araújo Viana Alves (OAB 10952/CE)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0340/2019

ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: ROOSEVELT BRAGA DOS SANTOS (OAB 293/AM) - Processo 0322809-76.2007.8.04.0001 (001.07.322809-6) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Tecnoar Indústria Comércio e Refrigeração Ltda - REQUERIDO: Condomínio da Estação Hidroviária do Amazonas - Tendo em vista pesquisa infrutífera conforme fls. 300, de titularidade da parte requerida, intime-se o requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da resposta NEGATIVA via sistema RENAJUD, juntada aos autos, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG), ADV: JANDER GLEDSON REIS RAMOS (OAB 9368/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: JAIRO MOTA ARAGÃO (OAB 9369/AM) - Processo 0600577-11.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jardson Magno Reis Ramos - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da pesquisa realizada através dos sistemas RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0605954-94.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Anne Caroline Fonseca Machado - Expeça-se o competente Mandado, conforme pedido formulado pelo autor de fl. 203 Custas já recolhidas conforme fls. 204. Expeça-se mandado.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0611067-58.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda - REQUERIDO: Vilson de Castro Soares - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação para o dia 26/11/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0619178-41.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Ana Cleide Carvalho de Souza - Ana Cleide Carvalho de Souza - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Exequente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da pesquisa realizada através do sistema RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0624910-90.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S/A - REQUERIDA: Fabiana Queiroz Ferreira - I - Determino a expedição de ofício à Central de Mandados para intimação do Sr. Oficial de Justiça Raimundo José Ribeiro Bonfim (108), portador do mandado nº 001.2019/100006-0, para que o mesmo proceda o cancelamento do mandado, com urgência, em razão da desistência da parte requerente, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM), ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 9347/AM), ADV: DERLI PASSOS DA SILVA (OAB 8876/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO PEREIRA DE SALLES (OAB 6675/AM) - Processo 0627083-97.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Execução Contratual - REQUERENTE: José Ribeiro da Silva - REQUERIDO: João Cesário de Sá - ATO ORDINATÓRIO Diante da Certidão de fl. 134, intime-se o exequente para que cumpra a Decisão de fls. 130/131: “Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC.”

ADV: JOÃO ROBERTO DOS ANJOS FILHO (OAB 12389/AM) - Processo 0636660-89.2019.8.04.0001 - Monitória - Locação de Móvel - REQUERENTE: Diego Simões da Silva Eireli - Me (Vip Automotive Service) - REQUERIDO: Cléber Ferreira de Amorin - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Defiro pedido de fls. 45. II - Intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o complemento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. III - Após comprovação do pagamento, expeça-se Mandado.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0645153-55.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Antonia Alves Baldoino da Silva Maia - I - Determino a expedição de ofício à Central de Mandados para intimação do Sr. Oficial de Justiça Antônia Gardenha Moreira Feitosa (55), portador do mandado nº 001.2019/132201-7, para que o mesmo proceda o cancelamento do mandado retro, tendo em vista a desistência do autor da ação, no prazo de 5 (cinco) dias.

Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)

Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Derli Passos da Silva (OAB 8876/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho Júnior (OAB 9347/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jairo Mota Aragão (OAB 9369/AM)
JANDER GLEDSON REIS RAMOS (OAB 9368/AM)
João Roberto dos Anjos Filho (OAB 12389/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Pereira de Salles (OAB 6675/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Roosevelt Braga dos Santos (OAB 293/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0313/2019

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: ANGELA MARIA BRANDAO (OAB 3556/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: SÉRGIO RODRIGO RUSSO VIEIRA (OAB 808A/AM) - Processo 0050306-80.2003.8.04.0001 (001.03.050306-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Tendo em vista que o edital de fls. 105 não cumpriu todos os requisitos, determino a expedição de novo edital, conforme os ditames do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: PEDRO NEVES MARX (OAB 464A/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANA CAROLINA F. BREGUNCI (OAB 99140/MG), ADV: WILSON SANTANA VENTURIM (OAB 101.141/RJ), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM) - Processo 0217502-02.2008.8.04.0001 (001.08.217502-1) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tambasa - Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S/A - REQUERIDO: J.f. Oliveira Navegacoes Ltda - DESPACHO Compulsando os autos, foram expedidas Cartas Precatórias (fls. 155/182 e 190/205) para oitiva de testemunhas nas Comarcas de Contagem/MG e de Belo Horizonte/MG. Contudo as referidas cartas retornaram não cumpridas ante o não pagamento das custas junto aos Juízos deprecados. Intimada, a parte autora requereu a reexpedição das cartas precatórias. Assim, e considerando a Resolução nº 100/2009 - CNJ, que dispõe sobre a comunicação oficial por meio eletrônico e dá outras providências, bem como o Provimento nº 287/2016 CGJ/AM que preconiza: Art. 1° As comunicações oficiais entre os Cartórios Judiciais, a Central de Mandados e os Cartórios Extrajudiciais, deve ser realizada, sempre que possível, através do Sistema Malote Digital, inclusive no que diz respeito a cumprimento de cartas precatórias, a exemplo do que dispõe o art. 1°, §3°, da Resolução n° 100/2009 - CNJ. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas junto às Comarcas deprecadas para expedição de novas cartas precatórias, sob pena de extinção do feito. Recolhidas as custas, envie, através do sistema Malote Digital, as cartas precatórias da presente demanda, e junte o comprovante do envio, atentando-se a parte autora para diligenciar as cartas precatórias junto ao Juízos deprecados. Cumpra-se. Á Secretaria para as providência cabíveis.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0600594-81.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra de Investimentos S/A - Defiro o pedido de fls. 91 para expedição de Carta de Intimação com Aviso de Recebimento. Antes, porém, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 15 dias, promova o pagamento das despesas postais, na forma do Provimento 273/2016-CGJ/AM. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612726-10.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Defiro o pedido formulado às fls. 117 para expedição de Mandado.Caso a parte não seja beneficiária da Justiça Gratuita, intime-se o autor para que proceda ao recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça previstas no Provimento nº 261/2015- CGJ/AM, no prazo de 15 dias. Após, comprovado o pagamento, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: TATIANA DA SILVA CINQUE (OAB 12043/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0613484-52.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Rondonia Transportes Ltda - PERITO: Diego Cabrejos Marques - Intimem-se as partes para manifestarem-se acerca da petição de fls. 138/139 do perito nomeado, no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: WALDELINA PEREIRA DUARTE CORRÊA (OAB 1293/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: HELDER SOARES DE LIMA (OAB 7536/AM), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM), ADV: LUCIANA PEDROSA DE MORAES REGO FIGUEIREDO (OAB 2819/AM) - Processo 0625010-21.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Sofios Construções Ltda - Ante o exposto, com fundamento no art. 842, do Código Civil, homologo por sentença a transação celebrada entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, e, como corolário desta decisão, com espeque no art. 487, III, “b” do NCPC, julgo encerrada a controvérsia com resolução de mérito. Mantenham os autos suspensos até o cumprimento integral do acordo. Caso qualquer das partes quede-se em contumácia quanto as obrigações assumidas, promova a parte interessada o cumprimento da sentença na forma do art. 513, do NCPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 25 de setembro de 2019.

ADV: FABIANNO MARTINS FRAZÃO (OAB 7004/AM) - Processo 0635890-04.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Raimundo Lopes de Almeida - Tendo em vista o lapso temporal desde a última movimentação, INTIME-SE a parte, por patrono habilitado nos autos, para, no prazo de cinco dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção da presente demanda sem resolução do mérito. Caso a parte seja patrocinada pela Defensoria Pública, intime-se o douto Defensor Público pessoalmente. Havendo substabelecimento, atualize-se o cadastro sistema SAJ-PG5, e publique-se aos substabelecidos. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB A1007/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0636122-50.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos

Creditórios Não Padronizados - Tendo em vista o lapso temporal desde a última movimentação, INTIMEM-SE as partes, por patrono habilitado nos autos, para, no prazo de cinco dias, informar se ainda têm interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção da presente demanda sem resolução do mérito. Caso a parte seja patrocinada pela Defensoria Pública, intime-se o douto Defensor Público pessoalmente. Havendo substabelecimento, atualize-se o cadastro sistema SAJ-PG5, e publique-se aos substabelecidos. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ALEXANDRE COELHO DA SILVA (OAB 5846/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0636634-04.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: IVENS BRAULE PINTO DOS REIS e outro - REQUERIDO: DIRECIONAL ENGENHARIA S.A. - ARNOUD DE CASTRO COELHO - A parte apelada, devidamente intimada, apresentou contrarrazões. Remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas devidas. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: FABIANNO MARTINS FRAZÃO (OAB 7004/AM) - Processo 0637935-78.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Maria Gelcimara Lopes de Assis - Tendo em vista o lapso temporal desde a última movimentação, INTIME-SE a parte, por patrono habilitado nos autos, para, no prazo de cinco dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção da presente demanda sem resolução do mérito. Caso a parte seja patrocinada pela Defensoria Pública, intime-se o douto Defensor Público pessoalmente. Havendo substabelecimento, atualize-se o cadastro sistema SAJ-PG5, e publique-se aos substabelecidos. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

Alexandre Coelho da Silva (OAB 5846/AM)
Ana Carolina F. Bregunci (OAB 99140/MG)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Angela Maria Brandao (OAB 3556/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Fabianno Martins Frazão (OAB 7004/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Helder Soares de Lima (OAB 7536/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (OAB 2819/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB A1007/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Pedro Neves Marx (OAB 464A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sérgio Rodrigo Russo Vieira (OAB 808A/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Tatiana da Silva Cinque (OAB 12043/AM)
Waldelina Pereira Duarte Corrêa (OAB 1293/AM)
Wilson Santana Venturim (OAB 101.141/RJ)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0252/2019

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: LUÍS AUGUSTO PESTANA VIEIRA (OAB 4003AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0031128-48.2003.8.04.0001 (001.03.031128-5) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: José Augusto Silva Medeiros - Vistos etc. Por primeiro, intime-se a requerida, por carta, para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante do débito, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Intime-se o autor para recolher as custas postais para cumprimento da medida. Transcorrido o prazo sem manifestação, proceda-se ao Bacenjud, Renajud e Infojud nos moldes requeridos à fl. 105, com prévia intimação do autor para recolher as custas das diligências. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0053414-54.2002.8.04.0001 (001.02.053414-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: IGOR BRANDÃO BARBOSA (OAB 6598/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM) - Processo 0210317-68.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Vanderley Almeida Clarindo - REQUERIDO: ABF Comercio e Transportes Ltda - EPP - Assim, diante da impossibilidade de se estabelecer o nexo causal entre a conduta da ré e os danos sofridos pelo autor, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo requerente e extingo o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0211538-28.2008.8.04.0001 (001.08.211538-0) - Depósito - Depósito - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM) - Processo 0224671-40.2008.8.04.0001 (001.08.224671-9) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Credicard Banco - BANCO CITICARD S/A e outro - REQUERIDO: Deyse Mara Rosa Auzier - Dito isso, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor e PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos reconvencionais, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, para: a) condenar o autor-reconvindo ao pagamento de R$-20.000,00 (vinte mil reais), a título de indenização por danos morais, sobre os quais incidirão

juros de mora de 1% e correção monetária pelo INPC, a contar da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ. b) condenar o autor-reconvindo ao pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência, estes fixados em 20% do valor da causa para a ação principal e mais 15% do valor da condenação da reconvenção. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0225241-55.2010.8.04.0001 (001.10.225241-7) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Ilmo Gato Pantoja - Dito desta forma, julgo procedente o pedido formulado por Ilmo Gato Pantoja em face de Instituto Nacional de Seguro Social, para: a) declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade do art. 60, §9º, da Lei 8213/91, por afronta aos direitos fundamentais ao contraditório e ampla defesa (art. 5º, LV , da CRFB) e do dever imposto à Administração Pública de motivar e fundamentar seus atos administrativos, como corolário daqueles direitos fundamentais e do princípio da publicidade (art. 37, caput, da CRFB); b) condenar o requerido ao restabelecimento do benefício de auxílio doença acidentário, com pagamento das parcelas vencidas desde a DIB fixada e das vincendas até a DCB, observando o que mais foi estabelecido na fundamentação, parte integrante deste dispositivo, quanto à renda mensal inicial (RMI), à data de início do benefício (DIB) e à data de cessação de benefício (DCB); c) conceder tutela específica para determinar o restabelecimento do benefício, com regular pagamento das parcelas vincendas, em até 30 dias úteis, a contar da intimação do requerido, sob pena de multa diária de 1/30 (um trinta avos) do valor do benefício, a ser executada após o trânsito em julgado, nos termos dos arts. 300 e 537, §3º, ambos do CPC; d) advertir as partes da obrigatoriedade de dedução, na fase de cumprimento de sentença, dos valores eventualmente pagos após o termo inicial (DBI) mencionado acima, ao mesmo título ou cuja cumulação seja vedada por lei, conforme o art. 124 da Lei 8.213/91; e) determinar seja oficiada eventual empregadora para que tome ciência do reconhecimento da natureza acidentária do benefício para os fins do art. 118 da Lei 8.213/1991 e demais efeitos trabalhistas. O INSS deverá converter todos os NBs objetos da presente ordem judicial para a espécie acidentária. Incidirá sobre as parcelas do benefício correção monetária a partir do vencimento de cada prestação e de acordo com (a) a Tabela do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - até a vigência da Lei 11.430/2006, e (b) o INPC - após a vigência da Lei 11.430/2006. Incidirá sobre as parcelas do benefício juros moratórios sobre a condenação, a contar da citação (Súmula 204, do STJ), na forma do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação da Lei 11.960/2009 e recomendações da Portaria nº 1.855/2016-PTJ (DJE 27/09/2016). Condeno, ainda, o requerido ao pagamento das custas processuais (Súmulas 178 e 483, do STJ) e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 15% do proveito econômico, dos quais 5% serão destinados à Defensoria Pública do Estado do Amazonas e 10% aos demais patronos do requerente, na forma do art. 85, §3º, I, do CPC, observado o teor da Súmula 111, do STJ. Intime-se a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de implantar o benefício em favor da parte autora. Sem remessa necessária, pois o valor da condenação é inferior a 1.000 salários mínimos, nos termos do art. 496, §3º, I, do CPC. Publique-se. Registre-se e intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, cumprido o comando dispositivo desta sentença, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: QUEIDI DOMINGUES SERAFIM (OAB 40634/SC) - Processo 0238113-87.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Universal Fitness da Amazônia Ltda. - Defiro a justiça gratuita, uma vez demonstrada a hipossuficiência. Encontrando-se a petição inicial devidamente instruída, defiro o pedido para pagamento do valor alegado, acrescido de honorários advocatícios de 5%, no prazo de 15 (quinze) dias, com observância do disposto nos arts. 700, 701 e 702 do CPC. No caso de pronto pagamento, fica a ré isenta das custas. Em caso de não cumprimento no prazo, o mandado será convertido em título executivo. Não havendo pedido de meio específico de citação, faça-se por AR, como autorizado pelo §7º do CPC 700. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0245715-66.2018.8.04.0001 (processo principal 0621631-38.2015.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Nota de Crédito Industrial - REQUERENTE: Emam Emulsões e Transportes Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0251543-92.2008.8.04.0001 (001.08.251543-4) - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Vistos etc. Por primeiro, intime-se a requerida, por carta, para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Intime-se a autora para recolher as custas postais. Transcorrido o prazo, sem manifestação da ré, proceda-se com o BacenJud e Renajud requeridos à fl. 171 com prévia intimação da autora para pagamento das custas das diligências. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM), ADV: GERSON RIEBISCH DE FIGUEIREDO (OAB 2083/AM) - Processo 0320741-56.2007.8.04.0001 (001.07.320741-2) - Monitória - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Humberto Alexandre Cabral Arruda - REQUERIDO: Evandro Campelo de Souza Alves - Compulsando, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) decisão/despacho de fls. 318 , cujo teor segue abaixo: “intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida”

ADV: ANTHONY FERREIRA ALMEIDA (OAB 8016/SE), ADV: SÉRGIO AUGUSTO COSTA DA SILVA (OAB 6583/AM), ADV: JOÃO ALBERTO RIBEIRO PONCE DE LEÃO JÚNIOR (OAB 5813/AM) - Processo 0602534-81.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Náutica Marina Tauá Ltda - REQUERIDO: ALESSANDRO VIRIATO PACHECO e outro - Vistos etc. Diga o requerente sobre os resultados das pesquisas realizadas no prazo de 15 dias, sob pena de extinção. Indefiro o pedido de penhora do imóvel descrito às fls. 158-161 uma vez que não há prova cabal da titularidade do bem. Na cessão de direitos de fls. 165-166, o executado assina em nome do cedente por procuração e transfere para si mesmo os direitos sobre o referido imóvel, porém não foi juntada aos autos a procuração que lhe confere tais poderes. Ademais, nenhuma das assinaturas está reconhecida em cartório e o documento aparentemente não foi registrado na matrícula do imóvel. Forçoso o indeferimento do pedido. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNA CAROLINE BARBOSA PEDROSA (OAB 18292/PA), ADV: ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (OAB 1207A/AM) - Processo 0605123-46.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazonia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0606172-30.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos

etc. Por primeiro, intime-se a requerida, por carta, para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante do débito, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Intime-se o autor para recolher as custas postais para cumprimento da medida. Transcorrido o prazo sem manifestação, proceda-se ao Bacenjud, Renajud e Infojud nos moldes requeridos à fl. 141/142, com prévia intimação do autor para recolher as custas das diligências. Cumpra-se.

ADV: MILENA ALCANTARA DE FARIAS (OAB 14726/AM), ADV: MARCOS LARA TORTORELLO (OAB 249247/SP) - Processo 0610978-06.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Palhano Fomento Mercantil Ltda - EXECUTADO: Fiotrans Comércio e Transportes de Cargas Ltda. - Vistos etc. Entendo por suspender temporariamente a execução, até que haja resposta dos ofícios expedidos às varas cíveis e manifestação do exequente à exceção de pré-executividade. Recolha-se o mandado de execução, caso ainda não cumprido, ou contra-ordem de execução por novo mandado, caso já cumprido. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: JOÃO MACHADO MITOSO (OAB 559/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0611094-80.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antonio Saturnino Souza Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelada para que, querendo, ofereça contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM) - Processo 0611578-32.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL ACACIAS I - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0614489-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ricelli Santos Freitas - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos etc. Por favor, cumpra-se despacho de fls. 185, CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ, para realização de perícia. Cumpra-se.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: NIVALDO FERNANDES DA COSTA (OAB 831/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0615334-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Glenda Almeida Nunes - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos etc. Intime-se o autor, pessoalmente e por advogado constituído nos autos, a falar sobre o interesse em produção de prova pericial, prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: MAGDA REBELO PONTES (OAB 14355/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0615691-53.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Sued Canavieira Fonseca - Vistos etc. Pedido de tutela antecipada, apresentado pelo requerido em ação monitória, para que a empresa requerente se abstenha de interromper seu abastecimento de energia elétrica. A tutela antecipada tem caráter satisfativo, isto é, antecipa os efeitos da tutela definitiva, portanto, deve haver correlação entre o pedido de tutela antecipada e o pleito final. Ocorre que o requerido não apresentou reconvenção, mas apenas embargos à monitória, onde se limitou à formulação de sua defesa, de modo que para requerer tutela antecipada, deveria o requerido ter formulado pretensão em seu favor por meio de reconvenção, como explica Elpídio Donizetti: “De regra, o pedido de tutela antecipada é formulado pelo autor, mas também o réu pode requerer, desde que a contestação não se limite à formulação de defesas. Assim, tendo o réu formulado pretensão a seu favor (em reconvenção no procedimento comum ou em pedido contraposto nos procedimentos que o admitem, inclusive nos juizados especiais), em tese, é possível o pedido no sentido de que o juiz antecipe os efeitos da tutela final.” (Curso Didático de Direito Processual Civil, 21ª edição. p. 478). Ademais, não se discute nesta ação a obrigação de a empresa requerente continuar prestando o serviço, de modo que não há como conhecer do pedido na presente ação, podendo o requerido constituí-lo em ação própria. Indeferido, assim, o pedido. Cumpra-se

ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0615879-85.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Horos Química da Amazônia Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 393A/RR) - Processo 0617642-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ernane dos Santos Costa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos etc. Apesar de deferida em maio, não há sinal de movimentação alguma para a obtenção de prova pericial. Peço, então, encarecidamente, ao SEJUSC que cumpra o despacho de fls. 195, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ, realizando a perícia. Cumpra-se.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0618931-21.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Newton dos Santos - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos etc. Verifico que no laudo não consta o grau de perda do dano do autor, informação necessária para estabelecer o valor da indenização securitária. Infrutíferas as tentativas de contato com o perito para a complementação do laudo, remetam-se os autos ao CEJUSC para realização de nova perícia. Cumpra-se.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0619946-64.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Rosana Feitosa de Almeida - REQUERIDO: Mitsui Sumitomo Seguros S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0619988-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Kaique Moreira dos Santos - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos etc. Apesar de o despacho determinando nova perícia datar de maio de 2019, esta só foi pautada em 15 de agosto para o dia 28/08/2019. Conhecidamente, esta curta distância de tempo inviabiliza a intimação por carta, conforme comprovado por AR de

fls. 114, recebido somente em 02/09/2019, data bastante posterior à marcada para perícia. Assim, determino, novamente, a realização de perícia médica. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Sendo a parte representada por advogado particular e não havendo obrigatoriedade de intimação pessoal, intime-se o autor da data de comparecimento na pessoa de seu advogado. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0627505-33.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Seguro Saúde S.a. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: JUSSARA COSTA BOTELHO (OAB 11223/AM), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0629103-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: José Bonifácio Alemão Filho - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos etc. Verifico não ter sido realizada a perícia, vez que o autor não apresentou laudo de alta definitiva, conforme fls. 112/113. Assim, intime-se o requerente, pessoalmente e por advogado constituído nos autos, a falar sobre o interesse em produção de prova pericial, prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: MARIA EUNI TAVEIRA DE ALMEIDA COSTA (OAB 9670/AM) - Processo 0629315-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Vícios de Construção - REQUERENTE: Jose Rodolpho Bacchi Rodrigues da Silva e outros - Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. A tutela deferida nos autos apensos trata de vagas de garagens pertencentes à requerida que poderiam ser disponibilizadas aos condôminos na forma escolhida em Assembleia Geral. Nestes autos, as vagas indicadas pertencem a todos os condôminos e o deferimento de tutela de urgência que fixem as vagas indicadas para somente aos autores da inicial traria prejuízos aos demais proprietários que não ajuizaram ação específica e violaria a convenção do condomínio sobre o modo de distribuição das vagas. Intime-se o autor a recolher as custas postais. Devidamente pagas, remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Determino o apensamento destes autos ao processo 0625263-38.2016. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM) - Processo 0629770-13.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: ALMIR BARROS MAMEDE - Dito desta forma, julgo procedente o pedido formulado por Almir Barros Mamede em face de Instituto Nacional de Seguro Social, para: A) condenar o requerido à concessão de aposentadoria por invalidez, com pagamento das parcelas vencidas desde a DIB fixada e das vincendas até a DCB, observando o que mais foi estabelecido na fundamentação, parte integrante deste dispositivo, quanto à renda mensal inicial (RMI), ao acréscimo de 25%, do art. 45, da Lei 8.213/91, à data de início do benefício (DIB) e do acréscimo de 25%, e à data de cessação de benefício (DCB); B) conceder tutela específica para determinar a implantação do benefício, com regular pagamento das parcelas vincendas, inclusive seu complemento de 25%, em até 30 dias úteis, a contar da intimação do requerido, sob pena de multa diária de 1/30 (um trinta avos) do valor do benefício, a ser executada após o trânsito em julgado, nos termos dos arts. 300 e 537, §3º, ambos do CPC; C) advertir requerente e requerido da obrigatoriedade de dedução, na fase de cumprimento de sentença, dos valores eventualmente pagos pelo requerido após o termo inicial (DBI) mencionado acima, ao mesmo título ou cuja cumulação seja vedada por lei, conforme o art. 124, da Lei 8.213/91; D) determinar seja oficiada eventual empregadora para que tome ciência do deferimento e do reconhecimento da natureza acidentária do benefício para os fins do art. 475, da CLT, e demais efeitos trabalhistas. O INSS deverá converter todos os NBs objetos da presente ordem judicial para a espécie acidentária. Incidirá sobre as parcelas do benefício correção monetária a partir do vencimento de cada prestação, de acordo com (a) a Tabela do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - até a vigência da Lei 11.430/2006; e (b) o INPC - após a vigência da Lei 11.430/2006. Incidirá sobre as parcelas do benefício juros moratórios sobre a condenação, a contar da citação (Súmula 204, do STJ), na forma do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação da Lei 11.960/2009 e recomendações da Portaria nº 1.855/2016-PTJ (DJE 27/09/2016). Condeno, ainda, o requerido ao pagamento das custas processuais (Súmulas 178 e 483, do STJ) e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 15% do proveito econômico, na forma do art. 85, §3º, I, do CPC, observado o teor da Súmula 111, do STJ. Sem remessa necessária, pois o valor da condenação, ainda que apurado em liquidação, não ultrapassará 1.000 salários mínimos, nos termos do art. 496, §3º, I, do CPC. Intime-se a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de implantar o benefício em favor da parte autora. Publique-se. Registre-se e intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, cumprido o comando dispositivo desta sentença, baixem-se e arquivem-se.

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0633331-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ramison Anjos Costa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Dito desta forma, julgo parcialmente procedente o pedido formulado pelo autor, condenando a requerida, Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, ao pagamento de: a) indenização securitária do seguro DPVAT no valor de R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme o art. 3º, da Lei 6.194/1974; b) reparação do dano moral sofrido no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), que considero razoável para atendimento das nuanças do caso concreto. Incidirá sobre a indenização securitária correção monetária conforme estabelecido pela Corregedoria do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a partir do evento danoso até a data do efetivo pagamento, e juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos da Súmula 426-STJ. Incidirá sobre o valor da condenação de reparar os danos morais correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% ao mês, ambos a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, atendendo orientação do art. 85, § 2°, CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, cumprido o comando dispositivo desta sentença, baixem-se e arquivem-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC), ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 298933/SP) - Processo 0634961-73.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0624805-26.2013.8.04.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO PSA FINANCE BRASIL - REQUERIDA: Ana Paula de Lima Carneiro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0635496-65.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática

do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0637993-13.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641911-25.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Por primeiro, intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo sem manifestação, proceda-se ao Bacenjud nos moldes requeridos à fl. 132, com prévia intimação do autor para recolher as custas da diligência. Cumpra-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0644229-44.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0645077-31.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra 2 - Vistos etc. Intime-se o requerente para comprovar os requisitos necessários para concessão da gratuidade da justiça ou recolhimento das custas iniciais, no prazo de 15 dias, nos termos do CPC 99, §§ 2º e 3º, sob pena de cancelamento da distribuição. Cumpra-se.

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0647144-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A. A. da Costa Empreendimentos Ltda-me (N de A Cavalcante Júnior Com. de F. Eireli- Epp) - Vistos etc. Diante do pedido de fls. 87/103, reavalio a tutela de urgência requerida. O perigo na demora é patente diante dos prejuízos financeiros e comerciais com os quais a autora deverá arcar diante dos protestos realizados. Não há risco de irreversibilidade da medida, pois a eficácia do protesto pode ser retomada, se presentes os requisitos para tanto. Desta forma, determino a expedição de ofício ao 2º e 3º Ofício de Protesto de Letras e Títulos para que suspendam a eficácia dos protestos indicados, com a averbação de seu cancelamento provisório, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de R$ 1.000,00 por dia de atraso, limitado a R$ 10.000,00. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0648540-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Com as custas já recolhidas, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0650434-89.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Lorna dos Santos Duque - Vistos etc. Defiro a justiça gratuita. Defiro a consignação em pagamento, nos termos do art. 542, do CPC. Intime-se a autora para, em 5 (cinco) dias, depositar em juízo o valor de R$ 1.000,00 (mil reais), conforme requerido na inicial, sob pena de extinção, termos do parágrafo único do art. 542, do CPC. Após, cite-se o requerido para, querendo, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a proposta de acordo oferecida pela autora ou contestar a ação, prazo a contar a partir da data da citação. Cumpra-se.

ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM) - Processo 0650481-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Lorena Soares Sirotheau Falcão - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Defiro a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável a prévia oitiva da requerida. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0650525-82.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Eliza Miranda Mall - Cite-se o requerido para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do artigo 829 e seguintes do CPC. Não encontrado o executado, o oficial de justiça promoverá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, recolhidos os emolumentos devidos, proceda o oficial de justiça à busca do executado 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realize a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido, conforme art. 830, CPC. Havendo citação e não efetuado o pagamento, proceda o oficial de justiça de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando auto e intimando o executado, conforme art. 829, §1º do CPC. Advirta-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá o executado opor-se à execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, nos termos dos artigos 914 e 915 do CPC. Fixo honorários de advogado em 10% do valor da causa, reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo de 3 dias. Intime-se o exequente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual 4.408/2016 Após, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0650723-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Leonardo Braga da Cunha - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de laudo pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Cumpra-se.

ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM) - Processo 0650757-94.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Corporate Trade Center - Cite-se a requerida para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do artigo 829 e seguintes do CPC. Não encontrada a executada, o oficial de justiça promoverá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, recolhidos os emolumentos devidos, proceda o oficial de justiça à busca do executado 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realize a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido, conforme art. 830, CPC. Havendo citação e não efetuado o pagamento, proceda o oficial de justiça de imediato à penhora de bens e à sua avaliação,

lavrando auto e intimando a executada, conforme art. 829, §1º do CPC. Advirta-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá a executada opor-se à execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, nos termos dos artigos 914 e 915 do CPC. Fixo honorários de advogado em 10% do valor da causa, reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo de 3 dias. Intime-se o exequente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual 4.408/2016 Após, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0651310-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADALBERTO PEREIRA NOBRE FILHO (OAB 9140/AM) - Processo 0651370-17.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: N'ete 233 Comércio e Confecções de Enfeites Ltda Epp - Vistos etc. Não basta, para o deferimento da gratuidade da justiça para empresas de pequeno porte, a simples alegação de impossibilidade de arcar com as custas judiciais sem prejuízos. Assim, intime-se a requerente para comprovar os requisitos necessários para concessão da gratuidade da justiça ou recolhimento das custas iniciais, no prazo de 15 dias, nos termos do CPC 99, §§ 2º e 3º, sob pena de cancelamento da distribuição. Cumpra-se.

ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM) - Processo 0651376-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Juros/Correção Monetária - REQUERENTE: Toka da Karol Materiais de Construção Ltda - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC, intimando a autora para recolher as custas postais. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB 6834/AM) - Processo 0651466-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sociedade Brasileira de Ortopedia Pediatrica - Sbop - Defiro a justiça gratuita, uma vez declarada a hipossuficiência. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável a prévia oitiva da requerida. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0651605-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Silvio Barbosa Soares - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0651769-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S.a. - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Citem-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC, intimando o autor para recolhimento das custas. Cumpra-se.

ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM) - Processo 0651923-64.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: L.V.C.R. - Vistos etc. Intime-se a requerente para comprovar os requisitos necessários para concessão da gratuidade da justiça ou recolhimento das custas iniciais, no prazo de 15 dias, nos termos do CPC 99, §§ 2º e 3º, sob pena de cancelamento da distribuição. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0651928-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Valdir Souza de Paiva - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS (OAB 5630-A/TO) - Processo 0651961-76.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos etc. Verifico que o contrato juntado não é título executivo extrajudicial uma vez que não está assinado por duas testemunhas, fls. 72/73. Assim, intime-se o autor para emendar a inicial, adequando-a à ação monitória ou ao procedimento comum, em 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MIKAELLE FERNANDES PAULINO DOS REIS (OAB 356496/SP) - Processo 0652067-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Tb Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos S.a. - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC, intimando a autora para recolher as custas postais. Cumpra-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0652159-16.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO LANZA DE ABREU (OAB 222935E/SP), ADV: MONIQUE ROSSI ARTOLA (OAB 412094/SP), ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP), ADV: GUSTAVO MOREL LEITE (OAB 206951/SP) - Processo 0652171-64.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Primo Rossi Administradora de Consórcio Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0652305-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucilene Pinheiro Jaques - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Defiro a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, CDC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0653097-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº

911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: JESSICA MACIEL PASSOS (OAB 13808/AM), ADV: ADILSON JOSÉ DA COSTA ALMEIDA FILHO (OAB 11094/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0660347-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcello Catunda Vieira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Vistos etc. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ, para realização de nova perícia. Sendo a parte representada por advogado particular e não havendo obrigatoriedade de intimação pessoal, intime-se o autor da data de comparecimento na pessoa de seu advogado. Cumpra-se.

Adalberto Pereira Nobre Filho (OAB 9140/AM)
Ademario do Rosario Azevedo (OAB 2926/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adilson José da Costa Almeida Filho (OAB 11094/AM)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 393A/RR)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Anthony Ferreira Almeida (OAB 8016/SE)
Antônio José Batista Nogueira (OAB 6834/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bruna Caroline Barbosa Pedrosa (OAB 18292/PA)
BRUNO LANZA DE ABREU (OAB 222935E/SP)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Cristiana Vasconcelos Borges Martins (OAB 5630-A/TO)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Gerson Riebisch de Figueiredo (OAB 2083/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
GUSTAVO MOREL LEITE (OAB 206951/SP)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Igor Brandão Barbosa (OAB 6598/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jessica Maciel Passos (OAB 13808/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Alberto Ribeiro Ponce de Leão Júnior (OAB 5813/AM)
João Machado Mitoso (OAB 559/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Jussara Costa Botelho (OAB 11223/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luís Augusto Pestana Vieira (OAB 4003AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Magda Rebelo Pontes (OAB 14355/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcos Lara Tortorello (OAB 249247/SP)
Maria Euni Taveira de Almeida Costa (OAB 9670/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Mikaelle Fernandes Paulino dos Reis (OAB 356496/SP)
Milena Alcantara de Farias (OAB 14726/AM)
Monique Rossi Artola (OAB 412094/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nivaldo Fernandes da Costa (OAB 831/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Queidi Domingues Serafim (OAB 40634/SC)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (OAB 1207A/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Sérgio Augusto Costa da Silva (OAB 6583/AM)
Sérgio Schulze (OAB 298933/SP)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0253/2019

ADV: SILVIO PAPARELLI JUNIOR (OAB 221779/SP), ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: ELIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB A268/RO), ADV: TERESA CRISTINA CORRÊA DE PAULA NUNES (OAB 4976/AM) - Processo 0014994-38.2006.8.04.0001 (001.06.014994-0) - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Helkem de Souza Araújo - REQUERIDO: Vera Cruz Seguradora S/A - Vistos etc. Verifico que no laudo de fls. 12 não constam as informações necessárias para medir o grau de perda do dano do autor, dados indispensáveis para estabelecer o valor da indenização securitária. Explico. De acordo com a sistemática do art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/1974, a avaliação deverá ser feita conforme a extensão das perdas anatômicas e funcionais do periciado, obtendo-se um percentual inicial que, posteriormente, será reduzido proporcionalmente de acordo com o grau de repercussão das perdas, um segundo percentual. Trata-se, portanto, da aplicação de duas porcentagens de perda. Ausente qualquer uma delas, prejudicado fica o cálculo da indenização securitária. Portanto, remetam-se os autos ao CEJUSC para realização de nova perícia nos termos necessários para aferição da extensão dos danos do autor. Cumpra-se.

ADV: SABRINA M.P. DE ALMEIDA (OAB 4350AM), ADV: ADAYLA BARRETO DE MESQUITA (OAB 001.729/AM), ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo

0029604-45.2005.8.04.0001 (001.05.029604-4) - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Joao Bosco Falabella - REQUERIDO: Porto Seguro Consultoria de Imóveis - Vistos etc. Expeça-se mandado de penhora para o endereço indicado em petição de fls. 140/141. Autorizo o meirinho ao arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto da presente execução. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM) - Processo 0035555-83.2006.8.04.0001 (001.06.035555-8) - Monitória - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDA: Sandra Maria Soares Gomes - Vistos etc. Embargos de declaração opostos às fls. 160/161, alegando contradição da sentença, por não haver provas nos autos de que a autora tenha sido citada pessoalmente para dar prosseguimento ao feito. Relatório. Decido. Verifico que o embargante não apontou nenhum vício genuinamente passível de correção pela via dos embargos, limitando-se a alegar uma suposta contradição entre a decisão e as provas nos autos. Todavia, a contradição que autoriza os embargos de declaração é a denominada contradição interna, isto é, aquela verificada dentro da fundamentação do próprio julgado, jamais a contradição com o entendimento da parte. É a jurisprudência do TJAM: 0002986-12.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Ementa: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA DE CONTADIÇÃO INTERNA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. CARÁTER PROTELATÓRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS. I - Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II - A contradição a que alude o Código de Processo Civil é a interna, ou seja, dentro do próprio acórdão embargado, e não em face de expedientes exteriores. III - Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados. (Relator (a): Anselmo Chíxaro; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Primeira Câmara Cível; Data do julgamento: 30/07/2018; Data de registro: 31/07/2018). Ademais, entendo que o propósito infrigente da presente irresignação, longe de ser a eliminação de contradição, é a reforma do julgado por via inadequada Assim, não conheço dos Embargos Declaratórios, mantendo na íntegra a sentença embargada por seus próprios fundamentos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ARISTÓFANES BEZERRA DE CASTRO FILHO (OAB 000.705/AM) - Processo 0051205-15.2002.8.04.0001 (001.02.051205-9) - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Simone de Souza Reis - Vistos etc. Intime-se o exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê prosseguimento no feito, sob pena de extinção Cumpra-se.

ADV: LAURA POLIANA DE OLIVEIRA FRAGATA (OAB 13528/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 3592/AC) - Processo 0201044-65.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Moisés Miranda Rodrigues - REQUERIDO: Centauro Vida e Previdência S/A - Vistos etc. Favor remeter, uma terceira vez, os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cumpra-se.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: HAMILTON SALES GOMES (OAB 6784/AM), ADV: FLORINDO SILVESTRE POERSCH (OAB 800/AC) - Processo 0211407-14.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ana Cleise Nascimento Calheiros - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS SO SEGURO DPVAT - Vistos etc. Favor cumprir despacho de fl. 96, remetendo-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ, para realização de perícia. Cumpra-se.

ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0214951-78.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0255357-15.2008.8.04.0001) (001.10.214951-9) - Embargos de Terceiro Cível - REQUERENTE: Estevao Soares da Silva - REQUERIDA: Maria Thiago dos Santos Medeiros - Vistos etc. Junte a exequente memorial descritivo e atualizado do débito, em seguida dê prosseguimento à execução. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BENEDITO CARLOS VALENTIM (OAB 4114/AM) - Processo 0217021-39.2008.8.04.0001 (001.08.217021-6) - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Jiza Comercial de Brinquedos Ltda. - Vistos etc. Intime-se a requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê prosseguimento no feito, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: KRISTEN RORIZ DE CARVALHO (OAB 552R/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0217948-97.2011.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Sergio do Vale Pinheiro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Vistos etc. Verifico não ter sido realizada a perícia, vez que o autor não apresentou laudo de alta definitiva, conforme fls. 101/102. Assim, intime-se o requerente, pessoalmente e por advogado constituído nos autos, a falar sobre o interesse em produção de prova pericial, prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 3592/AC), ADV: FLORINDO SILVESTRE POERSCH (OAB 800/AC), ADV: LEONARDO COSTA (OAB 3584/AC), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0243828-28.2010.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Francilaine Pinheiro Dantas - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos etc. Verifico que no laudo de fls. 91 não constam as informações necessárias para medir o grau de perda do dano do autor, informação necessária para estabelecer o valor da indenização securitária. Explico. De acordo com a sistemática do art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/1974, a avaliação deverá ser feita conforme a extensão das perdas anatômicas e funcionais do periciado, obtendo-se um percentual inicial que, posteriormente, será reduzido proporcionalmente de acordo com o grau de repercussão das perdas, um segundo percentual. Trata-se, portanto, da aplicação de duas porcentagens de perda. Ausente qualquer uma delas, prejudicado fica o cálculo da indenização securitária. Portanto, remetam-se os autos ao CEJUSC para realização de nova perícia nos termos necessários para aferição da extensão dos danos do autor. Cumpra-se.

ADV: ELIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493A/AM), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: HIRLEY VERÇOSA DOS SANTOS (OAB 2591/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 648A/AM) - Processo 0246539-06.2010.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Márcio Rodrigo Silva Maciel - REQUERIDO: Tokio Marine Seguradora S.A e outro - Vistos etc. Não constam nos autos as informações necessárias para medir o grau de perda do dano do autor, dados indispensáveis para estabelecer o valor da indenização securitária. Explico. De acordo com a sistemática do art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/1974, a avaliação deverá ser feita conforme a extensão das perdas anatômicas e funcionais do periciado, obtendo-se um percentual inicial que, posteriormente, será reduzido proporcionalmente de acordo com o grau de repercussão das perdas, um segundo percentual. Trata-se, portanto, da aplicação de duas porcentagens de perda. Ausente qualquer uma delas, prejudicado fica o cálculo da indenização securitária. Então, em resposta a petição de fls. 121/126, sim, entendo necessária a produção de prova pericial. Portanto, remetam-se os autos ao CEJUSC para realização de nova perícia nos termos necessários para aferição da extensão dos danos do autor. Cumpra-se.

ADV: ELIANA ALÓ DA SILVEIRA (OAB 105933/SP), ADV: ELIANA ALÓ DA SILVEIRA (OAB 105933/SP), ADV: RUBEN JOSÉ DA SILVA ANDRADE VIEGAS (OAB 98784A/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0603950-21.2016.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Danmar Lines Ltda. - Representada por: DHL Global F. Log. Ltda. - Dito isso, julgo procedentes os pedidos formulados pela autora e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC condenando

os requeridos: a) ao pagamento do valor de R$-29.127,00 (vinte e nove mil, cento e vinte e sete reais), sobre o qual incidirão juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC, a contar do evento danoso; b) ao pagamento de custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ), ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0606654-41.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: ELMO JOSE DE SA CARVALHO - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (TAUARA ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS) - Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Dito desta forma, julgo parcialmente procedente o pedido formulado pelo autor, condenando a requerida, Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, ao pagamento de indenização securitária do seguro DPVAT no valor de R$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme o art. 3º, da Lei 6.194/1974; Incidirá sobre a indenização securitária correção monetária conforme estabelecido pela Corregedoria do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a partir do evento danoso até a data do efetivo pagamento, e juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos da Súmula 426-STJ. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, atendendo orientação do art. 85, § 2°, CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, cumprido o comando dispositivo desta sentença, baixem-se e arquivem-se.

ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR) - Processo 0606765-93.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Margarida Sena de Oliveira - REQUERIDA: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Vistos etc. Favor cumprir despacho de fl. 67, remetendo-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ, para realização de perícia. Cumpra-se.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: RICARDO VIEIRA RODRIGUES (OAB 8801/AM) - Processo 0606805-41.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: JAMES TORRES DA SILVA PENA - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos etc. Favor cumprir despacho de fl. 99, remetendo-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ, para realização de perícia. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: RONÉLIO CARDOSO DE LIMA (OAB 6432/AM) - Processo 0606834-91.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: CLEUSON ARAÚJO GOMES - REQUERIDA: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguros DPVAT - Vistos etc. Favor cumprir despacho de fl. 80, remetendo-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ, para realização de perícia. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM), ADV: MAURICIO LIMA SEIXAS (OAB 7881/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0607656-80.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: EDIVAN FERREIRA DA SILVA - REQUERIDO: Seguradora Lider e outro - Vistos etc. Favor cumprir despacho de fl. 175, remetendo-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ, para realização de perícia. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE NOLASCO MONTEIRO DO RÊGO (OAB 8564/BA), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: WALDEMIRO LINS DE ALBUQUERQUE NETO (OAB 11552/BA), ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0610103-70.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Evellyn dos Santos Lima - REQUERIDO: BRADESCO SAÚDE EMPRESARIAL S/A - Operadora Odontoprev S.A - Dito isso, julgo procedentes os pedidos formulados pela autora e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: a) condenar os requeridos ao ressarcimento de R$-18.560,00 (dezoito mil, quinhentos e sessenta reais), referentes ao tratamento odontológico negado pelas rés e pago pela autora, com juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC, a contar do desembolso, cujo valor atualizado deve ser apresentado pela autora em cumprimento de sentença; b) condenar as requeridas em custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0613793-78.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ANTONIO FERREIRA VITOR - REQUERIDO: Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos etc. Favor cumprir despacho de fl. 143, remetendo-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ, para realização de perícia. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0616931-77.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FABIANA ZAPPIA DE AZEVEDO FROTA ARAGÃO (OAB 6982/AM), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: MARLOS GAIO (OAB A914AM) - Processo 0617079-98.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Rogério Soares de Souza - REQUERIDA: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat S/A. e outro - Dito desta forma, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FEITOS PELO AUTOR e extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, dos quais está temporariamente dispensado em razão da gratuidade da justiça deferida, na forma do art. 98, §3º, CPC. Publique-se. Registre-se Intimem-se. Após o transito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM), ADV: JABER CALIL NADAF NETO (OAB 5247/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM) - Processo 0620721-40.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Perdas e Danos - REQUERENTE: Decore Com. e Serv. de Paisagismo Me - REQUERIDO: Ecivaldo Dias de Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM) - Processo 0625235-

36.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Cíntia Santana e Souza - REQUERIDO: Arleny Belém do Nascimento e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: EDSON SILVA SANTIAGO (OAB A857AM) - Processo 0630685-96.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: PAULO SERGIO VASCONCELOS - REQUERIDO: Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT / S/A e outro - Dito desta forma, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FEITOS PELO AUTOR e extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, dos quais está temporariamente dispensado em razão da gratuidade da justiça deferida, na forma do art. 98, §3º, CPC. Publique-se. Registre-se Intimem-se. Após o transito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0635135-14.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Jocimar Serdeira Gonçalves - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (TAUARA ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS) e outro - Vistos etc. Favor cumprir despacho de fl. 86, remetendo-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ, para realização de perícia. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0635972-69.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: JHONY XAVIER DE SOUZA - REQUERIDO: PORTO SEGURO CIA DE SEGURO GERAIS S/A - Vistos etc. Favor cumprir despacho de fl. 80, remetendo-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ, para realização de perícia. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0636330-34.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: ANTONIO LOPES RODRIGUES - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e outro - Vistos etc. Favor cumprir despacho de fl. 136, remetendo-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ, para realização de perícia. Cumpra-se.

ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0636659-46.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: ANDRE LINHARES PESSOA - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (TAUARA ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS) - Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Vistos etc. Favor cumprir despacho de fl. 67, remetendo-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ, para realização de perícia. Cumpra-se.

ADV: MIRIAM KRONGOLD SCHMIDT (OAB 130052/SP) - Processo 0636966-29.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: Royce Connect Ar Condicionado para Veículos Ltda. - Dito isso, julgo procedentes os pedidos formulados pela autora e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC condenando os requeridos: a) ao pagamento do valor de R$-47.260,78 (quarenta e sete mil, duzentos e sessenta reais e setenta e oito centavos), sobre o qual incidirão juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC, a contar do evento danoso; b) ao pagamento de custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0637815-69.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Raquel Adriana Silva de Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Dito desta forma, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FEITOS PELA AUTORA e extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC. Condeno a autora ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, dos quais está temporariamente dispensada em razão da gratuidade da justiça deferida, na forma do art. 98, §3º, CPC. Publique-se. Registre-se Intimem-se. Após o transito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO GOMES FAIM (OAB 151615/SP), ADV: PATRICIA DE OLIVEIRA MARTIN (OAB 348112/SP) - Processo 0646061-15.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Hy-line do Brasil Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALEXANDRE DE CASTRO VENTURELLI (OAB 14043/AM) - Processo 0649061-23.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Francisco Ocimar Ferreira da Costa - Vistos etc. Diante das informações trazidas em certidão de fl. 17, determino a intimação do autor para promover a citação dos executados, requerendo o que entender de direito, em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0650141-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Luciana Lima Freire - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. e outro - Vistos etc. Digam as partes, em 15 dias, sobre interesse em audiência de instrução e julgamento, juntando, em caso positivo, rol de testemunhas, ou, em caso contrário, a medida pretendida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0652162-68.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: I.U. - Vistos etc. Intime-se o autor a falar, em 15 (quinze) dias, sobre a litispendência com o processo de nº 0652159-16.2019, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0652668-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos etc. E as custas iniciais? Intime-se, termos do CPC 290. Cumpra-se.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0654645-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Dito desta forma, julgo parcialmente procedente o pedido formulado pelo autor, condenando a requerida, Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, ao pagamento de: a) indenização securitária do seguro DPVAT no valor de R$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), conforme o art. 3º, da Lei 6.194/1974; Incidirá sobre a indenização securitária correção monetária conforme estabelecido pela Corregedoria do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a partir do evento danoso até a data do efetivo pagamento, e juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos da Súmula 426-STJ. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, atendendo orientação do art.

85, § 2°, CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, cumprido o comando dispositivo desta sentença, baixem-se e arquivem-se.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0716761-60.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silmara Garcez Barroso - Vistos etc. Após o recolhimento das custas, procedam-se ao BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD. Cumpra-se.

Adayla Barreto de Mesquita (OAB 001.729/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandre de Castro Venturelli (OAB 14043/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 3592/AC)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Aristófanes Bezerra de Castro Filho (OAB 000.705/AM)
Benedito Carlos Valentim (OAB 4114/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiane Nolasco Monteiro do Rêgo (OAB 8564/BA)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edson Silva Santiago (OAB A857AM)
Eliana Aló da Silveira (OAB 105933/SP)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elio Francisco de Carvalho (OAB 493A/AM)
Elio Francisco de Carvalho (OAB A268/RO)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fabiana Zappia de Azevedo Frota Aragão (OAB 6982/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Florindo Silvestre Poersch (OAB 800/AC)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hamilton Sales Gomes (OAB 6784/AM)
Hirley Verçosa dos Santos (OAB 2591/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jaber Calil Nadaf Neto (OAB 5247/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José Orisvaldo Brito da Silva (OAB 57069/RJ)
Kristen Roriz de Carvalho (OAB 552R/AM)
Laura Poliana de Oliveira Fragata (OAB 13528/AM)
LEONARDO COSTA (OAB 3584/AC)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Marcelo Gomes Faim (OAB 151615/SP)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Marlos Gaio (OAB A914AM)
MAURICIO LIMA SEIXAS (OAB 7881/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Miriam Krongold Schmidt (OAB 130052/SP)
PATRICIA DE OLIVEIRA MARTIN (OAB 348112/SP)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Ricardo Vieira Rodrigues (OAB 8801/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Ronélio Cardoso de Lima (OAB 6432/AM)
Ruben José da Silva Andrade Viegas (OAB 98784A/SP)
Sabrina M.P. de Almeida (OAB 4350AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 648A/AM)
Silvio Paparelli Junior (OAB 221779/SP)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Teresa Cristina Corrêa de Paula Nunes (OAB 4976/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
Waldemiro Lins de Albuquerque Neto (OAB 11552/BA)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0254/2019

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0602821-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Elionay Garcia Lemos - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Dito desta forma, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FEITOS PELO AUTOR e extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, dos quais está temporariamente dispensado em razão da gratuidade da justiça que ora defiro, na forma do art. 98, §3º, CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, cumprido o comando dispositivo desta sentença, baixem-se e arquivem-se.

ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA) - Processo 0602891-95.2016.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Alexssandre Souza do Nascimento - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Dito desta forma, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FEITOS PELO AUTOR e extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, dos quais está temporariamente dispensado em razão da gratuidade da justiça que ora defiro, na forma do art. 98, §3º, CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, cumprido o comando dispositivo desta sentença, baixem-se e arquivem-se.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ALAN KELSON DE LIMA FONSECA (OAB 10160/AM), ADV: JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS NAZARÉ (OAB 8890/AM), ADV: PERY AUGUSTO VIEIRA GARRIDO (OAB 8214/AM) - Processo 0626884-75.2013.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Maria Aparecida Oliveira Barreto - CONSIGNADO: Aymore Credito Financiamento e Investimento SA - Dito dessa maneira, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos contidos na presente ação, e como consequência extingo o processo com resolução do mérito na forma do CPC, art. 487, I. Custas e honorários de advogado pela parte autora, fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa, na forma do art. 85, §2º, CPC. Exigibilidade suspensa, face a gratuidade da justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se e baixem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB 10160/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
José Antônio dos Santos Nazaré (OAB 8890/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Pery Augusto Vieira Garrido (OAB 8214/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0373/2019

ADV: GERSON FERNANDES DO VALE (OAB 4551/AM), ADV: MÁRCIO SCARIOT (OAB 163161/SP), ADV: GISELLE FERNANDES BLANK BUENO (OAB 5457/AM) - Processo 0200381-43.2017.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Maria Lindomar Feitosa Negreiros - REQUERIDO: Cidade de Manaus - Viação Cidade de Manaus Ltda. - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: LUIZ GONZAGA XAVIER (OAB 107043/SP), ADV: VICENTE BORGES DA SILVA NETO (OAB 106265/SP), ADV: DANIEL BIZERRA DA COSTA (OAB 370538/SP), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: MÁRCIO SCARIOT (OAB 163161/SP), ADV: MÁRIO MIRANDOLA NETO (OAB 268673/SP) - Processo 0202557-92.2017.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Luiz Renato Nogueira - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda. - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSÉ ALVES DE SOUZA (OAB 94193/SP) - Processo 0205505-07.2017.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Lourinaldo dos Santos da Silva - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM) - Processo 0205896-93.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: JOSÉ GOMES DOS SANTOS - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0205898-63.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: GERSON ROSCHEL DA SILVA BORBA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0205899-48.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: VICENTE DE SOUZA MACEDO - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0205900-33.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: IVO RODRIGUES DA SILVA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0205901-18.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: JOSÉ CUSTÓDIO FILHO - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: LUCAS BUSCARIOL HASHIMOTO IKUTA (OAB 286217/SP), ADV: MÁRIO MIRANDOLA NETO (OAB 268673/SP), ADV: MÁRCIO SCARIOT (OAB 163161/SP), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: DANIEL BIZERRA DA COSTA (OAB 370538/SP), ADV: VICENTE BORGES DA SILVA NETO (OAB 106265/SP), ADV: LUIZ GONZAGA XAVIER (OAB 107043/SP) - Processo 0207329-98.2017.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Tania Lucia de Jesus - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda. - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI (OAB 290089/SP), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM) - Processo 0209667-45.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0211083-24.2012.8.04.0001) (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Notre Dame Intermédica Saúde S/A - REQUERIDO: VIAÇÃO IMIGRANTES LTDA - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JUCENIR BELINO ZANATTA (OAB 125881/SP) - Processo 0211097-32.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0211083-24.2012.8.04.0001) (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Assistência Judiciária - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Miguel José de Santana - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: LEILA MARIA STOPPA PAZZINI (OAB 254541/SP) - Processo 0213051-16.2017.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Lilian Denize Cândido Carneiro - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSENILTON DA SILVA ABADE (OAB 133093/SP), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM) - Processo 0215731-08.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: ELIANA CANDIDA PEREIRA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: MÁRCIO SCARIOT (OAB 163161/SP) - Processo 0216540-61.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0211083-24.2012.8.04.0001) (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Maria Jovetina Paulina Barbosa - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: LUIZ CLÁUDIO DAS NEVES (OAB 199034/SP) - Processo 0218128-06.2017.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Cristian Gomes da Silva - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0221323-33.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001)

- Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: MARCOS GOMES MENDES - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: ELISABETE DE LIMA TAVARES (OAB 173859/SP) - Processo 0222183-97.2017.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Pio Francisco de Sousa - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0222673-56.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: FREDERICO OLIVEIRA SANTOS - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0222710-83.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: JOÃO BOSCO DA SILVA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0222717-75.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: CICERO CLAUDINO RODRIGUES DA SILVA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0222719-45.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: OSVALDO ROCHA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0222740-21.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: JOSÉ JOAQUIM DE SOUSA OLIVEIRA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0222784-40.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: TANIA APARECIDA BOY - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0222785-25.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: VALDOMRO DA CRUZ BRITO - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0225134-35.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Valdir Soares da Silva - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM) - Processo 0225896-17.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: CARLOS ROBERTO DA SILVA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0234655-04.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: NILDO GOMES DA SILVA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM) - Processo 0234656-86.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: JOSÉ CALROS DE JESUS SANTOS - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0234658-56.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: NELSON GONÇASVES - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM) - Processo 0234660-26.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: JOSÉ LINO GOMES - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0235722-04.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: JOSÉ CARLOS CONCEIÇÃO DA PAIXÃO - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0235723-86.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: FLORINDO CANDIANI - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0235724-71.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: VALDOMIRO TRIBUTINO DA SILVA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0235725-56.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: JOSÉ DOS REIS FERREIRA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0236844-52.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: CLAUDEMIR PEREIRA DA SILVA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0236845-37.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: RONALDO RODRIGUES DE FARIA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM) - Processo 0236846-22.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: PAULIRAN BENICIO DOS SANTOS - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0238096-90.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: MÁRCIO FERNANDO TERANI - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0239779-65.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM) - Processo 0240857-94.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: ANTONIO JOSÉ DE SOUZA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0240858-79.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: ANTONIO JOSÉ DE SOUZA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0240859-64.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - EXEQUENTE: JOÃO RODRIGUES TEIXEIRA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0240860-49.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - EXEQUENTE: GILSON CANUTO DOS ANGELOS - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0240873-48.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Jose Maria Elias - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0245195-14.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: ALEANDRO PEREIRA DE FARIAS - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0245196-96.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Gilberto José da Silva - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0245197-81.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: WALTER DE JESUS LOPES - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM) - Processo 0245198-66.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: JOSE LUIS DOS SANTOS FILHO - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: CRISTIANNE GABRYSE ROCHA DE OLIVEIRA ISSIBACHI (OAB 370883/SP) - Processo 0245753-49.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0222748-32.2015.8.04.0001) (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Antonio Simoes Fernandes - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDUARDO MELMAM (OAB 81155/SP) - Processo 0246499-48.2015.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: JOSÉ CARLOS FELIZ DE SOUZA - REQUERIDO: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: CECÍLIA SILVEIRA GONÇALVES (OAB 205740/SP) - Processo 0249969-53.2016.8.04.0001 (processo principal 0211083-24.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Leandro Mingutti - Diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: ERICK FERNANDO QUEIROZ PEREIRA (OAB 12071/AM), ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0600363-54.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Emerson Eduardo Bonetti - REQUERIDO: Márcio Lene Bentes Rabelo e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610320-21.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Nair Nogueira dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0610381-76.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0612906-26.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Dunorte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que apresente o contrato social da pessoa jurídica requerida, para possibilitar a citação na pessoa do sócio, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0615868-17.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0628568-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0632254-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - REQUERIDO: R. D. Engenharia e Comércio Ltda. e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0632256-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - REQUERIDO: R. D. Engenharia e Comércio Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0632265-54.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ADRIANA CALDAS VITAL VALERUZ (OAB 11672/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 56888A/RS), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: FÁBIO KORENBLUM (OAB 130697/RJ) - Processo 0633872-10.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Stemac S/A - Grupos Geradores - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0634841-25.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Érica Araújo Magalhães - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0638151-05.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0643103-27.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ronyele Lima da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

Adriana Caldas Vital Valeruz (OAB 11672/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (OAB 290089/SP)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 56888A/RS)
Cecília Silveira Gonçalves (OAB 205740/SP)
Cristianne Gabryse Rocha de Oliveira Issibachi (OAB 370883/SP)
Daniel Bizerra da Costa (OAB 370538/SP)
Eduardo Melmam (OAB 81155/SP)
Elisabete de Lima Tavares (OAB 173859/SP)
Erick Fernando Queiroz Pereira (OAB 12071/AM)
Fábio Korenblum (OAB 130697/RJ)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Gerson Fernandes do Vale (OAB 4551/AM)
Giselle Fernandes Blank Bueno (OAB 5457/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
José Alves de Souza (OAB 94193/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Joselma Rodrigues da Silva (OAB 579A/AM)
Josenilton da Silva Abade (OAB 133093/SP)
Jucenir Belino Zanatta (OAB 125881/SP)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laís Cristiane Lira Pereira (OAB 5376/AM)
Leila Maria Stoppa Pazzini (OAB 254541/SP)
Lucas Buscariol Hashimoto Ikuta (OAB 286217/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Cláudio das Neves (OAB 199034/SP)
Luiz Gonzaga Xavier (OAB 107043/SP)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Márcio Scariot (OAB 163161/SP)
Mário Mirandola Neto (OAB 268673/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Vicente Borges da Silva Neto (OAB 106265/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0374/2019

ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0218687-75.2008.8.04.0001 (001.08.218687-2) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Friller Brasil Alimentos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0600186-90.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: AMADEU JARDIM MAUÉS FILHO (OAB 6059/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0615312-15.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: João Mendes da Fonseca Júnior - REQUERIDO: Thyago Vila Maués de Melo - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM) - Processo 0638635-54.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores,

recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ABSALÃO GONZALES JÚNIOR (OAB 3278/AM), ADV: EDVAL MACHADO JÚNIOR (OAB 11999/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM) - Processo 0650312-13.2018.8.04.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Petrobras Distribuidora S/A - REQUERIDO: Vitória Régia Comércio de Petroleo Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Absalão Gonzales Júnior (OAB 3278/AM)
Amadeu Jardim Maués Filho (OAB 6059/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Edval Machado Júnior (OAB 11999/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0375/2019

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0011190-44.1997.8.04.0012 (012.97.011190-4) - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco BMG S/A - REQUERIDO: Herbet Reinaldo Mitoso Crispim - Em cumprimento ao despacho de fls. 197.

ADV: EDSON DA SILVA DOS SANTOS (OAB 1621/AM) - Processo 0013459-22.1998.8.04.0012 (012.98.013459-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Profissional Empreendimentos Ltda. - REQUERIDO: Navezon Linhas Internas da Amazônia S/A - Cemape Transportes S/A - Fidenza Administração e Participações S/A - Petrobras Distribuidora S/A - Bruno Marco Massari - Adriano Massari - Gladis Fumagalli Massari - DEPOSFIEL: Navegação Rio Negro S/A - Sra. Soraya da Silva Mineiro - Tendo em vista o AR negativo de fl. 774, determino a intimação dos antigos patronos do autor para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono. Cumpra-se.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0049870-53.2005.8.04.0001 (001.05.049870-4) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Rio Claro Trust de Recebíveis S/A - REQUERIDA: Apla Comércio de Combustível e Serviços Ltda. - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 271/272, no prazo de 05 dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0062601-52.2003.8.04.0001 (001.03.062601-4) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: Ebenezer de A. Bastos - Francinete da Silva Arce Bastos - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 124/125, no prazo de 05 dias.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0202096-96.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: José Antônio Lima da Rocha e Silva - Intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entende de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO (OAB 222325/SP), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: PEDRO NEVES MARX (OAB 464A/AM), ADV: JULIETA SALOMÃO LOPES (OAB 133359/SP), ADV: ELDER VITOR CLAUDINO FUZATTO (OAB 5222/AM) - Processo 0227316-04.2009.8.04.0001 (001.09.227316-6) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Cecil Concorde Comércio, Indústria, Importação e Exportação Ltda. - REQUERIDO: Equipament Indústria e Comércio de Expositores Ltda. - Banco Bradesco S/A - Tendo em vista o valor depositado à fl. 376, referente aos honorários de sucumbência, conforme determinado na sentença de fls. 334/342, defiro o pedido de fls. 380, determinando a expedição do competente alvará em favor do patrono do Banco Bradesco, depositado à fl. 381, consoante solicitado.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: LUIZ SERUDO MARTINS NETO (OAB 3762/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: SIDNEY SERUDO DE MENDONÇA (OAB 4891/AM), ADV: ÉLIDA LEMOS DA SILVA (OAB 272066/SP), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0238405-87.2010.8.04.0001 (001.10.238405-4) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ephigênio Salles Empreendimento Imobiliário SPE - REQUERIDA: Frette Logística e Multimodal Ltda. - INTSSADO: Super Terminais Comércio e Indústria Ltda. - Defiro o pedido de fls. 825 dos autos. Expeça-se o competente alvará em favor do autor, do valor bloqueado à fl. 817, tendo em vista a inercia do Réu de fl. 821. Após, proceda-se a consulta via Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - ERIDFT, consoante solicitado.

ADV: DAVID FERNADES PEREIRA (OAB 150381/MG), ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: SEBASTIÃO ROBERTO DE ARAÚJO (OAB 64679/MG), ADV: EDISON MARCOLINO ARANTES (OAB 59224/MG), ADV: TÁCIO GODOY FELDNER (OAB 102176/MG) - Processo 0240983-86.2011.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Nonato Barros Pimentel Filho - REQUERIDA: Expresso Ocidental Logística Integrada Ltda. - ASSLITISC: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - INEXISTENTE: Jade Transportes Ltda. - PERITO: José Militão Rodrigues da Silva - Cel PM R/R - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 31 de outubro de 2019, às 10:00 horas, no endereço na Avenida Açaí, Distrito Industrial, em frente antiga instalação da empresa da empresa ProCoating, nesta cidade, conforme informação do perito de fls. 407.

ADV: MARCO AURÉLIO DUARTE DE LIMA (OAB 7235/AM) - Processo 0600022-62.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jefferson Ferreira dos Santos - REQUERIDA: Santa Sofia Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Capital Rossi) - Santa Aurora Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Intime-se o Autor para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM) - Processo 0602404-28.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Cheque - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - ME - REQUERIDO: J. Gomes Pereira - ME - INTSSADO: Defensoria Pública do Estado do Amazonas 2 - I- Defiro o pedido de fls. 122/123 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: GLÁUCIO LOPES MONTEIRO (OAB 5781/AM) - Processo 0604546-34.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Herbert de Figueiredo Oliveira - REQUERIDO: Samuel Padilha Gomes Filho - INTSSADO: Manaus Ambiental S/A - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I- Defiro o pedido de fl. 109 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado. Cumpra-se.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: ANDRÉ GONÇALVES DE ARRUDA (OAB 200777/SP), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0604597-79.2017.8.04.0001 - Monitória - Empreitada - REQUERENTE: Ferreira e Ferreira Manutenção Elétrica Ltda. - ME - REQUERIDO: API SPE 22 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda. - I- Designo o dia 20 de Maio de 2020, às 11:30h, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0605313-14.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Armando Carlos Lins de Albuquerque - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 115/116, no prazo de 05 dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0606449-75.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: R. M. R. E. Serviços de Cobranças Ltda. - ME - INTSSADA: Maraney da Silva Pessoa - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0608447-10.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Elcy Silva de Lima - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 90/91, no prazo de 05 dias.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0609503-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria da Conceição Marques Cabral - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - INTSSADO: Banco Daycoval S/A - I- Designo o dia 07 de Maio de 2020, às 11:30h, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0610340-36.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Michel Silva de Brito - Intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entende de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM) - Processo 0611961-05.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Condomínio Edifício Cristal - EXECUTADO: Edimir Lima da Silva - Defiro parcialmente o pedido de fls. 115/116. II. Expeça-se novo Mandado de Penhora e Avaliação das garagens cotadas no despacho de fl. 91, bem como, a intimação do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis, para o devido desmembramento da matrícula principal e criação de novas matrículas das referidas garagens. III. Intime-se o Autor para recolher as custas da diligencia do Oficial de Justiça, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ RICARDO CABRAL PIO (OAB 6688/AM) - Processo 0615810-19.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria da Conceição Gomes Pinheiro - REQUERIDA: Sandra Maria Gomes Pinheiro - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da certidão de fl. 223, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0616344-89.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Norte Perfurações e Construções Ltda. - Manoel da Conceição Silva - REQUERIDO: Condomínio Mundi Resort Residencial - Intime-se o Requerido para informar a este Juízo o andamento do Agravo de Instrumento, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0616644-51.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0248272-41.2009.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Posse - EMBARGANTE: Manoel Gadelha da Silva - EMBARGADO: HTS Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda. - Opção Turismo Ltda. - À Secretaria para modificar, no sistema SAJ, os nomes dos Patronos da Requerida, constantes na Procuração de fl. 77, devendo toda publicação ser realizada em nomes dos Patronos Luís Felipe Avelino Medina, inscrito na OAB/AM sob o nº 6.100, Pedro de Araújo Ribeiro, Inscrito na OAB/AM sob o nº 6.935 e Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar, inscrito na OAB/AM sob o nº 11.441. Cumpra-se.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0616881-51.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - REQUERIDO: Afrânio Corrêa Lima Júnior - Tendo em vista a certidão de fl. 47, determino a intimação da autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0617239-50.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Cia. de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil - REQUERIDA: Sheila da Silva Feitosa - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 131/132, no prazo de 05 dias.

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0618843-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Pereira Lô - REQUERIDO: Japurá Pneus Ltda. - I- Designo o dia 13 de Maio de 2020, às 11:30h, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINA DE MENEZES CARVALHO (OAB 13583/AM), ADV: CAROLINE DE CASTRO PEROZZO (OAB 11195/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM) - Processo 0618986-35.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Construtora Capital S/A - EXECUTADA: Sissi Vital Dias - Em cumprimento ao despacho de fls. 134.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0619244-84.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Andreilson Oliveira da Silva - Defiro o pedido de dilação do prazo de 20 (vinte) dias, para o autor juntar a comprovação do pagamento das custas, consoante solicitado à fls. 177. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0619913-69.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Ramon Leonel de Barros - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 117/118, no prazo de 05 dias.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0622297-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: Márcia Soares Marcondes - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Determino a secretaria que proceda a intimação da Requerida, pessoalmente, mediante carta, com urgência para cumprir a referida Decisão, no prazo de 15 dias, consoante determinado. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0622433-65.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Velber de Oliveira Ferreira - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 117/118, no prazo de 05 dias.

ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0622692-94.2016.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - REQUERIDO: Nelson Kim - INTSSADO: Juízo de Direito da Comarca de São Paulo -SP - Cartas Precatórias Cíveis - I. Tendo em vista a certidão de fl. 159, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0623130-18.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADO: Hosp Line Distribuidora e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. - Niellyton Guimarães Travassos - I- Defiro o pedido de fls. 54 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas, RENAJUD, e INFOJUD BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MICHEL FERREIRA DO VALE (OAB 6283/AM) - Processo 0626975-29.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - REQUERIDO: Millennium Locadora Ltda. - Raimundo Nonato Ferreira do Vale - I- Designo o dia 19 de Maio de 2020, às 11:30h, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0628713-81.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Márcio José Pinheiro Martins - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0632533-45.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Ocemira Nahamias da Silva - I- Defiro o pedido de fls. 119/122 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0634714-82.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: I. A. S. Soares - ME - I- Defiro o pedido de fls. 74/77 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS), ADV: JOSÉ HENRIQUE DA SILVA VIGO (OAB 11751/MS), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL) - Processo 0635122-83.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Quitação - REQUERENTE: Jurandir de Souza Macedo - REQUERIDO: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Banco Cooperativo Sicredi S/A - INTSSADO: Juízo de Direito da Comarca de Porto Alegre/RS - Portanto, trata-se de processo findo, defiro o pedido de fls. 656/657, determinando o levantamento pelo Autor dos valores bloqueados. Expeça-se o competente Alvará. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THAÍS CAMARGO ALONSO (OAB 7945/AM), ADV: LUIZ COUTINHO DOS SANTOS NETO (OAB 8171/AM) - Processo 0636692-65.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Ramilson Gomes de Souza - REQUERIDO: Ympactus Comercial Ltda. (Telexfree Inc) - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 341/342, no prazo de 05 dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0637998-69.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Natanael Dias de Azevedo Júnior - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 188/189, no prazo de 05 dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0638472-69.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Tomatec Fábrica de Produtos Elétricos Ltda. - Otávio Luiz Fontanetti - Paulo Roberto Squadrani Montanarini - Rosely Mortari do Nascimento Squadrani Montanarini - Vistos, etc. Por motivo de foro íntimo, dou-me por suspeito para processar e julgar o feito, nos termos do art. 145, § 1º, do NCPC. Remetam-se os autos ao meu substituto legal, conforme o disposto nos arts. 7º e 9º, da Resolução nº 23, de 15/07/2010, do Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas. A presente decisão servirá como ofício. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM) - Processo 0639376-94.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Eletro do Nordeste S/A - EXECUTADO: AAA Reis Import Comércio de Equipamentos e Informática Eireli - I- Defiro o pedido de fls. 158 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0647079-71.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Brisas do Parque Residencial Clube - EXECUTADA: Maria Escolástica Miranda Ferreira - I- Defiro o pedido de fl. 81 dos autos. II- Expeça-se a competente Carta Precatória à Comarca de Santo Antônio do Tauá-PA, consoante solicitado. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0653063-36.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Delino Marins Vileno - Isto Posto, estando devidamente comprovada a mora do Requerido, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º, do Dec-Lei 911/69, com nova redação dada pelo art. 56, da Lei 10.931, de 03.08.2004, para determinar a busca e apreensão do bem acima descrito, na residência do requerido ou no local onde for encontrado, devendo para tanto, ser entregue ao autor, mediante

termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, cite-se o requerido para, no prazo de 05 dias, pagar o valor da dívida pendente, conforme os valores apresentados pelo autor na inicial, acrescidos de honorários e custas processuais (nova redação do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei 911/69), sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º, do art. 3º, do referido Dec-Lei ou, no prazo de 15 dias, apresentar resposta, conforme está estabelecido nos parágrafos 3º e 4º, do Dec-Lei 911/69 (nova redação). Intime-se o autor para efetuar o pagamento da diligência do oficial de justiça, no prazo de 10 (dez) dias, após expeça o competente mandado. Cumpra-se.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP) - Processo 0657303-05.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Rosales Empreendimento Imobiliário SPE S/A - EXECUTADO: Emilson de Oliveira Araújo - Dirlene Soares Araújo - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 84/86, no prazo de 05 dias.

ADV: RICARDO JOSÉ ALVES PORTOS SANDE (OAB 8080/DF), ADV: RÚBIA DE SOUZA (OAB 29813/DF), ADV: JÉSSICA LÍLIAN DA COSTA ALVES (OAB 47135/DF), ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM) - Processo 0658207-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Débora Macêdo Albuquerque da Costa - Thatyana Macêdo Rodrigues Ribeiro - REQUERIDO: Hospital Adventista de Manaus - I- Designo o dia 14 de Maio de 2020, às 11:30h, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0660957-97.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADA: Liliana Buitrago Acosta - Guido Leon Manrique Acosta - I- Defiro o pedido de fls. 49 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas BACENJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: OMAR MOHAMAD SALEH (OAB 266486/SP), ADV: DIOGO SAIA TAPIAS (OAB 313863/SP) - Processo 0701739-59.2012.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - REQUERIDO: Sunset Beach - Carlos Valeriano Neves - Intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entende de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Ana Carolina de Menezes Carvalho (OAB 13583/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André Gonçalves de Arruda (OAB 200777/SP)
André Ricardo Cabral Pio (OAB 6688/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Caroline de Castro Perozzo (OAB 11195/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
David Fernades Pereira (OAB 150381/MG)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diogo Saia Tapias (OAB 313863/SP)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edison Marcolino Arantes (OAB 59224/MG)
Edson da Silva dos Santos (OAB 1621/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elder Vitor Claudino Fuzatto (OAB 5222/AM)
Élida Lemos da Silva (OAB 272066/SP)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Gláucio Lopes Monteiro (OAB 5781/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jéssica Lílian da Costa Alves (OAB 47135/DF)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Henrique da Silva Vigo (OAB 11751/MS)
Julieta Salomão Lopes (OAB 133359/SP)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lourenço de Almeida Prado (OAB 222325/SP)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Coutinho dos Santos Neto (OAB 8171/AM)
Luiz Serudo Martins Neto (OAB 3762/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marco Aurélio Duarte de Lima (OAB 7235/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michel Ferreira do Vale (OAB 6283/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Omar Mohamad Saleh (OAB 266486/SP)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Neves Marx (OAB 464A/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo José Alves Portos Sande (OAB 8080/DF)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rúbia de Souza (OAB 29813/DF)
Sebastião Roberto de Araújo (OAB 64679/MG)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Sidney Serudo de Mendonça (OAB 4891/AM)
Tácio Godoy Feldner (OAB 102176/MG)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Thaís Camargo Alonso (OAB 7945/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0214/2019

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0262805-34.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do

Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre a pesquisa no sistema judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 27 de setembro de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0600431-67.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jozimar Rocha Assis - Isto posto, ACOLHO PARCIALMENTE OS EMBARGOS, para apreciar o pedido de fixação de honorários e, no mérito, REJEITAR, nos termos da fundamentação. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM) - Processo 0602400-88.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Kaele Ltda (KL Rent a Car) - REQUERIDO: Marlene Eduardo Pereira - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, III e IV do CPC. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0604506-28.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre a pesquisa no sistema judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 27 de setembro de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE (OAB 28490/PE), ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM) - Processo 0608500-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Benedito Heraldo da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - DECIDO. Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das despesas processuais desembolsadas pelo requerido e honorários advocatícios, estes fixados equitativamente em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 8° do NCPC, ressalvado o disposto no artigo 98, §3º, do NCPC. Intime-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0608508-36.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos, Dafiro o pedido de dilação do prazo de 30 (trinta) dias, requerido as fls. 232/233.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM) - Processo 0609409-72.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: SANTUZA LAURA ALVES DE OLIVEIRA e outro - REQUERIDO: Santa Silvia Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor SPE AREIA BRANCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Santa Silvia Empreendimentos Imobiliários Ltda, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609936-24.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 26 de setembro de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM), ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM), ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM) - Processo 0614193-29.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luis Ricardo Saldanha Nicolau - REQUERIDO: Jornal A Crítica Ltda. - Vistos, Expeça-se Alvará conforme requerido as fls.180/181, mediante pagamento da expedição do Alvará no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos). Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta Corrente 761919-7, Cartório da 7ª Vara Cível, com identificação do processo e com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0616866-82.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - R.H. Considerando que o pagamento das custas complementares correu 1 (um) dia antes da prolação da sentença de extinção, hei por bem chamar o processo à ordem e tornar sem efeito a sentença de fls. 97. Tendo em vista os documentos acostados na inicial, defiro liminarmente a medida requerida. EXPEÇA-SE Mandado de Busca e Apreensão. Executada a medida liminar CITE(M)-SE o(s) Réu(s), para pagar integralmente a divida em 5 dias ou contestar no prazo de quinze (15) dias, conforme disposto (art. 3º, § 2º, § 3° do Decreto - Lei nº 911/69 - Alterado pela Lei nº 13.043/2014) Em caso de pagamento, FIXO honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor recolhido. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, mediante boleto impresso do site do TJAM. Comprovando o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0618204-28.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Leonardo Carvalho Dantas - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para consolidar em favor da autora a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na petição inicial, ficando-lhe facultada a venda, na forma do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69. Face o ônus da sucumbência, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, este último fixo em R$ 200,00, nos termos do art. 85, § 2°, do Código de Processo Civil. Em cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei nº 911/69, comunique-se ao Detran que a autora está autorizada a proceder à transferência do veículo a terceiros que indicar. Servirá a presente sentença, por cópia impressa, como OFÍCIO, que deverá ser instruído com as cópias necessárias. Oportunamente, arquivem-se os autos. Publique-se e intime-se

ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH (OAB 964A/AM), ADV: LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES (OAB 6272ATO) - Processo 0620646-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Frank Alberto Faria Novo - REQUERIDO: Hdi Seguros S/A - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0627167-59.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Fiat Adminidtradora de Consórcios Ltda - REQUERIDO: Ilean Xavier dos Santos - Sendo assim, CONVERTO a presente ação de busca e apreensão em execução por quantia certa. Procedam-se as alterações pertinentes no SAJ. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito. Ante o disposto no artigo 798, b, do CPC, apresente o credor demonstrativo atualizado do seu crédito, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido com aproveitamento, cite-se a parte demandada, executivamente, na forma do art. 829

do CPC, para, no prazo de 03 dias, efetuar o pagamento da dívida, após recolhimento das custas judiciais para o ato. Não efetuado o pagamento no prazo, o Sr. Oficial de Justiça deverá proceder à penhora de bens, avaliando-os e lavrando auto respectivo, do qual o executado deverá ser imediatamente intimado, observando eventuais bens já indicados pelo credor. Cientifique-se a parte executada de que, independentemente da realização da penhora, poderá opor-se à execução por meio de embargos, no prazo de 15 dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação, na forma do artigo 915 do Código de Processo Civil. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exeqüente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, o executado poderá requerer seja admitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (Art. 916 do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0628686-98.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Flex Tapajós - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0629354-69.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0629670-87.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre a pesquisa no sistema judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 27 de setembro de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0629896-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Francisco Freitas Gonçalves - Por isso, chamo o processo a ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 75, e reconhecer a natureza acidentária da incapacidade do autor. Com isso, deixo de declinar da competência. Dê-se vista ao INSS sobre o laudo pericial de fls. 67/74. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0634640-62.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Raimundo Nonato Neto Carneiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, Expeça-se Alvará conforme requerido as fls.278, mediante pagamento da expedição do Alvará no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos). Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta Corrente 761919-7, Cartório da 7ª Vara Cível, com identificação do processo e com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM) - Processo 0636711-13.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 27 de setembro de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0637582-04.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre a pesquisa no sistema judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 27 de setembro de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0651091-65.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Abner Kall Arruda Arcoverde - Observo, portanto, que o requerente não se desincumbiu do ônus de promover a citação do réu, conforme determina o § 2º, do artigo 240, do Diploma Processual Civil. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 485, IV, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 26 de setembro de 2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0651161-82.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Agave - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado do imóvel informado as fls.149. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0652196-77.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Magnólia Faris de Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Vistos, Intime-se a Autarquia para comprovar o implante do beneficio ao Autor, conforme proposta de acordo, esta aceita pelo autor e devidamente homologado.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0652924-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Fabio de Souza Silva - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0653032-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maristela Leite da Piedade - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: LEONARDO RAMADA RELVAS (OAB 14480/AM) - Processo 0653090-19.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Centro de Medicina Nuclear do Amazonas Ltda - Vistos, Defiro o pedido de parcelamento das custas processuais, em 6 parcelas, cuja primeira parcela deverá ser paga no prazo de 15 (quinze) dias, e as demais na mesma data dos meses subsequentes, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único, CPC. Ressalto que o pagamento deverá ser realizado mediante guias a serem obtidas junto à Contadoria. Cite-se o executado para, no prazo de

3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia da mesma, ou, para, no prazo de 15 (quinze) dias, opor-se à execução por meio de embargos. De logo, arbitro honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da dívida (Art. 827 do NCPC), devendo ficar ciente o executado que, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC). Intime-se o Requerente para realizar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, mediante boleto extraído diretamente do site oficial do TJAM. Comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0660442-62.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Alyson Barbosa dos Santos - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para consolidar em favor da autora a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na petição inicial, ficando-lhe facultada a venda, na forma do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69. Face o ônus da sucumbência, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, este último fixo em R$ 200,00, nos termos do art. 85, § 2°, do Código de Processo Civil. Em cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei nº 911/69, comunique-se ao Detran que a autora está autorizada a proceder à transferência do veículo a terceiros que indicar. Servirá a presente sentença, por cópia impressa, como OFÍCIO, que deverá ser instruído com as cópias necessárias. Oportunamente, arquivem-se os autos. Publique-se e intime-se

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0660909-41.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre a pesquisa no sistema judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 27 de setembro de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB 2023/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lana Kelly de Andrade Sampaio (OAB 4008/AM)
Leonardo Ramada Relvas (OAB 14480/AM)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Eduardo Pereira Sanches (OAB 6272ATO)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB 8769/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB 28490/PE)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB 964A/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

E D I T A L D E I N S P E Ç Ã O

O DR. ROSSELBERTO HIMENES, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma legal etc...

FAZ SABER a quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que, CONVOCA todos os interessados e torna público, e em cumprimento ao Provimento nº 241/2015-CGJ/AM , realizará INSPEÇÃO JUDICIAL ANUAL, neste Juízo e Cartório, no período de 21 a 23 de outubro de 2019. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandei expedir o presente EDITAL que será publicado e afixado à porta da Serventia. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, aos 27 (vinte sete) dias do mês de setembro do ano de 2019. Eu, Adilson José da Silva Oliveira, escrivão, subscrevo, confiro e assino.

Manaus, 27 de setembro de 2019
Rosselberto Himenes
Juiz de Direito

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0303/2019

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ORLANDO BRASIL DE MORAES (OAB 5636/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0615204-54.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Abraão da Silva Ferreira e outros - REQUERIDO: Unimed Manaus - Phenix Serviços de Saude Ltda - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De ordem, dê-se vista ao Ministério Público pelo prazo de 30 (trinta) dias na forma do art. 178, II do CPC.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0615246-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Wembersson Milton Fernandes da Silva - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial e, por conseguinte: I - DETERMINO que o Requerido Instituto Nacional do Seguro Social - INSS restabeleça em favor do Autor Wembersson Milton Fernandes da Silva o benefício auxílio-doença acidentário (NB 6144501466) desde a cessação indevida (01/06/2019) até o término da análise da reabilitação profissional, nos termos do art. 62 da Lei n.º 8.213/91, bem como as parcelas em atraso, as quais

serão apuradas em sede de liquidação de sentença. Os valores vencidos serão acrescidos de juros de mora com base no índice oficial de juros aplicados à caderneta de poupança (TR), conforme disposto no art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/1997, na redação dada pela Lei n.º 11.960/2009, a contar da citação (S. 204 do STJ) e correção monetária calculada pela Portaria n.º 1.855/2016-PTJ a contar do vencimento de cada parcela do benefício concedido, tudo em conformidade com a Portaria Conjunta TJAM/PF-AM n.º 03/2019. II - Considerando a natureza alimentar da prestação, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela para que a implantação ocorra, independentemente de interposição de eventual recurso de apelação, ainda que recebido no duplo efeito, sob pena de fixação de multa diária, sem prejuízo da caracterização do crime de desobediência, comprovando-se nos autos. INTIME-SE eletronicamente a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias. III - Condeno, ainda, o Requerido a pagar as despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor atualizado da causa, na forma do art. 85, § 2.º do Código de Processo Civil. Improcedentes os demais pedidos. Conforme a redação do art. 496, § 3.º, I, do CPC, esta sentença não está sujeita a reexame necessário, pois se trata de demanda cujo direito controvertido não excede mil salários mínimos, considerado o valor do benefício pleiteado, bem como o valor das prestações vencidas somadas. Isento de custas em virtude de isenção legal (art. 17, IX, da Lei n.º 4.408/2016). P.R.I.

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0621491-67.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: MAQUISANOR ALCENIR P. LIMA e outro - De ordem, intimo a parte Requerida para proceder com o recolhimento das custas de impugnação à gratuidade da justiça, no valor de R$ 72,02 (setenta e dois reais e dois centavos), conforme portaria 116/17 - PTJ, (Procedimentos Incidentes, item "1"), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Oportunamente, intimo a parte Autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0621962-20.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marilanio Santos Vieira e outro - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre a Petição juntada às fls.124, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0627533-98.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de cinco dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do CPC.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629532-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Frank Júnior de Souza Rodrigues - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de quinze dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de trinta dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629804-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Willian Lucas Praia Lima - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de quinze dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de trinta dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0630899-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Centro Espírita Beneficente União do Vegetal - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de cinco dias.

ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM) - Processo 0633098-77.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Wanderley de Oliveira Pires - REQUERIDO: Erdras Pires Andrade - De ordem, em razão da ausência de manifestação da parte interessada, encaminho os presentes autos para a baixa.

ADV: JÚLIO CÉSAR MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB 6766/AM) - Processo 0637805-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Laurinda Monteiro Saunier - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: KARLA DANIELLE LOIOLA PICANÇO (OAB 10086/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0642381-61.2015.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: José Carlos Lima de Oliveira e outros - REQUERIDO: Banco Cruzeiro do Sul S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre o documento juntado às fls. 209/216, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDREZA ARAÚJO ALBUQUERQUE (OAB 10911/AM), ADV: ROBERTO GILSON RAIMUNDO FILHO (OAB 18558/PE), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0657351-61.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Cavalcante de Albuquerque Filho - REQUERIDO: Sulamérica Seguro Saúde S/A - De ordem, em razão da ausência de manifestação da parte interessada, encaminho os presentes autos para a baixa.

Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Andreza Araújo Albuquerque (OAB 10911/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Júlio César Magalhães dos Santos (OAB 6766/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)

Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Danielle Loiola Picanço (OAB 10086/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Orlando Brasil de Moraes (OAB 5636/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberto Gilson Raimundo Filho (OAB 18558/PE)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0305/2019

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: AFONSO NEGREIROS DA SILVA (OAB 2035/AM), ADV: LOREN GISELE DE LIMA NICÁCIO PAZOS (OAB 5211/AM), ADV: JOSÉ RIBAMAR NUNES ROCHA (OAB 1938/AM), ADV: CAROLINE OLIVEIRA QUINTANILLA (OAB 5594/AM), ADV: CAROLINE OLIVEIRA QUINTANILLA (OAB 2035/AM), ADV: ARY SERGIO DA MOTTA (OAB 900.082/AM) - Processo 0010793-82.1997.8.04.0012 (012.97.010793-1) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Aluisio Jose Daou - De ordem, intimo a parte exequente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito. Prazo de 10 dias.

ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP) - Processo 0012292-56.2005.8.04.0001 (apensado ao processo 0651913-20.2019.8.04.0001) (001.05.012292-5) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Jornal Amazonas Em Tempo - Otávio Raman Neves e outro - DEFIRO o pedido de fl. 861. EXPEÇA-SE ofício para dar ciência da decisão de fl. 821 aos entes federativos e empresas indicados. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se com urgência.

ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: GLÁUCIO BENTES GONÇALVES NETO (OAB 7158/AM), ADV: FILIPE DE SOUZA LEÃO ARAÚJO (OAB 23973/PE), ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM) - Processo 0235267-78.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: CVN - Construção e Incorporação Ltda - Considerando a petição de fls. 244/246, em que o Requerente comprova o pagamento integral dos honorários periciais, intime-se o Sr. Perito para que apresente local, dia e hora para realização da perícia e, posteriormente, para responder os quesitos das partes no prazo de trinta dias. Em ato contínuo, determino a expedição de Alvará Judicial acerca da parte inicial dos honorários periciais em favor do Sr. Perito, para os seus devidos fins. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0601627-72.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para que promova diligências visando a citação, ou indique novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Após o recolhimento das referidas custas, expeça-se o necessário.

ADV: RICARDO CARVALHO PAIXÃO (OAB 3742/AM) - Processo 0602815-71.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: SER EDUCACIONAL - Centro Universitário Maurício de Nassau - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RONALDO GOMES PEREIRA (OAB 9187/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0602937-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Moisés Miranda Rodrigues - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0603752-13.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte requerente para indicar o endereço visando a citação do Requerido, no prazo de 10 (dez) dias. Após, expeça-se Carta.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0603864-79.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica intimada a parte autora para recolher as despesas dos correios, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Após a comprovação nos autos, expeça-se carta de citação para o endereço indicado pelo sistema conveniado BacenJud à fl. 55, conforme solicitado na petição de fl. 83.

ADV: JOCIMAR ESTALK (OAB 247302/SP), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM) - Processo 0605222-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Pauxis Lajes Pré Moldadas - Valdenises Carneiro Meneses - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para condenar solidariamente as Requeridas ao pagamento da quantia de R$ 5.823,55 (cinco mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e cinco centavos), acrescidos de correção monetária, conforme Portaria 1858/2016 - PTJ e juros de 1% ao mês, ambos a contar do desembolso. Por força do princípio da sucumbência, CONDENO as Requeridas ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2.º do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: JOÃO ANTÔNIO MONTEIRO DOURADO (OAB 13834/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM) - Processo 0605394-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Diego Cell-Assistência Técnica Especializada Em Celulares e Tablets - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KADNEY DE ASSIS PIMENTEL (OAB 13662/AM), ADV: HERBERT BRUNO MAGALHÃES ASSIS (OAB 10348/AM), ADV: DÊNIS REIS DA SILVA (OAB 10799/AM), ADV: DANIELLE MORAES SANTANA (OAB 13682/AM) - Processo 0607044-06.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE:

V.C.S.C. - REQUERIDA: T.M.C.F. - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 08 de Novembro de 2019, às 15h para a realização da Audiência de Conciliação. Oportunamente, a fim de se evitar qualquer futura alegação de nulidade processual, dê-se vista ao Ministério Público pelo prazo de trinta dias, na forma do art. 178, II, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0608242-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Tendo em vista o teor da certidão de fls.54, de ordem, fica intimada a parte autora para, no prazo de dez dias, na forma do art. 4.º da Lei n.º 911/69, informar à este juízo se tem interesse em converter a presente Busca e apreensão em Execução.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 4562A/TO), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LAZARO JOSE GOMES JUNIOR (OAB 8194A/MT) - Processo 0608769-93.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Francisco Junio da Silva Pontes - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de cinco dias, informar se concorda integralmente com os valores depositados, na forma do art. 526, §§ 1.º e 3.º do CPC.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0608937-95.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - De ordem, expeça-se mandado de citação, busca e apreensão para o endereço indicado à fl. 75. Ressalto que as custas do Sr. Oficial de Justiça encontram-se devidamente pagas, conforme se vê à fl. 78.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: ELSON DEMOSTHENES DE OLIVEIRA (OAB 7451/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: PAULO RICARDO PEREIRA SILVA (OAB 34446/GO) - Processo 0609261-85.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Rafael Albuquerque Batista - De ordem, intimo o Executado para pagar voluntariamente o montante da condenação, acrescido das custas, se for o caso, no prazo de 15 (quinze) dias. (art. 523 c/c 513, § 2º, I, ambos do CPC). Na hipótese de não haver pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, de honorários advocatícios de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o Executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. (art. 525 do CPC).

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: FRANCISCA LOUREIRO DE SOUZA (OAB 8343/AM), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610374-84.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte Exequente para efetuar o pagamento das custas de consulta de bens nos sistemas conveniados BacenJud/RenaJud/InfoJud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se a consulta.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 1216A/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: LEONARDO ANASTACIO MASCARENHAS (OAB 27975/BA), ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0610578-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Maria Dulcineide Ripardo de Lima - REQUERIDO: Apeam (Associação dos Praças do Estado do Amazonas) - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: JÚNIOR SOUSA AGUIAR (OAB 25546-A/PB), ADV: JÚNIOR SOUSA AGUIAR (OAB 38185/CE), ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 33211/CE) - Processo 0610748-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marilia Freitas Salgado - REQUERIDO: Centrape Central Nacional dos Aposentados e Pensionista do Brasil - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO COUTO DA CUNHA (OAB 4200/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: LUCIANNA DE SOUZA SILVA (OAB 3624/AM), ADV: ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3194/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO) - Processo 0611867-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: R. D. Engenharia e Comércio Ltda. - REQUERIDO: Serasa Experian - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIO MARCELO GREGOLIN SAMPAIO (OAB 317046/SP), ADV: DOUGLAS ALVES VILELA (OAB 264173/SP), ADV: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ (OAB 178930/SP) - Processo 0611925-89.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Netshoes - Ns2.com Internet S/A - Defiro o pedido de fls. 150/151. Concedo prazo suplementar de cinco dias, devendo o Requerente, após o transcurso do mesmo, dar a devida movimentação, independente de nova intimação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0615678-54.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte Exequente para efetuar o pagamento das custas de consulta de bens no sistema conveniado BacenJud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se a consulta.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0615915-93.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. P.R.I.

ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: FELIPE ANDRADE MONTEIRO (OAB 9954/AM) - Processo 0618633-34.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA. - Conforme se infere dos autos, a execução encontra-se prejudicada em razão da não localização de bens passíveis de penhora. De acordo com o art. 921, III, do Código de Processo Civil, a execução é suspensa quando o devedor não possuir bens penhoráveis. Assim, DETERMINO a suspensão da execução pelo prazo de um ano, nos termos do § 1.º do art. 921 do CPC. Decorrido o anuênio sem qualquer requerimento visando o prosseguimento do feito, terá início a prescrição intercorrente e os autos permanecerão arquivados administrativamente, de acordo com o § 4.º da mesma norma processual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0618646-57.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Residencial Moradas do Parque - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC/15. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacenjud/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte exequente para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Por oportuno, defiro a inclusão do nome dos executados nas instituições de proteção de crédito. Intime-se a parte exequente para recolher as despesas de expedição de ofício no valor de R$ 17,14 (dezessete reais e quatorze centavos), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, com identificação do processo, no prazo de 10 (dez) dias. Após a comprovação nos autos, expeçam-se ofícios aos órgãos de proteção de crédito (SPC/SERASA). Todas as diligências como impressão, envio, cadastro do ofício devem ser realizadas pela parte exequente. Cumpra-se.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: CAMILE DE BACCO PASQUALI (OAB 69482/RS), ADV: ÉRIKA JOVANKA SANTOS DA SILVA (OAB 4449/AM), ADV: NORBERTO BEZERRA MARANHÃO RIBEIRO BONAVITA (OAB 78179/SP), ADV: SILVANA MARIA LÚDICE DA SILVA (OAB 452A/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM) - Processo 0618944-88.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: GÉSSICA CARNEIRO MOREIRA - REQUERIDO: EVVIVA BERTOLINI MOVEIS PLANEJADOS LTDA e outros - Vistos e examinados. Intimem-se as partes para manifestarem-se acerca do laudo pericial às fls. 490/514, no prazo de quinze dias. Em ato contínuo, considerando que a parte final dos honorários periciais deverá ser paga nos termos da portaria n.º 1.233/2012, conforme decisão de fls. 450/452, expeça-se Requisição de pagamento à Sra. Perita com as cautelas que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS (OAB 6778/PA), ADV: RONALDO DA SILVA GAMA (OAB 7900/AM), ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP) - Processo 0619235-54.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: THARSIS SANTOS COSTA e outro - REQUERIDO: API SPE 10 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (PDG E ALIANÇA) - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e via de consequência: I - DECLARO rescindido o contrato de compromisso de venda e compra de unidade autônoma entabulado entre as partes (fls. 121/147). II - CONDENO a Requerida a promover a imediata devolução da integralidade dos valores pagos pelos Autores (S. 543 STJ) no montante de R$ 69.603,39 (sessenta e nove mil, seiscentos e três reais e trinta e nove centavos), corrigidos monetariamente pelo INPC, a contar do desembolso de cada parcela, e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. III - CONDENO a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos materiais, devidamente corrigido conforme Portaria 1858/2016 - PTJ, a contar de cada desembolso (S. 43 STJ) e juros de 1% a contar da citação. IV) CONDENO a Requerida ao pagamento de R$ 13.000,00 (treze mil reais), a título de danos morais, devidamente corrigido a partir da sentença (S. 362 do STJ) e juros de mora de 1% a contar da citação. V - Diante da sucumbência, condeno a Requerida ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2.º do CPC. P.R.I.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0619948-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Aldelina Pinto Martins - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, ou se for o caso, sobre a proposta de acordo.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0620131-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Antonio Francisco da Silva - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, ou se for o caso, sobre a proposta de acordo.

ADV: MÁRYKA LUCY DA SILVA MENDES (OAB 9560/AM), ADV: ARTHEMIS COSTA DE OLIVEIRA (OAB 7888/AM) - Processo 0621882-51.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Valerius Mouzart Melo Freire - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova as diligências necessárias visando a citação, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0622116-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação - REQUERENTE: Silvia Maria Sarmento

Rodrigues - Vistos e examinados. Trata-se de Ação de Adjudicação Compulsória, movida por Silvia Maria Sarmento Rodrigues em desfavor de Edson Aurélio Noronha, objetivando a expedição da Carta de Adjudicação e consequente registro definitivo do imóvel. Ab initio, é jurisprudência pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça que na Ação de Adjudicação Compulsória, o ato jurisdicional, para ser exequível, deve reunir todas as exigências previstas na Lei de Registros Públicos, e nas demais ordenadoras do parcelamento do solo, a fim de facultar o registro do título no cartório respectivo (REsp 1297784/DF). No entanto, da análise dos autos, verifico que a Autora não juntou aos autos a matrícula do imóvel que se pretende adjudicar, sendo necessária, portanto, emenda à inicial para a juntada do mencionado documento, tendo em vista sua imprescindibilidade para o julgamento do feito. À vista do exposto, INTIME-SE a parte Autora para apresentar aos autos cópia do inteiro teor da matrícula do bem que se pretende adjudicar, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, com ou sem manifestação, façam-me os autos conclusos. Cumpra-se

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0622346-41.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em cumprimento à decisão de fl. 39, de ordem, intimo a parte requerente para indicar novo endereço visando a citação ou efetuar o pagamento das custas de consulta de endereço nos sistemas conveniados BacenJud/RenaJud/InfoJud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de 10 (dez) dias. Após, com a devida comprovação nos autos, proceda-se a consulta.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0622881-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Adjane dos Santos Paz - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, ou se for o caso, sobre a proposta de acordo.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ) - Processo 0623258-77.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Reportando-me ao pedido de arquivamento provisório dos autos (fl. 167), é cediço que no processo de Execução, conforme preceitua o art. 921, III do CPC, “suspende-se a execução quando o Executado não possuir bens penhoráveis”. Todavia, a triangularização processual é medida necessária para este arquivamento, o que não aconteceu até o momento, já que as tentativas de citação do Executado restaram infrutíferas. Por tal razão, indefiro o referido pedido. Assim, assino um prazo de dez dias para que o Exequente promova diligências úteis ao prosseguimento da demanda, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ISABELA FARIAS NEVES (OAB 7950/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM) - Processo 0623264-16.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Creuza Matos da Silva - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De ordem, intimo o Executado para pagar voluntariamente o montante da condenação, acrescido das custas, se for o caso, no prazo de 15 (quinze) dias. (art. 523 c/c 513, § 2º, I, ambos do CPC). Na hipótese de não haver pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, de honorários advocatícios de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o Executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. (art. 525 do CPC).

ADV: JÉSSICA DE VERÇOSA MELLO (OAB 10240/AM), ADV: ALEXANDRE DA ROCHA LINHARES (OAB 18615SC), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM) - Processo 0623311-58.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Marca - REQUERENTE: O.R.A. - REQUERIDO: B.S. - De ordem, intimo as partes para se manifestarem acerca da petição de fl. 261, no prazo de dez dias.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 104784/MG), ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG), ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP) - Processo 0623437-06.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Tendo em vista o que dispõe o art. 513, § 2.º, II do CPC, de ordem, fica intimada a parte Exequente para recolher as despesas postais (correio/ar), necessárias à prática do ato processual, no prazo de dez dias. Após, com a devida comprovação nos autos, intime-se os Executados nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0623833-17.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - De ordem, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curadora especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de quinze dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623974-41.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte Exequente para efetuar o pagamento das custas de consulta de bens nos sistemas conveniados BacenJud/RenaJud/InfoJud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se a consulta.

ADV: TIAGO ALBUQUERQUE LAZARINI DOS SANTOS (OAB 9946/AM), ADV: DENNYS LOPES MORAES (OAB 10662/AM), ADV: DENISE COÊLHO DE SOUZA (OAB 10520/AM), ADV: HERBERT BRUNO MAGALHÃES ASSIS (OAB 10348/AM) - Processo 0624852-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sunshine Promoção e Eventos - REQUERIDO: Francisco Araújo Foto e Cinefotografia - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: “AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido.” (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2.º do Código de Processo Civil, intime-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos balancetes financeiros e extratos bancários, para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: VICTOR HUGO OLIVEIRA D’AGUIAR FERREIRA (OAB 197212/RJ) - Processo 0625876-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Giovana Ribeiro Freitas de Souza - Vistos e examinados. REMETAM-

SE os Autos ao CEJUSC, considerando sua competência para realização da audiência de conciliação/mediação, devendo expedir as intimações necessárias. CITE-SE a Requerida para apresentar Contestação, no prazo de quinze dias, nos termos do art. 335, do CPC, sob pena de revelia e confissão, conforme art. 344, do CPC. DEFIRO, ainda, a inversão do ônus da prova na forma do CDC. INTIME-SE a Requerida eletronicamente, tendo em vista estar cadastrada no sistema de intimações eletrônicas, nos moldes do §1.º do art. 246 do CPC. Por oportuno, intime-se o Ministério Público para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica, nos termos do art. 178, II do CPC. Cumpra-se.

ADV: EDIANA TORRES PAULO (OAB 12610/AM), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM) - Processo 0626012-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Wagner de Castro Bezerra - A ausência de contestação ou sua intempestividade importa em revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, o que impõe julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, II do Código de Processo Civil. "Diante da revelia, torna-se desnecessária, portanto, a prova dos fatos em que se baseou o pedido de modo a permitir o julgamento antecipado da lide, dispensando-se, desde logo, a audiência de instrução e julgamento". (Humberto Theodoro Júnior, Curso de Direito Processual Civil, v. 1, Ed. Forense, 8ª ed., p. 391).

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM) - Processo 0626313-02.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0631126-72.2016.8.04.0001) - Petição Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Glaucione Gonçalves de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO: I - PROCEDENTE a ação cautelar (autos n.º 0626313-02.2016.8.04.0001), ratificando a decisão liminar de fls. 25/28. II - PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação principal (autos n.º 0631126-72.2016.8.04.0001) nos seguintes termos: a) DECLARO a inexigibilidade do débito do imóvel de matrícula n.º 2279606, referente a março/2016, no valor de R$513,44 (quinhentos e treze reais e quarenta e quatro centavos); abril/2016, no valor de R$344,79 (trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos); junho/2016, no valor de R$ 2.310,46 (dois mil, trezentos e dez reais e quarenta e seis centavos); julho/2016 no valor de R$513,44 (quinhentos e treze reais e quarenta e quatro centavos); agosto/2016 no valor de R$233,93 (duzentos e trinta e três reais e noventa e três centavos); setembro/2016 no valor de R$53,69 (cinquenta reais e sessenta e nove centavos) e outubro/2016, no valor de R$297,28 (duzentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos), que perfazem o montante de R$ 4.267,03 (quatro mil, duzentos e sessenta e sete reais e três centavos). A Requerida deverá usar como parâmetro de cobrança do período contestado a média dos doze meses anteriores ao aumento das faturas, excluídos os meses em que houve a suspensão do fornecimento do serviço. b) DETERMINO que a Requerida promova a exclusão do nome da Autora dos órgãos de proteção ao crédito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais), limitada a 30 (trinta) vezes. c) CONDENO a Requerida ao pagamento de R$ 12.000,00 (doze mil reais), a título de danos morais, devidamente corrigido a partir da sentença (S. 362 do STJ) e juros de mora de 1% (um por cento) a partir da data da negativação (S. 54 do STJ). Improcedentes os demais pedidos. Por força do princípio da sucumbência, CONDENO, ainda, a Requerida no pagamento das custas e despesas processuais, e de honorários advocatícios que fixo em 20% do valor da condenação, com fundamento no artigo 85, § 2.º, do Código de Processo Civil, já considerando as duas ações. Translade-se cópia desta sentença nos autos da ação cautelar em apenso (n.º 0626313-02.2016.8.04.0001). P.R.I.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626323-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Missilane dos Santos Bragança - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de quinze dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de trinta dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: CELIANA ASSEN FÉLIX (OAB 6727/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM) - Processo 0627162-37.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Andre Jun Miki - Vistos e examinados. Trata-se de Ação de Despejo por Falta de Pagamento c/c Cobrança de Aluguéis interposto pelo Espólio de Seiko Miki, devidamente qualificado, contra Raul Kleber Barros de Souza. Devidamente citado por edital, fora apresentado contestação por negativa geral (fl. 167). Replicado (fls. 175/176) e aberto prazo para apresentação de provas, o Autor requereu depoimento pessoal a fim de confirmar a dívida. Nesse estado, vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente, pois da documentação apresentada em fls. 195/199, a testemunha na qual o Requerente baseia sua prova, já informa o que seria questionado em audiência. Nesse seguimento, o depoimento seria apenas uma reiteração do que já fora apresentado documentalmente, tornando tal prova dispensável, assim como outros meios de prova que não as que já se encontram nos autos. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Sem impugnação das partes no prazo legal, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KENNIO SOUZA AZEVEDO (OAB 10487/AM), ADV: DEBORA DE CAMPOS FROTA (OAB 10140/AM) - Processo 0627596-55.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Moises Newton Oliveira da Frota - De ordem, fica intimada a parte Consignante para que promova diligências visando a citação, ou indique novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias. Após o recolhimento das referidas custas, expeça-se o necessário.

ADV: RONALDO DA SILVA GAMA (OAB 7900/AM) - Processo 0628086-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jose Mauricio Cesar de Albuquerque - Desta feita, uma vez que o Autor não procedeu a emenda, o indeferimento da inicial é de rigor, consoante o previsto no art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I e IV do Código de Processo Civil. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: KENNEDY PAZ TIRADENTES (OAB 7682/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0628414-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Barbara Romaina de Souza Costa e outro - REQUERIDO: Açaí Transportes Coletivos Ltda. - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0628440-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Valdirene Silva de Almeida - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de quinze dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de trinta dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM) - Processo 0628525-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivana Vilela Batista - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. Intime-a para recolher as despesas postais regulamentadas pelo Provimento nº 273-CGJ/AM, no prazo de quinze dias. Para emissão de boleto de pagamento, a parte

pode acessar o link das custas/despesas processuais, e clicar em "Aviso de Recebimento - AR-ECT": http:/consultasaj.tjam.Jus.br/esaj/portal.do?servico=690000. Após o pagamento, REMETAM-SE os Autos ao CEJUSC, considerando sua competência para realização da audiência de conciliação/mediação, devendo expedir as intimações necessárias. CITE-SE o Requerido para apresentar Contestação, no prazo de quinze dias, nos termos do art. 335, do CPC, sob pena de revelia e confissão, conforme art. 344, do CPC. DEFIRO, ainda, a inversão do ônus da prova na forma do CDC. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE NASCIMENTO TACHY COELHO (OAB 9918/AM), ADV: VINICIUS CERVANTES GORGONE ARRUDA (OAB 314906/SP), ADV: BEATRIZ FERNANDES GENARO (OAB 247172/SP), ADV: GISELE CORREIA DOS SANTOS BATISTA (OAB 419A/AM), ADV: VINICIUS CERVANTES GORGONE ARRUDA (OAB 314906/SP), ADV: RAQUEL CORREA BARROS (OAB 286719/SP), ADV: IGOR DONATO DE ARAÚJO (OAB 242346/SP), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM) - Processo 0628838-20.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Real Madrid Club de Fútbol - REQUERIDO: ABDELATIF CHERAIT - EPP e outro - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0629132-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Nair Matias de Oliveira - Por tais razões, ferindo os princípios norteadores do benefício, INDEFIRO a gratuidade da justiça, por não haver subsídios suficientes para a sua concessão. Por consequência, DETERMINO que a Requerente efetue o pagamento das custas judiciais, com a devida comprovação nos autos, sob pena de cancelamento da distribuição ex vi dos arts. 290 e 485, IV, do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0629172-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Lelio Nascimento Maciel - De ordem, abro prazo para que as partes se manifestem acerca do laudo pericial, e o réu apresente contestação no prazo de 15(quinze) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0629484-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Claudio Chaves Sarkis - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de quinze dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de trinta dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: GEOVANA DARQUE VALENTE ALVES (OAB 8031/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0629744-10.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - REQUERIDO: R. de O. Araújo - Me (O Chefão) - Destarte, considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo de fls. 234/238 com base no art. 922 do Código de Processo Civil. DETERMINO a suspensão do processo, até seu integral cumprimento, o qual deverá ser comunicado pelo Exequente, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da última parcela (25/11/2023), independente de nova intimação, sob pena de dar-se por satisfeita a obrigação. Em caso de inadimplemento, o credor deverá requerer o prosseguimento da execução a partir de onde tiver cessado. ENCAMINHEM-SE os autos à Contadoria para cálculo das custas processuais remanescente com base no valor acordado às fls. 234/238 , tendo em vista que de acordo com o item "7" do referido acordo os executados ficariam responsáveis por eventuais custas processuais remanescentes ou custas judiciais finais, se houver. Após, INTIMEM-SE os Executados para procederem o pagamento, no prazo de quinze dias, sob pena de penhora. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: ROBERTO RIBEIRO SOLANO (OAB 9315/RO) - Processo 0630890-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Carlos Girão Rego - REQUERIDO: Norberto Borges da Silva - De ordem, intimo a parte Autora para, no prazo de dez dias, comparecer à esta serventia para a obtenção de cópia dos arquivos do pen drive referentes ao processo.

ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: CAMILA BARBOSA ROSAS (OAB 4406/AM) - Processo 0631126-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO: I - PROCEDENTE a ação cautelar (autos n.º 0626313-02.2016.8.04.0001), ratificando a decisão liminar de fls. 25/28. II - PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação principal (autos n.º 0631126-72.2016.8.04.0001) nos seguintes termos: a) DECLARO a inexigibilidade do débito do imóvel de matrícula n.º 2279606, referente a março/2016, no valor de R$513,44 (quinhentos e treze reais e quarenta e quatro centavos); abril/2016, no valor de R$344,79 (trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos); junho/2016, no valor de R$ 2.310,46 (dois mil, trezentos e dez reais e quarenta e seis centavos); julho/2016 no valor de R$513,44 (quinhentos e treze reais e quarenta e quatro centavos); agosto/2016 no valor de R$233,93 (duzentos e trinta e três reais e noventa e três centavos); setembro/2016 no valor de R$53,69 (cinquenta reais e sessenta e nove centavos) e outubro/2016, no valor de R$297,28 (duzentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos), que perfazem o montante de R$ 4.267,03 (quatro mil, duzentos e sessenta e sete reais e três centavos). A Requerida deverá usar como parâmetro de cobrança do período contestado a média dos doze meses anteriores ao aumento das faturas, excluídos os meses em que houve a suspensão do fornecimento do serviço. b) DETERMINO que a Requerida promova a exclusão do nome da Autora dos órgãos de proteção ao crédito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais), limitada a 30 (trinta) vezes. c) CONDENO a Requerida ao pagamento de R$ 12.000,00 (doze mil reais), a título de danos morais, devidamente corrigido a partir da sentença (S. 362 do STJ) e juros de mora de 1% (um por cento) a partir da data da negativação (S. 54 do STJ). Improcedentes os demais pedidos. Por força do princípio da sucumbência, CONDENO, ainda, a Requerida no pagamento das custas e despesas processuais, e de honorários advocatícios que fixo em 20% do valor da condenação, com fundamento no artigo 85, § 2.º, do Código de Processo Civil, já considerando as duas ações. Translade-se cópia desta sentença nos autos da ação cautelar em apenso (n.º 0626313-02.2016.8.04.0001). P.R.I.

ADV: ELLEN ESTEFANY DE SOUZA BATISTA (OAB 11136/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO MACEDO MONTEIRO (OAB 11121/AM), ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0631165-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: J.B.C. - De ordem, intimo a parte requerente para indicar novo endereço visando a citação ou efetuar o pagamento das custas de consulta de endereço nos sistemas conveniados RenaJud/InfoJud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de 10 (dez) dias. Após, com a devida comprovação nos autos, proceda-se a consulta.

ADV: SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA (OAB 9124/AM) - Processo 0631546-77.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: WEVERTON SENA BATISTA LIMA - DECIDO. Diante do exposto, tendo em vista que

houve concordância com os valores demonstrados, HOMOLOGO os cálculos apresentados às fls. 296/312. Em conformidade com a Portaria Conjunta TJAM / PF-AM n.º 03/2019, será expedido a requisição para pagamento em 60 dias (se inferior a 60 s.m) ou nos moldes do art. 100 e parágrafos da Constituição Federal (se superior a 60 s.m). Cumpra-se.

ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0631658-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Uso - REQUERENTE: Kimberly Aires de Souza - Carlos Augusto Mendes de Oliveira - Angelo Jorge Paixão da Silva - Raimundo Antonio Ferreira de Lima - Hermogenes Brito Silva - Reportando ao pedido de fl. 58, apesar da informação prestação pelos Requerentes somente após o decurso do prazo anteriormente concedido, com base no art. 6.º do CPC (princípio da cooperação) e pela ausência de prejuízo à parte contrária, vez que ainda não integrou à lide, CONCEDO o prazo improrrogável de cinco dias para que os Autores efetuem o pagamento das custas iniciais, com a devida comprovação nos autos, sob pena de extinção do processo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ENALDO ALMEIDA CORREA (OAB 7696/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0632988-78.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERIDO: Fidere Fomento Comercial - Eireli e outro - INDEFIRO o pedido de desentranhamento do mandado e, consequentemente, determino a expedição de novo mandado de citação, para o endereço indicado às fls.212, juntando no mandado a petição de fls.217/218, onde indica a localização do requerido. Intime-se a parte requerente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0633158-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tayana Fontenele Rodrigues - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Por tais razões, verificadas as condições e requisitos para a concessão da tutela antecipada, nos termos do art. 300, caput, §2.º, do CPC, DEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, para o fim de DETERMINAR a Requerida se abstenha de inserir o nome da Autora nos órgãos de proteção ao crédito SPC/SERASA. FIXO a multa de um mil reais, por dia com nome negativado, para o caso de descumprimento da presente medida, limitada a trinta vezes. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. REMETAM-SE os Autos ao CEJUSC, considerando sua competência para realização da audiência de conciliação/mediação, devendo expedir as intimações necessárias. INTIME-SE eletronicamente a Requerida para cumprimento da liminar, bem como para comparecimento em audiência. CITE-SE a Requerida para apresentar Contestação, no prazo de quinze dias, nos termos do art. 335, do CPC, sob pena de revelia e confissão, conforme art. 344, do CPC. DEFIRO, ainda, a inversão do ônus da prova na forma do CDC. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0633286-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Aldemar Jorge Lima Farias - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de quinze dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de trinta dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM) - Processo 0633772-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Rosangela Neves Cruz - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. Intime-a para recolher as despesas postais regulamentadas pelo Provimento nº 273-CGJ/AM, no prazo de quinze dias. Para emissão de boleto de pagamento, a parte pode acessar o link das custas/despesas processuais, e clicar em "Aviso de Recebimento - AR-ECT": http:/consultasaj.tjam.Jus.br/esaj/portal.do?servico=690000. Após o pagamento, REMETAM-SE os Autos ao CEJUSC, considerando sua competência para realização da audiência de conciliação/mediação, devendo expedir as intimações necessárias. CITE-SE o Requerido para apresentar Contestação, no prazo de quinze dias, nos termos do art. 335, do CPC, sob pena de revelia e confissão, conforme art. 344, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0633931-90.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art.701 do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art.702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0633960-43.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Edy Williams Alves de Araujo - Vistos e examinados. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária movida por Banco Bradesco Financiamentos S/A em desfavor de Edy Williams Alves de Araujo. O Requerido compareceu espontaneamente aos autos para informar que promoveu ação de rescisão contratual com devolução de quantias pagas e indenização por danos morais em desfavor de Freider C Moura Silva - ME e Banco Bradesco Financiamentos S/A, ação distribuída em 07/03/2019, sob n.º 0610579-06.2019.8.04.0001, em tramitação na 18.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho. Relata, ainda, que naqueles autos o Banco Bradesco Financiamentos requereu a suspensão do feito até decisão final do processo 0605365-68.2018.8.04.0001, que tramita perante a 9.ª Vara Criminal, no entanto, moveu a presente ação para proceder com a apreensão do veículo objeto das ações. Ao final, requer seja reconhecida a conexão entre as ações, com a consequente remessa destes autos ao Juízo da 18.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho em virtude da sua prevenção, bem como seja revogada a decisão de fl. 69 que deferiu liminarmente a busca e apreensão do veículo. Pois bem. Tendo em vista os fatos

novos, informações e documentos apresentados pelo Requerido, DETERMINO a suspensão da ordem expedida à fl. 111. OFICIE-SE a Ilustre Oficiala de Justiça para que devolva o Mandado sem o cumprimento. INTIME-SE a parte Autora para manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 72/110, no prazo de 10 (dez) dias. Após, retornem-me os autos conclusos para decisão. À Secretária para as providências cabíveis. Cumpra-se com urgência.

ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM) - Processo 0634880-17.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Arena Comércio de Tintas Ltda - Me - Da análise dos autos em apreço, constatei que há comprovante do pagamento das custas processuais às fls. 25/27. Contudo, no site do Tribunal de Justiça do Amazonas, não há registro das mesmas para este processo. Desta feita, remetam-se os autos à Contadoria para que informem se as custas foram devidamente pagas. Após, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0635638-93.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco RCI Brasil S/A - De ordem, fica intimada a parte autora para que promova diligências visando a citação/intimação, ou indique novo endereço, no prazo de dez dias.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM), ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM) - Processo 0635882-90.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Sebastião Nazaré Machado - REQUERIDO: Paulo Jorge de Almeida Nunes - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM) - Processo 0636037-30.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Adna de Melo Rossi - REQUERIDO: Empreendimentos Novolar Ltda. Solimões Plaza Shopping - Vistos e examinados. Diante da inércia do Requerido para o prosseguimento do feito, bem como pela dispensa de produção de outras provas pela Requerente, verificando o quadro fático-processual, entendo que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0636273-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Aciole Barbosa do Amaral - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. CITE-SE o Requerido para apresentar Contestação, no prazo de quinze dias, nos termos do art. 335, do CPC, sob pena de revelia e confissão, conforme art. 344, do CPC. DEFIRO, ainda, a inversão do ônus da prova na forma do CDC. MANIFESTAR-ME-EI acerca do pedido liminar após a Contestação do Requerido. INTIME-SE o Requerido eletronicamente, tendo em vista estar cadastrado no sistema de intimações eletrônicas, nos moldes do §1.º do art. 246 do CPC. Considerando a especificidade da demanda, deixo de designar audiência inaugural de conciliação, nos termos do inc. II, §4.º, do art. 334 do CPC. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM), ADV: EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0636819-66.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac - Em cumprimento à decisão de fl. 57, de ordem, intimo a parte requerente para indicar novo endereço visando a citação ou efetuar o pagamento das custas de consulta de endereço nos sistemas conveniados BacenJud/RenaJud/InfoJud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de 10 (dez) dias. Após, com a devida comprovação nos autos, proceda-se a consulta.

ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0637721-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: MPJ Construções e Projetos Ltda - REQUERIDO: Banco Santander S/A - Tendo em vista que a parte Requerida apresentou contestação às fls. 51/95, de ordem, fica intimada a parte Requerida para manifestar-se sobre o pedido de desistência juntado à fl. 100 de acordo com o art. 485, VIII, § 4.º do CPC, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0637953-94.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - Ante o requerimento de fl. 65, HOMOLOGO a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. OFICIE-SE o Ilustre Oficial de Justiça para que devolva o Mandado de fl. 64 sem o cumprimento. Custas pagas às fls. 38/40. Proceda-se a baixa.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0639471-22.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ante o requerimento de fl. 32, HOMOLOGO a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas às fls. 17/19. Proceda-se a baixa.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0639603-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria de Nazaré Pinheiro da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por tais razões, verificadas as condições e requisitos para a concessão da tutela antecipada, nos termos do art. 300, caput, §2.º, do CPC, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR a suspensão dos descontos realizados no contracheque da Requerente,referente ao código n. 5887 / 6306 (BMG CARTÃO / BMG CARTÃO 1O), referente à negociação discutida em lide. FIXO a multa de R$ 1.000,00 (um mil reais), por desconto realizado, para o caso de descumprimento da presente medida, limitada a vinte vezes. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. DEFIRO ainda a inversão do ônus da prova na forma do CDC. CITE-SE/INTIME-SE o Requerido para oferecer Contestação no prazo legal, bem como para cumprimento da liminar. Considerando a especificidade da demanda, deixo de designar audiência inaugural de conciliação, nos termos do inc. II, §4.º, do art. 334 do CPC. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0639816-90.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - A ausência de contestação ou sua

intempestividade importa em revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, o que impõe julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, II do Código de Processo Civil. "Diante da revelia, torna-se desnecessária, portanto, a prova dos fatos em que se baseou o pedido de modo a permitir o julgamento antecipado da lide, dispensando-se, desde logo, a audiência de instrução e julgamento". (Humberto Theodoro Júnior, Curso de Direito Processual Civil, v. 1, Ed. Forense, 8ª ed., p. 391).

ADV: ISANA SILVA GUEDES (OAB 12679/PA), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0640119-41.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. P.R.I.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 1213A/AM), ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0640423-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Paulo Ronaldo de Oliveira Soares - REQUERIDO: Banco Pan S/A - De ordem, intimo a parte requerente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito. Prazo de 10 dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0640805-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Francisco de Assis Mota da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios como a declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios e os três últimos contracheques, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE BASILIO KLENKE (OAB 12081/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0640864-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Odila Julia Pimentel Passos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de cinco dias.

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0641006-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Tamis Hadad Obando de Oliveira - Tamires dos Anjos Hadad - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2.º do Código de Processo Civil, intime-se a Genitora da requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO ANTÔNIO DE SOUZA SEGUNDO (OAB 7966/AM) - Processo 0641532-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dívida Ativa - REQUERENTE: Ariomar Gonçalves de Souza - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM) - Processo 0641533-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Sheila Gomes de Oliveira - Vistos e examinados. DEFIRO à Requerente os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. CITE-SE eletronicamente o Requerido para apresentar Contestação no prazo de quinze dias. DEFIRO, ainda, a inversão do ônus da prova na forma do CDC. Considerando a especificidade da demanda, deixo de designar audiência inaugural de conciliação, nos termos do inc. II, §4.º, do art. 334 do CPC. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0641618-89.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para que promova diligências visando a citação, ou indique novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MARCOS AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA (OAB 11940/AM), ADV: ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO (OAB 10554/AM), ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM) - Processo 0641666-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Kaik Arruda Mota - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de

fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: ALINE SARAIVA DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9026/AM) - Processo 0641870-24.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Maria Aparecida de Oliveira Plens e outros - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art.701 do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art.702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017.

ADV: JULIANA BRENA DOS SANTOS FONSECA (OAB 9331/AM) - Processo 0642551-91.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Paula Amaral Faria - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo Exequente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se a exequente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: MARCELO TEIXEIRA DE SOUZA (OAB 9740/AM) - Processo 0643346-97.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Mauro Teixeira de Souza - Geane Lopes Marques de Souza - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição. Prazo de 15 dias. Art. 290 do CPC - "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias."

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0643564-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Richarlen Domingues Mota - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MESQUITA JÚNIOR (OAB 10823/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0643596-72.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERIDA: Construtora Capital Rossi - São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda - De ordem, fica intimada a parte Executada para proceder com o recolhimento das custas de impugnação ao cumprimento de sentença no valor de R$ 191,31 (cento e noventa e um e trinta e um centavos), conforme portaria 116/17 - PTJ, (Procedimentos Incidentes, item "1"), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. De ordem, intimo a parte Impugnada para se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de quinze dias.

ADV: WANDREY PINCANÇO AMOEDO CARDOSO (OAB 11396/AM), ADV: LUZENILDO PEREIRA FIGUEIRA (OAB 3956/AM) - Processo 0643819-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria Maia Pereira - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018,

DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos proventos de aposentadoria; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0643838-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Pedro Rodrigues Pinheiro - Me - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) balancetes financeiros da empresa; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM) - Processo 0643851-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elielma Freitas Brandão - Eliezer Souza Lima - Thayane Gonçalves Peixoto - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intimem-se os requerentes para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostarem aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0644172-60.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Custas pagas à fl. 23.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0644236-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Andreson Romario de Sousa - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita. Em observância à Portaria n. 2183/2016 - PTJAM e ao Termo de Cooperação n.º 012/2017-TJ, REMETAM-SE os Autos ao CEJUSC, considerando sua competência para as providências iniciais em processos relativos ao Seguro Obrigatório DPVAT. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0644312-60.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art.701 do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art.702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0644428-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Edinaldo dos Santos - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita. Em observância à Portaria n. 2183/2016 - PTJAM e ao Termo de Cooperação n.º 012/2017-TJ, REMETAM-SE os Autos ao CEJUSC, considerando sua competência para as providências iniciais em processos relativos ao Seguro Obrigatório DPVAT. Cumpra-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 1325A/AM) - Processo 0644644-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Patrick Lucas Correa Ramos - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. CITE-SE eletronicamente o Requerido para oferecer contestação no prazo de quinze dias. DEFIRO, ainda, a inversão do ônus da prova na forma do CDC. Considerando a especificidade da demanda, deixo de designar audiência inaugural de conciliação, nos termos do inc. II, §4.º, do art. 334 do CPC. Cumpra-se.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: ERIKA NAIANA D'AQUINO PIRES (OAB 590A/AM) - Processo 0644660-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ione Meire Souza Lacerda - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. Intime-a para recolher as despesas postais regulamentadas pelo Provimento nº 273-CGJ/AM, no prazo de quinze dias. Para emissão de boleto de pagamento, a parte pode acessar o link das custas/despesas processuais, e clicar em "Aviso de Recebimento - AR-ECT": http:/consultasaj.tjam.Jus.br/esaj/portal.do?servico=690000. Após o pagamento, com a devida comprovação nos autos, CITE-SE o Requerido para oferecer contestação no prazo de quinze dias. DEFIRO, ainda, a inversão do ônus da prova na forma do CDC. MANIFESTAR-ME-EI acerca do pedido liminar após a Contestação do Requerido, em razão do pequeno valor descontado, bem como

pela ausência de subsídios suficientes para decidir acerca de eventual ilegalidade nos descontos. Considerando a especificidade da demanda, deixo de designar audiência inaugural de conciliação, nos termos do inc. II, §4.º, do art. 334 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0644755-11.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art.701 do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art.702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0644801-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Farias Rodrigues - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se a requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos proventos de aposentadoria; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0644821-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art.701 do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art.702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM) - Processo 0644844-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Wellington Antunes da Silva - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: LARISSA MONTENEGRO DE MEDEIROS (OAB 12196/AM) - Processo 0644936-12.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra 2 - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição, no prazo de 15 dias. Art. 290 do CPC - "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias."

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB 1832/RR) - Processo 0645062-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Josiane Santos Lima - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita. Em observância à Portaria n. 2183/2016 - PTJAM e ao Termo de Cooperação n.º 012/2017-TJ, REMETAM-SE os Autos ao CEJUSC, considerando sua competência para as providências iniciais em processos relativos ao Seguro Obrigatório DPVAT. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0645092-97.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art.701 do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art.702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 1325A/AM) - Processo 0645224-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Carlos Cerron Sajane - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. Intime-a para recolher as despesas postais regulamentadas pelo Provimento nº 273-CGJ/AM, no prazo de quinze dias. Para emissão de boleto de pagamento, a parte pode acessar o link das custas/despesas processuais, e clicar em "Aviso de Recebimento - AR-ECT": http:/consultasaj.tjam.Jus.br/esaj/portal.do?servico=690000. Após o pagamento, com a devida comprovação nos autos, CITE-SE o Requerido para oferecer contestação no prazo de quinze dias. DEFIRO, ainda, a inversão do ônus da prova na forma do CDC. Considerando a especificidade da demanda, deixo de designar audiência inaugural de conciliação, nos termos do inc. II, §4.º, do art. 334 do CPC. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO (OAB 108504/MG) - Processo 0645491-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Vistos e examinados. REMETAM-SE os Autos ao CEJUSC, considerando sua competência para realização da audiência de conciliação/mediação, devendo expedir as intimações necessárias. CITE-SE a Requerida para apresentar Contestação, no prazo de quinze dias, nos termos do art. 335, do CPC, sob pena de revelia e confissão, conforme art. 344, do CPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM) - Processo 0645714-79.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: B. S. A. Comércio de Materiais de Telecomunicação e Informática Ltda - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição, no prazo de 15 dias. Art. 290 do CPC - "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias."

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0645795-28.2019.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Adriano Bernardo de Souza - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2.º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0645880-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Amazonas Industria e Comercio de Colchões e Espuma Ltda - De ordem, fica intimada a parte requerente para que promova diligências visando a citação, ou indique novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MARESSA KATHLEEN SIQUEIRA ROCHA (OAB 13951/AM) - Processo 0646532-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - AGRAVANTE: Sidneia de Oliveira Botelho - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se a requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: JEAN PAULO GOMES QUEIROZ (OAB 13728/AM) - Processo 0646751-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gabriel Simão de Castro - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra

NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0646794-78.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Cite-se o executado para que, querendo, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC/15. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do executado, no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o devedor não efetue o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do executado, via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o executado, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/executado no endereço indicado, proceda-se a consulta dos dados cadastrais do executado via Bacenjud/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte exequente para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. Por oportuno, defiro a expedição da certidão do art. 828 do CPC. Intime-se a parte exequente para recolher as despesas de expedição da certidão no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, com identificação do processo, no prazo de 10 (dez) dias. Após a comprovação nos autos, expeça-se certidão para os devidos fins. Cumpra-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0646797-33.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito à Exportação - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art.701 do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art.702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0647167-12.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: Jamil Alexandre da Silva - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o embargante para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0647295-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Jardim de Flores - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição, no prazo de 15 dias. Art. 290 do CPC - "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias."

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0647562-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Nizomar Bentes Juca - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno

não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se a requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM) - Processo 0647755-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jocenil Canto Gomes - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se a requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 1325A/AM) - Processo 0647867-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rosangela Silva de Souza - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. REMETAM-SE os Autos ao CEJUSC, considerando sua competência para realização da audiência de conciliação/mediação, devendo expedir as intimações necessárias. CITE-SE o Requerido para apresentar Contestação, no prazo de quinze dias, nos termos do art. 335, do CPC, sob pena de revelia e confissão, conforme art. 344, do CPC. DEFIRO, ainda, a inversão do ônus da prova na forma do CDC. INTIME-SE o Requerido eletronicamente, tendo em vista estar cadastrado no sistema de intimações eletrônicas, nos moldes do §1.º do art. 246 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ALBERTO LUIS DA SILVA (OAB 150463SP) - Processo 0647953-56.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Anbioton Importadora Ltda - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição, no prazo de 15 dias. Art. 290 do CPC - "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias."

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 1325A/AM) - Processo 0648039-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mauricelina Pereira Carioca - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. CITE-SE eletronicamente o Requerido para oferecer contestação no prazo de quinze dias. DEFIRO, ainda, a inversão do ônus da prova na forma do CDC. Considerando a especificidade da demanda, deixo de designar audiência inaugural de conciliação, nos termos do inc. II, §4.º, do art. 334 do CPC. Cumpra-se.

ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0648056-63.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Multa de 10% - REQUERENTE: ASO Serviços de Escritórios Virtuais - Eireli - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios, como balancetes financeiros e extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0651550-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Evilazio Castro Rodrigues - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita. Em observância à Portaria n. 2183/2016 - PTJAM e ao Termo de Cooperação n.º 012/2017-TJ, REMETAM-SE os Autos ao CEJUSC, considerando sua competência para as providências iniciais em processos relativos ao Seguro Obrigatório DPVAT. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DA SILVA (OAB 1753/AM), ADV: JOÃO PAULO GOMES MONTEIRO BARBOSA (OAB 8657/AM) - Processo 0651913-20.2019.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: New Screen Publicidade Ltda - Epp - Feitas tais considerações, observada a probabilidade do direito da parte embargante e a urgência em razão de prejuízos pela manutenção de indisponibilidade de seu patrimônio (CPC, art. 300), DEFIRO a tutela provisória para revogar a constrição de valores constantes na NFS 100, devendo haver desbloqueio imediato dos valores constritos, tal como requerido. Cite-se o embargado para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 679 do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM) - Processo 0652266-60.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0206960-41.2016.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Lindon Carlos Cruz de Oliveira - REQUERIDA: Marina Jose da Silva - De ordem, intimo a Executada para pagar voluntariamente o montante da condenação, acrescido das custas, se for o caso, no prazo de 15 (quinze) dias. (art. 523 c/c 513, § 2º, I, ambos do CPC). Na hipótese de não haver pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, de honorários advocatícios de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que a Executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. (art. 525 do CPC).

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0660177-60.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Mauro José dos Anjos Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, intimo a parte vencedora para manifestação no prazo de (10) dez dias.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: FLORINDO SILVESTRE POERSCH (OAB 800/AC), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0715715-36.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível -

Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Wellington Nascimento da Silva Filho - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - De ordem, abro prazo para que as partes se manifestem acerca do laudo pericial, e o réu apresente contestação no prazo de 15(quinze) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ.

Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Afonso Negreiros da Silva (OAB 2035/AM)
Alberto Luis da Silva (OAB 150463SP)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 33211/CE)
Alessandro Nogueira Monteiro (OAB 10554/AM)
ALEXANDRE DA ROCHA LINHARES (OAB 18615SC)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Aline Saraiva da Silva Oliveira (OAB 9026/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Ana Paula Benevides de Araújo (OAB 10188/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior (OAB 3194/AM)
Arthemis Costa de Oliveira (OAB 7888/AM)
Ary Sergio da Motta (OAB 900.082/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Beatriz Fernandes Genaro (OAB 247172/SP)
Caio Marcelo Gregolin Sampaio (OAB 317046/SP)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila Barbosa Rosas (OAB 4406/AM)
Camile De Bacco Pasquali (OAB 69482/RS)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Alberto Miro da Silva Filho (OAB 108504/MG)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Basilio Klenke (OAB 12081/AM)
Caroline Oliveira Quintanilla (OAB 2035/AM)
Caroline Oliveira Quintanilla (OAB 5594/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celiana Assen Félix (OAB 6727/AM)
César Augusto Macedo Monteiro (OAB 11121/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 1216A/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Danielle Moraes Santana (OAB 13682/AM)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Debora de Campos Frota (OAB 10140/AM)
Dênis Reis da Silva (OAB 10799/AM)
Denise Coêlho de Souza (OAB 10520/AM)
Dennys Lopes Moraes (OAB 10662/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Douglas Alves Vilela (OAB 264173/SP)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Ediana Torres Paulo (OAB 12610/AM)
EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Ellen Estefany de Souza Batista (OAB 11136/AM)
Elson Demosthenes de Oliveira (OAB 7451/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Enaldo Almeida Correa (OAB 7696/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Érika Jovanka Santos da Silva (OAB 4449/AM)
Erika Naiana D'Aquino Pires (OAB 590A/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 1325A/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Fábio Antônio de Souza Segundo (OAB 7966/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Felipe Andrade Monteiro (OAB 9954/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Filipe de Souza Leão Araújo (OAB 23973/PE)
Florindo Silvestre Poersch (OAB 800/AC)
Francisca Loureiro de Souza (OAB 8343/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Francisco Augusto Martins da Silva (OAB 1753/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Geovana Darque Valente Alves (OAB 8031/AM)
Germana Vieira do Valle (OAB 128579/RJ)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gisele Correia dos Santos Batista (OAB 419A/AM)
Gláucio Bentes Gonçalves Neto (OAB 7158/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Glênio Gusmão Veras (OAB 10056/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Herbert Bruno Magalhães Assis (OAB 10348/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
IGOR DONATO DE ARAÚJO (OAB 242346/SP)
Isabela Farias Neves (OAB 7950/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Isana Silva Guedes (OAB 12679/PA)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jean Paulo Gomes Queiroz (OAB 13728/AM)
Jéssica de Verçosa Mello (OAB 10240/AM)
João Antônio Monteiro Dourado (OAB 13834/AM)
João Paulo Gomes Monteiro Barbosa (OAB 8657/AM)
Jocimar Estalk (OAB 247302/SP)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ribamar Nunes Rocha (OAB 1938/AM)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Juliana Brena dos Santos Fonseca (OAB 9331/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Júnior Sousa Aguiar (OAB 25546-A/PB)

Júnior Sousa Aguiar (OAB 38185/CE)
Kadney de Assis Pimentel (OAB 13662/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Kennedy Paz Tiradentes (OAB 7682/AM)
Kennio Souza Azevedo (OAB 10487/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Montenegro de Medeiros (OAB 12196/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 4562A/TO)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
lazaro jose gomes junior (OAB 8194A/MT)
Leonardo Anastacio Mascarenhas (OAB 27975/BA)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Loren Gisele de Lima Nicácio Pazos (OAB 5211/AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Lucianna de Souza Silva (OAB 3624/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Luzenildo Pereira Figueira (OAB 3956/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 104784/MG)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
Marcelo Teixeira de Souza (OAB 9740/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcos Augusto dos Santos Ferreira (OAB 11940/AM)
Maressa Kathleen Siqueira Rocha (OAB 13951/AM)
Marlon Tavares Dantas (OAB 1832/RR)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Marluce Almeida de Medeiros (OAB 6778/PA)
Máryka Lucy da Silva Mendes (OAB 9560/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Couto da Cunha (OAB 4200/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michelle Nascimento Tachy Coelho (OAB 9918/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Norberto Bezerra Maranhão Ribeiro Bonavita (OAB 78179/SP)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paulo Ricardo Pereira Silva (OAB 34446/GO)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Raquel Correa Barros (OAB 286719/SP)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Carvalho Paixão (OAB 3742/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Ribeiro Solano (OAB 9315/RO)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Ronaldo da Silva Gama (OAB 7900/AM)
Ronaldo Gomes Pereira (OAB 9187/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosely Cristina Marques Cruz (OAB 178930/SP)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Sérgio Paulo Mesquita Júnior (OAB 10823/AM)
Sérgio Schulze (OAB 1213A/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB 9124/AM)
Silvana Maria Iúdice da Silva (OAB 452A/AM)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Tiago Albuquerque Lazarini dos Santos (OAB 9946/AM)
Victor Hugo Oliveira D'aguiar Ferreira (OAB 197212/RJ)
Vinicius Cervantes Gorgone Arruda (OAB 314906/SP)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wandrey Pincanço Amoedo Cardoso (OAB 11396/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Yun Ki Lee (OAB 131693/SP)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0317/2019

ADV: AURIANA RAMOS PEREIRA DE GOUVÊA (OAB 2955/AM), ADV: LUÍS FABIAN PEREIRA BARBOSA (OAB 4320/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM) - Processo 0057816-47.2003.8.04.0001/01 - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Condomínio do Residencial Parque Solimões - EXECUTADO: Aguas do Amazonas - Ante a inércia da parte exequente em solucionar o impasse dos depósitos destinados a este juízo na consignação de nº 0033920-09.2002.8.04.0001, oficie-se ao juízo da 9ª Vara do Juizado Especial Cível para, a título de colaboração, efetuar a transferência à conta vinculada deste juízo dos valores equivocadamente destinados ao juizado, conforme extratos de fls. 177-179. Sobrestem-se os autos enquanto aguardar manifestação do juizado destinatário do pedido. Após manifestação do juízo da 9ª Vara do Juizado Especial Cível, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se sobre o que entenderem de direito, especialmente sobre a verba remanescente destinada a cada uma das partes. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALUÍSIO PEREIRA DO NASCIMENTO (OAB 2796/AM), ADV: MARIEL BENAION MELLO (OAB 3657/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: ALUÍSIO PEREIRA DO NASCIMENTO (OAB 2796/AM) - Processo 0202888-21.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0201841-46.2009.8.04.0001) (001.10.202888-6) - Cumprimento de sentença - OPOENTE: Luan Patrick dos Santos Freitas e outro - OPOSTA: Maria Norina

Freitas - Auto Viacao Vitoria Regia Ltda - Trata-se de pedido de desconsideração da personalidade jurídica com redirecionamento da presente execução à empresa Global GNZ Empreendimentos e Participações. Decido. Compulsando detidamente os autos, observa-se que a empresa Executada Auto Viação Vitória Régia fora devidamente intimada para pagar o valor exequendo, porém, quedou-se inerte. Fora ainda deferida a consultas de bens da mesma via BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, contudo, infrutífera. Diante disso, a parte Exequente colacionou aos autos o contrato social da executada Auto Viação Vitória Régia Ltda e da pretensa empresa do mesmo grupo econômico, bem como parecer do MPE e Decisão Judicial que envolvam ambas as empresas (fls. 408-534). Da documentação acostada aos autos, observa-se que a empresa Auto Viação Vitória Régia tem/tinha como sócio-administradores os Srs. Luiz Gonzaga de Oliveira e Claudio de Alvarez Flores, que estes mesmos sócios são sócios-administradores da empresa Global GNZ Transportes, exercendo a mesma atividade da executada. Observa-se ainda que as referidas empresas adentraram com pedido de Recuperação Judicial no Estado do Rio de Janeiro onde se apresentam como empresas do mesmo Grupo Econômico. Assim, sabe-se que a penhora de bem pessoal pertencente aos sócios da empresa é possível quando for declarada a desconstituição da personalidade jurídica da sociedade, quando demonstrado abuso da personalidade jurídica, desvio de finalidade na administração dos negócios, confusão patrimonial ou atos de má gestão. No caso dos autos, observo que a parte exequente busca incansavelmente a satisfação de seu crédito, restando frustradas todas as tentativas nesse sentido. Ora porque a empresa executada não cumpriu espontaneamente o pagamento da condenação imposta, ora porque não foram encontrados bens da empresa executada para satisfazer a presente execução. Ressalte-se ainda a irregularidade da empresa perante a Receita Federal, o que traz a presunção de ineficácia quanto à satisfação do crédito exequendo em outras tentativas de localização dos seus bens. Assim, forçoso reconhecer que os elementos trazidos aos autos dão conta de que a empresa executada, encontra-se praticamente encerrada, visto que não há evidências de que a mesma não esteja mais operando no mercado, tampouco tenha qualquer tipo de patrimônio em seu nome, que possa ser oferecido para garantir o crédito exequendo. Dessa forma, tenho que houve violação do contrato social da empresa executada, evidenciada pela desativação das suas atividades comerciais, não reservando, minimamente, bens para garantir suas dívidas, bem como que há outra empresa como mesmos sócios desenvolvendo a mesma atividade, sendo possível e necessária, na hipótese, a aplicação da doutrina da disregard of legal entity, a fim de buscar dar efetividade à função jurisdicional, uma vez que aparentemente agiram com má fé os sócios, frustando, com isso, qualquer possibilidade dos credores obterem a satisfação de seus créditos. Vejo, por isto, caracterizado o desvio de finalidade e confusão patrimonial no uso da personalidade jurídica a teor do art. 50 do CC, situação na qual a personalidade pode ser desconsiderada, permitindo-se, então, que a penhora recaia em bens dos sócios/empresas do mesmo grupo econômico, o que se autoriza restritivamente ao presente processo. Portanto, tenho que a empresa Global GNZ deve ser responsabilizada solidária e ilimitadamente, para com a sociedade e perante terceiros pelos atos praticados em violação à lei. Pondere-se que a dissolução irregular, sem notícia sobre o destino dado ao patrimônio e sem preocupação em liquidar o passivo constitui-se, sem dúvida, a hipótese reclamada. A propósito, vejamos a jurisprudência neste sentido: EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE VALORES PERTENCENTES À EMPRESA DO MESMO GRUPO ECONÔMICO. DESCABIMENTO. NECESSIDADE DE PRÉVIA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA EXECUTADA E CONSEQÜENTE REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. Muito embora possível que a penhora recaia sobre bens pertencentes a empresa do mesmo grupo econômico da executada, como forma de garantir a eficácia da execução, notadamente quando demonstrado insucesso na localização de bens passiveis de constrição em nome da devedora, e mais, caracterizado abuso de personalidade jurídica pela confusão patrimonial entre executada e a empresa controladora, indispensável que haja prévia desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada e conseqüente redirecionamento da execução contra a controladora. (Agravo de Instrumento Nº 70054554043, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Armínio José Abreu Lima da Rosa, Julgado em 10/05/2013) (TJ-RS - AI: 70054554043 RS, Relator: Armínio José Abreu Lima da Rosa, Data de Julgamento: 10/05/2013, Vigésima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/07/2013) Do exposto, DEFIRO a abertura de incidente de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, a fim de permitir que a execução avance sobre o patrimônio da empresa Global GNZ Transportes e sócios comuns Luiz Gonzaga de Oliveira e Cláudio de Alvarez Flores (fls. 488) . Deve ser ressaltado que a parte exequente já efetuou a abertura do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, que tramita sob o nº 0237681-68.2019.8.04.0001. Comunique-se ao distribuidor para eventuais anotações. Assim, determino à secretaria que cadastre em apenso o referido incidente. Determino a suspensão dos presentes autos, conforme §3º do art. 134,do CPC. Cumpra-se.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0206150-76.2010.8.04.0001 (001.10.206150-6) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - Expeça-se alvará do valor penhorado em favor do exequente. Defiro o pedido de nova consulta de bens do executado no bacenjud, após o devido recolhimento das custas necessárias à efetivação da medida, no prazo de 5 (cinco) dias. Em relação aos demais sistemas, não há convênio deste juízo com os mesmos. Realizada a consulta retro, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, dar regular prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA ARAÚJO AZEVEDO FORTUNATO (OAB 25586/CE), ADV: DIOVANNA CAMURÇA CORREIA (OAB 28444/CE), ADV: ROBERTA ARAÚJO DE CARVALHO (OAB 18116/CE), ADV: JOSÉ FLÁVIO LEVINO (OAB 20714/CE), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE), ADV: DARLEN SANTIAGO (OAB 31724/CE), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0605384-45.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: CIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL (FINANCEIRA RENAULT) - REQUERIDA: ANALICE OLIVEIRA CAVALCANTE - À secretaria, havendo valores pendentes em conta judicial, expeça-se alvará ou efetue a transferência bancária em favor da instituição financeira Requerente. Após, proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0615146-17.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico que o bairro do endereço informado às fls.155 é inexistente nesta comarca. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para corrigir o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM), ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM) - Processo 0620723-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Nonato Junio Mendonça Lima - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social Petros - Petroleo Brasileiro S/A - Petrobras - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 182-192, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: EMMANUEL MICHAEL HARAQUIAN FILHO (OAB 3342/AM) - Processo 0635735-98.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Girlane Pessoa Brasil - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, e em cumprimento à decisão interlocutória de fls. 202-203, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0638960-97.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - EXEQUENTE: JOSEMAR ANDRADE DE SOUZA - EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL e outro - Compulsando os autos verifico que até a presente data não foi gerada a certidão administrativa de envio eletrônico do Ofício RPV expedido. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a autarquia previdenciária para tomar ciência do documento expedido nas fls. 274/275 e proceder com as providências necessárias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0640950-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Edvan Ramos da Rocha - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: MARCELO TANURE CORRÊA (OAB 88051RJ), ADV: GESIEL DE SOUZA RODRIGUES (OAB 141510/SP), ADV: ANA CECÍLIA COSTA ORTIZ (OAB 8387/AM) - Processo 0643039-46.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Webmed Soluções Em Saúde Eireli - REQUERIDO: Hospital Unimed - Parque das Laranjeiras - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da proposta de acordo de fls.75/81, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO DA MOTA PRAIA JÚNIOR (OAB 6782/AM), ADV: DAVID SILVA DAVID (OAB 5494/AM) - Processo 0645178-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Ecilia Tavares do Nascimento - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 25/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM), ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM) - Processo 0645556-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Waldelina Maciel Tavares - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 25/11/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0650309-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cosme Caetano da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 25/11/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM) - Processo 0650707-68.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Dayane dos Santos Colares - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 25/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB A1083/AM) - Processo 0652212-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: Entec Máquinas e Equipamentos Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 25/11/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0652370-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Katia Helena Almeida de Almeida - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 25/11/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo

inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Alessandra Araújo Azevedo Fortunato (OAB 25586/CE)
Aluísio Pereira do Nascimento (OAB 2796/AM)
Ana Cecília Costa Ortiz (OAB 8387/AM)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Auriana Ramos Pereira de Gouvêa (OAB 2955/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Clodoaldo Cavalcante dos Santos (OAB 9888/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Darlen Santiago (OAB 31724/CE)
David Silva David (OAB 5494/AM)
Diovanna Camurça Correia (OAB 28444/CE)
Dorismar Martins Masiero (OAB A1083/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Emmanuel Michael Haraquian Filho (OAB 3342/AM)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Gesiel de Souza Rodrigues (OAB 141510/SP)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
JOSÉ FLÁVIO LEVINO (OAB 20714/CE)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Luís Fabian Pereira Barbosa (OAB 4320/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Tanure Corrêa (OAB 88051RJ)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Mariel Benaion Mello (OAB 3657/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
ROBERTA ARAÚJO DE CARVALHO (OAB 18116/CE)
Roberto da Mota Praia Júnior (OAB 6782/AM)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0318/2019

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 781A/AM), ADV: FRANCISCO AFONSO DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 872A/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG) - Processo 0616503-66.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kadson Garcia Sampaio - REQUERIDO: Empresa Via Verde Transporte Coletivo Ltda - Em cumprimento ao Termo de Audiência às fls. 172/175, intimo as partes interessadas para apresentação das Alegações Finais, no prazo de 15 (quinze) dias.

Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (OAB 781A/AM)
Adelaide Maria de Freitas Camargos RIbeiro (OAB 92554MG)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Francisco Afonso dos Santos Júnior (OAB 872A/AM)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA EUNICE TORRES DO NASCIMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0319/2019

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0206232-29.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0626698-47.2016.8.04.0001) (processo principal 0626698-47.2016.8.04.0001) - Embargos de Terceiro - Cédula de Crédito Bancário - EMBARGANTE: Samara Bentes de Sousa - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - SILVIA CRISTINA MATOS DE SOUZA - S A C SERVIÇO DE ATIVIDADE DE PROFISSIONAIS NA SAÚDE LTDA - ME, Nome Fantasia BLUE SKY WORKING - Ante o anteriormente o exposto, Julgo Procedente os Embargos de Terceiro propostos, confirmando a tutela antecipada anteriormente deferida, determinando o levantamento do bloqueio recaído sobre o bem declinado na Inicial, definitivamente. Aplico o principio da causalidade e condeno a Embargante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor dado ao processo, suspendendo a cobrança por tratar-se de beneficiária da justiça gratuita. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: THIAGO MACEDO CLAYTON (OAB 4804/AM), ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM) - Processo 0236891-02.2010.8.04.0001 (001.10.236891-1) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivone Lima dos Santos - REQUERIDO: Hospital São Lucas - DENUNCIADO: Demétrio Bidá Júnior - INTSSADO: Juizo de Direito da Comarca de JI-PARANÁ - TERCEIRA: Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - Trata-se de Ação Cumprimento de

Sentença/PROC movida por Ivone Lima dos Santos, devidamente qualificada, em face de Hospital São Lucas e Demétrio Bidá Júnior, também identificada. Compulsando os autos, após manifestação deste juízo na decisão de fls. 776, a parte executada efetuou o depósito do valor remanescente atualizado, conforme fls. 785-787. Entretanto, o juízo, para fins de garantia, havia também determino a penhora de valores via BACENJUD, sendo que fora penhorado a menor, conforme fls. 784. Ante a comprovação do pagamento da integralidade do débito, defiro o pedido de fls. Antecedentes e declaro extinta a presente Ação Cumprimento de Sentença/PROC, com julgamento de mérito pelo pagamento, com fundamento no Artigo 487, III, a, c/c Art. 924, II, do Código de Processo Civil, aplicados de forma subsidiária, com fulcro no parágrafo único do Art. 771, do CPC. Expeça-se alvará ou efetue a transferência em favor da parte exequente/advogado do valor depositado às fls. 786/787. Havendo pendência em relação ao pagamentos das custas processuais, abater do valor penhorado via BACENJUD e transferir o remanescente ao Requerido, vide conta informada às fls. 790. Proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. P. R. I.C.

ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0237924-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Leonarda Gomes Neta Barros - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado entre as partes para que produza os seus jurídicos efeitos, e JULGO EXTINTO o processo nos termos do artigo 487, III, “b” do CPC. Sendo a celebração do acordo incompatível com a vontade de recorrer, certifique-se o trânsito em julgado nesta data, ficando desde já indeferido o processamento de eventual recurso interposto. Com o intuito de melhor atender ao princípio da duração razoável do processo, possibilito a EXECUÇÃO INVERTIDA. Para tanto, intime-se ao INSS para que elabore e apresente os cálculos de liquidação do valor devido à parte autora, no prazo de 60 (sessenta dias). Providencie a alteração da classe processual para cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública. Após, vista ao autor para que se manifeste dos cálculos apresentados. Em caso de discordância, o autor deverá apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, observando-se os requisitos do artigo 534 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumprida a determinação acima, intime-se o INSS, nos termos do artigo 535 do CPC, para querendo, impugnar a execução, no prazo de 30 (trinta) dias. Havendo concordância por parte do autor, ou não havendo impugnação, expeça-se requisição de pagamento e intimação da PF-AM para pagamento em 60 dias (se inferior a 60 s.m.) ou nos moldes do art. 100 e parágrafos da Constituição Federal (se superior a 60 s.m.); Intime-se.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM), ADV: SÍLVIA MARIA ABENSUR SANTOS (OAB 1005/AM) - Processo 0600997-50.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Sueli Marcião Pereira - REQUERIDA: Eunice Freitas de Lima - Manoel Mota de Andrade - Pelas razões acima expostas, julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito por ausência de interesse processual, com fundamento no artigo 485, VI, do Código Processual Civil, condenando a Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados no percentual de 10% sobre o valor dado a causa, suspendendo a cobrança por tratarem-se de beneficiária da justiça gratuita. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0607523-04.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: E. DE A. SIQUEIRA - ELINA DE AQUINO SIQUEIRA - Ante o anteriormente exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor dado a causa. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0611553-77.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: PJA Representação e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda - Paulo Roberto da Silva Alves - Examinando os presentes autos, constato que a parte Requerida, devidamente citada, não quitou o débito, nem ofereceu Embargos, conforme certidão de fls. 196. Por consequência, constituo em título executivo judicial o documento anteriormente destituído desta força, nos termos do art. 701, § 2º, do CPC. Imprimo o rito executivo judicial à presente ação, e conforme art. 523 e 524 do CPC, determino a intimação do credor para, no prazo de 05 dias, apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito (art. 524), atualizado pelo índice de correção aplicado por este Egrégio Tribunal, acrescida de juros moratórios de 1% ao mês a contar do inadimplemento da obrigação principal ou da ultima atualização pelo credor, e do valor das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor do débito. Apresentados os cálculos, determino a expedição de mandado executivo, devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o valor da dívida atualizada pelo credor. Não efetuado pagamento voluntariamente no prazo de 15 dias fixado no caput, aplicar-se-á multa de 10%, e honorários advocatícios de 10%, conforme §1º do artigo 523, do CPC. Para tanto, em conformidade com o Provimento n.º 116/2017 da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, faz-se ainda necessário o pagamento da diligência a ser cumprida pelos Oficiais de Justiça. Dessa forma, proceda com a intimação do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, art. 524 do NCPC, e , em conformidade com o Portaria nº. 116/2017, de 24.01.2017, juntar aos autos guia de recolhimento e comprovante de pagamento da diligência a ser cumprida pelos Oficiais de Justiça. Após, apresentados os cálculos e comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente mandado. P.R.I.C.

ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB A1007/AM) - Processo 0612526-37.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: ALDAIRA DE ARAUJO SILVA - EXECUTADO: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Trata-se de Ação Cumprimento de Sentença/PROC movida por ALDAIRA DE ARAUJO SILVA, devidamente qualificada, em face de Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, também identificada. Ante a comprovação do pagamento da integralidade do débito, defiro o pedido de fls. Antecedentes e declaro extinta a presente Ação Cumprimento de Sentença/PROC, com julgamento de mérito pelo pagamento, com fundamento no Artigo 487, III, a, c/c Art. 924, II, do Código de Processo Civil, aplicados de forma subsidiária, com fulcro no parágrafo único do Art. 771, do CPC. Proceda-se à expedição de alvará ou efetue-se à transferência bancária em favor da parte exequente. Havendo pendência em relação ao pagamentos das custas processuais, intime-se a parte executada para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das mesmas. Não havendo pagamento, a Contadoria deverá emitir certidão de crédito para fins de protesto, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ c/c Provimento nº 228/2017 da CGJ/AM. Proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. Transitada esta em julgado, e observadas as cautelas devidas, dê-se a baixa e arquivem-se os presentes autos. P. R. I.C.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0612542-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Clemente Augusto Gomes - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ante o anteriormente exposto, confirmo a tutela antecedente deferida pelo juízo e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO do Requerente: 1- Declarando a quitação e inexistência de débito relativo ao contrato de empréstimo consignado objeto da presente ação não comprovado nos autos; 2- determinando o imediato encerramento da conta corrente do sr. Clemente Augusto Gomes; 3- condenando o Requerido ao pagamento do dano moral arbitrado no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizado nesta data, acrescido de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da presente sentença. Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor total da condenação. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado, paga a condenação imposta em sentença e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052/AM), ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM), ADV: ABSALÃO GONZALES JÚNIOR (OAB 3278/AM), ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052OA), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0619458-70.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0616772-08.2017.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: Wbl Nkn Distribuição e Transportes de Betumes Ltda-epp - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - São Judas Tadeu Materiais de Construção Ltda. - Ante o anteriormente o exposto, Julgo Procedente os Embargos de Terceiro propostos, confirmando a tutela antecipada anteriormente deferida, determinando o levantamento da restrição e apreensão recaída sobre os bens declinados na Inicial dos presentes embargos e da ação de busca e apreensão, em anexo, definitivamente. Expeça-se mandado para cumprimento da presente sentença. Condeno o Embargado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor dado a causa. Transcreva-se esta decisão nos autos da ação de busca e apreensão. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: LUÍS OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 6972/RO), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM) - Processo 0623748-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Luiz Carlos Valente Paes - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Analisando detidamente os autos, observa-se que a ação visa o pagamento de eventual verba remanescente de seguro DPVAT. Isto posto, chamo o processo à ordem para converter a sentença em diligencia considerando a necessidade da realização da perícia médica. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja realizada perícia médica no Requerente. Após, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre o referido laudo, voltando-me os autos conclusos para sentença. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0627785-67.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: A R da C L Lima Eireli - Me (Vidro Mania) - Maria Jose Loiola Lima - Examinando os presentes autos, constato que a parte Requerida, devidamente citada, não quitou o débito, nem ofereceu Embargos, conforme certidão de fls. 196. Por consequência, constituo em título executivo judicial o documento anteriormente destituído desta força, nos termos do art. 701, § 2º, do CPC. Imprimo o rito executivo judicial à presente ação, e conforme art. 523 e 524 do CPC, determino a intimação do credor para, no prazo de 05 dias, apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito (art. 524), atualizado pelo índice de correção aplicado por este Egrégio Tribunal, acrescida de juros moratórios de 1% ao mês a contar do inadimplemento da obrigação principal ou da ultima atualização pelo credor, e do valor das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor do débito. Apresentados os cálculos, determino a expedição de mandado executivo, devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o valor da dívida atualizada pelo credor. Não efetuado pagamento voluntariamente no prazo de 15 dias fixado no caput, aplicar-se-á multa de 10%, e honorários advocatícios de 10%, conforme §1º do artigo 523, do CPC. Para tanto, em conformidade com o Provimento n.º 116/2017 da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, faz-se ainda necessário o pagamento da diligência a ser cumprida pelos Oficiais de Justiça. Dessa forma, proceda com a intimação do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, art. 524 do NCPC, e , em conformidade com o Portaria nº. 116/2017, de 24.01.2017, juntar aos autos guia de recolhimento e comprovante de pagamento da diligência a ser cumprida pelos Oficiais de Justiça. Após, apresentados os cálculos e comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente mandado. P.R.I.C.

ADV: ALFRÂNIA BALBINO DE OLIVEIRA (OAB 9319/AM), ADV: FRANCIMAR MACIEL FERREIRA (OAB 10155/AM), ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM), ADV: ÉRICA ANDRADE NASCIMENTO (OAB 51373/BA), ADV: RODRIGO VIEIRA FREITAS (OAB 13219/AM) - Processo 0628992-04.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Maria do Carmo da Silva Carvalho - Antonio Carlos da Silva Carvalho - REQUERIDA: Mara Gomes dos Reis - Pelas razões acima expostas, julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito por ausência de comprovação da legitimidade ativa e de interesse processual, com fundamento no artigo 485, VI, do Código Processual Civil, condenando a Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados no percentual de 10% sobre o valor dado a causa, suspendendo a cobrança por tratarem-se de beneficiária da justiça gratuita. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: VILLENEUVE TAVARES DOS SANTOS (OAB 9756/AM) - Processo 0632907-95.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Vanderson de Lima Silva - REQUERIDO: Rezidenza Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Aliança Incorporadora Ltda. - Ante o anteriormente exposto, julgo PROCEDENTE o pedido declarando a resilição do contrato; a nulidade da clausula 8ª, subitens 8.3, 8.4, 8.5 e demais cláusula, que imponham pagamento de valores acima dos fixados na presente sentença, condenando as Requeridas, solidariamente, a restituírem ao Requerente os valores pagos, em parcela única, limitando-se os descontos ao percentual de 10% aplicados sobre os valores pagos, a título de cláusula penal por resilição unilateral pelo Requerente, atualizados desde o desembolso, acrescidos de juros de mora a contar da citação. Condeno ainda os Requeridos ao pagamento das custas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 20 % (vinte por cento) do valor da condenação. Julgo IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária

para se manifestar no prazo legal. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: CARLOS DE CAMPOS NETO (OAB 8670/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB 6834/AM), ADV: MARA MÔNICA VIEIRA JUCÁ (OAB 5382/AM), ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: ROBERTA SOUZA SILVA (OAB 11429/AM) - Processo 0633620-41.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: ARIANNE OLIVEIRA DE AQUINO - REQUERIDO: Via Marconi Veículos Ltda. - Fiat Automóveis S/A - Face o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da Requerente para condenar as Requeridas, solidariamente, ao pagamento do valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) pelos danos morais sofridos pela Requerente, acrescido de correção monetária e juros de mora de 1% a partir da data da publicação desta Sentença. JULGO IMPROCEDENTES os demais pedidos. Condeno as Requeridas, solidariamente, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 20 (vinte por cento) sobre o valor da condenação em favor da Requerente. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado, paga a condenação imposta em sentença e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: RITA DE CÁSSIA FERREIRA DE LUCENA (OAB 5107/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: MARCOS RICARDO HERSZON CAVALCANTI (OAB 2324/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: MARIA FERNANDA VIANEZ DE CASTRO E CAVALCANTI (OAB 13000/AM) - Processo 0637401-71.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: CONDOMÍNIO CIVIL DO SHOPPING PONTA NEGRA - JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações S/A - EXECUTADO: AAA REIS IMPORT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E INFORMÁTICA LTDA - SEBASTIÃO DENIZAR BARROSO REIS - MARIA APARECIDA FERREIRA REIS - André Ricardo Ferreira Reis, representante legal de AAA REIS IMPORT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E INFORMÁTICA LTDA - Ante o anteriormente exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO DE EXECUÇÃO com fundamento no artigo 803, I, combinado com a regra do artigo 485, VI do Código Processual Civil Pátrio. Condeno a Exequente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor da causa dada na Execução atualizada. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: MICHELE RAMALHO (OAB 5521/AM), ADV: ANA RITA DOS REIS PETRAROLI (OAB 130291/SP), ADV: VICTOR JOSÉ PETRAROLI NETO (OAB 31464/SP) - Processo 0641900-30.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erzita Ramalho Correa - REQUERIDO: Itau Seguros S/A - Ante o exposto JULGO PROCEDENTEo pedido inicialpara condenaro Requerido a pagar a Requerente indenização por danos materiais no valor de R$ 50.667,67 atualizados desde o desembolso e acrescido de juros legais desde a citação e danos morais no valor de R$ 10.000,00, atualizados e acrescido de juros legais a contar da publicação da presente sentença, bem como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM), ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM) - Processo 0645556-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Waldelina Maciel Tavares - REQUERIDO: Galo da Serra Navegação Fluvial e Logistica Ltda. - Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais cumulada com consignação em pagamento proposta por Waldelina Maciel Tavares em face de Galo Serra Navegação Fluvial Elogística Ltda. Acautelo-me quanto a Consignação em pagamento pleiteada pela parte Requerente, uma vez que verifico necessidade de maior dilação probatória. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado da parte Requerente e/ou Requerida à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte Requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pela parte Requerente - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, proceda-se ao imediato cancelamento da audiência designada, contando o prazo da contestação da data da manifestação da parte Requerida quanto à não realização da audiência. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo solicitação da parte Requerente, autorizo desde já a pesquisa de novos endereços por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte Requerente para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, realizada a consulta e se positiva for, remetam-se os autos à Secretaria para renovação do ato citatório, mediante pagamento das custas para realização da diligência em cada endereço, cumprindo à Secretaria dar efetividade às diligências de citação nos endereços solicitados e, se for necessário, certificar o exaurimento das mesmas em todos os endereços encontrados para fins de validade da citação editalícia. Em ações possessórias que a parte Requerente não consiga qualificar o polo passivo da ação, nos termos do art. 319, II do CPC, por desconhecimento dos turbadores/esbulhadores, anote-se no mandado de citação/intimação que o oficial de justiça deverá solicitar a identificação dos turbadores/esbulhadores (número de RG/CPF), fazendo constar na certidão sua qualificação. Acaso a diligência de citação for realizada via mandado, faça-se constar no mandado que o oficial de justiça, quando por 2 (duas) vezes, procurar o citando em seu domicílio/residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. No dia e hora designados, o meirinho, independente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência,

deixando contrafé. A citação será efetivada ainda que a pessoa intimada esteja ausente ou tenha se recusado a receber o mandado, tudo nos termos dos arts. 252 e 253 do CPC. Realizada a citação por hora certa, deve a Secretaria enviar à parte Requerida, executada ou interessada, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência, nos termos do art. 254 do CPC. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a parte Requerida, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte requerente/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: JULIANO VINÍCIO DA SILVA NEGREIROS (OAB 14241/AM) - Processo 0652694-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Clei Ribeiro de Freitas - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais ajuizada por Ana Clei Ribeiro de Freitas em face de Aymore Crédito, Financiamento e Investimento S.A em que a parte Requerente pleiteia os beneficios da Justiça Gratuita. No caso dos autos, não estou convencida do estado de insuficiência financeira da parte Requerente e, desse modo, condiciono o deferimento da Justiça Gratuita pleiteada à efetiva comprovação da alegada necessidade, uma vez que se trata de presunção relativa (CPC, art. 99, §3º). Levando em consideração que o juízo somente poderá indeferir pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade (CPC, art. 99, § 2.º), DETERMINO que a parte Requerente junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, cópias de suas duas últimas declarações do Imposto de Renda OU comprovantes de renda/contracheque E extratos bancários dos 60 dias anteriores ao ajuizamento da ação e/ou outros documentos que atestem sua real hipossuficiência. Na hipótese de impossibilidade de efetuar a juntada dos documentos supracitados, fica a parte Requerente intimada, em igual prazo, para que se manifeste efetuando o pagamento das custas iniciais da Ação ou requerendo o parcelamento nos termos da Portaria n° 490/2017-PTJ, sob pena de indeferimento da Inicial. Após o decurso do prazo, remetam-me os autos para Despacho Inicial. Intime-se. Cumpra-se.

Absalão Gonzales Júnior (OAB 3278/AM)
Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Alfrânia Balbino de Oliveira (OAB 9319/AM)
Ana Rita dos Reis Petraroli (OAB 130291/SP)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Antônio José Batista Nogueira (OAB 6834/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Carlos de Campos Neto (OAB 8670/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Érica Andrade Nascimento (OAB 51373/BA)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Francimar Maciel Ferreira (OAB 10155/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Nazareno da Silva (OAB 3052/AM)
José Nazareno da Silva (OAB 3052OA)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Juliano Vinício da Silva Negreiros (OAB 14241/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Otávio de Araújo Silva (OAB 6972/RO)
Mara Mônica Vieira Jucá (OAB 5382/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB A1007/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB 2324/AM)
Maria Fernanda Vianez de Castro e Cavalcanti (OAB 13000/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
MICHELE RAMALHO (OAB 5521/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Rita de Cássia Ferreira de Lucena (OAB 5107/AM)
Roberta Souza Silva (OAB 11429/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Vieira Freitas (OAB 13219/AM)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Sílvia Maria Abensur Santos (OAB 1005/AM)
Thiago Macedo Clayton (OAB 4804/AM)
Victor José Petraroli Neto (OAB 31464/SP)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Villeneuve Tavares dos Santos (OAB 9756/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MÔNICA CRISTINA RAPOSO DA CÂMARA CHAVES DO CARMO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0320/2019

ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 781A/AM), ADV: FRANCISCO AFONSO DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 872A/AM), ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM), ADV: MARIA EDILEUSA MORAES DE MEDEIROS (OAB 7060/AM), ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM) - Processo 0606533-76.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Bem Viver Total Ville - Condomínio Paraíso - EXECUTADO: Panorama Serviços Ltda - Trata-se de Ação Cumprimento de Sentença/PROC movida por Bem Viver Total Ville - Condomínio Paraíso, devidamente qualificada, em face de Panorama Serviços Ltda, também identificada. Compulsando os autos, observa-se que o advogado da parte Requerente está executando a verba destinada aos seus honorários de sucumbência. A parte executada comparece aos autos às fls. 371-373 e solicitada que a verba honorária exequenda seja abatida do valor consignado em juízo pelo parte Requerente e o remanescente seja expedido em seu favor, o que defiro de plano. Ante a comprovação do pagamento da integralidade do débito, defiro o pedido de fls. Antecedentes e declaro extinta a presente Ação Cumprimento de Sentença/PROC, com julgamento de mérito pelo pagamento, com fundamento no Artigo 487, III, a, c/c Art. 924, II, do Código de Processo Civil, aplicados de forma subsidiária, com fulcro no parágrafo único do Art. 771, do CPC. Expeça-se alvará ou efetue-se a transferência bancária aos destinatários. Havendo pendência em relação ao pagamentos das custas processuais, intime-se a parte executada para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das mesmas. Não havendo pagamento, a Contadoria deverá emitir certidão de crédito para fins de protesto, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ c/c Provimento nº 228/2017 da CGJ/AM. Proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos, bem como a ação que tramita por dependência de nº 0602907-49.2016.8.04.0001, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. P. R. I.C.

Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (OAB 781A/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Francisco Afonso dos Santos Júnior (OAB 872A/AM)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
Maria Edileusa Moraes de Medeiros (OAB 7060/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0324/2019

ADV: CÉSAR RODRIGO NUNES (OAB 260942/SP), ADV: ROBÉRGIA FARIAS ARAÚJO (OAB 9844/PB), ADV: MARIA LUCIA MARANHÃO MOREIRA (OAB 12341/PB) - Processo 0233941-05.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Estelita Antônia da Silva - REQUERIDA: Gradiente Eletrônica S/A - Vistos, Em razão da petição de fls. 23/29 e ao analisar os autos de Recuperação Judicial da parte deprecada, verifico que ainda permanece dentro do prazo do Stay Period, conforme julgamento do Agravo de Instrumento de fls. 9929/9930 dos autos da Recuperação (0617552-11.2018.8.04.0001), motivo pelo qual determino a devolução da presente Carta para o juízo deprecante, com as cautelas de estilo. Cumpra-se.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM), ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM) - Processo 0237378-69.2010.8.04.0001 (001.10.237378-8) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Banco Gmac S.A - REQUERIDA: Lourivania Maria Aguiar da Silva - Intime-se ambas as partes, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 dias, digam se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito e se concordam com desistência da parte contrária, se for o caso, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: WELLINGTON ARAÚJO DE OLIVEIRA (OAB 10146/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0604232-88.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Werisson Freitas Gomes - Pelo exposto, julgo procedente o pedido na ação movida por Banco Itaucard S/A em face de Werisson Freitas Gomes para, confirmando a liminar antes deferida e consolidar em nome da parte autora o domínio e a posse plena dos bens. Custas e honorários advocatícios pelo requerido, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC, cujo pagamento restará suspenso até que o demandante, beneficiário da assistência judiciária, apresente condições de arcar com as sobreditas despesas, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, tudo na forma do art. 98, §3º do CPC, salvo o decurso do prazo de 05 (cinco) anos. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão.. P. R. I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0606246-21.2013.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte requerente/exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias se manifeste, requerendo o que entender de direito. Em não havendo manifestação da parte interessada, no prazo estabelecido no art. 485, III do CPC, intime-se, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM), ADV: SILVANA MARIA MARTINS DA COSTA (OAB 5644/AM), ADV: RÔMULO LUIZ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 5558/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM), ADV: MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM) - Processo 0608191-09.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jose Di Tommaso Donadio - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A - AGÊNCIA ESTILO MANAUS - Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Intime-se a parte requerente/exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias se manifeste, requerendo o que entender de direito. Em não havendo manifestação da parte interessada, no prazo estabelecido no art. 485, III do CPC, intime-se, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0611304-97.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Dispõe o art. 836 do CPC. Não se levará a efeito a penhora quando ficar evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução. Com efeito, tendo em vista que a penhora, via Bacenjud, encontrou valor incapaz de cobrir as custas, determino o desbloqueio da referida quantia. Intime-se o exequente para que tome ciência das consultas eletrônicas realizadas e se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, com o recolhimento das custas para pesquisa de bens por meio do sistemas conveniados, interpretado o silêncio como não localização de bens passíveis

de penhora. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0627243-15.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0628191-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Sergio Alan Nordeste Salgado - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Confirmar a liminar concedida e condenar o INSS a Restabelecer o NB 6268149592 (alterando a espécie de previdenciário para acidentário) a partir do dia 31/05/2019 (fls. 55), calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91, até conclusão de curso de reabilitação, ou conversão em aposentadoria caso a mesma não logre êxito. Antecipar, parcialmente, os efeitos do provimento jurisdicional final face à confirmação, após cognição exauriente, das alegações da parte autora para determinar que a Autarquia ré implante o benefício concedido no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arbitramento de multa cominatória pelo eventual descumprimento da obrigação. Consigne-se, neste passo, que a antecipação da tutela restringe-se às prestações vincendas, devidas a contar da data da concessão da medida, tendo em vista que o seu objetivo é assegurar o recebimento da renda mensal do benefício enquanto a controvérsia permanecer sub judice. B) Determinar a concessão do auxílio acidente, nos termos do disposto no art. 86 da Lei nº 8.213/91, a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, que deverá ser permanecer até a concessão de qualquer tipo de aposentadoria. C) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição qüinqüenal, se existir. D) Juros nos termos do art. Art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 (Redação da Lei nº 11.960/2009) e correção monetária nos termos da Portaria nº 1.855/2016-PTJ (DJE de 27/09/2016). E) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. Sentença não sujeita a reexame necessário (artigo 496, §3º, inciso I, do Código de Processo Civil), pois o valor da condenação, ainda que apurada em liquidação, não ultrapassará 1.000 salários mínimos. Intime-se a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de implantar o benefício em favor da parte autora. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C Nome do segurado: Sergio Alan Nordeste Salgado - CPF : 52539776272 Data do início do benefício: 31/05/2019 (fls. 55)Nome da mãe: Luzia de Almeida Nordeste Data de início do pagamento: 1º de setembro de 2019.Data de cessação do benefício: Podendo o INSS cessar o pagamento do auxílio doença nas seguintes hipóteses: conclusão do curso de reabilitação/readaptação, abandono injustificado do curso de reabilitação/readaptação por parte do segurado, não comparecimento injustificado na perícia periódica, retorno voluntário ao trabalho, concessão de aposentadoria por invalidez, reversão da situação de incapacidade .

ADV: DÉBORA SALGUEIRO DE MENEZES (OAB 12200/AM), ADV: DANIELA MORGANTINI TAVARES TEMPESTA (OAB 8411/AM) - Processo 0632015-55.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Condominio do Residencial Via Veneto - EXECUTADO: Ivone Nunes Tavares de Souza - R.H. Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. As partes acostaram petição requerendo a homologação da avença celebrada extrajudicialmente. Por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, III, “b” do CPC. Custas finais, se houverem, serão dividas entre as partes, nos termos do art. 90, §2º do CPC. Na sequência, suspendo o processo, ex vi do art. 313, caput e inciso II, do CPC. Decorrido o prazo necessário ao cumprimento do acordo, sem manifestação da parte interessada, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0636790-79.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte autora para que tome ciência das consultas eletrônicas realizadas e se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0652890-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Anderson Oliveira Barbosa - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0652926-54.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Recolhidos os pertinentes emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito,

na forma do art. 485, IV, do CPC, por ausência de preenchimento de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o Requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Finalmente, proceda-se ao bloqueio do bem objeto da lide, para fins de transferência, por meio do sistema RENAJUD, desde que previamente pagos os respectivos emolumentos. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM) - Processo 0652964-66.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Comércio de Frios Manaus Ltda - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC.

ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM) - Processo 0653006-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ernani Junior Guedes de Freitas - Vistos, Verifico que a presente demanda trata de ação em face de AMAZONPREV, a qual é entidade integrante da Administração Pública, possuindo assim natureza jurídica de Fundação Pública, conforme LC nº 93/2011. Diante do exposto, declino da minha competência para uma das Varas da Fazenda Pública do Estado, com fundamento no Art. 152, I, “a” da lei complementar 17 de 23/01/1997, que preceitua o seguinte: Art. 152. Ao Juiz da Vara da Fazenda Pública Estadual compete processar e julgar por distribuição: I - Em matéria cível: a) as ações em que o Estado do Amazonas e suas respectivas entidades autárquicas e fundacionais forem interessadas, como autores, réus, assistentes ou opoentes, excetuadas falências e ações que versem sobre matéria tributária; Remetam-se os autos ao Juízo competente. Intime-se e cumpra-se.

ADV: LEONARDO ALVES CANUTO (OAB 355791/SP) - Processo 0653013-10.2019.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Púb. Federais Ltda - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Rodrigo Nunes (OAB 260942/SP)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniela Morgantini Tavares Tempesta (OAB 8411/AM)
Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)
Débora Salgueiro de Menezes (OAB 12200/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Leonardo Alves Canuto (OAB 355791/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Lucia Maranhão Moreira (OAB 12341/PB)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
ROBÉRGIA FARIAS ARAÚJO (OAB 9844/PB)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rômulo Luiz Vieira dos Santos (OAB 5558/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Silvana Maria Martins da Costa (OAB 5644/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wellington Araújo de Oliveira (OAB 10146/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0215/2019

ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 3474/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: CARLOS VARANDA (OAB 3091/AM), ADV: ABEL SOARES DE SOUZA (OAB 3380/AM), ADV: ANGELICA DUARTE (OAB 002.659/AM) - Processo 0051535-75.2003.8.04.0001 (001.03.051535-2) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mateus Arival Ferreira Burton - REQUERIDO: Meta Consultoria Imobiliária - Vistos, etc Diante da ausência de cumprimento pelo Exequente quanto ao teor da decisão interlocutória em fls.163, determino sejam baixados e arquivados, sem prejuízo de que ocorra posterior pedido de desarquivamento a seu pedido, através de cumprimento da decisão em fls.163. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM) - Processo 0214140-89.2008.8.04.0001 (001.08.214140-2) - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ney Bastos Soares Junior - REQUERIDO: Bradesco Adm. de Cartões de Crédito - Vistos, etc Ultime-se a baixa e arquivamento dos autos em prejuízo de que ocorra seu posterior desarquivamento a pedido. Providências legais. Cumpra-se.

ADV: GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA (OAB 6140/AM), ADV: VANESSA PIZZARO RAPP (OAB 569A/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0251469-33.2011.8.04.0001/01 (apensado ao processo 0251469-33.2011.8.04.0001) - Oposição - REQUERENTE: Fort - Empreendimentos e Tecnologia Ltda. - REQUERIDO: Banco Volkswagen S.A - Vistos, etc À vista do teor da certidão exarada em fls.133, determino que se ultime a baixa e arquivamento dos autos, sem prejuízo de que ocorra seu posterior desarquivamento. Providências legais. Cumpra-se.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: MALBA TÂNIA OLIVEIRA GATO (OAB 6409/AM), ADV: PABLO FERREIRA RANGEL (OAB 518A/AM), ADV: DÉBORAH LOUREIRO OHANA LAVAREDA (OAB 4643/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491/AM- A), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 20283/RJ) - Processo 0311757-20.2006.8.04.0001 (001.06.311757-7) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: San Press Seguranca Patrimonial Ltda - REQUERIDA: Tim Celular S/A - Vistos, etc Considerando o teor da certidão exarada em fls.392, determino que se mantenham os presentes autos baixados e arquivados, sem prejuízo de que ocorra seu posterior desarquivamento a pedido do Exequente. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM) - Processo 0603187-49.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: B. S. A. Comercio de Materiais de Telecomu - Vistos, As partes acostam petição em fls. 60/63, informando que celebraram avença extrajudicialmente e requerendo sua homologação. Em assim sendo, decido por homologar o referido acordo e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC. Isento de custas finais remanescentes, se ocorrerem, em atenção ao disposto no art.90, §3º do CPC. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM) - Processo 0605079-56.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Afinco Comércio de Vestuário Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCOS CARVALHO DE SOUSA (OAB 8252/AM), ADV: RUGLES JÚNIO ALVES DA SILVA (OAB 8106/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0610496-29.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: NEY SANDRO CARNEIRO RABELO - REQUERIDO: CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S.A. e outro - Vistos, etc Recebo os presentes autos no estado, nesta data. Inicialmente, defiro parcialmente como requerido pelo Autor em fls.136, ao tempo em que suspendo o processo por prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que seja corrigida nos autos a irregularidade de representação processual das empresas Requeridas, ex vi do art.76, §1º, II, do CPC. Sanada a irregularidade e em razão de que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM) - Processo 0611997-39.2016.8.04.0015 (apensado ao processo 0612872-51.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Lina Anjula Wu Sun - EXECUTADO: José Augusto de Araújo Júnior e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0612377-41.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: SINDICATO DOS AGENTES DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSITO E TRANSPORTE DO MUNICIPIO DE MANAUS - Vistos, etc Considerando que na certidão exarada pelo Oficial de Justiça em fl. 73, não ocorre indicação sobre suspeita de ocultação do Requerido, indefiro por ora o petitório de fl. 84, ex vi do art. 252, CPC. Intime-se o Requerente para que no prazo de 10 (dez) dias adote providências à viabilização da citação do Requerido, pena de haver-se por não interrompida a prescrição, na forma do disposto no art.240, §§1º e 2º do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP) - Processo 0617548-42.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Araújo e Araújo Comércio de Tintas Ltda. FERRAGENS PARAÍBA - REQUERIDO: Edec - Engenharia Construcao e Comercio LTDA - Vistos, etc Ab initio, verifico que os autos se encontram suspensos conforme Decisão de fls.59, tendo em vista a decretação de Recuperação Judicial da Executada pelo juízo da 14a. Vara Cível desta Comarca. Conforme se verifica no Ofício recebido em fls.55/56, foi decretada a Recuperação Judicial da empresa Executada, havendo o juízo da 14a. Vara Cível desta Comarca por haver solicitado a suspensão das ações judiciais e execuções relativas à referida empresa. Desta forma, consoante norma disposta no art. 6° da Lei n.º 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação Judicial) o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor. Outrossim, a referida lei igualmente consigna que o direito dos credores de ajuizar ou dar prosseguimento às ações executivas em face do devedor fica suspenso por período improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, findo o qual poderão os primeiros mover as ações pertinentes

em busca de seus créditos, senão vejamos: Art. 6º [...] § 4o Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial. Dessarte, defiro o requerimento do Exequente em fls.105. Nesse contexto, verifico quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra sobre a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em duplicatas (fls.12/26), ressentindo-se os autos apenas da juntada de demonstrativo de débito atualizado, diante do longo transcurso de tempo entre o ajuizamento do feito e esta decisão. Ultimada a providência de apresentação pelo Exequente de demonstrativo atualizado do débito exequendo, entendo como cumpridos todos os requisitos necessários ao prosseguimento do feito. Portanto, determino ao Exequente ultime a providência necessária em prazo de 15 (quinze) dias. Após, proceda-se à citação do Executado, nos termos do art. 829 do NCPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do NCPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono do Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do NCPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se o Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 dias.Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do NCPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do NCPC.De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 dias. Providências legais. Int. Cit. Cumpra-se.

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP) - Processo 0618859-34.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Almir Rodrigues de Lima - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Ante o exposto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, à vista do disposto no art. 290 c/c o art. 485, I, ambos do CPC. À vista do princípio da causalidade, condeno o Autor ao pagamento das custas processuais. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB A1007/AM) - Processo 0619193-05.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS S/A - Ante o exposto, julgo procedente o pedido desta ação, resolvendo-a no mérito, nos moldes do art. 487, I, do CPC, para tornar definitiva a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem objeto da demanda em favor do Autor, nos termos do art. 3.º, §1.º, do Decreto-Lei n.º 911/69. Nos termos dos §2º e §3º do artigo 98 do Código de Processo Civil, diante da sucumbência do Réu e tendo em vista ser este beneficiário da justiça gratuita, condeno-o ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, suspendendo-se, entretanto, a exigibilidade deste crédito pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o banco Autor demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. Resguardo ao Requerido o direito de receber o saldo apurado com a venda do veículo, após o pagamento do débito e das despesas decorrentes deste, tudo em conformidade com o art. 2.º, do Decreto-lei n.º 911/69, devendo o Requerente juntar aos autos a planilha de despesas e o valor apurado com a venda do veículo. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MARIA DILZA FEITOSA (OAB 545RN) - Processo 0620105-65.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Raimundo Jair Tinôco Barbosa - Ante o exposto, extingo sem resolução de mérito a presente demanda, nos moldes do art. 485, IV, do CPC. À vista do disposto no art. 104, §2º, condeno a advogada Maria Dilza Feitosa - OAB/RN 545 ao pagamento das custas processuais. Oportunamente, no que pertine à condenação da patrona ao pagamento de perdas e danos em benefício do Autor, entendo por necessário ocorra a interposição de ação autônoma em que se quantifique o valor pretendido, demonstrando-se suas causas justificantes. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providencias à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0620884-49.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Evandro Jackson da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM) - Processo 0622141-51.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Daniel Trindade Mesquita e outros - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Determino que se intime o Ministério Público para intervir como fiscal da Lei, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 178, caput e inc. II, do CPC Findo o prazo sem manifestação do Parquet, determino que se conclua o feito para sentença homologatória, consoante norma disposta no art. 180, §1°, do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489/BA), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0625603-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Darcy da Silva Sampaio - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a., - Vistos, As partes acostam petição em fls. 248/249, informando que celebraram avença extrajudicialmente e requerendo sua homologação. Em assim sendo, decido por homologar o referido acordo e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC. Isento de custas finais remanescentes, se ocorrerem, em atenção ao disposto no art.90, §3º do CPC. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM), ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM) - Processo 0625625-06.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Antonio Fernando Nascimento Ribeiro - REQUERIDO: Banco Toyota do Brasil S/A - Vistos, As partes acostam petição em fls. 207/209, informando que celebraram avença extrajudicialmente e requerendo sua homologação. Em assim sendo, decido por homologar o referido acordo e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC. Isento de custas finais remanescentes, se ocorrerem, em atenção ao disposto no art.90, §3º do CPC. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0625935-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Marcelino Porto dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, À vista do expediente em fl. 89, determino ocorram providências pela secretaria da 4.ª UPJ para que ultime cumprimento da decisão monocrática - fls. 90/93, proferida pelo Excelentíssimo Desembargador Wellington José de Araújo em sede do Agravo de Instrumento registrado sob o n.º 4002913-35.2019.8.04.000, por meio da qual deferiu a antecipação de tutela recursal a fim de suspender as cobranças das faturas em aberto que são objeto do feito. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: JULYHELLEN GODOFREDO BRAGA (OAB 41703/DF), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ADRIANA ARAÚJO FURTADO (OAB 59400/DF) - Processo 0627134-98.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Jose de Jesus Campos Amud - Ante o exposto, diante da descaracterização da mora do Requerido, julgo improcedentes os pedidos contidos na inicial, para resolver o mérito da presente demanda, nos termos do art. 487, I, do CPC. Por fim, diante da sucumbência do Banco Autor, condeno-o ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º, do CPC. P.R.I.C.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627172-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Fabricia Moraes Pires - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, ou se for o caso, sobre a proposta de acordo.

ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM) - Processo 0628076-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marlene Binda Pessoa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/02/2020 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0629966-46.2015.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Industrial - REQUERENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0630323-84.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Jose Nascimento da Silva - Ante o exposto, julgo totalmente procedente o pedido da presente Ação de Busca e Apreensão, resolvendo-a no mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC, e confirmo a liminar concedida anteriormente, para consolidar a propriedade e posse plena do veículo em favor do Requerente. Nos termos dos §2º e §3º do artigo 98 do Código de Processo Civil, diante da sucumbência do Réu e tendo em vista ser este beneficiário da justiça gratuita, condeno-o ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, suspendendo-se, entretanto, a exigibilidade deste crédito pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o Banco Autor demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALEXANDRE DA SILVA RODRIGUES (OAB 222131SP) - Processo 0630822-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: E.B.M.A. - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência formulado pelo Autor e decido por extinguir o processo sem resolução do mérito, à vista do disposto no artigo 485, VIII, do CPC. À vista do art. 90 c/c o art. 98, §§2º e 3º, ambos do CPC, condeno o Autor ao pagamento das custas processuais, suspendendo-se, entretanto, a exigibilidade deste crédito pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0631460-04.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo procedente o pedido desta ação para constituir título executivo judicial com a condenação da Requerida a pagar o débito, então representado nos documentos escritos dos autos, no valor de R$ 44.675,11 (quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e onze centavos), valor este já devidamente atualizado. Diante da sucumbência da Ré, condeno-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do Código de Processo Civil. P.R.I. Cumpra-se

ADV: ADRIANO GERALDELLI (OAB 99223/MG) - Processo 0631558-86.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Cooperativa Regional de Cafeicultores Em Guaxupé Ltda - Cooxupé - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0631864-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta

nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELSON MOUZINHO DE ALMEIDA (OAB 6294/AM) - Processo 0633707-55.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERIDO: José Bruno de Oliveira da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria para que tome ciência do acordo juntado as fls. 97/98, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0634925-21.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM) - Processo 0636605-75.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Edimar Silva Monteiro - Ante o exposto, julgo procedente o pedido desta ação para constituir título executivo judicial com a condenação do Requerido a pagar o débito, então representado nos documentos escritos dos autos, no valor de R$: 6.705,76 (seis mil, setecentos e cinco reais e setenta e seis centavos), mais juros e correção monetária na forma da fundamentação. Diante da sucumbência do Réu, condeno-o ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do Código de Processo Civil. P.R.I. Cumpra-se

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0638373-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Francisca Feitosa de Oliveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/02/2020 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA PINHO (OAB 22514/CE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0638533-32.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Marilda Lucena Perreira - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Assim sendo, extingo sem resolução de mérito a presente demanda, nos moldes do art. 485, III, do CPC. Neste elastério, tendo em vista que a Autora deu causa à extinção, e sendo ela beneficiária da justiça gratuita, condeno-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor ca causa, suspendendo-se, entretanto, a exigibilidade deste crédito pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CAROLINE SOARES MARTINS (OAB 8861/AM) - Processo 0640646-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Diana Catheren Castro Aristi - Vistos, Constato que a vestibular preenche os requisitos dos art. 319 e 320 do CPC. Ademais, quanto ao pedido de inversão do ônus da prova, decido por postergar sua apreciação para a ocasião do saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC. Assim, determino sejam os autos encaminhados ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), para cumprimento aos termos do artigo 334 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0642861-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Roberto de Araujo Ricardo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/02/2020 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º,

inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 17023/BA), ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 1223A/AM), ADV: JOÃO ROSA (OAB 17023/BA) - Processo 0644872-70.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kerollen Runa Pinto - REQUERIDO: Consórcio Nacional Volkswagem Ltda. - Vistos, As partes acostam petição em fls. 228/229, informando que celebraram avença extrajudicialmente e requerendo sua homologação. Em assim sendo, decido por homologar o referido acordo e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC. Isento de custas finais remanescentes, se ocorrerem, em atenção ao disposto no art.90, §3º do CPC. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0647680-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: José de Castro Moura - Vistos, Ab initio, defiro o pedido de emenda à inicial formulado em fl. 33. Adiante, constato que a vestibular preenche os requisitos dos art. 319 e 320 do CPC. Outrossim, defiro a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC, bem assim o pleito de prioridade na tramitação do presente feito, nos moldes do art. 1.048, inc. I, CPC. Ademais, quanto ao pedido de inversão do ônus da prova, decido por postergar sua apreciação para a ocasião do saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC. Assim, determino sejam os autos encaminhados ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), para cumprimento aos termos do artigo 334 do CPC. Contudo, à vista de que expresso pelo Autor na exordial - fl. 12, sobre seu desinteresse em participar de audiência de conciliação e mediação, ex vi do art.319, VII, do CPC, certo é que poderá o Réu também manifestar seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência da data aprazada ao referido ato - art.334, §5º do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: JANNE DA COSTA ARAUJO (OAB 13090/AM) - Processo 0650033-90.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria de Nazare Ambrosio da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/02/2020 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0650225-23.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação Monitória formulada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A em face de Vanilda Rodrigues Pinto. A demanda monitória, nos termos do art. 700, do CPC, deve estar instruída com documentos escritos sem eficácia de título executivo que detenham atributos suficientes para que o juízo se convença, por meio de cognição sumária, acerca da existência da obrigação neles consignada e do direito do autor ao seu cumprimento, tornando-se possível, a imposição liminar do pagamento de soma em dinheiro, da entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. Desse modo, conforme disposição do artigo 700, §2º do CPC, a petição inicial deve ser instruída com memória de cálculo apta a individualizar a importância devida, bem como deve ser demonstrado o valor atual da coisa reclamada e discriminado o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido. Nessa toada, verifico que a Autora acostou à petição inicial, como prova escrita sem eficácia de título executivo, as faturas de energia elétrica referentes aos meses em que a Requerida encontra-se em débito (fls. 33/94 e 101/102). Observo ainda à fl. 31 a existência de demonstrativo de débito, em que é explicitada a importância requerida devidamente atualizada. Ocorre correspondência entre a referida importância e o valor da causa, conforme preceitua o §3º do artigo 700 do CPC. Diante do exposto, é possível asseverar que resta demonstrado o valor atual do crédito reclamado, bem como que se encontra suficientemente delimitado o proveito econômico perseguido. Isso posto, estando presentes os requisitos estampados no §2º do artigo 700 do CPC, defiro o pedido de expedição de carta de citação com aviso de recebimento, conforme o caput do artigo 701, devendo-se citar a Ré para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague à Autora a importância de R$: 22.416,14 (vinte e dois mil, quatrocentos e dezesseis reais e quatorze centavos), bem como os honorários relativos a 5% do valor da causa. Oportunamente, determino que conste na carta de citação a advertência segundo a qual não opostos embargos no referido prazo, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, nos termos do art. 701, §2º do CPC. Anote-se, de igual forma que, ocorrendo o pagamento também no mesmo prazo, a Ré ficará isenta de custas, conforme art. 701, §1º do CPC. Diante da comprovação do pagamento (fls. 6/7), expeça-se a competente carta de citação. Int. Cumpra-se.

ADV: FELIPE LOPES PAULO (OAB 13796/AM) - Processo 0650936-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despejo para Uso Próprio - AGRAVANTE: Ivanete de Souza Alves - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação de despejo por falta de pagamento c/c cobrança de aluguéis, formulada por Ivanete de Souza Alves em face de Paula Natasha da Silva. Inicialmente, importa dizer que a cumulação de pedidos faz-se cabível no processo em apreço, pois que atenta aos mandamentos insculpidos no art. 327, §1º do Código de Processo Civil. No que tange ao pedido de Justiça Gratuita, embora afirme hipossuficiência, constato que a parte Autora não demonstra nos autos que preenche os requisitos autorizadores à concessão do beneplácito da gratuidade, o que vislumbro por indispensável, pois que esse benefício não se constitui mera liberalidade do Estado colocada à disposição de quem não pretende arcar com o pagamento das custas processuais. Diante disso, determino seja intimada a Autora, por sua advogada, a fim de que comprove em 15 (quinze) dias sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e outros documentos idôneos, nos moldes do art. 321 do CPC. Por derradeiro, verifico que ocorrem incorreções quanto ao valor atribuído à causa; contudo, visando não prolongar indevidamente o andamento do processo e com fundamento no art. 292, §3º, do CPC, corrijo de ofício o valor da causa para o montante de R$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais), quantia que consiste na soma dos valores correspondentes a 12 (doze) meses de aluguel de cada contrato, ex vi do art. 58, III da Lei 8.245/91. Int. Cumpra-se.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0651110-37.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Olisnei Nascimento Conceição - Vistos, Instado a emendar a exordial a fim de que comprovasse sua alegada hipossuficiência econômico-financeira; demonstrasse quanto a ocorrência de algum dos pressupostos do pagamento em consignação; atualizasse o valor de seu débito junto à empresa Ré; reformulasse o pleito de depósito da quantia devida a contemplar o valor total que entende por devido, retornou o Exequente aos autos em fl. 17, sem se desincumbir do cumprimento integral da determinação de fl. 15. Em assim sendo, determino que se intime o Autor, pela derradeira vez, a fim de que emende à exordial, corrigindo os pontos suscitados, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de indeferimento, ex vi do art. 321 c/c art. 485, I, ambos do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0652325-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jussara Carla Michiles - Vistos, Constato que a vestibular preenche os requisitos dos art. 319 e 320 do CPC. Ademais, defiro a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC. Outrossim, quanto ao pedido de inversão do ônus da prova, decido por postergar sua apreciação para a ocasião do saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC. Assim, determino sejam os autos encaminhados ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), para cumprimento aos termos do artigo 334 do CPC. Contudo, à vista de que expresso pela Autora na exordial - fl. 11, sobre seu desinteresse em participar de audiência de conciliação e mediação, ex vi do art.319, VII, do CPC, certo é que poderá o Réu também manifestar seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência da data aprazada ao referido ato - art.334, §5º do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0652420-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Núbia Paula da Silva - Vistos, Constato que a vestibular preenche os requisitos dos art. 319 e 320 do CPC. Ademais, defiro a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC. Outrossim, quanto ao pedido de inversão do ônus da prova, decido por postergar sua apreciação para a ocasião do saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC. Por derradeiro, determinar que o Banco Requerido, no prazo de contestação, acoste aos autos o contrato de que trata a presente demanda. Assim, determino sejam os autos encaminhados ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), para cumprimento aos termos do artigo 334 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: MIGUEL DE JESUS DA SILVA (OAB 8822/AM) - Processo 0652807-93.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa - REQUERENTE: B A Elétrica Ltda. - Vistos, Cuidam os presentes autos de Execução de Título Extrajudicial formulada por B A Elétrica Ltda em face de Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro. No vertente caso, constato que o município de Santa Isabel do Rio Negro se constitui como a parte Executada, razão pela qual declino da competência e determino ocorra a remessa dos autos à Vara Única da Comarca de Santa Isabel do Rio Negro, por meio do setor de distribuição processual. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0652832-09.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária formulada por Banco Itaucard S/A em face de Andressa Repolho de Carvalho. Comprovada a celebração de contrato com alienação fiduciária (fls. 17/18) e sumariamente demonstrado o inadimplemento da Requerida (fls. 24/25), concedo liminarmente a busca e apreensão do bem individualizado na inicial, nos termos do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 911/69. Após o cumprimento da liminar, intime-se a Ré para no prazo de 05 dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial pelo Banco Autor, hipótese na qual o bem será restituído àquele livre de ônus, consoante o art. 3.º, §2.º, do referido Diploma Legal. Também em ato contínuo, cite-se a Ré para responder à ação no prazo de 15 dias, contado a partir da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, resposta cabível ainda que se tenha providenciado o pagamento acima referido, caso entenda ter havido pagamento a maior e deseje restituição, de acordo com o art. 3.º, §§3.º e 4.º, desse Decreto-Lei. Esclareço que apenas após o eventual decurso desse prazo de 05 dias sem a purgação da mora acima aludida, é que a liminar ora concedida ensejará a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Banco Autor, na forma do art. 3.º, §1.º, do Decreto-Lei n.º 911/69. Expeça-se o competente mandado na forma da Lei após a comprovação do pagamento das custas da diligência, conforme o disposto na Portaria 116/2017 (publicada no DJE do dia 23/01/2017). Por fim, caso a Ré não logre ser citado, intime-se o Banco Autor para viabilizar a medida em 10 dias; e, caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado ou não se ache na posse da Requerida, intime-se o Banco Autor para, em 10 dias, indicar novas diligências aptas à efetivação da liminar ou para requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de execução. Transcorrido o prazo de 30 dias após o decurso in albis do prazo de manifestação do Requerente, intime-se pessoalmente para manifestar interesse no prosseguimento do feito em 5 dias, sob pena de extinção processual. No que tange ao valor da causa, preceito para admissibilidade da exordial, resta expresso no art. 292, I, CPC que para ações de cobrança de dívida, o valor da causa deve importar na soma monetariamente corrigida da pretensão econômica, dos juros de mora vencidos e de outras penalidade, se houver, até a data da propositura da ação. Logo, a pretensão econômica desta ação de busca e apreensão é o saldo devedor em aberto, composto por prestações vencidas e vincendas, se acaso ocorrerem, mais encargos moratórios. No vertente episódio, o Banco Autor soma ao inadimplemento de prestações vencidas, honorários advocatícios, a totalizar dívida pendente no montante de R$ 23.519,96 (vinte e três mil, quinhentos e dezenove reais e noventa e seis centavos). No entanto, para efeito de purgação da mora, não compõem o débito pendente as custas processuais e os honorários advocatícios. Ante o exposto, retifico de ofício o valor da causa para R$: 23.407,74 (vinte e três mil, quatrocentos e sete reais e setenta e quatro centavos), o que faço com fulcro no art. 292, §3.°, CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0652873-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rosimarília Leite da Silva - Vistos, etc. Analisando os autos e consultando o Sistema de Automação da Justiça - SAJ, verifico que o presente processo foi distribuído por dependência ao processo de n.º 0650264-20.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os referidos processos, uma vez que as partes e os objetos são divergentes. Ademais, a Requerente da demanda não pleiteou distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam a reunião dos processos em questão. Ante o exposto e por não existir conexidade entre as demandas, nos termos do art. 286 do CPC/2015, determino ocorra a remessa dos autos ao setor de Distribuição Processual, a fim de que se proceda a distribuição ordinária do feito. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0653108-40.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Vistos, O art. 3.º, do Decreto-Lei n.º 911/69, preceitua que a liminar de busca e apreensão será concedida se houver a comprovação da mora do devedor. Para tanto, está consolidado na jurisprudência pátria que é imprescindível ocorra a intimação do devedor, a fim de que ele seja constituído em mora; bastando que da notificação conste assinatura de recebimento. Em análise aos autos, não observo presente a notificação extrajudicial. Diante disso, determino seja emendada a exordial, a fim de que se junte aos autos o Aviso de Recebimento da notificação extrajudicial expedida, devidamente assinado ou o instrumento de protesto, a comprovar que o Requerido foi constituído em mora, no prazo de 15 (quinze) dias, pena de extinção do processo, nos termos do art. 321 c/c o art. 485, I, do CPC. Diante da ausência de recolhimento das custas processuais, intime-se ainda para diligenciar quanto a providência legal em igual prazo, na forma do art. 290, do CPC, pena de cancelamento da distribuição. Int. Cumpra-se.

Abel Soares de Souza (OAB 3380/AM)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Adriana Araújo Furtado (OAB 59400/DF)
Adriano Geraldelli (OAB 99223/MG)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
André Rodrigues de Almeida (OAB 5016/AM)
Angelica Duarte (OAB 002.659/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)

Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Alexandre da Silva Rodrigues (OAB 222131SP)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489/BA)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 20283/RJ)
Carlos Varanda (OAB 3091/AM)
CAROLINE SOARES MARTINS (OAB 8861/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
David Amorim Toledo (OAB 3474/AM)
Déborah Loureiro Ohana Lavareda (OAB 4643/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elson Mouzinho de Almeida (OAB 6294/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Felipe Lopes Paulo (OAB 13796/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Glauce Maria Costa de Sousa (OAB 6140/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Janne da Costa Araujo (OAB 13090/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Francisco Alves Rosa (OAB 1223A/AM)
João Francisco Alves Rosa (OAB 17023/BA)
João Rosa (OAB 17023/BA)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
Julyhellen Godofredo Braga (OAB 41703/DF)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491/AM- A)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Malba Tânia Oliveira Gato (OAB 6409/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB A1007/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Carvalho de Sousa (OAB 8252/AM)
Maria Dilza Feitosa (OAB 545RN)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Miguel de Jesus da Silva (OAB 8822/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Pablo Ferreira Rangel (OAB 518A/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael de Oliveira Pinho (OAB 22514/CE)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Rugles Júnio Alves da Silva (OAB 8106/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vanessa Pizzaro Rapp (OAB 569A/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0216/2019

ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM) - Processo 0629632-46.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: OMMI S/A FIMANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0638110-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0218/2019

ADV: FERNANDO AUGUSTO CORREIA CARDOSO FILHO (OAB 1299ARN), ADV: JOSE CARLOS DE MEIRELES E FREITAS (OAB 2790/CE) - Processo 0205149-41.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - REQUERENTE: SP Indústriae Diostribuidora de Petróio Ltda e Outro - Posto isso, diante da ausência de pagamento das despesas processuais, PROCEDA-SE a DEVOLUÇÃO da MISSIVA com nossas homenagens e cautelas de estilo. Dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

ADV: CHARLES PAMPLONA ZIMMERMANN (OAB 8685/SC) - Processo 0216341-44.2014.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Fundação Universidade do Vale do Itajai - Univali - A r. MISSIVA, PROTOCOLIZADA EM 03.04.2014, aponta o PRAZO PARA CUMPRIMENTO, na ordem de 30 (trinta) DIAS. Diversos ATOS foram praticados por este

JUÍZO DEPRECADO, sem que tenha, o AUTOR, desincumbido sua obrigação processual a contentu - dando azo, quiçá, à PRESCRIÇÃO de seu TÍTULO EXECUTIVO. Isto posto, INDEFIRO o pedido de DILAÇÃO de PRAZO neste momento processual. Posto isso, diante da ausência de pagamento das despesas processuais, PROCEDA-SE A DEVOLUÇÃO DA MISSIVA, com nossas homenagens e cautelas de estilo. Dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.R.I.C.

ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA (OAB 401/AM), ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0329008-17.2007.8.04.0001 (001.07.329008-5) - Cumprimento de sentença - Títulos de Crédito - REQUERENTE: Maersk Line Maersk Brasil(Brasmar) Ltda - REQUERIDO: Transalex Cargas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600903-73.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DESPACHO DEFIRO a petita de fls. 127. Proceda o Requerente o recolhimento das custas de diligências do oficial de justiça, juntando aos autos o respectivo comprovante. Após, com a comprovação do recolhimento, EXPEÇA-SE o pertinente MANDADO. I.C. Manaus, 27 de setembro de 2019. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM) - Processo 0601786-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Administrativos - REQUERENTE: Amazonorte Cargas Express Ltda - Me - Isto posto, REJEITO OS EMBARGOS, por inexistirem defeitos apontados pelo EMBARGANTE, razão pela qual mantenho a SENTENÇA tal como lançada. Determino a exclusão da Audiência de Conciliação pautada para o dia 26/09/2019 no CEJUSC- Cível. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: SÉRGIO PINHEIRO MÁXIMO DE SOUZA (OAB 135753/RJ) - Processo 0608506-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sul América Companhia Nacional de Seguros - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DECISÃO Isto posto e por tudo mais que dos autos consta, notadamente em face do comprovante juntado a fls. 61, com fundamento no inciso I do art. 487 do CPC, resolvendo o MÉRITO da demanda, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por SULAMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS em face de AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. para CONDENAR a REQUERIDA ao pagamento, por RESSARCIMENTO dos DANOS MATERIAIS, no valor correspondente a R$25.405,76 (vinte e cinco mil, quatrocentos e cinco reais e setenta e seis centavos), devidamente corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde a data do efetivo desembolso do montante apurado. CONDENO a REQUERIDA à SUCUMBÊNCIA, ao pagamento de custas e despesas processuais e à HONORÁRIA ADVOCATÍCIA, que ARBITRO em 20% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C. Manaus, 27 de setembro de 2019. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ALDEMIR DOCE DA FONSECA (OAB 113/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0609187-65.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Thaysa Bianca Velloso da Fonseca - Posto isso, considerando as provas dos autos, outra sorte não resta senão extinguir o processo sem resolução do mérito. DISPOSITIVO Isto posto, ACOLHO OS EMBARGOS A MONITÓRIA, tendo em vista a ilegitimidade passiva da parte EMBARGANTE, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VI, do NCPC. CONDENO a Embargada em custas e honorários que arbitro em 20% do valor da causa. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se. P.R.I.C. Manaus, 27 de setembro de 2019. Márcio Rothier Pinheiro Torres Juiz de direito

ADV: FERNANDO DENIS MARTINS (OAB 165321/MG), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG) - Processo 0610258-39.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Posto isso, DEFIRO tão somente o pedido referente a citação na pessoa do sócio coexecutado, a fls. 173/175. I.C. Manaus, 27 de setembro de 2019. Márcio Rothier Pinheiro Torres Juiz de direito

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0610869-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM), ADV: MARCOS AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA (OAB 11940/AM), ADV: ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO (OAB 10554/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0613711-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: João Paulo da Silva Coelho - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Diante do exposto, ante a ausência de interesse de agir, requer que seja decretada a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de processo Civil. Em razão da sucumbência, condeno o autor a arcar com o pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 20% do valor atualizado da causa, ficando a exigibilidade suspensa por ser o autor beneficiário da justiça gratuita (art. 98, §3º, do CPC). Advindo o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM), ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: DOUGLAS WILLIAM CAMPOS DOS SANTOS (OAB 31138/DF) - Processo 0614551-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Miguel Inelson Bevilaqua - REQUERIDO: Ephigênio Salles Empreendimento Imobiliário Spe S/A - DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, resolvendo o MÉRITO da demanda, JULGO PROCEDENTE o pedido constante da INICIAL, para que seja formalizada a ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA do imóvel Apartamento n 041/401, situado no Condomínio Maison Ephigênio Salles, torre Louvre (A), na av. Ephigênio Salles, 2330, bairro Aleixo, CEP 69060-020, em Manaus/AM, registrado na matrícula n 63054 junto ao 1 Ofício de Registro de Imóveis de Manaus/AM em favor do AUTOR - Sr. MIGUEL INELSON BEVILAQUA, conforme documentos acostados aos autos, que fazem parte integrante da presente. As CUSTAS E EMOLUMENTOS CARTORÁRIOS a ônus do AUTOR, para o registro do imóvel objeto da adjudicação. SUCUMBENTES RECIPROCAMENTE e na mesma proporção, arcarão ambas as partes com custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 10% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 86 do CPC. Com o trânsito em julgado, deverá a SECRETARIA da 4ª UPJ, expedir a respectiva CARTA

DE ADJUDICAÇÃO, procedndo ao TRASLADO das respectivas peças necessárias à prática do ATO REGISTRAL e, cumpridos os ATOS ORDINATÓRIOS, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE os autos P.R.I.C.

ADV: JONAS MOTA LOPES (OAB 10494/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0617087-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ivandro Beserra Lisboa Junior - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A e outro - Dessa maneira, JULGO EXTINTO o presente nos termos do art. 485, IV, c/c 290 do NCPC. No mais, DETERMINO o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, oportunidade em que determino ainda seja procedida a baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0617110-50.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DECISÃO Pelo exposto, REJEITO os EMBARGOS opostos, julgando PROCEDENTE o PEDIDO INICIAL, para DECLARAR CONSTITUÍDO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL em face das FATURAS de energia, no valor de R$3.877,92 (três mil, oitocentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos), a ser liquidado em momento oportuno, devidamente atualizado até seu efetivo pagamento, com correção monetária e juros de mora legais desde a CITAÇÃO. Defiro o pedido de gratuidade de justiça do Embargante. Pela sucumbência, CONDENO o EMBARGANTE no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, atualizado, devendo a cobrança se dar nos termos da lei pertinente, observado os termos do art. 98, § 3º, do NCPC, em razão da gratuidade de justiça concedida. Com o TRÂNSITO EM JULGADO, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE os autos. P.R.I.C Manaus, 27 de setembro de 2019. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0621717-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marcelo Bruno de Assis Farias - DECISÃO Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação. CONDENO a parte autora à SUCUMBÊNCIA - ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS que fixo, no valor de 10% do valor da causa - entretanto, considerando que a parte vencida é beneficiária da assistência judiciária gratuita, a exigibilidade de tais valores ficará condicionada a demonstração dos requisitos do artigo 98, §3°, do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE os autos. P.R.I.C. Manaus, 24 de setembro de 2019. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621724-59.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para DECLARAR constituído de pleno direito, consolidando em TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL o CRÉDITO da Parte Autora, tal como discriminado na EXORDIAL, em face do que CONDENO a Parte Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. A requerimento do credor, inicie-se o CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Advindo o trânsito em julgado da presente, dê-se baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C. Manaus, 27 de setembro de 2019. Márcio Rothier Pinheiro Torres Juiz DE DIREITO

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0622520-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Abraao Silva - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - DISPOSITIVO Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da Autora, na forma do art. 487, inc. I do CPC. Condeno a Autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, que na ocasião suspendo sua exigibilidade durante o período de 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da SENTENÇA, na forma do §3º do art. 98 do CPC. Advindo o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: MAIRON ALESSI VIEIRA (OAB 85942/PR), ADV: ROGERIO LOVIZETTO GONÇALVES LEITE (OAB 315768/SP), ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM) - Processo 0624184-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ccg Distribuidora de Materiais de Construção Ltda - REQUERIDO: Prudseg Ltda Epp - Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios da Indústria Êxodus Institucional - HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, requerente e requerido, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA ÊXODUS INSTITUCIONAL, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. Determino a imediata exclusão da lide do requerido, PRUDSEG LTDA EPP, e, em consequência, a respectiva extinção da ação sem resolução do mérito. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, silentes as partes quanto ao cumprimento do acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM), ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM) - Processo 0624945-21.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Corretagem - REQUERENTE: João Gustavo Mady Teixeira - REQUERIDO: Espólio de Edmar Costa - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626218-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: David Lahan Evangelista - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, ou se for o caso, sobre a proposta de acordo.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0626289-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Suzane Angelica Oliveira de Freitas - DECISÃO Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação. Sucumbente, a parte autora arcará com o pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §§ 2º, do CPC. Entretanto, considerando que a parte vencida é beneficiária da assistência judiciária gratuita, a exigência de tais valores ficará condicionada a demonstração dos requisitos do artigo 98, §3°, do Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade judiciária. Com o trânsito em julgado, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE os autos. P.R.I.C.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0629410-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Maria Duete Araujo das Neves Carvalho - DEFIRO o pedido de DILAÇÃO DE PRAZO requerido a FLS.32/33, por 10 (dez) dias, para a apresentação da cópia do contrato. I. C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 18335A/PA), ADV: ISANA SILVA GUEDES (OAB 12679/PA) - Processo 0630382-82.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em

conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0643145-47.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DECISÃO Pelo exposto, REJEITO os EMBARGOS opostos, julgando PROCEDENTE o PEDIDO INICIAL, para DECLARAR CONSTITUÍDO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL em face das FATURAS de energia, no valor de R$3.684,47 (três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), a ser liquidado em momento oportuno, devidamente atualizado até seu efetivo pagamento, com correção monetária e juros de mora legais desde a CITAÇÃO. Defiro o pedido de gratuidade de justiça do Embargante. Pela sucumbência, CONDENO o EMBARGANTE no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, atualizado, devendo a cobrança se dar nos termos da lei pertinente, observado os termos do art. 98, § 3º, do NCPC, em razão da gratuidade de justiça concedida. Com o TRÂNSITO EM JULGADO, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE os autos. P.R.I.C Manaus, 27 de setembro de 2019. Márcio Rothier Pinheiro Torres Juiz DE DIREITO

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RAFAEL DA CRUZ LAURIA (OAB 5716/AM), ADV: CAIO FELDBERG PORTO (OAB 7995/AM) - Processo 0643350-76.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisca Vanuza Pereira da Silva Santiago e outro - REQUERIDO: Construtora Capital Rossi - Compulsando os autos, verifico que as partes não foram intimadas da sentença de fls. 158/159. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência da referida sentença, cujo teor segue abaixo: "DECISÃO: Isto posto, ACOLHO os EMBARGOS, para tão somente retificar o dispositivo da sentença, conforme abaixo: Onde se lê: Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Antonio Santiago Junior e Francisca Vanuza Pereira da Silva Santiago contra Construtora Capital Rossi, para condenar a ré a: (1) retirar a negativação dos requerentes dos órgãos de proteção ao crédito (SERASA/SPC) (2)pagar à autora a título de indenização por danos morais, o montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais), que será corrigido monetariamente a partir desta data e acrescido de juros de mora a partir da intimação do réu; Diante da sucumbência recíproca, cada parte arca com metade das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor das condenações e rejeições, respectivamente.Leia-se:Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I, do CPC, CONFIRMO A TUTELA DE URGÊNCIA concedida, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Antonio Santiago Junior e Francisca Vanuza Pereira da Silva Santiago contra Construtora Capital Rossi, para condenar a ré ao pagamento, para cada um dos aos autores, a título de indenização por danos morais, o montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais), que será corrigido monetariamente a partir desta data e acrescido de juros de mora a partir da intimação do réu; Condeno o requerido ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação.Intimem-se."

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0650473-86.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Associação dos Adquirentes de Apartamento do Edifício Geneve - DESPACHO CITE-SE a parte EXECUTADA, mediante CARTA com AVISO DE RECEBIMENTO, para que, no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, efetue o PAGAMENTO DO DÉBITO indicado na PETIÇÃO INICIAL, acrescido de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, os quais fixo de plano em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida. Em caso de o (a) EXECUTADO(a) NÃO EFETUAR o PAGAMENTO no PRAZO assinalado, AUTORIZO de logo a realização de PENHORA on line, via BACENJUD, em conformidade com o art. 854, do CPC. Façam-se presentes na CARTA, os preceitos contidos nos arts. 914 e 915 do CPC, que fixam PRAZO e INSTRUMENTO para que a parte EXECUTADA, querendo, apresente sua OPOSIÇÃO à EXECUÇÃO. Antes, porém, DETERMINO a INTIMAÇÃO do(a) EXEQUENTE para, no PRAZO de 05 (cinco) DIAS, proceder ao RECOLHIMENTO DAS CUSTAS de EXPEDIÇÃO de CARTA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se a CARTA DE CITAÇÃO. P.I.C. MÁRCIO R. P. TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM) - Processo 0652855-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cavalcanti, Arantes & Albuquerque Advogados - A T O O R D I N A T Ó R I O DE ORDEM do Dr. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES, Juiz Titular da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus/AM, neste ato, procedo a INTIMAÇÃO do Autor para que realize o pagamento das CUSTAS INICIAIS, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 CPC), conforme Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, art. 1º, inciso I, c/c Portaria 116/2017-PTJ art. 7º, §2º e art. 10).

ADV: RICARDO TAHAN (OAB 188590/SP) - Processo 0652997-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Liberty Seguros S/A - DEFIRO o pedido de DILAÇÃO DE PRAZO requerido a FLS. 09, por 15 (quinze) dias, para o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento e baixa na distribuição (CPC, art 290 c/c 485, inc. IV). Após, voltem CONCLUSOS para exame de admissibilidade da ação. I. C.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0653096-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ijanete da Silva Leite - Em exame, ação objetivando a INDENIZAÇÃO relativa ao DPVAT. DEFIRO o pedido de GRATUIDADE DA JUSTIÇA à parte Requerente, na forma do § 3º do art. 99 do CPC. Destaque-se que o BENEFÍCIO se faz TEMPORÁRIO, nos termos do art. 98, §§ 2º e 3º, do referido diploma legal, não afastando a responsabilidade do beneficiário, pelo ônus da SUCUMBÊNCIA em caso de tornar-se VENCIDO na demanda. À luz do art. 1º da PORTARIA PTJ nº 2.183/2016-PTJ, DETERMINO sejam os autos encaminhados ao CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA - CEJUSC para a prática de todos os expedientes necessários à realização da PERÍCIA. I.C.

ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM) - Processo 0714049-97.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Antônio Aldenor Martins Rabelo e outro - REQUERIDA: Patrimônio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda - Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca da contraproposta de pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias.

Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Aldemir Doce da Fonseca (OAB 113/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Alessandro Nogueira Monteiro (OAB 10554/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Caio Feldberg Porto (OAB 7995/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Charles Pamplona Zimmermann (OAB 8685/SC)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 18335A/PA)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Douglas William Campos dos Santos (OAB 31138/DF)

Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Ernesto Alves de Sousa (OAB 401/AM)
Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fernando Augusto Correia Cardoso Filho (OAB 1299ARN)
Fernando Denis Martins (OAB 165321/MG)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Giordano Bruno da Costa Cruz (OAB 761A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isana Silva Guedes (OAB 12679/PA)
João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
Jonas Mota Lopes (OAB 10494/AM)
Jose Carlos de Meireles e Freitas (OAB 2790/CE)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Mairon Alessi Vieira (OAB 85942/PR)
Marcos Augusto dos Santos Ferreira (OAB 11940/AM)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael da Cruz Lauria (OAB 5716/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Ricardo Tahan (OAB 188590/SP)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rogerio Lovizetto Gonçalves Leite (OAB 315768/SP)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Sérgio Pinheiro Máximo de Souza (OAB 135753/RJ)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0219/2019

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0604170-48.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM) - Processo 0608025-69.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: JI Chaar Simao Eireli (Amazon Print) - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0629080-08.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0636558-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0220/2019

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM) - Processo 0247900-77.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Procopio dos Anjos Quintino - Do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido e extinta a ação, com a solução de mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, e determino ao réu a implantação de auxílio acidente a partir da DCB do auxílio doença acidentário, no valor de 50% do salário de beneficio, inclusive abono anual, bem como ao pagamento das parcelas vencidas e não pagas até a data da implantação, afastado o pagamento das competências em que o segurado recebeu outros benefícios após essa data (auxílio doença previdenciário ou acidentário), em parcela única, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros de mora, conforme parâmetros oficiais discriminados abaixo. Devem ser compensados os valores eventualmente pagos a título de auxílio-doença ou outro benefício cuja cumulação seja vedada por lei (art. 124 da Lei 8.213/1991 e art. 20, § 4º, da Lei 8.742/1993) após a data de início do benefício concedido nesta ação. O INSS deverá converter todos os NBs objetos da presente ordem judicial para a espécie acidentária. Presentes as condições que autorizam a concessão da medida, porquanto trata-se de verba alimentar e inequívoco o prejuízo

da mora, nos termos do art. 498, CPC, ANTECIPO A TUTELA para determinar a imediata implantação do benefício, oficiando-se a autarquia. Em razão da sucumbência, condeno o INSS ao pagamento de honorários advocatícios na importância de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data desta sentença (súmula 111 do STJ e art. 85, § 2º, do CPC). Ficando isento do pagamento de custas e despesas processuais. Sentença não sujeita a reexame necessário (artigo 496, §3º, inciso I, do Código de Processo Civil), pois o valor da condenação, ainda que apurada em liquidação, não ultrapassará 1.000 salários mínimos. Intime-se a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de implantar o benefício em favor da parte autora.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102B/PR) - Processo 0601431-05.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Após o transito em julgado, baixem e arquivem os autos. P.R.I.C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0607707-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Edine Lima dos Santos - DECISÃO Do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido e extinta a ação, com a solução de mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, e determino ao réu a implantação de auxílio acidente a partir da DCB do auxílio doença acidentário, no valor de 50% do salário de beneficio, inclusive abono anual, bem como ao pagamento das parcelas vencidas e não pagas até a data da implantação, afastado o pagamento das competências em que o segurado recebeu outros benefícios após essa data (auxílio doença previdenciário ou acidentário), em parcela única, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros de mora, conforme parâmetros oficiais discriminados abaixo. Devem ser compensados os valores eventualmente pagos a título de auxílio-doença ou outro benefício cuja cumulação seja vedada por lei (art. 124 da Lei 8.213/1991 e art. 20, § 4º, da Lei 8.742/1993) após a data de início do benefício concedido nesta ação. O INSS deverá converter todos os NBs objetos da presente ordem judicial para a espécie acidentária. Presentes as condições que autorizam a concessão da medida, porquanto trata-se de verba alimentar e inequívoco o prejuízo da mora, nos termos do art. 498, CPC, ANTECIPO A TUTELA para determinar a imediata implantação do benefício, oficiando-se a autarquia. Em razão da sucumbência, condeno o INSS ao pagamento de honorários advocatícios na importância de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data desta sentença (súmula 111 do STJ e art. 85, § 2º, do CPC). Ficando isento do pagamento de custas e despesas processuais. Sentença não sujeita a reexame necessário (artigo 496, §3º, inciso I, do Código de Processo Civil), pois o valor da condenação, ainda que apurada em liquidação, não ultrapassará 1.000 salários mínimos. Intime-se a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de implantar o benefício em favor da parte autora. P.R.I.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0617658-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jaqueline Dias Cordeiro - DECISÃO Do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido e extinta a ação, com a solução de mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, e determino ao réu a implantação de auxílio acidente a partir da DCB do auxílio doença acidentário, no valor de 50% do salário de beneficio, inclusive abono anual, bem como ao pagamento das parcelas vencidas e não pagas até a data da implantação, afastado o pagamento das competências em que o segurado recebeu outros benefícios após essa data (auxílio doença previdenciário ou acidentário), em parcela única, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros de mora, conforme parâmetros oficiais discriminados abaixo. Devem ser compensados os valores eventualmente pagos a título de auxílio-doença ou outro benefício cuja cumulação seja vedada por lei (art. 124 da Lei 8.213/1991 e art. 20, § 4º, da Lei 8.742/1993) após a data de início do benefício concedido nesta ação. O INSS deverá converter todos os NBs objetos da presente ordem judicial para a espécie acidentária. Presentes as condições que autorizam a concessão da medida, porquanto trata-se de verba alimentar e inequívoco o prejuízo da mora, nos termos do art. 498, CPC, ANTECIPO A TUTELA para determinar a imediata implantação do benefício, oficiando-se a autarquia. Em razão da sucumbência, condeno o INSS ao pagamento de honorários advocatícios na importância de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data desta sentença (súmula 111 do STJ e art. 85, § 2º, do CPC). Ficando isento do pagamento de custas e despesas processuais. Sentença não sujeita a reexame necessário (artigo 496, §3º, inciso I, do Código de Processo Civil), pois o valor da condenação, ainda que apurada em liquidação, não ultrapassará 1.000 salários mínimos. Intime-se a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de implantar o benefício em favor da parte autora. P.R.I.

ADV: ANA CRISTINA MARINHO BESSA (OAB 11702/AM) - Processo 0619490-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Benony Milhomens Ventura - DECISÃO Do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido e extinta a ação, com a solução de mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, e determino ao réu a implantação de auxílio acidente a partir da DCB do auxílio doença acidentário, no valor de 50% do salário de beneficio, inclusive abono anual, bem como ao pagamento das parcelas vencidas e não pagas até a data da implantação, afastado o pagamento das competências em que o segurado recebeu outros benefícios após essa data (auxílio doença previdenciário ou acidentário), em parcela única, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros de mora, conforme parâmetros oficiais discriminados abaixo. Devem ser compensados os valores eventualmente pagos a título de auxílio-doença ou outro benefício cuja cumulação seja vedada por lei (art. 124 da Lei 8.213/1991 e art. 20, § 4º, da Lei 8.742/1993) após a data de início do benefício concedido nesta ação. O INSS deverá converter todos os NBs objetos da presente ordem judicial para a espécie acidentária. Presentes as condições que autorizam a concessão da medida, porquanto trata-se de verba alimentar e inequívoco o prejuízo da mora, nos termos do art. 498, CPC, ANTECIPO A TUTELA para determinar a imediata implantação do benefício, oficiando-se a autarquia. Em razão da sucumbência, condeno o INSS ao pagamento de honorários advocatícios na importância de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data desta sentença (súmula 111 do STJ e art. 85, § 2º, do CPC). Ficando isento do pagamento de custas e despesas processuais. Sentença não sujeita a reexame necessário (artigo 496, §3º, inciso I, do Código de Processo Civil), pois o valor da condenação, ainda que apurada em liquidação, não ultrapassará 1.000 salários mínimos. Intime-se a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de implantar o benefício em favor da parte autora. P.R.I.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0621643-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Edilson de Freitas Campos - DECISÃO Do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido e extinta a ação, com a solução de mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, e determino ao réu a implantação de auxílio acidente a partir da DCB do auxílio doença acidentário, no valor de 50% do salário de beneficio, inclusive abono anual, bem como ao pagamento das parcelas vencidas e não pagas até a data da implantação, afastado o pagamento das competências em que o segurado recebeu outros benefícios após essa data (auxílio doença previdenciário ou acidentário), em parcela única, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros de mora, conforme parâmetros oficiais discriminados abaixo. Devem ser compensados os valores eventualmente pagos a título de auxílio-doença ou outro benefício cuja cumulação seja vedada por lei (art. 124 da Lei 8.213/1991 e art. 20, § 4º, da Lei 8.742/1993) após a data de início do benefício concedido nesta ação. O INSS deverá converter todos os NBs objetos da presente ordem judicial para a espécie acidentária. Presentes as condições que autorizam

a concessão da medida, porquanto trata-se de verba alimentar e inequívoco o prejuízo da mora, nos termos do art. 498, CPC, ANTECIPO A TUTELA para determinar a imediata implantação do benefício, oficiando-se a autarquia. Em razão da sucumbência, condeno o INSS ao pagamento de honorários advocatícios na importância de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data desta sentença (súmula 111 do STJ e art. 85, § 2º, do CPC). Ficando isento do pagamento de custas e despesas processuais. Sentença não sujeita a reexame necessário (artigo 496, §3º, inciso I, do Código de Processo Civil), pois o valor da condenação, ainda que apurada em liquidação, não ultrapassará 1.000 salários mínimos. Intime-se a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de implantar o benefício em favor da parte autora.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0629092-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valdenira Ferreira Serra - Em razão do exposto, DECLINO a COMPETÊNCIA para processar e julgar a presente demanda em favor de uma das VARAS DO TRABALHO desta região. REMETAM-SE os autos ao MM. JUÍZO DECLINADO, via DISTRIBUIÇÃO, com nossas homenagens, cautelas e anotações de estilo. I.C Ma

ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS), ADV: RENATA LUISI (OAB A946AM) - Processo 0631364-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Francisco Mota de Paula - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - DISPOSITIVO Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da Autora, na forma do art. 487, inc. I do CPC. Condeno a Autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, que na ocasião suspendo sua exigibilidade durante o período de 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da SENTENÇA, na forma do §3º do art. 98 do CPC. Advindo o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0631390-21.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Considerando que os valores correspondentes às despesas postais com a realização de citações e intimações devem ser suportados pelas partes que se utilizam do ato praticado, razão pela qual intime-se o EXEQUENTE, para, no prazo de 5 (cinco) dias comprovar o aludido recolhimento, sob pena de extinção/arquivamento, com base na na Lei 4.408/2016 e art. 485, III, do CPC/2015. I. C.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0635150-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Pinho Gomes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - DECISÃO Ante o exposto, RESOLVENDO o MÉRITO da demanda, nos termos do art. 487 - I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de declaração de inexistência do débito, bem como, o pedido relativo a INDENIZAÇÃO por DANOS MORAIS. CONDENO a parte Requerente ao pagamento da SUCUMBÊNCIA, custas, despesas processuais e HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, que ARBITRO em 10% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do NCPC, ficando SUSPENSA sua exigibilidade em face da GRATUIDADE JUDICIÁRIA anteriormente DEFERIDA. Com o TRÂNSITO EM JULGADO, ARQUIVEM-SE estes autos com a devida BAIXA no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: JHENA CHRISTIANE CUNHA DOS SANTOS (OAB 8805/AM) - Processo 0640729-72.2016.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ricardo de Souza Carrijo - DECISÃO Isto posto e por tudo mais que dos autos consta, em sede de admissibilidade da ação, a REJEITO, em face do que DECLARO a EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, conforme art. 485, VI, do CPC. DEFIRO A JUSTIÇA GRATUITA. CONDENO a parte autora ao pagamento das despesas judiciais, incluindo honorários advocatícios, que ARBITRO no valor de R$500,00, ressalvando-se contudo, a suspensão de sua exigibilidade enquanto se verificar a ausência de condições econômicas para o adimplemento do mesmo, art. 98, §6, do CPC. Transitada em julgado, dê-se baixa nos registros encerrando os autos no Sistema de Automação Judiciário -SAJ. P.R.I.C.

ADV: TATIANE PEREIRA BRAGA (OAB 12267/AM) - Processo 0651364-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - AUTORA: Clícia Elane Silva Dolzane - Do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido e extinta a ação, com a solução de mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, e determino ao réu a implantação de auxílio acidente a partir da DCB do auxílio doença acidentário, no valor de 50% do salário de beneficio, inclusive abono anual, bem como ao pagamento das parcelas vencidas e não pagas até a data da implantação, afastado o pagamento das competências em que o segurado recebeu outros benefícios após essa data (auxílio doença previdenciário ou acidentário), em parcela única, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros de mora, conforme parâmetros oficiais discriminados abaixo. Devem ser compensados os valores eventualmente pagos a título de auxílio-doença ou outro benefício cuja cumulação seja vedada por lei (art. 124 da Lei 8.213/1991 e art. 20, § 4º, da Lei 8.742/1993) após a data de início do benefício concedido nesta ação. O INSS deverá converter todos os NBs objetos da presente ordem judicial para a espécie acidentária. Presentes as condições que autorizam a concessão da medida, porquanto trata-se de verba alimentar e inequívoco o prejuízo da mora, nos termos do art. 498, CPC, ANTECIPO A TUTELA para determinar a imediata implantação do benefício, oficiando-se a autarquia. Em razão da sucumbência, condeno o INSS ao pagamento de honorários advocatícios na importância de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data desta sentença (súmula 111 do STJ e art. 85, § 2º, do CPC). Ficando isento do pagamento de custas e despesas processuais. Sentença não sujeita a reexame necessário (artigo 496, §3º, inciso I, do Código de Processo Civil), pois o valor da condenação, ainda que apurada em liquidação, não ultrapassará 1.000 salários mínimos. Intime-se a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de implantar o benefício em favor da parte autora. P.R.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0652794-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Alex Lima da Silva - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - DISPOSITIVO Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da Autora, na forma do art. 487, inc. I do CPC. Condeno a Autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, que na ocasião suspendo sua exigibilidade durante o período de 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da SENTENÇA, na forma do §3º do art. 98 do CPC. Advindo o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0662074-26.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcios Ltda. - Pelo exposto, julgo PROCEDENTE a ação de BUSCA E APREENSÃO, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, momento em que DEFIRO a LIMINAR, para reconhecer a propriedade do Requerente sobre o bem alienado fiduciariamente. CONDENO o(a) Requerido(a) à SUCUMBÊNCIA - ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, atento ao disposto no Art. 85, § 2o, do Novo Código de Processo Civil. Resguardo ao(a) Requerido(a) o direito de receber o saldo apurado com a venda do veículo, após o pagamento do débito e das despesas decorrentes deste, se houver, tudo em conformidade com o art. 2o do Decreto Lei nº 911/69, devendo o Requerente juntar aos autos a planilha das despesas e do valor apurado com a venda do veículo. EXPEÇA-SE o MANDADO DE BUSCA E APREENSÁO. Após o transito em julgado, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE os autos. P.R.I.C.

Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Ana Cristina Marinho Bessa (OAB 11702/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102B/PR)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Jhena Christiane Cunha dos Santos (OAB 8805/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Renata Luisi (OAB A946AM)
Tatiane Pereira Braga (OAB 12267/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0249/2019

ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: ANA PAULA ALVES DE SOUZA (OAB 320768/SP), ADV: LEILA MEJDALANI PEREIRA (OAB 128457/SP), ADV: JANAINA ALMEIDA RAMOS DE OLIVEIRA (OAB 243235/SP), ADV: JORGE ALBERTO SILVA DE MELO (OAB 5916/AM), ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0210567-72.2010.8.04.0001 (001.10.210567-8) - Cumprimento de sentença - Bancários - REQUERIDO: CREFISA S/A CRÉDTO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS - Intime-se a parte interessada para dar prosseguimento na ação no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Cumpra-se.

ADV: OSMAR FORESTO RODRIGUES (OAB 4026/AM), ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM), ADV: DANIEL IBIAPINA ALVES (OAB 5980/AM) - Processo 0212821-18.2010.8.04.0001 (001.10.212821-0) - Procedimento Comum Cível - Contribuições Previdenciárias - REQUERENTE: Telma Lúcia Silva de Souza - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM) - Processo 0248285-74.2008.8.04.0001 (001.08.248285-4) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A e outro - A modalidade de citação editalícia, por ser via externa, deve ser utilizada quando esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu. E conforme se encontra nos autos, restaram infrutíferos as pesquisas pelos sistemas de localização de endereço do requerido para que fosse realizada a sua citação pessoal, uma vez que este se encontra em lugar incerto e não sabido. Face ao exposto, DEFIRO o pedido de citação por edital nos termos do artigo 256 do CPC/2015. Por conseguinte, expeça-se edital de citação constando as advertências legais, o qual deverá ser publicado na plataforma de editais do Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como no Diário de Justiça Eletrônico (parte final do art. 257, parágrafo único do NCPC), cujo prazo de divulgação deverá ser de 20 (vinte dias), conforme art. 257, III do NCPC. A expedição do edital ficará condicionada ao recolhimento das custas, nos termos da Portaria 116/2017, Tabela II, item f, no prazo de 5 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO LOPES TAVARES (OAB 162763/SP), ADV: OCTAVIO DE PAULA SANTOS NETO (OAB 196717/SP), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: GEOVANE ARAÚJO GALVÃO (OAB 636/AM) - Processo 0264308-61.2009.8.04.0001 (001.09.264308-7) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. - DEFIRO pedido às fls. 128/129. Realize-se nova tentativa de citação das requeridas nos endereços constantes nos mandados anteriores. Intime-se a parte autora para promover o recolhimento das custas relativas às diligências, nos termos da Portaria n. 116/2017, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando que o valor deve corresponder à quantidade Requeridos.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0600134-26.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Intime-se o executado, pessoalmente, para cumprir a obrigação do título executivo judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme pleiteado às fls. 66/68, nos termos do art. 536 do CPC. Arbitro multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais) em caso de descumprimento da obrigação entabulada, conforme preceitua o art. 536, §1º do CPC.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0602026-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0605571-87.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Expeça-se a competente carta, observando-se o endereço indicado à fl.162. Intime-se o Autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da Carta fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0609054-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adão Sérgio Reis Silveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados por para DECLARAR a revisão do débito imputado ao Autor, aplicando a taxa máxima de juros de 22,46% (vinte e dois vírgula quarenta e seis por cento), determinando ainda que sejam suspensos os descontos em seu contracheque até que seja apurado o valor do débito. Realizado o recálculo, CONDENAR o Requerido ao pagamento em dobro da diferença entre o valor pago e o valor efetivamente devido, considerando todos os valores recebidos pela Autora por força do contrato entabulado em janeiro de 2011, com correção monetária desde a data do adimplemento e juros de mora desde a citação. Em relação aos danos morais, CONDENO o Requerido ao pagamento à Autora da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com correção monetária e juros de mora desde a citação, tratando-se de responsabilidade civil contratual. Ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. P.R.I.C.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: APARECIDA GUALBERTO DOS REIS (OAB 10471/AM), ADV:

SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: RÉGIS FERREIRA MACHADO (OAB 10077/AM) - Processo 0609093-54.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Jane Costa de Souza - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Banco do Brasil S/A - Geraldo Teixeira Lima e outro - Assim, firme nas razões acima, DENEGO os efeitos perseguidos pelo patrono dos demandados Geraldo Teixeira - ME e Mônica Marcelino Lucena quanto à exoneração da responsabilidade dos atos inerentes ao processo, porquanto, não se ajusta a hipótese àquela descrita no art. 112 do NCPC. Na oportunidade, intimem-se os requeridos para que manifestem quanto ao interesse de produzir novas provas, especificando, de forma fundamentada, a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial que pretendem produzir, no prazo de dez dias. PRIC.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0612843-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Tendo em vista o pagamento de metade do valor dos honorários periciais, intime-se o Perito para fazer o levantamento dos valores e dar início aos trabalhos. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0612945-91.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A modalidade de citação editalícia, por ser via externa, deve ser utilizada quando esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu. E conforme se encontra nos autos, restaram infrutíferos as pesquisas pelos sistemas de localização de endereço do requerido para que fosse realizada a sua citação pessoal, uma vez que este se encontra em lugar incerto e não sabido. Face ao exposto, DEFIRO o pedido de citação por edital nos termos do artigo 256 do CPC/2015. Por conseguinte, expeça-se edital de citação constando as advertências legais, o qual deverá ser publicado na plataforma de editais do Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como no Diário de Justiça Eletrônico (parte final do art. 257, parágrafo único do NCPC), cujo prazo de divulgação deverá ser de 20 (vinte dias), conforme art. 257, III do NCPC. A expedição do edital ficará condicionada ao recolhimento das custas, nos termos da Portaria 116/2017, Tabela II, item f, no prazo de 5 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0613157-44.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: B. - DEFIRO pedido à fl. 172. Concedo prazo de 20 dias para que a parte Autora proceda com as diligências necessárias acerca do resultado da pesquisa Infojud.

ADV: ALYSSON TOSIN (OAB 86925/MG) - Processo 0613187-11.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Recon Administradora de Consorcios Ltda - Cite-se o requerido no endereço indicado à fl. 71. Fica parte Autora INTIMADA a promover o recolhimento das custas relativas às diligências, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM), ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM) - Processo 0613912-97.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Sana Distribuidora de Peças e Lubrificantes Ltda - Intime-se o executado, por carta com Aviso de Recebimento (CPC, art. 513, §2º, II), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 2.927,95 (dois mil novecentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 69. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0614350-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Diógenes de Lima França - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste acerca dos cálculos elaborados pela contadoria acerca do valor atualizado da condenação, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM) - Processo 0614375-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Paulo Roberto Chaves do Carmo - REQUERIDO: Hebert Teixeira Lamblet - Razões pelas quais, INDEFIRO o pedido de expedição de ofícios às concessionárias de serviço público. Diante das consultas infrutíferas junto ao INFOJUD e BACENJUD, DEFIRO que a diligência seja cumprida via sistemas SIEL e RENAJUD. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM) - Processo 0615021-20.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Paulo César Levy de Carvalho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Chamo o processo à ordem. Torno sem efeito o despacho à fl. 1142. Na oportunidade, DEFIRO o pedido de produção de prova pericial, requerida pela Impugnante às fls. 1101/1119. Nomeio o Sr. José Emar Martins dos Santos Filho, CRC/AM nº 009648/0, e-mail: emar@jmconsultoria-am.com.br; telefone: (92) 3663-3144, com currículo na Secretaria da Vara, para atuar como perito no feito. Intime-se o Sr. Perito para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC. A petição de fl. 1141 será analisado após a realização da perícia. Intimem-se.

ADV: ISABELA PROCOPIO DA SILVA (OAB 13421/AM) - Processo 0616499-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Daniel Silas Freitas da Gama - Defiro o pedido de fl 52, oara em consequência determinar a citação da (o) Requerida (o) para contestar a ação, com as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC, no prazo de 15 dias, atente-se a secretaria para o endereço fornecido às fls referida.

ADV: ISABELA PROCOPIO DA SILVA (OAB 13421/AM) - Processo 0616499-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Daniel Silas Freitas da Gama - Tendo em vista a renúncia da advogada constituída pela Autora, intime-se esta, pessoalmente, para, no prazo de 15 (quinze) dias, constituir novo patrono. Na oportunidade, à Secretaria para cumprir o despacho à fl. 54.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0617680-65.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERIDO: Hospital Maternidade Unimed ,Unimed Manaus-Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Reitere-se a intimação à perita indicada para que, no prazo de quinze dias, informe se aceita o encargo e, em caso positivo, apresente proposta de honorários. Cumpra-se.

ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM) - Processo 0617805-62.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Jurandir Almeida de Toledo - Considerando que a sentença de fls. 62/64 condenou o Requerido ao pagamento dos encargos e acessórios de locação, defiro o pedido de fls. 67/68 para determinar a transferência da titularidade das faturas de energia do período de vigência do contrato de locação (novembro/2013 - fls. 8/16 - até a data da desocupação, qual seja, junho/2019 - fl. 43/44) para o locatário Márcio Lima de Araújo. Para a expedição do ofício, promova o requerente o pagamento das despesas postais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do Portaria nº 116/2017-PTJAM, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: VIOLETA CRISTINA MUNIZ TEIXEIRA (OAB 8452/AM) - Processo 0620104-80.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0606302-15.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Tlf Serviços de Saude Ltda Me - EMBARGADO: Merronit Comercial Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0620628-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lorran Lucas Barreto Cavalcante e outro - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0624802-03.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - DEFIRO o pedido de consulta via sistema BACENJUD, em face de LUIZ CARLOS BATISTA DE OLIVEIRA, CPF 242.239.806-53. Pagamento das custas às fls. 142/144. Cumpra-se.

ADV: WALDIR GONÇALVES BARROS JÚNIOR (OAB 5535/AM), ADV: RENATA DE MEDEIROS DUARTE (OAB 9031/AM) - Processo 0625310-41.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raquel de Medeiros Pinto - REQUERIDO: Nv Indústria Comércio e Construção Ltda. e outro - Intimem-se os executados (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 70.200,55 (setenta mil, duzentos reais e cinquenta e cinco centavos), conforme cálculos apresentados às fls.218/219. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0628209-46.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0628235-10.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - INDEFIRO o pedido de indisponibilidade dos ativos financeiros da parte executada visto que, nos termos do § 2º do art. 513 e 523 do CPC, é necessária a intimação para que o devedor cumpra a sentença, no prazo de 15 dias, e, somente se não ocorrer o pagamento voluntário no referido prazo, inicia-se a fase de cumprimento forçado, acrescentando-se ao débito multa de dez por cento, bem como, honorários de advogado de dez por cento (§1º do art. 523), seguindo-se os atos de penhora e expropriação (§ 3º do art. 523). INTIME-SE a parte exequente para apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado de crédito, nos termos do art. 524 do CPC, sem os acréscimos previstos nos §§ 1º e 3º do art. 523. Após, expeça-se mandado de intimação, observando o endereço de fl. 105. INTIME-SE a parte exequente para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629876-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0632192-58.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social - Defiro o pedido à fl. 239. Intimem-se as partes.

ADV: VITOR LEONARDO SCHMITT BERNARDONI (OAB 49331/SC) - Processo 0635975-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Commercial Ltda - Assim, pelas razões acima expendidas, com fundamento no art. 485, IV, c/c art. 290, ambos do CPC, EXTINGO o processo sem julgamento do mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos sem custas, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus (AM), 27 de setembro de 2019.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0637216-96.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Evanir Almeida da Silva - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte ré para que cumpra a determinação do acórdão às fls. 359/362, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARIA CELESTE SEABRA DA COSTA (OAB 9233/AM), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM), ADV: SHIRLEI RIBEIRO ESCOBAL (OAB 8604/AM), ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: HILDEBERTO CORRÊA DIAS (OAB 1127/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM) - Processo 0638068-57.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Damião Rodrigues dos Santos - REQUERIDO: Laboratório de Patologia Clínica Dr. Djalma Batista - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: CHARLES DA SILVA RIBEIRO (OAB 23291/PR) - Processo 0638684-27.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Serilon Brasil Ltda. - DEFIRO o pedido de fl. 166 dos autos para conceder prazo de 20 (vinte) dias para que a Exequente indique a localização/endereço da Executada.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: LÚCIO RICARDO QUEIROZ PAES (OAB 3586/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0639328-09.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: ANGEL PAULINO FAGUNDES ALVES - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - LITSPASSIV: MAFRE SEGUROS GERAIS S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0640067-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Leonice Freitas da Silva - REQUERIDO: Sky Brasil Serviços Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM), ADV: GESIEL DE SOUZA RODRIGUES (OAB 141510/SP) - Processo 0640747-25.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Luciana Mafra Soares - Me - REQUERIDO: Unimed de Manaus Empreendimentos S.a - Diante da petição de fl. 114, intimem-se as partes para se manifestarem quanto o interesse na homologação do acordo de fl. 108, no prazo de 05 (cinco) dias, bem como para pleitearem o que for de direito. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA CAROLINNE DE LIMA ARANHA (OAB 14527/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0641076-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wilson Heraclito da Silva Neto - REQUERIDO: VIVO S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM) - Processo 0643278-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Renilza Rodrigues Batista - Com amparo no art. 7º da Portaria nº 116/2017 - PTJ c/c art. 98, 6º, do CPC, a fim de evitar prejuízo ao direito constitucional de acesso ao Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF), DEFIRO o benefício da gratuidade da justiça somente com relação às custas iniciais, para conceder o direito ao pagamento parcelado das mesmas em 06 (seis) parcelas iguais. Por conseguinte, determino que a parte autora apresente nos autos, mensalmente, comprovante de pagamento das respectivas parcelas independente de nova intimação, sob pena de extinção. Intime-se a parte Autora para dirigir-se a 3ª contadoria deste forum a fim de providenciar o emissão e retirada dos boletos, com o referido parcelamento e efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias, ficando o vencimento da mesma aprazado para o dia 21/10/2019 e as demais, para o mesmo dia dos meses subsequentes sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (art. 290 do CPC).

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0648761-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0652600-94.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0652648-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Romario Fernandes de Jesus - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALYSSON TOSIN (OAB 86925/MG) - Processo 0652665-89.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Recon Administradora de Consórcio Ltda - Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também

aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Fica a Parte interessada intimada desde já a promover o recolhimento das custas dos atos e diligências necessários ao cumprimento desta decisão e dos atos que vier a requerer, a teor da Portaria n. 116/2017-PTJ, sob pena de arquivamento sem necessidade de nova intimação. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alysson Tosin (OAB 86925/MG)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Ana Paula Alves de Souza (OAB 320768/SP)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Aparecida Gualberto dos Reis (OAB 10471/AM)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina dos Santos Viana (OAB 8361/AM)
Charles da Silva Ribeiro (OAB 23291/PR)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Daniel Ibiapina Alves (OAB 5980/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Fernanda Carolinne de Lima Aranha (OAB 14527/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Geovane Araújo Galvão (OAB 636/AM)
Gesiel de Souza Rodrigues (OAB 141510/SP)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hildeberto Corrêa Dias (OAB 1127/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Procopio da Silva (OAB 13421/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
JANAINA ALMEIDA RAMOS DE OLIVEIRA (OAB 243235/SP)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jorge Alberto Silva de Melo (OAB 5916/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leila Mejdalani Pereira (OAB 128457/SP)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lúcio Ricardo Queiroz Paes (OAB 3586/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Maria Celeste Seabra da Costa (OAB 9233/AM)
Maurício Lopes Tavares (OAB 162763/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Octavio de Paula Santos Neto (OAB 196717/SP)
Osmar Foresto Rodrigues (OAB 4026/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Régis Ferreira Machado (OAB 10077/AM)
Renata de Medeiros Duarte (OAB 9031/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Shirlei Ribeiro Escobal (OAB 8604/AM)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Violeta Cristina Muniz Teixeira (OAB 8452/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Vitor Leonardo Schmitt Bernardoni (OAB 49331/SC)
Waldir Gonçalves Barros Júnior (OAB 5535/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO VICTOR ANDRÉ LIUZZI GOMES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO ANTÔNIO PINTO DAMASCENO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0248/2019

ADV: ALYSSON BATALHA FRANCO (OAB 377B/RR), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0001643-77.1997.8.04.0012 (012.97.001643-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Itau S/A - INTSSADO: DARBILENE RUFINO DO VALE - Destarte, considerando a evidente ausência de interesse do Exequente no prosseguimento desta execução e no bem penhorado, DETERMINO o cancelamento da penhora que recai sobre o imóvel registrado no 1º ofício de Registro de Imóveis de Manaus, sob matricula nº 43.842, a qual foi efetivada pelo mandado de penhora nº 127.490/01. Cumpra-se após o trânsito em julgado desta decisão. Intimem-se.

alysson batalha franco (OAB 377B/RR)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0235/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0050047-80.2006.8.04.0001 (001.06.050047-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Manaus Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: JOSE GOMES DE SOUZA (OAB 001.143/AM) - Processo 0102125-22.2004.8.04.0001 (001.04.102125-9) - Cumprimento de sentença - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Aldenor Nóbrega Guimarães - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar-se sobre a petição encartada às fls. 446, informando, ainda, se foi implementando o benefício de aposentadoria por invalidez ao requerente, conforme sentença de fls. 290/292, bem como juntar ao feito comprovante de pagamento do início do referido benefício. Juntados documentos ou apresentada manifestação do requerido, dê-se vista ao Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, pleitear o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4.861/AM) - Processo 0200014-34.2008.8.04.0001 (001.08.200014-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: S.B. Comércio Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERI JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0212477-08.2008.8.04.0001 (001.08.212477-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: VICTOR DA SILVA TRINDADE (OAB 2991/AM) - Processo 0217745-33.2014.8.04.0001 (processo principal 0231748-03.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - EXEQUENTE: Ruy Carlos Barbosa Bastos - EXECUTADO: GENECILDO PEREIRA FERREIRA - Indefiro o pedido de sobrestamento do feito pelo prazo de 10 (dez) meses, pois inexiste amparo legal e constam valores depositados em juízo, vinculados a este feito, que devem ser levantados e abatidos da dívida. Diante disso, tendo em vista a decisão interlocutória de fl. 99/101 dos autos, determino à secretaria que proceda à consulta do saldo atualizado dos depósitos vinculados ao presente feito. Após, expeça-se alvará em favor do exequente para levantamento da quantia depositada, acrescida de eventuais atualizações, observados o limite do débito exequendo. Determino, outrossim, a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a memória de cálculo atualizada do débito remanescente com o abatimento dos valores (atualizados) recebidos via alvará judicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARÍLIA PEREIRA DE FIGUEIREDO (OAB 300458/SP), ADV: ANDRE DELLA NINA LOPES (OAB 311269/SP) - Processo 0218550-10.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: L.G.W. - Após o trânsito em julgado, dê-se a baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0231545-94.2015.8.04.0001 (processo principal 0619540-43.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JANAÍNA GOMES FIGUEIREDO (OAB 5552/AM), ADV: JÚLIO JOAQUIM DE LIMA (OAB 5197/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: JORGE DO NACIMENTO GOMES (OAB 8962/AM), ADV: JOYCE MARQUES DE ALMEIDA (OAB 13087/AM), ADV: LUCIANNE PIRES EWERTON (OAB 494A/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: ANA LUISA SOUSA FARIA (OAB 7854/AM) - Processo 0232764-21.2010.8.04.0001 (001.10.232764-6) - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - REQUERIDO: Ubiratan Braga Motta Filho - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARCO HUGO HENRIQUES DAS NEVES (OAB 14609/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0234601-14.2010.8.04.0001 (001.10.234601-2) - Monitória - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: M H Exportação de Madeiras Ltda - Manaus Wood - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052OA) - Processo 0240003-13.2009.8.04.0001 (001.09.240003-6) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Sebastiana Dantas Monteiro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: GIOVANA ISABELLE PIMENTEL LIMA (OAB 3981/AM) - Processo 0245198-08.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ,

intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: SIMONE ROSADO MAIA MENDES (OAB 666A/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM) - Processo 0263420-24.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marzo Silva de Oliveira Lobo e outro - REQUERIDO: S. B. Comércio Ltda. - S. B. Participações Ltda. e outro - Tendo em vista o transcurso do prazo de suspensão deferido em audiência (fl.1016), determino a intimação das partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se chegaram a termo quanto às tratativas de acordo ou requererem o que de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0263634-10.2014.8.04.0001 (processo principal 0622658-27.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 9455/PA), ADV: JORGE DE SOUSA OLIVEIRA (OAB 9455/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO DE OLIVEIRA NETO (OAB 6106/AM) - Processo 0342078-04.2007.8.04.0001 (001.07.342078-7) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Ricardo Campos Mouzinho - REQUERIDO: Humberto Antonio do Carmo Fernandes e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 001.910/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0368752-19.2007.8.04.0001 (001.07.368752-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG) - Processo 0600229-95.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0600486-23.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - determino a intimação da exequente, por seus patronos habilitados nos autos, para proceder ao recolhimento das despesas postais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: VALDEMIR DA SILVA (OAB 3018/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0600794-54.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Alexandre Ferreira de Queiroz - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: LEON FÁBIO SILVA LEAL (OAB 8413/AM), ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM) - Processo 0600875-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Medeiros Roberto - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/11/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: EDGAR PORTELA DA SILVA AGUIAR (OAB 9941/AM) - Processo 0600910-31.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Imobiliária e Construtora Tarso Ltda - Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: FELIPE ANDRADE MONTEIRO (OAB 9954/AM) - Processo 0601064-54.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC Recebíveis Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0601358-38.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Habitação - REQUERENTE: NANETE MESQUITA GONÇALVES - REQUERIDO: CONSTRUTORA CAPITAL S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e a modo, e lhes DOU PARCIAL PROVIMENTO para suprir a contradição apontada tão somente para suspender a exigibilidade das custas e dos honorários de sucumbência em relação à requerente por ser beneficiária da gratuidade judiciária. Mantenho incólume as demais disposições da sentença. P. R. I.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0601567-75.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: SEBASTIAO DJALMA MENDES DE FREITAS - Diante de todo exposto, REJEITO a impugnação ao cumprimento de sentença. Por conseguinte, HOMOLOGO os cálculos apresentados pelo requerente (fls. 222/224), que se tornam incontroversos, de sorte que o débito perfaz o montante de R$ 327.638,30 (trezentos e vinte e sete mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta centavos) em favor do requerente e R$ 31.305,12 (trinta e um mil, trezentos e cinco reais e doze centavos) em favor de seu patrono a título de honorários de sucumbência. Não havendo irresignação, expeça-se RPV quanto ao montante inferior ao teto estipulado do art. 17, §1º, da Lei nº 10.259/2001, com fundamento no art.100, §3º da Constituição Federal; bem como adote a Secretaria as diligências necessárias quanto ao ofício requisitório para o início da constituição do precatório, nos moldes do art. 100 da Constituição Federal e observado o disposto no art. 535, §3°, I, do CPC, em relação ao crédito que ultrapasse o aludido teto. Custas processuais na forma fixada na sentença de mérito. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602407-17.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fl. 164. Proceda-se à pesquisa ao sistema BACENJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se a requerente para proceder ao recolhimento das custas de oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0603261-06.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Após o trânsito em julgado, proceda-se a devida baixa no SAJ, no setor de Distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0603342-18.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lineuza de Souza e Souza - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada/Requerente para que se manifeste acerca de petição de fls. 41/43 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0603762-91.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ATHILA RENATO CERQUEIRA (OAB 237770/SP), ADV: KLEBER DEL RIO (OAB 203799/SP) - Processo 0604113-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Futura Tecnologia, Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos da Amazônia Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/10/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0604174-85.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM) - Processo 0604309-34.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0604619-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S.a - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0604873-13.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se a devida baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 695A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM) - Processo 0605778-86.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Lina Anjula Wu Sun - EXECUTADO: Francisco José Dias - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0606111-67.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FELIPE FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO (OAB 7981/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0606413-96.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer

- REQUERENTE: Pedro Mamede de Lucena - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/11/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JOÃO RODRIGO AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (OAB 8650/AM), ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: PEDRO LUIZ MÁXIMO (OAB 511A/AM) - Processo 0606708-41.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: MARIA EMILIA MALVEIRA GOMES - REQUERIDO: CIVILCORP INCORPORAÇÕES LTDA - defiro o pleito de fl. 316. À Secretaria para consultar o saldo atualizado dos valores depositados; em caso positivo, expeça-se alvará judicial para levantamento da quantia devida à credora, na forma pleiteada. Determino, ainda, que em caso de pagamento do valor remanescente pelo demandado, autorizo a Secretaria consultar o saldo atualizado dos valores depositados; em caso positivo, expeça-se alvará judicial para levantamento da quantia devida à credora, na forma requerida. Cumpridas todas diligências acima, intimem-se as partes, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entenderem de direito; inexistindo irresignação, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE SALGADO FREIRE (OAB 5349/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606924-36.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0607389-35.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Santo Anatólio Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EMBARGADO: Condomínio Residencial Life Parque 10 - Intime-se a parte contrária para que se manifeste sobre a petição e os documentos juntados (fls. 132/173), no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0607468-48.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - À Secretaria para certificar se os executados pagaram a dívida ou interpuseram embargos no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIA REGINA NAUE (OAB 10287/AM) - Processo 0608657-32.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: IRENILDE NUNES DA SILVA PINTO - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0609002-95.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Eduardo Braz Ferreira Gonçalves na pessoa do seu representante legal EVALCINEIA ROSITALIA FERREIRA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: EWERTON SMITH DO NASCIMENTO (OAB 9715/AM), ADV: JONAS MARTINS NEVES (OAB 5326/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM) - Processo 0610062-74.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Administração - REQUERENTE: CONDOMINIO GRAND PRIX RESIDENCE CLUB - REQUERIDA: DANIELE FALCÃO DE OLIVEIRA - Intime-se a Requerida, por seus advogados habilitados nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 1578/1582, observando-se os termos do art. 551 do CPC. Juntada documentação, ou no caso de impugnação, dê-se vista à parte adversa no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM), ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0610671-91.2013.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Prestes Barbosa - REQUERIDO: Manoel de Tal - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem acerca dos oficios recebidos, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0610774-64.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - defiro o pedido de citação por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, adotando-se as medidas necessárias ao cumprimento desta decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0611152-54.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ingresso e Exclusão dos Sócios na Sociedade - REQUERENTE: Sandra Maria Maddy Mello - REQUERIDA: A J M Comércio de Alimentos e Minimercado Ltda - ME - Diante da exigência do art. 604 do CPC, nomeio como perito o Sr. Manoel Paes Marialva, contador, o qual está cadastrado no banco de peritos desse Poder; e, após ser intimado para realização da perícia, deverá cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe é acometido independentemente de compromisso, devendo o respectivo laudo ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da diligência. Intime-se o perito para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar sua proposta de honorários, documento comprobatório da habilitação profissional na área e os contatos pessoais. Apresentada a proposta, intime-se a requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, depositar o valor dos honorários do Perito Judicial, ficando, desde logo autorizado ao experto o levantamento de 50 % (cinquenta por cento) dos valores para dar início aos trabalhos. Intimem-se as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos e formular quesitos, em 15 (quinze) dias. Intime-se o perito para indicar e informar a este Juízo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, data e local para ter início a produção da prova, a fim de dar ciência às partes. As diligências periciais deverão ser concluídas no prazo de 30 (trinta) dias, com apresentação do laudo. Indicados data e local pelo perito, para início da realização da perícia, dê-se ciência às partes. Apresentado o Laudo, intimem-se as partes de sua apresentação, cientificando-se que os assistentes técnicos deverão apresentar seus pareceres no prazo de 15 (quinze) dias, bem como expeça-se o alvará para levantamento dos honorários periciais acrescidos de eventuais atualizações. Por oportuno, ficam os requeridos intimados a apresentarem toda a documentação necessária, bem como quaisquer documentos que vierem a ser solicitados pelo perito designado, imprescindíveis para realização da prova, no prazo de 10 (dez) dias. Uma vez apurados, os haveres do sócio retirante serão pagos conforme disciplinar o contrato social e, no silêncio deste, nos termos do § 2º do art. 1.031 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) (art. 609 do CPC). De

fecho, determino a intimação dos requeridos para, no prazo de 15 (quinze) dias, depositarem em juízo a parte incontroversa dos haveres devidos à Requerente (§1º do art. 604 do CPC). Autorizo, desde logo, o levantamento dos valores incontroversos pela ex-sócia (§ 2º do art. 604 do CPC); se o contrato social estabelecer o pagamento dos haveres, será observado o que nele se dispôs no depósito judicial da parte incontroversa (§ 3º do art. 604 do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0611918-34.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a. - Defiro o pedido de fl. 96. Proceda-se à pesquisa ao sistema RENAJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Antes do seu cumprimento, intime-se o exequente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico (RENAJUD), conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob as penas da lei. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se o exequente para proceder ao recolhimento das custas de oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. À Secretaria para proceder à anotação do nome dos patronos do exequente, conforme petição e documentos de fls. 97/120. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 99A/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB A/AM), ADV: FRANCINETE SEGADILHA FRANÇA (OAB 867/AM), ADV: CELSO VALÉRIO FRANÇA VIEIRA (OAB 3886/AM) - Processo 0612262-88.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kleber Pinheiro de Oliveira - REQUERIDA: SP Construções e Incorporações Ltda (Forma Construções Ltda) - Considerando o lapso temporal transcorrido sem manifestação das partes para darem prosseguimento ao feito, apesar de devidamente intimados (fl. 258), determino o arquivamento dos autos, dando-se baixa no SAJ. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RODRIGUES TERCEIRO FILHO (OAB 6341/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0612643-23.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ciex - Comércio, Indústria e Exportação Ltda - Diante disso, este Magistrado, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXCIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e nos moldes do § 1º, art. 319, CPC, disponibiliza os sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD para realização de possível consulta para solicitação de informações/penhora. Intime-se o requerente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM) - Processo 0614346-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Expeça-se o respectivo mandado, no endereço indicado às fls. 184/185, em cumprimento à decisão de fls. 34. Antes do seu cumprimento, intime-se a requerente, por seu advogado habilitado nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar ao feito o comprovante de pagamento das custas do oficial de justiça, conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA DE PAULA BRAZ (OAB 3615/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0614621-69.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Fundacao Universidade do Amazonas Hugv - Após o trânsito em julgado, dê-se a devida baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: ELIZABETH DE OLIVEIRA MUBARAC (OAB 13423/AM) - Processo 0615023-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Erika Suellen Mubarac da Mota - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/11/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0615190-07.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se a devida baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0615776-73.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de fl. 154. Proceda-se à pesquisa aos sistemas BACENJUD/INFOJUD/RENAJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se o exequente para proceder ao recolhimento das custas de oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALANA MAGALHÃES SANTANA (OAB 12335/AM), ADV: VANESSA CHAVES VIEIRA (OAB 10163/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP) - Processo 0615810-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Wilson Rodrigues Duarte Junior - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALANA MAGALHÃES SANTANA (OAB 12335/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: VANESSA CHAVES VIEIRA (OAB 10163/AM) - Processo 0615810-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Wilson Rodrigues Duarte Junior - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: JOSE RICARDO VALIO (OAB 120174/SP) - Processo 0616648-93.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Francinete Martins Simões e outros - REQUERIDO: Clinica Laboratorial e Biológica Ltda - CLINILAB - LITSPASSIV: LABORATORIO PROF. DR. NELSON BRANCCAIO - expeça-se ofício à Vara de Órfãos e Sucessões para que informe sobre a nomeação de inventariante no referido feito. Após a juntada da documentação, dê-se vista às partes para pleitear o que entenderem de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO ROBERTO VIGNA (OAB 173477/SP) - Processo 0617076-07.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - Banrisul - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0617795-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Wollace da Paz Lopes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0618275-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Francisco Nogueira da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUÍS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0619343-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Supermercado Big Amigao - Big Trading e Empreendimentos Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do Ofício de fls. 90-92 , no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ABRAHIM JEZINI (OAB 4584/AM) - Processo 0619620-36.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: R. C. Comércio de Estivas Ltda - Indefiro o pedido de isenção de custas para expedição de mandado (fls. 148/149), vez que a requerente não é beneficiária da gratuidade da justiça, bem como a citação por hora certa, pois inexiste nos autos informações quanto à ocultação da requerida. Diante disso, intime-se a requerente para, querendo, juntar aos autos o comprovante de pagamento dos emolumentos do oficial de justiça (Lei n. 4.408/2016 e Portaria n. 116/2017-PTJ), para fins de citação no endereço indicado às fls. 137/138, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei. À Secretaria para pautar data de audiência de conciliação perante o CEJUSC, em atenção ao despacho de fl. 124. Cumpridas as diligências, remetam-se os autos ao CEJUSC para realização da audiência acima aludida. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ABRAHIM JEZINI (OAB 4584/AM) - Processo 0619755-48.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: R. C. Comércio de Estivas Ltda - Aguarde-se o desfecho em definitivo do processo n.º 0630161-89.2019.8.04.0001. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM) - Processo 0621107-70.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Pemaza Amazonia S/A - Indefiro o pedido de isenção de custas para expedição de novo mandado, vez que a oficiala de justiça efetuou diligências no endereço informado nos autos (certidão, fl. 106). Diante disso, intime-se a exequente para, querendo, juntar aos autos o comprovante de pagamento dos emolumentos do oficial de justiça (Lei n. 4.408/2016 e Portaria n. 116/2017-PTJ), para fins de citação no endereço indicado às fls. 111/114, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB A726/AM) - Processo 0621503-47.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: KARLA GOMES LEITE (OAB 6387/AM), ADV: SHEILA BARTOLOTTI RAVEDUTTI (OAB 3809/AM), ADV: KAUAI SEIXAS MENDES (OAB 13244/AM) - Processo 0621749-09.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ivair Felipe Carlomagno Ferreira - REQUERIDO: Centro de Ensino Pré-universitário de Manaus Ltda. Supletivo

do Norte - defiro o pedido de fls. 71/72 e determino à Secretaria que proceda à consulta acerca do depósito; retornando resposta positiva, expeça alvará em favor do credor, na forma requerida. Ato contínuo, tendo em vista o credor alegar a existência de saldo remanescente, fica o requerido intimado, por seus advogados habilitados nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o referido saldo da condenação, sob as penas da lei. Em caso de pagamento do valor remanescente pelo demandado, determino à Secretaria consultar o saldo atualizado dos valores depositados; em caso positivo, expeça-se alvará judicial para levantamento da quantia devida ao credor, na forma pleiteada. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Se houver impugnação, certifique-se o preparo, e, depois, dê-se vista à parte adversa; com a manifestação, voltem-me conclusos para decisão. Cumpridas todas diligências acima, e inexistindo irresignação das partes, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: NESTOR ARNAUD BARBOSA (OAB 4985/AM), ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM), ADV: GISELA DA SILVA DINIZ (OAB 10569/AM), ADV: PRISCILA DUARTE OZÓRIO (OAB 10902/AM), ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM) - Processo 0621765-02.2014.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: DANIEL GABALDI POZZETTI - REQUERIDO: Miguel Vilene de Araujo - INTSSADA: Elaine Almeida de Araujo - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0621867-87.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LAÍSA GRAZIA LIMA MARTINS (OAB 8064/AM) - Processo 0621869-23.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Renato Damasceno Batista - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da devolução da carta precatória retro, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0621953-24.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0622813-93.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: DIEGO MONTEIRO DE OLIVEIRA - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0622908-55.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Portal Industria e Comercio de Vidros Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0622930-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Nely Bispo de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: DAVID CHRISTIANO TREVISAN SANZOVO (OAB 47051PR), ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0624212-21.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Br Consorcios Administradora de Consórcios Ltda - REQUERIDO: Ekmar do Nascimento Freitas - Após o trânsito em julgado, dê-se a devida baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I.C.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: RAPHAEL HEINRICH BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 5885/AM) - Processo 0624476-09.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: RT Mena - ME - Stile Eventos - REQUERIDO: Mazd Arquitetura e Comercio Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM), ADV: MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA (OAB 5365/AM), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM) - Processo 0624793-41.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Coisas - REQUERENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Tendo em vista o lapso temporal desde a expedição do ofício de fl. 131 (abril/2019), determino à Secretaria certificar sobre a devolução ou não do mandado vencido (fl. 130). Cumpra-se.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: RAPHAELA DA COSTA NASCIMENTO (OAB 9861/AM), ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM), ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 9347/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: DEYVISON SOUZA BRITO (OAB 9366/AM) - Processo 0624909-47.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Eliana Melo de Castro - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que se manifeste acerca da petição de fls. 375/378, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0625015-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gabriela Castelo Passos de Oliveira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0625212-95.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Telma Rodrigues Marinho e outro - REQUERIDO: Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliários Limitada - PATRIMONIO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelante para, querendo, se manifestar sobre o Recurso Adesivo, nos termos do art. 997, § 2º e 1.010, § 2º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remeto os autos à Instância Superior.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0626950-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA (OAB 5365/AM) - Processo 0629298-70.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da devolução da Carta Precatória retro, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ALEXANDRE FIDALGO (OAB 172650/SP) - Processo 0629792-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Zetrasoft Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0631929-55.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: LENY SILVA DA COSTA - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM), ADV: ALMÉRIO AUGUSTO CABRAL DOS ANJOS DE CASTRO E COSTA (OAB 5171/AM), ADV: RAFAEL DA CRUZ LAURIA (OAB 5716/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0631988-14.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mario Jorge Silva do Nascimento - REQUERIDO: Banco do Brasil - Intime-se o requerente, por seus advogados habilitados nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a petição e documentos de fls. 271/276 . Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0632383-06.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Transitada esta em julgado e, independentemente de nova intimação, deverá a parte autora apresentar pedido de cumprimento de sentença (artigo 523 do CPC), acompanhado de memória de cálculo devidamente atualizada. P.R.I.C.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0632898-70.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: ITAPEVA VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Não Padronizados - Em atenção ao art. 10 do CPC, intime-se a Requerente, por seu advogado habilitado nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) das, manifestar-se sobre a existência de acordo firmado entre as partes, bem como se há interesse no prosseguimento da demanda, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0633086-63.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0633093-21.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0633238-48.2015.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da devolução da Carta Precatória retro , no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0633673-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Raimundo Parente da Silva - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CARLOS VARANDA (OAB 3091/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0633840-39.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Clealci Guimarães da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0633869-89.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rafael Damascena Mota - REQUERIDO: Companhia de Bebidas das Américas AMBEV S.A - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0635656-22.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Edivaldo de Souza Silva - Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada. Juntados documentos ou apresentada manifestação do requerido, dê-se vista ao Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, pleitear o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0636203-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Francisca Pereira Vieira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/11/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0637526-73.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: DENISON MELO DE AGUIAR (OAB 6825/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: YGOR FELIPE TÁVORA DA SILVA (OAB 8341/AM), ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM) - Processo 0638131-82.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: MARIA TRINDADE MARQUES DE LIMA - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados ás fls. 165-167, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM), ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM), ADV: NEWTON SAMPAIO DE MELO (OAB 5306/AM) - Processo 0638377-78.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0628983-13.2016.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Fiança - REQUERENTE: ILIAMARA MOTA VIEIRA - REQUERIDO: Geraldo Rodrigues da Silva Junior e outro - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0638667-59.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Após o trânsito em julgado desta sentença, dê-se a devida baixa no SAJ, no setor de Distribuição e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0640539-46.2015.8.04.0001 - Monitória - Locação de Móvel - REQUERENTE: Martins Rent a Car Ltda. - REQUERIDO: Silvano e Silvano Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0641117-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Raphael Florival Evangelista Guedes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0641662-79.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - considerando que a tentativa por via postal restou frustrada, torno sem efeito a certidão de fl. 145 e determino a realização do ato de intimação da executada por oficial de justiça. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante, sob as penas da lei. Após a comprovação, expeça-se o respectivo mandado. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE OLIVEIRA QUINTANILLA (OAB 5594/AM), ADV: FERNANDO JOSÉ GARCIA (OAB 134719/SP), ADV: LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMAO LEAL (OAB 8044/AM) - Processo 0642416-84.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Estúdio Amazônico de Radiodifusão Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM) - Processo 0644576-48.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Toyota do Brasil S.a. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: THIAGO CÂMARA (OAB 13966/AM), ADV: FRANK EMERSON NEVES ABRAHÃO (OAB 2352/AM) - Processo 0649790-83.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Franciana Rosal de Albuquerque Castro - REQUERIDO: Raimundo José de Castro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0649944-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Waldson Francisco da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0651279-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - Kl Rent A Car - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0651403-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Procedimento comum nos moldes do Código de Processo Civil. Paute-se a audiência de conciliação e realize-se a citação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, com a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, consoante determina o § 9° do mencionado dispositivo legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Encaminhe-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0652654-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Nicolas Negreiros Moreira - Procedimento comum nos moldes do Código de Processo Civil. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos (fls. 17) demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro em parte o pedido de gratuidade da justiça, excetuadas as despesas postais que devem ser arcadas pelo requerente por serem de pequena monta, com fundamento no art. 98, § 5°, do CPC. Paute-se a audiência de conciliação e realize-se a citação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, com a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, consoante determina o § 9° do mencionado dispositivo legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Encaminhe-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VINÍCIUS MARTINS DUTRA (OAB 69677/RS) - Processo 0658228-98.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Citação - REQUERENTE: Fundação de Crédito Educativo - Fundacred - determino à Secretaria expedir o respectivo mandado em desfavor de Kenedy Maia de Souza, no endereço indicado às fls. 55. Antes do seu cumprimento, intime-se a exequente, por seu advogado habilitado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar o pagamento das diligências do oficial de justiça (Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ), sob as penas da lei. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ERICK JONHSON MAIA CAVALCANTE (OAB 13480/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: RONALDO SPERRY (OAB 77222/RS) - Processo 0660949-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: A. L. Bezerra Transportes Me - REQUERIDO: Grupo Agro Rio Comercio e Serviços de Residios Reciclados Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUIZ GUSTAVO PEREIRA DA CUNHA (OAB 137677/RJ), ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM), ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM), ADV: NILSON DE JESUS FERREIRA (OAB 2799/AM) - Processo 0703674-37.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Tecnelétrica da Amazônia Ltda - REQUERIDO: Partido Trabalhista Brasileiro - PTB - Logo, considerando que os argumentos do requerente não configuram hipótese de fato superveniente e, ainda, o disposto no art. 505 do CPC, não vislumbro razão para reapreciação da matéria, de sorte que mantenho a decisão anterior pelos seus próprios fundamentos (fl. 254). Adote-se as diligências já determinadas quanto ao desbloqueio do valor constrito do diretório nacional, à retificação dos assentos processuais e ao protocolamento de ordem de bloqueio do valor do débito exequendo via BACENJUD em relação ao Diretório Regional do PTB. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: CLAYTON ROITMAN MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9115/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0705659-41.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alessandra da Silva Andrade - REQUERIDO: Raimundo Nonato Pinheiro - Intime-se a Requerente, por meio da Defensoria Pública, para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar os meios de expropriação de bens que entender necessários ao regular prosseguimento do cumprimento de sentença. Cumpra-se.

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO (OAB 1734/AM), ADV: MÁRCIO LUIZ SORDI (OAB 134A/AM), ADV: LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 1927/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: TAYANA DA SILVA ASSAYAG (OAB 8671/AM) - Processo 0712520-43.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Anulação - REQUERENTE: Itautinga Agro Industria S/A - REQUERIDO: Globalservice Vigilância e Transporte de Valores Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0719383-15.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Fernando Leite Teixeira Filho - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

Abrahim Jezini (OAB 4584/AM)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alana Magalhães Santana (OAB 12335/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandre Fidalgo (OAB 172650/SP)
Almério Augusto Cabral dos Anjos de Castro e Costa (OAB 5171/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Luisa Sousa Faria (OAB 7854/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRE DELLA NINA LOPES (OAB 311269/SP)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Athila Renato Cerqueira (OAB 237770/SP)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Varanda (OAB 3091/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Caroline Oliveira Quintanilla (OAB 5594/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celso Valério França Vieira (OAB 3886/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Clayton Roitman Moraes de Oliveira (OAB 9115/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Danielle Salgado Freire (OAB 5349/AM)
David Christiano Trevisan Sanzovo (OAB 47051PR)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Denison Melo de Aguiar (OAB 6825/AM)
Deyvison Souza Brito (OAB 9366/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edgar Portela da Silva Aguiar (OAB 9941/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho Júnior (OAB 9347/AM)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 001.910/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elizabeth de Oliveira Mubarac (OAB 13423/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Erick Jonhson Maia Cavalcante (OAB 13480/AM)
Ewerton Smith do Nascimento (OAB 9715/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB A726/AM)
Felipe Andrade Monteiro (OAB 9954/AM)
Felipe Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB 7981/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando José Garcia (OAB 134719/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francinete Segadilha França (OAB 867/AM)
Frank Emerson Neves Abrahão (OAB 2352/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Giovana Isabelle Pimentel Lima (OAB 3981/AM)
GISELA DA SILVA DINIZ (OAB 10569/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Janaína Gomes Figueiredo (OAB 5552/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Marcos Pozzetti (OAB 6160/AM)
João Rodrigo Augusto da Silva Junior (OAB 8650/AM)
Jonas Martins Neves (OAB 5326/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)

Jorge de Sousa Oliveira (OAB 9455/AM)
Jorge do Nacimento Gomes (OAB 8962/AM)
José Alberto de Oliveira Neto (OAB 6106/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
Jose Gomes de Souza (OAB 001.143/AM)
José Higino de Sousa Netto (OAB 1734/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4.861/Am)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Nazareno da Silva (OAB 3052OA)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Jose Ricardo Valio (OAB 120174/SP)
José Rodrigues Terceiro Filho (OAB 6341/AM)
Joyce Marques de Almeida (OAB 13087/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 695A/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 9455/PA)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Júlio Joaquim de Lima (OAB 5197/AM)
Karla Gomes Leite (OAB 6387/AM)
Kauai Seixas Mendes (OAB 13244/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
KLEBER DEL RIO (OAB 203799/SP)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Laísa Grazia Lima Martins (OAB 8064/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leon Fábio Silva Leal (OAB 8413/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Almeida de Sousa (OAB 1927/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Lucianne Pires Ewerton (OAB 494A/AM)
Luís Eduardo Pessoa Pinto (OAB 11565/CE)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Luiz Gustavo Pereira da Cunha (OAB 137677/RJ)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB 8044/AM)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Márcia Regina Naue (OAB 10287/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Márcio Luiz Sordi (OAB 134A/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marco Hugo Henriques das Neves (OAB 14609/AM)
Marcondes Fonseca Lunieri Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria Auxiliadora de Paula Braz (OAB 3615/AM)
Maria do Socorro Gama da Silva (OAB 5365/AM)
MARÍLIA PEREIRA DE FIGUEIREDO (OAB 300458/SP)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nestor Arnaud Barbosa (OAB 4985/AM)
Neurivan da Silva Rebouças (OAB 8126/AM)
Newton Sampaio de Melo (OAB 5306/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nilson de Jesus Ferreira (OAB 2799/AM)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB 6313/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Paulo Roberto Vigna (OAB 173477/SP)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (OAB 281005/SP)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Pedro Luiz Máximo (OAB 511A/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Priscila Duarte Ozório (OAB 10902/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Rachel Siza Tribuzy (OAB 6863/AM)
Rafael da Cruz Lauria (OAB 5716/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB 5885/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Raphaela da Costa Nascimento (OAB 9861/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronaldo Sperry (OAB 77222/RS)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sheila Bartolotti Ravedutti (OAB 3809/AM)
Simone Rosado Maia Mendes (OAB 666A/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Tayana da Silva Assayag (OAB 8671/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Câmara (OAB 13966/AM)
Valdemir da Silva (OAB 3018/AM)
Vanessa Chaves Vieira (OAB 10163/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 99A/AM)
Victor da Silva Trindade (OAB 2991/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vinícius Martins Dutra (OAB 69677/RS)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Ygor Felipe Távora da Silva (OAB 8341/AM)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0390/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0229530-55.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Gercino João Vendrame - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JÉSSICA CAVALHEIRO MUNIZ (OAB 107401/RS) - Processo 0610776-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimunda Alencar Monteiro - REQUERIDO: Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - ANAPPS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0611873-30.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0613328-98.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Raimunda Rosiene Rocha Barbosa - De ordem, abro vista ao INSS para que tome conhecimento da petição de fls, 239, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GISELE SOUZA DE MATTOS (OAB 10601/AM), ADV: TOMÉ RODRIGUES LEÃO DE CARVALHO GAMA (OAB 7312/AL) - Processo 0618207-80.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Cia. de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil - Vistos em correição permanente. Trata-se de processo sentenciado e transitado em julgado, conforme certidão de fls. 132, em que foi julgada procedente a demanda de Busca e Apreensão, com a condenação do Réu ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes no patamar de 10% sobre o valor da causa. Ademais, houve ordem de liberação em favor do Réu dos valores que ele consignou nos autos, conforme sentença de fls. 122 a 128. O banco Autor pugnou a expedição de Alvará do valor de R$ 5.773,63 referente aos honorários advocatícios, em evidente desiderato de iniciar a fase de cumprimento de sentença (fls. 129). Por conseguinte, o Réu apenas pugnou a liberação dos valores consignados (fls. 133). É o relato. DECIDO. Não basta ao Autor atravessar petitório, em que inaugura a fase de cumprimento de sentença, sem que cumpra os requisitos do artigo 524, caput e incisos I a VII, do Digesto Processual Civil. Ademais, o Autor (exequente) deverá também apresentar demonstrativo do débito com lastro nos valores da tabela fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Faça-o no prazo de 5 dias. Após, com o demonstrativo do débito devidamente carreado aos autos pelo Autor, o Réu (executado) deverá ser intimado para manifestação à luz do artigo 523, §§ 1º e 2º do Digesto Processual Civil, a saber, ao cumprimento voluntário da obrigação, com acréscimo de custas, se houver. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios de 10% (dez por cento). Em caso de pagamento parcial no prazo aludido, a multa e os honorários haverão incidir sobre o restante. "Caso o executado não satisfaça a obrigação no prazo de 15 dias, serão geradas algumas consequências desfavoráveis a ele, além de ser iniciada de forma automática, sem a necessidade de sua intimação, o prazo de 15 dias para apresentar sua impugnação." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 903). Tendo em vista que há valores nos autos consignados pelo Réu, cujos levantamentos foram ordenados em sentença, e que poderão ser utilizados, no limite do débito, para pagamento da obrigação que lhe recai na presente fase de cumprimento de sentença, ordeno ao Réu (executado) que expressamente aponte o valor para o cumprimento da execução e os que sobejam para o seu levantamento. A intimação haverá se ultimar por publicação. Em se realizando o pagamento, in casu, com a indicação do valor pelo Executado no mesmo patamar dos cálculos apresentados pelo Autor, deverá ser expedido alvará a quem ostentar habilitação postulacional certa nos autos, para levantamento do valor e encerramento da presente fase de cumprimento de sentença. Os demais valores consignados e que sobejarão à execução, deverão ser levantados por alvará pelo Réu, tal o apontado na sentença. O processo se tornará em conclusão apenas para análise acerca de impugnação OU para autorização desta Autoridade quanto ao alvará expedido pela Secretaria desta UPJ. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0621142-35.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629710-74.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Afonso Ligório da Mota - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0637889-21.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: Rodrigo da Rocha Gomes - ME - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO DE OLIVEIRA MAIA (OAB 10052/AM) - Processo 0651344-19.2019.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Herlen Rubson da Silva Cordeiro - Vistos. Trata-se de demanda denominada reivindicatória de posse aviada por HERLEN RUBSON DA SILVA CORDEIRO em face de FRANCISCO ELIZON MARIANO, em razão de alegada propriedade do veículo modelo Ônibus/Marcopolo/Volare A8 On, 32, de cor branca, renavan 0082101930-9, chassi 93PB05B2M4CO11922, placa JWU-6302, 2004/2004. Informa que alugou o veículo para o Sr. JOSÉ VICENTE FERREIRA FILHO em julho de 2017 de maneira verbal por montante de R$4.000,00 por mês, entretanto após atrasos no pagamento acordado, em abril de 2018, o Autor teria buscado meios de ser reintegrado do bem, quando foi informado que o veículo havia sido vendido para o Réu que se nega a realizar a devolução do bem ou pagamento por este, inclusive teria realizado a transferência do bem por meios que o Detran/AM posteriormente julgou fraudulentos (fls. 19 a 22). Requer em sede de tutela de urgência a expedição de mandado de busca e apreensão do bem acima descrito, com posterior confirmação da tutela e que a posse do veículo seja dada em definitivo ao Autor. Atribuiu à causa o valor de R$1.000,00 (um mil reais), sob os quais requer a benesse da gratuidade da justiça. É o relato. Decido. Pois bem, inicialmente no que tange ao montante atribuído à causa, verifica-se que este não corresponde ao valor do bem objeto da demanda que está aliado ao proveito econômico que objetiva ter o Autor, logo carece de correção. Noutro giro, pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para

tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Desta feita, assinalo-lhe o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento da petição inicial, por sentença sem aprofundamento do mérito. Faço-o de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único daquele Digesto Processual Civil. Intime-se. Cumpra-se.

Antônio Lúcio de Oliveira Maia (OAB 10052/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Gisele Souza de Mattos (OAB 10601/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jéssica Cavalheiro Muniz (OAB 107401/RS)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Tomé Rodrigues Leão de Carvalho Gama (OAB 7312/AL)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0391/2019

ADV: ELZA MEGUMI LIDA (OAB 95740/SP) - Processo 0607870-95.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Robert Bosch Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por falta de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM), ADV: JÚLIO FEITOZA PEREIRA (OAB 6745/AM), ADV: ADRIANA MONTEIRO DE CASTRO MARTINS (OAB 86928/RJ), ADV: ANDRÉ RICARDO ANTONOVICZ MUNHOZ (OAB 9066/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0616644-56.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Cláudia Antônia Ribeiro de Lima - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0642554-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Almeida Pereira da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB 86928/RJ)
André Ricardo Antonovicz Munhoz (OAB 9066/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Elza Megumi Lida (OAB 95740/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
Júlio Feitoza Pereira (OAB 6745/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0392/2019

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 1175A/AM) - Processo 0611320-46.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Luiz Camilo de Souza Filho - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

David Sombra Peixoto (OAB 1175A/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0374/2019

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0011131-90.1996.8.04.0012 (012.96.011131-5) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 003.467/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: GENE KELLY CALDAS GILA (OAB 4367/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 002.847/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM) - Processo 0052873-79.2006.8.04.0001 (001.06.052873-8) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Rosana Cristina de Paiva Salerno - REQUERIDO: Platinum Construções Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SAULO GRANA DE MENEZES (OAB 2408/AM), ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM), ADV: ALESSANDRA DA SILVA CONTENTE (OAB 7091/AM) - Processo 0204252-91.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Polyana de Oliveira Jansen Souza e outro - R. H. A parte vencida, apesar de intimada, não realizou voluntariamente o pagamento fixado em sentença, assim, aplico a multa de 10% e condeno ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) do valor do débito, nos termos do artigo 523 do CPC. Intime-se a parte interessada para que apresente memória de cálculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do artigo citado, bem como requeira o que entender ser de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: FELIPE SENA DE CARVALHO (OAB 3816/AM), ADV: DIEGO ANDRÉ FEITOSA (OAB 7104/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: CAROLINE OLIVEIRA QUINTANILLA (OAB 2035/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: RENATO NAPOLITANO NETO (OAB 155967/SP) - Processo 0206262-45.2010.8.04.0001 (001.10.206262-6) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Valdir Saraiva Mergulhão Júnior - REQUERIDO: Mavel - Manaus Veículos Ltda. - Volkswagen do Brasil Ltda. - Banco Santander S/A - R. H. Rejeito a impugnação de fls. 469/470 e homologo os honorários periciais conforme o requerido pelo experto em fl.466, no valor de (05) salários mínimos, eis que compatíveis com a complexidade do serviço e com aqueles usualmente praticados em situações semelhantes. Intime-se a requerida Mavel-Manaus Veículos Ltda, para que deposite em Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, o montante correspondente aos honorários periciais, para o regular prosseguimento do feito. Outrossim, intimem-se o perito, para indicar data para a realização da perícia.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO (OAB 4132/AM), ADV: JÁDSON ALVES LIMA (OAB 1969/AM), ADV: ZENI TERESINHA SCHNORR BORTOLI (OAB 4044/AM) - Processo 0225908-75.2009.8.04.0001 (001.09.225908-2) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria Bernadete Silva dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cumprir a sentença proferida nos autos no que se refere à determinação de obrigação de fazer, sob pena de incidir multa, nos moldes do art. 536 e ss., do CPC, in verbis: Art. 536, CPC. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente. § 1º Para atender ao disposto nocaput, o juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial. § 2º O mandado de busca e apreensão de pessoas e coisas será cumprido por 2 (dois) oficiais de justiça, observando-se o disposto noart. 846, §§ 1º a 4º, se houver necessidade de arrombamento. § 3º O executado incidirá nas penas de litigância de má-fé quando injustificadamente descumprir a ordem judicial, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência. § 4º No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, aplica-se oart. 525, no que couber. § 5º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao cumprimento de sentença que reconheça deveres de fazer e de não fazer de natureza não obrigacional. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0601818-88.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls. 132/134. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602012-88.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls.188.189. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM), ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM) - Processo 0602848-66.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Roony Santos de Souza - REQUERIDA: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Expeça-se o competente alvará, como requer às fls. 247. Após arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WEBER DOS SANTOS RÊGO (OAB 4951/AM) - Processo 0603420-46.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0613515-09.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Ana Flávia Souza Carvalho - R. H. Certifique a Secretaria acerca da tempestividade dos embargos. Em seguida, voltem-me.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0603553-88.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Barroso & Garcez Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0606751-02.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Rosa Severina Inuma - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da petição de fls.91/92, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0608369-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Amazon Combustíveis para Veículos e Construções Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0611182-21.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Marilene Vieira da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0611379-68.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Maria das Graças de Andrade e Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 4482/MT) - Processo 0614038-21.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Canopus Administradora de Consórcios S/A - EXECUTADO: Marlleson Oliveira de Oliveira - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ALEXANDRE PESSOA SIMPLICIO (OAB 12434/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: ADAM HENRIQUE PINHEIRO DA SILVA (OAB 11082/AM) - Processo 0614243-45.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Andréa de Lima Afonso - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ) - Processo 0614584-13.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jander Marcelo Gualberto Alves - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM 2346AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 23/10/2019, a partir das 15:00 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615753-98.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido postulado em fl. 75. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0616510-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcelo da Silva Frikel - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do AR de fls. 73, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ROBERTA SOUZA SILVA (OAB 11429/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0622200-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Amorim Locadora de Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB

4732/AM) - Processo 0622220-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Manoel Santana da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: EWERTON SMITH DO NASCIMENTO (OAB 9715/AM) - Processo 0623139-77.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0633672-03.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Panificadora Oliveira Ltda. - ME - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ADRIANA MONTEIRO DE CASTRO MARTINS (OAB 86928/RJ) - Processo 0624317-61.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0632926-38.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: W. S. Comércio de Confecções e Acessórios - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0624390-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Tarciso Aneris Ramos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0624845-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Daniel Teixeira Cavalcante - Por tais razões, CONCEDO A LIMINAR vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar a suspensão das cobranças de débitos referentes as transações no cartão de crédito e débito com marco inicial do dia 20/04/2019 até o dia do cancelamento do cartão dia 22/04/2019, sob de ser fixada multa por descumprimento. Expeça-se o necessário para o cumprimento desta decisão. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0624926-44.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Cássia Cristina Muniz dos Santos - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM), ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM) - Processo 0625031-21.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Ronaldson Samuel de Oliveira e outros - R. H. Compulsando os autos, observo que o patrono da parte requerente não possui procuração de todos que integram o pólo ativo da demanda. Intime-se a parte Requerente para que regularize a representação processual, no prazo de 15 dias, para que complete a inicial apresentando os referidos documentos, sob pena de extinção do feito.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0626373-77.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls. 167/169. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627791-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elisane de Souza Ferreira - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627863-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Graciana de Fatima da Silva Cunha - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: STEFFANI DE SOUZA (OAB 412564/SP), ADV: RODRIGO NADAIS JURELA (OAB 414251/SP), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0628703-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Elias Souza Alves - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Analisando os autos, entendo presentes os pressupostos do art. 300 e § 3º do Código de Processo Civil, ante a probabilidade do direito invocado, consubstanciada pelos documentos acostados à inicial (fls. 51/115), contrato do plano de saúde, uma vez que verifico a existência de vinculo entre as partes por contrato de convênio médico e pelo laudo médico de fl. 37, os quais demonstram que o requerente é portador da referida patologia necessitando do tratamento em questão. Por tais razões, concedo

a liminar vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar ao plano de saúde Requerido a autorização do tratamento de todos tratamentos médicos prescritos conforme laudo médico de fl. 37, entre eles NEUROPSICOPEDAGOGIA de forma contínua e associada, e, caso não haja profissional habilitado, ou clínica especializada em sua rede credenciada, que seja determinado o reembolso integral das terapêuticas prescritas por profissionais particulares nos limites das obrigações contratuais, visando restabelecer a saúde do autor. Faça-o no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de 10 dias-multa. Expeça-se o necessário para o cumprimento desta decisão. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0629618-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosana Silva de Souza - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM 2346AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 09/10/2019, a partir das 9:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0630666-80.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CELSO VALÉRIO FRANÇA VIEIRA (OAB 3886/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0630741-22.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Ceproeducar Ltda - Me - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Rio Negro Center - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0630764-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Jessica Alves da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 08/10/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0632936-77.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Wilson Nobrega - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 18/10/2019, a partir das 11:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 470, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0634881-07.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Jéssica Vanessa Souza da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635327-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Renata Fernades Belo - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito

médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 08/10/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 470, Bairro de Aparecida,, nesta cidade.

ADV: EVILASIO TENÓRIO DA SILVA NETO (OAB 31019/PE) - Processo 0635331-42.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Crime Culposo - REQUERENTE: Carlos Pracheles Freire Campos e outro - Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, inciso IV, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635559-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jonas Vasconcelos de Souza - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 08/10//2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: ANA PAULA EGEWARTH DOS SANTOS (OAB 100018/RS) - Processo 0635855-39.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Porto Shop S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0636811-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Marilene Ferreira da Mota - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 08/10/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 470, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637212-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Gildo Pereira Bruce - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 08/10/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 470, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637276-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ismael Pantoja da Fonseca - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes

técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 09/10/2019, a partir das 11:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 470, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0637709-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Quitação - REQUERENTE: Willame de Souza Zanetti - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se para o cumprimento da liminar, para isso expedindo-se carta precatória. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0640927-07.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0206623-96.2009.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Gisele Caroline da Cruz Mota - Concedo os benefícios da justiça gratuita. A teor do art. 300, do CPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15(quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0641568-34.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls. 124/126. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: ERIC RODRIGUES MORET (OAB 30277/PR) - Processo 0641747-26.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0610517-63.2019.8.04.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: APK Logística e Transporte Ltda. - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, inciso II, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial apresentando a notificação extrajudicial recebida pela requerente e boletim de ocorrência, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Ressalto que deve ser considerando o teor da Portaria n° 2073/2016 - TJAM que obriga a citação/intimação eletrônica das pessoas jurídicas, faz-se imprescindível que a parte autora informe o endereço eletrônico (email) da empresa Requerida. A parte Autora deve pesquisar junto aos sítios eletrônicos dos órgãos públicos, tais como a da Receita Federal nos casos de se tratar de pessoa jurídica, ou ainda, no próprio Tribunal de Justiça, especificamente no cadastro de intimação eletrônica, na lista de instituições conveniadas, se a parte Requerida ou seu representante legal está ou não cadastrado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO PEREIRA DA COSTA (OAB 10682/AM) - Processo 0642465-23.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Benilce Correa da Silva - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Defiro a gratuidade judiciária, com fundamento no art. 98 e ss., do Digesto Processual Civil. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0642738-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) - REQUERENTE: Josue Viana Medeiros - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiênciade recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação Via Portal Eletrônico para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art.335 c/c 344, respectivamente). À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0644917-06.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: MICHELE BRAGA MIRANDA (OAB 8224/AM) - Processo 0645754-61.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Maria Clara de Oliveira Braga - Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte Autora adeque a sua exordial ao procedimento comum, atentando para os pressupostos processuais respectivos, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM) - Processo 0646186-80.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Liquidação - REQUERENTE: Sidia Instituto de Ciência e Tecnologia - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, inciso VI, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial para colacionar as faturas, ou notas fiscais, ou notificação extrajudicial que indiquem o valor de R$ 64.307,58 a ser inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, conforme dito em sede de exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO CARLET ARAÚJO LIMA (OAB 250882/SP) - Processo 0647992-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Viviane Luiza Bertolini - R.H A teor do art. 300, do CPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ FERREIRA DE SOUZA FILHO (OAB 10667/AM) - Processo 0649604-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Warlison Alves da Silva - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de

estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: BRUNO PESSOA LONGATO (OAB 14912/AM) - Processo 0650370-79.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Wilmar Baena Jurado - Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15(quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Cumpra-se.

ADV: MARIANA NEHRING BELO (OAB 41771PR), ADV: CACHOEIRA, WAYDZIK, BELO E PEREIA ADVOGADOS (OAB 1042/PR) - Processo 0651516-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Solo Network Brasil Sa - Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte Autora se manifeste acerca de eventual ilegitimidade do Ministério Público do Estado do Amazonas para figurar no polo passivo da demanda, também sobre eventual incompetência da Vara Cível para processar e julgar o feito, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM), ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM) - Processo 0652481-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação/ Alteração de Leilão - REQUERENTE: Marcos Antônio da Silva Souza - REQUERIDO: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0652902-26.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: A.C.F.I. - Intime-se a parte Autora, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de 15 (quinze dias) pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0653076-35.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Alessandra Santiago da Silva - Por tais razões, concedo a liminar vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar à parte Requerida XXX. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa

atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0653088-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antônio Amâncio dos Santos - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação Via Portal Eletrônico para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente). À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0718868-77.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls. 300/302. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

Adam Henrique Pinheiro da Silva (OAB 11082/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB 86928/RJ)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alessandra da Silva Contente (OAB 7091/AM)
Alexandre Pessoa Simplicio (OAB 12434/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Ana Paula Egewarth dos Santos (OAB 100018/RS)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 002.847/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Bruno Pessoa Longato (OAB 14912/AM)
Cachoeira, Waydzik, Belo e Pereia Advogados (OAB 1042/PR)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Christiano Krakhecke Filho (OAB 4132/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Caroline Oliveira Quintanilla (OAB 2035/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celso Valério França Vieira (OAB 3886/AM)
César Augusto Pereira da Costa (OAB 10682/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Diego André Feitosa (OAB 7104/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eric Rodrigues Moret (OAB 30277/PR)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Evilasio Tenório da Silva Neto (OAB 31019/PE)
Ewerton Smith do Nascimento (OAB 9715/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Sena de Carvalho (OAB 3816/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gene Kelly Caldas Gila (OAB 4367/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jádson Alves Lima (OAB 1969/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Ferreira de Souza Filho (OAB 10667/AM)
José Orisvaldo Brito da Silva (OAB 57069/RJ)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 003.467/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 4482/MT)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Mariana Nehring Belo (OAB 41771PR)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
MICHELE BRAGA MIRANDA (OAB 8224/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato Carlet Araújo Lima (OAB 250882/SP)
Renato Napolitano Neto (OAB 155967/SP)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Souza Silva (OAB 11429/AM)

Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Nadais Jurela (OAB 414251/SP)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Saulo Grana de Menezes (OAB 2408/AM)
Steffani de Souza (OAB 412564/SP)
Weber dos Santos Rêgo (OAB 4951/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Zeni Teresinha Schnorr Bortoli (OAB 4044/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0375/2019

ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0601190-36.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0006055-06.2005.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - EMBARGANTE: Regina Ramos Bitencourt - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0617647-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca Socorro Maquiné Coelho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0634148-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Antônio Cristiano Sales Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0636267-04.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0231/2019

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 6669/AM) - Processo 0212188-89.2019.8.04.0001 (processo principal 0634032-98.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Liminar - REQUERENTE: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda (Patrimônio Incorporadora) - EXECUTADA: Joana Rocha da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DANIEL CREPALDI DIAZ (OAB 441/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM) - Processo 0252323-27.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Izabel da Silva Valente - REQUERIDO: P.L.DE Oliveira & Cia Ltda (Residencial Modulados) - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM) - Processo 0600752-73.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Lidiane Perdigão Reis e outro - REQUERIDO: Rossi Residencial S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para indicar o endereço do sócio Pauderley Tomaz Avelino para constar no mandado/carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM) - Processo 0602308-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Silver Kanne Alves Monteiro - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Compulsando aos autos, verifico que o renunciante não juntou comprovante de comunicação de sua renúncia ao mandante, conforme determina o art. 112 do CPC. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o renunciante para que comprove a comunicação ao mandante, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0607107-70.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0609809-86.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0613179-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Ivanelia Maria Ferreira Duarte - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A e outros - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615422-14.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0615705-42.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: AQUIM NUNES FREIRE - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora) para que se manifeste acerca da petição de fls. 1671/1674, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM) - Processo 0617813-44.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Tuboaços da Amazônia LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0617870-96.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0619742-15.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Atem's Distribuidora de Petróleo LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0620119-83.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARIA GORETH DE PAIVA BRUCE - REQUERIDA: MARIA MADALENA SOUZA DE LIMA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: EDSON DE AGUIAR ROSAS (OAB 465/AM) - Processo 0620838-70.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: JOÃO RAIMUNDO FURTADO - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0621860-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Samel Serviços de Assistência Médico Hospitalar Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: HÉLVIA SOCORRO FERNANDES DE CASTRO PEREIRA (OAB 6597/AM) - Processo 0622236-13.2017.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Eudócia Bernades Pereira Pontes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: KÁTIA ALMEIDA DA SILVA (OAB 8928/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0623131-71.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: T.P.S. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0626517-51.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: ROBERTO CARLOS DA SILVA PEREIRA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0626974-49.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: LUIZ ERBTON DE S VALE - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: EGBERTO HERNANDES BLANCO (OAB 89457/SP) - Processo 0627111-26.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0627692-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Afonso Oliveira dos Passos - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta

nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos de fls. 72/78.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0628395-98.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0628951-71.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629978-21.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PAULO HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 10033/AM), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM) - Processo 0630294-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Neusa Menezes de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ANDREZA PRISCILA LIMA DE LIMA (OAB 9192/AM) - Processo 0631436-49.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aquisição - REQUERENTE: ELIVALDO GUIMARAES DOS ANJOS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ROSANGELA DE CASTRO CARVALHO (OAB 104920/SP) - Processo 0631904-08.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Tradição Administradora de Consorcio Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0633524-26.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: ODILSON SEBASTIÃO DE MATOS CAMPOS - REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - De ordem da MMª Juízo, procedo a intimação do Representante Legal da Autarquia Federal-INSS, para dar cumprimento no prazo de lei, ao Ofício Requisitório (RPV) de fls 288/289.

ADV: THIAGO ALLENDE SILVA DE LIMA (OAB 8668/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0637108-33.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Manoel Barauna Marinho - REQUERIDO: Emílio Feitosa Marinho - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO (OAB 108504/MG) - Processo 0639078-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - AGRAVANTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM) - Processo 0639806-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Ribeiro Participações Ltda - REQUERIDO: Alan Kardec Bandeira de Melo Filho e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JULIANA INOUE MARIANO ARAÚJO (OAB 261052/SP) - Processo 0640960-65.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mário Jorge Gonçalves Quirino - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LEON CÉZANE DA SILVA DE JESUS (OAB 10332/AM) - Processo 0641586-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Consórcio - REQUERENTE: João Batista da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0641814-93.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria Raimunda Gomes de Oliveira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0642638-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: José Alberto Silva dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/11/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: EBERTE DA CRUZ MENEZES (OAB 20199/BA), ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: ROSANA SOARES DIAS (OAB 283234/SP), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0653038-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: M Sales Gomes Transporte e Comério - Me - REQUERIDO: Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda - Nice Veículos Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: JONATHAN MIKE GONÇALVES DE CASTRO (OAB 410812/SP), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0655075-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0660652-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Diego Simões da Silva Eireli - Me (Vip Automotive Service) - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Andreza Priscila Lima de Lima (OAB 9192/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Alberto Miro da Silva Filho (OAB 108504/MG)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Daniel Crepaldi Diaz (OAB 441/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Eberte da Cruz Menezes (OAB 20199/BA)
Edson de Aguiar Rosas (OAB 465/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Egberto Hernandes Blanco (OAB 89457/SP)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (OAB 6597/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jonathan Mike Gonçalves de Castro (OAB 410812/SP)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Juliana Inoue Mariano Araújo (OAB 261052/SP)
Kátia Almeida da Silva (OAB 8928/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leon Cézane da Silva de Jesus (OAB 10332/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paulo Humberto Carvalho de Oliveira (OAB 10033/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Rocha de Sá Peixoto (OAB 5292/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho (OAB 6669/AM)
Rosana Soares Dias (OAB 283234/SP)
Rosangela de Castro Carvalho (OAB 104920/SP)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Thiago Allende Silva de Lima (OAB 8668/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0233/2019

ADV: ANTONIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 003.110/AM), ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM), ADV: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH (OAB 964A/AM), ADV: LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES (OAB 6272ATO) - Processo 0019464-49.2005.8.04.0001 (001.05.019464-0) - Processo de Execução - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Katia Rodrigues de Souza - EXECUTADA: Real Previdencia e Seguros S/A - Sucursal Manaus - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca dos cálculos elaborados pela contadoria, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM) - Processo 0200750-52.2008.8.04.0001 (001.08.200750-1) - Monitória - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: José Bezerra de Araújo - Vistos. À Secretaria para evoluir o presente feito para Execução de Título Judicial Tendo em vista o interregno de tempo entre o pedido de fls. 97 e a presente data, indefiro o petitório de nova suspensão do feito por 180 dias. Intime-se a parte Exequente para que, em 05 (cinco) dias, informe acerca do interesse no prosseguimento do feito, indicando bens passiveis de penhora do Executado ou requeira o que entender de direito, sob pena de extinção da ação, nos temos do artigo 485, III, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE), ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM) - Processo 0215994-40.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: ESPÓLIO DE HARRISON DE SOUZA CESARIO e outros - REQUERIDA: Caixa Segurados S/A - Vistos. Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro de Vida, proposta por ESPÓLIO DE HARRISON DE SOUZA CESARIO, Helen Gabriela Braga Cesario e Ana Clara da Costa Cesario, por meio de seu patrono(a), em face de Caixa Segurados S/A, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que às fls. 178, a parte Autora manifesta-se irresignada com a data para a qual fora pautada a Audiência de Instrução e Julgamento, qual seja, 24/03/2020, pugnando pelo julgamento antecipado da Lide ou pela antecipação da Audiência de Instrução e Julgamento. De início cumpre salientar que a data para a qual a Audiência de Instrução e Julgamento fora pautada não se trata de um mero capricho desta Magistrada, mas sim, resultado das outras Lides que demandam atenção desta autoridade judiciária, dentre as quais há também aquelas que integram a lista de prioridade legal, bem como aqueles processos integrantes de metas firmadas pelo Conselho Nacional de Justiça. Pelo exposto, mantenho a data já designada para a realização da Audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493A/AM), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 648A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0231505-88.2010.8.04.0001 (001.10.231505-2) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Iranilson Moura da Costa - REQUERIDO: Excelsior Cia de Seguros S/A e outro - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal , CPF 309.847.262-68, CRM 2346AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 21/10/2019, a partir das 9:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0255623-94.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Denilson Vieira Novo e outro - No presente caso, a ação foi proposta em 14/10/2011, o que impõe considerar ter ocorrido o decurso do prazo prescricional, para os Requeridos Monte Moria Ltda., Rogério Bruno Garrido do Nascimento, Cleiton Viana Campos, André Luiz Scariot e Gilmar Ferreira de Souza, que até a presente data não foram citados. A empresa Requerida COMPEMAD Indústria e Comércio Artefatos de Ferro e Madeiras Ltda., foi citada, conforme certificado pelo Oficial de Justiça às folhas 37, prosseguindo-se, assim demanda. Ao lume de todo o exposto, com fulcro nos artigos 10 e 487, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, intime-se a parte Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da prescrição do seu direito de cobrança da dívida em relação aos Requeridos Monte Moria Ltda., Rogério Bruno Garrido do Nascimento, Cleiton Viana Campos, André Luiz Scariot e Gilmar Ferreira de Souza e, caso discorde, requeira o que entender de direito. Intime-se, ainda, o Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar acerca do prosseguimento do feito em relação a Requerida COMPEMAD Indústria e Comércio Artefatos de Ferro e Madeiras Ltda., sob pena de extinção do feito sem julgamento de mérito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600279-24.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Defiro petitório de fls. 127, com intuito único e puro de localizar o atual endereço do Requerido. Intime-se a parte Requerente a acostar aos autos documentos probatórios inerentes ao adimplemento das custas cobradas pela consulta ao sistema judicial, ora pleiteado, consoante Portaria 116/2017 - PTJ, bem como documento de identidade ou título de eleitor do Requerido, a fim de tornar-se possível a utilização do sistema judicial SIEL, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. Com a comprovação do recolhimento de custas e a juntada dos documentos necessários, providências junto ao SIEL. Após, intime-se a parte Requerente a manifestar-se, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado obtido pela consulta aos sistemas judiciais mencionados, para fins de concretização dos atos citatórios, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito, com fulcro no inciso IV do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM) - Processo 0602166-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daniel de Oliveira Barbosa - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa. Arquivem-se.

ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: DANIEL MIRANDA PINHEIRO DE CAMPOS (OAB 5282/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0602787-35.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Cristhiano da Silveira Rezende de Menezes - Vistos. Analisando os autos, verifica-se que fora expedido ofício à Caixa Econômica

Federal, às fls. 71, para transferência do valor homologado em Sentença de fls. 65/66. À Secretaria para evoluir a classe destes autos para Cumprimento de Sentença, junto ao sistema SAJ. Em mais nada sendo requerido, determino a baixa e arquivamento dos presentes autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO), ADV: LUÍS OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 6972/RO), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0603272-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Erivaldo Vinhort Ramos - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM) - Processo 0604673-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Carolina de Almeida Albuquerque - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa. Arquivem-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0605854-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Sebastião Vinicio de Lima - Ante o exposto, DECLINO da Competência da Justiça Estadual para julgamento do presente feito em prol da Justiça Federal. Remetam-se os autos à Justiça Federal. Após, dê-se baixa. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0605955-79.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Cediço que nos termos do artigo 240, §2º, do Novo Código de Processo Civil, incumbe ao autor promover as providências necessárias a citação, diligenciando no intuito de que seja angularizada a relação processual. Assim, indefiro petitório de fls. 51/52, e assino um prazo de 10 (dez) dias para que o autor promova as diligências necessárias visando a citação, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606104-75.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Cediço que nos termos do artigo 240, §2º, do Novo Código de Processo Civil, incumbe ao autor promover as providências necessárias a citação, diligenciando no intuito de que seja angularizada a relação processual. Assim, indefiro petitório de fls. 43/44 , e assino um prazo de 10 (dez) dias para que o autor promova as diligências necessárias visando a citação, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM) - Processo 0609656-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ruy Lopes Brasil - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados por para DECLARAR a revisão do débito imputado ao Autor, aplicando a taxa máxima de juros de 26,44% (vinte e seis virgula quarenta e quatro por cento), determinando ainda que sejam suspensos os descontos em seu contracheque até que seja apurado o valor do débito. Realizado o recálculo, CONDENAR o Requerido ao pagamento em dobro da diferença entre o valor pago e o valor efetivamente devido, considerando todos os valores recebidos pelo Autor por força do contrato entabulado em novembro de 2011, com correção monetária desde a data do adimplemento e juros de mora desde a citação. Em relação aos danos morais, CONDENO o Requerido ao pagamento ao Autor da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com correção monetária e juros de mora desde a citação, tratando-se de responsabilidade civil contratual. Ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. P.R.I.C.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM) - Processo 0612317-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Franklin Alvarado Rodrigues - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados por para DECLARAR a revisão do débito imputado ao Autor, aplicando a taxa máxima de juros de 23.80% (vinte e três virgula oitenta por cento), determinando ainda que sejam suspensos os descontos em seu contracheque até que seja apurado o valor do débito. Realizado o recálculo, CONDENAR o Requerido ao pagamento em dobro da diferença entre o valor pago e o valor efetivamente devido, considerando todos os valores recebidos pelo Autor por força do contrato entabulado em novembro de 2014, com correção monetária desde a data do adimplemento e juros de mora desde a citação. Em relação aos danos morais, CONDENO o Requerido ao pagamento ao Autor da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com correção monetária e juros de mora desde a citação, tratando-se de responsabilidade civil contratual. Ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. P.R.I.C

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0615991-49.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos. 1. Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor encontra-se evidenciada nos autos. Nesse sentir, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e alterações da Lei nº 10.931/2004, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, o representante legal do requerente ou quem este indicar. 2. Assim sendo, após o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, bem como das despesas de processamento eletrônico referente à utilização do sistema judicial Renajud, nos termos da Portaria nº 116/2017, disponibilizada no Diário da Justiça no dia 23/01/2017: a) expeça-se o competente Mandado. Autorizo o Sr. Oficial de Justiça a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. b) providências junto ao Renajud, para fins de inclusão de restrição de circulação, se requerido. 3. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, se requerido, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. 4. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese da parte Requerente não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado a parte Requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. 5. Se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do Devedor, intime-se Requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. 6. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 5 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo

os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte Requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº 911/69. À Secretaria para às devidas providências. Cite-se Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: NÁRDIA LIMA DE ARAÚJO DA FONTOURA AUGUSTO (OAB 4423/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: NEY ALEXANDRE LIMA LIRA (OAB 13607/AM) - Processo 0617594-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gracivan Maia Teixeira - REQUERIDO: Banco Bomsucesso S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I, do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos formulados por Gracivan Maia Teixeira em face de Banco Bomsucesso S/A. e, ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO o Autor ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade nos moldes do art. 98, §3º, do CPC. P.R.I.C.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0620019-26.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Flex Tapajós - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos parcialmente cumprido, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CÉSAR AUGUSTO DE PINHO PEREIRA (OAB 17712/BA), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM) - Processo 0623627-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: W. Pereira Navegação Ltda - REQUERIDO: Petroleo Brasileiro S/a. - Petrobras - Trata-se de Ação de Anulatória com pedido subsidiário de Indenização por Danos Morais proposta por W. Pereira Navegação Ltda, por meio de seu patrono, em face de Petroleo Brasileiro S/a. - Petrobras, todos devidamente qualificados. Às fls. 1250/1255, a Requerida entrou com pedido de reconsideração da decisão emanada nas fls. 1236/1238, a qual concedeu tutela para suspender o procedimento licitatório n° 7002482381, com a obrigação de não adjudicar e não homologar o certame. Em análise à petição da Requerida, deixo de reconsiderar o despacho de fls. 1236/1238, pelos seus próprios fundamentos, bem como pelo fato do Requerido trazer aos autos matéria de mérito, o qual será analisado durante a instrução processual. Desta feita, indefiro o pedido de reconsideração, mantendo na íntegra a fundamentação da decisão objurgada. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 27 de setembro de 2019.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0625507-64.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: ANA PAULA DE SOUSA FERREIRA (OAB 187303/SP), ADV: CLEDSON RIBEIRO FERREIRA (OAB 275853/SP) - Processo 0628318-94.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Semp Toshiba Amazonas S/A - Vistos, etc. Trata-se de manifestação da Empresa Exequente, juntada às folhas 152/153, onde requer penhora on line via BACENJUD nas contas do Executado. O arresto é direito do credor, cujo objetivo é assegurar a efetivação de futura penhora na execução em curso, evitando que a tentativa frustrada de localizar o devedor impeça o regular andamento do feito, independentemente de prévia citação do devedor, pois se houver, aperfeiçoará a penhora e não mais o arresto. Frise-se que o deferimento do pedido está condicionado ao empecilho à normal e imediata citação do devedor. No caso em tela, o Exequente informou endereço(s) para a citação, não acostando aos autos justificativa de impedimento de citação ou exaurimento das vias administrativas. Insta salientar que a citação é de suma importância para resguardar os direitos fundamentais do Executado, como a ampla defesa e contraditório, a dignidade da pessoa humana e a segurança jurídica. Desta feita, indefiro o pedido de arresto on line, pelos fundamentos expostos. Intime-se o Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar novo endereço para citação, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0629929-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Vera Lucia Sena de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados por para DECLARAR a revisão do débito imputado à Autora, aplicando a taxa máxima de juros de 26,44% (vinte e seis virgula quarenta e quatro por cento), determinando ainda que sejam suspensos os descontos em seu contracheque até que seja apurado o valor do débito. Realizado o recálculo, CONDENAR o Requerido ao pagamento em dobro da diferença entre o valor pago e o valor efetivamente devido, considerando todos os valores recebidos pela Autora por força do contrato entabulado em novembro de 2011, com correção monetária desde a data do adimplemento e juros de mora desde a citação. Em relação aos danos morais, CONDENO o Requerido ao pagamento à Autora da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com correção monetária e juros de mora desde a citação, tratando-se de responsabilidade civil contratual. Ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632336-90.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM), ADV: GUSTAVO DE LIMA BARBOSA (OAB 13443/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM) - Processo 0633513-26.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Distrel Distribuidora Eletrica Ltda - D E S P A C H O Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil.Intime-se e Cumpra-se.Manaus, 26 de setembro de 2017Kathleen dos Santos GomesJuíza de Direito

ADV: GUSTAVO DE LIMA BARBOSA (OAB 13443/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM) - Processo 0633513-26.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Distrel Distribuidora Eletrica Ltda - Cite-se o executado para que, querendo, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC.Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do executado, no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o devedor não efetuar o pagamento

do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do executado, via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil, desde que requerido pelo Exequente.Determino, ainda, na hipótese de não localizar o executado, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ:PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA.1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013)Em sendo negativa as diligências do Oficial de Justiça, por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud, desde que seja Requerido pelo Exequente, Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta.Intime-se o Exequente para providenciar, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, mediante boleto bancário, de acordo com o Provimento nº 261/2015-CGJ-AM, trazendo sua comprovação ao autos, sob pena de extinção.Cumprida a diligência acima, cite-se a parte Executada, expedindo o atinente Mandado de Citação, Penhora e Avaliação para que efetua o pagamento da dívida no prazo de 03 (três) dias, nos termos dos artigos 829 e 830 do Código de Processo Civil. Faça constar as advertências dos parágrafos 1º e 2º do artigo 829 e parágrafos 1º e 3º do artigo 830. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC.Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DE LIMA BARBOSA (OAB 13443/AM) - Processo 0633513-26.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Distrel Distribuidora Eletrica Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM), ADV: GUSTAVO DE LIMA BARBOSA (OAB 13443/AM) - Processo 0633513-26.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Distrel Distribuidora Eletrica Ltda - Tendo em vista a manifestação da Empresa Autora, juntada às folhas 52/65, cite-se na forma requerida. Expeçam-se as Cartas de Citação, nos endereços indicados. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO VALDEMAR LORENÇÃO JÚNIOR (OAB 105465/SP), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA COSTA (OAB 8994/AM), ADV: AÊDRA JAMARA DOS SANTOS MATOS (OAB 8922/AM), ADV: ANE ROCHA DE CARVALHO (OAB 7116/AM) - Processo 0635611-52.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: J. da Silva Costa & Cia. Ltda. - ME - REQUERIDO: Wapmetal Componentes Metálicos e Automação Ltda. - Vieram-me conclusos. Decido. A ação monitória é um instrumento processual de que pode utilizar-se o Credor da quantia certa, ou de obrigação de entrega de coisa fungível ou infungível, de bem móvel ou imóvel, ou de obrigação de fazer ou não fazer, que possua documento escrito sem força executiva, para exigir o adimplemento da obrigação. A monitória não é uma ação de execução, mas de conhecimento, destinada a produzir um título executivo, caso o devedor ofereça resistência. Da análise dos autos, verifico que através do despacho inicial, foi determinada a citação da parte Requerida (folhas 52). O Mandado foi expedido e o Oficial de Justiça, quando da realização da diligência, certificou que a citação foi realizada. Pelo art. 251 incumbe ao Oficial de Justiça procurar o citando e, onde encontrar, citá-lo, lendo-lhe o mandado e entregando-lhe a contrafé. Evidentemente que o Oficial de Justiça procurará o citando no endereço indicado pelo Autor. A Empresa Ré, em sede de cumprimento de sentença, alega através do petitório de folhas 83/87, nulidade do ato citatório, vez que não foi indicado na Certidão do Oficial de Justiça a pessoa que recebeu a citação. Saliento que em nenhum momento a Empresa Executada, quando da sua manifestação protocolizada em 24/05/2019 (folhas 83/87), alegou que não era devedora da Exequente, tendo requerido, inclusive, a correção do valor informado na Sentença. Mesmo que fosse reconhecida a nulidade do ato citatório pelas razões trazidas, o prazo para pagamento ou oferecimento dos embargos já teria esgotado. Desta feita, considero válida a citação da Empresa Wapmetal Componentes Metálicos e Automação Ltda., tendo em vista que ocorreu no lugar onde a Empresa mantem suas atividades, conforme consta nos autos, e basta a fé pública do Sr. Meirinho. Quanto ao erro material contido na Sentença, que converteu o mandado inicial em mandado executivo, em relação a quantia devida, é de corrigir-se, passando o valor do débito exequendo para R$ 14.654,59 (quatorze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos). Mantenho os demais termos do decisum. Tendo em vista a informação de que foi homologado o plano de recuperação judicial da Empresa Wapmetal Componentes Metálicos e Automação Ltda., pelo Juízo da 19ª Vara Cível, surge um novo título executivo, de modo que há uma verdadeira novação das obrigações existentes até a data do pedido de recuperação judicial das dívidas contempladas no plano. Assim, estabelece a atual doutrina sobre a novação na recuperação judicial com a aprovação do plano apresentado pelo devedor: são atingidos (i) todos os créditos existentes até a data do pedido (em outros termos, a decisão não produz efeitos relativamente aos créditos gerados após o ajuizamento da ação recuperatória) e (ii) que tenham sido incluídos no plano de recuperação (iii) desde que não estejam salvaguardados por nenhuma regra de imunidade ao regime (como estão, por exemplo, os créditos do proprietário fiduciário, do arrendador mercantil e da Fazenda Pública). As obrigações atingidas são novadas (LREF, 59). Dito de outra forma, as obrigações do devedor anteriores à recuperação judicial são extintas e surgem novas obrigações em seu lugar, tal qual previsto no plano aprovado pela assembleia geral de credores e homologado judicialmente. Assim, os créditos serão pagos conforme previsto no plano - e não de acordo com o originalmente pactuado -, porque não mais subsiste o valor originalmente contratado e encargos inicialmente previstos, mas sim o valor constante do título judicial. Com efeito, não há possibilidade de a execução individual de crédito constante no plano de recuperação, antes suspensa, prosseguir no juízo comum, mesmo que haja inadimplemento posterior, porquanto, nessa hipótese, se executa a obrigação específica constante no novo título judicial ou a falência é decretada, caso em que o credor, igualmente, deverá habilitar seu crédito no juízo universal. Os créditos serão satisfeitos de acordo com as condições ali estipuladas. Nesse contexto, mostra-se incabível o prosseguimento das execuções individuais. Diante do exposto, julgo extinta a presente execução, com fulcro no art. 924, III, do Código de Processo Civil. À Secretaria para que seja expedida Certidão de Habilitação de Crédito, para os fins de direito. Em não havendo manifestação, arquivem-se os autos, sem prejuízo do seu desarquivamento, se requerido. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0638190-02.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Valdenor Guimaraes da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados por para DECLARAR a revisão do débito imputado ao Autor, aplicando a taxa máxima de juros de 26,78% (vinte e seis virgula setenta e oito por cento), determinando ainda que sejam suspensos os

descontos em seu contracheque até que seja apurado o valor do débito. Realizado o recálculo, CONDENAR o Requerido ao pagamento em dobro da diferença entre o valor pago e o valor efetivamente devido, considerando todos os valores recebidos pelo Autor por força do contrato entabulado em outubro de 2011, com correção monetária desde a data do adimplemento e juros de mora desde a citação. Em relação aos danos morais, CONDENO o Requerido ao pagamento ao Autor da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com correção monetária e juros de mora desde a citação, tratando-se de responsabilidade civil contratual. Ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. P.R.I.C.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0638194-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Nilson da Silva Batista Neto - Vistos. A petição inicial não preenche o requisito do art. 319 e 320, CPC. Verifico que trata-se de uma Ação Declaratória cumulada com Obrigação de Fazer com pedido de tutela provisória de urgência, de natureza antecipada inaudita altera pars e/ ou tutela da evidência cumulada com danos morais e materiais. Em análise a exordial não constam pedidos sobre a tutela pretendida. Não foram carreados aos autos os extratos bancários do período referido ao empréstimo. Ante o exposto, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos para apreciar a inicial. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0639693-58.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: S.e. Factoring Administração e Participações Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. 82/83, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0645114-58.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos. 1. Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor encontra-se evidenciada nos autos. Nesse sentir, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e alterações da Lei nº 10.931/2004, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, o representante legal do requerente ou quem este indicar. 2. Assim sendo, após o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, bem como das despesas de processamento eletrônico referente à utilização do sistema judicial Renajud, nos termos da Portaria nº 116/2017, disponibilizada no Diário da Justiça no dia 23/01/2017: a) expeça-se o competente Mandado. Autorizo o Sr. Oficial de Justiça a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. b) providências junto ao Renajud, para fins de inclusão de restrição de circulação, se requerido. 3. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, se requerido, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. 4. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese da parte Requerente não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado a parte Requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. 5. Se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do Devedor, intime-se Requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. 6. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 5 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte Requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº 911/69. À Secretaria para às devidas providências. Cite-se Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0645986-73.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Chibatão Navegação e Comércio Ltda (Porto Chibatão) - Vistos etc. Versam os autos sobre Ação de Reintegração de Posse, proposta pelo Chibatão Navegação e Comércio Ltda (Porto Chibatão), contra Lta Logística da Amazônia Ltda, ambos devidamente qualificados, com pedido de liminar para determinar a reintegração de posse das carretas especificadas junto aos contratos de locação. Foram carreados aos autos com a Exordial os documentos de fls. 13/62. Custas iniciais pagas às fls. 62. Despacho a fls. 64, intimou a parte autora para demonstrar a pretensão possessória do autor e a retificação do valor da causa. Vieram os autos conclusos. DECIDO. A ação versa sobre Reintegração de Posse pura e simples cumulada com perdas e danos, para determinar a reintegração de posse das carretas especificadas no contrato de locação anexo aos autos. Desta feita, determinada a emenda para que a parte autora acostasse aos autos a demonstração da pretensão possessória e a retificação do valor da causa, tal despacho não foi suprido na emenda a inicial às folhas 65/84, pois não foram juntados aos autos documentos para a concessão da tutela pretendida, bem como não foi retificado o valor da causa pelo autor. A fixação do valor da causa em ação de reintegração de posse, devido à extinção de contrato de locação, deve corresponder ao benefício patrimonial pretendido pelo autor da ação, ou seja, o pedido via de regra é a busca do interesse econômico imediato. O autor nem mesmo carreou aos autos documentos que comprovem o valor venal de cada carreta, objetos da lide, com parâmetro na tabela FIPE, somados ao valor que entende das perdas e danos, o que impede inclusive que essa Magistrada corrigir de ofício o valor da causa, já que não trouxe nenhum subsídio à causa. Quanto ao pedido de perdas e danos o artigo 402, CC dispõe: Art. 402. Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar. Neste contexto, a perdas e danos compreende o dano emergente que é a efetiva diminuição do patrimônio e o lucro cessante que é o que o credor razoavelmente deixou de lucrar, incumbindo ao credor a prova robusta e convincente dos prejuízos que perdeu e não meramente alegado. Por todo exposto, nos termos dos artigos 485, inciso I, e artigo 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Condeno a parte Requerente em custas e despesas processuais, se houver. Transitada em julgado esta decisão, intime-se o Réu para conhecimento, conforme art. 331, § 3º, CPC. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0648950-39.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Vistos. 1. Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor encontra-se evidenciada nos autos. Nesse sentir, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e alterações da Lei nº 10.931/2004, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, o representante legal do requerente ou quem este indicar. 2. Assim sendo, após o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de

Justiça, bem como das despesas de processamento eletrônico referente à utilização do sistema judicial Renajud, nos termos da Portaria nº 116/2017, disponibilizada no Diário da Justiça no dia 23/01/2017: a) expeça-se o competente Mandado. Autorizo o Sr. Oficial de Justiça a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. b) providências junto ao Renajud, para fins de inclusão de restrição de circulação, se requerido. 3. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, se requerido, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. 4. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese da parte Requerente não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado a parte Requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. 5. Se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do Devedor, intime-se Requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. 6. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 5 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte Requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº 911/69. À Secretaria para às devidas providências. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM) - Processo 0649586-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Caio Rian Santana de Matos - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 07/11/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0650796-91.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Vistos. 1. Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor encontra-se evidenciada nos autos. Nesse sentir, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e alterações da Lei nº 10.931/2004, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, o representante legal do requerente ou quem este indicar. 2. Assim sendo, após o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, bem como das despesas de processamento eletrônico referente à utilização do sistema judicial Renajud, nos termos da Portaria nº 116/2017, disponibilizada no Diário da Justiça no dia 23/01/2017: a) expeça-se o competente Mandado. Autorizo o Sr. Oficial de Justiça a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. b) providências junto ao Renajud, para fins de inclusão de restrição de circulação, se requerido. 3. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, se requerido, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. 4. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese da parte Requerente não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado a parte Requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. 5. Se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do Devedor, intime-se Requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. 6. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 5 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte Requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº 911/69. À Secretaria para às devidas providências. Cite-se Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0652106-35.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Mapfre Seguros Gerais S/A - Vistos. 1. Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor encontra-se evidenciada nos autos. Nesse sentir, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e alterações da Lei nº 10.931/2004, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, o representante legal do requerente ou quem este indicar. 2. Assim sendo, após o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, bem como das despesas de processamento eletrônico referente à utilização do sistema judicial Renajud, nos termos da Portaria nº 116/2017, disponibilizada no Diário da Justiça no dia 23/01/2017: a) expeça-se o competente Mandado. Autorizo o Sr. Oficial de Justiça a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. b) providências junto ao Renajud, para fins de inclusão de restrição de circulação, se requerido. 3. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, se requerido, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. 4. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese da parte Requerente não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado a parte Requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. 5. Se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do Devedor, intime-se Requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. 6. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 5 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte Requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº 911/69. À Secretaria para às devidas providências. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA VIEIRA FERREIRA (OAB 11924/AM) - Processo 0652120-19.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Adelaide Maria Ferreira de Lira - Vistos. Trata-se de Alvará Judicial, proposta por Adelaide Maria Ferreira de Lira, por meio de seu patrono(a), em face de Caixa Econômica Federal, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. O presente feito fora distribuído originalmente para este Juízo Cível que, todavia, não tem competência para processá-lo e julgá-lo, em conformidade com o art. 154, V, da Lei de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Amazonas. Pelo exposto, em homenagem à primazia do princípio do Juiz natural previsto no artigo 5º, inciso LIII da Constituição Federal, e frente à inequívoca incompetência deste Juízo, DECLINO A COMPETÊNCIA para presidir o presente feito, em favor de uma das Varas de Família da Capital. Remetam-se os autos ao Setor de Distribuição, para que seja distribuídos ao Juízo competente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0652993-19.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos. 1. Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor encontra-se evidenciada nos autos. Nesse sentir, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e alterações da Lei nº 10.931/2004, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, o representante legal do requerente ou quem este indicar. 2. Assim sendo, após o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, bem como das despesas de processamento eletrônico referente à utilização do sistema judicial Renajud, nos termos da Portaria nº 116/2017, disponibilizada no Diário da Justiça no dia 23/01/2017: a) expeça-se o competente Mandado. Autorizo o Sr. Oficial de Justiça a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. b) providências junto ao Renajud, para fins de inclusão de restrição de circulação, se requerido. 3. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, se requerido, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. 4. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese da parte Requerente não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado a parte Requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. 5. Se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do Devedor, intime-se Requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. 6. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 5 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte Requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº 911/69. À Secretaria para às devidas providências. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP) - Processo 0657399-20.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Rosales Empreendimento Imobiliário SPE S/A - Vistos. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial, proposta por Rosales Empreendimento Imobiliário SPE S/A, por meio de seu patrono(a), em face de Iris Nogueira de Melo e Marcio Campos Nogueira, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que às fls. 78, a Exequente pugna pela consulta aos endereços dos Executados por meio do sistema BACENJUD, acostando às fls. 79/81, o comprovante de pagamento das diligências pugnadas. Pelo exposto, DEFIRO o petitório retro citado para que seja realizada a consulta dos endereços dos Executados via BACENJUD. Providências junto ao BACENJUD. Cumpra-se.

Acácio Valdemar Lorenção Júnior (OAB 105465/SP)
Adriana Vieira Ferreira (OAB 11924/AM)
Aêdra Jamara dos Santos Matos (OAB 8922/AM)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Ana Paula de Sousa Ferreira (OAB 187303/SP)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Ane Rocha de Carvalho (OAB 7116/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antonio Ivan Olímpio da Silva (OAB 003.110/AM)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
César Augusto de Pinho Pereira (OAB 17712/BA)
Cledson Ribeiro Ferreira (OAB 275853/SP)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Daniel Miranda Pinheiro de Campos (OAB 5282/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elio Francisco de Carvalho (OAB 493A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo de Lima Barbosa (OAB 13443/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luis Eduardo Pereira Sanches (OAB 6272ATO)
Luís Otávio de Araújo Silva (OAB 6972/RO)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria da Conceição Silva Costa (OAB 8994/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto (OAB 4423/AM)
Ney Alexandre Lima Lira (OAB 13607/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Silvana Castro Muniz (OAB 648A/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB 964A/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0234/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602893-02.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0288/2019

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0001246-41.2003.8.04.0001 (001.03.001246-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Tendo em vista a manifestação de fls. 269/273, nos termos do art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência de que a partir desta data os autos tramitam de forma virtual. E ainda, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que cumpram, no prazo de 05 (cinco) dias, o despacho de fls. 264, na parte cujo teor segue abaixo: "[...]intime-se o exequente para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o quê de direito, sob pena de extinção da ação e seu respectivo arquivamento, nos termos do art. 485, VI, c/c 924, IV, do CPC."

ADV: MARIANE CARDOSO MACAREVICH (OAB 30264/RS), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS), ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM) - Processo 0602639-97.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Hsbc Bank Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0621342-66.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Dasa - Diagnósticos da América S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0628825-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisca de Souza Costa - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal , CPF: 309.847.262-68, CRM 2346AM 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 07/10/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0629169-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Elton Cardoso da Silva - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM 2346AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 07/10/2019, a partir das 15:00 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 5369/RO), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM) - Processo 0629578-80.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: ALESSANDRO FERREIRA DE OLIVEIRA - REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A e outro - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do

Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM 2346AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 07/10/2019, a partir das 14:00 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0633917-48.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0634283-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Silvanira Ferreira Miranda - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0636640-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ney Alberto Vieira de Carvalho - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM 2346AM - 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 07/10/2019, a partir das 10:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0640943-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Douglas Almeida de Oliveira - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0640946-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Eddy Brito de Lima - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0658154-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Ajuricaba - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fl. 66, recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 5369/RO)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Mariane Cardoso Macarevich (OAB 30264/RS)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0289/2019

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC) - Processo 0632860-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Consuelo de Jesus Souza - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0637477-90.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: A Ribeiro-me - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Malu Borges Nunes (OAB 51458/SC)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0301/2019

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: RACHEL NASCIMENTO CÂMARA DE CASTRO (OAB 5732/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM), ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2.268/AM) - Processo 0001856-09.2003.8.04.0001 (001.03.001856-1) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - EXEQUENTE: Maria das Dores da Silva Marques - EXECUTADO: Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte Turismo Ltda. - Intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os bloqueios de valores realizados às fls. 1332/1335, 1337/1340, 1342/1345, 1355/1358, conforme art.854, §3º, CPC. Decorrido o prazo para a manifestação da parte executada, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre as consultas eletrônicas realizadas às fls. retro, bem como para requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: EDUARDO AURÉLIO DE VASCONCELOS (OAB 1536/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0205190-47.2015.8.04.0001 (processo principal 0707344-83.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: MARIO JAMES CUNHA DE LIMA - Compulsando os autos, verifico que a consulta eletrônica, via sistema Renajud (fls. 122/123), não logrou êxito. Nesse espeque, mantenham-se os autos arquivados, com a remessa destes à fila de “processos encerrados”, haja vista que já decorreu o prazo previsto no art. 921, §1º do CPC, sem prejuízo da retomada do processo executivo, no interregno do prazo prescricional, caso existam bens penhoráveis. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0211261-65.2015.8.04.0001 (processo principal 0704907-69.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Franklin Pacífico Nogueira Cota da Costa - Compulsando os autos, verifico que as consultas eletrônicas, via sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud (fls. 184/191), não lograram êxito. Nesse espeque, mantenham-se os autos arquivados, com a remessa destes à fila de “processos encerrados”, haja vista que já decorreu o prazo previsto no art. 921, §1º do CPC, sem prejuízo da retomada do processo executivo, no interregno do prazo prescricional, caso existam bens penhoráveis. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0211565-30.2016.8.04.0001 (processo principal 0635111-83.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se sobre as consultas realizadas às fls. 84/105, bem como para requerer o que entender de direito. Outrossim, mantenham-se os autos arquivados, com a remessa destes à fila de “processos encerrados”, haja vista que já decorreu o prazo previsto no art. 921, §1º do CPC, sem prejuízo da retomada do processo executivo, no interregno do prazo prescricional, caso existam bens penhoráveis. Cumpra-se.

ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM), ADV: AMAZONEIDE FERNANDES DA SILVA (OAB 4279/AM) - Processo 0215861-08.2010.8.04.0001 (001.10.215861-5) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: CAVALCANTI, PEREIRA, MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S - REQUERIDO: PORTO SEGURO TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA e outros - Compulsando os autos, verifico que as consultas eletrônicas foram devidamente realizadas. Nesse espeque, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, promova a citação do requerido Oto Sandro Moutinho Batista nos endereços que ainda não foram diligenciados, a fim de que este, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica e requeira as provas cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602589-03.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Advirto, desde logo, que não serão deferidas diligências protelatórias ou já realizadas por este juízo. Transcorrido o prazo mencionado, com ou sem manifestação do credor, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0603825-19.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Vistos, etc. Intimo o autor para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se nos autos quanto ao ordenado em decisão de fls. 129, sob as penalidades lá impostas. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ARENAIDE ROSA CRUZ DE LIMA PEREIRA (OAB 2589/AM), ADV: SIMONE DE SOUZA PINTO (OAB 4476/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo

0607397-80.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0611384-61.2016.8.04.0001) - Ação de Exigir Contas - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Alain Costa Pereira e outro - REQUERIDO: Pátio Sertório Shopping Ltda - Condomínio Manauara Shopping e (Pátio Sertório Shopping Ltda) - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 883-914, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0607451-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Dinamica Distribuidora Ltda - REQUERIDO: Banco Safra S/A - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação de indenização por danos materiais e morais intentada por Dinâmica Distribuidora Ltda contra Banco Safra S/A, ambos qualificados nos autos. Alega a parte autora ter firmado dois Instrumentos Particulares de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios Cartão de Crédito/Débito com o Banco Requerido, nas datas de 06/10/2014 e 13/10/2014. Diz que todos os meses eram descontados uma TARIFA DE MANUTENÇÃO DOMICÍLIO BANCÁRIO CARTÃO no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), mas inesperadamente, a partir de setembro de 2015 o valor da referida tarifa teve um aumento exorbitante, sendo debitado o valor de R$ 8.995,12 (oito mil novecentos e noventa e cinco reais e doze centavos). Salienta que apesar das várias tentativas de receber esclarecimentos sobre a referida tarifa e os motivos para que o valor da mesma tenha aumentado de maneira relevante, a instituição financeira sempre se absteve em dar as devidas informações. Todavia, conta que duas parcelas foram estornadas integralmente. Assevera que os valores exorbitantes das referidas taxas somam a quantia de R$ 45.066,36 (quarenta mil sessenta e seis reais e trinta e seis centavos), e descontando os valores estornados, ainda resta a quantia de R$ 28.435,35 (vinte e oito mil quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos). Assim, pugna pela repetição em dobro do indébito, danos morais e lucros cessantes. Citado, o Banco Safra ofertou contestação na qual defendeu a legalidade da cobrança da tarifa bancária prevista no contrato e inocorrência de danos morais e materiais. Réplica às fls.552/568. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO A causa comporta julgamento antecipado, um vez que a questão controvertida é unicamente de direito, sendo suficiente a prova documental trazida, dispensando-se a produção de outras para resolução da demanda. Destaca-se que no caso dos autos são inaplicáveis as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor. Isso porque, para qualificar a pessoa física ou jurídica como consumidora é necessário que o produto ou serviço adquirido não possua finalidade de comercialização ou de produção. Na hipótese em apreço, demonstrou a parte autora ter contratado cédula de crédito bancário, com garantia por cessão fiduciária de direitos creditórios de cartões de crédito. Com isto, os recebíveis de operações de cartões de crédito são lançados na conta corrente da parte autora, no regime de Trava de Domicílio Bancário (garantia de manutenção dos lançamentos dos seus créditos decorrentes das operações de cartão de crédito na conta especificada no contrato). Assim, a espécie de contratação, por si só, não configura qualquer afronta à Lei 10.931/04, que, inclusive, prevê a emissão da cédula de crédito bancário com ou sem garantia, real ou fidejussória, cedularmente constituída. De outro lado, a cobrança das tarifas possuem respaldo legal, pois correspondem a pagamentos de obrigações em benefício do correntista, razão pela qual a cobrança não deve ser afastada. Cediço é que a exigência de taxas e tarifas bancárias por parte das instituições financeiras, em contrapartida à prestação de serviços, ainda que legalmente autorizadas pelo BACEN ou por lei, devem obrigatoriamente ser previstas no contrato firmado com o correntista, porquanto somente a expressa pactuação contratual tem legitimidade para embasar a cobrança. Tal entendimento é confirmado, pelo texto disposto no caput do art. 1º, da Resolução do BACEN nº 3.919/2010 que - revogando a Resolução nº 3.518/2007 - assim estabeleceu: Art. 1º . A cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar peloBanco Central do Brasil deve estar prevista no contrato firmado entre a instituição e o cliente ou ter sido o respectivo serviço previamente autorizado ou solicitado pelo cliente ou pelo usuário. No presente caso, observa-se que foi pactuada a cobrança de "tarifa de domicílio bancário e administração de recebíveis". Ademais, da análise da cédula de crédito bancário de capital de giro não é possível verificar qualquer abusividade ou ilegalidade capaz de colocar a autora em desvantagem excessiva, principalmente no que tange à tarifa contratada. Além disso, a autora sequer demonstrou que os recebíveis vinculados aos cartões de crédito se tratam de única fonte de renda por ela auferida, de modo que não restou comprovado comprometimento do desempenho de suas atividades comerciais, a caraterizar a alegada abusividade da tarifa contratada. Dessa forma, não merece prosperar a pretensão autoral de ilegalidade das cobranças, muito menos indenização por danos morais. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, com fulcro no art.487, I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este último fixado em 10% sobre o valor da causa, conforme art. 85, §2º do CPC. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAISA VIVIANE PEREIRA PARENTE CAMPOS (OAB 5897/AM), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0608378-46.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Claudia Pereira da Silva - REQUERIDO: Cristiano Parente - Designo o dia 14/11/2019 às 10:30h para realização da audiência de instrução e julgamento, na forma do artigo 357, V, do Digesto Processual Civil. Intimem-se as partes para prestarem depoimento pessoal, com as advertências do art.385, §1º, do CPC, bem como as testemunhas que deverão ser informadas ou intimadas da audiência pelos respectivos patronos da partes, dispensando-se intimação do juízo, conforme art.455, Caput, do CPC. Cumpra-se.

ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0609130-13.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - EXEQUENTE: Marilza Dalssasso - EXECUTADO: Jose Viana de Souza - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo exequente para que cumpra o despacho de fls. 136, no prazo de 05 (cinco) dias, na parte cujo teor segue abaixo: "[...] intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a consulta realizada às fls. retro, bem como para requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão da execução , na forma do art. 921, III, §1º, do CPC."

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: ESCRITÓRIO JURÍDICO CHAMYDIB - ADVOCACIA (OAB 141201/AM), ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM), ADV: FABRÍCIO GUERRA FURTADO (OAB 346A/AM) - Processo 0610396-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: S.S.R.B. - REQUERIDO: R.M.G.O. - Vistos, etc. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15(quinze) dias, manifestem se há interesse em produzir provas complementares, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento. No silêncio, façam-me conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0611882-65.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: UNICRED MANAUS - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE NÍVEL SUPERIOR - EXECUTADO: CARLOS ALBERTO BENTO DA SILVA ME - Compulsando os autos, verifico que a consulta eletrônica, via sistema Eridft, não logrou êxito. Nesse espeque, mantenham-se os autos suspensos, conforme determinado em decisão de fls. 477/478. Ultrapassado o prazo de um ano da decisão que determinou a suspensão da execução, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Cumpra-se.

ADV: ILKA CRISTINA DI FELÍCIO PINTO DA SILVA (OAB 9727/AM), ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: ADRIANE LARUSHA DE OLIVEIRA ALVES (OAB 10860/AM), ADV: CAROLINA POSTIGO SILVA (OAB 9214/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: ALINE FERREIRA DE ANDRADE (OAB 7676/AM), ADV: THERSE CATARINE PIRES FIGUEIREDO (OAB 11406/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0611890-42.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: UNICRED MANAUS - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE NÍVEL SUPERIOR - EXECUTADO: CARLOS ALBERTO BENTO DA SILVA - ME - A parte exequente manifestou interesse na manutenção da penhora no rosto do autos de nº 0622349-06.2013.8.04.0001, em trâmite na 14ª Vara Cível, o que provocou a propositura de ação de embargos de terceiro pela cessionária do crédito (processo nº0646554-26.2018), sob o fundamento de que a cessão se deu em momento anterior à penhora, ou seja, em 14/08/2013. Entretanto, vale salientar que na hipótese de eventual sucumbência do exequente/embargado nos embargos de terceiro, incidirá a Súmula 303 do Superior Tribunal de Justiça: "Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios". Dessa forma, com a ciência de que os créditos não mais pertenciam ao executado e a insistência na manutenção da penhora, caso haja a desconstituição da penhora, os honorários advocatícios serão arbitrados com base no princípio da causalidade. Assim, a fim de garantir a efetividade da execução, intime-se o exequente para que diga, no prazo de 15(quinze) dias, se possui interesse na manutenção da penhora no rostos autos de nº0622349-06.2013. Caso haja interesse no prosseguimento da referida penhora, façam-me os autos conclusos para análise do embargos de terceiro propostos. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 162779/RJ), ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0612549-75.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê prosseguimento aos seguintes feitos, sob pena de suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC, conforme a fase processual, quais sejam: I- Junte o comprovante de pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM. Após, à Secretaria que expeça carta de intimação, que deverá ser destinada à executada Andrea Correa Monteiro, a fim de que esta, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o bloqueio de valores realizado às fls. 208/209, conforme art.854, §3º, CPC; II- Recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, uma vez que o bloqueio realizado às fls. 208/209 não foi suficiente para satisfazer o quantum debeatur; Cumpra-se.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0613083-53.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Paulo de Melo Cavalcanti - Epp - EXECUTADO: Auxiliar Sistemas de Telemarketing e Cobrança Empresarial Ltda Me - Defiro a penhora de eventuais créditos da executada junto às sociedades empresárias indicadas às fls. 330/331, quais sejam, IDAAM Empreendimentos Educacionais Ltda (CNPJ 10.840.886/0001-35), IANSA- Instituto de Aperfeiçoamento e Ensino Superior do Amazonas Ltda (CNPJ 10.904.466/0001-75) e Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas (CNPJ 07.257.462/0017-03), na forma do art.855, I, do CPC, razão pela qual determino que informem a este juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, o valor do crédito existente em favor das executadas, abstendo-se de efetuar qualquer pagamento a esta, depositando-se em juízo, no mesmo prazo, o respectivo crédito até o limite da importância executada (R$20.378,84). Para tanto, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, conforme dispõe o §2º, art. 1º, Portaria nº 2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas.". Intime-se o exequente para promover o protocolo, no prazo de 10(dez) dias. Cumpra-se.

ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0613306-35.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Pietra Beatrice Magalhães da Silva e outro - EXECUTADA: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$2.000,00, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria

nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: BIANCA ALENCAR HOLANDA FARIAS (OAB 6858/AM), ADV: JOSÉ ALFREDO FERREIRA DE ANDRADE (OAB 29A/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0614285-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Bernardes Sobrinho - REQUERIDO: Gate Mídia Agência de Notícia Ltda. - Me (portaldoholanda.com) - Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição e em virtude da realização da XIV Semana Nacional de Conciliação no período de 04/11/2019 a 08/11/2019, designo audiência de conciliação para o dia 06/11/2019 às 14:30h, a ser realizada na sala 02, 7º andar, 1ª UPJ - Unidade de Processamento Judicial, Fórum Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos, sem prejuízo na mesma oportunidade do saneamento do feito, na forma do § 3º do artigo 357 do Código de Processo Civil, com o objetivo de resolver as questões processuais pendentes e delimitar as questões de fato e de direito relevantes para o julgamento da causa. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LARISSA KETTLEN DA ROCHA LIMA (OAB 12542/AM), ADV: MARCO ROBERTO COSTA PIRES DE MACEDO (OAB 16021/BA), ADV: KARINA PINTO ANDRADE (OAB 18143/BA), ADV: CARLOS ALEXANDRE MOREIRA WEISS (OAB 63513/MG), ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0614798-33.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilson Soares de Mendonça - REQUERIDO: Vectra Engenharia Ltda - Tokio Marine Seguradora S/A - Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição e em virtude da realização da XIV Semana Nacional de Conciliação no período de 04/11/2019 a 08/11/2019, designo audiência de conciliação para o dia 08/11/2019 às 10:30h, a ser realizada na sala 02, 7º andar, 1ª UPJ - Unidade de Processamento Judicial, Fórum Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos, sem prejuízo na mesma oportunidade do saneamento do feito, na forma do § 3º do artigo 357 do Código de Processo Civil, com o objetivo de resolver as questões processuais pendentes e delimitar as questões de fato e de direito relevantes para o julgamento da causa. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0615029-26.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Adalberto Ramos Magalhães - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Vistos, etc. Dê-se o prazo de 5 (cinco) dias para que o exequente apresente planilha de débito atualizada. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: RENATA OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 12730/AM) - Processo 0616535-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paloma Marques Leao - REQUERIDO: Samel - Assistencia Médica Hospitalar Ltda - Vistos, etc. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15(quinze) dias, manifestem se há interesse em produzir provas complementares, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento. No silêncio, façam-me conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0617099-21.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que as consultas eletrônicas, via sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud (fls. 128/136), não lograram êxito. Nesse espeque, mantenham-se os autos arquivados, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", haja vista que já decorreu o prazo previsto no art. 921, §1º do CPC, sem prejuízo da retomada do processo executivo, no interregno do prazo prescricional, caso existam bens penhoráveis. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO ARAÚJO PINTO (OAB 6076/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM), ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0618836-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria da Saude Printes de Souza - REQUERIDO: Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda - Condomínio Residencial Smile Parque das Flores - Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição e em virtude da realização da XIV Semana Nacional de Conciliação no período de 04/11/2019 a 08/11/2019, designo audiência de conciliação para o dia 07/11/2019 às 13:30h, a ser realizada na sala 02, 7º andar, 1ª UPJ - Unidade de Processamento Judicial, Fórum Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos, sem prejuízo na mesma oportunidade do saneamento do feito, na forma do § 3º do artigo 357 do Código de Processo Civil, com o objetivo de resolver as questões processuais pendentes e delimitar as questões de fato e de direito relevantes para o julgamento da causa. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: CARLOS EUGÊNIO VERAS DE MENEZES (OAB 4693/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: AMADEU JARDIM MAUÉS FILHO (OAB 6059/AM) - Processo 0618886-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Iris Soraya Saltão Maués - REQUERIDO: Hospital Adventista de Manaus - Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por

juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição e em virtude da realização da XIV Semana Nacional de Conciliação no período de 04/11/2019 a 08/11/2019, designo audiência de conciliação para o dia 08/11/2019 às 11:00h, a ser realizada na sala 02, 7º andar, 1ª UPJ - Unidade de Processamento Judicial, Fórum Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos, sem prejuízo na mesma oportunidade do saneamento do feito, na forma do § 3º do artigo 357 do Código de Processo Civil, com o objetivo de resolver as questões processuais pendentes e delimitar as questões de fato e de direito relevantes para o julgamento da causa. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: LUIZ FELIPE BRANDÃO OZORES (OAB 4000/AM) - Processo 0618953-45.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Eyes Nwhere Sistemas Inteligentes de Imagem Ltda. - Cite-se a executada W Guimarães - EPP (CNPJ 17.843.573/0001-80) por edital, em razão da declaração contida às fls. 119/121 de que esta encontra-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível (art. 256, II, CPC), ao fito de que, no prazo de 03 (três) dias, conforme artigo 829, caput, CPC, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias, a que alude o art. 257, III, do CPC, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$ 9.625,19), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% sobre o valor da causa, conforme o art. 827, caput, do CPC. Faça-se constar no encimado expediente que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, §1º, CPC). Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para pagamento, nos termos do artigo 231, IV, CPC. Em caso de revelia, posto que transcorrido o prazo legal para apresentação de defesa, infiro que os efeitos da presunção de veracidade dos fatos assacados na prefacial não possam incidir na espécie, haja vista cuidar-se de citação ficta. Nesse prisma, determino a intimação pessoal do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC) , para que atue como curadora especial dos interesses do revel (artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, CPC). Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o exequente incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, CPC/2015. Promova-se a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJAM e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos, nos termos do art.257, III do CPC. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NASSER DIAS COUTO (OAB 150129/MG), ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0619245-93.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Romulo Andre Nogueira de Oliveira - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$6.767,15, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: ÁTILA ROMANO ARAÚJO BENJAMIN JÚNIOR (OAB 10993/AM), ADV: WELLINGTON MONTEMURRO FILHO (OAB 10992/AM) - Processo 0621100-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Jairo Geens - Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição e em virtude da realização da XIV Semana Nacional de Conciliação no período de 04/11/2019 a 08/11/2019, designo audiência de conciliação para o dia 07/11/2019 às 14:00h, a ser realizada na sala 02, 7º andar, 1ª UPJ - Unidade de Processamento Judicial, Fórum Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Saliente-se que o prazo para que o(s) réu(s) ofereça(m) contestação correrá a partir da audiência de conciliação ou de mediação frustradas, quando uma das partes não comparecer ou quando for frustrada a autocomposição, nos termos do Art. 335, inciso I, do NCPC ou nos demais casos previstos no mesmo dispositivo. Defiro petitório de fls. 109/110, expeça-se mandado de citação por hora certa. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0625059-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Ronilda de Vasconcelos Sena - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO a transação celebrada, para que

surta seus efeitos legais e, via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, na forma do art.487, III, "b" c/c art.354, Caput, do NCPC. As partes ficam dispensadas das custas, na forma do artigo 90 § 3º do CPC. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: MARIANNA FERRAZ TEIXEIRA (OAB 29467/DF), ADV: AMÍLCAR BARCA TEIXEIRA JÚNIOR (OAB 10328/DF), ADV: AMANDA PINTO PAIVA (OAB 61259/DF), ADV: MARÍLIA FERRAZ TEIXEIRA (OAB 37623/DF) - Processo 0625582-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sebastião de Paula Moda - REQUERIDO: Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - Asbapi - Vistos, etc. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15(quinze) dias, manifestem se há interesse em produzir provas complementares, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento. No silêncio, façam-me conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0628287-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - REQUERIDO: Br Eletron Amazonia Comercio de Eletroeletronicos Ltda - I - RELATÓRIO Vistos, etc Cuida-se de ação monitória intentada por Banco Bradesco Cartões S/A em face de Br Eletron Amazonia Comercio de Eletroeletronicos Ltda, a fim de que o débito indicado na exordial seja devidamente adimplido. O autor lastreia sua pretensão nos documentos anexos à vestibular, correspondentes ao uso de cartões de crédito que atingiu o montante de R$ 167.022,75 (cento e sessenta e sete mil, vinte e dois reais e setenta e cinco centavos). Requereu, por fim, a expedição de mandado de pagamento do importe, acrescido de juros moratórios e correção monetária. Foram apresentados embargos monitórios, aduzindo preliminarmente a ausência de documentos indispensáveis. No mérito, contesta a capitalização de juros. Impugnação aos embargos monitórios. Vieram-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO De início, vislumbro ser prescindível a produção de outras provas, razão pela qual passo a proferir julgamento antecipado do pedido, com lastro no art. 355, I, do NCPC. Não se afigura despiciendo acrescentar que a instituição financeira acostou arcabouço documental bastante para a comprovação do uso do cartão de crédito, que consubstancia prova escrita da dívida, sem eficácia de título executivo, documento suficiente para atender aos requisitos da legislação processual para cobrança via ação monitória, pois servem como início de prova escrita. Sobre isso, vale assinalar que a admissibilidade da ação monitória dispensa que o autor instrua a ação com prova robusta, estreme de dúvida, podendo ser aparelhada por documento idôneo, ainda que emitido pelo próprio credor, contanto que, por meio do prudente exame do magistrado, exsurja o juízo de probabilidade acerca do direito afirmado pelo autor, o que exatamente ocorre na espécie. A esse respeito, veja-se o seguinte julgado: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEIÇÃO. NULIDADE DA NOTA PROMISSÓRIA. IRRELEVÂNCIA. PROCEDIMENTO INSTAURADO COM BASE EM CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. CABIMENTO. ENUNCIADO DA SÚMULA Nº 247 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. 1 - A preliminar de inadequação da via eleita arguida pelo Apelante não merece acolhimento, pois, segundo o disposto no art. 1.102-A do Código de Processo Civil, pode valer-se da Ação Monitória quem pretender, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. 2 - Ostenta legitimidade passiva para a Ação Monitória fundada em contrato de abertura de crédito de cheque especial o avalista que, livre e espontaneamente, assinou a cláusula de garantia fidejussória em benefício da devedora principal, sua empresa à época, mormente quando não consta do contrato manifestação contrária à prorrogação do ajuste, devendo a garantia ser considerada até a resolução da avença e o cumprimento das obrigações. Precedentes. 3 - Tendo a Ação Monitória sido ajuizada com base em contrato de abertura de crédito, nos moldes do autorizado pelo Enunciado da Súmula nº 247 do STJ, segundo o qual "o contrato de abertura de crédito em conta-corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória", afigura-se absolutamente inócua a discussão acerca da validade da nota promissora meramente acostada aos autos. Apelação Cível desprovida. (TJ-DF - APC: 20080110364143, Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI, Data de Julgamento: 19/08/2015, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 26/08/2015 . Pág.: 174). E, no caso em tela, os documentos juntados pela instituição financeira apresentam de forma clara e objetiva as movimentações financeiras relacionadas ao produto e a tabela demonstrativa do débito permite a correta visualização das transações que comprovam que o uso do cartão em estabelecimentos diversos. No que concerne à suposta capitalização de juros, esta é amparada pela Medida Provisória nº 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001, que passou a permitir, nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano. Neste espeque, a 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, no REsp 973.827/RS, tendo por base a mencionada medida provisória, decidiu que a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. Ainda, na referida decisão em sede de recursos repetitivos, restou consignado que a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada. No caso destes autos,os juros estavam estampados nas faturas. Desse modo, o certo é que pelo exposto, poderá incidir a capitalização de juros em período mensal. Quanto ao mais, os juros estão de acordo com a taxa média do mercado. É imperioso ressaltar que no julgamento do REsp n. 1.061.530 de 22.10.2008, afetado à Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça submetido ao procedimento da Lei dos Recursos Repetitivos (Lei 11.672/08), ficou consignado que a revisão das taxas de juros remuneratórios deve ocorrer em situações excepcionais, desde que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do caso concreto. Tem-se utilizado os valores médios do mercado como parâmetro. Mas, não é qualquer desvio dessa média que caracteriza o abuso e autoriza o afastamento dos juros remuneratórios do contrato. Deve-se levar em conta o potencial lesivo dos altos juros praticados. Um pequeno desvio, dentro dos limites da razoabilidade, não caracterizará a abusividade. (Precedentes: REsp 407.097, RS; REsp 1.061.530, RS; AgRg no REsp 1.032.626, MS; AgRg no REsp 809.293, RS; AgRg no REsp 817.431, RS). No mencionado REsp, sob a relatoria da Ministra Nancy Andrighi, foram citados casos onde a abusividade foi reconhecida: A jurisprudência, conforme registrado anteriormente, tem considerado abusivas taxas superiores a uma vez e meia (voto proferido pelo Min. Ari Pargendler no REsp 271.214/RS, Rel. p. Acórdão Min. Menezes Direito, DJ de 04.08.2003), ao dobro (Resp 1.036.818, Terceira Turma, minha relatoria, DJe de 20.06.2008) ou ao triplo (REsp 971.853/RS, Quarta Turma, Min. Pádua Ribeiro, DJ de 24.09.2007) da média. Todavia, esta perquirição acerca da abusividade não é estanque, o que impossibilita a adoção de critérios genéricos e universais. A taxa média de mercado, divulgada pelo Banco Central, constitui um valioso referencial, mas cabe somente ao juiz, no exame das peculiaridades do caso concreto, avaliar se os juros contratados

foram ou não abusivos. Sob esse prisma, ainda que as taxas estejam acima da referência padrão do Banco Central, tenho que os valores contratados estão dentro do limite do tolerável para esse tipo de operação. A discrepância mensal de cada fatura colacionada aos autos não se encaixa nos parâmetros acima delineados. Dessa forma, existente prova escrita de dívida sem eficácia de titulo executivo, mister é que se proceda à conversão do mandado de pagamento em mandado executivo, ex vi do caput do art. 700 do Digesto Processual Civil. III - DISPOSITIVO A teor do exposto, REJEITO OS EMBARGOS MONITÓRIOS para constituir o título executivo judicial em face de Br Eletron Amazonia Comercio de Eletroeletronicos Ltda, no valor de R$ 167.022,75 (cento e sessenta e sete mil, vinte e dois reais e setenta e cinco centavos), nos termos do artigo 702, §8º, do CPC. Aplique-se juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação inicial e correção monetária a contar da propositura da ação, conforme art. 405 e 406 do Diploma Civil. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com suporte no art. 85, §2º, do CPC, suspensa a exigibilidade vez que lhe concedo os beneficios da gratuidade de justiça. Havendo apelação, intime-se a parte adversa para contrarrazoar. Após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMADEU ALMEIDA DE AGUIAR FILHO (OAB 5324/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0628394-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: João de Oliveira Ribeiro - I - RELATÓRIO Vistos, etc Cuida-se de ação monitória intentada por Banco do Brasil S/A em face de João de Oliveira Ribeiro, a fim de que o débito indicado na exordial seja devidamente adimplido. O autor lastreia sua pretensão nos documentos anexos à vestibular, correspondentes ao contrato de empréstimo no valor de R$ 107.784,76 (cento e sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos). Sustenta, igualmente, que os débitos não foram pagos, sendo imprescindível, portanto, o manejo da presente monitória, a fim de receber os valores inadimplidos. Requereu, por fim, a expedição de mandado de pagamento do importe, acrescido de juros moratórios e correção monetária. Devidamente citado, o requerido apresentou embargos monitórios. Impugnação aos embargos monitórios. Vieram-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO De início, vislumbro ser prescindível a produção de outras provas, razão pela qual passo a proferir julgamento antecipado do pedido, com lastro no art. 355, I, do NCPC. Não se afigura despiciendo acrescentar que a instituição financeira acostou arcabouço documental bastante para a comprovação da existência de contrato de empréstimo que consubstancia prova escrita da dívida, sem eficácia de título executivo, documento suficiente para atender aos requisitos da legislação processual para cobrança via ação monitória, pois servem como início de prova escrita. Sobre isso, vale assinalar que a admissibilidade da ação monitória dispensa que o autor instrua a ação com prova robusta, estreme de dúvida, podendo ser aparelhada por documento idôneo, ainda que emitido pelo próprio credor, contanto que, por meio do prudente exame do magistrado, exsurja o juízo de probabilidade acerca do direito afirmado pelo autor, o que exatamente ocorre na espécie. A esse respeito, veja-se o seguinte julgado: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEIÇÃO. NULIDADE DA NOTA PROMISSÓRIA. IRRELEVÂNCIA. PROCEDIMENTO INSTAURADO COM BASE EM CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. CABIMENTO. ENUNCIADO DA SÚMULA Nº 247 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. 1 - A preliminar de inadequação da via eleita arguida pelo Apelante não merece acolhimento, pois, segundo o disposto no art. 1.102-A do Código de Processo Civil, pode valer-se da Ação Monitória quem pretender, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. 2 - Ostenta legitimidade passiva para a Ação Monitória fundada em contrato de abertura de crédito de cheque especial o avalista que, livre e espontaneamente, assinou a cláusula de garantia fidejussória em benefício da devedora principal, sua empresa à época, mormente quando não consta do contrato manifestação contrária à prorrogação do ajuste, devendo a garantia ser considerada até a resolução da avença e o cumprimento das obrigações. Precedentes. 3 - Tendo a Ação Monitória sido ajuizada com base em contrato de abertura de crédito, nos moldes do autorizado pelo Enunciado da Súmula nº 247 do STJ, segundo o qual "o contrato de abertura de crédito em conta-corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória", afigura-se absolutamente inócua a discussão acerca da validade da nota promissora meramente acostada aos autos. Apelação Cível desprovida. (TJ-DF - APC: 20080110364143, Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI, Data de Julgamento: 19/08/2015, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 26/08/2015 . Pág.: 174). E, no caso em tela, os documentos juntados pela instituição financeira apresentam de forma clara e objetiva as movimentações financeiras relacionadas ao contrato e a tabela demonstrativa do débito permite a correta visualização das transações que comprovam que o valor mutuado foi entregue ao devedor. Quanto ao mais, esquadrinhando o cerne meritório dos embargos aforados, infiro que o embargante objetiva discutir outros empréstimos e saques em sua conta corrente. No que tange a essas movimentações, deverá ajuizar ação própria. Com efeito, o objeto desta ação cinge-se ao contrato de fls. 5/11. Apesar do embargante afirmar que não tem capacidade econômica para endividamento de valores acima de cem mil reais, não há nenhuma norma legal que delimite um montante máximo a ser emprestado ao consumidor. Apenas não se pode afrontar o patrimônio mínimo, circunstância que não restou demonstrada nesses autos. No contrato de fls. 5/8, há expressa autorização dos descontos da parcela diretamente na conta corrente do réu. Assim, não há vicio de vontade na celebração do negócio. Dessa forma, existente prova escrita de dívida sem eficácia de titulo executivo, mister é que se proceda à conversão do mandado de pagamento em mandado executivo, ex vi do caput do art. 700 do Digesto Processual Civil. III - DISPOSITIVO A teor do exposto, REJEITO OS EMBARGOS MONITÓRIOS para constituir o título executivo judicial em face de João de Oliveira Ribeiro, no valor de R$ 133.605,89 (cento e trinta e três mil, seiscentos e cinco reais e oitenta e nove centavos), nos termos do artigo 702, §8º, do CPC. Aplique-se juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação inicial e correção monetária a contar da propositura da ação, conforme art. 405 e 406 do Diploma Civil. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com suporte no art. 85, §2º, do CPC. Havendo apelação, intime-se a parte adversa para contrarrazoar. Após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANO VALENTE MAIA (OAB 10138/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0628775-92.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Condomínio - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADO: Francisco Togo Soares Junior - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu

advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário em razão de descumprimento de acordo celebrado e homologado em audiência às fls. 182/184 no valor de R$24.326,88, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Quanto ao valor de R$13.222,73, concedo igual prazo ao requerido para que comprove pagamento nestes autos, sob pena de restrição deste valor via bacenjud. Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA (OAB 1246/RO) - Processo 0629746-09.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Fundo de Prevenção Ao Risco Sistema Sicoob Norte - Sicoob Frs - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$56.123,55, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0631083-33.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: Jose Augusto Rocha - Vistos e etc. Cuida-se de Ação Monitória, ajuizada por Banco Cruzeiro do Sul S/A, devidamente qualificado nos autos, em face de Jose Augusto Rocha, também qualificado na inicial, com fundamento no art. 700 e seguintes, do Código de Processo Civil Brasileiro, na qual o requerente sustenta a existência de débito em razão de contrato de crédito pessoal inadimplido. Embargos apresentados em que afirma que os descontos foram devidamente efetivados em sua margem consignável até o mês de outubro de 2013, ocasião em que foram interrompidos por ato administrativo interno do TRT da 11ª Região, em razão da ausência de respostas do Banco Cruzeiro do Sul aos questionamentos não esclarecidos efetuados pelo referido tribunal. Que o Banco jamais notificou o embargante dos acontecimentos advindos desta suspensão, razão pela qual pensava estar anistiada a dívida. Aduz, ainda, a abusividade na taxa de juros e a invalidade da capitalização de juros. Em réplica, o autor reitera os termos da inicial. Vieram-me os autos conclusos para decisão. No primordial, é o relatório. Decido. Cuida-se de empréstimo tomado pelo embargante junto ao Banco Cruzeiro do Sul por meio de convênio intermediado pelo TRT da 11ª região, cujas parcelas deveriam ser consignadas diretamente do contracheque do servidor. O embargante aduz que deixou de pagar as parcelas por questão alheia à sua vontade, melhor dizendo, por força de determinação do Presidente do TRT e pelo comportamento desidioso do próprio banco, que se omitiu em resolver o problema da descontinuação dos pagamentos. De fato, o Presidente do referido tribunal, calcado no artigo 16 do decreto 6.383/08, que regulamento o artigo 45 da Lei 8.112/90, determinou em setembro de 2013 a suspensão de todo e qualquer desconto em folha de pagamento referente a empréstimos consignado de servidores junto ao Banco Cruzeiro do Sul, até que a financeira trouxesse à colação informações mais minudenciadas a respeito dos contratos, nos termos do artigo 52, par.2º do CDC. Malgrado a suspensão dos descontos e o posterior descredenciamento do consignatário, este continuou omisso em buscar meios extrajudiciais ou judiciais para que a dívida fosse sanada. Dito isto, não se pode considerar tenha sido a mora proporcionada pelo servidor, na medida em que o inadimplemento foi motivado por fato estranho à relação contratual, nos moldes do que preconiza o artigo 396 do CC. A respeito, trago à liça o ensinamento do professor Antunes Varela: “Não basta o fato do não cumprimento no momento próprio para que haja mora. Essencial à mora é que haja culpa do devedor no atraso do cumprimento. Mora est dilatio, culpa non carens, debitisolvendi... “Não há mora, por falta de culpa do devedor, quer quando o retardamento é devido a fato fortuito ou de força maior, quer quando seja imputável a fato de terceiro ou do credor, quer mesmo quando se proceda a fato do devedor, não culposo (ignorância desculpável da dívida ou da data do vencimento, etc).” (VARELA, Antunes. Direito das obrigações, vol. 2. p. 139.) A própria existência da mora depende, portanto, da imputabilidade do atraso

ao devedor, o que não se coaduna com o presente caso. Também não há cogitar-se que o devedor deveria ter providenciado a consignação das parcelas do empréstimo, haja vista que ele não tinha obrigação contratual de realizar pagamento no tempo, lugar e modo diversos dos estipulados no contrato. Tampouco a situação quadra-se nas hipóteses de consignação dispostas no artigo 335 do CC, vez que não se trata de:1) recusa, incapacidade ou impossibilidade do credor em relação à quitação;2) inércia do credor em se tratando de dívida quesível; 3) não localização, incapacidade ou ausência do credor; e 4) dúvida objetiva e subjetiva. Ressai inconcusso que a mora fora propiciada pelo próprio banco credor, não sendo de direito que ele venha agora exigir o pagamento integral das parcelas vencidas de uma única vez, de forma diametralmente contrário ao que havia originalmente entabulado pelas partes, o que seja: o pagamento parcelado. Assim, não há a incidência dos consectários da mora e nem o vencimento antecipado da dívida, que possam dar azo à cobrança vertida nestes autos, nos termos do artigo 397 do CC. Sobre o tema, já há inclusive farta e recentíssima jurisprudência no Tribunal de Justiça deste Estado, conforme as ementas abaixo transcritas: APELAÇÃO CÍVEL E APELAÇÃO ADESIVA. PROCESSO CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CONVÊNIO DO TRT COM O BANCO CRUZEIRO DO SUL. SUSPENSÃO DOS DESCONTOS EM FOLHA POR DETERMINAÇÃO DO ÓRGÃO CONSIGNANTE. SITUAÇÃO INFRACIONAL DO BANCO CONSIGNATÁRIO VERIFICADA DURANTE A VIGÊNCIA DO DECRETO N.º 6.3.86/08. OBRIGAÇÃO SUSPENSA. INEXISTÊNCIA DE FATO OU OMISSÃO IMPUTÁVEL AO ALEGADO DEVEDOR. MORA NÃO CARACTERIZADA. ART. 394 E SEGUINTES DO CC. RECURSO PROVIDO. RECURSO ADESIVO PREJUDICADO.(0618715-31.2015.8.04.0001 - Apelação - Ementa: Relator (a): Paulo César Caminha e Lima; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Primeira Câmara Cível; Data do julgamento: 25/02/2019; Data de registro: 26/02/2019). 0635244-28.2015.8.04.0001 - Apelação - Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIGÊNCIA DO DECRETO N.º 6.836/2008. DESCONTOS SUSPENSOS PELO ÓRGÃO CONSIGNANTE. RESPONSABILIDADE DO BANCO CONSIGNATÁRIO. AUSÊNCIA DE VENCIMENTO DA DÍVIDA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. - Nos termos do Decreto n.º 6.836/2008, o descumprimento de pedido de informações formulado por órgão público consignante a banco consignatário enseja sua desativação temporária, gerando a suspensão dos descontos em folha e ocasionando a sustação do vencimento da dívida; - A ausência de descontos causada pela própria desídia do banco consignatário não pode ser oposta em desfavor do servidor consignado; - Suspensos os descontos em virtude de desativação temporária do banco consignatário, a dívida decorrente de empréstimo consignado também queda suspensa, inexistindo inadimplemento da obrigação e sendo inadequado o procedimento monitório para sua cobrança; - Quanto à capitalização mensal dos juros, a jurisprudência desta eg. Corte pacificou-se no sentido de que sua cobrança é admitida nos contratos bancários celebrados a partir da edição da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2001, qual seja, 31/3/2000, desde que expressamente pactuada. - Recurso conhecido e parcialmente provido; - Sentença reformada.(Relator (a): Anselmo Chíxaro; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Primeira Câmara Cível; Data do julgamento: 25/02/2019; Data de registro: 26/02/2019). 0616935-56.2015.8.04.0001 - Apelação - Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIGÊNCIA DO DECRETO N.º 6.836/2008. DESCONTOS SUSPENSOS PELO ÓRGÃO CONSIGNANTE. RESPONSABILIDADE DO BANCO CONSIGNATÁRIO. AUSÊNCIA DE VENCIMENTO DA DÍVIDA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Nos termos do Decreto n.º 6.836/2008, o descumprimento de pedido de informações formulado por órgão público consignante a banco consignatário enseja sua desativação temporária, gerando a suspensão dos descontos em folha e ocasionando a sustação do vencimento da dívida; 2. A ausência de descontos causada pela própria desídia do banco consignatário não pode ser oposta em desfavor do servidor consignado; 3. Suspensos os descontos em virtude de desativação temporária do banco consignatário, a dívida decorrente de empréstimo consignado também queda suspensa, inexistindo inadimplemento da obrigação e sendo inadequado o procedimento monitório para sua cobrança; 4. Recurso conhecido e provido; 5. Sentença reformada.(Relator (a): Yedo Simões de Oliveira; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Terceira Câmara Cível; Data do julgamento: 12/03/2018; Data de registro: 12/03/2018) Diante do exposto, ACOLHO INTEGRALMENTE OS EMBARGOS MONITÓRIOS e, via de consequência, JULGO IMPROCEDENTE A AÇÃO MONITÓRIA. Condeno o banco embargado ao pagamento de custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se M

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0631120-60.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - EXEQUENTE: Nadia Pereira de Albuquerque - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de 20% sobre o valor acordado, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA (OAB 6276/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0632969-72.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial

- Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco SA - EXECUTADO: JOÃO BOSCO FERNANDES DE MELO JÚNIOR - Defiro o pedido de fls. 293/296. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas atinentes à consulta eletrônica (Bacenjud), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ADONAY PAES BARRETO DE OLIVEIRA (OAB 6202/AM) - Processo 0634556-27.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Willian Vasconcelos dos Reis - Vistos, etc. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15(quinze) dias, manifestem se há interesse em produzir provas complementares, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento. No silêncio, façam-me conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM) - Processo 0636443-17.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Roberto Carvalho dos Santos - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição e em virtude da realização da XIV Semana Nacional de Conciliação no período de 04/11/2019 a 08/11/2019, designo audiência de conciliação para o dia 06/11/2019 às 15:00h, a ser realizada na sala 02, 7º andar, 1ª UPJ - Unidade de Processamento Judicial, Fórum Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0636797-76.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - I - RELATÓRIO Vistos, etc Cuida-se de ação monitória intentada por HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo em face de Werllon Junio Correa Lisboa, a fim de que o débito indicado na exordial seja devidamente adimplido. O autor lastreia sua pretensão nos documentos anexos à vestibular, correspondentes ao uso de Credito Parcelado Advance e do Advance Cliente que atinge o montante de R$ 77.440,98 (setenta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais e noventa e oito centavos). Sustenta, igualmente, que os débitos não foram pagos, sendo imprescindível, portanto, o manejo da presente monitória, a fim de receber os valores inadimplidos. Requereu, por fim, a expedição de mandado de pagamento do importe, acrescido de juros moratórios e correção monetária. Citado por edital, o réu não constituiu advogado, sendo-lhes nomeado curador especial que apresentou contestação por negativa geral que aduziu serem improcedentes os pedidos contidos na ação, alegando que os juros deverão ter como base o art. 1º. do Decreto 22.626, de 07/04/1933 c/c os arts. 405 e 406 do Código Civil; e o art. 161, § 1º., do Código Tributário Nacional. Impugnação aos embargos monitórios. Vieram-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO De início, vislumbro ser prescindível a produção de outras provas, razão pela qual passo a proferir julgamento antecipado do pedido, com lastro no art. 355, I, do NCPC. Não se afigura despiciendo acrescentar que a instituição financeira acostou arcabouço documental bastante para a comprovação da existência de relação de mútuo entre as partes que consubstancia prova escrita da dívida, sem eficácia de título executivo, documento suficiente para atender aos requisitos da legislação processual para cobrança via ação monitória, pois servem como início de prova escrita. Sobre isso, vale assinalar que a admissibilidade da ação monitória dispensa que o autor instrua a ação com prova robusta, estreme de dúvida, podendo ser aparelhada por documento idôneo, ainda que emitido pelo próprio credor, contanto que, por meio do prudente exame do magistrado, exsurja o juízo de probabilidade acerca do direito afirmado pelo autor, o que exatamente ocorre na espécie. A esse respeito, veja-se o seguinte julgado: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEIÇÃO. NULIDADE DA NOTA PROMISSÓRIA. IRRELEVÂNCIA. PROCEDIMENTO INSTAURADO COM BASE EM CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. CABIMENTO. ENUNCIADO DA SÚMULA Nº 247 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. 1 - A preliminar de inadequação da via eleita arguida pelo Apelante não merece acolhimento, pois, segundo o disposto no art. 1.102-A do Código de Processo Civil, pode valer-se da Ação Monitória quem pretender, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. 2 - Ostenta legitimidade passiva para a Ação Monitória fundada em contrato de abertura de crédito de cheque especial o avalista que, livre e espontaneamente, assinou a cláusula de garantia fidejussória em benefício da devedora principal, sua empresa à época, mormente quando não consta do contrato manifestação contrária à prorrogação do ajuste, devendo a garantia ser considerada até a resolução da avença e o cumprimento das obrigações. Precedentes. 3 - Tendo a Ação Monitória sido ajuizada com base em contrato de abertura de crédito, nos moldes do autorizado pelo Enunciado da Súmula nº 247 do STJ, segundo o qual "o contrato de abertura de crédito em conta-corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória", afigura-se absolutamente inócua a discussão acerca da validade da nota promissora meramente acostada aos autos. Apelação Cível desprovida. (TJ-DF - APC: 20080110364143, Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI, Data de Julgamento: 19/08/2015, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 26/08/2015 . Pág.: 174). E, no caso em tela, os documentos juntados pela instituição financeira apresentam de forma clara e objetiva as movimentações financeiras relacionadas ao contrato e a tabela demonstrativa do débito permite a correta visualização das transações que comprovam a utilização do crédito pelo devedor. Quanto ao mais, esquadrinhando o cerne meritório dos embargos aforados, infiro que os embargantes objetivam, em verdade, combater o processo executivo ao argumento de que o mesmo reveste-se de excesso. Digo isso, pelo fato de que utiliza como pano de fundo para seu pedido, o argumento de que os juros atinentes ao débito exequendo deverão ter como base de cálculo o artigo 1º do Decreto 22.626/33 c/c os artigos 405 e 406 do Código Civil, bem como o artigo 161,parágrafo 1º do CTN. Melhor sorte não lhe assiste. Quanto aos juros, infere-se da exordial que a embargada valeu-se dos juros legais de 1% ao mês. Desse modo, incabível falar em infringência ao dispositivo legal. Em relação ao termo inicial da correção monetária, deverá ser a partir do vencimento da obrigação. Dessa forma, existente prova escrita de dívida sem eficácia de titulo executivo, mister é que se proceda à conversão do mandado de pagamento em mandado executivo, ex vi do caput do art. 700 do Digesto Processual Civil. III - DISPOSITIVO A teor do exposto, REJEITO OS EMBARGOS MONITÓRIOS para constituir o título executivo judicial em face de Werllon Junio Correa Lisboa, no valor de R$ 77.440,98 (setenta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais e noventa e oito centavos), nos termos do artigo 702, §8º, do CPC. Aplique-se juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação inicial e correção monetária a contar da propositura da ação, conforme art. 405 e 406 do Diploma Civil. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com suporte no art. 85, §2º, do CPC. Havendo apelação, intime-se a parte adversa para contrarrazoar. Após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do

débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637026-31.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCOS ALESSANDRO MACEDO FERNANDES DA SILVA (OAB 11680/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0638580-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Hoornweg Van Rij Dijk - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - Vistos, etc. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15(quinze) dias, manifestem se há interesse em produzir provas complementares, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento. No silêncio, façam-me conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0640161-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gb Sociedade de Fomento Mercantil Ltda - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre os Avisos de Recebimento de fls. 78/79, recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0640696-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Andreia Cavalcante Coelho - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0642184-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - De ordem, intimo a parte Requerente para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 1175A/AM) - Processo 0646146-35.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Púb. Federais Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que complmente as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados Renajud, Infojud, SIEL, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: CRISTIANO TEIXEIRA CAVALCANTE (OAB 8293/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA FRAZÃO (OAB 5701/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0646518-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nozangela Martins do Amaral - REQUERIDA: Cintia de Souza Cardoso - Designo o dia 21/11/2019 às 09:30h para realização da audiência de instrução e julgamento, na forma do artigo 357, V, do Digesto Processual Civil. Intimem-se as partes para prestarem depoimento pessoal, com as advertências do art.385, §1º, do CPC, bem como as testemunhas que deverão ser informadas ou intimadas da audiência pelos respectivos patronos da partes, dispensando-se intimação do juízo, conforme art.455, Caput, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0649115-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Antonia do Socorro de Souza Lima - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelada para que, querendo, ofereça contrarrazões à apelação interposta nas fls. 364/381, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JAMES HENRIQUE LINS SANTOS (OAB 12999AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0650205-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: C.S.C.O. - REQUERIDO: B. - Defiro parcialmente o pedido de fls. 448/449, uma vez que se tratam de provas indispensáveis ao julgamento da lide. Sendo assim, concedo a dilação requerida pelo prazo de 15 (quinze) dias. Após, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0651016-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Donaldis Pereira de Oliveira - Vistos, etc. Cuida-se de ação de repetição de indébito c/c indenização por danos materiais e morais com pedido de atencipação dos efeitos da tutela. Breve relato. O autor informa ter contratado um empréstimo consignado em folha de pagamento no valor de R$3.000,00 a ser adimplido em 72 parcelas de R$93,10 e R$31,58 pelo período de outubro/2012 a setembro/2018, o que totalizaria o montante de R$8.976,96. O requerente destaca que o contrato fora realizado com o Banco Cruzeiro do Sul que mais tarde iria ser comprado pelo Banco Pan e atualmente estaria sob o nome de Massa Falida Banco Cruzeiro do Sul. Pleiteia-se, em sede de tutela, que seja concedida a suspensão das seguintes cobranças que estariam sob as seguintes descrições e códigos: A) “banco pan-americano empréstimo”, código 5754 no valor R$205,33 (vide contracheque 07/2019 às fls. 92); B) “pan-americano emp02”, código 5927, no valor R$103,27 (vide contracheque 07/2019 às fls. 92); C) “banco cruz.Sul - emp01”, código 5751, no valor de R$31,58 (vide contracheque 07/2019 às fls. 92). Decido. Nesse soar, com fulcro nos artigos 320 e 321 do Código de Processo Civil, determino a intimação da requerente para que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, emende a exordial no sentido de que 1) explique por que um único empréstimo que fizera desde o início das cobranças já veu sob 2 (dois) descontos a ser adimplido em 72 parcelas de R$93,10 e R$31,58. 2) explique por que apenas um empréstimo que fizera, mais tarde, além dos 2 (dois) descontos gerados inicialmente, deu origem a um terceiro desconto distinto; 3) junte todos os contracheques, na ordem cronológica (em anexo os meses/ano estão em ordem aleatória, o que dificulta a celeridade na análise processual) desde o mês anterior em que não há o(s) desconto(s) seguido dos meses seguintes desde o primeiro mês de desconto(s) até o mais atualizado, e de preferência que destaque os tais descontos em cada contracheque; 4) apresente uma tabela individualizada para cada desconto, visto que a apresentada às fls. 32/35 informa as os 3 (três) descontos já na soma total de cada mês e de análise dos autos este juízo compreende que nem todos

os descontos iniciaram no mesmo mês; 5) informe a este juízo se o destaque feito acima em "breve relato" acerca dos descontos em descrições e códigos estão corretos. Saliente-se que a inércia ensejará o indeferimento da petição inicial, consoante art. 321, § único c/c art. 485, IV, do Digesto Processual Civil. Ultrapassado o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me imediatamente conclusos para despacho inicial. Quanto à gratuidade de justiça, DEFIRO-A. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0652636-39.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Trata-se de ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária. Considerando que a Ação de Busca e Apreensão visa não só à retomada do bem dado em garantia, mas, principalmente, à satisfação do saldo devedor, o (a) credor(a) pode dar por vencidas as demais prestações, cujo dies ad quem ainda não ocorreu (art.2º,§ 3ºdo Decreto-lei 911/69). O Art. 52, §2º, Código de Defesa do Consumidor - CDC, assegura ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos. Ainda que o §2º, Art. 3º, Decreto-Lei 911/69 destaque que o devedor fiduciante poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus, não se deve minorar o entendimento do CDC quanto à redução proporcional dos juros e demais acréscimos nas parcelas vincendas. Além do mais, ressalto ser imprescindível o correto valor da causa que constará da petição inicial ou da reconvenção e será na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação, nos moldes do Art. 292, I, CPC/2015. Apesar de a finalidade desta ação ser a busca e apreensão do veículo, não há como excluir o caráter de cobrança/execução do feito, o que torna o "valor da causa" requisito indispensável para prosseguimento do feito, com fulcro no Art. 319, V, CPC/15, assim como outros pressupostos destacados pelo Decreto-Lei 911/69. Isto posto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro nos artigos 320 e 321 do Código de Processo Civil, emendar a o valor da causa, a fim de que o mesmo corresponda ao valor das parcelas vencidas e vincendas recalculadas, aplicando-se a amortização obrigatória, proporcionalmente, mês a mês, sobre cada prestação a vencer, considerando o vencimento antecipado das prestações na data da propositura da ação. Quanto à notificação extrajudicial de fls. 35/36, faz-se necessária a comprovação da constituição em mora do devedor fiduciante, haja vista que o espelho dos correios apresentados destaca "objeto entregue ao destinatário", é imprescindível a juntada do AR Aviso de Recebimento, omo determina o artigo 2º, parte final do § 2º, do Dec. Lei 911/69. Outrossim, faz-se necessária a apresentação da planilha de fls.46 atualizada conforme parágrafo anterior. Saliente-se que a inércia ensejará o indeferimento da petição inicial, consoante art. 321, § único do Digesto Processual Civil. Ultrapassado o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me imediatamente conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0652996-71.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S/A - Trata-se de ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária. Quanto à notificação extrajudicial de fls. 26, faz-se necessária a comprovação da constituição em mora do devedor fiduciante, haja vista que o espelho dos correios apresentados destaca "ausente", e é imprescindível a juntada do AR Aviso de Recebimento, omo determina o artigo 2º, parte final do § 2º, do Dec. Lei 911/69. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro nos artigos 320 e 321 do Código de Processo Civil, emendar a comprovar a constituição em mora. Saliente-se que a inércia ensejará o indeferimento da petição inicial, consoante art. 321, § único do Digesto Processual Civil. Ultrapassado o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me imediatamente conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA DO SOCORRO DA SILVA GUIMARÃES (OAB 3676/AM) - Processo 0653057-29.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Cipriano Alves de Magalhaes Filho - Vistos, etc. A Secretaria que remeta estes autos à 9ª Vara Cível de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus como endereçado pelo próprio requerente aos autos nº 0628509-08.2017.8.04.0001. Intimem-se. Cumpra-se.

Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Adonay Paes Barreto de Oliveira (OAB 6202/AM)
Adriane Larusha de Oliveira Alves (OAB 10860/AM)
Aline Ferreira de Andrade (OAB 7676/AM)
Amadeu Almeida de Aguiar Filho (OAB 5324/AM)
Amadeu Jardim Maués Filho (OAB 6059/AM)
Amanda Pinto Paiva (OAB 61259/DF)
Amazoneide Fernandes da Silva (OAB 4279/AM)
AMÍLCAR BARCA TEIXEIRA JÚNIOR (OAB 10328/DF)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
André Rodrigues de Almeida (OAB 5016/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Arenaide Rosa Cruz de Lima Pereira (OAB 2589/AM)
Átila Romano Araújo Benjamin Júnior (OAB 10993/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bianca Alencar Holanda Farias (OAB 6858/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Alexandre Moreira Weiss (OAB 63513/MG)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Eugênio Veras de Menezes (OAB 4693/AM)
Carolina Postigo Silva (OAB 9214/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Cristiano Teixeira Cavalcante (OAB 8293/AM)
Cristiano Valente Maia (OAB 10138/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 1175A/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2.268/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Eduardo Aurélio de Vasconcelos (OAB 1536/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
ESCRITÓRIO JURÍDICO CHAMYDIB - ADVOCACIA (OAB 141201/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabrício Guerra Furtado (OAB 346A/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Ilka Cristina di Felício Pinto da Silva (OAB 9727/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)

James Henrique Lins Santos (OAB 12999AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
José Abelardo Araújo Pinto (OAB 6076/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Alfredo Ferreira de Andrade (OAB 29A/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina Pinto Andrade (OAB 18143/BA)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Kettlen da Rocha Lima (OAB 12542/AM)
Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva (OAB 6276/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Brandão Ozores (OAB 4000/AM)
Maisa Viviane Pereira Parente Campos (OAB 5897/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Roberto Costa Pires de Macedo (OAB 16021/BA)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva (OAB 11680/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria da Conceição Teixeira Frazão (OAB 5701/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria do Socorro da Silva Guimarães (OAB 3676/AM)
MARIANNA FERRAZ TEIXEIRA (OAB 29467/DF)
MARÍLIA FERRAZ TEIXEIRA (OAB 37623/DF)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Matheus Nasser Dias Couto (OAB 150129/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Rachel Nascimento Câmara de Castro (OAB 5732/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Renata Oliveira de Souza (OAB 12730/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB 1246/RO)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 162779/RJ)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Simone de Souza Pinto (OAB 4476/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Therse Catarine Pires Figueiredo (OAB 11406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wellington Montemurro Filho (OAB 10992/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0302/2019

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC) - Processo 0619419-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Carlos Andre da Silva Leite - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Malu Borges Nunes (OAB 51458/SC)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0182/2019

ADV: IRAN BAYMA DE MELO (OAB 002.463/AM) - Processo 0045793-06.2002.8.04.0001 (001.02.045793-7) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Ednaldo Lourenço da Silva - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: CHRISTINE MONTEIRO AUGUSTO SOUZA (OAB 5087/AM) - Processo 0202156-06.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Ruben Rocha da Costa - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a(s) parte(s) Apelada(s) para, querendo, oferecer(em) contrarrazões à(s) apelação(ões) interposta(s), no respectivo prazo legal, nos termos do art. 1.010, §1°, c/c art. 219, caput, art. 180, caput, art. 183, caput, e art. 186, caput, todos do CPC. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, os autos deverão ser encaminhados ao E. Tribunal de Justiça (art. 1.010, §3°, CPC/2015), com as cautelas de estilo. Intime-se.

ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 6118/AM) - Processo 0237945-56.2017.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERIDA: Alzeneide Amorin Bandeira e outros - Em consulta à Central Eletrônica de Integração e Informações - CEI/AM, disponibilizada pela ANOREG/AM, verifica-se que o óbito do sr. Luiz Pereira foi registrado perante o 5º Ofício de Registro Civil da Capital. Assim, determino a intimação da referida Serventia Extrajudicial, via portal eletrônico do e-SAJ e malote digital, para que encaminhe a este Juízo, no prazo de 5 (cinco) dias, cópia da certidão de óbito do sr. Luiz Pereira, CPF 015.102.312-34. Ademais, examinando os autos, verifica-se também que o endereço constante no AR de fl. 2778 diverge do informado à fl. 2771. À Secretaria para corrigir a falha e expedir nova carta de citação à sra. Cyani de Jesus Beltrão Duarte. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0257268-57.2011.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - IMPETRANTE: Leovanio Castro Almeida e outro - Diante da inércia das partes acerca do ato ordinatório de fl. 155, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADOLPHO MAURO MAUÉS NAZARETH (OAB 5540/AM) - Processo 0608597-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Leandro Santos Gonçalves - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0613130-66.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Aguinaldo Pereira Dias - De ordem do MM. Juiz de Direito e considerando o trânsito em julgado da decisão judicial, intime-se as partes para requererem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

ADV: SAMARA RIBEIRO DE SOUZA (OAB 10152/AM), ADV: JOÃO PAULO MONTEIRO DE LIMA (OAB 7618/AM) - Processo 0614758-90.2013.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: EULALIA ASSUNÇÃO CAUPER - Em virtude das informações prestadas pelo Estado do Amazonas quanto aos procedimento de arrecadação da área objeto do pedido, digam as partes interessadas. Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0615276-12.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARIA LUZIA CHAGAS DA SILVA e outro - Oficie-se o Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro - CPER a fim de que encaminhe a este Juízo, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia dos registros/prontuários do atendimento do sr. Josimar da Silva Mendes, bem como o Laudo de Avaliação Psiquiátrica que ateste o grau de dependência química que o acomete, os riscos dela decorrentes e a (des)necessidade de internação compulsória, sob as penas da lei. Com a resposta, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO BRAGA (OAB 7953/AM), ADV: GÉRSON DA SILVA PAULINO (OAB 8445/AM) - Processo 0618948-28.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: JOSÉ ÁLVARO COLARES DE CARVALHO - De ordem do MM. Juiz de Direito, intime-se o(a) exequente para manifestar-se sobre os termos da Impugnação ao Cumprimento de Sentença, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 513, caput, c/c art. 920, I, e 219, caput, CPC/2015), informando expressamente se concorda com os cálculos apresentados pelo(a) Impugnante, para fins de celeridade no julgamento da Impugnação. Após, os autos deverão ser encaminhados conclusos ao MM. Juiz. Intime-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0622424-06.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte interessada para que forneça, no prazo de 10 (dez) dias, as informações e documentos abaixo relacionados, com vistas a viabilizar a expedição da Requisição de Pequeno Valor (RPV) , os quais são requisitos necessários no termos da Resolução 003/2014 do TJ/AM: 1 - a cópia do CPF do Advogado do Requerente; não é suficiente a informação do número do documento, mas é necessária a cópia. 2 - o número do NIT do Advogado do Requerente ; Intime-se.

ADV: MARCELO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 7023/AM) - Processo 0622514-14.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - LITSPASSIV: RODRIGO PRADO PORTILHO - Diante do teor da petição de fls. 281/282, proceda-se a consulta primeiramente ao Infojud e, em seguida, ao SIEL, com vistas a localizar o endereço do sr. Paulo Roberto Cruz dos Santos, CPF 337.218.233-20, para sua citação pessoal. Sendo positiva a resposta, cite-se no endereço encontrado. Caso contrário, voltem-me conclusos. Ademais, determino a intimação do Oficial do 4º Cartório de Registro de Imóveis para cumprimento da Decisão de fls. 262/265. Digam os Requerentes sobre a contestação de fls. 286/286, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÍSA MACIEL GUERRA DE SOUZA (OAB 7774/AM) - Processo 0624580-98.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERIDO: Débora Vilaça Uchoa - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para que digam sobre o laudo pericial de fls.294/325, na forma prescrita pelo do art. 477, §1º, CPC/2015. Intime-se.

ADV: GÉRSON DA SILVA PAULINO (OAB 8445/AM), ADV: JORGE FERNANDES DE OLIVEIRA (OAB 8054/AM), ADV: JOÃO RICARDO BRAGA (OAB 7953/AM) - Processo 0625492-95.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Ajurimar Silva Amorim - Diante da expedição dos alvarás eletrônicos às fls. 318/321 e da ausência de outros requerimentos, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO (OAB 7537/AM), ADV: JULIANA SOUZA RODRIGUES (OAB 10547/AM), ADV: INGRID MENDONÇA OSSUOSKY (OAB 7573/AM) - Processo 0630880-08.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucimar Nascimento - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM) - Processo 0633412-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Plano de Classificação de Cargos - REQUERENTE: Guilherme de Andrade Antoniazzi - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte embargada para que diga, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos declaratórios opostos, tendo em vista os efeitos infringentes perseguidos (Art. 1023, §2° c/c Art. 183, caput, do CPC). Intime-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0634731-60.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte interessada para que forneça, no prazo de 10 (dez) dias, as informações e documentos abaixo relacionados, com vistas a viabilizar a expedição da Requisição de Pequeno Valor (RPV), os quais são requisitos necessários no termos da Resolução 003/2014 do TJ/AM: 1 - a cópia do CPF do Advogado do Requerente; não é suficiente a informação do número do documento, mas é necessária a cópia. 2 - o número do NIT do Advogado do Requerente; Intime-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0634731-60.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o(a) Advogado(a) da parte interessada para apresentar mídia digital (CD ou DVD) contendo todos os documentos e informações (no formato PDF) elencados e exigidos pelo Art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, para fins de instruir o Precatório a ser encaminhado à Central de Precatórios do TJ/AM, a seguir transcritos: 1 - cópia dos CPFs dos credores (no caso de advogado apresentar CPF e NIT); 2 - cópia do espelho do processo que conste a data da distribuição da processo de conhecimento; 3 - cópia da petição inicial do processo de conhecimento; 4 - cópia do título extrajudicial ou da Sentença e de todos os Acórdãos proferidos no processo de conhecimento, se houverem; 5 - cópia da certidão de trânsito em julgado da condenação; 6 - cópia do despacho ou ato ordinatório que determinou a intimação da Fazenda para impugnar a execução, com as respectivas certidões de publicação via portal; 7 - se houver impugnação à execução, juntar cópia da Decisão, Sentença e ou Acórdãos nela proferidos e a certidão de trânsito em julgado da impugnação. 8 - se não houve impugnação à execução juntar apenas a certidão de decurso do prazo informando que não houve impugnação à execução. 9 - no caso de haver custas acrescidas, juntar a cópia

da intimação da Fazenda sobre essas custas acrescidas. 10 - cópia do ato ordinatório ou do despacho que intimou as partes sobre a atualização dos cálculos pela Contadoria, bem como as certidões das respectivas intimações via Diário e via Portal; 11 - cópia da procuração outorgada ao advogado; 12 - cópia do despacho ou decisão que determinou a expedição da requisição de pagamento. Intime-se.

ADV: GABRIELLA DE SOUZA DANTAS DA COSTA (OAB 218640/RJ) - Processo 0635443-11.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.a. - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o(s) Requerido(s) para, querendo, manifestar-se acerca do pedido de desistência da parte Requerente, no prazo de 10 dias (Art. 485, § 4.º do CPC). Em caso de ausência de manifestação ou manifestação favorável, encaminhe-se os autos para sentença. Intime-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0636166-64.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Benedito Pedro da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o(a) Advogado(a) da parte interessada para apresentar mídia digital (CD ou DVD) contendo todos os documentos e informações (no formato PDF) elencados e exigidos pelo Art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, para fins de instruir o Precatório a ser encaminhado à Central de Precatórios do TJ/AM, a seguir transcritos: 1 - cópia dos CPFs dos credores (no caso de advogado apresentar CPF e NIT); 2 - cópia do espelho do processo que conste a data da distribuição da processo de conhecimento; 3 - cópia da petição inicial do processo de conhecimento; 4 - cópia do título extrajudicial ou da Sentença e de todos os Acórdãos proferidos no processo de conhecimento, se houverem; 5 - cópia da certidão de trânsito em julgado da condenação; 6 - cópia do despacho ou ato ordinatório que determinou a intimação da Fazenda para impugnar a execução, com as respectivas certidões de publicação via portal; 7 - se houver impugnação à execução, juntar cópia da Decisão, Sentença e ou Acórdãos nela proferidos e a certidão de trânsito em julgado da impugnação. 8 - se não houve impugnação à execução juntar apenas a certidão de decurso do prazo informando que não houve impugnação à execução. 9 - no caso de haver custas acrescidas, juntar a cópia da intimação da Fazenda sobre essas custas acrescidas. 10 - cópia do ato ordinatório ou do despacho que intimou as partes sobre a atualização dos cálculos pela Contadoria, bem como as certidões das respectivas intimações via Diário e via Portal; 11 - cópia da procuração outorgada ao advogado; 12 - cópia do despacho ou decisão que determinou a expedição da requisição de pagamento. Intime-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0638054-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ademir Francisco do Carmo Freitas - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, no respectivo prazo legal, nos termos do art. 1.010, §1°, c/c art. 219, caput, art. 180, caput, art. 183, caput, e art. 186, caput, todos do CPC. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, os autos deverão ser encaminhados ao E. Tribunal de Justiça (art. 1.010, §3°, CPC/2015), com as cautelas de estilo. Intime-se.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: JOSÉ RICARDO MARTINS PONTES (OAB 900A/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0638080-66.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Aluisio de Oliveira Borges - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o(a) Advogado(a) da parte interessada para apresentar mídia digital (CD ou DVD) contendo todos os documentos e informações (no formato PDF) elencados e exigidos pelo Art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, para fins de instruir o Precatório a ser encaminhado à Central de Precatórios do TJ/AM, a seguir transcritos: 1 - cópia dos CPFs dos credores (no caso de advogado apresentar CPF e NIT); 2 - cópia do espelho do processo que conste a data da distribuição da processo de conhecimento; 3 - cópia da petição inicial do processo de conhecimento; 4 - cópia do título extrajudicial ou da Sentença e de todos os Acórdãos proferidos no processo de conhecimento, se houverem; 5 - cópia da certidão de trânsito em julgado da condenação; 6 - cópia do despacho ou ato ordinatório que determinou a intimação da Fazenda para impugnar a execução, com as respectivas certidões de publicação via portal; 7 - se houver impugnação à execução, juntar cópia da Decisão, Sentença e ou Acórdãos nela proferidos e a certidão de trânsito em julgado da impugnação. 8 - se não houve impugnação à execução juntar apenas a certidão de decurso do prazo informando que não houve impugnação à execução. 9 - no caso de haver custas acrescidas, juntar a cópia da intimação da Fazenda sobre essas custas acrescidas. 10 - cópia do ato ordinatório ou do despacho que intimou as partes sobre a atualização dos cálculos pela Contadoria, bem como as certidões das respectivas intimações via Diário e via Portal; 11 - cópia da procuração outorgada ao advogado; 12 - cópia do despacho ou decisão que determinou a expedição da requisição de pagamento. Intime-se.

ADV: JOSÉ RICARDO MARTINS PONTES (OAB 900A/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0638080-66.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Aluisio de Oliveira Borges - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls. 114/115, conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0641201-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Liliany Viana de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para que digam sobre o laudo pericial, na forma prescrita pelo do art. 477, §1º, CPC/2015. Intime-se.

ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM) - Processo 0643041-84.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bruno Vieira do Espírito Santo - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0644044-40.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - EXEQUENTE: M.A.P.P. - Consoante o Ofício n.º 3.239/2019 encaminhado pela Procuradoria Geral do Estado, o Governo do Estado editou o Decreto n.º 40.878, publicado em 27 de junho de 2019, criando um Grupo de Trabalho com a finalidade de quantificar o valor devido aos Policiais Militares e Bombeiros Militares em função das respectivas promoções retroativas concedidas, fixando o prazo de 90 (noventa) dias para apresentação de proposta de pagamento administrativo. Desta feita, considerando a possibilidade de transação extrajudicial, DEFIRO o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias. Decorrido o prazo consignado, retornem os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0649099-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença Prêmio - REQUERENTE: Tania Maria Fonseca Ferreira - Erro no peticionamento eletrônico. Corrija-se a classe processual para “procedimento comum”. Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

Adolpho Mauro Maués Nazareth (OAB 5540/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)

Caroline Pereira de Souza (OAB 6118/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christine Monteiro Augusto Souza (OAB 5087/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gabriella de Souza Dantas da Costa (OAB 218640/RJ)
Gérson da Silva Paulino (OAB 8445/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Ingrid Mendonça Ossuosky (OAB 7573/AM)
Iran Bayma de Melo (OAB 002.463/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Paulo Monteiro de Lima (OAB 7618/AM)
João Ricardo Braga (OAB 7953/AM)
Joísa Maciel Guerra de Souza (OAB 7774/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
JORGE FERNANDES DE OLIVEIRA (OAB 8054/AM)
JOSÉ RICARDO MARTINS PONTES (OAB 900A/AM)
Juliana Souza Rodrigues (OAB 10547/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Luiz Henrique Zubaran Ossuosky Filho (OAB 7537/AM)
Marcelo Ferreira da Costa Filho (OAB 7023/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Samara Ribeiro De Souza (OAB 10152/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0183/2019

ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM) - Processo 0610504-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERIDO: Elias Cruz da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte embargada para que diga, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos declaratórios opostos, tendo em vista os efeitos infringentes perseguidos (Art. 1023, §2° c/c Art. 183, caput, do CPC). Intime-se.

Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)

3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO ETELVINA LOBO BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DARCLEIDE FERREIRA DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0072/2019

ADV: ELINE DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 7543/AM), ADV: LEILA DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 5.310/AM) - Processo 0007376-42.2006.8.04.0001 (001.06.007376-5) - Mandado de Segurança Infância e Juventude - IMPETRANTE: Espólio de Francisco Chagas de Oliveira - IMPETRADO: Presidente do Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Compulsando os autos, fora verificado que não constam cópias dos documentos pessoais da parte autora e/ou do seu patrono (RG, CPF e NIT do advogado). Assim, a presente certidão será publicada para fins de intimação da parte autora, por seu advogado, para juntar os documentos supracitados, bem como as demais informações descritas no art. 18, e Anexo I, Modelo II, ambos da Resolução nº 003/2014-TJAM, no prazo de quinze (15) dias, a fim de instruir o Precatório. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM) - Processo 0250689-93.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Jonas da Silva Parente - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Governo do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública - INTSSADO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas/ ou da parte autora/ ou das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: ZENIZE RIBEIRO TAMER (OAB 5489/AM) - Processo 0251448-57.2011.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - IMPETRANTE: Eliane Câmara Elias - IMPETRADO: Diretor Presidente da Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - De ordem da MMa Juíza de Direito, Dra. Etelvina Lobo Braga, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18, alíneas, da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. “OBS” os documentos elencados na alínea “c”, devem vir acompanhados de cópias.

ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0605362-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Luiz Augusto dos Santos Aguiar - REQUERIDA: Município de Manaus - Em face do exposto, ACOLHO PARCIALMENTE a preliminar de mérito de prescrição no sentido de declarar prescritas as verbas pretendidas anteriores à 05/02/2014. Nomeio ANNIK PIMENTA LEAO DINIZ DE CARVALHO, engenheira, para atuar como perita, o qual deverá ser intimado para, no prazo de cinco (05) dias, cumprir os requisitos descritos nos incisos II e III do § 2º, do art. 465 do CPC. Após, intimem-se, ainda, as partes para cumprimento dos incisos do 1º, do supracitado artigo, no prazo de quinze (15) dias. Fixo, desde já, o prazo de trinta (30) dias para a entrega do Laudo Pericial (art. 465, CPC). Considerando que a prova pericial fora requisita pela parte autora e a mesma é beneficiária da justiça gratuita, determina-se as providências necessárias da Secretaria desta Vara, junto ao TJAM, a fim de autorizar e liberar o pagamento dos honorários, em favor do(a) perito(a) nomeado(a) acima, que ora fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme limites estabelecidos na Resolução n. 127/2011/CNJ e Portaria 1.233/2012/TJAM. Publique-se. Cumpra-se

ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM) - Processo 0624123-71.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: JOSÉ ELISEU LIMA DA CRUZ - ELIAIDE RODRIGUES DE OLIVEIRA - IVANILSON MIRANDA SIQUEIRA - HÉLIO DOS SANTOS CASTRO - GEANE DE SOUZA MONTEIRO - ELENIZE DO NASCIMENTO LEITE e outro - REQUERIDO: FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO ESTADO DO AMAZONAS FVS e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação da parte requerida, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos pela parte autora. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0636071-39.2015.8.04.0001 - Execução Contra a Fazenda Pública - Juros - REQUERENTE: GLAUCO PRIMUS BRASIL PAIVA - GLAUCIA BRASIL PAIVA PORTO - Luís Roberto Paiva Filho - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Certifico,

nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 dias, para apresentar impugnação a execução (art. 535, do CPC). É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: FERNANDA MIRANDA FERREIRA DE MATTOS (OAB 5003/AM) - Processo 0647908-52.2019.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Município de Manaus - REQUERIDA: Maria Salete da Silva Marques - HOMOLOGO,para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação a fls. 95/97 celebrada entre o Município de Manaus e Maria Salete da Silva Marques, objetivando o pagamento de indenização em razão da desapropriação e das benfeitorias existentes no imóvel situado na Travessa Flavio Cavalcante, nº 423, Quadra 5, Tancredo Neves registrado sob o número 61.235, no Cartório do 4° Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de letras, com área total de 188,47m2. Por consequência, tendo a transação efeito de sentença entre as partes, julgo extinto o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil, já distribuídas entre as partes, na transação, custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Publique-se. Intimem-se. Oportunamente, arquive-se, com a devida baixa.

ADV: ÉRICA ROBERTA RÉGIS DA SILVA (OAB 4815/AM) - Processo 0652047-81.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Administrativos - REQUERIDO: Norte Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e outro - De ordem da MMa Juíza de Direito, Dra. Etelvina Lobo Braga, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18, alíneas, da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. "OBS" os documentos elencados na alínea "c", devem vir acompanhados de cópias.

Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Eline de Oliveira Souza (OAB 7543/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Érica Roberta Régis da Silva (OAB 4815/AM)
Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (OAB 5003/AM)
Leila de Oliveira Souza (OAB 5.310/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Zenize Ribeiro Tamer (OAB 5489/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0177/2019

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0212380-66.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - EXEQUENTE: ELIZA CARDOSO DE OLIVEIRA - Autos nº:0212380-66.2012.8.04.0001 Classe:Cumprimento de Sentença Exequente: Executado: ELIZA CARDOSO DE OLIVEIRA Estado do Amazonas DESPACHO Defere-se o pedido de cumprimento de sentença. Ademais, intime-se a parte executada para, caso assim desejar, impugnar a execução, no prazo de 30 (trinta) dias, segundo dicção que se extrai do artigo 535 da Lei 13.105/2015 - Código de Processo Civil. Havendo impugnação à presente execução, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo legal. Decorrido os prazos, façam-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 19 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: CLÁUDIO RAMOS MENEZES (OAB 2667/AM) - Processo 0267045-66.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Maria de Fátima Braga Gandra - REQUERIDO: Manaus Previdência - MANAUSPREV - PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Processo nº 0267045-66.2011.8.04.0001 Classe: Procedimento Comum Cível Autor(a): Maria de Fátima Braga Gandra Réu(s): Manaus Previdência - MANAUSPREV CERTIDÃO Certifico que no dia 10/09/2019, foram os presentes autos recebidos nesta Secretaria, no estado em que se encontram, oriundos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. É o que me cumpre certificar. Manaus, 25 de setembro de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 3º do Provimento nº 63/02-CGJ, ficam as partes intimadas, acerca do retorno dos presentes autos ao 1º Grau, e, querendo, se manifestarem no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entenderem de direito, inclusive para fins de execução, sob pena de arquivamento. Manaus,25 de setembro de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM) - Processo 0616677-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Benedita dos Santos Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - SENTENÇA Autos nº:0616677-75.2017.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto:Admissão / Permanência / Despedida Autora:Benedita dos Santos Silva Réu:Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Antes de iniciar o relatório, cumpre ressaltar que os autos presentemente decididos, consoante provimento de correição de fls. 107/108, foram inicialmente distribuídos em data de 10/05/2017, para o Juízo da 4a. Vara da Fazenda Estadual, extinta por força da LC n.198/2018, motivo pelo qual os mesmos autos foram redistribuídos para esta 4a. Vara da Fazenda Pública em data de 30.08.2018. Registra-se, ainda, que os autos se encontravam sem movimentação desde 16/08/2017, antes de serem recebidos pelo presente juízo. Trata-se de ação ordinária ajuizada por Benedita dos Santos Silva em face do Estado do Amazonas, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora que em 31/08/2005 foi admitida pelo Estado do Amazonas, ocupando cargo temporário de Técnico de Enfermagem sob a égide do art. 37, IX, da CR/1988 e Lei Estadual nº 2.607/2000, e permaneceu laborando para o Ente Estadual até 21/12/2016, quando foi dispensado. Alega que estaria descaraterizada a excepcionalidade e natureza temporária da contratação em razão de ter sido extrapolada a condição de excepcionalidade da contratação, motivo pelo qual requer a declaração de nulidade do contrato, bem como o reconhecimento do direito da autora em receber valores referentes ao FGTS que deveria ser recolhido sobre o período laborado mais multa de 40%. Despacho à fl. 21, determinando a realização de audiência de conciliação, bem como a citação do réu. Contestação do Estado do Amazonas, fls. 26/34, tempestiva. Após síntese fática, apontou questão prejudicial de prescrição. No mérito, sustentou a inexistência de nulidade da contratação e que esta tem natureza jurídica administrativa e não celetista, não existindo amparo legal para o reconhecimento do pagamento de FGTS, não sendo aplicável o art. 19-A da Lei 8.036/1990. Aduziu que seria inaplicável ao caso concreto o que foi decido pelo STF no RE nº 596.478-7. Impugnou os valores de FGTS pleiteados. Juntou fichas financeiras às fls. 35/85. Réplica, fls. 87/91. Parecer Ministerial às fls. 94/102, tendo o Parquet opinado pela parcial procedência do pedido. Despacho anunciando o julgamento antecipado da lide, às fls. 109/110, tendo as partes anuído com o anúncio feito. É o relatório. II.- Fundamenta-se. Da prescrição Como é cediço, a prescrição da pretensão contra a Fazenda Pública corre pelo prazo quinquenal, conforme estabelece o art. 1º, Decreto nº 20.910/1932. Esse, inclusive, é o entendimento firmado pelo STJ. Veja-se: O prazo prescricional referente à pretensão de reparação civil contra a Fazenda Pública é quinquenal, conforme previsto no art. 1º do Decreto-Lei n. 20.910/1932, e não trienal, nos termos do art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil de 2002, que prevê a prescrição em pretensão de reparação civil. (AgRg no AgRg no REsp 1251801/MS, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em

1º/03/2012, DJe 07/03/2012). Ocorre que, por força da modulação dos efeitos da decisão que entendeu superado o entendimento sobre a prescrição trintenária, a parte autora se encaixa naquela regra, não havendo que se aplicar a prescrição quinquenal. É a jurisprudência: RECURSO DE REVISTA. PRESCRIÇÃO DO FGTS. INDENIZAÇÃO DE 40% SOBRE O FGTS. PERÍODO DE 1976 A 1997. AÇÃO AJUIZADA EM 2016. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO DO STF (ARE-709212/DF). PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. O reclamante busca a indenização de 40% sobre o FGTS referente a todo o pacto laboral, compreendido entre 1976 a 1997. No caso, a presente reclamação trabalhista foi ajuizada no ano de 2016, tendo a Corte Regional entendido ser bienária a prescrição da pretensão da reclamante no que diz respeito à indenização de 40% sobre o FGTS. No julgamento do ARE 709.212-DF, com repercussão geral reconhecida, ocorrido na sessão plenária de 13/11/2014, o STF declarou a inconstitucionalidade dos arts. 23, § 5º, da Lei 8.036/90 e 55 do Regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto 99.684/90 e decidiu que o prazo prescricional para a cobrança de depósitos de FGTS está regulado no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal. Concluiu, e com base nos incisos III e XXIX do art. 7º da Constituição Federal, que é de cinco anos, e não de trinta, o prazo prescricional em análise. Entretanto, o STF procedeu à modulação de efeitos da sua decisão, atribuindo-lhe eficácia ex nunc. Assim, determinou que, nas hipóteses em que o termo inicial da prescrição ocorra após a data de sua prolação, aplica-se de imediato o prazo prescricional de cinco anos, porém, para os casos em que o prazo prescricional já estava em curso, aplica-se o que ocorrer primeiro, trinta anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir da aludida decisão. No presente caso, o prazo prescricional de trinta anos já estava em curso ao tempo da citada decisão do STF, de forma a concluir-se que não há prescrição a ser declarada, porquanto dentro dos parâmetros modulatórios da decisão que declarou a inconstitucionalidade do art. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/90. Afastada aprescriçãototal e estando a causa madura para o julgamento, impõe-se a aplicação do artigo 1.013, § 3º, do CPC para prosseguir no exame imediato da lide e, por conseguinte, deferir o pedido. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento. (TST - RR: 210333920165040005, Data de Julgamento: 26/09/2018, Data de Publicação: DEJT 28/09/2018) Desse modo, para aqueles [casos] cujo termo inicial da prescrição ocorra após a data do presente julgamento, aplica-se, desde logo, o prazo de cinco anos. Por outro lado, para os casos em que o prazo prescricional já esteja em curso, como é o caso em tela, aplica-se o que ocorrer primeiro: 30 anos, contados do termo inicial, ou 5 anos, a partir da decisão (STF, Pleno, ARE nº 709.212/DF, voto, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 13.11.2014). No presente caso, o prazo prescricional de trinta anos já estava em curso ao tempo da citada decisão do STF, de forma a concluir-se que não há prescrição a ser declarada, porquanto dentro dos parâmetros modulatórios da decisão que declarou a inconstitucionalidade do art. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/90. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Direito do trabalho. Fundo de garantia por tempo de serviço (fgts). Cobrança de valores não pagos. Prazo prescricional. Prescrição quinquenal. Art. 7º, XXIX, da constituição. Superação de entendimento anterior sobre prescrição trintenária. Inconstitucionalidade dos arts. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/1990 e 55 do regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto nº 99.684/1990. Segurança jurídica. Necessidade demodulação dos efeitos da decisão. Art. 27 da Lei nº 9.868/1999. Declaração de inconstitucionalidade com efeitos ex nunc. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (Supremo Tribunal Federal STF; ARE 709.212; DF; Rel. Min. Gilmar). Da natureza jurídica do contrato firmado entre as partes. O caso em tela versa sobre a contratação de agente público para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do art. 37, IX da CF/1988, in verbis: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...] IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (g.n.) Como é cediço, quando há contratação sob a denominação “temporária”, há que se obedecer aos estritos mandamentos da Constituição Federal de 1988, quais sejam: o tempo determinado e a necessidade temporária de excepcional interesse público. Porém, verifica-se que, no caso em tela, houve a superveniente perda dos requisitos constitucionais da transitoriedade e da excepcionalidade da contratação, posto que o autor trabalhou de 31/08/2005 a 21/12/2016, ou seja, por cerca de 11 (onze) anos para o réu, o que descaracterizou a natureza excepcional da relação contratual, daí porque o reconhecimento da nulidade da contratação é medida que se impõe, o que, ressalve-se, não descaracteriza a natureza administrativa da relação jurídica. Como é cediço, nos casos de contratação nula do agente público, além de lhes ser reconhecido o direito à percepção dos depósitos mensais de 8% do FGTS durante o período trabalhado e não alcançado pela prescrição quinquenal conforme se verá abaixo, impõe-se a observância ao disposto no artigo 39, § 3º, da CRFB/88, que prescreve o seguinte: Art. 39. (...) § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. Assim, não são assegurados ao pessoal contratado sob o regime de direito administrativo direitos não previstos para os servidores públicos em geral na Constituição Federal, especialmente nos incisos a que se reporta do § 3º do art. 37 desse diploma, bem como os direitos previstos no estatuto dos servidores, com a observância das exceções decorrentes da peculiar natureza desse tipo de contratação. Em outras palavras, só são assegurados ao pessoal contratado sob o regime de direito administrativo, nos casos de contratação nula, os seguintes direitos: i) à percepção dos depósitos mensais de FGTS (8%); ii) todos os direitos previstos para os servidores públicos em geral na Constituição Federal, especialmente nos incisos a que se reporta do § 3º do art. 37 desse diploma, bem como os direitos previstos no estatuto dos servidores, salvo os direitos incompatíveis com a peculiar natureza da contratação nula. Desse modo, a parte demandante apenas faria jus ao pagamento das seguintes verbas rescisórias, caso comprovada a ausência do pagamento : - depósitos do FGTS de 8% - relativamente ao período de 31/08/2005 a 21/12/2016. As demais verbas requeridas na inicial são indevidas, nos termos da constituição federal e da jurisprudência do STF. O réu, por sua vez, comprovou que os valores elencados, à título de 13º salário (fl.84/85) e férias (fl.82), foram devidamente pagos. Da multa rescisória de 40% do FGTS Quanto ao pedido de multa rescisória de 40% no FGTS, a Lei n. 8.036/1990, no art. 18, § 1º, dispõe o seguinte: Art. 18. (...) § 1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997). Assim, verifica-se que, no caso em tela, a relação estabelecida entre o autor e o réu foi de natureza administrativa, razão pela qual não há que se falar em multa de 40% no FGTS, instituto de natureza celetista criado para compensar a violação, pelo empregador, ao princípio da continuidade da relação de emprego, sendo que tal princípio não se aplica às contratações realizadas pela administração Pública, marcadas pela temporariedade de sua duração. Desse modo, o pedido da demandante de pagamento de multa rescisória de 40% no FGTS não merece ter guarida. Dos depósitos mensais de 8% do FGTS O depósito mensal de 8% do FGTS é um direito reconhecido ao trabalhador nos casos em que seu contrato de trabalho for declarado nulo, conforme revê o art. 19-A, da Lei 8.036/90, in verbis: Art.19-A.É devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2o, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário. Nesse sentido, cumpre destacar que o STF já manifestou o entendimento de que o sobredito dispositivo legal se aplica aos agentes públicos cujos contratos sejam declarados nulos, veja-se: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DECLARADA NULA. PAGAMENTO DE FGTS. CABIMENTO. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO. 1. É devido o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço aos servidores contratados temporariamente (art. 37, IX, CF) nas hipóteses em que o contrato firmado com a

Administração Pública é declarado nulo. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. [RE 816105 AgR-segundo/MG - Minas Gerais (a): Min. Edson Fachin. Julgamento: 25/11/2016 Órgão Julgador: Primeira Turma; Publicação: DJe-260 Divulg: 06/12/2016; Public: 07/12/2016] Dessa forma, com base no entendimento jurisprudencial do STF, merece amparo o pleito do autor de indenização dos depósitos mensais de 8% do FGTS requerido pelo autor relativamente ao período de 31/08/2005 a 21/12/2016. III.- Decide-se Confirma-se a rejeição da preliminar levantada pelo réu, conforme fundamentado previamente. Na sequência, quanto ao mérito: Diante de todo o exposto, JULGA-SE (IM)PROCEDENTE a presente ação para condenar o réu ao pagamento do FGTS de 8% - relativamente ao período de 31/08/2005 a 21/12/2016. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I [...], do Código de Processo Civil. Os valores condenatórios a título de danos materiais deverão ser atualizados pelos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês e correção monetária pelo IPCA-e, cujo termo inicial de ambos é data da extinção do contrato de trabalho. Concede-se à parte autora os benefícios da justiça gratuita. Ausência do pagamento de custas por ser o réu a Fazenda Pública e o autor beneficiário da justiça gratuita. Por fim, diante da sucumbência recíproca (tendo em vista que não foi concedida a totalidade dos valores pugnados na inicial), e equivalente, condena-se a parte autora e a ré ao pagamento, respectivamente, de 30% e 70% dos honorários advocatícios, ao patrono da parte adversa, fixados em 10% sobre o valor do proveito econômico, nos termos do artigo 85, §3.°, I, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. A atualização destes deve ser feita com a aplicação dos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês, a partir do trânsito em julgado e correção monetária pelo IPCA-e, a partir do arbitramento. Sentença não sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de setembro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM) - Processo 0617714-40.2017.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Jucileide das Graças Teles Marques - REQUERIDA: Município de Manaus - DESPACHO Autos nº:0617714-40.2017.8.04.0001 ClasseDesapropriação AssuntoDesapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 Autor(a):Jucileide das Graças Teles Marques Réu(s):Município de Manaus Vistos etc. Da análise dos autos, constata-se que as partes são legítimas e presentes se acham as demais condições da ação. Ainda, verifica-se a inexistência de irregularidades a sanar ou nulidades a declarar. Por consequência, o processo se acha em ordem, razão pela qual declara-se o mesmo saneado para que produza seus legais efeitos. Noutro giro, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente a necessidade e a pertinência para a decisão do feito, sob pena de preclusão, esclarecendo, no mesmo prazo, se pretendem o julgamento imediato do pedido. Salienta-se que a atividade probatória deve ser exercida para comprovação doa danos morais e materiais sofridos pela autora, sendo seu ônus comprovar os danos alegados na inicial. Registra-se, ainda, que o protesto genérico pela produção de todas as provas não substitui a obrigação das partes de indicar, de forma específica e justificada, aquelas com as quais pretendem demonstrar os fatos alegados, nos termos dos artigos 319, inciso VI, e 336, do Código de Processo Civil. Assim, ficam as partes advertidas, desde já, que o silêncio ou a apresentação de requerimentos genéricos serão interpretados como concordância com o julgamento antecipado do processo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 24 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: JOÃO MANOEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 4677/AM) - Processo 0620130-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Alex Garcia Vasquez - SENTENÇA Autos nº:0620130-78.2017.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto:DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Autor:Alex Garcia Vasquez Réu:Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Antes de iniciar o relatório, cumpre ressaltar que os autos presentemente decididos, consoante provimento de correição de fls. 186/187, foram inicialmente distribuídos em data de 07/06/2017, para o Juízo da 4a. Vara da Fazenda Estadual, extinta por força da LC n.198/2018, motivo pelo qual os mesmos autos foram redistribuídos para esta 4a. Vara da Fazenda Pública em data de 30.08.2018. Registra-se, ainda, que os autos se encontravam sem movimentação desde 31/10/2017, antes de serem recebidos pelo presente juízo. Trata-se de ação declaratória de nulidade de contrato temporário cumulado com cobrança de FGTS e danos morais ajuizada por Alex Garcia Vasquez em face do Estado do Amazonas, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora que em 04/11/2009 foi admitida pelo Estado do Amazonas sob a égide do art. 37, IX, da CR/1988 e Lei Estadual nº 2.607/2000, e permaneceu laborando para o Ente Estadual até 28/10/2016, quando foi dispensada. Alega que estaria descaraterizada a excepcionalidade e natureza temporária da contratação em razão de ter sido extrapolada a condição de excepcionalidade da contratação, motivo pelo qual requer a declaração de nulidade do contrato, bem como o reconhecimento do direito da Autora de receber valores referentes ao FGTS que deveria ser recolhido sobre o período laborado, acrescido de multa de 40%. Requer, ainda, pagamento de férias e 13º salário proporcionais, relativos ao último ano de contratação e indenização por danos morais, que valorou em R$ 50.000,00 (cinquenta mil). Despacho, fls. 117, suprimindo audiência de conciliação e determinando a citação. Contestação do Estado do Amazonas, fls. 122/139. Após síntese fática, apontou questão prejudicial de prescrição. No mérito sustentou a inexistência de nulidade da contratação e que esta tem natureza jurídica administrativa e não celetista, não existindo amparo legal para o reconhecimento do pagamento de FGTS, não sendo aplicável o art. 19-A da Lei 8.036/1990. Impugnou os valores de FGTS pleiteados. Alegou inexistirem requisitos ensejadores da responsabilização do Estado e a ausência de danos morais a indenizar. Juntou fichas financeiras às fls. 140/161. Réplica, fls. 162/169. Parecer Ministerial às fls. 171/181, tendo o Parquet opinado pela parcial procedência do pedido. Despacho anunciando o julgamento antecipado da lide, às fls. 188, tendo as partes anuído com o anúncio feito. É o relatório. II.- Fundamenta-se. Da prescrição Como é cediço, a prescrição da pretensão contra a Fazenda Pública corre pelo prazo quinquenal, conforme estabelece o art. 1º, Decreto nº 20.910/1932. Esse, inclusive, é o entendimento firmado pelo STJ. Veja-se: O prazo prescricional referente à pretensão de reparação civil contra a Fazenda Pública é quinquenal, conforme previsto no art. 1º do Decreto-Lei n. 20.910/1932, e não trienal, nos termos do art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil de 2002, que prevê a prescrição em pretensão de reparação civil. (AgRg no AgRg no REsp 1251801/MS, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 1º/03/2012, DJe 07/03/2012). Ocorre que, por força da modulação dos efeitos da decisão que entendeu superado o entendimento sobre a prescrição trintenária, a parte autora se encaixa naquela regra, não havendo que se aplicar a prescrição quinquenal. É a jurisprudência: RECURSO DE REVISTA. PRESCRIÇÃO DO FGTS. INDENIZAÇÃO DE 40% SOBRE O FGTS. PERÍODO DE 1976 A 1997. AÇÃO AJUIZADA EM 2016. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO DO STF (ARE-709212/DF). PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. O reclamante busca a indenização de 40% sobre o FGTS referente a todo o pacto laboral, compreendido entre 1976 a 1997. No caso, a presente reclamação trabalhista foi ajuizada no ano de 2016, tendo a Corte Regional entendido ser bienária a prescrição da pretensão da reclamante no que diz respeito à indenização de 40% sobre o FGTS. No julgamento do ARE 709.212-DF, com repercussão geral reconhecida, ocorrido na sessão plenária de 13/11/2014, o STF declarou a inconstitucionalidade dos arts. 23, § 5º, da Lei 8.036/90

e 55 do Regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto 99.684/90 e decidiu que o prazo prescricional para a cobrança de depósitos de FGTS está regulado no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal. Concluiu, e com base nos incisos III e XXIX do art. 7º da Constituição Federal, que é de cinco anos, e não de trinta, o prazo prescricional em análise. Entretanto, o STF procedeu à modulação de efeitos da sua decisão, atribuindo-lhe eficácia ex nunc. Assim, determinou que, nas hipóteses em que o termo inicial da prescrição ocorra após a data de sua prolação, aplica-se de imediato o prazo prescricional de cinco anos, porém, para os casos em que o prazo prescricional já estava em curso, aplica-se o que ocorrer primeiro, trinta anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir da aludida decisão. No presente caso, o prazo prescricional de trinta anos já estava em curso ao tempo da citada decisão do STF, de forma a concluir-se que não há prescrição a ser declarada, porquanto dentro dos parâmetros modulatórios da decisão que declarou a inconstitucionalidade do art. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/90. Afastada aprescriçãototal e estando a causa madura para o julgamento, impõe-se a aplicação do artigo 1.013, § 3º, do CPC para prosseguir no exame imediato da lide e, por conseguinte, deferir o pedido. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento. (TST - RR: 210333920165040005, Data de Julgamento: 26/09/2018, Data de Publicação: DEJT 28/09/2018) Desse modo, para aqueles [casos] cujo termo inicial da prescrição ocorra após a data do presente julgamento, aplica-se, desde logo, o prazo de cinco anos. Por outro lado, para os casos em que o prazo prescricional já esteja em curso, como é o caso em tela, aplica-se o que ocorrer primeiro: 30 anos, contados do termo inicial, ou 5 anos, a partir da decisão (STF, Pleno, ARE nº 709.212/DF, voto, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 13.11.2014). No presente caso, o prazo prescricional de trinta anos já estava em curso ao tempo da citada decisão do STF, de forma a concluir-se que não há prescrição a ser declarada, porquanto dentro dos parâmetros modulatórios da decisão que declarou a inconstitucionalidade do art. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/90. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Direito do trabalho. Fundo de garantia por tempo de serviço (fgts). Cobrança de valores não pagos. Prazo prescricional. Prescrição quinquenal. Art. 7º, XXIX, da constituição. Superação de entendimento anterior sobre prescrição trintenária. Inconstitucionalidade dos arts. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/1990 e 55 do regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto nº 99.684/1990. Segurança jurídica. Necessidade demodulação dos efeitos da decisão. Art. 27 da Lei nº 9.868/1999. Declaração de inconstitucionalidade com efeitos ex nunc. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (Supremo Tribunal Federal STF; ARE 709.212; DF; Rel. Min. Gilmar). Da natureza jurídica do contrato firmado entre as partes. O caso em tela versa sobre a contratação de agente público para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do art. 37, IX da CF/1988, in verbis: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...] IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (g.n.) Como é cediço, quando há contratação sob a denominação “temporária”, há que se obedecer aos estritos mandamentos da Constituição Federal de 1988, quais sejam: o tempo determinado e a necessidade temporária de excepcional interesse público. Porém, verifica-se que, no caso em tela, houve a superveniente perda dos requisitos constitucionais da transitoriedade e da excepcionalidade da contratação, posto que o autor trabalhou de 04/11/2009 a 28/10/2016, ou seja, por cerca de 5 (cinco) anos para o réu, o que descaracterizou a natureza excepcional da relação contratual, daí porque o reconhecimento da nulidade da contratação é medida que se impõe, o que, ressalve-se, não descaracteriza a natureza administrativa da relação jurídica. Como é cediço, nos casos de contratação nula do agente público, além de lhes ser reconhecido o direito à percepção dos depósitos mensais de 8% do FGTS durante o período trabalhado e não alcançado pela prescrição quinquenal conforme se verá abaixo, impõe-se a observância ao disposto no artigo 39, § 3º, da CRFB/88, que prescreve o seguinte: Art. 39. (...) § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. Assim, não são assegurados ao pessoal contratado sob o regime de direito administrativo direitos não previstos para os servidores públicos em geral na Constituição Federal, especialmente nos incisos a que se reporta do § 3º do art. 37 desse diploma, bem como os direitos previstos no estatuto dos servidores, com a observância das exceções decorrentes da peculiar natureza desse tipo de contratação. Em outras palavras, só são assegurados ao pessoal contratado sob o regime de direito administrativo, nos casos de contratação nula, os seguintes direitos: i) à percepção dos depósitos mensais de FGTS (8%); ii) todos os direitos previstos para os servidores públicos em geral na Constituição Federal, especialmente nos incisos a que se reporta do § 3º do art. 37 desse diploma, bem como os direitos previstos no estatuto dos servidores, salvo os direitos incompatíveis com a peculiar natureza da contratação nula. Desse modo, a parte demandante apenas faria jus ao pagamento das seguintes verbas rescisórias, caso comprovada a ausência do pagamento : - 13° salário proporcional (10/12 avos); - Férias proporcionais (3/12 avos), acrescidas de 1/3 constitucional; - depósitos do FGTS de 8% - relativamente ao período de 04/11/2009 a 28/10/2016. O réu, por sua vez, não foi capaz de comprovar que os valores elencados acima foram devidamente pagos ao demandante, motivo pelo qual, tem-se como comprovado a ausência do pagamento. Da multa rescisória de 40% do FGTS Quanto ao pedido de multa rescisória de 40% no FGTS, a Lei n. 8.036/1990, no art. 18, § 1º, dispõe o seguinte: Art. 18. (...) § 1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997). Assim, verifica-se que, no caso em tela, a relação estabelecida entre o autor e o réu foi de natureza administrativa, razão pela qual não há que se falar em multa de 40% no FGTS, instituto de natureza celetista criado para compensar a violação, pelo empregador, ao princípio da continuidade da relação de emprego, sendo que tal princípio não se aplica às contratações realizadas pela administração Pública, marcadas pela temporariedade de sua duração. Desse modo, o pedido da demandante de pagamento de multa rescisória de 40% no FGTS não merece ter guarida. Dos depósitos mensais de 8% do FGTS O depósito mensal de 8% do FGTS é um direito reconhecido ao trabalhador nos casos em que seu contrato de trabalho for declarado nulo, conforme revê o art. 19-A, da Lei 8.036/90, in verbis: Art.19-A.É devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2o, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário. Nesse sentido, cumpre destacar que o STF já manifestou o entendimento de que o sobredito dispositivo legal se aplica aos agentes públicos cujos contratos sejam declarados nulos, veja-se: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DECLARADA NULA. PAGAMENTO DE FGTS. CABIMENTO. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO. 1. É devido o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço aos servidores contratados temporariamente (art. 37, IX, CF) nas hipóteses em que o contrato firmado com a Administração Pública é declarado nulo. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. [RE 816105 AgR-segundo/MG - Minas Gerais (a): Min. Edson Fachin. Julgamento: 25/11/2016 Órgão Julgador: Primeira Turma; Publicação: DJe-260 Divulg: 06/12/2016; Public: 07/12/2016] Dessa forma, com base no entendimento jurisprudencial do STF, merece amparo o pleito do autor de indenização dos depósitos mensais de 8% do FGTS requerido pelo autor relativamente ao período de 01/04/2002 a 29/12/2007. Do dano moral O dano moral é constitucionalmente assegurado como forma de proteção ao direito fundamental à honra, intimidade e privacidade, conforme o disposto no art. 5º, X da Constituição Federal de 1988. Na verdade, para a configuração do dano moral, o magistrado deve se pautar pela lógica do razoável, reputando dano somente à dor, ao sofrimento ou à humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições,

angústia e desequilíbrio em seu bem estar. No que diz respeito à suposta ocorrência de dano moral, é de se firmar que o autor não apresenta nenhuma prova de que a falta de recolhimento do FGTS ou o encerramento de um contrato de trabalho temporário com o Estado possa lhe causar tamanho transtorno a ponto de justificar a sua indenização. Isto porque detinha pleno conhecimento da situação precária e temporária na qual foi contratado.É a jurisprudência quanto ao caso em tela: Apelação Cível. Direito Administrativo. Ação com pedido de nulidade do processo administrativo de demissão do contratado e indenização por danos morais. Contrato temporário de trabalho. Ato administrativo precário que pode ser rescindido segundo os critérios de conveniência e oportunidade da Administração. Ao Poder Judiciário incumbe apenas a análise da legalidade do ato administrativo. Modalidade de contratação que é exceção a regra do nosso sistema jurídico, prevista na Constituição Federal em seu artigo 37, inciso IX. A eventual renovação do contrato, não tem o condão de gerar ao contratado o direito de permanecer na Administração Pública. Inexistência de vinculo do contratado com o cargo ou a função exercida. Ausência de qualquer vício que possa macular o ato administrativo que se pretende nulificar. Danos moral não configurado. Precedentes em nosso Tribunal. Apelação manifestamente improcedente. Recurso a que se nega seguimento, na forma autorizada pelo artigo 557 do Código de Processo Civil. (0407678-18.2008.8.19.0001 - APELACAO, DES. CLAUDIO BRANDAO - Julgamento: 29/03/2011 - DECIMA QUARTA CAMARA CÍVEL). III.- Decide-se Confirma-se a rejeição da preliminar levantada pelo réu, conforme fundamentado previamente. Na sequência, quanto ao mérito: Diante de todo o exposto, JULGA-SE PARCIAL PROCEDENTE a presente ação para condenar o réu ao pagamento de 13° salário proporcional (10/12 avos), Férias proporcionais (3/12 avos), acrescidas de 1/3 constitucional, depósitos do FGTS de 8% - relativamente ao período de 04/11/2009 a 28/10/2016. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Julgam-se improcedentes os demais pleitos. Os valores condenatórios a título de danos materiais deverão ser atualizados pelos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês e correção monetária pelo IPCA-e, cujo termo inicial de ambos é data dO encerramento do contrato de trabalho. Concede-se à parte autora os benefícios da justiça gratuita. Ausência do pagamento de custas por ser o réu a Fazenda Pública e o autor beneficiário da justiça gratuita. Por fim, diante da sucumbência recíproca (tendo em vista que não foi concedida a totalidade dos valores pugnados na inicial), e equivalente, condena-se a parte autora e a ré ao pagamento, respectivamente, de 50% (cinquenta por cento) dos honorários advocatícios, ao patrono da parte adversa, fixados em 10% sobre o valor do proveito econômico, nos termos do artigo 85, §3.°, I, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. A atualização destes deve ser feita com a aplicação dos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês, a partir do trânsito em julgado e correção monetária pelo IPCA-e, a partir do arbitramento. Sentença não sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de setembro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0624126-50.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - EXEQUENTE: Consuelo Gomes de Araujo - EXECUTADA: Município de Manaus - Autos nº:0624126-50.2018.8.04.0001 Classe:Cumprimento de Sentença Autor: Réu: Consuelo Gomes de Araujo Município de Manaus SENTENÇA I.- Relata-se. Trata-se de cumprimento de sentença proposto por Consuelo Gomes de Araujo em face do Município de Manaus. Na fase de conhecimento, o impugnante foi condenado a pagar R$ 406.616,64 (quatrocentos e seis mil, seiscentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos), relativo à licença prêmio não gozada, à impugnada, conforme disposto na sentença de fls. 167/171. A referida sentença transitou em julgado, conforme certidão de fls. 189. Após o trânsito em julgado, a impugnada apresentou pedido de cumprimento de sentença (fls. 184/188 e 190/191), pugnando pelo intimação do executado para que este efetuasse o pagamento do montante de R$ 675.224,34 (seiscentos e setenta e cinco mil, duzentos e vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos), conforme demonstrativo de cálculo apresentado às fls. 186. Requereu ainda, os honorários sucumbenciais, aos quais foram arbitrados em 5 % do montante da condenação, acima mencionado, perfazendo a quantia de R$ 33.761,21 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e um reais e vinte um centavos). Às fls. 197, foi deferido o pedido de cumprimento de sentença, bem como determinou-se a intimação do impugnante para se manifestar sobre os cálculos apresentados no prazo legal. O executado, por sua vez, apresentou impugnação às fls. 200/205, alegando excesso na execução. Diante deste fato, o impugnante entende que o valor devido à exequente se traduz no montante de R$ 460.777,93 (quatrocentos e sessenta, sete centos e setenta sete mil e noventa três centavos), referente ao principal, bem como, R$ 23.038,90 (vinte três mil e trinta e oito reais, e noventa centavos) à título de honorários, totalizando montante de R$ R$ 483.816,83 (quatrocentos e oitenta e três mil, oito centos e dezesseis reais e oitenta e três centavos). A parte impugnada apresentou manifestação às fls. 207, afirmando que concorda com os valores apresentados pelo Município de Manaus. Ademais, requereu o destaque da quantia principal de 20% (vinte por cento) perfazendo R$ 96.763,36 (noventa e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos), relativos aos honorários contratuais (193/194). É o relatório. II.- Fundamenta-se. A parte impugnada requereu o cumprimento da sentença proferida às fls. 167/171, solicitando, assim, o pagamento do valor de R$ 675.224,34 (seiscentos e setenta e cinco mil, duzentos e vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos), conforme demonstrativo de cálculo apresentado às fls. 186. Requereu ainda, os honorários sucumbenciais, aos quais foram arbitrados em 5 % do montante da condenação, acima mencionado, perfazendo a quantia de R$ 33.761,21 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e um reais e vinte um centavos). O executado apresentou impugnação ao cumprimento de sentença alegando excesso na execução. Houve a parte autora concordar com o executado. Com efeito, ante a concordância da impugnada quanto ao valor apresentado pelo impugnante, outra solução não há que o acolhimento da impugnação, face a inexistência de controvérsia quanto ao valor do débito. Por consequência, não há óbice para que seja homologado o valor apontado como correto pelo executado, qual seja, R$ 460.777,93 (quatrocentos e sessenta, sete centos e setenta sete mil e noventa três centavos), referente ao principal, bem como, R$ 23.038,90 (vinte três mil e trinta e oito reais, e noventa centavos) à título de honorários, totalizando o montante de R$ R$ 483.816,83 (quatrocentos e oitenta e três mil, oito centos e dezesseis reais e oitenta e três centavos), devendo este ser pago a exequente. III.- Decide-se Diante do exposto, acolhe-se a impugnação apresentada às fls. 200/205, e, desde já, HOMOLOGA-SE o montante de R$ 460.777,93 (quatrocentos e sessenta, sete centos e setenta sete mil e noventa três centavos), referente ao principal, bem como, R$ 23.038,90 (vinte três mil e trinta e oito reais, e noventa centavos) à título de honorários, totalizando o montante de R$ R$ 483.816,83 (quatrocentos e oitenta e três mil, oito centos e dezesseis reais e oitenta e três centavos), para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o qual é devido à exequente. Destarte, após o trânsito em julgado desta sentença, proceda a Secretaria com as diligências necessárias para a expedição do precatório em favor da exequente, observando-se as disposições do, § 3º, inciso I, do art. 535, do CPC. Defere-se o destaque da quantia principal de 20% (vinte por cento) perfazendo R$ 96.763,36 (noventa e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos), relativos aos honorários contratuais (193/194). Destarte, condena-se a exequente ao pagamento de honorários de sucumbências, fixados em 5% sobre o excesso da execução. Sentença não sujeita ao reexame necessário. Com a notícia do pagamento, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de setembro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0626680-89.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Lafayette Cavalcante de Lima - REQUERIDO: Manaus Previdência - MANAUSPREV - Anick Kuhl Noronha e outro - DESPACHO Autos nº:0626680-89.2017.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível AssuntoPensão por Morte (Art. 74/9) Autor(a):Lafayette Cavalcante de Lima Réu(s):Manaus Previdência - MANAUSPREV, Anick Kuhl Noronha e Aimee Marie Kuhl Noronha Vistos etc. Da análise dos autos, constata-se que as partes são legítimas e presentes se acham as demais condições da ação. Ainda, verifica-se a inexistência de irregularidades a sanar ou nulidades a declarar. Por consequência, o processo se acha em ordem, razão pela qual declara-se o mesmo saneado para que produza seus legais efeitos. Noutro giro, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente a necessidade e a pertinência para a decisão do feito, sob pena de preclusão, esclarecendo, no mesmo prazo, se pretendem o julgamento imediato do pedido. Salienta-se que a atividade probatória deve ser exercida para comprovar a existência/manutenção da união estável entre o autor e a de cujus, sendo ônus do autor comprovar suas alegações. Registra-se que o protesto genérico pela produção de todas as provas não substitui a obrigação das partes de indicar, de forma específica e justificada, aquelas com as quais pretendem demonstrar os fatos alegados, nos termos dos artigos 319, inciso VI, e 336, do Código de Processo Civil. Assim, ficam as partes advertidas, desde já, que o silêncio ou a apresentação de requerimentos genéricos serão interpretados como concordância com o julgamento antecipado do processo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 24 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: THAIZA MOREIRA DE SOUZA (OAB 10621/AM), ADV: ANTÔNIO PINHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 808/AM) - Processo 0628069-12.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Iamara Alves Pessoa Silva - SENTENÇA Autos nº:0628069-12.2017.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto:Obrigação de Fazer / Não Fazer Autor:Iamara Alves Pessoa Silva Réu:Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Antes de iniciar o relatório, cumpre ressaltar que os autos presentemente decididos, consoante provimento de correição de fls. 123/124, foram inicialmente distribuídos em data de 03/08/2017, para o Juízo da 4a. Vara da Fazenda Estadual, extinta por força da LC n.198/2018, motivo pelo qual os mesmos autos foram redistribuídos para esta 4a. Vara da Fazenda Pública em data de 29.08.2018. Registra-se, ainda, que os autos se encontravam sem movimentação desde 07/12/2017, antes de serem recebidos pelo presente juízo. Trata-se de ação ordinária ajuizada por Iamara Alves Pessoa Silva em face do Estado do Amazonas, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora que em 06/01/2004 foi admitida pelo Estado do Amazonas sob a égide do art. 37, IX, da CR/1988 e Lei Estadual nº 2.607/2000, e permaneceu laborando para o Ente Estadual até 01/06/2017, quando foi dispensada. Alega que estaria descaraterizada a excepcionalidade e natureza temporária da contratação em razão de ter sido extrapolada a condição de excepcionalidade da contratação, motivo pelo qual requer a declaração de nulidade do contrato, bem como o reconhecimento do direito do autor de receber valores referentes ao FGTS que deveria ser recolhido sobre o período, acrescido de 40%, além de pagamento de aviso prévio, 13º salário proporcional e férias proporcionais. Despacho, fl. 37, suprimindo audiência de conciliação e determinando a citação. Contestação do Estado do Amazonas, fls. 42/49. Após síntese fática, apontou, como questão prejudicial, a ocorrência de prescrição quinquenal. No mérito, sustentou a inexistência de nulidade da contratação e que esta tem natureza jurídica administrativa e não celetista, não existindo amparo legal para o reconhecimento do pagamento de FGTS, não sendo aplicável o art. 19-A da Lei 8.036/1990. Aduziu que seria inaplicável ao caso concreto o que foi decido pelo STF no RE nº 596.478-7. Alegou o descabimento do direito ao recebimento de multa de 40%, e o descabimento do direito ao recebimento de verbas trabalhistas. Juntou fichas financeiras, fls. 50/99. Réplica, fls. 102/107. Parecer Ministerial às fls. 109/119, tendo o Parquet opinado pela parcial procedência do pedido. Despacho anunciando o julgamento antecipado da lide, às fls. 125/126, tendo as partes anuído com o anúncio feito. É o relatório. II.- Fundamenta-se. Da prescrição Como é cediço, a prescrição da pretensão contra a Fazenda Pública corre pelo prazo quinquenal, conforme estabelece o art. 1º, Decreto nº 20.910/1932. Esse, inclusive, é o entendimento firmado pelo STJ. Veja-se: O prazo prescricional referente à pretensão de reparação civil contra a Fazenda Pública é quinquenal, conforme previsto no art. 1º do Decreto-Lei n. 20.910/1932, e não trienal, nos termos do art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil de 2002, que prevê a prescrição em pretensão de reparação civil. (AgRg no AgRg no REsp 1251801/MS, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 1º/03/2012, DJe 07/03/2012). Ocorre que, por força da modulação dos efeitos da decisão que entendeu superado o entendimento sobre a prescrição trintenária, a parte autora se encaixa naquela regra, não havendo que se aplicar a prescrição quinquenal. É a jurisprudência: RECURSO DE REVISTA. PRESCRIÇÃO DO FGTS. INDENIZAÇÃO DE 40% SOBRE O FGTS. PERÍODO DE 1976 A 1997. AÇÃO AJUIZADA EM 2016. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO DO STF (ARE-709212/DF). PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. O reclamante busca a indenização de 40% sobre o FGTS referente a todo o pacto laboral, compreendido entre 1976 a 1997. No caso, a presente reclamação trabalhista foi ajuizada no ano de 2016, tendo a Corte Regional entendido ser bienária a prescrição da pretensão da reclamante no que diz respeito à indenização de 40% sobre o FGTS. No julgamento do ARE 709.212-DF, com repercussão geral reconhecida, ocorrido na sessão plenária de 13/11/2014, o STF declarou a inconstitucionalidade dos arts. 23, § 5º, da Lei 8.036/90 e 55 do Regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto 99.684/90 e decidiu que o prazo prescricional para a cobrança de depósitos de FGTS está regulado no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal. Concluiu, e com base nos incisos III e XXIX do art. 7º da Constituição Federal, que é de cinco anos, e não de trinta, o prazo prescricional em análise. Entretanto, o STF procedeu à modulação de efeitos da sua decisão, atribuindo-lhe eficácia ex nunc. Assim, determinou que, nas hipóteses em que o termo inicial da prescrição ocorra após a data de sua prolação, aplica-se de imediato o prazo prescricional de cinco anos, porém, para os casos em que o prazo prescricional já estava em curso, aplica-se o que ocorrer primeiro, trinta anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir da aludida decisão. No presente caso, o prazo prescricional de trinta anos já estava em curso ao tempo da citada decisão do STF, de forma a concluir-se que não há prescrição a ser declarada, porquanto dentro dos parâmetros modulatórios da decisão que declarou a inconstitucionalidade do art. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/90. Afastada aprescriçãototal e estando a causa madura para o julgamento, impõe-se a aplicação do artigo 1.013, § 3º, do CPC para prosseguir no exame imediato da lide e, por conseguinte, deferir o pedido. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento. (TST - RR: 210333920165040005, Data de Julgamento: 26/09/2018, Data de Publicação: DEJT 28/09/2018) Desse modo, para aqueles [casos] cujo termo inicial da prescrição ocorra após a data do presente julgamento, aplica-se, desde logo, o prazo de cinco anos. Por outro lado, para os casos em que o prazo prescricional já esteja em curso, como é o caso em tela, aplica-se o que ocorrer primeiro: 30 anos, contados do termo inicial, ou 5 anos, a partir da decisão (STF, Pleno, ARE nº 709.212/DF, voto, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 13.11.2014). No presente caso, o prazo prescricional de trinta anos já estava em curso ao tempo da citada decisão do STF, de forma a concluir-se que não há prescrição a ser declarada, porquanto dentro dos parâmetros modulatórios da decisão que declarou a inconstitucionalidade do art. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/90. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Direito do trabalho. Fundo de garantia por tempo de serviço (fgts). Cobrança de valores não pagos. Prazo prescricional. Prescrição quinquenal. Art. 7º, XXIX, da constituição. Superação de entendimento anterior sobre prescrição trintenária. Inconstitucionalidade dos arts. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/1990 e 55 do regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto nº 99.684/1990. Segurança jurídica. Necessidade demodulação dos efeitos da decisão. Art. 27 da Lei nº 9.868/1999. Declaração de inconstitucionalidade com efeitos ex nunc. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (Supremo Tribunal Federal STF; ARE 709.212; DF; Rel. Min. Gilmar). Da natureza jurídica do contrato firmado entre as partes. O caso em tela versa

sobre a contratação de agente público para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do art. 37, IX da CF/1988, in verbis: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...] IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (g.n.) Como é cediço, quando há contratação sob a denominação "temporária", há que se obedecer aos estritos mandamentos da Constituição Federal de 1988, quais sejam: o tempo determinado e a necessidade temporária de excepcional interesse público. Porém, verifica-se que, no caso em tela, houve a superveniente perda dos requisitos constitucionais da transitoriedade e da excepcionalidade da contratação, posto que o autor trabalhou de 06/01/2004 a 01/06/2017, ou seja, por cerca de 13 (treze) anos para o réu, o que descaracterizou a natureza excepcional da relação contratual, daí porque o reconhecimento da nulidade da contratação é medida que se impõe, o que, ressalve-se, não descaracteriza a natureza administrativa da relação jurídica. Como é cediço, nos casos de contratação nula do agente público, além de lhes ser reconhecido o direito à percepção dos depósitos mensais de 8% do FGTS durante o período trabalhado e não alcançado pela prescrição quinquenal conforme se verá abaixo, impõe-se a observância ao disposto no artigo 39, § 3º, da CRFB/88, que prescreve o seguinte: Art. 39. (...) § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. Assim, não são assegurados ao pessoal contratado sob o regime de direito administrativo direitos não previstos para os servidores públicos em geral na Constituição Federal, especialmente nos incisos a que se reporta do § 3º do art. 37 desse diploma, bem como os direitos previstos no estatuto dos servidores, com a observância das exceções decorrentes da peculiar natureza desse tipo de contratação. Em outras palavras, só são assegurados ao pessoal contratado sob o regime de direito administrativo, nos casos de contratação nula, os seguintes direitos: i) à percepção dos depósitos mensais de FGTS (8%); ii) todos os direitos previstos para os servidores públicos em geral na Constituição Federal, especialmente nos incisos a que se reporta do § 3º do art. 37 desse diploma, bem como os direitos previstos no estatuto dos servidores, salvo os direitos incompatíveis com a peculiar natureza da contratação nula. Desse modo, a parte demandante apenas faria jus ao pagamento das seguintes verbas rescisórias, caso comprovada a ausência do pagamento : - 13° salário proporcional - 2017; - Férias proporcionais - 2017/2018 - acrescidas de 1/3 constitucional; - depósitos do FGTS de 8% - relativamente ao período de 06/01/2004 a 01/06/2017. O réu, por sua vez, não foi capaz de comprovar que os valores elencados acima foram devidamente pagos ao demandante, motivo pelo qual, tem-se como comprovado a ausência do pagamento. Da multa rescisória de 40% do FGTS Quanto ao pedido de multa rescisória de 40% no FGTS, a Lei n. 8.036/1990, no art. 18, § 1º, dispõe o seguinte: Art. 18. (...) § 1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997). Assim, verifica-se que, no caso em tela, a relação estabelecida entre o autor e o réu foi de natureza administrativa, razão pela qual não há que se falar em multa de 40% no FGTS, instituto de natureza celetista criado para compensar a violação, pelo empregador, ao princípio da continuidade da relação de emprego, sendo que tal princípio não se aplica às contratações realizadas pela administração Pública, marcadas pela temporariedade de sua duração. Desse modo, o pedido da demandante de pagamento de multa rescisória de 40% no FGTS não merece ter guarida. Dos depósitos mensais de 8% do FGTS O depósito mensal de 8% do FGTS é um direito reconhecido ao trabalhador nos casos em que seu contrato de trabalho for declarado nulo, conforme revê o art. 19-A, da Lei 8.036/90, in verbis: Art.19-A.É devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2o, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário. Nesse sentido, cumpre destacar que o STF já manifestou o entendimento de que o sobredito dispositivo legal se aplica aos agentes públicos cujos contratos sejam declarados nulos, veja-se: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DECLARADA NULA. PAGAMENTO DE FGTS. CABIMENTO. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO. 1. É devido o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço aos servidores contratados temporariamente (art. 37, IX, CF) nas hipóteses em que o contrato firmado com a Administração Pública é declarado nulo. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. [RE 816105 AgR-segundo/MG - Minas Gerais (a): Min. Edson Fachin. Julgamento: 25/11/2016 Órgão Julgador: Primeira Turma; Publicação: DJe-260 Divulg: 06/12/2016; Public: 07/12/2016] Dessa forma, com base no entendimento jurisprudencial do STF, merece amparo o pleito do autor de indenização dos depósitos mensais de 8% do FGTS requerido pelo autor relativamente ao período de 06/01/2004 a 01/06/2017. Do aviso prévio, 13º (décimo terceiro) e férias proporcionais. O contrato temporário autorizado pelo art. 37, IX, da CF/1988, regido por lei própria, é modalidade de contrato administrativo, o que torna dispensável a anotação na CTPS e pagamento de aviso prévio, direito a seguro desemprego e multa por não pagamento tempestivo de rescisão (art. 477 da CLT), a concluir que se tratando de servidor público contratado temporariamente, somente são devidas as verbas trabalhistas previstas na lei específica. Aponto clara jurisprudência: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO. EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. VERBAS RESCISÓRIAS. CLT. INAPLICABILIDADE. REGIME ESTATUTÁRIO. SÚMULA 83/STJ. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STJ. RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. 1. O servidor em exercício de função pública, contratado em caráter temporário, nos moldes do art. 37, IX, da CF/88, não está submetido às normas da CLT. Assim, rescindido o contrato, apenas faz jus às verbas estatutárias devidas ao servidor público, conforme previsão do art. 7º c/c art. 39, § 3º, da CF/88. Questão decidida em conformidade com a jurisprudência desta Corte, o que atrai a incidência da Súmula 83/STJ. 2. O Tribunal de origem concluiu pela regularidade do contrato de trabalho firmado entre as partes com base na análise dos dispositivos constitucionais e da lei local aplicáveis à espécie. A desconstituição desse entendimento encontra óbice no disposto no art. 102, III, da CF/88, que trata da competência exclusiva do STF e na Súmula 280/STF. 3. Inviável a apreciação das questões que demandariam o reexame do conjunto fático e probatório dos autos, ante o óbice do enunciado da Súmula 7/STJ. 4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 251.659/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/03/2013, DJe 21/03/2013). A parte autora admite que a contratação ocorreu nos termos da Lei 2.607/2000. Portanto, trata-se de contrato firmado sob a égide de Direito Administrativo onde inexiste direito à percepção de parcelas de cunho meramente celetista. Prosseguindo, igualmente inviável é a pretensão de assinatura de CTPS em razão do recolhimento previdenciário, pois é evidente que todo o período laborado é vinculado a regime jurídico de serviço na administração pública, e não contrato Celetista de Trabalho. Correta a contribuição previdenciária para posterior compensação do Sistema Previdenciário, ex vi, artigo 94 da Lei nº 8.213/1991, sendo certo que, para efeitos de aposentadoria, o tempo laborado para a Administração Estadual será integralmente computado. Noutro giro, consideram-se plenamente cabíveis os pleitos de pagamento de férias e 13º salários, quando estes são omitidos pelo Estado, pois são direitos constitucionais que também possuem o servidor público temporário contratado sob a autorização do art. 39, § 3º, c/c art. 7º, incisos VIII e XVII, da CR/1988, com regulamentação no art. 2º da Lei Estadual nº 1.897/89, c/c art. 10, da Lei Estadual nº 2.607/2000. Como bem se conhece, era obrigação do Ente demandado demonstrar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do

autor, previsão do art. 373, inciso II, do CPC, ônus que não foi desincumbido. Na presente lide, a parte autora alega ser credora de férias e 13º proporcionais, relativas ao último ano da contratação, o que verifica à leitura da ficha financeira às fls. 98/99. Resta, assim, devido o pagamento das parcelas, com valores a serem atualizados em liquidação. III.- Decide-se Confirma-se a rejeição da preliminar levantada pelo réu, conforme fundamentado previamente. Na sequência, quanto ao mérito: Diante de todo o exposto, JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação para condenar o réu ao pagamento de 8% de FGTS relativo a todo período laborado (06/01/2004 a 01/06/2017), a remuneração a título de férias e de 13º salário proporcionais, conforme requerido na inicial. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Julgam-se improcedentes os demais pleitos. Os valores condenatórios a título de danos materiais deverão ser atualizados pelos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês e correção monetária pelo IPCA-e, cujo termo inicial de ambos é data do encerramento do contrato de trabalho. Concede-se à parte autora os benefícios da justiça gratuita. Ausência do pagamento de custas por ser o réu a Fazenda Pública e o autor beneficiário da justiça gratuita. Por fim, diante da sucumbência recíproca (tendo em vista que não foi concedida a totalidade dos valores pugnados na inicial), e equivalente, condena-se a parte autora e a ré ao pagamento, respectivamente, de 50% (cinquenta por cento) dos honorários advocatícios, ao patrono da parte adversa, fixados em 10% sobre o valor do proveito econômico obtido, nos termos do artigo 85, §3.°, I, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. A atualização destes deve ser feita com a aplicação dos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês, a partir do trânsito em julgado e correção monetária pelo IPCA-e, a partir do arbitramento. Sentença não sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de setembro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: LEON CÉZANE DA SILVA DE JESUS (OAB 10332/AM), ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM) - Processo 0628746-47.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Gestante / Adotante / Paternidade - EXEQUENTE: LUCIANA DAMASCENO COSTA - EXECUTADA: Município de Manaus - PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS Comarca de Manaus Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública PROCESSO nº: 0628746-47.2014.8.04.0001 Exequente: LUCIANA DAMASCENO COSTA Executado: Município de Manaus ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, XXIV e XXXV, ficam as partes intimadas para requerer o quê de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Manaus, 25 de setembro de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 138436/SP) - Processo 0641057-65.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Câmara Municipal de Manaus - CMM - REQUERIDO: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda - SENTENÇA Autos nº:0641057-65.2017.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto:Obrigação de Fazer / Não Fazer Autor:Câmara Municipal de Manaus - CMM Réu:Facebook Serviços Online do Brasil Ltda Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência ajuizada pela Câmara Municipal de Manaus - CMM em face do Facebook Serviços Online do Brasil Ltda, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial, tendo como objeto a criação de perfil falso em nome da autora. Aduz a parte autora que que possui conta institucional no sítio do Facebook (www.facebook.com/cmmoficial), com vistas a dar informações institucionais à população manauara, bem como ouvir os anseios e questionamentos dos cidadãos desta cidade. No entanto, informa que recentemente foi criada uma página no Facebook (www.facebook.com/cameramanaus), por pessoa desconhecida, sob o nome de Câmera Manaus de Manaus, com o intuito de distorcer a finalidade da página institucional. Sustenta a autora que o canal de comunicação da Câmera Manaus de Manaus, apesar de possuir link diferente da página da autora, possui nome muito similar, o que leva parcela da sociedade manauara, por equívoco, a acessar tal canal. O problema dessa situação se configura pelo fato do detentor da URL similar responder aos questionamentos dos cidadãos como se fosse a Câmara Municipal de Manaus, porém de forma grosseira, depreciativa e deturpada, gerando, assim, falta de credibilidade quanto ao Poder Legislativo Municipal. Ao tomar conhecimento da página similar, a parte autora requereu ao Facebook que esta fosse retirada do ar. Porém, até o momento não houve qualquer ação por parte da empresa ré. Diante deste fato, a Câmara Municipal de Manaus ajuizou a presente ação, tendo pugnado pela concessão de tutela de urgência consistente na retirada do ar do perfil com URL www.facebook.com/cameramanaus, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como seja apresentada a identificação dos dados consoantes ao perfil propagador das ofensas, para que sejam tomadas as providências Cabíveis. Decisão Interlocutória, em fls. 30-35, deferindo a tutela de urgência Formulada. Manifestação do réu, em fls. 48-52, informando ter cumprido a determinação de não disponibilização da página combatida, assim como, forneceu os dados de registro de acesso disponíveis, capazes de localizar o usuário responsável pela página, tendo, portanto, satisfeito a pretensão deduzida nesta lide. Contestação, em fls. 75-101, informando que tornou a página combatida indisponível e forneceu os dados de registro de acesso disponíveis, exatamente como preceitua o art. 15 e 19, § 1.º do Marco Civil da Internet, defendendo ser o caso de reconhecimento do cumprimento integral do comando judicial no que tange à remoção das páginas. Réplica em fls. 109-113. Parecer Ministerial às fls. 116/124, tendo o Parquet opinado pela parcial procedência do pedido. Despacho anunciando o julgamento antecipado da lide, às fls. 126, tendo as partes anuído com o anúncio feito. É o relatório. II.- Fundamenta-se. Trata a presente de ação de obrigação de fazer ajuizada pela Câmara Municipal de Manaus em face do Facebook, buscando, primordialmente, tutela jurisdicional que impeça publicações depreciativas em nome do autor, por perfil falso. Quanto ao tema, a legislação cabível, a Lei n° 12.965/2014, considerada o Marco Civil da Internet, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, dispõe que: Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário. § 1o A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material. (...) Art. 22. A parte interessada poderá, com o propósito de formar conjunto probatório em processo judicial cível ou penal, em caráter incidental ou autônomo, requerer ao juiz que ordene ao responsável pela guarda o fornecimento de registros de conexão ou de registros de acesso a aplicações de internet. Parágrafo único. Sem prejuízo dos demais requisitos legais, o requerimento deverá conter, sob pena de inadmissibilidade: I - fundados indícios da ocorrência do ilícito; II - justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória; e III - período ao qual se referem os registros. Dessa forma, constatados os prejuízos sofridos pela parte autora, através dos documentos anexos à exordial, a via a ser percorrida para obstar tais condutas é a via judicial específica. Desta forma, o Facebook Brasil, ora réu, não está autorizado a remover conteúdos de sua plataforma sem prévia análise do Judiciário e ordem judicial específica que indique a URL precisa do objeto da ordem para tanto. Nestes termos, já se manifestou o STJ: RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER E REPARAÇÃO CIVIL.

DANOS MORAIS E MATERIAIS. PROVEDOR DE SERVIÇOS DE INTERNET. REDE SOCIAL 'ORKUT'. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. CONTROLE EDITORIAL. INEXISTÊNCIA. APRECIAÇÃO E NOTIFICAÇÃO JUDICIAL. NECESSIDADE. ART. 19, INTERNET). INDICAÇÃO DA URL. MONITORAMENTO DA REDE. CENSURA PRÉVIA. IMPOSSIBILIDADE. RESSARCIMENTO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS. NÃO CABIMENTO. 1. (..) 4. A jurisprudência do STJ, em harmonia com o art. 19, § 1º, da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), entende necessária a notificação judicial ao provedor de conteúdo ou de hospedagem para retirada de material apontado como infringente, com a indicação clara e específica da URL - Universal Resource Locator. ( ) " (REsp nº 1.568.935/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 5/4/2016, DJe de 13/4/2016). Diante dos fatos narrados, a parte autora, Câmara Municipal de Manaus ajuizou a presente demanda, tendo pugnado a concessão de tutela de urgência consistente na retirada do ar do perfil com URL www.facebook.com/cameramanaus, no prazo de 24 horas, bem como seja apresentada a identificação dos dados consoantes ao perfil propagador das ofensas, para que sejam tomadas as providências cabíveis. Ademais, requereu a retirada dos perfis responsáveis pelas ofensas e ordem para que sejam vedadas aos responsáveis por perfis a utilizar logos ou imagens que levem a acreditar que se trata da Câmara Municipal de Manaus. Assim, segundo entendimento adotado pelo STJ, após a entrada em vigor da Lei 12.965/2014, o termo inicial da responsabilidade solidária do provedor de aplicação, por força do art. 19 do Marco Civil da Internet, é o momento da notificação judicial que ordena a retirada de determinado conteúdo da internet. Senão vejamos: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FACEBOOK. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTEÚDO REPUTADO OFENSIVO. MONITORAMENTO. AUSÊNCIA. RESPONSABILIDADE. AFASTAMENTO. NOTIFICAÇÃO JUDICIAL. NECESSIDADE. 1. Ação ajuizada em 10/08/2014. (...) 7. Com o advento da Lei 12.965/2014, o termo inicial da responsabilidade do provedor de aplicação foi postergado no tempo, iniciandose tão somente após a notificação judicial do provedor de aplicação. 8. A regra a ser utilizada para a resolução de controvérsias deve levar em consideração o momento de ocorrência do ato lesivo ou, em outras palavras, quando foram publicados os conteúdos infringentes: (i) para fatos ocorridos antes da entrada em vigor do Marco Civil da Internet, deve ser obedecida a jurisprudência desta corte; (ii) após a entrada em vigor da Lei 12.965/2014, o termo inicial da responsabilidade solidária do provedor de aplicação, por força do art. 19 do Marco Civil da Internet, é o momento da notificação judicial que ordena a retirada de determinado conteúdo da internet. 9. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1642997 / RJ RECURSO ESPECIAL 2016/0272263-4.Ministra NANCY ANDRIGHI.T3 - TERCEIRA TURMA. Julgamento em 12/09/2017). Nessa senda, verifica-se que no caso em tela, devidamente notificado nos autos da decisão proferida neste processo, o réu procedeu com a remoção da página sustentada sob a URL indicada na inicial, conforme documentos juntados pelo mesmo em fls. 48-73. Tal situação, inclusive, restou confirmada pela parte autora em sua réplica, em fls. 109-113. Desta feita, cumprida a decisão de fls. 30-35, impõe-se a confirmaçãoda medida, por sentença de mérito. No entanto, em relação ao pedido de ordem que impeça os responsáveis dos perfis a utilizar os logos ou imagens que levem a acreditar que se trata da Câmara Municipal de Manaus, tal pretensão não encontra amparo na legislação vigente que, como visto, não ampara obrigação fiscalizatória sobre toda a plataforma do Facebook, de forma preventiva, ampla e genérica, impossível de aplicação. Como visto, o art. 19 acima apontado impõe a indicação específica do conteúdo infringente, o que impõe atuação direcionada a determinada conduta imprópria. Ressalta-se, por oportuno, que o Superior Tribunal de Justiça, já consolidou entendimento de que o reconhecimento da varredura e o controle do conteúdo criado pelos usuários da Internet, tal como aquele pretendido pela autora, implicaria possibilidade de censura de material não eivado de qualquer ilicitude, contrariando os artigos 5º e 220 da Constituição Federal. Nestes termos: CIVIL E CONSUMIDOR. INTERNET. RELAÇÃO DE CONSUMO. INCIDÊNCIA DO CDC. GRATUIDADE DO SERVIÇO. INDIFERENÇA. PROVEDOR DE PESQUISA. FILTRAGEM PRÉVIA DAS BUSCAS. DESNECESSIDADE. RESTRIÇÃO DOS RESULTADOS. NÃO-CABIMENTO. CONTEÚDO PÚBLICO. DIREITO À INFORMAÇÃO. (...) 4. A filtragem do conteúdo das pesquisas feitas por cada usuário não constitui atividade intrínseca ao serviço prestado pelos provedores de pesquisa, de modo que não se pode reputar defeituoso, nos termos do art. 14 do CDC, o site que não exerce esse controle sobre os resultados das buscas. 5. Os provedores de pesquisa realizam suas buscas dentro de um universo virtual, cujo acesso é público e irrestrito, ou seja, seu papel se restringe à identificação de páginas na web onde determinado dado ou informação, ainda que ilícito, estão sendo livremente veiculados. Dessa forma, ainda que seus mecanismos de busca facilitem o acesso e a consequente divulgação de páginas cujo conteúdo seja potencialmente ilegal, fato é que essas páginas são públicas e compõem a rede mundial de computadores e, por isso, aparecem no resultado dos sites de pesquisa. 6. Os provedores de pesquisa não podem ser obrigados a eliminar do seu sistema os resultados derivados da busca de determinado termo ou expressão, tampouco os resultados que apontem para uma foto ou texto específico, independentemente da indicação do URL da página onde este estiver inserido. 7. Não se pode, sob o pretexto de dificultar a propagação de conteúdo ilícito ou ofensivo na web, reprimir o direito da coletividade à informação. Sopesados os direitos envolvidos e o risco potencial de violação de cada um deles, o fiel da balança deve pender para a garantia da liberdade de informação assegurada pelo art. 220, § 1º, da CF/88, sobretudo considerando que a Internet representa, hoje, importante veículo de comunicação social de massa. 8. Preenchidos os requisitos indispensáveis à exclusão, da web, de uma determinada página virtual, sob a alegação de veicular conteúdo ilícito ou ofensivo - notadamente a identificação do URL dessa página - a vítima carecerá de interesse de agir contra o provedor de pesquisa, por absoluta falta de utilidade da jurisdição. Se a vítima identificou, via URL, o autor do ato ilícito, não tem motivo para demandar contra aquele que apenas facilita o acesso a esse ato que, até então, se encontra publicamente disponível na rede para divulgação. 9. Recurso especial provido.(REsp 1316921 / RJ RECURSO ESPECIAL 2011/0307909-6.Ministra NANCY ANDRIGHI. Terceira Turma, Julgamento em 26/06/2012). CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RETIRADA DE CONTEÚDO ILEGAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. PROVEDOR DE PESQUISA. FILTRAGEM PRÉVIA DAS BUSCAS. IMPOSSIBILIDADE. RETIRADA DE URLS DOS RESULTADOS DE BUSCA. POSSIBILIDADE. EXPOSIÇÃO PORNOGRÁFICA NÃO CONSENTIDA. PORNOGRAFIA DE VINGANÇA. DIREITOS DE PERSONALIDADE. INTIMIDADE. PRIVACIDADE. GRAVE LESÃO. (...) 4. A atividade dos provedores de busca, por si própria, pode causar prejuízos a direitos de personalidade, em razão da capacidade de limitar ou induzir o acesso a determinados conteúdos. 5. Como medida de urgência, é possível se determinar que os provedores de busca retirem determinados conteúdos expressamente indicados pelos localizadores únicos (URLs) dos resultados das buscas efetuadas pelos usuários, especialmente em situações que: (i) a rápida disseminação da informação possa agravar prejuízos à pessoa; e (ii) a remoção do conteúdo na origem possa necessitar de mais tempo que o necessário para se estabelecer a devida proteção à personalidade da pessoa exposta. 6. Mesmo em tutela de urgência, os provedores de busca não podem ser obrigados a executar monitoramento prévio das informações que constam nos resultados das pesquisas. (...) 8. A única exceção à reserva de jurisdição para a retirada de conteúdo infringente da internet, prevista na Lei 12.965/2014, está relacionada a "vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado", conforme disposto em seu art. 21 ("O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de

promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo"). Nessas circunstâncias, o provedor passa a ser subsidiariamente responsável a partir da notificação extrajudicial formulada pelo particular interessado na remoção desse conteúdo, e não a partir da ordem judicial com esse comando. (STJ. REsp 1679465 / SP RECURSO ESPECIAL 2016/0204216-5. Ministra NANCY ANDRIGHI. DJe 19/03/2018). Dessa forma, conclui-se que o provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo. III.- Decide-se Diante de todo o exposto, JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação para determinar que o réu retire do ar a página www.facebook.com/cameramanaus, bem como seja apresentada a identificação dos dados consoantes ao perfil propagador das ofensas, para que sejam tomadas as providências cabíveis pela parte autora, confirmado-se a liminar deferida às fls. 30/35. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Concede-se à parte autora os benefícios da justiça gratuita. Ausência do pagamento de custas por ser o réu a Fazenda Pública e o autor beneficiário da justiça gratuita. Por fim, diante da sucumbência recíproca (tendo em vista que não foi concedida a totalidade dos valores pugnados na inicial), e equivalente, condena-se a parte autora e a ré ao pagamento, respectivamente, de 50% (cinquenta por cento) dos honorários advocatícios, ao patrono da parte adversa, fixados em 10% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 85, §4.°, III, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. A atualização destes deve ser feita com a aplicação dos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês, a partir do trânsito em julgado e correção monetária pelo IPCA-e, a partir do arbitramento. Sentença não sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 18 de setembro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM) - Processo 0643067-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Flavia Cristina Pinheiro Brasil - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos nº:0643067-14.2019.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto: Autor(a): Réu(s): Nomeação Flavia Cristina Pinheiro Brasil Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Flavia Cristina Pinheiro Brasil em face de Estado do Amazonas, onde objetiva a demandante se ver nomeada para o cargo de Enfermeira. Sustenta a demandante que possui o direito subjetivo à nomeação, tendo em vista que os candidatos aprovados à sua frente no certame desistiram de tomar posse, havendo, assim, surgido o seu direito. Diante da situação, requereu a concessão de tutela de urgência a fim de que seja determinado ao réu que promova a nomeação da demandante. Juntou documentos às fls. 47/1029. É o relatório II.- Fundamenta-se, para ulterior decisão. Inicialmente, é imperioso explicar que para a concessão das tutelas de urgência (satisfativas e cautelares), se faz necessário que a parte que a requereu demonstre elementos que evidenciem a probabilidade do direito, bem como o perigo de dano ou risco ao resultado útil ao processo, conforme dicção do art. 300, do CPC. Não havendo tal demonstração, impõe-se o indeferimento do pedido in initio litis. No caso em apreço, a autora sustenta que possui o direito subjetivo à nomeação, posto que os candidatos classificados à sua frente desistiram de tomar posse. Não obstante às alegações da autora, tem-se que ainda não há nos autos prova inconteste de que os aprovados a sua frente não fazem parte do quadro de enfermeiros da SUSAM, mas que não se encontram lotados no município de Humaitá, podendo ter havido permuta ou a relotação dos mesmos em outros municípios. Desse modo, em uma análise de cognição sumária, não se vislumbra a probabilidade do direito inconteste, o que afasta a possibilidade de concessão da medida de urgência requerida. III.- Decide-se. Diante do exposto, INDEFERE-SE o pedido de antecipação de tutela requerido pelo autor. Dessa forma, cite-se a parte ré para apresentar resposta à presente ação, no prazo legal. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, opondo as considerações que justificadamente entender procedentes. Derradeiramente a manifestação das partes, dê-se vista ao Ministério Público. Ademais, após todos esses trâmites e com a viabilidade do desfecho da fase postulatória, por motivo de manifestação processual de todos os integrantes da relação jurídica processual, venham-me imediatamente os autos em conclusão. Outrossim, ocorrendo circunstância não definida no presente despacho, por certidão, suscite a Secretaria a devida dúvida, para a tomada de decisão do julgador que este subscreve. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM) - Processo 0703985-28.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Shizen Veículos Ltda - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Autos nº:0703985-28.2012.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Exequente: Executado: Shizen Veículos Ltda Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM DESPACHO Defere-se o pedido de cumprimento de sentença. Destarte, remetam-se os autos à Contadoria, a fim de que produzam planilha de cálculo dos valores devidos à exequente. Após, intime-se o exequente para se manifestar quanto aos cálculos realizados pela contadoria, no prazo de 05 (cinco) dias. Ademais, intime-se a parte executada para, caso assim desejar, impugnar a execução, no prazo de 30 (trinta) dias, segundo dicção que se extrai do artigo 535 da Lei 13.105/2015 - Código de Processo Civil. Havendo impugnação à presente execução, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo legal. Decorrido os prazos, façam-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 19 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: KÁTHYA REGINA BARBOSA DE SENA (OAB 1051A/AM), ADV: PAULA REGINA DA SILVA MELO (OAB 7490/AM), ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM), ADV: PATRÍCIA DA SILVA MELO (OAB 8172/AM) - Processo 0715346-42.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Emerson Beckman de Lima - EXECUTADA: Município de Manaus - DENUNCIADO: Glauria Tapajoz Said Honczaryk - Autos nº:0715346-42.2012.8.04.0001 Classe:Cumprimento de Sentença Autor: Réu: Emerson Beckman de Lima Município de Manaus e Glauria Tapajoz Said Honczaryk SENTENÇA I.- Relata-se. Trata-se de cumprimento de sentença proposto por Emerson Beckman de Lima em face de Município de Manaus. Na fase de conhecimento, o impugnante foi condenado a pagar valor correspondente à metade de sua remuneração durante todo o período de afastamento (13 meses), valores estes que devem ser apurados em liquidação de Sentença, relativo à condenação por dano material, à impugnada, conforme disposto no Acórdão de fls. 436/442. O referido Acórdão transitou em julgado, conforme certidão de fls. 459. Após o trânsito em julgado, a impugnada apresentou pedido de cumprimento de sentença (fls. 475), pugnando pelo intimação do executado para que este efetuasse o pagamento do montante de R$ 23.130,12 (Vinte e três mil, cento e trinta reais e doze centavos), conforme cálculo da contadoria às fls. 471. Às fls. 477, foi deferido o pedido de cumprimento de

sentença, bem como determinou-se a intimação do impugnante para se manifestar sobre os cálculos apresentados no prazo legal. O executado, por sua vez, apresentou impugnação às fls. 481, alegando excesso na execução. Diante deste fato, o impugnante entende que o valor devido à exequente se traduz no montante de R$ 21.460,91 (vinte e um mil, quatrocentos e sessenta reais e noventa e um centavos). Instada a se manifestar, conforme ato ordinatório de fls. 504, a parte impugnada apresentou manifestação às fls. 507, afirmando que concorda com os valores apresentados pelo Município de Manaus. É o relatório. II.- Fundamenta-se. A parte impugnada requereu o cumprimento do Acórdão proferido às fls. 436/442, solicitando, assim, o pagamento do valor de R$ 23.130,12 (Vinte e três mil, cento e trinta reais e doze centavos). O executado apresentou impugnação ao cumprimento de sentença alegando excesso na execução. Houve a parte autora concordar com o executado. Com efeito, ante a concordância da impugnada quanto ao valor apresentado pelo impugnante, outra solução não há que o acolhimento da impugnação, face a inexistência de controvérsia quanto ao valor do débito. Por consequência, não há óbice para que seja homologado o valor apontado como correto pelo executado, qual seja, R$ 21.460,91 (vinte e um mil, quatrocentos e sessenta reais e noventa e um centavos), devendo este ser pago a exequente. III.- Decide-se Diante do exposto, acolhe-se a impugnação apresentada às fls. 481/489, e, desde já, HOMOLOGA-SE o montante de R$ 21.460,91 (vinte e um mil, quatrocentos e sessenta reais e noventa e um centavos), para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o qual é devido à exequente. Destarte, após o trânsito em julgado desta sentença, proceda a Secretaria com as diligências necessárias para a expedição do precatório em favor da exequente, observando-se as disposições do § 3º, inciso I do art. 535, do CPC. Condena-se a parte exequente ao pagamento de honorários de sucumbências, fixados em 5% sobre o excesso da execução. Observando ser este, beneficiário da justiça gratuita, na forma do art. 12, Lei 1.060/50, conforme requerido em exordial. Com a notícia do pagamento, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de setembro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio Pinheiro de Oliveira (OAB 808/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 138436/SP)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cláudio Ramos Menezes (OAB 2667/AM)
Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
João Manoel Silva de Oliveira (OAB 4677/AM)
Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB 1051A/AM)
Leon Cézane da Silva de Jesus (OAB 10332/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Patrícia da Silva Melo (OAB 8172/AM)
Paula Regina da Silva Melo (OAB 7490/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Thaiza Moreira de Souza (OAB 10621/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0171/2019

ADV: JADYLSON GUEISON OLIVEIRA CAVALCANTE (OAB 5567/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0224906-02.2011.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Real Certeza - Empresa de Materiais de Construção Ltda. - Érico Matos Franco - João Batista Andrade de Queiroz e outros - Tendo em vista que o endereço obtido da Ré, Valentina Xavier Jacome, é o mesmo para o qual já foi expedida carta precatória, estando a demandada em lugar incerto e não sabido, defiro o pedido de citação por edital constante à fl. 567. Expeça-se edital de citação da Ré, com prazo de 20 (vinte) dias, observando-se os demais requisitos do art. 257, II do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 27 de setembro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM), ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM) - Processo 0231106-59.2010.8.04.0001 (001.10.231106-5) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: JONATHAS ALEX DOS SANTOS COLARES - Em que pese os argumentos trazidos por meio da petição à fl. 378 e documentos, não vislumbro a presença de fatos novos aptos a alterar o entendimento deste juízo manifestado anteriormente. Desta forma, mantenho integralmente o posicionamento manifestado na decisão de fls. 362-366. Encaminhem-se os autos à contadoria. Publique-se. Intime-se. Manaus, 26 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JULLIE ANNE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 9243/AM) - Processo 0233089-78.2019.8.04.0001 (processo principal 0600426-16.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: FISIOMED SERVICOS DE FISIOTERAPIA LTDA - ME e outro - Diante da certidão de fls.02. Dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: TÚLIO DANTAS (OAB 4034AM), ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM), ADV: VIVIANE DANTAS SIQUEIRA (OAB 5347AM) - Processo 0363817-33.2007.8.04.0001 (001.07.363817-0) - Cumprimento de sentença - Reivindicação - REQUERENTE: Tacisio Ferreira Frota - Raimunda Ednelza Freire Frota - REQUERIDO: Raimundo Nogueira da Silva e outros - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento à decisão interlocutória de fls. 289 expedi alvará de levantamento judicial para Dra. Maria do Rosário de Oliveira Melo OAB/AM 5.385. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 27 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0603206-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Marcos Williams Matos de Vasconcelos - INDEFIRO o pedido de suspensão formulado às fls. 160/166, em virtude de manifesta ausência de previsão legal, bem como por entender completamente irrazoável adiar ainda mais a espera da parte interessada pela satisfação de sua pretensão/seu provimento jurisdicional. Ademais, incabível também a restituição de prazo para manifestação do Estado, eis que pedidos desta natureza não tem o condão de suspender os prazos processuais. Desta forma, intimem-se às partes para, querendo, apresentarem as provas que pretendem produzir. Sem requerimentos, retornem os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 27 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0603639-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Joel Zelian de Souza Castro - Autos nº:0603639-25.2019.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Requerente:Joel Zelian de Souza Castro Requerido:Estado do Amazonas DECISÃO O processo está em ordem e as partes devidamente representadas. Não há irregularidades a suprir, nem nulidades a sanar. Por essa razão, intimem-se as partes para querendo apresentarem provas úteis ao deslinde do processo. Em não o fazendo, o processo será julgado antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I , do Código de Processo Civil. Intimem-se. Manaus, 26 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MATIAS HENRIQUE DE LIMA E LIMA (OAB 9810/AM) - Processo 0610207-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Raimundo Álvaro Leite Cavalcante - Deixo de pautar a audiência de

conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0617555-97.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Atilu Moraes Correia - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls. 210 expedi alvarás de levantamento judicial de nº 158 e 159 respectivamente para Átilu Moraes Correa CPF nº 712.277.682-49 e para Dr. Flávio Queiroz de Souza Paula OAB/AM 10.036. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 27 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0617564-59.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Amarildo Felix Gomes - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls. 199 expedi alvarás de levantamento judicial de nº 160 e 161 respectivamente para Amarildo Félix Gomes RG nº 1532071-5 e para Flávio Queiroz de Souza Paula OAB/AM 10.036. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 27 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM) - Processo 0618106-09.2019.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERIDO: Aurélio de Couto Ramos e outros - Defiro o pedido formulado pelo Município de Manaus à fl. 224. Diante da inexistência de centro judiciário de solução consensual de conflitos capaz de atender as demandas propostas nesta Especializada, a audiência a que alude o art. 334 do CPC será realizada neste juízo. À Secretaria para designar data para realização de audiência de conciliação. Citem-se os Requeridos, advertindo as partes que o seu não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sujeito à sanção do art. 334, §8º, do CPC. Os Requeridos Marco Antonio de Freitas Ferreira, Izaurina de Freitas Ferreira e Marco Aurélio de Freitas Ferreira devem ser citados no endereço de fl. 224, via oficial de justiça. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDVANIA BARBOSA OLIVEIRA RAGE (OAB 12244/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0629598-66.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Carmem Rosania Farias de Souza - Ao Exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, falar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença (fls.322-325). Intime-se. Manaus, 27 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: DIÓGENES SILVA ABREU (OAB 5051/AM) - Processo 0633942-27.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Renato Santos de Oliveira - Em tempo, expeça-se o competente Alvará. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 27 de setembro de 2019.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0642093-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Denise de Souza Figueiredo - Recebo os Embargos de Declaração no efeito infringente. Intime-se a Embargada para responder aos termos dos Embargos, no prazo legal. Manaus, 26 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juíz de Direito

ADV: RODOLFO MACHADO REIS (OAB 11036/AM), ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0642717-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eduardo Zozimo de Andrade Figueira Neto - Decisão. Diante do exposto, nos termos da fundamentação: JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos do autor. JULGO PROCEDENTE o pedido de pagamento de juros e correção monetária sobre as verbas salariais anteriormente recebidas pelo autor. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de pagamento de indenização por danos morais. CONDENO O MUNICÍPIO ao pagamento de juros e correção monetária sobre as verbas que foram pagas ao requerente nos autos do processo nº 063850-76.2016.8.04.0001. Os valores deverão ser corrigidos pelo IPCA-E, a contar da data em que deveriam ter sido recolhidas cada parcela e com juros de mora aplicáveis à Fazenda Pública, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 desde a citação, até a data do efetivo pagamento. Havendo sucumbência recíproca, condeno Requerente e Requerido no pagamento honorários advocatícios devidos ao causídico da outra parte, os quais arbitro em R$ 1.200,00 (art. 85, § 8º, do CPC). A exigibilidade quanto a parte da autora está suspensa, ante a gratuidade de justiça, ora deferida. Custas na forma da Lei, ressaltando que o Requerido está isento do pagamento, nos termos do art. 17, IX da lei 4.408/2016. Sem reexame necessário. P.R.I. Manaus, 27 de setembro de 2019.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0644485-21.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: White Martins Gases Industriais do Norte Ltda - DECISÃO: Diante das razões acima expostas, conheço dos embargos de declaração para NEGAR-LHE provimento, por ausência de contradição na decisão de fls. 157/163. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 26 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0648444-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Manaus Vistoria Ltda - MANTENHO a decisão interlocutória de fls. 65-68, por seus próprios fundamentos. Ora, o DETRAN vem a Juízo, por meio da petição de fls. 77-82, informar que a empresa requerente possui outra suspensão, aplicada pelo DETRAN e referendada pelo Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública. Nessa esteira, vejo que são distintos os fundamentos que ensejaram nesta outra suspensão, objeto de outro processo judicial, com diferente causa de pedir. Portanto, a causa da outra suspensão em nada influencia no processo ora em análise. Afinal, a decisão interlocutória de fls. 65-68 fora proferida nos limites dos pedidos e causa de pedir apresentados pelo Autor à petição inicial. Ou seja, determinou a reativação do acesso da empresa Requerente ao sistema do DETRAN, afastando exclusivamente os efeitos da notificação de fl. 52, sem prejuízo da existência de outras penalidades eventualmente aplicadas à Autora no bojo de processos administrativos distintos. Significa dizer que, caso haja outra decisão, referente a processo administrativo diverso, suspendendo as atividades da empresa requerente, esta continua operando seus efeitos. Desta forma, aguarde-se o decurso de prazo para apresentação de contestação. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0652800-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Leila Souza de Alencar - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pela Autora, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ FERNANDES NETO (OAB 8257/AM) - Processo 0659342-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Recondução - REQUERENTE: Pryscila Rodrigues Medanha - R.Hoje. Em face do alegado às fls. 223/225, intime-se o Estado do Amazonas, para manifestar-se. Cumpra-se. Intime-se

Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Diógenes Silva Abreu (OAB 5051/AM)
Edvania Barbosa Oliveira Rage (OAB 12244/AM)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Jadylson Gueison Oliveira Cavalcante (OAB 5567/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)

João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Fernandes Neto (OAB 8257/AM)
Jullie Anne Rodrigues da Cunha (OAB 9243/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB 1964/AM)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matias Henrique de Lima e Lima (OAB 9810/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Rodolfo Machado Reis (OAB 11036/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Túlio Dantas (OAB 4034AM)
Viviane Dantas Siqueira (OAB 5347AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0393/2019

ADV: RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM) - Processo 0620954-03.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Cliciomar Pinheiro da Silva - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS Processo: 0620954-03.2018.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 11469 OAB/AM - RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, concernente ao Processo nº 0620954-03.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Cliciomar Pinheiro da Silva, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em Substituição, o Digitei e assino.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: EVANDRO SOUSA ALVES (OAB 13420/AM) - Processo 0639299-80.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: G.L.M.C. e outro - Intime-se o patrono dos acusados para que no prazo de 10 (dez) dias apresente Resposta Escrita à Acusação. Ultrapassado este prazo, intime-se os acusados para que informe se possuem interessem em constituir novo patrono ou de serem assistidos pela Defensoria Pública. Dê-se vista ao órgão ministerial dos documentos acostados às fls. 198/210. Após, voltem-me os autos conclusos para apreciar os pedidos de fls. 171 e 174/176. À Secretaria para providências.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: DIOGO JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 10810/AM) - Processo 0642944-50.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Wheendell Lira Barboza - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS Processo: 0642944-50.2018.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 5798/AM - Sidney José Vieira de Souza 10810 OAB/AM - Diogo José Vieira dos Santos 11988 OAB/AM - Sâmia Brena Furtado Monteiro, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, concernente ao Processo nº 0642944-50.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Wheendell Lira Barboza, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em Substituição, o Digitei e assino.

ADV: BRUNO PESSOA LONGATO (OAB 14912/AM), ADV: MARINA DAS GRAÇAS PAULA DE ARAÚJO (OAB 3906/AM) - Processo 0643317-47.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Delciney do Nascimento Pinheiro e outro - 0643317-47.2019.8.04.0001. Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário. Requerente: Zilma Andrade Ribeiro e Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau. Requerido: Delciney do Nascimento Pinheiro e Matheus Fernando Delgado de Sousa. DECISÃO NÃO CONHEÇO do PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO formulado por Delciney do Nascimento Pinheiro, eis que não houve inovação nos fundamentos fáticos e jurídicos. Não é demais salientar que persistindo irresignação com as decisões do Juízo em que tramita o feito a defesa deverá manejar o remédio constitucional cabível. Ademais, destaco que a própria defesa com os reiterados pedidos de reconsideração sem a alteração de fatos está causando a morosidade no trâmite processual. À Secretaria para as demais providências. Cumpra-se. Manaus, 26 de setembro de 2019 SUZI IRLANDA ARAÚJO GRANJA DA SILVA Juíza de Direito

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: DILSON VICENTE SEADE DOURADO (OAB 12796/AM) - Processo 0650034-75.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Igor Ferreira da Silva - DENUNCIADO: Danilo Pereira Roque - Trata-se de Pedido de Revogação da Prisão Preventiva, formulado por Igor Ferreira da Silva e Danilo Pereira Roque, acusados pelo cometimento do crime tipificado nos arts. 157, § 2º, II e § 2º-A, I do Código Penal Brasileiro. Os acusados foram presos em flagrante na data de 13 de setembro de 2019 e tiveram sua prisão convertida em preventiva na data de 14 de setembro de 2019, com fundamento nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal. Em seu pedido de revogação da prisão cautelar a defesa alega em tese que inexistem os pressupostos autorizadores da prisão preventiva elencados nos retro artigos, bem como a desnecessidade da segregação que poderia ser substituída por uma das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP. Intimado a se manifestar, o órgão ministerial pugnou pela manutenção da prisão preventiva tendo em vista que os acusados confessaram a pratica do ilícito, a indicar conduta voltada para prática de crimes e permitir a segregação cautelar para garantia da ordem pública. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. A Carta Magna de 1988 ao elencar o rol de direitos fundamentais, consagrou o direito a liberdade pessoal em seu art. 5º, caput e inciso LIV. Nesses termos, dispõe: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal; No mesmo sentido, estabelece o art. 7º da Convenção Interamericana de Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica -, da qual o Brasil é signatário. Artigo 7º - Direito à liberdade pessoal 1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais. 2. Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas Constituições políticas dos Estados-partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas. 3. Ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento arbitrários. Desta forma, as hipóteses legais em que o indivíduo pode ter sua liberdade individual restringida são limitadas, devendo estar expressamente previstas na Constituição ou em Lei. Ademais, tratando-se de direito humano fundamental necessário a concretização do princípio maior da Dignidade da Pessoa Humana, deve ser utilizado somente quando imprescindível. Nesse sentido, o Código de Processo Penal Brasileiro regula em seu art. 312 e 313 os requisitos para a decretação da prisão preventiva. Preceitua o art. 312 do Código de

Processo Penal que a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. Também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 282, § 4o) (parágrafo único), quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarece-la. Ressalto que, em respeito aos direitos humanos fundamentais analisados acima, é necessário não somente "indícios razoáveis de autoria e materialidade" mas "indícios suficientes", ou seja, necessita de um conjunto probatório mais robusto. Nesse sentido: Ementa:HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INDÍCIOSDEAUTORIA INSUFICIENTESPARA A MANUTENÇAO DA SEGREGAÇAO PREVENTIVA DO PACIENTE. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇAO DA INOCÊNCIA. ORDEM CONCEDIDA. 1. Osindícios apontados, embora possam autorizar a deflagração da ação penal, não são suficientes a autorizar a prisão preventiva, como exigido pelo art. 312 , do CPP . 2. Para a decretação da prisão preventiva se exige prova da materialidade eindíciossuficientes deautoria.É imprescindível maior robustez dosindíciosdeautoriapor se tratar de medida cautelar de restrição ao direito fundamental à liberdade, prestigiando, assim, o princípio da presunção da inocência, previsto no art. 5º , LVII , da CF . Dessa forma, não vislumbrando nos autos prova segura daautoriado crime imputado ao paciente, entendo não existirem motivos a justificar a manutenção da sua constrição preventiva. 3. Ordem concedida, sem prejuízo para eventual ação pena.(TJ-PI - Habeas Corpus HC 201200010000142 PI, 14/02/2012) HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO. INSUFICIÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. CONCESSÃO DA ORDEM. Caso em que, da análise dos elementos informativos presente neste Habeas corpus, há dúvida quanto à classificação da conduta do paciente. Não se extrai dos documentos trazidos ao presente expediente indícios suficientes a demonstrar a grave ameaça que o paciente teria exercido contra a vítima. Além disso, neste momento, não se verificam elementos suficientes a indicar que o paciente subtraiu ou pretendia subtrair algum bem da residência do ofendido. Neste contexto, vê-se que, ao menos neste momento, não é possível identificar indícios suficientes de materialidade e autoria do crime narrado no auto de prisão em flagrante, não sendo possível a manutenção da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente. ORDEM CONCEDIDA. (Habeas Corpus Nº 70077825222, Sétima Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Conrado Kurtz de Souza, Julgado em 28/06/2018). (TJ-RS - HC: 70077825222 RS, Relator: José Conrado Kurtz de Souza, Data de Julgamento: 28/06/2018, Sétima Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 06/07/2018) Assim, há que se diferenciar os requisitos para o recebimento da exordial acusatória, delineados no art. 41 do CódigodeProcesso Penal, com os requisitos para a decretação da prisão preventiva. In casu, constato que se fazem presentes os pressupostos subjetivos do art. 312 do Código de Processo Penal. Primeiramente, consta nos autos prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria (fumus comissi delicti). Compulsando os autos, constato que os acusados foram presos enquanto se encontravam de posse dos objetos subtraídos da pratica delituosa, descritos no Auto de Exibição e Apreensão, fls. 20. Desta forma, entendo estarem evidenciados suficientes indícios de autoria e materialidade o crime de roubo majorado. Quanto aos pressupostos subjetivos do art. 312 do Código de Processo Penal, dispõe o Superior Tribunal de Justiça que a gravidade do delito por si só não constitui causa de manutenção da prisão, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça: HABEAS CORPUS. COMANDO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE TODA INSTRUÇÃO E FOI CONDENADO À PENA DE 9 ANOS E 26 DIAS DE RECLUSÃO, EM REGIME FECHADO. RÉU QUE POSSUI OUTROS REGISTROS CRIMINAIS. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DE DESARTICULAR A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PERICULOSIDADE SOCIAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DE APELAÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime. Entretanto, no caso sob análise, verifico o periculum in libertatis, tendo em vista o modus operandi, qual seja, emprego de arma de fogo, concurso de pessoas e a quantidade de vítimas. Caso sejam postos em liberdade, há grande risco de que voltem a delinquir. Assim, a prisão se faz necessária para garantia da ordem pública. Quanto aos requisitos objetivos elencados no art. 313 do Código de Processo Penal, verifico que o presente caso se amolda ao inciso I, tendo em vista que a pena máxima para os crimes analisados nos presentes autos é superior a 4 (quatro) anos. Desta forma, pelos motivos expostos acima, INDEFIRO, por hora, o pedido de Revogação da Prisão Preventiva, e por conseguinte acolho o parecer de lavra ministerial, para manter a prisão preventiva de Igor Ferreira da Silva e Danilo Pereira Roque. A Secretaria para providencias necessárias.

Bruno Pessoa Longato (OAB 14912/AM)
Dilson Vicente Seade Dourado (OAB 12796/AM)
Diogo José Vieira dos Santos (OAB 10810/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Evandro Sousa Alves (OAB 13420/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Marina das Graças Paula de Araújo (OAB 3906/AM)
RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0926/2019

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: JANES ALMEIDA NOGUEIRA (OAB 2122/AM), ADV: JOÃO BOSCO CARDOSO SAMPAIO (OAB 5681/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0044755-94.2000.8.04.0011 (011.00.044755-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - ACUSADO: Wanderlan de Souza Mar - Osmar Souza de Oliveira - Roseno Gomes dos Santos - Daniel Magalhaes Filho e outros - Tendo em vista o requerimento Ministerial, chamo o feito à ordem para desconsiderar a constatação realizada em sede de audiência anterior, a qual diz respeito à prescrição da pretensão punitiva do crime imputado aos réus. O crime imputado a eles é o do Art. 288, parágrafo único, do Código Penal, e não somente Art. 288 do Código Penal. A adição do parágrafo único enseja um aumento na pena base do caput do artigo, razão pela qual, constata-se, que ainda não houve prescrição da pretensão punitiva. À vista disso, indefiro o pedido de providências do réu ROSENO (fls. 216/217). Ademais, intime-se a defesa para, querendo, forneça novos endereços das testemunhas que arrolou, uma vez que as intimações não lograram êxito (pessoa não reside no endereço e número não localizado). As testemunhas são: Adriano, Marcela e Renan (réu RUBELMAR); Marcelo, Kátia e Reginaldo (réus OSMAR e RUBELMAR); A defesa fica advertida de que a inércia quanto ao fornecimento de novo endereço para intimação das testemunhas, implicará na sua desistência tácita das testemunhas. Por fim, designo dia 18/11/2019, às 11h:15, para continuidade da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: CHRISTIANE DE SOUZA GONÇALVES (OAB 4223/AM) - Processo 0207440-14.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: E.P.A. - Ante o exposto, consoante parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva (fls. 357/365), para manter o Réu ERIKSON PEREIRA DE ARAÚJO preventivamente sob a custódia estatal, com supedâneo nos artigos 312 e 313, I e II, do Código de Processo Penal.

ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0216773-29.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Daniel Magalhaes Filho - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 16/12/2019, às 09:45h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ED RUGLES DE MELO BARBOSA (OAB 2789/AM) - Processo 0235894-43.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra as Relações de Consumo - RÉU: Raimundo José da Silva Fernandes - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 04/11/2019, às 09:15h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM) - Processo 0237028-71.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Maison dos Santos Palmelo e outro - Designo o dia 10/10/2019, às 10:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM) - Processo 0239246-48.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Welldson Correa Lima - Designo o dia 10/10/2019, às 09:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0246123-28.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Diogenes Serrath de Souza - Designo o dia 09/10/2019, às 10:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: EDY KARLA DIAS CONCEIÇÃO (OAB 10008/AM) - Processo 0253596-46.2008.8.04.0001 (001.08.253596-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Renato Soares Balieiro - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 05/12/2019, às 10:15h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: STÊNIO HOLANDA ALVES (OAB 4254/AM) - Processo 0256810-69.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Willian Conceição Santos Rodrigues - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 11/12/2019, às 10:15h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM) - Processo 0602054-35.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Gabriel de Souza Pantoja e outros - Designo o dia 08/10/2019, às 10:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM) - Processo 0613238-85.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: Marcelo Bitencourt de Brito - Ante o exposto, nos termos do artigo 5º, XXXVIII, "d", da Constituição Federal c/c artigo 157, I, da Lei Complementar Estadual nº 17/1997, DECLINO A COMPETÊNCIA deste Juízo a uma das Varas do Tribunal do Júri da Capital.

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM) - Processo 0613238-85.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: Marcelo Bitencourt de Brito - Ante o exposto, nos termos do art. 282, 316 e 319 do Código de Processo Penal, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA DO RÉU MARCELO BITENCOURT DE BRITO. Sem embargo, aplico-lhe as medidas cautelares abaixo dispostas e obrigação de comparecimento a todos os atos da instrução criminal, sempre que regularmente notificado:

ADV: WILLIAM LINS DE ALBUQUERQUE (OAB 13440/AM) - Processo 0621494-51.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - RÉU: Francisco Edvandro Sena dos Santos e outro - Designo o dia 09/10/2019, às 11:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Christiane de Souza Gonçalves (OAB 4223/AM)
Ed Rugles de Melo Barbosa (OAB 2789/AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Edy Karla Dias Conceição (OAB 10008/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Janes Almeida Nogueira (OAB 2122/AM)
João Bosco Cardoso Sampaio (OAB 5681/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Miguel Henrique Tinoco de Alencar (OAB 1409/AM)
Stênio Holanda Alves (OAB 4254/AM)
William Lins de Albuquerque (OAB 13440/AM)

10ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0607/2019

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO NEGRO VAZ JÚNIOR (OAB 7355/AM) - Processo 0212036-27.2008.8.04.0001 (001.08.212036-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Jon Kessler Belfort de Almeida - RÉU: Marcos César Negreiros de Souza - INDICIADO: João Lucio Peres de Souza - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr.

ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM) - Processo 0242943-77.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Robson Cardoso Coelho e outro - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr.

ADV: GLÁUCIA CRISTINA DA SILVA FREITAS (OAB 12367/AM) - Processo 0628252-12.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Francismar Menezes Imori - CERTIFICO para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues, titular da 10º Vara Criminal, e tendo em vista a XIV Semana Nacional de Conciliação no período de 04 a 08 de novembro do corrente ano, conforme Portaria n°. 96/2019 - CGJ/AM, foi pautada para o dia 06/11/2019 às 14:45h, audiência de proposta de suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89 da Lei 9.099/95. Do que, para constar, lavro o presente termo. Manaus, 27 de setembro de 2019. (M58947)

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Gláucia Cristina da Silva Freitas (OAB 12367/AM)
Luiz Gustavo Negro Vaz Júnior (OAB 7355/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor GENESINO BRAGA NETO, **Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus**, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo nº 0627437-15.2019.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **FABRICIO ROCHA DA SILVA**, RG 3205650-8, pai Fabio Lourenço da Silva, mãe Josiene Reis da Rocha, Nascido/Nascida 21/06/2000, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 994041888, com endereço à RUA Bom Intento, S/N, prox. ao mercadinho 2 irmão, Nova Reino II, CEP 69086-118, Manaus - AM, **denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. 157, § 2°, II do Código Penal Brasileiro**. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente **Edital de Citação, com prazo de 15 dias**, para comparecer o réu a este Juízo **no dia 18/10/2019 às 09:00 horas, a fim de Responder à Acusação por escrito no prazo de 10 (dez) dias**, nos termos do art. 396 do CPP (Lei 11.719/08), cientificando-se que, em sua resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, de acordo com o art. 396-A do Código de Processo Penal brasileiro. **ADVERTÊNCIA:** Não apresentada a resposta no prazo legal ou, sendo citado, o réu não constituir defensor, o Juiz nomeará defensor dativo para oferecê-la (art. 396-A, § 2º, CPP). E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de setembro de 2019. Eu, Jodimar Pinheiro da Silva, Estagiário(a), o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0728/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0227349-86.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Tiago Souza da Silva e outro - Ante o exposto, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, julgo IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o denunciado TIAGO SOUZA DA SILVA, qualificado nos autos, das acusações descritas na denúncia.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0730/2019

ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM) - Processo 0243817-57.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - DENUNCIADO: Evilácio da Silva Arevalo - INDICIADO: Maykon Tavares de Souza - Janci Gonzaga dos Santos - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de EVILÁCIO DA SILVA AREVALO, MAYKON TAVARES DE SOUZA E JANCI GONZAGA DOS SANTOS, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, e art. 109, V, ambos do Código Penal Brasileiro.

Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0731/2019

ADV: SYLVIA REGINA DE CASTRO PALMEIRA (OAB 6730/AM) - Processo 0359116-29.2007.8.04.0001 (001.07.359116-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Francisco de Souza Moreira - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de FRANCISCO DE SOUZA MOREIRA, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, e art. 109, IV, ambos do Código Penal Brasileiro

Sylvia Regina de Castro Palmeira (OAB 6730/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0732/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0323142-28.2007.8.04.0001 (001.07.323142-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - DENUNCIADA: Nires Auzier - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE dos acusados Nires Auzier, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, e art. 109, IV, do Código Penal Brasileiro.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0455/2019

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0313654-83.2006.8.04.0001 (001.06.313654-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Ednilson Soares dos Santos e outro - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0313654-83.2006.8.04.0001 Réu: Ednilson Soares dos Santos e Ezequias Lopes Corrêa Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 14/11/2019 às 08:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 27 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0622685-34.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Wesley Sales Ferreira e outros - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0622685-34.2018.8.04.0001 Réu: Alex Pereira da Silva, Wesley Carril Albuquerque e Wesley Sales Ferreira Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 26/11/2019 às 08:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 27 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0454/2019

ADV: MICHAEL MACEDO BESSA (OAB 4058/AM), ADV: KARIME DE ALENCAR PONTES (OAB 5227 AM), ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM) - Processo 0035219-79.2006.8.04.0001 (001.06.035219-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉ: Kellia Vieira do Nascimento - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO a acusada KELLIA VIEIRA DO NASCIMENTO, já qualificada nos autos, a fim de que seja submetida a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursa nas sanções constantes do Art. 121, "Caput", c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal. Intime-se a acusada desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa da ré, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa da acusada, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento da ré, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 25 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0206431-66.2009.8.04.0001 (001.09.206431-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Wadson Júnio Ferreira da Silva - Autos nº:0206431-66.2009.8.04.0001 Acusado: Wadson Júnio Ferreira da Silva DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Compulsando os presentes autos, constata-se que o Ministério Público apresentou os Memoriais Escritos às fls. 203/204. Ato contínuo, como pode se ver na Certidão de fl. 205, a Defesa do acusado, embora devidamente intimada para tanto, não procedeu à juntada de suas alegações finais, no prazo legal. Desta feita, considerando o acima exposto, aliado ao fato de não ser razoável os autos ficarem sem movimentação por causa da Defesa, o que vem causando prejuízo à tramitação processual, devo reconhecer a ocorrência da preclusão temporal e determinar o devido prosseguimento do feito, haja vista não haver se falar em nulidade processual. Segue Decisão do STJ nesse sentido: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO (MOTIVO TORPE E RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA). AUSÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA. NÃO COMPROVAÇÃO. NÃO APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS ANTES DA PRONÚNCIA. ILEGALIDADE NÃO DEMONSTRADA. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRINCÍPIO DA VOLUNTARIEDADE RECURSAL. PRISÃO PREVENTIVA. LEGALIDADE JÁ APRECIADA POR ESTA EG. TURMA. AUSÊNCIA DE FATOS OU ARGUMENTOS NOVOS. "REABERTURA DA INSTRUÇÃO APÓS A PRONÚNCIA". MATÉRIA NÃO APRECIADA NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento da Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício. II - Consolidou-se no âmbito dos Tribunais Superiores o entendimento de que apenas a falta de defesa constitui nulidade absoluta da ação penal. A insuficiência da defesa, de outra sorte, para que seja apta a macular a prestação jurisdicional, deve ser acompanhada da demonstração de efetivo prejuízo, nos termos da Súmula 523/STF. III - Esta eg. Corte de Justiça assentou o entendimento de que a ausência de alegações finais nos processos de competência do Tribunal do Júri não acarreta nulidade, tendo em vista que a pronúncia constitui mero juízo provisório sobre a materialidade e indícios de autoria. IV - A não interposição de recurso em sentido estrito contra a pronúncia não configura nulidade, considerando o princípio da voluntariedade recursal, previsto no art. 574, caput, do CPP. V - Desnecessária nova apreciação acerca da legalidade da prisão preventiva decretada na pronúncia, quando esta eg. Corte já concluiu pela adequação, nos termos do art. 312 do CPP e a Defesa não apresenta qualquer fato ou argumento novo, tratando-se de mera reiteração de pedido. VI - Inviável manifestação acerca de eventual "reabertura da instrução criminal após a pronúncia", por esta eg. Corte, quando a matéria não foi apresentada ou apreciada pelo eg. Tribunal a quo, sob pena de supressão de instância. Habeas corpus não conhecido. (STJ - HC: 361017 PR 2016/0170442-7, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 08/08/2017, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/08/2017). Assim sendo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência às partes desta Decisão. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 24 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: JEBERSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 12432/AM), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0225208-55.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Francisco Machado dos Santos e outro - RÉU: Diogo de Oliveira Dantas e outro - "FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia: 06/12/2019, às 10h30."

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0607160-75.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ASSISTENTE: N.S.S. - RÉU: S.A.C.T. - DECISÃO Vistos etc. Determino vista dos autos ao Ministério Público, a fim de que se manifeste quanto à possibilidade de aditamento da Exordial (inclusão de pessoas no polo passivo da demanda), considerando o teor do depoimento prestado perante este Juízo em Audiência de Instrução, fls. 421/422. Após a manifestação, remetam-me os autos conclusos. Por fim, cumpra-se a Deliberação de fls. 421/422. Providências via Secretaria da Vara. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 18 de setembro de 2019.

ADV: IRENILDI MACHADO CARDOSO DA SILVA (OAB 13933/AM), ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0614367-28.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Jowilliam Mota de Lima - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. VEM por meio desta dar publicidade E DAR CIÊNCIA da SENTENÇA proferida nos autos , a seguir resumida em transcrição: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado JOWILLIAM MOTA DE LIMA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções constantes do Art. 121, §2º, inciso VII, c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Ademais, não há falar em excesso de prazo, uma vez que a Instrução Processual encontra-se encerrada e o acusado, Pronunciado. Nesse sentido, seguem as Súmulas 52 e 21, ambas do STJ: SÚMULA 52Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo. SÚMULA 21Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Considerando a presente Decisão, JULGO PREJUDICADO o Pedido de Relaxamento da Prisão Preventiva requerida pela Defesa do acusado no corpo dos Memoriais Escritos de fls. 181/183. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 25 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0617625-80.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Raimundo Feitosa da Silva - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB 13933/AM)
Jeberson Fernandes dos Santos (OAB 12432/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Karime de Alencar Pontes (OAB 5227 AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Michael Macedo Bessa (OAB 4058/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0458/2019

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM), ADV: RONALDO NUNES MADURO JUNIOR (OAB 13428/AM) - Processo 0714806-91.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - PACIENTE: Marcos Antonio de Souza - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. VEM por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos autos , a seguir resumida em transcrição:"SENTENÇA Vistos etc... O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra Marcos Antônio de Souza, já qualificados nos autos, conforme Exordial de fls. 257/258. Resposta Escrita, fls. 263/264. Laudo Necroscópico da vítima, fl. 167. Laudo Pericial, fls. 169/175 e 265/270. Termo de Inquirição de testemunhas e de Interrogatório dos acusados, fls. 312/314. Alegações Finais do Ministério Público, fls. 312/314. Alegações Finais da Defesa, fls. 312/314. É o Relatório, Segue a Decisão. Trata-se o presente Processo de apuração da autoria delitiva pela suposta prática do crime em tela, tendo como vítima Antônio Marcos de Souza. A Sentença de Pronúncia possui natureza interlocutória mista não terminativa, pois decide sobre a possibilidade de submeter o réu a julgamento pelo tribunal popular, encerrando, assim, a fase do judicium acusationes, todavia, não finaliza o processo. Tanto a doutrina como a jurisprudência a muito consagraram o princípio in dubio pro societate, segundo o qual, havendo dúvida deve-se pronunciar, deixando para o Tribunal do Júri o veredicto final acerca da culpabilidade ou não do acusado. Assim, se, por exemplo, houver qualquer dúvida sobre a ocorrência de uma excludente de ilicitude: deve-se pronunciar. Se há dúvida sobre a possibilidade de desclassificar o crime: também

se deve pronunciar, pois cabe ao júri popular dar a palavra final sobre a responsabilidade do acusado. Com este posicionamento, praticamente extinguiu-se a possibilidade de acatar-se uma tese de desclassificação de crime, ou qualquer outra causa de impronúncia nesta fase processual (ressalvados os casos de evidente impronúncia), tudo em nome do direito constitucional auferido à sociedade de decidir sobre os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. Outrossim, a respeito do conteúdo da sentença de pronúncia, sua fundamentação limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. De igual modo deve ocorrer em relação ao exame das teses defensivas, a qual também deverão ser apreciadas com superficialidade, não podendo este Juízo afastá-las de forma peremptória. Relativo à prova do crime, o próprio STF já posicionou-se no sentido de não ser necessária a prova incontestável da sua existência para ocorrer a sentença de pronúncia (RTJ 63/476). Em caso de dúvida deve pronunciar-se (RT 523/377,503/328,522/361, 518/393). Neste mesmo sentido: STJ, REsp. 565, 5ª Turma, DJU 8.4.91, p. 3892. Diversos doutrinadores manifestam-se sobre a questão, em posições convergentes. Ao tratar da matéria, Edilson Mougenot Bonfim coloca que a pronúncia não carece de certeza absoluta para existir e nem uma análise intensa acerca da culpabilidade, pois a dúvida deve ser interpretada em favor do direito da sociedade em proferir a decisão: "Donde concluir que a pronúncia não deve conter uma análise profunda do meritum causae. Assim, nessa decisão apenas se reconhece a existência de um crime e a presença de suficientes indícios da responsabilidade do réu, apontando-se a direção a ser seguida pela ação penal (François Martineau, Petit Traité argumentation judiciaire, 2. ed., Paris: Dalloz, p.27). Na dúvida, cabe ao juiz pronunciar, encaminhando o feito ao Tribunal do Júri, órgão competente para julgamento da causa. Nessa fase vigora a máxima in dubio pro societate." (Código de Processo Penal Anotado - 2ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 690). Por sua vez, Mirabete acrescenta até que o júri popular poderá decidir inclusive contra a decisão de pronúncia, sendo esta decisão apenas um juízo de admissibilidade da acusação: "Convencido da existência do crime e de haver indícios da autoria, o juiz deve proferir a sentença de pronúncia. Essa sentença, e não mero despacho, por ser mero juízo de admissibilidade da acusação, com o objetivo de submeter o acusado ao julgamento pelo júri, tem natureza processual, não produzindo res judicata, mas preclusão pro judicato, podendo o Tribunal do Júri decidir contra aquilo que ficou assentado na pronúncia. Por isso, fala-se em "sentença processual". (Código de Processo Penal Interpretado - 11ª ed., Ed. Atlas S.A, 2007, p. 1082). Finalmente, Damásio de Jesus reflete que a Lei 11.689/08, que inovou a sistemática processual do Tribunal do Júri, preocupou-se com a linguagem adotada na pronúncia no sentido de evitar expressões de juízo de valor acerca da culpa, uma vez que caberá à sociedade decidir a questão: "A Lei n. 11.689/08 demonstrou justificável preocupação com a linguagem empregada na decisão de pronúncia, ao definir que o juiz deverá, fundamentadamente, se limitar a indicar a materialidade do fato (i.e., a existência material do crime) e a presença de indícios suficientes de autoria ou de participação, além do dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena." (Código de Processo Penal Anotado - 23ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 352). Conforme explicitado nos ensinamentos doutrinários e jurisprudencial supracitados, aliado ao teor redacional do artigo 413 do Código de Processo Penal, constata-se ser indispensável para prolação da Sentença de Pronúncia a existência cumulativa de dois requisitos, quais sejam, a materialidade do crime e os indícios de que o réu seja o autor. Quanto à materialidade, essa resta comprovada na forma do Laudo Necroscópico realizado no cadáver da vítima, fl. 167. Contudo, como bem se vê, as provas produzidas na fase inquisitiva fazem concluir que a conduta dom acusado estava acobertada pela excludente de ilicitude da legítima defesa. Os autos demonstram que a vítima investiu contra o acusado, tendo ocorrido vias de fato mútuas, ocasião em que o réu, usando moderadamente de meios necessários, considerando que aplicou apenas um golpe, repeliu a referida agressão injusta e atual. Neste contexto, é importante salientar que a fundamentação legal para a excludente de antijuridicidade da legítima defesa encontra-se no Art. 25 do Código Penal, a qual apresenta a seguinte redação, in verbis: "Artigo 25- Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou eminente, a direito seu ou de outrem." Portanto, não vislumbro a existência de indícios mínimos suficientes para proceder à remessa do feito ao Plenário do Tribunal do Júri, uma vez que a conduta do réu encontra-se legalmente amparada. Portanto, os elementos contidos nos autos não reúnem suporte suficiente para ensejar a imputação de responsabilidade penal ao acusado. Sendo assim, deixo de submetê-lo a julgamento diante do Tribunal do Júri. Ante o exposto, em consonância com as partes, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Órgão Ministerial, e ABSOLVO SUMARIAMENTE o acusado MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA, já qualificado nos autos. Faço-o com fundamento no Art. 415, inciso IV, do CPP, c/c Art. 25, do CP. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. Intimem-se pessoalmente o acusado desta Sentença, entregando-lhe cópia. Intime-se a Defesa do acusado. Intime-se pessoalmente o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 10 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Ronaldo Nunes Maduro Junior (OAB 13428/AM)

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0331/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0202473-62.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Bruno de Souza Cavalcante - Ruan de Souza Cavalcante - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ACUSADOS, adiante identificados, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0202473-62.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ruan de Souza Cavalcante e Bruno de Souza Cavalcante, por infração Art. 121 § 2º, II c/c Art. 29 "caput" ambos do(a) CP e Art. 121 § 2º, II c/c Art. 29 "caput" ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Ruan de Souza Cavalcante e Bruno de Souza Cavalcante, a fim de se fazerem presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 18/10/2019 às 13:00, no FÓRUM HENOCH REIS - 1º SALA DO 5º ANDAR - SETOR 04, situado na Avenida Av. Paraíba S/Nº, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de setembro de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0211244-24.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCITE: M.P.E.A.P.G. - DENUNCIADO: F.N.B. - M.R.D. - C.D.F.B. - M.J.L.C. - A.S.A.V. - A.F.S. e outro - ASSISTIDA: D.P.E.A. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de

Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211244-24.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra CLAUDIO DAYAM FELIZARDO BELFORT, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 29 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado CLAUDIO DAYAM FELIZARDO BELFORT, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 04/10/2019 às 08:30h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de setembro de 2019. Eu, Judson Bastos, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM), ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: JULIANA BORGES NUNES (OAB 26447/PA), ADV: JULIANA BORGES NUNES (OAB 26447/PA), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: DIEGO OLIVEIRA REIS (OAB 6823/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0211429-62.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: J.A.F.N. - J.H.H.P. - J.F.S. - J.C.C. - J.V.L.S. - K.S.T. e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211429-62.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra José Henry Hernandez Pinilla, Jucimar Freitas da Silva, Julison Correa de Carvalho, Júnio Valter Lopes da Silva e José Arimatéia Façanha do Nascimento, por infração Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, II (vinte e seisArt. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, II (vinte e seisArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Waldemir Moraes TorresRaiany Priscila de Souza FeijoRayclinge Luiz Viana RochaCarlos Alberto Barros FerreiraAna Esmelinda Menezes de MeloJorge Henrique Silva de MeloJuliana Borges NunesJuliana Borges NunesKlinger da Silva OliveiraDiego Oliveira Reis, OAB 11245/AM, 12374/AM, A3569/AM, 7999/AM, 26447/PA, 26447/PA, 2000/AM, 6823/AM, 11126/AM e 12556/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 23/10/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de setembro de 2019. Eu, Allan Gabriel G. Fonseca, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0211429-62.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: K.S.T. e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211429-62.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Keliton da Silva Tinoco, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Keliton da Silva Tinoco, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 23/10/2019 às 08:30h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de setembro de 2019. Eu, Allan Gabriel G. Fonseca, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM) - Processo 0245486-82.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Jorge Bruno Neres Ferreira - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0245486-82.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Jorge Bruno Neres Ferreira, por infração Art. 121 § 2º, IV c/c Art. 14, II ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Bruno Calheiro de Oliveira, OAB 5986/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 22/10/2019 às 10:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de setembro de 2019. Eu, Vanessa Feitoza dos Santos, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0248677-04.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: JOSÉ ROBERTO SALES LIMA - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0248677-04.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra JOSÉ ROBERTO SALES LIMA, por infração Art. 121 § 2º, II, IV do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MMª Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado JOSÉ ROBERTO SALES LIMA, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 18/10/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de setembro de 2019. Eu, Alessandra Silva de Lima, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0258764-53.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Raimundo Nonato da Silva - ACUSADO: José de Ribamar Pereira - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Emmanuel Ormond de Souza, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0258764-53.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra José de Ribamar Pereira, por infração Art. 121 “caput” do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Fábio Leandro Lira Pereira e Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho, OAB 4730/AM e 6721/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 17/10/2019 às 10:00h, no Auditório do Tribunal Regional Eleitoral-TRE, localizado na Av André Araújo, Aleixo,Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de setembro de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0601524-31.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Alex da Cunha Marques e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0601524-31.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Alex da Cunha Marques, por infração Art. 121 § 2º, I do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Jocil da Silva Moraes Filho, OAB 12010/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 31/10/2019 às 09:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de setembro de 2019. Eu, Arlyson Alvarenga do Nascimento, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: NILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 8687/AM) - Processo 0612886-30.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: D.E.E.H.S. - DENUNCITE: M.P.E.A.P.G. - RÉU: D.L.A. - INVESTIGAD: L.A.S. - RÉU: R.C.N. - EDITAL DE CITAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, Processo nº 0612886-30.2019.8.04.0001 FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu ROGÉRIO CORTES NUNES, Brasileiro(a), Solteiro, Outros, RG 17067197/AM, pai Raimundo Francisco Bezerra Nunes, mãe Antonia das Neves Araújo Cortes Nunes, Nascido/Nascida 24/03/1980, natural de Sao Luis - MA, RUA 51, 09, QD-116, Nova Cidade, CEP 69000-000, Manaus - AM, por infração no Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP, do Código Penal Brasileiro, e como referido réu não foi encontrado mandou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, para dentro do PRAZO DE 15 (quinze) DIAS, pelo qual ficará o acusado CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no PRAZO DE 10 (dez) DIAS, onde deverá apresentar sua RESPOSTA ESCRITA À ACUSAÇÃO nesta 2ª Vara do Tribunal do Júri Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, na forma do Art. 406 e parágrafos, do Código de Processo Penal, podendo no prazo acima mencionado arrolar testemunhas cuja citação valerá para todos os efeitos e termos do processo até final julgamento. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - Caderno Judiciário e afixado na porta principal da 2ª Vara do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de setembro de 2019. Eu, Judson Bastos, Assistente Judiciário o digitei, e eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Diego Oliveira Reis (OAB 6823/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Juliana Borges Nunes (OAB 26447/PA)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Nilson Oliveira de Andrade (OAB 8687/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MAURO MORAES ANTONY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0263/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0206161-66.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉ: C.S.D. - Processo suspenso ou sobrestado.

ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: JOELY LAGES LIRA RIKER (OAB 7614/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: NATIVIDADE DE JESUS MAGALHÃES MAIA (OAB 5556/AM), ADV: NAYARA DOS SANTOS XAVIER (OAB 12357/AM), ADV: ISRAEL GOMES DA SILVA (OAB 12030/AM), ADV: ELCINEY CORRÊA DE SOUZA JÚNIOR (OAB 6443/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: LUÍS AUGUSTO PESTANA VIEIRA (OAB 4003/AM) - Processo 0219707-86.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ASSISTENTE: F.B.P. - RÉU: E.S.S. e outros - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado ELCILANE DA SILVA SOUZA, (Alcunha: "NEGA"), Brasileiro(a), RG 13648861, CPF 634.410.802-97, pai Olavo Loureiro de Souza, mãe Elclice da Silva Souza, Nascida 02/12/1980, natural de Novo Airao - AM, com endereço à Rua Amazonas, N° 03, Cel: (92) 981174102, São Raimundo, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de PRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0219707-86.2017.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 27 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: NATIVIDADE DE JESUS MAGALHÃES MAIA (OAB 5556/AM), ADV: JOELY LAGES LIRA RIKER (OAB 7614/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: LUÍS AUGUSTO PESTANA VIEIRA (OAB 4003/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: ELCINEY CORRÊA DE SOUZA JÚNIOR (OAB 6443/AM), ADV: ISRAEL GOMES DA SILVA (OAB 12030/AM), ADV: NAYARA DOS SANTOS XAVIER (OAB 12357/AM) - Processo 0219707-86.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ASSISTENTE: F.B.P. - RÉU: E.S.S. e outros - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR a acusada LEIRIMAR DA SILVA NAZARÉ, Brasileira, RG 1529359-9, CPF 624.367.592-00, pai Juvaldir Veras da Silva, mãe Francisca Souza da Silva, Nascida 29/07/1982, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 29, N°08, QD A37, Conj. Jardim Versalles, Planalto, CEP 69000-000, Manaus - AM , nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de PRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0219707-86.2017.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 27 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM) - Processo 0224352-91.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: L.O.M. e outro - DENUNCIADO: D.F.C. e outro - RÉU: J.R.S. - INVESTIGAD: M.R.O. e outros - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado DOUGLAS FERREIRA COELHO, Brasileiro(a), RG 2612096-8, pai MANOEL MICIAS SOUZA COELHO, mãe VALDIZANGELA FERREIRA MENDONÇA, Nascido 19/02/1995, natural de Manacapuru - AM, com endereço à Rua Vasco da Gama, N° 594, Próximo da Feira, cel: (92) 99210-2427, Cidade de Deus, nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de PRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0224352-91.2016.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 27 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0226348-61.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Sivonei Cardoso da Costa - Para fins de impulsionar o feito e com base no Provimento nº. 063/02 - CGJ, esta secretaria providenciará a intimação da DEFENSORIA PÚBLICA, na figura do Defensor Público com atuação neste juízo, para conhecimento e providências que entender, sobre o teor do OF Nº 213/SJD/8ºBPM-2019, às fls. 313

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0227596-67.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Máximo Timoteo da Silva - Ante o exposto, declaro a ocorrência da prescrição (art. 109, V, CPP) do crime do art. 146, §1º, do CPB imputado ao réu Máximo Timóteo da Silva e decreto a extinção da sua punibilidade, e o faço por força da norma do art. 107, IV, do CPB. Ato contínuo, JULGO PROCEDENTE, em parte, o pedido constante da denúncia formulada pelo Ministério Público para, nos termos do art. 413 do CPP, PRONUNCIAR o acusado Máximo Timoteo da Silva como incurso nas penas do art. 121, caput, do Código Penal Brasileiro praticado contra a vítima Angela Pinheiro da Silva. Em relação ao encerramento da instrução criminal e pelo fato de o réu encontrar-se com decreto preventivo nos autos, MANTENHO a prisão preventiva do mesmo, pois subsistem os fundamentos da custódia cautelar nos termos do art. 312 do CPP. Assim posiciona-se a jurisprudência: (...) Consoante entendimento pacificado nesta Corte Superior, caso persistam os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, desnecessária se torna proceder à nova fundamentação quando da prolação da sentença de pronúncia, mormente quando inexistem fatos novos capazes de promover a soltura do acusado. (STJ - RHC: 22314 RJ 2007/0257607-3, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 21/08/2008, T5 - QUINTA TURMA,

Data de Publicação: DJe 28/10/2008). Em tempo, determino que o mandado de fls. 104 seja recolhido e expedido outro em seu lugar, desta vez com registro no BNMP 2.0. Cumpra-se. DELIBERAÇÕES FINAIS: Intime-se, pessoalmente, o representante Ministerial com assento neste Juízo, bem como o acusado, nos termos do art. 420, I do CPP. Caso o mandado não tenha sido cumprimento pelo meirinho por questões formais/procedimentais, ou mesmo que tenha sido expedido com algum erro, desde já fica a secretaria autorizada a expedir novo mandado, sanando-se o equívoco. Intime-se a Defensa constituída pelo réu, na forma do art. 370, §1.º do CPP. Tratando-se de acusado solto, consigne no mandado a possibilidade de o oficial de justiça realizar a intimação por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 252 a 255 do CPC. Somente considerar-se-á válida a intimação por hora certa, caso tenha o meirinho procedido nos termos do art. 252 e ss. do CPC. Caso não tenha sido observado o procedimento legal, expeça-se novo mandado ou renove-o, conforme o caso. Ressalta-se que, por expressa determinação legal, é prescindível de autorização judicial a realização pelo Meirinho de citações e intimações em domingos ou feriados, ou nos dias úteis, antes das 6h e depois das 20h, desde que imprescindíveis e suscetíveis de gerar grave dano, consoante dispõe art. 212, §1° e §2°, CPC . Case se trate de réu que tenha medidas diversas da prisão, à secretaria para expedir o mandado atentando quanto ao endereço do termo de compromisso, bem como de eventual notícia/informação de mudança de endereço ou mesmo do que consta do termo de qualificação e interrogatório procedido em Juízo. Para o réu que não está sujeito a medidas diversas da prisão, proceda-se à intimação observando o endereço que consta do auto de qualificação e interrogatório realizado em Juízo, levando em conta também eventual notícia/informação de mudança de endereço constante dos autos. Certificado nos autos pelo oficial de Justiça que o acusado não fora encontrado ou que seja foragido, conforme conste de informação oficial oriunda do Sistema Prisional do Estado, intime-o por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 420, parágrafo único do CPP. Caso se trate de acusado que tenha sido intimado pessoalmente por mandado ou em cartório acerca de qualquer ato processual, inclusive de audiência de instrução preliminar, e não tenha comparecido para o ato (art. 367, primeira parte do CPP), o que resultou na decretação de sua revelia, intime-o da decisão de pronúncia no endereço outrora indicado e que foi localizado e, simultaneamente, por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 420, parágrafo único, do CPP. Caso se trate de acusado que tenha sido DECRETADA A SUA REVELIA em razão de mudança de endereço, nos termos do art. 367, segunda parte, do CPP, proceda-se à intimação da decisão de pronúncia por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 420, parágrafo único, do CPP. Intimadas as partes, na forma legal, e decorrido o prazo sem a interposição do competente recurso em sentido estrito, certifique-se nos autos a preclusão da presente decisão de Pronúncia. Certificada a tempestividade do Recurso em Sentido Estrito, desde já fica a Secretaria deste Juízo autorizada a abrir vista à parte contrária/recorrido para oferecer, no prazo legal, as contrarrazões recursais. Com a resposta do recorrido ou sem ela, tornem os autos conclusos para os fins previstos no art. 589 do CPP. Para fins de evitar redesignação de sessão de julgamento, intime-se o acusado por mandado e, simultaneamente, por edital. Caso o mandado de intimação da decisão não retorne no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os registros constante do sistema SAJ, expeça-se mandado de intimação de caráter urgente, para fins de cumprimento imediato. PROVIDÊNCIAS DO ART. 422 DO CPP Preclusa a sentença de pronúncia, determino que se abra vista ao Ministério Público e à defesa do acusado, intimando-os para, em 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art. 422, do CPP. Para as testemunhas, seja de acusação ou de defesa, que não tenham sido localizadas no curso da fase sumariante, ficam as partes incumbidas de providenciar a indicação precisa de endereços DIVERSOS dos outrora dispostos no curso da ação penal, sob pena de não serem expedidos mandados para endereços que já se mostraram infrutíferos, conforme os registros constantes dos autos. Caso as partes arrolem testemunhas NÃO localizadas na etapa do sumário da culpa e NÃO indiquem endereço(s) diverso(s), que se mostre(m) útil(éis) à localização delas, fica a secretaria dispensada de expedir mandados a tais testemunhas, eis que é ônus das partes indicar os endereços úteis onde devam ser encontradas as testemunhas por estas arroladas. O encargo probatório é ônus das partes e a fase do art. 422 do CPP se destina a tal providência, não podendo ser diluído em vários atos, sob pena de se distorcer o sistema de preclusões que rege a legislação processual. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP. A medida justifica-se em razão da necessidade de prazo razoável para o atendimento dos requerimentos e a preparação dos autos para julgamento em plenário. Alerta-se que há portaria interna da Central de Mandados estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para expedição de mandado e seu cumprimento. No mais, os cumprimentos de demais diligências por repartições e órgãos internos também devem ser desempenhados/atendidos em prazo razoável. O atendimento a diligências às vésperas do julgamento em plenário pode restar prejudicado pela exiguidade do tempo para o efetivo cumprimento. Casos excepcionais que refujam das hipóteses acima ficam sujeitas à deliberação judicial própria, mediante requerimento fundamentado declarando motivo justo. Após a manifestação das partes, à Secretaria para inclusão do processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II, CPP. Cumpra-se, na ordem estabelecida e observando o procedimento legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se e demais providências de praxe.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0227596-67.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Máximo Timoteo da Silva - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado MÁXIMO TIMOTEO DA SILVA, Brasileiro, RG 1483351-4SSP/AM, pai Vicente Timóteo da Silva, mãe Maria de Lourdes da Silva, Nascido 24/03/1980, natural de Careiro - AM, com endereço à Rua São Francisco, N° 14, Beco São Raimundo, Mauazinho, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de PRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0227596-67.2012.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 30 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA (OAB 9435/AM) - Processo 0229734-60.2019.8.04.0001 (processo principal 0500035-53.2016.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Homicídio Qualificado - APELANTE: Silvio José Silva de Oliveira - Ordeno a intimação do recorrente Silvio José Silva de Oliveira, por meio de seu advogado, para apresentar as suas razões recursais no prazo legal. Caso decorra o prazo legal sem o oferecimento das razões recursais, intime-se o recorrente Silvio José Silva de Oliveira para tomar conhecimento do eventual abandono e constituição de outro advogado no prazo legal. Após, dê vistas ao recorrido para oferecimento de suas contrarrazões. Em seguida, regularmente instruído o recurso, remetam-se os autos à instância superior. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0230005-11.2015.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - INDICIADA: ERIKA VIVIANE BARROS BRAGA - Recebidos e vistos. Fora remetido a este juízo o Inquérito Policial nº nº111/2015 - 13º DISTRITO INTEGRADO DE POLÍCIA, no qual figuram como indiciada ERIKA VIVIANE BARROS BRAGA e como vítima MARIA DE JESUS SILVA DE SOUZA. O Ministério Público opinou pela remessa dos presentes autos a uma das varas criminais da capital por distribuição, por entender que o crime apurado no procedimento investigativo não se enquadra nos crimes contra vida. É o breve relatório. Decido Em consonância com o Ministério Público (fls.144/145), entendo que o fato apurado não se enquadra nos crimes contra a vida e, portanto, determino a imediata remessa dos presentes autos à uma das Varas Criminais da capital, por tratar-se de crime diverso, de acordo com o art. 157, I, da Lei Complementar nº 17/97 e art. 5º, XXXVIII, DA CF/88. Remetam-se os autos ao setor competente para proceder à redistribuição do feito a uma das varas criminais da comarca da capital. À Secretaria para a providências, com a urgência que o caso requer.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0230296-11.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: David de Souza Braz e outro - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 30/10/2019 às 09:30h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0239664-05.2019.8.04.0001 (processo principal 0615432-92.2018.8.04.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Crimes contra a vida - EXCIPIENTE: I.A.P. - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ, esta secretaria providencia a intimação da Defensoria Pública, com atuação neste juízo, para apresentar os quesitos para serem respondidos no exame de sanidade mental instaurado.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM), ADV: JÚLIO ALBERTO NEVES DE CARVALHO (OAB 9011/AM), ADV: JULIANA TRINDADE DA SILVA (OAB 13687/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: MAURÍCIO BENEDITO GOMES BISSOLI (OAB 13845/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: ROBINSON EUTEMIO SELESKI FILHO (OAB 9973/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: ALFREDO MELO DA SILVA (OAB 9232/AM), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: JEFFERSON DA PAIXÃO LEITE (OAB 7857/AM), ADV: THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB 11821/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM), ADV: EVANDRO DE AZEVEDO MARTINS FILHO (OAB 8290/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: DANIEL FERREIRA MAGALHÃES (OAB 8958/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA (OAB 9435/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0244279-77.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Italo Gutemberg Macedo Ferreira e outros - INDICIADO: Messias do Carmo Leite Junior - CHARLES DOS SANTOS FARIAS - CI 21192 SIPMAM e outros - Ante o exposto, baseado nos fatos comprovados nos autos, DEFIRO o requerimento de Rogério Pinheiro de Freitas, ficando autorizado a viajar para a cidade de Rio de Janeiro-RJ, no período de 02 a 10/10/2019, sem prejuízo do cumprimento das demais medidas cautelares impostas nos autos, as quais permanecem inalteradas. Cópia desta decisão vale como autorização de viagem. Intime-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0245107-44.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Cleidivan Ribeiro de Freitas - ACUSADO: Jefferson Barbosa de Jesus e outros - INDICIADO: Jair Jarson Pereira dos Santos - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para IMPRONUNCIAR os acusados Jefferson Barbosa de Jesus e Eyder Carlos Barbosa da Silva, por não estarem presentes indícios suficientes de autoria contra os mesmos conforme estabelece o art. 414 do Código de Processo Penal, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0245107-44.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Cleidivan Ribeiro de Freitas - ACUSADO: Jefferson Barbosa de Jesus e outros - INDICIADO: Jair Jarson Pereira dos Santos - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado EYDER CARLOS BARBOSA DA SILVA, Brasileiro, mãe Maria Nicilda Barbosa da Silva, Nascido/Nascida 22/05/1984, natural de Manaus - AM, com endereço à Unidade Prisional do Puraquequara, CEP 69000-000, Manaus - AM , nos termos do art. 414 do CPP, da SENTENÇA de IMPRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0245107-44.2013.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Impronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 30 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0245107-44.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Cleidivan Ribeiro de Freitas - ACUSADO: Jefferson Barbosa de Jesus e outros - INDICIADO: Jair Jarson Pereira dos Santos - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado JEFFERSON BARBOSA DE JESUS, Brasileiro(a), RG 2109792-5/AM, mãe Marluce Barbosa de Jesus, Nascido 01/07/1986, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua São Pedro, 137, Compensa I, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 414 do CPP, da SENTENÇA de IMPRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0245107-44.2013.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Impronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum

Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 30 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: DANIEL FERREIRA MAGALHÃES (OAB 8958/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM) - Processo 0251921-09.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Cleydson Enéas Dantas - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa dos advogados 9463/AM - VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO, 9692/AM - RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA e 8958/AM - DANIEL FERREIRA MAGALHÃES, devidamente constituídos nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para conhecimento e providências que entender, sobre o OF Nº 212/SJD/8ºBPM-2019, às fls. 444.

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM) - Processo 0622190-87.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉ: M.S.C. - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando a NÃO localização da testemunha Joab Paula da Costa Pereira arrolada na fase do art. 422, do CPP, providencia a intimação do MINISTÉRIO PÚBLICO para indicar endereço DIVERSO do outrora utilizado(s) (rua, nº.; bairro) - com a indicação da respectiva fonte do endereço -, a ser apontado nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sem prejudicar a data já agendada. Faculta-se ainda providenciar, por sua iniciativa - caso assim queira -, a apresentação da testemunha, outrora não localizada, a que insiste, na sessão de julgamento designada, sob pena de preclusão.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0631077-60.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: R.N.S.S. - Considerando o conteúdo de fls.146 retro, esta secretaria, com base no item VI do recebimento da denúncia, abre vista à Defensoria Pública para REPRESENTAR o(a) acusado(a) Raimundo Nonato da Silva Sales e apresentar sua RESPOSTA ESCRITA.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0639571-11.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alfredo Melo da Silva (OAB 9232/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Daniel Ferreira Magalhães (OAB 8958/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Elciney Corrêa de Souza Júnior (OAB 6443/AM)
Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB 9435/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Evandro de Azevedo Martins Filho (OAB 8290/AM)
Israel Gomes da Silva (OAB 12030/AM)
Jefferson da Paixão Leite (OAB 7857/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Joely Lages Lira Riker (OAB 7614/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Juliana Trindade da Silva (OAB 13687/AM)
Júlio Alberto Neves de Carvalho (OAB 9011/AM)
Luís Augusto Pestana Vieira (OAB 4003/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Maurício Benedito Gomes Bissoli (OAB 13845/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Natividade de Jesus Magalhães Maia (OAB 5556/AM)
Nayara dos Santos Xavier (OAB 12357/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Robinson Eutemio Seleski Filho (OAB 9973/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (OAB 11821/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MAURO MORAES ANTONY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0264/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0247756-11.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - DENUNCIADO: Claudio Cesar dos Santos Amorim - Para fins de impulsionar o feito e com base no Provimento nº. 063/02 - CGJ, esta secretaria providenciará a intimação da DEFENSORIA PÚBLICA, na figura do Defensor Público com atuação neste juízo, para conhecimento e providências que entender sobre o OF Nº 213/SJD/8ºBPM-2019.

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0202/2019

ADV: VERENA CERQUEIRA DOS SANTOS CARDOSO (OAB 17468/PA), ADV: ALBERT BASTOS ANDRADE (OAB 5042/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: PALOMA GURGEL DE OLIVEIRA CERQUEIRA (OAB 9654/RN) - Processo 0200112-33.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0249841-04.2014.8.04.0001) - Pedido de Providências - Execução Penal - APENADO: J.C.L. - De ordem deste Juízo de Direito, faço vista dos autos ao Ministério Público e a Defesa para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da necessidade de renovação de permanência do custodiado no sistema penitenciário federal.

ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM) - Processo 0201124-19.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: José dos Santos Silva - Ante o exposto, na esteira da manifestação ministerial, INDEFIRO o pedido da Defesa do reeducando, pelos fundamentos acima expostos, ocasião em que determino, considerado o lapso temporal do pedido, que o reeducando compareça ao Setor Psicossocial deste Juízo em até 30(trinta) dias, munido de documentos que comprovem sua atividade laboral, para realização da extensão do horário em que poderá permanecer fora de sua residência para fins de exercício da atividade laboral, caso ainda seja de seu interesse. No mais, determino o prosseguimento do feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0208472-64.2013.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Adrimar Almeida Acioly - Designo o dia 17/10/2019 às 8h30 para realização da audiência de justificação, na forma do art. 118, § 2º da LEP. Oficie-se à SEAP/COC para que encaminhe Certidão Disciplinar atualizada, bem como relatório técnico referente ao monitoramento eletrônico do Apenado acima epigrafado. Intimem-se as partes no tocante a audiência. SERVIRÁ O PRESENTE COMO OFÍCIO.

ADV: LAÍS MONIQUE DA SILVA SANTOS (OAB 10340/AM) - Processo 0211156-54.2016.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - RÉU: Edvan Junio Lima de Souza - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Edvan Junio Lima de Souza.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0221287-54.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Cizócrates de Brito Prestes - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO Cizócrates de Brito Prestesao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita. Ademais, considerando que o reeducando possui processo de execução em apenso, determino à Secretaria que proceda com a soma e unificação das penas.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM) - Processo 0224412-06.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Rodrigo Silva de Oliveira - DESPACHO Dê-se vista ao Patrono constituído às fls. 254 para que, dentro do prazo de 05(cinco) dias, manifeste-se sobre o Procedimento Administrativo Disciplinar acostado aos autos. Após manifestação ou com a certificação do decurso do prazo sem resposta, venham os autos conclusos para decisão.

ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM) - Processo 0228654-03.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: FABRÍCIO PAIXÃO DA SILVA - ssim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO FABRÍCIO PAIXÃO DA SILVAao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena.

ADV: KELLI CRISTIANE APARECIDA HILÁRIO (OAB 11709/MS), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0229015-25.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Jose Roberto Fernandes Barbosa - De ordem deste Juízo de Direito, faço vista dos autos ao Ministério Público e a Defesa para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da necessidade da renovação do prazo de permanência do custodiado no sistema penitenciário federal.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0229555-29.2019.8.04.0001 - Pedido de Providências - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Denilson Andrade Junior - De ordem deste Juízo de Direito, dou ciência ao Ministério Público, Defesa e SEAP da Sentença de Inclusão Definitiva do Reeducando Denilson de Andrade Júnior na Penitenciária Federal em Mossoró/RN, pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0233110-64.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: THIAGO CARVALHO CAMPOS - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado THIAGO CARVALHO CAMPOS.

ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM) - Processo 0234154-60.2009.8.04.0001 (001.09.234154-4) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Marcos Luiz Correa Maquiné - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO Marcos Luiz Correa Maquinéao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0235777-23.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - INTSSADO: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP - ISTO POSTO, na forma do art. 109 da Lei de Execução Penal, declaro extinta, pelo cumprimento, a pena aplicada a Erick Batista Costa, e, consequentemente, determino a imediata expedição de Alvará de Soltura, clausulado. Após, verifique-se a necessidade de se expedir ofício ao TRE/AM ou para recolhimento de mandado de prisão. Ultimadas providências, proceda-se a baixa na distribuição para os efeitos do art. 202 da L.E.P., arquivando-se.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0235777-86.2014.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Marcela Thaynar Silva Bittencourt - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO Marcela Thaynar Silva Bittencourtao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM) - Processo 0236515-16.2010.8.04.0001 (001.10.236515-7) - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Agnaldo Santos Pereira - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 22/10/2019, com início às 08:30h, devendo o apenado Agnaldo Santos Pereira se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0239291-23.2009.8.04.0001 (001.09.239291-2) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Evandro Neves da Costa - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO Evandro Neves da Costaao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: ALMENILZE VALENTE SAMPAIO (OAB 5456/AM) - Processo 0247192-37.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Elandro Pereira Carvalho - Assim, em harmonia com o Parecer Ministerial, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Elandro Pereira Carvalho, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta)

dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: RODRIGO POLLARI CASTELO BRANCO (OAB 7993/AM) - Processo 0249191-49.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Luis Henrique Miranda Aquino - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO Luis Henrique Miranda Aquinoao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: JOSÉ RIBAMAR COSTA SOARES (OAB 1971/AM) - Processo 0618256-63.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - REQUERENTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA FREITAS - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado FLAVIO HENRIQUE DA SILVA FREITAS.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0642765-82.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0227842-58.2015.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Perempção - AGRAVANTE: Jovane Soares dos Santos - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0645280-90.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0229559-66.2019.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Rejeição - AGRAVANTE: Celson Alves dos Santos - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM) - Processo 0645463-61.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0226313-62.2019.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Inexigibilidade de Conduta Diversa - AGRAVANTE: Franciomar Marinho da Silva - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

Albert Bastos Andrade (OAB 5042/AM)
Almenilze Valente Sampaio (OAB 5456/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
Cleuvis Costa dos Santos (OAB 13640/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
José Ribamar Costa Soares (OAB 1971/AM)
Joziel Barros de Souza (OAB 11383/AM)
Kelli Cristiane Aparecida Hilário (OAB 11709/MS)
Laís Monique da Silva Santos (OAB 10340/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira (OAB 9654/RN)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Rodrigo Pollari Castelo Branco (OAB 7993/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Verena Cerqueira dos Santos Cardoso (OAB 17468/PA)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0203/2019

ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0210794-57.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Eugênio Barbosa da Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Eugênio Barbosa da Silva.

Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0337/2019

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES (OAB 1542/AM) - Processo 0653116-17.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes Militares - INDICIADO: Rick Wesley Feitosa Pinto - Ante o exposto, nos termos da legislação acima, RELAXO A PRISÃO EM FLAGRANTE DO NACIONAL RICK WESLEY FEITOSA PINTO, aplicando-lhe a obrigação, mediante termo de compromisso, de comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de decretação de sua prisão preventiva.

Carlos Alberto Rodrigues (OAB 1542/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0338/2019

ADV: PAULO EDUARDO BORGES GUERRA (OAB 5401/AM) - Processo 0248019-72.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Diego de Souza Torres - Intime-se o acusado para que compareça a este Juízo no dia 27 de setembro de 2019, às 10 horas, ocasião em que deverá declinar o nome de seu advogado, podendo fazê-lo nos 3 (três) dias subsequentes, sem o que este Juízo encaminhará os autos à Defensoria Pública. Intimem-se.

PAULO EDUARDO BORGES GUERRA (OAB 5401/AM)

1ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0202/2019

ADV: SANDRO VIDAL MENDONÇA GUIMARÃES (OAB 11914/AM) - Processo 0634953-86.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.B.L.S. - REQUERIDO: D.C.C. - Vistos, etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo de fls. 39/41, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: MAIARA BRITO DE ARAUJO (OAB 14491/AM) - Processo 0642751-98.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: L.C.C. - ALIMENTANT: I.C.N.S. - Vistos, etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0648430-79.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.P.C.O. - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. Proceda-se à baixa.

ADV: LAURA POLIANA DE OLIVEIRA FRAGATA (OAB 13528/AM) - Processo 0651339-94.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Dissolução - REQUERENTE: E.L.F. - REQUERIDO: A.S.G. - Vistos, etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

Laura Poliana de Oliveira Fragata (OAB 13528/AM)
Maiara Brito de Araujo (OAB 14491/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
Sandro Vidal Mendonça Guimarães (OAB 11914/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0203/2019

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0609727-79.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.P.M.S. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: MAYCON SILVA DOS SANTOS (OAB 13231/AM), ADV: ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO (OAB 10554/AM) - Processo 0617796-03.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.R.M. - REQUERIDO: P.C.A.S. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

Alessandro Nogueira Monteiro (OAB 10554/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Maycon Silva dos Santos (OAB 13231/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
JUIZ(A) DE DIREITO MARCOS SANTOS MACIEL
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MÔNICA COSTEIRA DE MENDONÇA FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0204/2019

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: PAULO AGNER DA SILVA SOUZA (OAB 5361/AM), ADV: REBERTH DA SILVA COSTA (OAB 8817/AM), ADV: MARIA DE NAZARÉ GALVÃO DA SILVA (OAB 3049/AM), ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM) - Processo 0006653-48.2010.8.04.0012/01 - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: CILEIDE CRISTINA LIMA DA COSTA - EXECUTADO: Antonio Alberto Façanha Costa - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz

de Direito Dr. Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 14 de novembro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 31/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ADAYLA BARRETO DE MESQUITA (OAB 001.729/AM) - Processo 0007138-10.1994.8.04.0012 (012.94.007138-3) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: N.C.R.F. e outro - EXECUTADO: E.J.F.F. - Segundo manifestação dos credores há considerado lapso temporal entre o pedido de cumprimento de sentença e homologação do acordo. Assim, buscando não apresentar decisão surpresa, manifestem os credores sobre a suposta incidência da prescrição, no prazo de quinze dias. Ainda dentro do referido prazo, apresentem o número de matrícula do imóvel. Intimem-se.

ADV: ELIZABETH DE OLIVEIRA MUBARAC (OAB 13423/AM) - Processo 0008507-97.1998.8.04.0012 (012.98.008507-9) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERIDO: A.J.B.M. - Certifico para os devidos fins que, nesta data, foram digitalizados e virtualizados os presentes autos no estado que se encontram. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM) - Processo 0203117-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: C.C.R. - Intime-se a parte autora para informar o não comparecido na audiência, bem como sobre o AR negativo de fls. 60, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: WAGNER VELOSO MARTINS (OAB 37160/BA) - Processo 0203766-28.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Família - REQUERENTE: C.R.C.M. - Acolho a promoção ministerial de fls. 180. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: VANESSA DA SILVA MATIAS RIBEIRO (OAB 14061/AM) - Processo 0211029-14.2019.8.04.0001 (processo principal 0007016-44.2005.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Huan Henrique Portugal Pinheiro - Adna Benedita Portugal Pinheiro - REQUERIDO: Lauro Domingos Santos de Carvalho - Vistos etc. Manifestação do executado com alegação de adimplemento da obrigação acompanhada de comprovante. Antes de qualquer outra providência, suspendam o mandado de prisão em favor do devedor, pois a prisão civil é medida excepcional visando compelir o adimplemento da obrigação, não se justificando a sua manutenção diante do pagamento. Intime-se a parte credora para manifestação sobre a alegação de pagamento integral da dívida, no prazo de cinco dias. Após, remetam os autos ao Parquet. Manaus, 26 de setembro de 2019.

ADV: KATHLEEN SENNA DA SILVA (OAB 3323/AM), ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM), ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM) - Processo 0216389-76.2009.8.04.0001 (001.09.216389-1) - Cumprimento de sentença - Sociedade - EXEQUENTE: K.R.F. - REQUERIDA: J.F. - Diante do exposto, decreto a prisão do executado, devidamente qualificadono cabeçalho, pelo prazo de01 (um) mês, a teor do disposto no art.528, §3º doNCPC c/c art. 19, da Lei 5.478/68. Extraia-se a competente certidão para fins de apresentação ao Tabelionato de Protestos competente, na forma do § 1º do art. 528, do CPC/2015.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0216775-62.2016.8.04.0001 (processo principal 0260625-45.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: Aymê Izabelle de Oliveira Vasconcelos - Proceda-se com urgência a expedição de alvará de soltura ou contramandado.

ADV: MARCOS ANTÔNIO DE MENEZES (OAB 826A/AM) - Processo 0216875-22.2013.8.04.0001 (processo principal 0712365-40.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: Renilce Moita Porto - Vistos etc. Trata-se de criação inadequada de novos autos digitais contendo petição intermediária endereçada para outro processo. Além do mais, consta no SAJ a informação de que o presente feito encontra-se em fase analise recursal. Assim, cancele-se os presentes autos e, sendo para fins de atualização dos dados e efetivação do cancelamento, desvincule-se o presente feito dos demais. Intime-se a peticionante. Cumpra-se.

ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM), ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM) - Processo 0219656-41.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: L.S.L. - EXECUTADO: W.C.L. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação do requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar sua representação processual.

ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0223051-41.2018.8.04.0001 (processo principal 0607439-66.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - EXEQUENTE: Lucas da Silva Lima - EXECUTADO: Wancley Cunha de Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação da parte requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar sua representação processual.

ADV: WAGNER RAGO DA COSTA (OAB 187720/RJ), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0225423-65.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0254450-35.2011.8.04.0001)(processo principal 0254450-35.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Augusto Zaluba Filho - EXECUTADA: Rose Vitória Monteiro Zaluba - É dever das partes manifestarem nos autos toda vez que forem intimados sob pena de preclusão ou extinção do feito, conforme a natureza do ato a ser praticado. Em se tratando de o polo ativo deixar de praticar ato indispensável ao prosseguimento do feito, não sendo possível a resolução do processo com a resolução do mérito, deverá o magistrado extingui-lo por questões processuais, sem a incidência da coisa julgada material. No caso em tela a parte ativa deixou de praticar ato necessário ao prosseguimento do feito, mesmo após efetivação de sua intimação pessoal. Noutro viés, o feito não se encontra maduro o suficiente para análise do mérito, razão pela qual julgo extinto o processo com fundamento no inciso III do art. 485 do CPC, condenando a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (dez por cento sobre o valor atribuído à causa).Torno sem efeito a deliberação de fls. 118/119, pois não houve citação e sim, intimação do exequente para dar prosseguimento no feito. Em razão de ser o polo ativo agraciado pelos benefícios da gratuidade de justiça, fica suspensa a exigibilidade do crédito pelo prazo prescricional de cinco anos. Intime-se. Após trânsito em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. Manaus, 25 de setembro de 2019

ADV: JOYCE MALENA DE ALMEIDA FREITAS (OAB 28682/PA) - Processo 0225748-98.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.L.U.O. - Defiro o pedido de fls. 46 para o cancelamento da audiência de fls. 44. Cite-se a parte requerida para oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 335 do CPC.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ (OAB 4846/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO LOPES CAÚLA (OAB 8151/AM), ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM), ADV: DRIHELLY PEREIRA BARBOSA (OAB 11100/AM) - Processo

0231129-92.2016.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERIDO: F.P.C. - Intimem-se as partes para manifestação sobre os ofícios de fls.74/76. Prazo: 10 (dez) dias.

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: DEYVISON SOUZA BRITO (OAB 9366/AM) - Processo 0231132-47.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.R.L. - Intime-se a parte autora para manifestar-se sobre os ofícios de fls. 53. Após, v.c.

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0231906-72.2019.8.04.0001 (processo principal 0633941-42.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Dissolução - EXEQUENTE: Georgeany Carla Barros Fernandes Rodrigues de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para efetuar o pagamento dos emolumentos do oficial de justiça para fins de expedição de mandado, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM) - Processo 0239162-03.2018.8.04.0001 (processo principal 0609865-85.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Dissolução - REQUERENTE: Daniele da Silva Santos - Acolho a promoção ministerial de fls. 29. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: JHENA CHRISTIANE CUNHA DOS SANTOS (OAB 8805/AM) - Processo 0244126-78.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0611488-24.2014.8.04.0001) (processo principal 0611488-24.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Guarda - EXEQUENTE: Nara Rúbia Freire de Souza - Acolho a promoção ministerial de fls. 35. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM), ADV: DAYANE RICARDO DE PAIVA (OAB 10592/AM) - Processo 0246569-31.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: H.F.S. - Paute-se audiência para a Semana Nacional de Conciliação, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P., caso haja interesse de incapaz no presente feito. Intimem a requerida para esclarecer os fatos quanto à suposta determinação judicial impedido o contato direito com o menor, no prazo de cinco dias, devendo, também, apresentar cópia do referida deliberação. Transcorrido o prazo, intimem a parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. Intimem-se.

ADV: DAYANE RICARDO DE PAIVA (OAB 10592/AM), ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM) - Processo 0246569-31.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: H.F.S. - CERTIDÃO Processo n°:0246569-31.2016.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação fica pautada para o dia 05/11/2019 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 27 de setembro de 2019.

ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: LIAH LIMA CERF LEVY (OAB 7183/AM), ADV: NORMA BARBOZA ARAÚJO (OAB 2845/AM) - Processo 0248447-98.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: I.S.P.M. - EXECUTADO: E.M.M.M. e outro - Sempre que possível deve o magistrado estimular a solução dos conflitos de forma consensual. Ressalta-se também a possibilidade de ocorrer acordo parcial. Considerando a Semana Nacional de Conciliação a ser realizada no presente Juízo, paute-se audiência para tentativa de conciliação/mediação, providenciando-se as diligências necessárias.

ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: NORMA BARBOZA ARAÚJO (OAB 2845/AM), ADV: LIAH LIMA CERF LEVY (OAB 7183/AM) - Processo 0248447-98.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: I.S.P.M. - EXECUTADO: E.M.M.M. e outro - CERTIDÃO Processo n°:0248447-98.2010.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação/mediação, fica pautada para o dia 04/11/2019 às 10:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 27 de setembro de 2019.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FELIPE SENA DE CARVALHO (OAB 3816/AM), ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM) - Processo 0249370-27.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Apuração de haveres - REQUERENTE: Marluce Marta Silva dos Santos - REQUERIDO: Euclides dos Santos Furtado - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 02/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação das partes para se manifestarem sobre o laudo apresentado nos presentes autos, no prazo comum de 15 (quinze) dias (NCPC, Art. 477, § 1º).

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0251847-18.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: J.N.D.M. - Proceda-se com urgência a expedição de alvará de soltura ou contramandado.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: FELIPE SENA DE CARVALHO (OAB 3816/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0253149-48.2014.8.04.0001 (processo principal 0025731-03.2006.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Marluce Marta dos Santos Furtado - EXECUTADO: E.S.F. - Em razão do pedido de parcelamento das custas em fls. 249, remetam os autos à Contadoria.

ADV: ADALBERTO TEIXEIRA BITTAR (OAB 5275/AM) - Processo 0601296-95.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.L.F. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem sua alegações finais, conforme artigo 364, §2º, do CPC.

ADV: ANDERSON CORDEIRO MOTA (OAB 11305/AM), ADV: CAROLINE DE CASTRO PEROZZO (OAB 11195/AM) - Processo 0601912-65.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: S.M.M. - Acolho a promoção ministerial de fls. 177. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: ANDERSON CORDEIRO MOTA (OAB 11305/AM), ADV: CAROLINE DE CASTRO PEROZZO (OAB 11195/AM) - Processo 0601912-65.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: S.M.M. - CERTIDÃO Processo n°:0601912-65.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação fica pautada para o dia 04/11/2019 às 14:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 27 de setembro de 2019.

ADV: JOHANN STEPHEN DE OLIVEIRA MELO (OAB 12675/AM) - Processo 0602147-32.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0615699-64.2018.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: M.K.S.J. - M.V.K.S. - Acolho a promoção ministerial de fls. 184. Intime-se o requerido para se manifestar nos autos em cumprimento ao despacho de fls. 179, no prazo de 10 (dez) dias. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: JEAN CARLOS SIQUEIRA DE SOUZA (OAB 8165/AM), ADV: MARCO ANTONIO MOREIRA (OAB 8780/AM), ADV: MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 6469/AM) - Processo 0602400-20.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: L.P.S. - EXECUTADO: M.N.N. - Intime-se o executado para se manifestar sobre o item “IV” da petição de fls. 153, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, remetam os autos ao Ministério Público para ciência e manifestação.

ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM) - Processo 0603662-39.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.R.A. - REQUERIDO: S.C.L. - Diante do exposto, em razão da falta de desenvolvimento regular, julgo extinto o processo sem resolução do Mérito, com fundamento no art. 485, IV do CPC.

ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM) - Processo 0604399-71.2019.8.04.0001 - Guarda - DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - REQUERENTE: F.L.S. - O polo passivo foi regularmente citado para integrar a relação processual, porém deixou transcorrer em branco o prazo legal para apresentar sua defesa. Diante do exposto, DECRETO A REVELIA do polo passivo, no entanto, deixo de de aplicar-lhe os

efeitos legais, previstos no art. 344, do NCPC, porque envolve questão envolvendo interesse de incapaz. Em observância às disposições e princípios elencados nos artigos 6º e 8º, 77, II, 139, III, 470, I, 459, §2º, 464, II do CPC, deve o magistrado evitar atos desnecessários ou inaptos a alcançar a análise do mérito de forma mais célere possível. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar apenas fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos tanto aos litigantes quanto ao Poder Judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Importante também enfatizar que as partes somente serão pessoalmente intimadas para participarem da audiência de instrução e julgamento nos casos expressamente previstos no CPC, sendo a publicação por nota o meio ordinário para dar ciência dos atos processuais, quando se fizerem representados por Advogado habilitado no processo. Por tais razões, determino a intimação do polo ativo para, no prazo de 5 (cinco) dias, e sob as cominações legais aplicáveis (NCPC, art. 223), especificar as provas que pretende produzir em audiência; justificando-as (NCPC, art. 348). Oportunamente, deliberarei, de ofício, se for o caso, acerca da produção de provas que, pelo Juízo, venham a ser reputadas como necessárias ao julgamento do mérito (NCPC, art. 370). Intime-se o polo ativo e cumpra-se, como devido.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM) - Processo 0604415-64.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: ANTÔNIO JORGE FERREIRA MOTA - REPTANTE: Myris Pereira da Silva - REQUERIDA: Pollyana Pereira Mota (MENOR) - Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I, do NCPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para DEFERIR a GUARDA COMPARTILHADA de P.P.M a ambos os genitores, fixando, porém, o domicílio materno como lar de referência da menor e estabelecendo o direito de convivência conforme em finais de semana alternados, de 20h de sexta-feria até às 19h do domingo, metade das férias escolares e festas de fim de ano e Natal alternadas, haja vista atender o melhor interesse da menor. Via de consequência, extingo o processo com resolução do mérito.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: GLÁUCIA DA SILVA OLIVEIRA (OAB 8470/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0605131-62.2013.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: J.M.L.R. - REQUERIDA: C.G.A. - Sobre o ofício apresentado, intime-se a requerida para manifestação em cinco dias. Intime-se.

ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: PEDRO IGOR FROTA DE CARVALHO (OAB 13661/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0606816-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: Kaique Américo da Silva e Silva e outros - Decido. Da interpretação constitucional do artigo 1.723, do CCB é reconhecida como entidade familiar a união estável entre pessoas mediante comprovação da convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. Diante a manifestação sobre a procedência do pedido, homologo o reconhecimento da união estável na forma descrita na inicial. Julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos 487, III, “a” do CPC. Custas pelo polo passivo. Contudo suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade requerida. Com o trânsito em julgado, baixe-se e arquive-se com os procedimento de praxe. P.R.I. Manaus, 25 de setembro de 2019 Marcos Santos Maciel Juiz de Direito

ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM) - Processo 0607554-24.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda com genitor ou responsável no exterior - REQUERENTE: A.A.L. - Acolho a promoção ministerial de fls. 142. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0607908-44.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: C.A.C.F. - M.A.O. - Não vejo utilidade prática para realização da audiência de instrução pois o pai registral confessa existir de sua parte a incidência da paternidade afetiva. Além do mais, diante do fato do menor possuir apenas três anos de idade, de nenhuma utilidade teria a participação da criança no referido ato. Considerando a possibilidade atual da pessoa ter registrada em sua certidão o nome do pai registral e biológico, paute-se audiência para semana de conciliação. Intimem-se.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0607908-44.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: C.A.C.F. - M.A.O. - CERTIDÃO Processo n°:0607908-44.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação fica pautada para o dia 04/11/2019 às 10:30h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 27 de setembro de 2019.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: RAFAELA RAMOS DE SOUZA AMARAL (OAB 89880/RS), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM) - Processo 0609724-27.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: H.B.S.F. - EXECUTADO: D.M.V. - Intime-se a parte exequente para manifestar-se sobre a petição de fls. 57/60, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0610127-64.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.A.T.S. - É dever das partes manifestarem nos autos toda vez que forem intimados sob pena de preclusão ou extinção do feito, conforme a natureza do ato a ser praticado. Em se tratando de o polo ativo deixar de praticar ato indispensável ao prosseguimento do feito, não sendo possível a resolução do processo com a resolução do mérito, deverá o magistrado extingui-lo por questões processuais, sem a incidência da coisa julgada material. No caso em tela a parte ativa deixou de praticar ato necessário ao prosseguimento do feito, mesmo após efetivação de sua intimação pessoal. Noutro viés, o feito não se encontra maduro o suficiente para análise do mérito, razão pela qual julgo extinto o processo com fundamento no inciso III do art. 485 do CPC, condenando a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (dez por cento sobre o valor atribuído à causa). Em razão de ser o polo ativo agraciado pelos benefícios da gratuidade de justiça, fica suspensa a exigibilidade do crédito pelo prazo prescricional de cinco anos. Intime-se. Após trânsito em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. Manaus, 26 de setembro de 2019

ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM), ADV: KAMILA MAIA BOTELHO TELLES (OAB 8957/AM) - Processo 0610183-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação sobre a certidão negativa de fls. 88, no prazo de 10 dias.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM) - Processo 0610445-76.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.N.M.D. - Defiro o pedido de fls. 66. Viabilize-se.

ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM), ADV: MAGDA RAQUEL GUIMARÃES FERREIRA LOBATO (OAB 724A/AM), ADV: MAGDA RAQUEL GUIMARÃES FERREIRA (OAB 163055/SP), ADV: JULIANE ELIZABETE DE SOUZA MAIA (OAB 12643/AM), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM),

ADV: ABRAHIM JEZINI (OAB 4584/AM) - Processo 0610799-04.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: M.R.G.F.L. - REQUERIDO: Jose Adalcindo Ferreira e outros - Defiro o pedido de fls. 397/398. Providencie-se.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0610824-51.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.S.C. - Diante a certificação da ausência de contestação da parte citada, decreto sua revelia. Sem prejuízo do julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 348, do CPC, intime-se a parte autora para informar se pretende produzir mais alguma prova, especificando os fatos controversos e meios a serem utilizados em audiência de instrução e julgamento, no prazo de cinco dias úteis.

ADV: ALESSANDRO DA SILVA CALADO (OAB 11768/AM), ADV: TATIANA DE FREITAS LOPES (OAB 11732/AM), ADV: ADRIANA MÍRIAN DE MIRANDA TRINDADE (OAB 5300/AM), ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM) - Processo 0610894-34.2019.8.04.0001 - Guarda - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: F.M.M.S. - CERTIDÃO Processo n°:0610894-34.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação fica pautada para o dia 04/11/2019 às 09:30h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 25 de setembro de 2019.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0611025-43.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.S.N. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 27 de setembro de 2019

ADV: AUGUSTO CEZAR ECHENIQUE RIBEIRO (OAB 13720/AM) - Processo 0613234-48.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.H.G. - Diante do exposto, nos termos do art. 290 c/c 485, X, ambos do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Remetam os autos ao setor competente para o cancelamento da distribuição, com as providências de estilo, após seu trânsito em julgado.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0613246-62.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.R.L. - ALIMENTAND: A.M.L.V.M. - Vistos. Chamo o feito à ordem para anular em parte o presente trâmite, por questões de ordem pública, diante da falta de sintonia entre os comandos da decisão de folhas 17/19 e o teor do mandado presente na página 35 quanto ao momento da apresentação da contestação. Diante do exposto, tornem sem efeito ou cancele-se os atos processuais a partir da expedição do mandado de citação. Cite-se e intime-se o requerido para resposta em audiência de conciliação e julgamento, fazendo constar no mandado a seguinte advertência: O não comparecimento do autor determina o arquivamento do pedido, e a ausência do réu importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato". Paute-se a referida audiência, providenciando-se as intimações e advertências necessárias.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0613246-62.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.R.L. - ALIMENTAND: A.M.L.V.M. - CERTIDÃO Processo n°:0613246-62.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação e Julgamento fica pautada para o dia 31/03/2020 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 27 de setembro de 2019.

ADV: ADRIANO JOSÉ DA CUNHA SOUZA (OAB 8410/AM) - Processo 0613370-50.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: V.V.S. - Vistos etc. Peticionamento de forma equivocada a cargo do advogado, pois apresentou a petição inicial de ação exoneratória de alimentos como peça intermediária. Além disso, incorre em outro equívoco quando pede a distribuição por dependência à extinta ação em restaram fixados os alimentos. Não é caso de distribuição por dependência. Isso porque não existe conexão entre o pedido de exoneração com a ação em que se estipulou a verba alimentar. O objeto e a causa de pedir são distintos. Portanto, este juízo não está prevento para processar e julgar a demanda exoneratória. Sobre o tema, confira-se: "CONFLITO DE COMPETÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO DEEXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. AÇÃO AUTÔNOMA. INEXISTÊNCIA DECONEXÃOCOM AAÇÃO DE ALIMENTOSFINDA. AUSÊNCIA DE PREVENÇÃO. LIVRE DISTRIBUIÇÃO.1. A ação deexoneração de alimentosé uma nova ação, muito embora decorrente da demanda alimentar originária e contempla nova causa de pedir, com outro pedido, fundada em relação jurídica de direito material substancialmente modificada, vez que calcada na nova situação fática; 2. Esta nova ação não é conexa a outra, pois somente serão conexas as ações quando lhes forem comum o objeto ou a causa de pedir, conforme interpretação literal do art. 103 CPC/1973, reproduzido no art. 55 CPC/2015". (TJMG; CONF 1.0000.15.099127-1/000; Rel. Des. Renato Dresch; Julg. 14/07/2016; DJEMG 19/07/2016) "CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA.AÇÃO DE ALIMENTOSTRANSITADA EM JULGADO.AÇÃO DEEXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. AUSÊNCIA DECONEXÃO.A competência é o critério para distribuição entre os órgãos judiciários das atribuições relativas ao desempenho da jurisdição. Não havendo dependência,conexãoou continência, os processos devem ser considerados como ações distintas, ainda que coincidentes em algum dos elementos objetivos ou subjetivos. De acordo com a Súmula nº 235 do Superior Tribunal de Justiça, aconexãonão determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado". (TJMG; CONF 1.0000.14.070526-0/000; Rel. Des. Darcio Lopardi Mendes; Julg. 26/02/2015; DJEMG 04/03/2015) Já há muito foi superada a tese de que as ações revisionais de alimentos em sentido amplo (revisão e exoneração) seriam ações acessórias. A matéria, inclusive, foi deslindada pelas Câmaras Reunidas do egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas que, à unanimidade, seguindo o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, no julgamento do Conflito de Competência nº º 2009.000362-5 - MANAUS, publicado no Diário de Justiça Eletrônico em 16/06/2009, no qual foi suscitante o magistrado da 1ª Vara de Família e Sucessões, Dr. MARCOS SANTOS MACIEL, que subscreve a presente manifestação judicial, e suscitado o Juiz da 6ª Vara de Família e Sucessões, Dr. Dídimo Santana Barros Filho, deliberou o seguinte: "Conflito de Competência n.º 2009.000362-5, de Manaus. Suscitante: Juiz de Direito da 1.ª Vara da Família, Dr. Marcos Santos Maciel. Suscitado: Juiz de Direito da 6.ª Vara de Família, Dr. Dídimo Santana Barros Filho. Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões. Relator: DR. ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA. Desembargadores Presentes: Djalma Martins da Costa, Marinildes Costeira de Mendonça Lima, Arnaldo Campello Carpinteiro Péres, Aristóteles Lima Thury, Encarnação das Graças Sampaio Salgado, Dr.ª Euza Maria N. de Vasconcellos - Juíza de Direito convocada com jurisdição plena, Dr. Sabino da Silva Marques - Juiz de Direito convocado com jurisdição plena, Dr. Wellington José de Araújo - Juiz de Direito convocado com jurisdição plena e Dr. Cláudio César Ramalheira Roessing - Juiz de Direito convocado com jurisdição plena. Impedidos: Des.ª Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura e Des. Yedo Simões de Oliveira. Procurador de Justiça: Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz, que leu o Parecer do Dr. José Roque Nunes Marques. EMENTA: PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSO SENTENCIADO. TRÂNSITO EM JULGADO. AUSÊNCIA DE PREVENÇÃO. - O trânsito em julgado de uma das ações, cessa a prevenção, pois desaparece a finalidade de reunião dos processos. - Conflito dirimido para firmar a competência da 6.ª Vara da Família da Capital. DECIDEM: os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes das Egrégias Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Parecer do Ministério Público, em firmar a competência do Juízo da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus na forma aduzida no voto condutor."(grifei) Em outro julgado do e. TJAM ficou decidido: "Conflito de Competência n.º 2008.005012-6, de Manaus. Suscitante: Juízo de Direito da 2.ª Vara de Família e Sucessões e Registro Público da Capital. Suscitado: Juízo de Direito da 1.ª Vara da Família da Capital. Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões. Relatora: DES.ª MARINILDES COSTEIRA DE MENDONÇA LIMA. Desembargadores Presentes: Luiz Wilson Barroso, Paulo Cesar Caminha e Lima, Rafael de Araújo Romano, Encarnação das Graças Sampaio Salgado, Dr. João Mauro Bessa - Juiz de Direito convocado com jurisdição plena. Dr.ª Euza Maria N. de Vasconcellos

- Juíza de Direito convocada com jurisdição plena, Dr. Cláudio César Ramalheira Roessing - Juiz de Direito convocado com jurisdição plena e Djalma Martins da Costa. Procuradora de Justiça: Dr.ª Noeme Tobias de Souza, que leu o Parecer da Dr.ª Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. EMENTA: PROCESSO CIVIL - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS - AÇÃO DE ALIMENTOS - PREVENÇÃO IMPOSSIBILIDADE. - Diante da necessidade de comprovação da alteração da situação financeira de uma ou de ambas as partes interessadas, exigida pela Ação Revisional, e ainda, sendo tal alteração superveniente à Ação de Alimentos, fica demonstrada a impossibilidade de se entender que a Ação Revisional seja acessória à ação principal de alimentos, devendo, pois, a distribuição se dá de forma aleatória. - Tendo a Ação de Alimentos sido arquivada anteriormente à proposição da Revisional, não há conexão entre os feitos. Inteligência da Súmula 235 do STJ. - Competência da 2a Vara de Família da Capital. DECIDEM: os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes das Egrégias Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade e em consonância com o parecer do Graduado Representante Ministerial, julgar procedente o conflito negativo para reconhecer a competência do Juízo de Direito suscitante da 2.ª Vara de Família de Manaus para processar e julgar o feito, nos termos do relatório e voto da relatora que passam a integrar o julgado."(grifei) Ainda: "Conflito de Competência nº 2009.000360-1, de Manaus. Suscitante: Juiz de Direito da 1ª Vara da Familia, Dr. Marcos Santos Maciel. Suscitado: Juiz de Direito da 7ª Vara de Família, Dr. Rogério José da Costa Vieira. Presidente: Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes. Relator: Dr. HENRIQUE VEIGA LIMA. Desembargadores Presentes:Des. Djalma Martins da Costa, Desª. Marinildes Costeira de Mendonça Lima, Des. Arnaldo Campelo Carpinteiro Péres, Des. João de Jesus Abdala Simões, Desª Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Des. Yedo Simões de Oliveira, Des. Luiz Wilson Barroso, Des. Paulo Cesar Caminha e Lima, Des. Rafael de Araújo Romano, Des. Aristóteles Lima Thury, Des.ª Encarnação das Graças Sampaio Salgado, Desª Euza Maria Naice de Vasconcellos, Des. João Mauro Bessa e Des. Cláudio César Ramalheira Roessing e Dr. Sabino da Silva Marques - Juiz de Direito convocado com jurisdição plena. Procurador de Justiça: Dra. Noeme Tobias de Souza, que leu o parecer do Dr. José Roque Nunes Marques. EMENTA:DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONEXÃO. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS EM ANDAMENTO E AÇÃO DE ALIMENTOS JÁ SENTENCIADA. IMPOSSIBILIDADE DE REUNIÃO DOS FEITOS. CONFLITO CONHECIDO E PROVIDO. I- Não existe reunião de processos pela conexão de causas findas. Inteligência do Enunciado de Súmula n° 235 do STJ, segundo o qual "a conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado"; II- Fixação da competência do Juízo suscitado, 7a Vara de Família e Sucessões de Manaus. DECIDEM: os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes das Egrégias Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, em fi xar a competência da 7ª Vara de Família e Sucessões da Capital, nos termos do voto do Relator. "(grifei) Não se pode deixar de ressaltar que a prevenção é critério de modificação de competência e tem por escopo evitar decisões contraditórias. Não estando mais em curso, isto é, encontrando-se julgada a ação de alimentos, não há porque se falar em prevenção, pois "para a caracterização da prevenção, cujo escopo maior é evitar decisões contraditórias, reclama-se, em linha de princípio, que as ações sejam conexas e estejam em curso". Desta forma, como uma das ações já restou julgada, desaparece o fundamento lógico que reclamaria a reunião dos processos: havendo a extinção de um deles, inexiste razão para a reunião dos feitos, não há mais risco de prolação de decisões divergentes. Nesse sentido o § 1º, art. 55 do CPC/2015, que positivou o entendimento consignado na Súmula nº 235 do STJ (A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado). Assim, determino que seja intimado o peticionante, por seu advogado, para direcionar corretamente sua petição para autuação autônoma e com livre distribuição, vez que não existe prevenção no caso. Após, cancele-se a petição em tela e documentos a ela atrelados e, em seguida, retornem os autos ao arquivo. Intime-se.

ADV: DEBORA DE ALMEIDA CAVALCANTI (OAB 23271/PE), ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM) - Processo 0613506-42.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: F.L.C. - ALIMENTANT: D.J.M. - Acolho a promoção ministerial de fls. 82. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: KATIANNY KEILA SALIM COLAÇO (OAB 12269/AM) - Processo 0614478-12.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: G.K.P. - Chamo o feito à ordem. Torno sem efeito o despacho de fls. 54. Acolho parcialmente a promoção ministerial de fls. 53.

ADV: RUCILEY TAVARES VINENTE (OAB 8834/AM) - Processo 0615132-96.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.R.T. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 08 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 31/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: PAULO VÍTOR LOPES BEZERRA (OAB 9660/AM), ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM), ADV: ANNE GIZELE BULCÃO DA SILVA (OAB 10334/AM) - Processo 0615216-05.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0638022-63.2018.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: R.F.R. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação da parte adversa para ciência e manifestação sobre o documento apresentado no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0615857-85.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: A.S.R.C. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 26 de setembro de 2019

ADV: VERONICA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 11335/AM), ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0616907-49.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Zilda Maria Maia - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação sobre a devolução sem cumprimento do mandado direcionado ao polo passivo, no prazo de dez dias.

ADV: ALINE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 9743/AM) - Processo 0616930-97.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: E.M.C.A. - Acolho a promoção ministerial de fls. 229. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: BRIGITE DA SILVA GARRIDO (OAB 12840/AM) - Processo 0618032-52.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: I.A.S.F. - A.L.P. - CERTIDÃO Processo n°:0618032-52.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Depoimento/oitiva, fica pautada para o dia 12/03/2020 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 25 de setembro de 2019.

ADV: ÉRICA TATIANE PEREIRA DE LIRA (OAB 418461/SP) - Processo 0618043-81.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ASSISTENTE: K.M.M.P. - ALIMENTAND: K.E.P.C. - Por isso, INDEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência antecipatória. Ressalto, porém, que, garantido o contraditório, referido pedido poderá ser reapreciado. Paute-se audiência de conciliação para a Semana Nacional de Conciliação, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: ÉRICA TATIANE PEREIRA DE LIRA (OAB 418461/SP) - Processo 0618043-81.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ASSISTENTE: K.M.M.P. - ALIMENTAND: K.E.P.C. - CERTIDÃO Processo n°:0618043-81.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de mediação e Conciliação fica pautada para o dia 07/11/2019 às 10:30h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 27 de setembro de 2019.

ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: WILSON CAMPOS RIBEIRO (OAB 6848/AM), ADV: MÁRIO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 12674/AM), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0618146-88.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Raimundo Monteiro Rodrigues Junior - REQUERIDA: Janice Maria Escher - Aguarde-se o término do prazo para a parte requerente se manifestar. Após, certifiquem e retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DIEGO HENRIQUE SANTOS DOS ANJOS (OAB 8583/AM), ADV: MAURICIO LIMA SEIXAS (OAB 7881/AM), ADV: FRANCIMAR DA COSTA LIMA (OAB 12808/AM), ADV: FLORA DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 8579/AM), ADV: ELINE DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 7543/AM), ADV: LEILA DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 5310/AM) - Processo 0618425-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: D.S.C. - REQUERIDA: R.A.B.M. e outros - DESPACHO Observo que não há mais necessidade do bloqueio, eis que a finalidade era garantir e resultado útil do processo (fls. 261). Assim, como foi proferida sentença com resolução de mérito (fls.815/818), com trânsito em julgado às fls. 822. Determino o desbloqueio da conta do de cujus. Cumpra-se. Oficie-se.

ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM) - Processo 0619747-03.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.R.N.B. - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a resposta do ofício de fls. 59/60, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0619910-12.2019.8.04.0001 - Guarda - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: A.P.S. - Diante do exposto, nos termos do art. 290 c/c 485, X, ambos do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Remetam os autos ao setor competente para o cancelamento da distribuição, com as providências de estilo, após seu trânsito em julgado.

ADV: JOANA LOREN DE OLIVEIRA BARBOSA GRANA (OAB 10729/AM) - Processo 0620248-83.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: S.R.R.A. - intimação da parte autora para requerer o que entender de direito no prazo de 03 (três) dias.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0620633-65.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.G.M. - Diante a certificação da ausência de contestação da parte citada, decreto sua revelia. Sem prejuízo do julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 348, do CPC, intime-se a parte autora para informar se pretende produzir mais alguma prova, especificando os fatos controversos e meios a serem utilizados em audiência de instrução e julgamento, no prazo de cinco dias úteis.

ADV: ANSELMO LIMA DE MATOS FILHO (OAB 13644/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM) - Processo 0621985-24.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.B.S. - REQUERIDO: A.M.F. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 08 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 31/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: GEORGE MARCIO DA SILVA MACIEL (OAB 26831/CE), ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0622037-88.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERIDA: M.S.C. - Ante o exposto, com base no art. 1.708 do CC, e no art. 487, I, do NCPC, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DE EXONERAÇÃO, retroagindo os efeitos desta decisão à data da citação, nos termos do art. 13, § 2º, da Lei nº 5.478/68 (exceto para os alimentos já prestados, por serem irreptíveis), e EXTINGO O FEITO COM RESOLUÇAO DO MÉRITO.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0623328-60.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: M.S.L. - Intime-se a parte requerente para esclarecer seus pedidos, no prazo de 15 (quinze) dias, observando que para requerer mudança do valor dos alimentos, deve-se ingressar com uma ação autônoma de Revisional de Alimentos, conforme 1.699 do Código Civil.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0623467-41.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.A.L.A.A.K.L.A. - É nula a citação recebida por terceiros desprovidos de poderes específicos para o referido fim, devendo a diligência ser repetida, com a observância dos ditames legais. Observa-se a impossibilidade de aproveitamento do ato por inexistir comparecimento espontâneo da parte ré para apresentação de contestação.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0624033-87.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.S.F. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem sua alegações finais, conforme artigo 364, §2º, do CPC.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0624083-79.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: P.V.B. - Paute-se data para audiência UNA de conciliação, instrução e julgamento. Intimações necessárias.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0624083-79.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: P.V.B. - CERTIDÃO Processo n°:0624083-79.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 15/04/2020 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 27 de setembro de 2019.

ADV: RONAN BATISTA MOREIRA (OAB 8849/AM), ADV: MARCELO DA SILVA D AVILA (OAB 240055/SP) - Processo 0624578-02.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.O.L. - ALIMENTANT: S.H.L. - Acolho a promoção ministerial de fls. 222. Intime-se a parte autora para adequar sua pretensão, tendo em vista que para modificação do termo de acordo quanto aos alimentos, o procedimento correto é a Revisional de Alimentos. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: EMERSON TAVARES PEREIRA (OAB 8616/AM) - Processo 0626119-94.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.T.P. - Defiro o pedido de fls. 85. Viabilize-se.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM), ADV: MYLENE COSTA MACIEL FAÇANHA (OAB 4835/AM) - Processo 0626654-57.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.F.S. - Paute-se data para audiência UNA de conciliação, instrução e julgamento. Intimações necessárias.

ADV: MYLENE COSTA MACIEL FAÇANHA (OAB 4835/AM), ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0626654-57.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.F.S. - CERTIDÃO Processo n°:0626654-57.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 23/03/2020 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 26 de setembro de 2019.

ADV: ENOH CASTRO BARBOSA (OAB 5651/AM) - Processo 0626660-64.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Maria Rita Maia do Carmo - Defiro o pedido de fls. 99/100 pela pertinência de sua fundamentação. À Secretaria, para viabilizar nova data para a audiência de entrevista do(a) interditando(a), o mais breve possível.

ADV: ENOH CASTRO BARBOSA (OAB 5651/AM) - Processo 0626660-64.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Maria Rita Maia do Carmo - CERTIDÃO Processo n°:0626660-64.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Interrogatório/entrevista foi antecipada para o dia 21/10/2019 às 10:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 27 de setembro de 2019.

ADV: EINSTEIN ALBERT SIQUEIRA BARBOSA (OAB 3408/RN) - Processo 0626945-91.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: F.B.S.F. - Acolho a promoção ministerial de folhas 196. Procedam com a consulta junto ao SIEL. Intime-se o patrono do executado para atualização do endereço do executado, no prazo de cinco dias, sob pena de aplicação de multa por descumprimento da ordem. Quanto à comunicação do suposto ato delituoso, procedam conforme a rotina da Secretaria. Havendo necessidade de informações necessárias à consulta, intime-se o polo ativo para apresentá-las em cinco dias.

ADV: DÍNIA RAIMUNDA MORAES BORGES (OAB 5091/AM), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM) - Processo 0627128-28.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Danielle Gomes Castelo Branco - Certifico para os devidos fins que faço a juntada tempestiva dos Embargos de Declaração opostos pela parte requerida. De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, parágrafo 2º do NCPC.

ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM) - Processo 0627500-11.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bem de Família - REQUERENTE: Adailton Cardoso Maia - REQUERIDA: Maria Helena Pereira de Lima - CERTIDÃO Processo n°:0627500-11.2017.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação/mediação, fica pautada para o dia 04/11/2019 às 14:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 27 de setembro de 2019.

ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM) - Processo 0628110-81.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: E.M.C.F. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação sobre a devolução sem cumprimento do mandado direcionado ao polo passivo, também para juntar aos autos a certidão narrativa atualizada do imóvel indicado, no prazo de dez dias.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0628310-15.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.B.R. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 08 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 31/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: FERNANDO YANO (OAB 254523/SP) - Processo 0628354-68.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTANT: Leonardo Shingo Kino - Requerimento de citação por edital em sede de ação de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68. Em razão da natureza da demanda apresentada em juízo, determino a consulta do endereço do(a) requerido, via SIEL. Inexistindo nos autos dados necessários à consulta, intime-se a parte autora para fornecer o número, no prazo de dez dias. Com o resultado da diligência ou na impossibilidade de assim o fazer (por exemplo, a falta de dados necessários), voltem os autos conclusos.

ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM) - Processo 0628823-85.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Oferta - EXEQUENTE: I.C.S. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação sobre a devolução sem cumprimento do mandado direcionado ao polo passivo, no prazo de dez dias.

ADV: SARAH TALIÁ BEZERRA SERUDO (OAB 4934/AM) - Processo 0628884-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: I.M.G.S. - Acolho a promoção ministerial de fls. 87. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0628889-31.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.C.C.L. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 24 de setembro de 2019

ADV: ELIEZER ALVES DE OLIVEIRA (OAB 10900/AM), ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM), ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM) - Processo 0628889-94.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: J.M.S. - EXECUTADA: A.P.B.B. - Acolho a promoção ministerial de fls. 132. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: ELIANE COELHO DA SILVA (OAB 8376/AM) - Processo 0629226-49.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.C.S. - O polo passivo foi regularmente citado para integrar a relação processual, porém deixou transcorrer em branco o prazo legal para apresentar sua defesa. Diante do exposto, DECRETO A REVELIA do polo passivo, no entanto, deixo de de aplicar-lhe os efeitos legais, previstos no art. 344, do NCPC, porque envolve questão envolvendo interesse de incapaz. Em observância às disposições e princípios elencados nos artigos 6º e 8º, 77, II, 139, III, 470, I, 459, §2º, 464, II do CPC, deve o magistrado evitar atos desnecessários ou inaptos a alcançar a análise do mérito de forma mais célere possível. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar apenas fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos tanto aos litigantes quanto ao Poder Judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Importante também enfatizar que as partes somente serão pessoalmente intimadas para participarem da audiência de instrução e julgamento nos casos expressamente previstos no CPC, sendo a publicação por nota o meio ordinário para dar ciência dos atos processuais, quando se fizerem representados por Advogado habilitado no processo. Por tais razões, determino a intimação do polo ativo para, no prazo de 5 (cinco) dias, e sob as cominações legais aplicáveis (NCPC, art. 223), especificar as provas que pretende produzir em audiência; justificando-as (NCPC, art. 348). Oportunamente, deliberarei, de ofício, se for o caso, acerca da produção de provas que, pelo Juízo, venham a ser reputadas como necessárias ao julgamento do mérito (NCPC, art. 370). Intime-se o polo ativo e cumpra-se, como devido.

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM) - Processo 0630136-76.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.S.B. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem sua alegações finais, conforme artigo 364, §2º, do CPC.

ADV: JOCILEY GUIMARAES PANTOJA (OAB 12360/AM), ADV: FRANCISCO BATISTA DOS SANTOS (OAB 9550/AM) - Processo 0630361-67.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.O.S. - REQUERIDA: M.D.G.P. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 27 de setembro de 2019

ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM) - Processo 0631410-46.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Sebastiao Cunha Melo Filho - Acolho a promoção ministerial de fls. 163. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: SARA MARTINS SOMBRA DE OLIVEIRA (OAB 9456/AM), ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM), ADV: BRUNO CLÁUDIO ELESBÃO (OAB 7468/AM) - Processo 0632009-48.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: E.A.L.S. - ALIMENTANT: F.R.P.S. - Acolho a promoção ministerial de fls. 343. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0632263-84.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.C.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 05/11/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0632705-55.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.M.V. e outros - A parte autora textualmente afirmou não haver mais provas a produzir (fls. 125), pugnado, inclusive, pelo julgamento antecipado da lide. O M.P., no entanto, requer a designação de instrução e julgamento, embora a ré seja revel. Retornem os autos ao M.P. para que especifique as provas que entende necessárias ao deslinde da presente ação, visando assim aferir a necessidade de audiência de instrução. Cumpra-se.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0632996-50.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.M.F.M. - M.V.F.M. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação da parte exequente para, no prazo de 03 (três) dias, manifestar-se sobre a justificação de fls. 29/35.

ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/AM) - Processo 0633776-87.2019.8.04.0001 - Interdição - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: A.P.T. - J.P.T. - Vistos, etc. Ante o parecer ministerial de fls. 54/55, e considerando que a SUSAM e a SEMSA não possuem disponibilidade para atenderem à grande demanda das Varas de Família, no que tange à realização das perícias médicas em processos de interdição, bem como o Setor Médico do TJAM foi instituído apenas para atender os seus próprios servidores, determino a intimação da parte requerente para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, laudo médico circunstanciado, assinado por médico especialista, na forma postulada pelo M.P. e determinada às fls. 42. Cite-se o(a) Interditando(a) para comparecer(em) à audiência de entrevista, nos termos do artigo 751, caput, do NCPC. A citação, neste caso, é ato a ser realizado por oficial de justiça, não sendo admitido que ocorra na modalidade postal, tendo em vista a disposição do art. 247, I, NCPC. O Oficial de Justiça deverá descrever e certificar a situação em que se encontra a parte interditando(a) (NCPC, art. 245, §§ 1º e 3º; e art. 244, IV), ou seja, se é flagrantemente incapaz ou impossibilitada de receber a citação. Dentro do prazo de 15 (quinze) dias contado dessa entrevista, poderá, o(a) interditando(a), por intermédio de advogado, impugnar o pedido formulado na inicial (art. 752, caput , do NCPC). Não tendo sido constituído advogado pelo(a), façam-me os autos conclusos para a nomeação de curador especial (art. 752, §2º, do NCPC). Cumpra-se, com urgência.

ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM) - Processo 0633948-29.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.H.R.S. - No caso em tela restou demostrado a convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família entre os litigantes, além de inexistir comprovação. Por outro lado, inexistem evidências de alguma hipótese de impedimento da configuração da união estável. O ajuste alimentar apresentado tem fundamento no dever de sustento que os pais possuem em relação aos filhos, enquanto submetidos ao poder familiar, na medida de sua capacidade financeira e na necessidade do alimentando com educação, saúde, lazer, vestuário, alimentos etc. Nos termos do art. 1.703, do CCB, os cônjuges separados judicialmente contribuirão na proporção de seus recursos na criação dos filhos, na medida de suas possibilidades, ressaltando-se o dever do outro cônjuge em trazer aos autos o mínimo de informações quanto a sua capacidade financeira e contribuição no sustento dos menores. Havendo modificação da capacidade financeira do alimentante ou necessidade do alimentado, deverá o interessado ingressar com a revisional de alimentos, afirmando que o desemprego ou a aposentadoria por sí só, não extinguem a obrigação alimentar, mas, justificam a modificação do título alimentar, a depender das peculiaridades do caso concreto. O ato dos pais assistir, criar e educar os filhos menores possui respaldo constitucional, na condição de um direito-dever denominado de "poder familiar". Pablo Stolze Gagliano conceitua poder familiar "(...) como o plexo de direitos e obrigações reconhecidos aos pais, em razão e nos limites da autoridade parental que exercem em face de seus filhos, enquanto menores e incapazes". (587). O Código Civil Brasileiro (art. 1.634) e o Estatuto da Criança e Adolescente (art. 22) regulamentam aludidas garantias fundamentais, atribuindo aos pais deveres norteados pelos princípios da igualdade, liberdade, afetividade, convivência familiar, melhor interesse da criança, dentre outros. Por sua vez, a guarda dos filhos menores pode ser unilateral ou compartilhada, a primeira atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua, a segunda de responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns. A guarda atribuída a um dos genitores não retira o poder familiar que o outro genitor exerce sobre a prole. Frisa-se que a referida modalidade de guarda obriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos, e, para possibilitar tal supervisão, qualquer dos genitores sempre será parte legítima para solicitar informações e/ou prestação de contas, objetivas ou subjetivas, em assuntos ou situações que direta ou indiretamente afetem a saúde física e psicológica e a educação de seus filhos. A Lei nº 12.318/2010 conceitua alienação parental "a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este". São formas exemplificativas de alienação parental: I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade; II - dificultar o exercício da autoridade parental; III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor; IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar; V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço; VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente; VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós. Vale advertir que a prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda. Transcrevo trecho da Síndrome da Alienação Parental de Ana Carolina carpes Madaleno e Rolf Madaleno, inerente às consequências nos menores vítimas de alienação parental: "Na área psicológica, também são afetados o desenvolvimento e a noção do autoconceito e autoestima, carências que podem desencadear depressão crônica, desespero, transtorno de identidade, incapacidade de adaptação, consumo de álcool e drogas e, em casos extremos, podem levar até mesmo ao suicídio." Adverte-se aos genitores, nos termos do 1.584, § 4º, do CCB, a alteração não autorizada ou o descumprimento imotivado de cláusula de guarda unilateral ou compartilhada, assim com a prática de alienação parental poderá implicar a redução de prerrogativas atribuídas ao seu detentor ou convivente, conforme o caso concreto. No caso em tela, os divorciandos manifestam a intenção de por fim ao casamento, ajustando suas vontades quanto à partilha de bens, guarda do filhos incapazes, alimentos, visitas e modificação do nome da divorcianda. A meu sentir perfeitamente possível a homologação do acordo firmado entre as partes, pois são capazes e legitimados, o objeto é lícito e a forma não é defesa em lei, além do que, aparentemente desprovido de vícios na manifestação de vontade. Frisa-se a observância dos interesses dos filhos incapazes. Diante das considerações expostas, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC tem-se por homologado o acordo firmado entre os interessados, para que surtam todos os efeitos legais. P. R. I. Baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. Manaus, 24 de setembro de 2019

ADV: RAYNEI CALDAS GOMES (OAB 9675/AM) - Processo 0634462-79.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: T.S.J. - Vistos etc. Paute-se audiência para a Semana Nacional de Conciliação, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0635144-39.2016.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Weigan Oliveira Sales Filho - (i) o paciente é acometido por alguma enfermidade de ordem física ou mental? Em caso positivo, qual? Mencionar, também, o CID. (ii) A enfermidade possui caráter transitório ou é definitiva? Sendo transitória, é possível determinar a seu período de duração? (iii) há capacidade de exprimir a vontade de forma consciente e com clareza? Visando melhor elucidação dos fatos, poderá o destinatário do ofício apresentar cópias dos prontuários do paciente. Prazo: vinte dias. Em nome da celeridade e economia processual, faculto aos interessados entregarem em mãos os respectivos ofícios.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0635144-39.2016.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Weigan Oliveira Sales Filho - Defiro o pedido de fls. 111. Cumpra-se.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0635223-81.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: I.M.S. - REQUERIDA: S.K.S. - Vistos etc, Conclui-se dos autos a desnecessidade de realização de exame de DNA pois ambos litigantes afirmam não ser o requerido filho biológico do autor, deste modo, o referido fato é incontroverso. A grande questão é saber se existe a socioafetividade entre pai registral e filho. A representante do polo passivo afirma que o reconhecimento da paternidade se deu sob o contexto do autor já saber não ser pai biológico do menor. A meu sentir, caso confirmado a vontade do autor em registrar filho alheio como seu, torna desnecessário os estudos para configuração da paternidade socioafetiva, pois, no referido contexto, o pai registral não simplesmente se eximir de sua obrigação por não mais possuir vinculo afetivo com a mãe do menor, devendo suportar, deste modo, com as consequências de sua atitude ao ter como seu descendente de outra pessoa. Também é importante mencionar que os fatos descritos na inicial trazem indícios da ciência do autor sobre a falta de vínculo biológico entre ele e o menor. Assim, antes de deliberar sobre a realização de audiência de instrução e julgamento, determino que o autor apresente nos autos a cópia da petição inicial, contestação e sentença referente a ação de divórcio descrita na inicia, no prazo de quinze dias. Dentro do prazo estipulado no paragrafo anterior, deverão indicar quais meios de provas irão produzir para mostrar ser verdadeiro ou não o fato de o autor estar ciente de não ser o pai biológico do requerido, no momento em que o registrou como filho.

ADV: SARA MARTINS SOMBRA DE OLIVEIRA (OAB 9456/AM), ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM), ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0635731-61.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Família - REQUERENTE: E.A.L.S. - REQUERIDO: F.R.P.S. - Vistos etc. Segundo §1º do artigo 531, do CPC "a execução dos alimentos provisórios, bem como a dos alimentos fixados em sentença ainda não transitada em julgado, se processa em autos apartados.". A parte credora não observou a forma processual adequada, razão pela qual determino o desentranhamento de sua petição. Prossigam o feito cumprindo as determinações já proferidas nos presentes autos. Intimem-se.

ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM) - Processo 0635978-37.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: M.F.P. - Acolho a promoção ministerial de fls. 25. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0636614-03.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.D.R. - Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a deliberação de folhas 11 e seguintes pois a inicial encontra-se em sintonia aos ditames legais quanto à legitimidade da genitora para requerer regularização da guarda do filho cumulado com alimentos. Remetam os autos ao Ministério Público para opinar no feito. Intime-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0636964-88.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.F.V. - Cite-se o réu, com as advertências legais, na forma do artigo 7º, da Lei nº 11.804/08, por meio desta DECISÃO-MANDADO, para que apresente defesa no prazo de cinco dias. Não obstante, paute-se audiência para a Semana Nacional de Conciliação. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0636964-88.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.F.V. - CERTIDÃO Processo n°:0636964-88.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação fica pautada para o dia 06/11/2019 às 10:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 27 de setembro de 2019.

ADV: KEILA CRISTINA DE CARVALHO RAYOL (OAB 10802/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0637011-67.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Seção Cível - REQUERENTE: K.C.S.S. e outro - RÉU: A.L.A.B. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 14 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 31/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0637603-14.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: G.F.C. - Vistos etc, A nomeação de inventariante ocorre nos autos de inventário a ser ajuizado na especializada competente para processar e julgar referida ação, razão pela qual declaro a incompetência do juízo para apreciar o pedido. Verifica-se ter o presente feito chegado ao fim com a declaração da morte presumida requerida na inicial, razão pela qual, determino a remessa dos autos à fila de processos encerrados. Intimem-se.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0637825-11.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.F.L. - Defiro o pedido de fls. 79. Viabilize-se.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0638108-97.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Elisangela Pinheiro de Souza - Acolho a promoção ministerial de fls. 132. Cancele-se a petição de fls. 39/126, pois a ação de execução deve ser efetuada onde se originou o título judicial. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: JANE PICANÇO DE FARIAS (OAB 5323/AM) - Processo 0638395-94.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: P.M.S.J. - Observa-se que a parte autora não requereu provas em audiência e a parte requerida foi devidamente citada para se manifestar nos autos (fls. 83), havendo assim a perda do direito. Por este motivo, intimem-se as partes, por seus advogados, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem sua alegações finais, conforme artigo 364, §2º, do CPC.

ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM) - Processo 0638575-76.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.F.A.F. - Após análise da inicial, foi determinada a juntada do título revisando, documento essencial ao prosseguimento do feito. Intimação por nota, sem resposta. É o relatório. Defiro o pedido de assistência judiciária. Após análise da inicial e documentos a ela anexos, constatou-se a incidência do disposto no art. 320 do CPC, pela falta de documento indispensável à propositura da ação - título revisando. Nos termos do art. 321 foi determinada a intimação da parte autora para adequação da petição inicial, no prazo improrrogável de quinze dias. Intimação sem resposta. Por tais razões, com fundamento no artigo 330, IV do Código de processo Civil, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem resolução do mérito.

ADV: ROQUE LANE WILKENS MARINHO (OAB 10486/AM), ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM) - Processo 0638674-46.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: M.D.N.S.R. - REQUERIDO: V.R. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: RAISSA SUELLEN BRITO RODRIGUES (OAB 12241/AM) - Processo 0638853-77.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Sonia Maria Fernandes Brito - Acolho a promoção ministerial de fls. 46. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: ADRIANA VIEIRA FERREIRA (OAB 11924/AM) - Processo 0639333-55.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Guarda - REQUERENTE: J.A.S. - D.L.T. - G.L.D.M. e outro - Diante do exposto, com fulcro no art. 487, III, "b", do CPC, HOMOLOGO o acordo firmado entre os interessados para firmar a guarda compartilhada das menores

ADV: GUTENBERG DE MENEZES SEIXAS (OAB 14168/AM) - Processo 0639462-60.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.C.S. - Vistos etc. Defiro a gratuidade de justiça ao polo ativo, nos termos do artigo 98 do CPC. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: GUTENBERG DE MENEZES SEIXAS (OAB 14168/AM) - Processo 0639462-60.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.C.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 08/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: FÁDIA ASSAD DE ALMEIDA (OAB 7044/AM) - Processo 0639555-57.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: G.I.M.R. - O polo ativo se encontra em lugar incerto e desconhecido. Com a finalidade de se evitar eventual injustiça, determino a consulta junto ao SIEL.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0639923-32.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.D.F.S. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para informar seus dados bancários, no prazo de quinze dias.

ADV: PAULO HENRIQUE LIMA DE MELO (OAB 12433/AM) - Processo 0640056-74.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Heitor Gonçalves Morales - REQUERIDA: Silvanice da Silva Morales - É o relatório. DECIDO. A pretensão dos requerentes prospera, porquanto amparada pelo ordenamento jurídico vigente. Com efeito, nos termos do artigo 226, parágrafo 6º, da Constituição Federal, cuja redação foi alterada pela Emenda Constitucional nº 66/2010, o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, independente do lapso temporal em que permaneceram casados. Isto posto, extinguindo a ação, com apreciação do mérito, com fulcro no artigo 487, III, "b", do Código de Processo Civil, HOMOLOGO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de vontade dos requerentes, decretando-lhes o divórcio, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas no referido acordo. Considerando que "Não pode apelar da sentença homologatória de transação judicial, sob o fundamento de inconformismo com os termos desta, a parte que transigiu" (TJ SP - Apelação Cível n. 127.838-4 - São Paulo - 2ª Câmara de Direito Privado - Relator: Cezar Peluso - 20.02.01 - V.U.), porquanto caracterizada a preclusão lógica, expeça-se mandado de averbação e arquivem-se os autos, observadas as cautelas legais. Dispensada a expedição de mandado de averbação, restando por suficiente a apresentação da presente sentença mais o termo de acordo junto ao Cartório competente. Sem custas. P.R.I.C. Manaus,25 de setembro de 2019

ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM) - Processo 0641001-03.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.A.C. - Acolho a promoção ministerial de fls. 114. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0641321-14.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Fabiana Nunes Mendonça - Maria Laura Mendonca Lima - Cumprimento de sentença sob o rito da coerção pessoal. Gratuidade processual deferida. Intime-se pessoalmente o executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC).

ADV: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB 9783/AM) - Processo 0642536-25.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.A.H. - Vistos etc. Postergo a análise do pedido de tutela de urgência para após o contraditório. Paute-se audiência para a Semana Nacional de Conciliação, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: DIEGO HENRIQUE SANTOS DOS ANJOS (OAB 8583/AM) - Processo 0642571-53.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: Pedro Henrique Tribuzy Soares - Thalyenne Santos Tribuzy - Não há o que se falar em mudança para duplicidade de ritos no andamento do processo, somente na inicial, ou na alteração completa para um dos ritos. Por este motivo, intime-se a parte exequente para adequar seu pedido, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0642824-70.2019.8.04.0001 - Adoção - Adoção Nacional - ADOTANTE: José Elizeu dos Anjos Brito - R.H. Paute-se audiência para a Semana Nacional de Conciliação, providenciando-se as intimações necessárias, sem a participação do M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: JESSICA SANTOS DE OLIVEIRA ATHAN (OAB 14225/AM) - Processo 0643111-33.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Guarda - REQUERENTE: Wando Alessandro Serejo de Araujo - Acolho a promoção ministerial de fls. 17. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM) - Processo 0643185-87.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Pedro Jorge Abtibol Lima - Chamo o feito á ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 21 Intimem-se as partes para juntar nos autos o acordo devidamente assinado, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAYARA CRISTINI TEIXEIRA LIMA (OAB 13409/AM) - Processo 0643286-27.2019.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: T.M.G.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 18/12/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: EDMAR MACIEL DE OLIVEIRA (OAB 14032/AM) - Processo 0643295-86.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Mailson Carvalho dos Santos - Acolho a promoção ministerial de fls. 15. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: EDUARDO DE CARVALHO ALMEIDA (OAB 28626/CE), ADV: EDILSON DA COSTA SILVA (OAB 9884/AM) - Processo 0643343-16.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.F.L. - REQUERIDO: J.W.S. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem sua alegações finais, conforme artigo 364, §2º, do CPC.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0643555-66.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: T.O.A. - CERTIDÃO Processo n°:0643555-66.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de mediação e Conciliação fica pautada para o dia 05/11/2019 às 14:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 27 de setembro de 2019

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0643810-58.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: E.C.S. - Fixo o prazo de 30 dias para apresentação do laudo. Tudo cumprido, ouça-se o Ministério Público. Intime-se.

ADV: MIDIAN BRASIL DAL MEDICO (OAB 10839/AM) - Processo 0643951-43.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.E.O.C. - Acolho a promoção ministerial de fls. 52. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: DILZA AGUIAR SOUTO (OAB 12459/AM) - Processo 0644442-84.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: César Augusto Penha Brito - O polo passivo foi regularmente citado para integrar a relação processual, porém deixou transcorrer em branco o prazo legal para apresentar sua defesa. Diante do exposto, DECRETO A REVELIA do polo passivo, no entanto, deixo de de aplicar-lhe os efeitos legais, previstos no art. 344, do NCPC, porque envolve questão envolvendo interesse de incapaz. Em observância às disposições e princípios elencados nos artigos 6º e 8º, 77, II, 139, III, 470, I, 459, §2º, 464, II do CPC, deve o magistrado evitar atos desnecessários ou inaptos a alcançar a análise do mérito de forma mais célere possível. A audiência de instrução e julgamento deve ser

realizada com o objetivo de elucidar apenas fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos tanto aos litigantes quanto ao Poder Judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Importante também enfatizar que as partes somente serão pessoalmente intimadas para participarem da audiência de instrução e julgamento nos casos expressamente previstos no CPC, sendo a publicação por nota o meio ordinário para dar ciência dos atos processuais, quando se fizerem representados por Advogado habilitado no processo. Por tais razões, determino a intimação do polo ativo para, no prazo de 5 (cinco) dias, e sob as cominações legais aplicáveis (NCPC, art. 223), especificar as provas que pretende produzir em audiência; justificando-as (NCPC, art. 348). Oportunamente, deliberarei, de ofício, se for o caso, acerca da produção de provas que, pelo Juízo, venham a ser reputadas como necessárias ao julgamento do mérito (NCPC, art. 370). Intime-se o polo ativo e cumpra-se, como devido.

ADV: ROBERTO RANSES DAS C. BRASIL (OAB 2935/AM), ADV: ÁDRIA ALVES VITAL (OAB 5255/AM) - Processo 0644558-90.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: L.P.S. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem sua alegações finais, conforme artigo 364, §2º, do CPC.

ADV: ROOSEVELT COSTA DINIZ (OAB 11032/AM) - Processo 0644564-63.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.D.O.B. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho de fls.12/14 do MM. JuiZ de Direito Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 08/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM) - Processo 0644665-03.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Adriana Rodrigues Negrão - Acolho a promoção ministerial de fls. 16. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM) - Processo 0644779-10.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: S.C.S. - ALIMENTAND: A.S.C.H. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem sua alegações finais, conforme artigo 364, §2º, do CPC.

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0644912-18.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: R.S.P. - EXEQUENTE: T.P.D. - R.P.D. - É o relatório. Decido. Nos termos do art. 924, II, do Código de processo Civil extingue-se o processo quando “a obrigação for satisfeita”. No caso em tela restou evidenciado o adimplemento integral da dívida, razão pela qual, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução. Sem custas. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de

ADV: MARCINEI BRITO DE SOUZA LIMA (OAB 8258/AM) - Processo 0645155-93.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.R.A. - Diante das considerações expostas, nos termos do art. 487, I do CPC tem-se por decretado o divórcio entre Michele Rocha de Araujo e Mohamad El Kadri, para que surtam todos os efeitos legais. Frisa-se que a presente sentença serve como expediente para fins de averbação do divórcio no cartório competente, por conseguinte, está dispensada a expedição de ofício. Deixo de condenar o polo passivo ao pagamento de honorários, diante da ausência de efetiva resistência ao feito. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação e arquivem-se os autos.

ADV: TIRZAH CAUPER GOMES (OAB 10213/AM) - Processo 0645651-54.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Multa de 10% - EXEQUENTE: Ruan Miguel Bentes de Souza - Pedro Davi Bentes de Souza - Tatiana Bentes Ribeiro - Intime-se a parte autora para cumprir a deliberação de fls. 13, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento.

ADV: JORGIANA LACET DE LIMA (OAB 10128/AM), ADV: BIANCA ALVES BORGES (OAB 11826/AM), ADV: SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM) - Processo 0645672-98.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.S.C. e outro - REQUERIDO: S.S.C. - A inicial não contempla pleito de guarda. A contestação, de igual forma, não apresenta, em seu bojo, pedido reconvencional de regulamentação de guarda. Não obstante, mesmo que a contestação contivesse reconvenção nesse sentido descaberia seu cabimento, porquanto que o rito previsto para as ações de alimentos não permite reconvenção. Não bastasse tudo isso, tem-se que não existe relação de parentesco entre a menor autora e o requerido e nem destes com a menor/autora L.P.S., havendo apenas um termo de responsabilidade deles sobre ela, emitido pelo Conselho Tutelar do Município de Boa Vista-RR, conforme narra a petição de fls. 38/39 (vide ainda documento de fls. 20). Nesta peça processual fala-se, ainda, em emenda para incluir a Sra. Ângela Souza Cavalcante, ex-cônjuge do réu, também no polo ativo, já que postula alimentos para si. Diante desse contexto, retornem os autos à análise do M.P. Int.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0645687-96.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.G.B.D. - Diante do exposto, indefiro a antecipação de tutela almejada. Paute-se audiência para a Semana Nacional de Conciliação , providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC “De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou”. No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0645687-96.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.G.B.D. - CERTIDÃO Processo n°:0645687-96.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de mediação e Conciliação fica pautada para o dia 05/11/2019 às 10:30h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 26 de setembro de 2019.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0645871-52.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: H.G.S. - Por isso, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada. Ressalto, porém, que, garantido o contraditório, referido pedido poderá ser reapreciado. Paute-se audiência para a Semana Nacional de Conciliação, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0645871-52.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: H.G.S. - CERTIDÃO Processo n°:0645871-52.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de mediação e Conciliação fica pautada para o dia 06/11/2019 às 10:30h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 27 de setembro de 2019.

ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM) - Processo 0646351-64.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: L.C.S.G. - Vistos, etc. Ante o parecer ministerial de fls.55 e56, e considerando que a SUSAM e a SEMSA não possuem disponibilidade para atenderem à grande demanda das Varas de Família, no que tange à realização das perícias médicas em processos de interdição, bem como o Setor Médico do TJAM foi instituído apenas para atender os seus próprios servidores, determino a intimação da parte requerente para juntar aos autos, no prazo de 30 (quinze) dias, laudo médico circunstanciado, assinado por médico especialista, atestando a incapacidade do interditando, além da extensão da sua deficiência, principalmente quanto às suas limitações relacionadas ao exercício das suas atividades da vida civil. Remetam os autos ao setor competente para realização do estudo social para aferir as circunstâncias em que se encontra o interditando, bem como outros elementos para aferir qual melhor alternativa disponível pertinente ao exercício da curatela, inclusive sobre quem poderá assumir o encargo. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0647059-80.2019.8.04.0001 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: A.M.S.F. - CERTIDÃO Processo n°:0647059-80.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Interrogatório/entrevista, fica pautada para o dia 03/04/2020 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 25 de setembro de 2019.

ADV: RENATA MACIEL SEABRA (OAB 12387/AM) - Processo 0647256-69.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Carla Figueiredo Cesar - Defiro o pedido de fls. 44. Mantenham os autos suspensos pelo prazo de 6 (seis) meses. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0647926-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: V.G.S.B. - Paute-se audiência para a Semana Nacional de Conciliação, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0647926-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: V.G.S.B. - CERTIDÃO Processo n°:0647926-73.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de mediação e Conciliação fica pautada para o dia 05/11/2019 às 14:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 27 de setembro de 2019.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0648150-11.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: José Victor Cordeiro dos Santos - Ariana Cordeiro dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação sobre a devolução sem cumprimento do mandado direcionado ao polo passivo, no prazo de dez dias.

ADV: JOSÉ IZAC DOS SANTOS SOUZA (OAB 8842/AM) - Processo 0648323-35.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Fato Atípico - REQUERENTE: L.N.C. - Diante do exposto, com fundamento nos art. 227 da Constituição Federal, art. 46, art. 50 c/c o art. 53, todos do Código de Processo Civil, e no art. 147 do Estatuto da Criança e do Adolescente competência com cariz de absoluta e prevalência do princípio da proteção integral e melhor interesse da criança e adolescente - princípio do juiz imediato - local de convivência familiar e/ou comunitária de fato ou habitual -, remeta-se o presente feito para livre distribuição ao Juízo da Comarca de Eirunupé/AM, após as cautelas e anotações necessárias.

ADV: ED RUGLES DE MELO BARBOSA (OAB 2789/AM), ADV: ANDREA FRANÇA DE SOUZA (OAB 8211/AM), ADV: ALEXANDRE DE CASTRO VENTURELLI (OAB 14043/AM) - Processo 0648326-24.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.M.M.S. - REQUERIDO: M.C.B.B. - Em observância às disposições e princípios elencados nos artigos 6º e 8º, 77, II, 139, III, 470, I, 459, §2º, 464, II do CPC, deve o magistrado evitar atos desnecessários ou inaptos a alcançar a análise do mérito de forma mais célere possível. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de

elucidar apenas fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar apenas fatos controvertidos. Pairam dúvidas sobre a dimensão do acordo firmado em audiência, pois na forma exposta no termo, infere-se tratar de acordo parcial sobre todos os pontos lá descritos (alimentos, Guarda e visitas). Deste modo, determino que os litigantes apresentem informações complementares para esclarecerem se há intensão das partes em por fim ao litígio quanto a guarda e visitas. Em observância ao previsto no Capítulo XII, Título I, Livro I, da Parte Especial do CPC, especifiquem as partes quais provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. Ressalta-se que a parte interessada na realização da audiência deverá especificar tanto o fato controvertido a ser elucidado quanto o respectivo meio de prova a ser utilizado, sob pena de ser indeferido o pedido. Na hipótese de manifestação de interesse na produção de prova testemunhal, nos termos do §4º, do artigo 357, assino o prazo de quinze dias para apresentação do rol de testemunhas, observando-se o limite legal do número de participantes no ato. Alerta-se que, nos termos do parágrafo único do artigo 370, do CPC, caso as diligências sejam inúteis ou meramente protelatórias, poderá o magistrado indeferí-las. De igual forma, caso a prova testemunhal visar provar fatos já comprovados por documento ou confissão, ou ainda, quanto digam respeito a casos em que somente documentos ou exame pericial sejam o meio adequado, nos termos do artigo 443, do CPC, o pedido será indeferido. Havendo necessidade de recolhimento de custas ou emolumentos, procedam com as intimações necessárias para efetiva comprovação nos autos. Após análise do processo, verifica-se a existência de fatos relevantes ao desfecho do processo pendentes de provas, razão pela qual, entendo ser cabível a aplicação das regras sobre o ônus da prova, nos moldes previstos no artigo 373 c/c 357, III do CPC, a seguir transcritos: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. § 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído. § 2º A decisão prevista no § 1o deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil. § 3º A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando: I - recair sobre direito indisponível da parte; II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito. § 4º A convenção de que trata o § 3o pode ser celebrada antes ou durante o processo. 357 Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo: [...] III - definir a distribuição do ônus da prova, observado o artigo 373; [...] Sobre ônus da prova, Maria Berenice Dias leciona: “Ao autor cabe tão só comprovar a obrigação do réu de lhe prestar alimentos. É o que diz a lei (LA 2º): o credor exporá suas necessidades, provando, apenas, o parentesco ou a obrigação de alimentar do devedor. Não há como impor ao alimentando a prova dos ganhos do réu, pessoa com quem não vive, muitas vezes, nem convive, o que torna quase impossível o acesso às informações sobre seus rendimentos. É do a limentante o encargo de provar seus rendimentos , eis não dispor o credor de acesso a tais dados, porquanto gozam de sigilo e integram o direito constitucional à privacidade e à inviolabilidade da vida privada (CF 5 .º X).” Com base nos requisitos descritos no parágrafo 1º do artigo 373, do CPC, inerente à carga dinâmica da prova e consubstanciados na dificuldade do alimentando cumprir o encargo aliado ao fato de ser mais fácil ao alimentante produzir prova em contrário, atribuo ao requerido o ônus da prova de não suportar o encargo alimentar no quantum pedido, sendo presumida as necessidades básicas do incapaz. Ao requerido, diante a sua inércia em comprovar a sua impossibilidade para suportar os alimentos na forma requerida na inicial, determino a apresentação de cópias de sua carteira de trabalho, extrato bancário e fatura de cartão de crédito, referente aos três últimos meses. Intimem-se.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0648430-79.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.P.C.O. - CERTIDÃO Processo n°:0648430-79.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de mediação e Conciliação fica pautada para o dia 05/11/2019 às 09:30h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 25 de setembro de 2019.

ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM) - Processo 0649182-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Valfre Correia Barros - Intime-se a parte autora para esclarecer se a petição de fls. 13/14 faz parte dos presentes autos, vez que verifica-se tratar-se de partes diferentes. Prazo: 15 (quinze) dias.

ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM) - Processo 0649182-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Valfre Correia Barros - Paute-se audiência para a Semana Nacional da Conciliação, providenciando-se as intimações necessárias. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação.

ADV: ENDREW DOS SANTOS MESQUITA (OAB 14260/AM) - Processo 0649314-11.2019.8.04.0001 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Daiana Peroba do Nascimento - Acolho a promoção ministerial de fls. 24. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM) - Processo 0649386-95.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Ane Caroline Figueira da Silva - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 08/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0649542-83.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: P.R.S. - M.Z.R.S. - Vistos etc. A guarda em sede de liminar, para avós, é medida excepcional, autorizada somente quando há provas de que o detentor não a está exercendo de forma condizente com os deveres inerentes à sua condição, agindo em prejuízo dos interesses do menor e colocando-o em situação de risco. Dessarte, a tutela antecipada será analisada após a oitiva da genitora. Paute-se audiência de conciliação para a Semana Nacional de Conciliação, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM) - Processo 0649737-68.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.P.F. - Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Custas pelos interessados. Contudo, suspendo a exigibilidade em razão da gratuidade de justiça requerida na inicial. Caso o alimentos sejam descontados em folha de pagamento, oficie-se o empregador para promove o cancelamento do desconto. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0649896-11.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.F.G.P. - Defiro a gratuidade de justiça ao polo ativo, nos termos do artigo 98 do CPC. Paute-se audiência para a Semana Nacional de Conciliação, providenciando-se as intimações necessárias. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência

de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação.

ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM) - Processo 0650380-26.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.P.S. - Vistos etc. Emende-se a inicial para ação de modificação de guarda de menor. Quanto a questão dos alimentos, informe se houve a estipulação desta verba nos autos do divórcio das partes. Junte-se, ainda, os termos do divórcio e a sentença judicial que o decretou. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0650608-98.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.P.B.S. - Torne sem efeito a petição de fls. 25/29 e intime-se o patrono das partes para peticionar nos autos corretos.

ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM) - Processo 0651440-68.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: M.A.M.P. - Diante do exposto, com fundamento no parágrafo único do artigo 200 c/c artigo 485, inciso VIII, ambos do Código de Processo Civil, homologo o pedido de desistência do feito e julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Em razão da impossibilidade do magistrado dispor sobre as custas processuais de forma contrária ao Ordenamento Jurídico brasileiro, em decorrência do pedido de desistência da ação, aplico ao caso concreto os comandos presente no art. 90, do CPC.

ADV: ALEXANDRE DE CASTRO VENTURELLI (OAB 14043/AM) - Processo 0651560-77.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Raimundo Barreto Crispim - Fabiane Rezende Batista Crispim - Diante das considerações expostas, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC tem-se por homologado o acordo firmado entre os interessados, para que surtam todos os efeitos legais. Frisa-se que a presente sentença serve como expediente para fins de averbação do divórcio no cartório competente, por conseguinte, está dispensada a expedição de ofício. Custas pelos interessados, contudo suspensa a exigibilidade por serem agraciados com os benefícios da gratuidade de justiça. P.R.I. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. Manaus, 24 de setembro de 2019

ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM) - Processo 0651849-10.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Fixação - REQUERENTE: A.R.L.V. - K.K.L.V. - Indefiro o pedido de tutela de urgência em razão da ausência de prova pré-constituída. Paute-se audiência para a Semana Nacional de Conciliação, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação.

ADV: KELITA MARIA LITAIFF E COSTA (OAB 683/AM) - Processo 0651907-47.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: C.D.C. - Diante do laudo apresentado junto à inicial, em observância à celeridade processual, voltem o autos ao Ministério Público para manifestar se o referido documento alcança o fim da presente ação ou, sendo o caso, quais informações complementares necessita para expedir seu parecer.

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM) - Processo 0652070-90.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.S.S. - Gratuidade processual deferida. Junte-se a matrícula do imóvel e relação e comprovação da propriedade dos bens móveis que teriam sido adquiridos pelo casal. Informe a autora qual a data do fim da alegada união estável. Paute-se data de audiência de conciliação para a Semana Nacional de Conciliação. Int.

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM) - Processo 0652070-90.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.S.S. - CERTIDÃO Processo n°:0652070-90.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação fica pautada para o dia 04/11/2019 às 14:30h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 27 de setembro de 2019.

ADV: RODRIGO CAMPOS DO ROSÁRIO (OAB 13727/AM) - Processo 0652102-95.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: P.S.M. - Diante do exposto, determino a intimação da parte autora para adequar sua petição inicial, inserindo o seu representado (filho menor), no prazo de quinze dias úteis, sob pena de ser indeferido liminarmente parte dos pedidos por carência de legitimidade.

ADV: MARIA ÉLIA AIRES ANUNCIAÇÃO (OAB 12522/AM) - Processo 0652126-26.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - REQUERENTE: Leandro Oliveira da Silva Junior - declino da competência, ex vi do art. 64, §1.° do CPC, e determino, por conseguinte, a remessa dos presentes Autos à Vara de Registros Públicos e Usucapião, com a devida baixa na distribuição. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0652129-78.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Maria Laura Mendonça Lima - Fabiana Nunes Mendonça - Apense-se. Gratuidade processual deferida. À parte exequente para esclarecer sobre o percentual de 30% informado na inicial, vez que o acordo parcial feito nos autos principais não discorreu sobre a questão dos alimentos. De fato, apenas houve manifestação dos advogados da autora pela conversão dos alimentos gravídicos em alimentos com percentual de 30% sobre os rendimentos do réu. Ressalto que, estranhamente, o processo principal sequer foi definitivamente resolvido, pois pendente os alimentos defitivos, tendo ocorrido apenas acordo parcial quanto a paternidade da menor. Ademais, a única verba alimentar provisoriamente definida foi a constante do acordo provisório de fls. 12/13 que estabeleceu os alimentos gravídicos no patamar de 22% do salário mínimo.

ADV: LUCIANO VALÉRIO MACHADO (OAB 10096/AM) - Processo 0652256-16.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.A.M. - Em razão dos valores remuneratórios descritos nos contracheques e da declaração do Imposto de Renda apresentados entendo que o autor não se configura como sendo hipossuficiente ao ponto de não conseguir pagar as custas processuais, de forma parcelada, na forma regulamentada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, observando-se que na presente causa o valor do referido tributo representa pequeno percentual sobre o valor atribuído à causa. Deste modo, assino o prazo de trinta dias para o autor apresentar o comprovante de pagamento da primeira parcela, sob pena de ser cancelada a distribuição.

ADV: VÍTOR GODINHO DAS CHAGAS (OAB 14192/AM) - Processo 0652314-19.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Divisão e Demarcação - REQUERENTE: Antonio Osman da Silva - Em razão da ausência do contraditório em procedimento de jurisdição voluntária, reduzindo-se a possibilidade de ser apresentado impugnação ao benefício da gratuidade de justiça, determino a INTIMAÇÃO a comprovação dos rendimentos dos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. O valor da causa deverá ser corrigido pois não representa a estimativa do patrimônio a ser partilhado mais a soma de doze parcelas dos alimentos que se pede, devendo os interessados corrigirem o valor no prazo assinado para o recolhimento das custas. Faculto o pagamento das custas processuais, observando-se que na presente causa o valor das custas processuais iniciais representa pequeno percentual sobre o valor atribuído à causa.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM) - Processo 0652726-47.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.L.M.H. - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, “é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode

acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Cumpra-se.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0652976-80.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.F.C.R. - Intime-se a parte autora para juntar aos autos a carteira da OAB, vez que alega estar advogando em causa própria. Prazo: 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM) - Processo 0655167-35.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: N.P.S. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão negativa de fls. 100/101.

ADV: ELCIO MARCELO QUEIROZ RAMOS (OAB 11658/PA), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0658161-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Jeyssianne Raquel de Oliveira - REQUERIDO: MATHEUS DE BRITO SILVA - MENOR e outros - Sobre a contestação e documentos exibidos pelos requeridos, para a réplica determino que manifeste o autor no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. Manaus,

ADV: MARINA DAS GRAÇAS PAULA DE ARAÚJO (OAB 3906/AM), ADV: ADRIANA MOUTINHO MAGALHÃES IANNUZZI (OAB 8065/AM) - Processo 0659265-63.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: B.O.C. - REQUERIDO: C.A.S.B. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: cinco dias úteis. Manaus, 26 de setembro de 2019

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0660906-86.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.C.S. - CERTIDÃO Processo n°:0660906-86.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 31/10/2019 às 09:30h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 25 de setembro de 2019.

ADV: LUIZ FERNANDO MAUÉS MARQUES (OAB 4622/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0700021-61.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: Liara Victoria Magalhães Jacob - REQUERIDO: JOSELITO RIBEIRO JACOB - Diante do exposto, nos termos do art. 528, § 3º, do CPC, decreto a prisão de JOSELITO RIBEIRO JACOB, pelo prazo um mês e faculto à parte credora a efetivação do protesto do título executivo. Adverte-se ao executado que o adimplemento integral do crédito somente ocorrerá após satisfação das parcelas vencidas até o dia do efetivo pagamento, inclusive com a possibilidade do restabelecimento da prisão. Atualize-se o valor do crédito e intime-se o executado para providenciar o pagamento integral da dívida no prazo de quarenta e oito horas. Transcorrido o prazo sem a devida comprovação nos autos, certifique-se e expeça-se o mandado de prisão.

ADV: PHELIPE ERNESTO SILVA PINTO (OAB 7725/AM) - Processo 0702354-49.2012.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Alimentos - REQUERENTE: C.S.R.M.K.V.S. - Vistos etc, Diante da informação prestada na página 229, defiro a penhora dos valores descritos no referido ofício, devendo à Caixa Econômica Federal providenciar a transferência do saldo disponível vinculado ao NIS 131.37125-02-1 para conta judicial vinculada ao referido processo. Com a resposta do depósito, apliquem o ordinário adequado para o caso concreto. Prazo: vinte dias. Oficie-se e intimem-se.

Abrahim Jezini (OAB 4584/AM)
Adalberto Teixeira Bittar (OAB 5275/AM)
Adayla Barreto de Mesquita (OAB 001.729/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Ádria Alves Vital (OAB 5255/AM)
Adriana Mírian de Miranda Trindade (OAB 5300/AM)
Adriana Moutinho Magalhães Iannuzzi (OAB 8065/AM)
Adriana Vieira Ferreira (OAB 11924/AM)
Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Adriano José da Cunha Souza (OAB 8410/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alessandro da Silva Calado (OAB 11768/AM)
Alexandre de Castro Venturelli (OAB 14043/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Aline Oliveira da Costa (OAB 9743/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
ANDERSON CORDEIRO MOTA (OAB 11305/AM)
Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrea França de Souza (OAB 8211/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
ANNE GIZELE BULCÃO DA SILVA (OAB 10334/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Anselmo Lima de Matos Filho (OAB 13644/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Augusto Cezar Echenique Ribeiro (OAB 13720/AM)
Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bianca Alves Borges (OAB 11826/AM)
Brigite da Silva Garrido (OAB 12840/AM)
Bruno Cláudio Elesbão (OAB 7468/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Carla Josefina Lima de Lima (OAB 9783/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Caroline da Silva Braz (OAB 4846/AM)
Caroline de Castro Perozzo (OAB 11195/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Dayane Ricardo de Paiva (OAB 10592/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Debora de Almeida Cavalcanti (OAB 23271/PE)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Deyvison Souza Brito (OAB 9366/AM)
Diego Henrique Santos dos Anjos (OAB 8583/AM)
Dilza Aguiar Souto (OAB 12459/AM)
Dínia Raimunda Moraes Borges (OAB 5091/AM)
Drihelly Pereira Barbosa (OAB 11100/AM)
Ed Rugles de Melo Barbosa (OAB 2789/AM)
Edilson da Costa Silva (OAB 9884/AM)
Edmar Maciel de Oliveira (OAB 14032/AM)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Eduardo de Carvalho Almeida (OAB 28626/CE)
EINSTEIN ALBERT SIQUEIRA BARBOSA (OAB 3408/RN)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elcio Marcelo Queiroz Ramos (OAB 11658/PA)
Eliane Coelho da Silva (OAB 8376/AM)
Eliezer Alves de Oliveira (OAB 10900/AM)
Eline de Oliveira Souza (OAB 7543/AM)
Elizabeth de Oliveira Mubarac (OAB 13423/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emerson Tavares Pereira (OAB 8616/AM)
Endrew dos Santos Mesquita (OAB 14260/AM)
Enoh Castro Barbosa (OAB 5651/AM)
Érica Tatiane Pereira de Lira (OAB 418461/SP)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)

Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Fádia Assad de Almeida (OAB 7044/AM)
Felipe Sena de Carvalho (OAB 3816/AM)
Fernando Yano (OAB 254523/SP)
Flora de Oliveira Souza (OAB 8579/AM)
Francimar da Costa Lima (OAB 12808/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Batista dos Santos (OAB 9550/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
George Marcio da Silva Maciel (OAB 26831/CE)
Gláucia da Silva Oliveira (OAB 8470/AM)
Gutenberg de Menezes Seixas (OAB 14168/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jane Picanço de Farias (OAB 5323/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
Jean Carlos Siqueira de Souza (OAB 8165/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jessica Santos de Oliveira Athan (OAB 14225/AM)
Jhena Christiane Cunha dos Santos (OAB 8805/AM)
Joana Loren de Oliveira Barbosa Grana (OAB 10729/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Jociley Guimaraes Pantoja (OAB 12360/AM)
Johann Stephen de Oliveira Melo (OAB 12675/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
Jorgiana Lacet de Lima (OAB 10128/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Izac dos Santos Souza (OAB 8842/AM)
José Roberto Lopes Caúla (OAB 8151/AM)
Joyce Malena de Almeida Freitas (OAB 28682/PA)
Juliane Elizabete de Souza Maia (OAB 12643/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Kamila Maia Botelho Telles (OAB 8957/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kathleen Senna da Silva (OAB 3323/AM)
Katianny Keila Salim Colaço (OAB 12269/AM)
Keila Cristina de Carvalho Rayol (OAB 10802/AM)
Kelita Maria Litaiff e Costa (OAB 683/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Leila de Oliveira Souza (OAB 5310/AM)
Liah Lima Cerf Levy (OAB 7183/AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano Valério Machado (OAB 10096/AM)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Luiz Fernando Maués Marques (OAB 4622/AM)
Magda Raquel Guimarães Ferreira (OAB 163055/SP)
Magda Raquel Guimarães Ferreira Lobato (OAB 724A/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcelo da Silva D Avila (OAB 240055/SP)
Marcinei Brito de Souza Lima (OAB 8258/AM)
MARCO ANTONIO MOREIRA (OAB 8780/AM)
Marcos Antônio de Menezes (OAB 826A/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Maria de Nazaré Galvão da Silva (OAB 3049/AM)
Maria Élia Aires Anunciação (OAB 12522/AM)
Maria Ferreira de Oliveira (OAB 6469/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Marina das Graças Paula de Araújo (OAB 3906/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mário César de Carvalho (OAB 12674/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
MAURICIO LIMA SEIXAS (OAB 7881/AM)
Mayara Cristini Teixeira Lima (OAB 13409/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
MIDIAN BRASIL DAL MEDICO (OAB 10839/AM)
Mylene Costa Maciel Façanha (OAB 4835/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Nayanne Pires César (OAB 7782/AM)
Norma Barboza Araújo (OAB 2845/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Agner da Silva Souza (OAB 5361/AM)
Paulo Henrique Lima de Melo (OAB 12433/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Paulo Vítor Lopes Bezerra (OAB 9660/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Igor Frota de Carvalho (OAB 13661/AM)
Phelipe Ernesto Silva Pinto (OAB 7725/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Rafaela Ramos de Souza Amaral (OAB 89880/RS)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Raissa Suellen Brito Rodrigues (OAB 12241/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raynei Caldas Gomes (OAB 9675/AM)
Reberth da Silva Costa (OAB 8817/AM)
Renata Maciel Seabra (OAB 12387/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Roberto Ranses das C. Brasil (OAB 2935/AM)
Rodrigo Campos do Rosário (OAB 13727/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Ronan Batista Moreira (OAB 8849/AM)
Roosevelt Costa Diniz (OAB 11032/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Roque Lane Wilkens Marinho (OAB 10486/AM)
Rosinalva Gomes Barros (OAB 8183/AM)
Ruciley Tavares Vinente (OAB 8834/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sara Martins Sombra de Oliveira (OAB 9456/AM)
SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM)
Sarah Taliá Bezerra Serudo (OAB 4934/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Tatiana de Freitas Lopes (OAB 11732/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)
Tirzah Cauper Gomes (OAB 10213/AM)
Vanessa da Silva Matias Ribeiro (OAB 14061/AM)
Veronica Barbosa de Oliveira (OAB 11335/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vítor Godinho das Chagas (OAB 14192/AM)
Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB 8944/AM)
Wagner Rago da Costa (OAB 187720/RJ)
Wagner Veloso Martins (OAB 37160/BA)
Wanderley Pinheiro da Silva (OAB 13288/AM)
Wilson Campos Ribeiro (OAB 6848/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0204/2019

ADV: CÉSAR AUGUSTO DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 12109/AM) - Processo 0201136-96.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: T.H.M.M. e outro - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0201404-53.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: M.A.P.O. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 18/11/2019 às 10:00h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0201404-53.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: M.A.P.O. - Instrução e Julgamento Data: 18/11/2019 Hora 10:00 Local: 5VF Sala 2 Situacão: Pendente

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0212065-91.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: A.R.R.J. - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0212292-81.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: D.T.C. - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: KAREN DE ARAÚJO FRANÇA (OAB 8916/AM) - Processo 0219144-24.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: H.M.R. - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Citação. Contestação - preliminar de ilegitimidade passiva Réplica. Ponderada a situação, rejeito a preliminar arguida tendo em vista que a lei de alimentos gravídicos exige apenas indícios de paternidade (art.6 da Lei 11.804/2008) e não provas concretas, como aduz réu. De tal forma que, a ação presente presente não obsta o ingresso posterior com ação negatória de paternidade. Diante disso, não havendo pendências processuais, paute-se audiência de instrução e julgamento, tendo por objeto questões e situações que apresentam divergências nos termos da inicial, contestação e respectivos pedidos, devendo as partes arcar com o ônus de produzir as provas de suas alegações. Havendo interesse das partes na produção de prova testemunhal, fica consignado o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de rol. Intimações necessárias.

ADV: KAREN DE ARAÚJO FRANÇA (OAB 8916/AM) - Processo 0219144-24.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: H.M.R. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 18/11/2019 às 09:30h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0222632-84.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERIDA: F.S.L. e outro - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0232256-94.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDA: L.A.C. e outro - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 18/11/2019 às 09:00h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0232256-94.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDA: L.A.C. e outro - Instrução e Julgamento Data: 18/11/2019 Hora 09:00 Local: 5VF Sala 2 Situacão: Pendente

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0246651-91.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: N.S.S. - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: ANTÔNIO NUNES COLARES NETO (OAB 10728/AM) - Processo 0253458-40.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXECUTADO: T.L.S. - Diante da manifestação da exeqente, dê-se vista ao patrono do executado. 05 (cinco) dias. Após, conclusos.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0607542-10.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - EXEQUENTE: KATLEEN BORBA DE LIMA - REQUERENTE: MAYCON SOUZA DE LIMA - Vista ao patrono do(a) exequente. 05 (cinco) dias.

ADV: SUYANNE SOARES LOIOLA (OAB 9050/AM) - Processo 0609336-32.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: RAFAELA DE SOUZA COSTA - Vista ao patrono do(a) exequente para requerer o que entender de direito. 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0627719-87.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: A.M.M.V. e outro - EXECUTADO: C.G.P. - Cumprimento de sentença. Consultas realizadas via Bacenjud, Renajud, FGTS e PIS. Dê-se vista ao patrono do exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens a penhora. Ao término do prazo, conclusos.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0632684-11.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: A.E.O. - Trata-se de ação de divórcio, onde as partes qualificadas nos autos busca o reconhecimento da ruptura da relação matrimonial. Procedeu-se a citação por edital, sem apresentação de resposta. Revelia decretada. Nomeado curador especial, sem alternativa, contestou por negativa geral. Sem manifestação ministerial em razão de não haver interesse de menores e incapazes, como tem anotado o Ministério Público em diversas situações semelhantes. É o relatório. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Inclusive, foi neste sentido todas as modificações introduzidas na legislação para tratar de matérias relativas ao casamento, seguindo a jurisprudência o mesmo sentido: "Ementa - CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DIVÓRCIO DIRETO. AUDIÊNCIA DE RATIFICAÇÃO. DESNECESSIDADE. SEPARAÇÃO DE FATO COMPROVADA POR PROVA DOCUMENTAL. DECLARAÇÃO DE TESTEMUNHAS (COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO) EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66/10. APLICAÇÃO IMEDIATA. 1. NÃO SE MOSTRA NECESSÁRIA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE RATIFICAÇÃO EM AÇÃO

DE DIVÓRCIO DIRETO QUANDO OS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO PRODUZIDOS NOS AUTOS, NOTADAMENTE A DECLARAÇÃO DE TESTEMUNHAS (COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO) EVIDENCIAM DE FORMA CLARA A SEPARAÇÃO DE FATO DO CASAL PELO LAPSO TEMPORAL EXIGIDO NA LEI, AGREGADOS AO FATO DE QUE OS INTERESSADOS, CATEGORICAMENTE, MANIFESTAM-SE PELA DISSOLUÇÃO DO VÍNCULO MATRIMONIAL. 1.1. AO DEMAIS, COM A PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66, DE 13 DE JULHO DE 2010, QUE ALTEROU § 6º DO ARTIGO 226, DA CARTA MAGNA, RESTOU ABOLIDA A PRÉVIA SEPARAÇÃO COMO REQUISITO PARA O DIVÓRCIO, E AO MESMO TEMPO ELIMINADO QUALQUER PRAZO PARA SE REQUERER O DIVÓRCIO, SEJA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO (LEI Nº 11.441/07). 1.2. MESMO QUE A AÇÃO TENHA SIDO PROPOSTA ANTES DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CITADO DIPLOMA CONSTITUCIONAL, NADA OBSTA SUA APLICAÇÃO, NA MEDIDA EM QUE A NORMA CONSTITUCIONAL TEM EFICÁCIA IMEDIATA, SENDO CERTO QUE OS PROCESSOS EM CURSO DEVEM SE ADAPTAR À NOVEL REALIDADE CONSTITUCIONAL.(Registro do Acórdão Número : 503295 Data de Julgamento : 14/04/2011 Órgão Julgador : 5ª Turma Cível Relator : ANGELO PASSARELI Relator Designado: JOÃO EGMONT). O caso dos autos, no que concerne ao casamento das parte envolvidas no processo, se restringe ao reconhecimento pelo estado da vontade das parte de cessar a relação matrimonial, para todos os fins de direito. Não se deve falar em culpa, mas sim em vontade de não mais coabitar, dividir, confidenciar etc. Neste ponto, portanto, não há razão para não reconhecer o divórcio do casal, nos exatos termos da legislação vigente, em especial após modificação introduzida pela EC 66. Pelo exposto, julgo procedente a pretensão deduzida, e decreto o divórcio de Eliana Pontes Fernandes e Augustine Emeka Okoli. A divorcianda voltará a usar o nome de solteira. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ELLEN ARANHA DE SOUSA (OAB 14416/AM) - Processo 0632948-28.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERIDO: D.F.B. - Expeça-se alvará para levantamento dos valores depositados pelo executado em conta judicial (fls.147). Após, intime-se o patrono do executado das penhoras realizadas às fls.140 e 162 no termos da decisão de fls.131/133.

ADV: ELLEN ARANHA DE SOUSA (OAB 14416/AM) - Processo 0632948-28.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERIDO: D.F.B. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Conciliação para o dia 04/12/2019 às 09:00h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Antônio Nunes Colares Neto (OAB 10728/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
César Augusto do Nascimento Cardoso (OAB 12109/AM)
Ellen Aranha de Sousa (OAB 14416/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
KAREN DE ARAÚJO FRANÇA (OAB 8916/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Suyanne Soares Loiola (OAB 9050/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)

6ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO VICENTE DE OLIVEIRA ROCHA PINHEIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA AUXILIADORA SANTANA DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0067/2019

ADV: REINALDO DE AGUIAR OLIVEIRA (OAB 1835/AM) - Processo 0019544-18.2002.8.04.0001 (001.02.019544-4) - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Marilete Leitão da Silva - 1.Analisando o corpo processual e, por conseguinte, a questão suscitada pela Nobre Defensora Pública em tal peça, em consonância da posição adotada pelo Dr. Curador de Família e Sucessões, entendo plausível e pertinente a ordem pretendida, uma vez que, na hipótese do caso concreto, entendo que uma eventual MOROSIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL pode custar uma violação dos direitos básicos da interditada, tais como, à moradia, o direito de viver em segurança e com dignidade, bem como ocasionar danos irreparáveis a sua pessoa. 2. Isto posto, ACOLHO O PEDIDO FORMULADO ÀS FLS. 40, para o fim de SUSPENDER TEMPORARIAMENTE O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO EM FAVOR DE M. DO S. L. DA S., devendo a secretaria diligenciar a respeito. 3. OFICIE-SE - imediatamente - o Órgão Previdenciários. 4.Outrossim, INTIME-SE o curador para: a) prestar contas a este juízo da sua administração, com a apresentação do balanço do respectivo ano, nos termos do art. 553 e § 2º do art. 763, ambos do NCPC c/c art. 1756 do Código Civil Brasileiro; b) tomar ciência quanto aos crimes e infrações administrativas descritos nos artigos 89 a 91 do Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015. CITE-SE e INTIMEM-SE, inclusive a requerente, seu patrono e o Ministério Público.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0201749-19.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: M.C.S.S. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de uma Ação de Oferta de Alimentos, que foi proposta pelo Sr. M.E.O.DA.S , em face de M.C.S.DA.S, onde ambos os litigantes estão perfeitamente identificados e qualificados desde o princípio. Aconteceu que, após determinadas diligências deste juízo de direito, foi concedida vista dos autos ao Ministério Público, que exarou o parecer de fls. 26. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Analisando o caderno processual e inclusive fazendo consulta ao SAJ/PG5, denoto que, efetivamente, esta ação repete a outra ação (nº 0640369-06.2017.8.04.0001) que tramita na nesta vara e que foi ajuizada antes desta, caracterizando a hipótese de litispendência, como determinam os §§ 1º e 2º do art. 337, do NCPC. Daí que resta evidenciado que a presente lide é idêntica àquela acima citada, qual seja, o Ação de Alimentos que envolve as mesmas partes, causa de pedir e pedido da anterior, em trâmite nesta vara. Sobre o assunto, trago à colação julgado oriundo do Colendo Superior Tribunal de Justiça - STJ e que foi pinçado da obra Código de Processo Civil Comentado e Interpretado, por Misael Montenegro Filho, Editora Atlas - 2008, página 380, conforme segue: “Consoante dispõe o art. 301, § 1º, do CPC, ocorre a litispendência quando forem propostas ações com as mesmas partes litigantes, o mesmo pedido e a mesma causa de pedir” (REsp 725143/PR, 1ª Turma do STJ, rel. Ministro LUIZ FIX, j. 5.9.2006).” (Destaquei) Isto posto, em dissonância com a Curadoria de Família e com fundamento no artigo 485, V, c/c o artigo 337, VI, os dois da Lei de Ritos, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito. Sem custas, por força do que prevê o art. 98, §§ 2º e 3º do CPC c/c a Lei 1.060/50. P.R.I.Cumpra-se. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0206808-22.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.M.S. e outro - REQUERIDO: F.P.S. - FIXO o prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, para apresentação de razões finais escritas, nos termos do § 2º do art. 364 do NCPC. 2. Decorridos os prazos, retornem-me conclusos para decisão final. Int. CUMPRA-SE.”

ADV: MARIA AUXILIADORA SOUZA DE MELO (OAB 12871/AM) - Processo 0213439-45.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.S.A. - 1. PAUTE-SE nova data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC/Família. 3. CITE-SE a parte requerida, pessoalmente, unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do CPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II), sendo caso de intervenção obrigatória. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ISIS DE MORAES SIQUEIRA (OAB 10069/AM) - Processo 0216066-56.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: E.S.C. - 1. ATENDA-SE o requerimento retro. 2. REMETAM-SE os autos às Divisões de Psicologia e Serviço Social para realização de estudo psicossocial de todos os envolvidos. 3. Outrossim, NOMEIO a Dra. Beatriz Cunha e Silva Curadora Especial especial - art. 72, I, do Novo Código de Processo Civil. 4. CITE-SE, para resposta no prazo legal, observando-se as prerrogativas funcionais da Defensoria Pública, previstas no art. 128, I da LC nº 80/94 CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: DIEGO PEDROSA CASTRO LIMA (OAB 13251/AM), ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0222809-82.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.F.F. - REQUERIDA: R.C.B. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 11/12/2019 às 12:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: PAULO CÉSAR SANTOS ALMEIDA (OAB 3246/AM) - Processo 0223205-25.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: K.J.M. - 1. Diante do fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: MARCIA DE SANTANA VIANA (OAB 7382/AM) - Processo 0225260-46.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.M.S. - A.M.B.C. - ASSISTIDA: L.S.L.S. - 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC. 2. PAUTE-SE data para realização da audiência de conciliação (mediação), prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil. 3. CITE-SE o réu unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II). Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOÃO ROSSE PEREIRA LOPES (OAB 5680/AM) - Processo 0229501-63.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.O.B.C. - 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC. 2. PAUTE-SE data para realização da audiência de conciliação (mediação), prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil. 3. CITE-SE o réu unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II). Int. CUMPRA-SE.

ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM) - Processo 0229730-23.2019.8.04.0001 (processo principal 0204191-36.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - REQUERENTE: Fábio Agustinho da Silva - INTIME-SE a parte autora para emendar a inicial, devendo: informar o nome da parte executada e sua qualificação completa.

ADV: CASSIO HENRIQUE VAZ LEMES (OAB 346146/SP) - Processo 0230965-25.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.G.O. - 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC. 2. PAUTE-SE data para realização da audiência de conciliação (mediação), prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil. 3. CITE-SE o réu unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II). Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0231233-16.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Guarda - REQUERENTE: N.F.S. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. INTIME-SE o executado, na forma e com as advertências do art. 528 do Novo Código de Processo Civil, para pagar o débito reclamado (fls. 42), devendo o Oficial de Justiça, se for o caso, socorrer-se dos agentes dos correios que operam naquela área. Int. CUMPRA-SE.

ADV: GRAZIELA ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 11097/AM) - Processo 0232927-83.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Exoneração - REQUERENTE: Alcebiades Ferreira de Araújo Filho - 1. CUMPRA-SE, providenciando o necessário. 2. ATENTE-SE a secretaria para o que prevê o art. 232 do Novo Código de Processo Civil: Art. 232. Nos atos de comunicação por carta precatória, rogatória ou de ordem, a realização da citação ou da intimação será imediatamente informada, por meio eletrônico, pelo juiz deprecado ao juiz deprecante. 3. Após, DEVOLVA-SE ao Juízo Deprecante com os nossos cumprimentos.

ADV: PAULO TADEU TEIXEIRA (OAB 334266/SP) - Processo 0233472-56.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Fixação - REQUERENTE: G.A.B. - 1. CUMPRA-SE, providenciando o necessário. 2. ATENTE-SE a secretaria para o que prevê o art. 232 do Novo Código de Processo Civil: Art. 232. Nos atos de comunicação por carta precatória, rogatória ou de ordem, a realização da citação ou da intimação será imediatamente informada, por meio eletrônico, pelo juiz deprecado ao juiz deprecante. 3. Após, DEVOLVA-SE ao Juízo Deprecante com os nossos cumprimentos.

ADV: CARLOS DOS ANJOS ROLIM FILHO (OAB 9894/AM), ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM) - Processo 0236081-80.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0224714-30.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - REPTANTE: C.S.V. - EXECUTADO: R.A.S. - 1. ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. 2. INTIME-SE a parte interessada para iniciar o procedimento de liquidação de sentença, optando por uma das formas previstas no artigo 509 do CPC. 3. Após, ABRA-SE nova vista ao Ministério Público. 4.. Oportunamente, VOLTEM-ME conclusos.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0236153-96.2019.8.04.0001 (processo principal 0247471-13.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: Maria Clara Rosas Monteiro - João Gabriel Rosas Monteiro - Tendo em vista a vigência da Lei 13.105/15 (Novo Código de Processo Civil), onde a execução de alimentos com base em título judicial será sempre processada como cumprimento de sentença, ou seja, nos mesmos autos do processo de conhecimento, sendo admitido tanto o procedimento da prisão, quanto o da expropriação de bens, conforme as seguintes regras: a)O credor pode optar pela execução pelo procedimento da expropriação de bens ou pelo procedimento da prisão (CPC, 528, § 8º); b)O procedimento da prisão somente é admissível para execução das parcelas atuais, ou seja, das três últimas em atraso, a partir do ajuizamento da execução, também das vincendas (CPC,

528, § 7º; Súmula 309 STJ); c)O procedimento da expropriação de bens é admissível para execução de todas as parcelas não pagas, sem restrição quando ao termo inicial, podendo incluir as três últimas, sempre a critério do credor (CPC, 528, § 8º); d)Optando por executar, concomitantemente, parcelas atuais que seguem o procedimento da prisão (três últimas em atraso, conforme a Súmula 309, do STJ) e parcelas pretéritas que seguem o da constrição patrimonial, o autor deverá fazer a cisão dos procedimentos. e)De qualquer forma, optando pelo procedimento da expropriação de bens em face de determinadas parcelas, essas mesmas parcelas não podem ser mais exigidas pelo procedimento da prisão; Assim, INTIME-SE a parte exequente para emendar a inicial e esclarecer a pretensão de processar cumprimento de sentença de alimentos em autos apartados, sem que conste que há cumprimento de sentença sendo processado nos principais (CPC, 531, § 2º). Prazo da emenda: 15 dias, pena de indeferimento (CPC, 513, caput c/c 801).

ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM), ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0236501-56.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: V.L.S.B. e outro - ATENDA-SE a manifestação ministerial, com a efetiva intimação dos interessados, na forma requerida. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: AMANDA NICOLE STRAUB (OAB 92764/PR), ADV: JULIANO HÜBNER LEANDRO DE SOUSA (OAB 65436/PR) - Processo 0236752-35.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: S.C.B. - L.F.B.B. - M.E.B.B. - 1. CUMPRA-SE, providenciando o necessário. 2. ATENTE-SE a secretaria para o que prevê o art. 232 do Novo Código de Processo Civil: Art. 232. Nos atos de comunicação por carta precatória, rogatória ou de ordem, a realização da citação ou da intimação será imediatamente informada, por meio eletrônico, pelo juiz deprecado ao juiz deprecante. 3. Após, DEVOLVA-SE ao Juízo Deprecante com os nossos cumprimentos.

ADV: THIAGO ANDRADE DE FREITAS (OAB 14003/AM) - Processo 0236867-56.2019.8.04.0001 (processo principal 0645046-79.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Dissolução - REQUERENTE: Janaína Horn Conceição - INTIME-SE a parte exequente para emendar o requerimento de fls. 01-03, devendo: a) comprovar a exigibilidade do título de alimentos, produzindo prova da citação e data em que ocorreu (CPC, 231, §3º); b) escolher o rito processual da ação; e, c) juntar demonstrativo atualizado do crédito, nos termos do art. 524 do NCPC. Prazo de 15 dias, pena de indeferimento (CPC, 513, caput, c/c 801).

ADV: CAMILLA MARIA CHAVES RIBEIRO (OAB 14379/AM) - Processo 0237586-38.2019.8.04.0001 (processo principal 0631977-09.2019.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: Matheus Zoghbi da Silva - Sabrina Zoghbi da Silva - Intime-se a parte exequente para emendar o requerimento de fls. 01-04 , devendo: a) comprovar a exigibilidade do título de alimentos, produzindo prova da citação e data em que ocorreu (CPC, 231, § 3º); b) restringir as parcelas executadas às três últimas vencidas, contadas do ajuizamento da execução, com opção de inclusão das vincendas, conforme prescreve o art. 528, § 7º, do CPC e a Súmula 309 STJ; e, c) juntar demonstrativo atualizado do crédito, nos termos do art. 524 do NCPC. Prazo de 15 dias, pena de indeferimento (CPC, 513, caput, c/c 801).

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA NERY (OAB 12843/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0237671-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: N.G.M. - REQUERIDO: M.B.A. - Ante o exposto, cumpridas as exigências do art. 732, c/c art. 731, do Código de Processo Civil, na forma do art. 487, III, "b", do mesmo código; HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO CONSTANTE NO TERMO DE FLS. 160/162, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado pelos ex-companheiros acima citados, os quais conviveram em União Estável, ao longo de 10 (dez) anos, isto é de 2006 até maio de 2016, ocasião de sua dissolução; E JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei Federal nº 1.060/50. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, EXPEÇAM-SE o respectivo termo de Guarda Compartilhada em favor dos genitores; Ofício ao empregador, para fins de continuidade do encargo alimentar; e, por último, os competentes formais de partilha, observadas as regras do art. 659, § 2º e art. 662, § 2º, ambos do CPC. Tudo providenciado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0237857-18.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - EXEQUENTE: C.B.S. - o MM. Juiz de Direito passou a proferir SENTENÇA: Vistos, Narram os autos sobre cumprimento de sentença movida por G. K. S. DE C., devidamente representada por sua genitora Srª C. B. DE S. em face de M. C. DE C. , em Autos n°: 0237857-18.2017.8.04.0001 Ação: Cumprimento de Sentença/PROC que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, processado na forma dos arts. 528, 530 e 523 do CPC. Pagamento pelo Executado referente às prestações de maio/junho e julho de 2018, que tramitavam sob o rito da prisão (art. 528, CPC), conforme comprovam documentos colacionados às fls. 40 e 46 dos autos, restando inadimplentes as prestações pretéritas que tramitavam sob o rito da expropriação (art. 523, CPC). Por ocasião da presente audiência de conciliação, as partes celebraram acordo pelo pagamento da dívida remanescente, num total de 03 (três) itens. O Ministério Público, em audiência, emitiu parecer favorável à homologação do acordo supra, por restarem preservados os interesses da menor G. K. S. DE C., que teve assegurados os Direitos à luz dos Princípios da Proteção Integral do Menor, bem como da Prioridade Absoluta aos Direitos da Criança e do Adolescente. Assim, tendo em vista o acordo celebrado nesta audiência, com fundamento no que dispõe o art. 922 do CPC, HOMOLOGO O ACORDO SUPRA e SUSPENDO o curso do cumprimento de sentença durante o prazo do parcelamento pactuado, qual seja, até 05 de dezembro de 2020. Decorrido o prazo de suspensão, sem manifestação espontânea, intimem-se para que se manifestem pelo prosseguimento ou pela extinção, cientes de que, no silêncio, entender-se-á que o débito foi adimplido e a execução será extinta, na forma do art. 924, II, do CPC. Sem Custas, a teor do Art. 98 do CPC/2015. Cientes os presentes em audiência. Sentença publicada em audiência. DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0238534-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: F.C.M.R. - ATENDA-SE a manifestação ministerial, com a efetiva intimação do executado, por meio do seu patrono, na forma requerida. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: ISABEL CRISTINA GERALDO DA SILVA (OAB 12992/AM) - Processo 0239581-57.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.G.T. - Diante da manifestação ministerial, INTIME-SE a parte autor, por seu patrono(a), para manifestação pertinente. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM) - Processo 0244266-73.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: P.K.S.A.N.E.E.G.S.A.N.E. - 1. Acolho a emenda de fls. 92. 2. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC. 3. CITE-SE o réu unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II). Int. CUMPRA-SE.

ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM) - Processo 0248088-07.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: K.L.S.S. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0249443-52.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: C.S.N.

- Vistos, Trata-se de um Pedido de Cumprimento de Sentença, que foi formulado por S. DE S. O., menor representada por sua genitora Sra. C. DE S. N., em face do Sr. O. N. DE O., na qual ambos os polos encontram-se regularmente identificados desde o princípio. Aconteceu que, durante o curso regular do processo, as partes resolveram por fim ao litígio formulando o acordo de fls. 35/36. EM SUMA, É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR. Desde logo, consigno a regular manifestação de vontades e que não se vislumbra qualquer situação que impossibilite tal pretensão conjunta, bem como porque restaram resguardados os interesses de todos os envolvidos na lide, em especial os da suplicante, denota-se plausível e pertinente a homologação do citado acordo, para todos os seus jurídicos e legais efeitos. Ante o exposto, nos precisos termos do artigo 487, inciso III, em sua letra "b", da Nova Lei de Ritos, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo a secretaria diligenciar a respeito segundo seja necessário. Sem custas, haja vista o que prevê a Lei nº 1.060/50. PROVIDENCIE-SE o necessário para o seu cumprimento. P. R. I. Cumpra-se. Oportunamente, PROCEDA-SE a efetiva BAIXA e o posterior arquivamento dos autos, com as diligências e cautelas de estilo.

ADV: MARCIO ANTONIO DE OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 8212/AM), ADV: JANE MARY LOPES ASSEF (OAB 2912/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0600233-93.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Família - REQUERENTE: H.L.A. - REQUERIDO: E.L.D. - Diante da juntada de fls. 58-59, ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: TATIANA DE FREITAS LOPES (OAB 11732/AM) - Processo 0600623-63.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Dissolução - REQUERENTE: Rozana Maria Vieira Alves - Antes de apreciar o acordo formulado pelas partes, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0601917-29.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERENTE: J.V.D.P. e outro - ATENDA-SE o requerimento de fls. 129/131. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM) - Processo 0603043-75.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.C.S. - 1. ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. 2. Tendo em vista a natureza do litígio, não incidem os efeitos da revelia (NCPC, 345, II), de modo que a parte deve comprovar o alegado. 3.DEFIRO a produção de prova documental, testemunhal e depoimento pessoal. 4. DESIGNE-SE data para audiência de instrução e julgamento, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 5. INTIMEM-SE as partes, por seus patronos de que a intimação das testemunhas deverá ocorrer na forma prevista no art. 455, § 1º da Nova Lei de Ritos. 6. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 7. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC.

ADV: ROVAN JEZINI DO NASCIMENTO (OAB 10481/AM), ADV: MARIA DE FÁTIMA JEZINI MESQUITA (OAB 8378/AM) - Processo 0603129-17.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: A.L.G. - Vistos, Tratam os presentes autos de um CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, proposta por L. D. G.,em face de A. DE L. G., ambos devidamente identificados e qualificados no feito. Compulsando o caderno processual, denoto que a parte exequente ingressou com o mesmo pedido, em autos apartado, sob o nº 0209670-97.2017.8.04.0001, que tramitou perante este Juízo da 6ª Vara de Família, tendo inclusive sido realizado acordo nestes, conforme fls. 64/65. Concedida vista ao Ministério Público, sua representante exarou o parecer de fls. 61, pugnando pelo arquivamento do presente feito. SUCINTAMENTE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Pois bem, observo que o objeto da presente ação foi matéria abrangida pelo acordo que foi realizado no curso do citado processo, motivo pelo qual falta, neste momento, o interesse no prosseguimento da presente causa pela perda do objeto. Diante disso, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas, por força da Lei 1.060/50. P.R.I.Cumpra-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as providências de estilo.

ADV: MONALIZA LOPES SALES (OAB 7821/RN), ADV: RODRIGO SOUZA LACONI (OAB 9292/AM) - Processo 0603674-53.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: T.O.C. - Isto posto, nos termos do artigo 487, III, "b" do Novo Código de Processo Civil e da legislação da matéria, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO DE FLS. 93/95, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos; e JULGO (EXTINTO) O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força do art. 98, caput ,do CPC c/c a Lei nº 1.060/60. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, EXPEÇA-SE o respectivo termo de guarda unilateral em favor da genitora, seguindo-se da baixa e arquivamento.

ADV: EMILY CAROLINE GUIMARÃES MEDEIROS (OAB 14311/AM) - Processo 0603828-08.2016.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: J.R.R.N. - 1.ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, intimando a parte requerente para juntar aos autos o Laudo Médico da pessoa interditanda, nos termos dos incisos I a IV, parágrafo 1º, artigo 2º da Lei 13.146/2015, devendo ser claro e preciso sobre o estado e desenvolvimento mental do incapaz. 2. Laudos médicos nos autos, DÊ-SE nova vista ao Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0606206-29.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: O.L.O. - REQUERIDA: G.R.M.B. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 10/12/2019 às 12:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDA E DEFENSORA.

ADV: MARCOS DELMAR CORREA LIMA (OAB 1587/AM), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0606833-33.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.L.C.S. - REQUERIDA: G.G.R.S. - Assim, satisfeitas as exigências legais, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal e na forma do art. 487, inc. III, "b", do Código de Processo Civil , HOMOLOGO O ACORDO PARCIAL DE FLS. 62/64; para que surta os seus jurídicos e legais efeitos; DECRETO, por sentença, o divórcio de A. L. C. DA S. e G. G. R. DA S., a qual voltará a usar o nome de solteira, G. G. R.; E, assim, RESOLVO PARCIALMENTE O MÉRITO DO PROCESSO, sem prejuízo do prosseguimento do feito com relação ao ponto de dissenso, ou seja, os alimentos (em definitivos) para os filhos menores, regime de guarda e partilha de bens. Isento de custas nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ante a renúncia expressa ao direito recursal, EXPEÇA-SE o mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil, inclusive no que tange ao nome conjugal. Finalmente, OFICIE-SE - com máxima urgência - o Comando da Polícia Militar, para fins de desconto em folha dos valores referente aos alimentos provisórios (fls. 62), a ser depositado na conta bancária da menor, indicada às fls. 72. PELO PROSSEGUIMENTO, PASSO A PROFERIR DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO (CPC, ART. 357). 1. Diante da defesa apresentada pela requerida às fls. 46/51, DETERMINO a intimação do requerente, através de sua advogada, para a possível réplica. 2. Outrossim, ATENDA-SE a manifestação ministerial de fls. 69, para o fim de realização de estudo psicossocial com todos os envolvidos na lide. 3. DEFIRO a produção de prova documental, testemunhal e depoimento pessoal. 4. DESIGNE-SE data para audiência de instrução e julgamento, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 5. INTIMEM-SE as partes, por seus patronos de que a intimação das testemunhas deverá ocorrer na forma prevista no art. 455, § 1º

da Nova Lei de Ritos. 6. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 7. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: JORGIANA LACET DE LIMA (OAB 10128/AM) - Processo 0607031-70.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Casamento - REQUERENTE: J.V.S. - 1.Tendo em vista o parecer ministerial de fls. 34, PAUTE-SE data para realização da audiência de ratificação. 2. INTIME-SE as partes, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do CPC. 3. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II), sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM) - Processo 0607835-43.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.C.F.C. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: OLGA DE NAZARÉ DIAS DA SILVA (OAB 6758/AM) - Processo 0608742-13.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.M.S. - Intime-se a parte autora para corrigir o valor da causa, em atenção ao que dispõe o art. 292, inc. III, do CPC., bem como para completar a inicial, para constar o pedido principal, nos termos do inciso IV, do artigo 319 do CPC. Observe-se que na ação de alimentos e na de exoneração, o valor da causa deve corresponder a soma de 12 prestações mensais; na revisional a soma de 12 vezes o valor mensal que se pretende reduzir ou aumentar. Prazo: 15 (quinze) dias, pena de indeferimento (CPC, 321, parágrafo único).

ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: BRUNA DA SILVA BESSA (OAB 8034/AM), ADV: CELIANA ASSEN FÉLIX (OAB 6727/AM), ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM) - Processo 0608918-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seção Cível - REQUERENTE: Sandra Maria Desideri Rodrigues - REQUERIDO: Silvino Faustino de Medeiros Neto - "1.Defiro o pedido da advogada do requerido para que possa apresentar, em 05 (cinco) dias, sua contra proposta concreta para uma conciliação na lide; 2.Outrossim, nos termos do inciso V do artigo 357 do CPC, FIXO o próximo dia 08/11/2019, às 10:00 horas, para realização de Audiência de Instrução do processo; 3.Fica estabelecido, ainda, prazo de 15 (quinze) dias para que as partes apresentem o rol de testemunhas, sendo que os dois lado informam que vão arrolar 03 (três) ou 04 (quatro) testemunhas; 4.Com a juntada da contra proposta do requerido, a parte autora fica logo ciente para sua resposta, também em 05 (cinco) dias; 5.Oportunamente, venham novamente conclusos antes da audiência ora fixada e caso seja realmente necessário. CUMPRA-SE.

ADV: BRUNA DA SILVA BESSA (OAB 8034/AM), ADV: CELIANA ASSEN FÉLIX (OAB 6727/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM) - Processo 0608918-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seção Cível - REQUERENTE: Sandra Maria Desideri Rodrigues - REQUERIDO: Silvino Faustino de Medeiros Neto - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 08/11/2019 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM), ADV: ALCIAN PEREIRA DE SOUZA (OAB 5266/AM), ADV: ODEMILTON PINHEIRO MACENA JUNIOR (OAB 7155/AM), ADV: VITOR BERENGUER BARBOSA JÚNIOR (OAB 8336/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0609198-70.2013.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.B.C. - REQUERIDA: L.G.F. - Vistos, Por motivo de foro íntimo (superveniente), fundamentado no artigo 145, parágrafo 1º, do Novo Código de Processo Civil, declaro-me suspeito para continuar deliberando nestes autos, independentemente de motivação, posto que, segundo a doutrina de Misael Montenegro Filho, em sua obra Código de Processo Civil Comentado e Interpretado (Editora Atlas, 2ª Edição, 2016, página 154): "Dispensa de motivação: Afastando-se do processo por motivo íntimo, não se exige que o magistrado apresente os motivos que justificam a sua decisão, cabendo-lhe, apenas, remeter os autos ao substituto legal". (sublinhei) Dessa maneira, ENCAMINHE-SE O PROCESSO AO (À) MEU (MINHA) SUBSTITUTO (A) LEGAL, para as providências pertinentes ao caso concreto. Intimem-se e CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0610177-22.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.M.B. - REQUERIDA: F.L.B.M. e outro - DÊ-SE VISTA à parte autora sobre a contestação e os documentos juntados de fls. 36 e seguintes, para - querendo - apresentar a respectiva réplica. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que a ação reclama.

ADV: GABRIELE PIRES MONTEIRO (OAB 13959/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM) - Processo 0610482-06.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: J.M.S. - ASSISTIDA: C.M.M. - C.M.M. - Isto posto, nos termos do artigo 487, III, "b" do Novo Código de Processo Civil e da legislação da matéria, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO DE FLS. 84/87, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos; E, JULGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força do art. 98, caput ,do CPC c/c a Lei nº 1.060/60. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, EXPEÇA-SE o respectivo termo de guarda, seguindo-se da baixa e arquivamento.

ADV: ZULDIMAR PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 8833/AM), ADV: ASSURBANIPAL DE FREITAS BRAGA (OAB 8883/AM) - Processo 0610877-95.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Fixação - REQUERENTE: K.C.A. - REQUERIDO: E.A.M. - ATENDA-SE a manifestação ministerial, com a efetiva intimação das partes, por meio de seus patronos, na forma requerida. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM) - Processo 0611758-72.2019.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: E.F.S. - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Analisando a presente AÇÃO DE GUARDA CUMULADA COM ALIMENTO, com pedido de tutela de urgência, referente à menor, E.F.S. DA S., uma menina de 09 (nove) anos de idade, que foi ajuizada por E. F. DA S., contra H. P. DOS S.; ACOLHO na íntegra, por seus próprios fundamentos, o r. pronunciamento ministerial retro (fls. 33), posto que, apesar dos argumentos da parte autora e diante da natureza da causa, tenho por temerária a concessão da tutela provisória de urgência requerida, sem ouvir a parte contrária, pelo risco de lhe causar dano irreparável ou de difícil reparação. 2. Destarte, ABSTENHO-ME de deliberação acerca do pedido de antecipação da tutela, deixando para fazê-lo somente após a realização da audiência de conciliação e mediação. 3. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC. 4. CITE-SE o réu unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 5. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. 6. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II). 7. INTIME-SE o Ministério Público. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0612055-21.2015.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Fixação - REQUERENTE: Shirley da Silva de Paula - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Alimentos - Provisionais, que foi formalizada por A. S. de P. M., menor representada por sua genitora, a Sra. S. Da S. de P., em face de A. R. M., ambos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 05-11. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 116, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 132. Em seguida, foi efetivada a intimação editalícia (fls. 128), sem qualquer manifestação por parte da autora. Ademais, devo assinalar que a lide contou com a devida intervenção da Promotoria de Justiça, a exemplo do pronunciamento da folha 124, bem como que pende diligência não cumprida pela parte autora e que tal circunstância impede o seu prosseguimento. Ou seja, o processo está paralisado por tempo superior a 30 (trinta) dias, por inércia da parte requerente, que não promoveu os atos necessários ao seu regular andamento. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: JOSÉ AMUD EUFRÁSIO (OAB 7425/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0612478-73.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - AUTORA: - - REQUERENTE: M.S.A.S. - REQUERIDO: J.S.L.S. - Vistos, Trata-se de uma Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável, juntamente com pedido de Partilha de Bens, Guarda e Alimentos, que foi formulada M. DO S. A. DE S. e seus dois filhos, em face de J. S. L. DOS S., ambos devidamente identificados e qualificados na vestibular, sendo que atualmente o único menor é o adolescente J. A. A. DOS S., que têm 14 anos de idade. Aconteceu que, durante a presente audiência de conciliação, as partes resolveram por fim ao litígio, formulando o acordo supra. O Ministério Público emitiu parecer na própria audiência, afora o pedido de vista sobre o item 3, opinando pela homologação do acordo. É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, assinalo que as partes, mediante concessões mútuas, lograram resolver os conflitos que ensejaram a propositura da ação, que os dois têm legitimidade para o pedido conjunto de homologação judicial da conciliação devidamente formalizada e, ainda, que assiste inteira razão ao Ministério Público, em sua explanação acima consignada, especialmente porque restaram mesmo preservados os interesses de todos os envolvidos, em especial os do menor J. A. A. DOS S. Com efeito, "havendo transação, a atividade do juiz estará cingida à esfera mínima da verificação da existência dos requisitos formais ficando, após essa etapa, vinculado", uma vez que, conforme ensinamento de Humberto Theodoro Júnior, "transação é o negócio jurídico bilateral realizado entre as partes para prevenir ou terminar litígio mediante concessões mútuas (Código Civil 2002, art. 840), ou seja, estamos falando sobre o reconhecimento do pedido, numa forma de autocomposição da lide, que dispensa o pronunciamento judicial sobre o mérito da causa. Em face do exposto, na forma do art 487, III, "b" do CPC, cumpridas as formalidades legais HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a TRANSAÇÃO REDUZIDA NESTE TERMO; DECLARO QUE OS ACORDANTES VIVERAM EM UNIÃO ESTÁVEL AO LONGO DE 14 ANOS, entre meados de 2000 e julho de 2014, ocasião de sua dissolução; DECRETO A GUARDA UNILATERAL DO MENOR EM APREÇO, para sua mãe M. DO S. A. DE S., o qual continuará morando na casa citada no inicio do processo e junto com sua irmã de 18 anos de idade, chamada M. A. DOS S., e que vai representar o adolescente no ato especifico da próxima sexta-feira dia 27/09/2019; CONCEDO vista dos autos ao Ministério Público, somente no que diz respeito ao mencionado item 3; e, por ultimo, JULGO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas, nos termos do que dispõe o artigo 98 do NCPC, ficando dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência, cientes os presentes, em audiência; DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Oportunamente, após expedição dos atos necessários, inclusive ofício ao órgão empregador, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de praxe.

ADV: LADSON PEREIRA DA SILVA (OAB 11039/AM), ADV: DIEGO CASTRO AMARAL (OAB 11339/AM), ADV: MAYRA REJANE MOREIRA MENDONÇA (OAB 12108/AM), ADV: DEYSE RAMAIANE SANTOS DE SOUZA (OAB 12601/AM) - Processo 0613289-67.2017.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raiabe Gomes de Oliveira - REQUERIDO: Guterlan dos Santos Costa - FACULTO à parte requerente (R. G. de O.), para emendar o requerimento de fls. 100-101, para o fim de esclarecer a este juízo que ponto do acordo homologado não está sendo cumprido pela parte adversa. CONSIGNO que o cumprimento de sentença é a etapa daquilo que foi posto e homologado pelo juízo, sendo o descumprimento do devedor pressuposto fundamental para o seu processamento.

ADV: ALEXANDRA SÁ SIMOES (OAB 12970/AM), ADV: ANDRELINO NOGUEIRA RABELO (OAB 13032/AM) - Processo 0613422-41.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: H.A.L. - REQUERIDO: J.D.F. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: NILCILENE PEREIRA CAVALCANTE (OAB 9834/AM) - Processo 0614071-11.2016.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: S.A.A. - Vistos, Cuidam os autos acerca da Partilha de Bens posterior ao Divórcio em Ação de Arrolamento Comum, que foi formalizada por S. A. de A., em face de L. A. M. G., ambos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. No curso do processo, a parte autora foi intimada para emendar a inicial (fls. 90 e 91), e após, para manifestar interesse no prosseguimento feito (fl. 94), não havendo manifestação em ambos casos, como se pode verificar nas certidões de (fls. 39 e 104). EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Trata-se de ação de ação de Partilha de Bens em que pende diligência não cumprida pela parte autora. O processo está paralisado por tempo superior a 30 (trinta) dias, por inércia da parte requerente, que não promoveu os atos necessários ao seu regular andamento. Intimada por seu procurador e também pessoalmente para dar prosseguimento, na forma do que prescreve o art. 485, III e § 1º do CPC, a parte autora deixou transcorrer o prazo que lhe foi assinado sem qualquer manifestação, de modo que a extinção é medida que se impõe. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM) - Processo 0614420-43.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Carlos Alberto Nobre de Carvalho - 1. DEFIRO o pedido de dilação de prazo de fls. 72/73. Prazo: 30 (trinta) dias. 2. Transcorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE a respeito da juntada do Laudo Médico atualizado. 3. Após, VOLTEM - ME os autos concluso. Int.CUMPRA-SE.

ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: ANA MARIA ALBUQUERQUE DE BARROS (OAB 12277/AM), ADV: RODOLFO MIRANDA DA SILVA (OAB 15702/AL), ADV: SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA (OAB 9124/AM), ADV: POLLIANA RODRIGUES DA SILVA (OAB 9476/AM) - Processo 0615246-40.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: IVINA FERREIRA SOARES ALBUQUERQUE - REQUERIDO: A.R.A.S. - EM TEMPO: Consigno que as custas "pro rata" indicada às fls. 458, fica com a exigibilidade suspensa, nos termos da legislação vigente, ante ao deferimento do benefício da justiça gratuita. PROCEDA-SE a baixa e o efetivo arquivamentos dos autos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: GIOVANNA FREIRE VIEIRALVES (OAB 12662/AM), ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM), ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM) - Processo 0615374-89.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.P. - REQUERIDA: N.D.F. - Vistos, 1.Nestes Embargos de Declaração, com pedido de efeitos infringentes, que foram manejados por G. P., em face de n. D. F., conforme ressaltado e demonstrado pelo juízo ao longo da lide, nota-se que na decisão combatida (fls. 115/117) não incide nenhum dos vícios descritos no artigo 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil. 2.Nesse diapasão, deixo consignado que, na verdade, o recurso em apreço não é o remédio processual cabível para se rediscutir matéria já decidida, ou seja, não podemos tratar/analisar questão apreciada e julgada em fase anterior, exceto na efetiva ocorrência de contradição, omissão ou obscuridade dentro da própria decisão guerreada. 3.Ante o exposto, AO TEMPO EM QUE MANTENHO INTACTA A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA EM APREÇO, POR SEU PRÓPRIO EMBASAMENTO (com exceção da palavra "LIMINAR", a qual FICA SUBSTITUÍDA, a partir de certidão da Secretaria, pela expressão "DEFIRO O PLEITO DA LETRA "b)" DE FLS. 29); REJEITO na íntegra a pretensão de fls. 121/129. 4.Finalmente, resolvido o suposto erro material E DIANTE DA DEFESA apresentada pela requerida N. D. F., DETERMINO a intimação do requerente, através de suas advogadas, para a possível réplica e, após, ABRA-SE VISTA - OBRIGATÓRIA - AO MINISTÉRIO PÚBLICO, devendo a Sra. Diretora diligenciar a respeito. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que o caso requer.

ADV: HELDER SABELI MATOS (OAB 13869/AM) - Processo 0615631-80.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: T.C.A. - Ante o exposto, firme na fundamentação supra, bem como pelos elementos de provas trazidos ao processo e na forma de artigos especificos do Código Civil Brasileiro; DECLARO A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DESTE JUÍZO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA, determinando a remessa dos autos a uma das Varas de Família da Comarca de Vista Alegre do Abunã/RO, que é competente para a efetiva instrução e o julgamento do processo, uma vez que é onde mora a criança sob foco e a demandada, com as nossas homenagens. Isento de custas nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98, §§ 2º e 3º do NCPC. P.R.I.Cumpra-se, com a urgência que o caso requer. Ciência as partes, seus advogados e o Ministério Público.

ADV: DIÊGO RIBEIRO GOMES (OAB 10614/AM), ADV: JOÃO DARCH CLEBISS (OAB 10877/AM) - Processo 0616674-86.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.C.S. - 5. Ante o exposto, pelos elementos de prova acostados e por tudo mais que consta nos autos, DEFIRO PARCIALMENTE o aludido pleito de antecipação de tutela, para o fim de EXONERAR O REQUERENTE DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR constituída em favor de sua filha, G. K. C. S., ora segunda suplicada; e, por consequência, REDUZIR A PENSÃO ALIMENTÍCIA SOB FOCO, anteriormente arbitrado para as duas filhas no valor de R$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais), para o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), em benefício de sua filha mais nova, chamada K. D. C. S., ora primeira requerida, mediante depósito em conta, conforme fls. 14. 6. Pelo prosseguimento, PAUTA-SE nova data para audiência de conciliação e julgamento. 7. CITE-SE e INTIME-SE o(a) ré(u), nos moldes do anterior às fls. 46, para que compareça na audiência de conciliação acompanhado(a) de advogado e, caso as partes não conciliem, o prazo para contestar começara a correr da data da audiência. 8. INTIME-SE a parte autora e seu patrono, via DJE. Int. CUMPRA-SE.

ADV: RUBEM FONSECA FLEXA (OAB 43944/SC), ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM) - Processo 0616736-34.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: L.C.F. - 1. Não sendo o caso de nenhuma das providências preliminares previstas no artigo 347 do Novo Código de Processo Civil, DETERMINO o prosseguimento do feito, iniciando-se a fase de produção de provas. 2. DEFIRO a produção de prova oral, testemunhal, documental e pericial. 3. PAUTE-SE data para audiência de instrução e julgamento, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 4. INTIMEM-SE as partes, por seus patronos de que a intimação das testemunhas deverá ocorrer na forma prevista no art. 455, § 1º da Nova Lei de Ritos. 5. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 6. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC, se for o caso de intervenção obrigatória. Intimem-se e CUMPRA-SE.

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0616749-91.2019.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: M.A.S. - REQUERIDO: A.F.J. - Isto posto, nos termos do artigo 487, III, "b" do Novo Código de Processo Civil e da legislação da matéria, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO DE FLS. 52/53, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos; E, JULGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força do art. 98, caput ,do CPC c/c a Lei nº 1.060/60. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, EXPEÇA-SE o respectivo termo de guarda compartilhada, seguindo-se da baixa e arquivamento.

ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM), ADV: CECÍLIA AROUCHA JIMENES (OAB 10261/AM), ADV: ALEX SANDER DE ALMEIDA ALBQUERQUE (OAB 8971/AM) - Processo 0617272-06.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0617076-36.2019.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.P.B. - REQUERIDO: A.S.M. - Compulsando os presentes autos, verifico a hipótese de continência prevista no artigo 56 do CPC. DETERMINO a reunião/apensamento desta ação a de nº 0617076-36.2019.8.04.0001, para que sejam decididas simultaneamente. Outrossim, PAUTE-SE audiência de Conciliação com as partes. INTIMEM-SE as partes, seus patronos e o Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALEX SANDER DE ALMEIDA ALBQUERQUE (OAB 8971/AM), ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM), ADV: CECÍLIA AROUCHA JIMENES (OAB 10261/AM) - Processo 0617272-06.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0617076-36.2019.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.P.B. - REQUERIDO: A.S.M. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 04/11/2019 às 10:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria

Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS. INFORMO QUE SERÃO RESOLVIDO OS DOIS PROCESSOS SE, ASSIM, AS PARTES CONCORDAREM.

ADV: CLAUDIA SANTOS PINTO (OAB 13193/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO LIMA PESSOA (OAB 1897/AM), ADV: NATASHA RODRIGUES QUEIROZ (OAB 13200/AM), ADV: BRUNO BUSSON DA SILVA (OAB 14301/AM) - Processo 0617619-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Maternidade - REQUERENTE: Jamine Grécia Soares - REQUERIDA: Ralime Grécia da Silva e outro - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 30/03/2020 às 09:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: EDYRANNE NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 11157/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM) - Processo 0617885-94.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: C.S.P. - Trata-se de AÇÃO GUARDA c/c ALIMENTOS que se processa entre os pais da criança C de S. P., fundada na alegação de que os pais não vivem mais juntos; que desde a separação do casal o menor está sob os cuidados de sua genitora. Destaque-se, que o fato de a parte requerida não ter impugnado a pretensão autoral e também manifestado interesse na obtenção da guarda para si, ainda que sob a forma compartilhada, autoriza a concessão da guarda unilateral, considerando as necessidades da filha e seus superiores interesses. Até porque, a implementação da guarda compartilhada exige que os pais mantenham a unidade parental, num ambiente de efetiva comunhão de esforços e interesses, também de compreensão e amor (pela filha). Permite-se, é certo, a participação diferenciada de cada um dos pais, mas sem perder de vista que tudo deve convergir para o melhor interesse da filha, como pessoa humana que é, única e singular, objetivando, em primeiro e último plano, assegurar sua devida proteção e bem estar. Não sendo assim, não se vê como possam os pais partilhar de algo tão caro e delicado como a tarefa de educar e criar filhos, preparando-os para a vida e a cidadania. Assim, tem-se que a guarda unilateral pleiteada atende ao melhor interesse de C de S. P., uma criança de 03 (três) anos de idade, amparada, ainda, no disposto no art. 1.634, II, do Código Civil, eis que a requerente é mãe da criança e, com isso, está regularmente investida do poder familiar (CC, art. 1.630). Com efeito, a guarda da mãe é da natureza do poder familiar e diz respeito justamente à prerrogativa legal de ter os filhos em seu poder, em ter-lhe a posse oponível a terceiros, e vinculada aos deveres de prestar-lhes assistência material, moral e educacional, prescindindo, pois, a hipótese em exame de maiores argumentações. Deixo de regulamentar as visitas, na medida em que não há informações a respeito da rotina e horários do menor, que devem ser compatibilizados com os interesses da criança, tudo sem prejuízo de que sejam feitas mediante prévia combinação e a critério da parte guardiã (Código Civil, 1.589). DOS ALIMENTOS A relação de parentesco entre as partes está comprovada na certidão de fls. 14, que também comprova que a alimentada (C de S. P.) é absolutamente incapaz, posto que nasceu em 10/10/2015. Assim, tem-se a existência de vínculo de poder familiar (CC, 1.630) e, com isso, a obrigação alimentar da parte requerida, ínsita ao dever de criar, imputado aos pais pela norma do art. 229 da Constituição Federal, também pelo art. 1.634, inc. I, do Código Civil. Com efeito, o dever de criar é da essência do poder familiar e função precípua dos pais. Expresso, inicialmente no ato de dar existência ao filho, concebendo-o, complementa-se com a consequente criação da prole, que implica a obrigação de garantir o bem-estar físico do filho, na qual se incluem o sustento alimentar, o cuidado com a saúde e o que mais necessário for ao seu desenvolvimento. Quanto ao valor dos alimentos, necessário, no caso, considerar a capacidade financeira dos pais, também as necessidades da parte alimentada. Do requerido, sabe-se que é Militar do Exército Brasileiro, na patente de Capitão, com vencimento brutos na ordem de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), sem outros filhos e/ou dependentes, conforme depoimento prestado perante este juiz, à fls. 135. Já a mãe da parte alimentada, é arquiteta e possui uma empresa de representação comercial, com rendimentos variáveis em torno de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 2.000,00 (dois mil reais). Presume-se, então, condição financeira inferior a do suplicado, inclusive diante do fato de a filha, que está sob sua guarda, litigar sob os benefícios da assistência judiciária gratuita. No que tange às necessidades da parte autora, criança com 03 (três) anos e 08 (oito) meses de idade, é de se presumir, sejam as normais de pessoas em sua faixa etária, por não haver evidências outras que levem a concluir que tenha uma necessidade especial ou qualificada de alimentos. Assim, e considerando todos estes fatores, tem-se que a pensão deve ser fixada no montante definitivo de 20% (vinte por cento) dos seus vencimentos brutos, como bem asseverou o representante do Ministério Público; valor que se afigura mais adequado e condizente ao que se verificou acerca da capacidade financeira do requerido e das necessidades da parte alimentada. Os alimentos devem ser descontados em folha de pagamento, deduzindo-se da base de cálculo apenas as parcelas descontadas compulsoriamente (a exemplo do imposto de renda e da contribuição previdenciária), a serem repassados à parte alimentada, mediante depósito em conta bancária da sua genitora, Sra. I. D. de S. DO DISPOSITIVO Ante todo o exposto, JULGO parcialmente PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de CONCEDER A GUARDA UNILATERAL DA CRIANÇA C de S. P. à AUTORA, o que faço com fundamento no que dispõe o art. 1.630 e art. 1.634, II, ambos do Código Civil e CONDENAR o requerido C de O. P. ao pagamento de pensão alimentícia, em 20% (vinte por cento) dos seus rendimentos brutos, em benefício da sua única filha (C de S. P.); ficando asim resolvido o mérito do processo (CPC, art. 487, I). P.R.I.Cumpra-se, devendo a Secretaria providenciar o necessário. Sem custas e honorários por força do resultado do julgamento. DÊ-SE ciência ao Ministério Público. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SUZANE SOUZA RODRIGUES DA SILVA (OAB 12822/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0618442-13.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Gisseli da Silva Dias - REQUERIDO: Moisés Barbosa da Silva - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 24/03/2020 às 09:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM) - Processo 0618679-86.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: J.O.S. - 1. ATENDA-SE a manifestação ministerial. 2.INTIME-SE a exequente para que apresente a planilha atualizada do débito, no prazo de 05 (cinco) dias. 3.PROCEDA-SE a citação editalícia com prazo de 20 (vinte) dias, de J. C. de S., nos termos do art. 335 do Novo Código de Processo Civil. 4. PUBLIQUE-SE o edital no DJE e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, certificando-se nos autos, conforme disposto no inciso II do art. 257 do NCPC Int. CUMPRA-SE.

ADV: ANDERSON EVANGELISTA DA SILVA COSTA (OAB 13142/AM), ADV: EDIVÂNIA SOBRINHO LEOCÁDIO DE SOUZA (OAB 13695/AM) - Processo 0618925-43.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Francisco das Chagas Crisóstomo da Silva - 1. ATENDA-SE ao requerimento ministerial retro. 2. Na forma do art. 752, § 2º, do CPC, nomeio curador especial para Maria José Coelho da Silva, a Defensora Pública, Dra. Beatriz Cunha e Silva. 3. INTIME-SE-A pessoalmente, via portal e-SAJ, para oferecer defesa, no prazo da lei, com as cautelas de praxe. 4. Do resultado, INTIME-SE a parte autora para manifestação, inclusive para a juntada de exame de saúde da pessoa interditada e que respondam aos quesitos dos incisos I a IV, do § 1.º , do artigo 2.º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15); bem como para o que mais entender necessário (prazo de 15 dias) 5. Após, façam-se com VISTA ao Ministério Público se for caso de intervenção obrigatória (CPC, 178, II). Int. CUMPRA-SE.

ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM) - Processo 0619710-10.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: ROSINEIDE MAGALHAES PANTOJA - 1. PAUTE-SE audiência de Conciliação com as partes. 2. INTIMEM-SE as partes, seus patronos e o Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM), ADV: CARLOS JAVIER TUNJA QUINONEZ (OAB 11801/AM), ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM), ADV: VERA LICE DE OLIVEIRA TRINDADE (OAB 8989/AM) - Processo 0621685-33.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: O.C.C. - REQUERIDA: S.R.M.C. - CERTIDÃO REGISTRO DE SENTENÇA Processo n.°0621685-33.2017.8.04.0001 Classe: Divórcio Litigioso/PROC : Olímpio Conceição Collyer : Sonia Regina Monteiro Collyer Certifico para os devidos fins, de Registro que foi prolatada a sentença às fls. 80/81, pelo Magistrado Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, juiz da 6ª Vara de Família e Sucessões, onde o Magistrado decidiu da seguinte forma: ACOLHO EM PARTE A PRETENSÃO AUTORAL; (9.2.) DECRETO O DIVÓRCIO DOS LITIGANTES, sendo que a cônjuge virago continuará usando seu nome de casada; E, portanto, (9.3.) JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO - PARCIAL - DE MÉRITO, o que faço com fundamento no artigo 226, parágrafo 6º, da Constituição Federal, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Da sentença do primeiro grau, foi impetrado Recurso de Apelação às fls. 84-87 por parte da Requerida/Apelante, tendo o Requerente/Apelado juntado contrarrazões às fls. 91-94, onde no segundo grau o referido Recurso não foi conhecido. No acórdão proferido no 2º grau, a sentença de primeiro grau foi mantida integralmente, pelos seus próprios fundamentos. É o que me cumpre certificar. Manaus, 26 de setembro de 2019

ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM) - Processo 0621821-30.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: A.S.C.S.J. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. INTIME-SE a parte requerente, por meio de seus advogados e pessoalmente, para as providências que julgar pertinentes, assim como para informar se persiste interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: REBECA VITÓRIA BRUNO MACHADO (OAB 12257/AM) - Processo 0622002-65.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: A.C.S.M.N. e outros - AO TEMPO EM QUE consigno que a presente ação já está sentenciada às fls. 376/379, CHAMO O PROCESSO À ORDEM, PARA TORNAR SEM EFEITO AS FLS. 383/386, devendo a Sra. Diretora de Secretaria CANCELAR a audiência pautada para o dia 23/03/2020 às 09:00h. Outrossim, PROVIDENCIE-SE a devida devolução e cancelamento dos mandados de intimação de fls. 385/386. DILIGENCIE-SE E CUMPRA-SE, com a urgência que o caso requer.

ADV: LUIZ RICARDO ALVES DA SILVA (OAB 7048/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0622005-15.2019.8.04.0001 - Interdição - Liminar - REQUERENTE: A.D.C.P.F. - 1. ATENDA-SE ao requerimento ministerial retro. 2. Na forma do art. 752, § 2º, do CPC, nomeio curador especial para Valnelson Oliveira Moraes, a Defensora Pública, Dra. Beatriz Cunha e Silva. 3. INTIME-SE-A pessoalmente, via portal e-SAJ, para oferecer defesa, no prazo da lei, com as cautelas de praxe. 4. Do resultado, INTIME-SE a parte autora para manifestação, inclusive para a juntada de exame de saúde da pessoa interditada e que respondam aos quesitos dos incisos I a IV, do § 1.º , do artigo 2.º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15); bem como para o que mais entender necessário (prazo de 15 dias) 5. Após, façam-se com VISTA ao Ministério Público se for caso de intervenção obrigatória (CPC, 178, II). Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 7906/AM), ADV: HERMES MAFRA OTTO (OAB 10542/AM), ADV: NATÁLIA DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 9289/AM) - Processo 0623083-44.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.P.E. - Vistos, 1. Tendo em vista o requerimento de tutela antecipada, feito pelo autor R. P. E., nos autos da Ação de Revisão de Alimentos, que ingressou contra o menor L. F. R. P., representado por sua genitor, Sra. S. N. R., e as provas documentais que acompanham a exordial, assim como em perfeita consonância com a manifestação ministerial de fls. 49/50, a qual ACOLHO na íntegra, por sua própria fundamentação, ou seja, existindo prova inequívoca e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ao menor sob foco e convencido da verossimilhança das alegações, nos termos do artigo 300, "caput" do Estatuto Processual Civil, CONCEDO a antecipação de tutela especificada no item "b)" de fls. 06, revisando-se provisoriamente a pensão alimentícia para o valor equivalente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. 2. Outrossim, em atenção ao referido parecer de fls. 49-50, PAUTE-SE data para Audiência de Mediação e Conciliação. 3. CITE-SE a parte requerida e INTIME-SE a parte autora a fim de que compareçam na audiência designada, acompanhados de seus procuradores e de suas testemunhas, importando a ausência da parte requerida em confissão e revelia, e a da parte autora em arquivamento do pedido (Lei 5.478/68, art. 7º). 4. Conste do mandado de citação que se não for feito acordo, a defesa deverá ser oferecida na própria audiência, seguindo-se a instrução, tudo na forma do disposto nos arts. 9º e 10 da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68). 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que o caso requer.

ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM) - Processo 0623194-67.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: I.S.D.R.S.F.P.I.D.M.O. - REQUERIDO: C.S.M. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 12/11/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDO.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0623303-42.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição Temporária de Direitos - REQUERENTE: Maria Sebastiana da Silva Elias - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE INTERDIÇÃO CUMULADA COM TUTELA DE URGÊNCIA, a qual foi formulada por M. S. DA S. E., em face de D. A. DA S., onde ambos os pólos encontram-se identificados e qualificados desde o princípio. Ocorreu que, após determinadas deliberações judiciais e antes da efetiva citação da requerida, a parte autora achou por bem em ingressar com a petição de fls. 42. EM SUMA, É O RELATÓRIO. DECIDO. Pois bem, observa-se que a parte autora, por ocasião da juntada da mencionada peça de fls. 42, realmente, antes de qualquer outra providência no que tange ao polo passivo, requer a desistência do feito. Quanto ao requerimento supra, haja vista o que disciplinam o inciso VIII e o parágrafo 4º do artigo 485 do Código de Processo Civil, desde que não tenha decorrido o prazo para resposta e, destarte, sem o consentimento do réu, é plenamente plausível tal desistência. Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO e JULGO EXTINTO o PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Outrossim, DÊ-SE ciência desta decisão ao Ministério Público. Sem custas, por força da Lei nº 1.060/50. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO PIRES COSTA (OAB 10798/AM), ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM) - Processo 0623926-09.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: F.F.S. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO PIRES COSTA (OAB 10798/AM) - Processo 0625034-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.L.M. - : E. E. M. da S. (MENOR) - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 26/03/2020 às 09:30h. Ficam desde já os patronos intimados

para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDO.

ADV: CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA CUNHA (OAB 12251/AM), ADV: AUGUSTO CÉZAR NUNES BASTOS (OAB 10743/AM) - Processo 0626509-64.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: J.M.C. - ASSISTIDO: M.M.G.M. - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva intimação da parte executada na forma e local ali indicados. Oportunamente, voltem conclusos. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0626777-89.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.H.A. - REQUERIDA: A.Z.R.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 25/03/2020 às 09:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: HORLANDO HALIX RIBEIRO DE BRITO (OAB 5102/AM) - Processo 0627928-95.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: T.C.V.D.S. - EXECUTADO: H.C.M.C. - ATENDA-SE o requerimento retro. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono(a), para manifestação que entender necessária. Int. CUMPRA-SE.

ADV: SILVANA GRIJÓ GURGEL COSTA RÊGO (OAB 6767/AM), ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0629233-46.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.C.B. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Justificação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 16/12/2019 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. ATT. PATRONO, FAVOR TRAZER REQUERENTE E TESTEMUNHAS.

ADV: HENRIQUE FRANÇA SILVA (OAB 7307/AM) - Processo 0630105-90.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: G.P.N. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. INTIME-SE o os herdeiros da executada, na forma e local indicado às fls. 41, para manifestação pertinente. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM) - Processo 0630406-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: A.M.F. - REQUERIDA: F.B.S. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 08/11/2019 às 14:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. CITAR/INTIMAR REQUERIDA.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0630775-94.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.P.S. - REQUERIDA: T.B.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Oitiva de Reclamante para o processo em epígrafe, a ser realizada em 11/11/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDA.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0630818-31.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: João José da Silva Costa - REITERO o despacho de fls. 25, o qual determina a intimação do requerente para emendar a inicial na forma sugerida pelo representante ministerial, uma vez que não fora apresentada cópia legível e todos os documentos necessários, a fim de que sejam cumpridos os requisitos necessários para propositura da ação, no prazo de 10 (dez) dias, nos moldes do art. 321, paragrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da petição inicial. Cumpra-se.

ADV: DIEGO CASTRO AMARAL (OAB 11339/AM), ADV: LADSON PEREIRA DA SILVA (OAB 11039/AM) - Processo 0631322-37.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.E.G.R. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 06 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 03 ou 31/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: MÁRIO BEZERRA FEITOZA (OAB 10036/PA), ADV: MARIA LUCIELZA OLIVEIRA FACCO (OAB 8301/AM) - Processo 0631734-41.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: V.M.O.B. - ALIMENTANT: Waldelir Ferreira Batista - INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ANNY CAROLLINY MOREIRA CAVALCANTE DE ARAÚJO (OAB 8647/AM), ADV: EUFROZINO GOMES DE ARAÚJO OLIVEIRA NETO (OAB 7319/AM) - Processo 0631788-36.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: ANABELLE LIMA FREIRE - REQUERIDO: Rodrigo Santos Azevedo - Vistos, Nestes Embargos de Declaração, que foram manejados por R. S. A., em face de R. F. A., representado por sua genitora, Sra. A. L. F., assevera o embargante que houve uma falha material por parte do serventuário público, às fls. 303 e 308, visto que as deliberações judiciais de fls. 302 e seguintes (incluída a respectiva sentença de fls. 310/314), não foram publicadas corretamente em nome de sua nova patrona, constituída às fls. 290. Sustenta que, por esse equívoco, houve cerceamento de defesa, eis que não houve - regular - intimação para apresentar suas Alegações Finais. A parte requerente, às fls. 325/326, juntou impugnação aos embargos de declaração. Finalmente, consigno que houve intervenção do Ministério Público, inclusive por meio do r. parecer retro. RELATEI O ESSENCIAL. PASSO A DECIDIR. 1. Desde logo, cumpre assinalar que, segundo prescreve a legislação processual civil, em especial o artigo 1.022, são cabíveis os aclaratórios quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou

contradição (inciso I), bem como quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal (inciso II), ou mesmo, quando houver erro material para corrigir. 2. Portanto, levando-se em consideração, apenas, o texto legal, somente será possível o manejo desse tipo de recurso na eventual e efetiva ocorrência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material dentro do ato decisório atacado. 3. Denota-se, portanto, que na sentença combatida (fls. 310/314) não incide nenhum dos vícios descritos nos incisos I, II e III do artigo 1.022, do Código de Processo Civil. 4. Nesse diapasão, deixo consignado que, realmente, o recurso em apreço não é o remédio processual cabível para se rediscutir matéria já decidida, ou seja, não podemos tratar/analisar questão apreciada e julgada em fase anterior, exceto na efetiva ocorrência de contradição, omissão, obscuridade ou erro material dentro da própria decisão guerreada. 5. De toda maneira, em análise desse específico aspecto, isto é, quanto a um eventual/possível cerceamento de defesa aduzido pela patrona do embargante, verifico que razão não assiste ao embargante, visto que o substabelecimento eletrônico acostado aos autos às fls. 290, de modo claro e preciso, apontou que se tratava de um substabelecimento entre o titular da inscrição OAB/AM 8.525" para a advogada portadora da carteira número 8.647, também, da OAB/AM; permanecendo inalterados, portanto, os poderes inerentes ao patrono mencionado às fls. 38 e 71. 6. Nessa senda, não há que se falar em "cerceamento de defesa", pois o despacho de fls. 302, intimando as partes para apresentação de Alegações Finais, foi publicada em nome do referido patrono remanescente, justamente, conforme certidão de fls. 302. 7. No que tange à petição de fls. 304, vejo que que o profissional advogado com a inscrição 9.528" deixou, mais uma vez, de apresentar substabelecimento e/ou renúncia de poderes. 8. Ante o exposto, AO TEMPO EM QUE MANTENHO INTACTA A SENTENÇA DE FLS. 310/314, POR SEU PRÓPRIO EMBASAMENTO; REJEITO na íntegra a pretensão de fls. 318/321. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que o caso requer.

ADV: EDGAR PORTELA DA SILVA AGUIAR (OAB 9941/AM), ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0631977-77.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: S.C.R.S. - REQUERIDO: G.C.S. - CERTIFIQUE-SE acerca das alegações e pedidos das juntadas de fls. 163 e seguintes, e sobre o mais que for necessário. Após, INTIME-SE a parte contrária para o pronunciamento que lhe aprouver. Em seguida, ABRA-SE vista obrigatória ao Ministério Público. Int. CUMPRA-SE

ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0632351-25.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.L.G. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO, que foi proposta por C. L. G., em face de C. A. G., onde ambos estão devidamente identificados e qualificados desde o princípio. Acompanhando a inicial, vieram os documentos de fls. 05/17. Ocorreu que, durante a audiência de conciliação (fls. 25/27), os litigantes resolveram chegar num consenso acerca de todas as controvérsias da lide. De seu turno, o representante do Ministério Público declarou-se ser favorável a homologação do dito acordo. É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, compulsando o caderno processual, denota-se que assiste inteira razão ao Dr. Promotor de Justiça, em seu parecer final de fls. 36, uma vez que realmente foram atendidos todos os requisitos para o deferimento do dito pedido conjunto. Destarte, o acordo do ex-casal, formalizado nos termos do artigo 731 do Código de Processo Civil, evidencia que restaram suficientemente resguardados os interesses da família (Código Civil, art. 1.574, par. ún.), especialmente os dos menores, C. F. L. G. e F. L. G., no que pertine à guarda, alimentos e direito de visitas. Mesmo porque, a partir da regra do artigo 226, § 6º, da Constituição Federal, o divórcio é modo voluntário de extinção do casamento válido (CC, 1.571, § 1º), pelo que deve ser decretado diante da regular manifestação de vontade dos interessados, independentemente de qualquer outra formalidade. No mesmo sentido, trago à colação doutrina de Pablo Stolze Gagliano (2015), o qual conceitua o divórcio como "forma voluntária de extinção da relação conjugal, sem causa específica, decorrente de simples manifestação de vontade de um ou ambos os cônjuges, apta a permitir, por consequência, a constituição de novos vínculos matrimoniais". Isto posto, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes (fls. 25/27), com o qual concordou expressamente o Ministério Público, o que faço com amparo no artigo 487, inciso III, "b", do NCPC e nas demais normas da matéria; DECRETO O DIVÓRCIO DE C. L. G. e C. A. G., a qual voltará a usar seu nome de solteira (C. DE L. L.); E, assim, JULGO (EXTINTO) O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a secretaria diligenciar a respeito. P. R. I. Cumpra-se. Sem custas, por força da Lei nº 1.060/50. Finalmente, uma vez que os divorciandos dispensaram o prazo recursal específico ao divórcio, EXPEÇAM-SE o competente Mandado de Averbação, inclusive no que tange ao nome conjugal; e o Termo de Guarda Compartilhada em favor dos genitores. EXPEÇAM-SE, ainda, os competentes formais de partilha, observadas as regras do art. 659, § 2º e do art. 662, § 2º, ambos do CPC Procedidas as comunicações de estilo, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, baixando-se e arquivando-se em seguida.

ADV: ADALBERTO PEREIRA NOBRE FILHO (OAB 9140/AM), ADV: ELIMAR CUNHA E SILVA (OAB 2098/AM) - Processo 0632467-65.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.S.C. - Certifico para os devidos fins, que esta Secretaria ficou impossibilitada de proceder com a devida intimação da parte Requerente, uma vez que não consta o número da residência. É o que me cumpre certificar.

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0632549-62.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: M.A.M.A. e outro - 1. ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, PAUTANDO-SE audiência de ratificação com as partes. 2. INTIMEM-SE as partes, seus patronos e o Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOSÉ AMAURI SALES (OAB 9189/AM) - Processo 0632601-63.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.V.F. - INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: WAGNEY GUIMARÃES ROSAS (OAB 7908/AM), ADV: MARIA AURILENE GUIMARÃES ROSAS (OAB 8148/AM) - Processo 0634219-72.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: H.O.S. - Diante da petição de fls. 211, inclusive porque as avaliações deste processo estão previstos para começarem no próximo dia 27/09/2019, EXPEÇA-SE O COMPETENTE ALVARÁ JUDICIAL, referente ao depósito retro, em nome do perito nomeado pelo Juízo. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que o caso requer.

ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM) - Processo 0634500-91.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Requisitos - REQUERENTE: Maycon José da Silva - 1. INTIME-SE a parte autora para corrigir o valor da causa, em atenção ao que dispõe o art. 292 do CPC, bem como para juntar a sentença de homologação do acordo extrajudicial celebrado pelas partes perante a Defensoria Pública, que consta nos autos nº 0636386-62.2018.8.04.0001, perante a 8º Vara De Família, localizada no Fórum Cível Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos.

ADV: CHEINE ARAÚJO PEREIRA (OAB 10609/AM) - Processo 0634886-24.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.P.A. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. 2. INTIME-SE a parte requerida, pessoalmente, a fim de dar-lhe ciência da renúncia do mandato, noticiada por seu patrono às fls. 37. Bem como para constituir novo advogado no prazo de 15 (quinze) dias. 3. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM) - Processo 0635234-42.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.S.M.J. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 06 de novembro de 2019, às 14 horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 31/10/2019,

juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM), ADV: LUCIO EMILIO DA CRUZ COLARES (OAB 14184/SC) - Processo 0635551-74.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.S.N. - REQUERIDO: L.R.C.P. - Diante da juntada de fls.141-145 , INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CMG - CÉSAR, MENDES & GALLARDO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 9508/AM), ADV: FRANCISCO RODRIGUES EDEN DO NASCIMENTO (OAB 7487/AM) - Processo 0635575-10.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.P.S. - REQUERIDO: J.P.S. - Em razão do disposto na exordial, inclusive na audiência de fls. 106, bem como por tudo o mais que consta do processo, DECRETO a revelia do requerido J. P. DA S.; ao tempo em que NOMEIO a Dra. Beatriz Cunha e Silva como curadora especial do mesmo (CPC, art. 9º, II) e, por último, DEFIRO O PEDIDO RETRO, a ser cumprido via Carta Precatória, PARA DETERMINAR QUE OS CARTÓRIOS DE COARI TRAGAM AOS AUTOS INFORMAÇÕES, com as cópias necessárias, DE BENS NOS NOMES DOS LITIGANTES, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Oportunamente, venham novamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: DIVANILZA AMAZONAS DE MENEZES SILVA CHAVES (OAB 8771/AM), ADV: CAMILA DA COSTA ALMEIDA (OAB 8877/AM) - Processo 0636117-86.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.A.R.S. - REQUERIDA: D.C.F.S. - Diante da juntada de fls.40-43 ; ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: BRUNO SOUZA DA SILVA (OAB 8447/AM) - Processo 0636831-80.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Eliuma Pereira da Costa - 1. Diante da certidão retro, INTIME-SE a parte autora, por mandado judicial, para o fim de juntar nos autos certidão de óbito, no prazo de 05 (cinco) dias. 2. Após, com ou sem manifestação, RETORNEM-ME conclusos para deliberação final. Int. CUMPRA-SE.

ADV: IVANETE GUEDES DA SILVA (OAB 13830/AM) - Processo 0636980-42.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.G.S.M. - DESPACHO 1. Atenda-se a manifestação ministerial, de fls. 46. DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS 2. Considerando o documento juntado às fls. 14, ARBITRO alimentos provisórios em 50 % (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente incluídas as férias, o terço constitucional, também o 13º salário, deduzindo-se da base de cálculo apenas as parcelas descontadas compulsoriamente, a exemplo da contribuição previdenciária e do imposto de renda, o que faço considerando o que consta a respeito da situação da parte alimentante e da parte alimentada . 3. Os alimentos deverão ser descontados em folha de pagamento e repassados à parte alimentada, como de praxe. 4. OFICIE-SE ao empregador para que desconte a pensão em folha de pagamento, na forma do art. 529 e seus parágrafos, do CPC, sob pena de responder pelo crime de desobediência (§ 1º); também para que informe, em 20 dias, os ganhos auferidos pelo empregado nos últimos três meses, sob as penas do art. 22 da Lei de Alimentos. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO 5. REMETAM-SE ao CEJUSC - Família, para tentativa de conciliação prévia e, se necessário, implementação de práticas restaurativas com vistas à abordagem do conflito interpessoal subjacente da família.

ADV: IVANETE GUEDES DA SILVA (OAB 13830/AM) - Processo 0636980-42.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.G.S.M. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 06 de novembro de 2019, às 14 horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 31/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: JONILSON SILVA SOUZA (OAB 11366/AM) - Processo 0637881-10.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.L.M.D. - R.G.A. - ATENDA-SE o requerimento retro, CITE-SE para oferecer defesa, no prazo legal, na forma e local informado. Após, VOLTEM-ME os autos conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0638221-51.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: Anselmo Araujo Hernadez - 1.INTIME-SE a autora, através de seu advogado, para manifestar-se acerca do que dispõe o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 11.804/08, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Após, com ou sem manifestação, voltem-me concluso. CUMPRA-SE.

ADV: SINAMOR BEZERRA LOPES (OAB 5757/AM), ADV: CRISTIANE ANDRADE GIOIA (OAB 5775/AM), ADV: CRISTIANE YAMADA DA SILVA (OAB 3955/AM) - Processo 0638291-73.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.C.C.S. - Pelo exposto, com fundamento no artigo 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, ficando revogada, via de consequência, eventual medida de tutela de urgência. Sem custas e honorários, nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c o artigo 98, caput, também, da nossa Lei de Ritos. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. Publique-se, Registre-se, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Tudo providenciado, PROCEDA-SE a baixa e o oportuno arquivamento dos autos.

ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0638750-12.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: KAROLINE MENDONÇA DOS SANTOS - REQUERIDO: Luis Henrique da Silva Cardoso - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 31/03/2020 às 09:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERENTE E INTIMAR REQUERIDO VIA MANDADO JUDICIAL POR HORA CERTA.

ADV: KÁTIA ALMEIDA DA SILVA (OAB 8928/AM) - Processo 0638832-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Lucilene Lima Ferreira - 1.Vistos, 2.Trata-se de uma verdadeira AÇÃO DECLARATÓRIA (CONSENSUAL) DE RECONHECIMENTO (E DISSOLUÇÃO) DE UNIÃO ESTÁVEL “POST MORTEM”, que foi formulada pela Sra. L. L. F., em relação ao seu falecido companheiro, E. C. DOS S., e que contou com a plena (e lógica) concordância dos 03 (três) filhos em comum, chamados L. G. F. DOS S., E. D. F. DOS S. e E. D. F. DOS S., sendo que os dois primeiros tem 19 (dezenove) e quase 21 (vinte e um) anos de idade e outra, como única filha mulher, conta com mais de 23 (vinte e três) anos de idade, tudo segundo argumentos da vestibular, provas à ela anexadas e ato processual das folhas 71/73. 3.Outrossim, como a ação não envolve nenhum pessoa menor e/ou incapaz, evidenciou-

se desnecessária qualquer intervenção do Ministério Público. EM SUMA, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. 4.Analisando o caderno processual, cujos termos do acordo entabulado pela família F. DOS S. restaram melhor (e bem) especificados, quais sejam A EXISTÊNCIA DE UMA UNIÃO ESTÁVEL DE 21 (VINTE E UM) ANOS DE DURAÇÃO, entre os genitores dos 03 (três) jovens adultos acima citados, exatamente, ENTRE FEVEREIRO DE 1991 E O DIA 12/07/2012, quando aconteceu o falecimento do Sr. E. C. DOS S., e foi o momento da disssolução da relação em apreço; que foi reforçada, justamente, pelos nascimentos dos denominados "herdeiros necessários" e filhos em comum da suplicante e do "de cujus" e, ainda, pela declaração expressa de um deles, o L. G. F. DOS S., por ocasião DO ato processual de fls. 71/73. DISPOSITIVO DA SENTENÇA. 5.Ante o exposto, considerando que a Sra. L. L. F. - por intermédio de sua diligente advogada - logrou demonstrar que teve uma vida em comum com o "de cujus", como se casados fossem e com todos os requisitos legais, fundamentado no que prevê o artigo 487, inciso I, do CPC c/c as demais normas da matéria; (5.1.) ACOLHO NA ÍNTEGRA A PRETENSÃO AUTORAL; (5.2.) DECLARO QUE DONA L. L. F. E O FALECIDO CONVIVERAM EM UNIÃO ESTÁVEL AO LONGO DE 21 (VINTE E UM) ANOS (isto é, ENTRE FEVEREIRO DE 1991 E O DIA 12 DE JULHO DE 2012, ocasião de sua dissolução (pelo falecimento do companheiro da requerente), para que produza seus jurídicos e legais efeitos; (5.3.) E JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito e conforme seja necessário. 6.Sem custas, por força da Lei Federal nº 1.060/50. 7.P. R. I. Cumpra-se. 8.Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: DANYELA CHRISTINA ARAÚJO CÂMARA (OAB 14308/AM) - Processo 0639352-61.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Agatha Tavares Pinheiro Emidio - Douglas do Nascimento Emidio - 1. Após exame ao corpo processual, notadamente, quanto ao pedido de reconsideração formulado às fls. 47/49, bem como pela vasta documentação acostada aos autos (fls. 50/11), em clara demonstração da debilidade financeira dos suplicantes, DEFIRO os suscitados benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do art. 98, §1º do CPC. 2. INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: VANESSA MAYARA BRAZ NOVAES (OAB 8573/AM) - Processo 0639862-74.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.S.S. - DESPACHO 1. Benefícios da assistência judiciária gratuita previamente deferidos, conforme fl. 24. 2. Atenda-se a manifestação ministerial retro, de fl. 27. DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS 3. Considerando o documento juntado à fl. 15, ARBITRO alimentos provisórios em 01 (um) salário mínimo vigente, incluídas as férias, o terço constitucional, também o 13º salário, deduzindo-se da base de cálculo apenas as parcelas descontadas compulsoriamente, a exemplo da contribuição previdenciária e do imposto de renda, o que faço considerando o que consta a respeito da situação da parte alimentante e da parte alimentada . 4. Os alimentos deverão ser descontados em folha de pagamento e repassados à parte alimentada, como de praxe. 5. OFICIE-SE ao empregador para que desconte a pensão em folha de pagamento, na forma do art. 529 e seus parágrafos, do CPC, sob pena de responder pelo crime de desobediência (§ 1º); também para que informe, em 20 dias, os ganhos auferidos pelo empregado nos últimos três meses, sob as penas do art. 22 da Lei de Alimentos. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO 6. REMETAM-SE ao CEJUSC - Família, para tentativa de conciliação prévia e, se necessário, implementação de práticas restaurativas com vistas à abordagem do conflito interpessoal subjacente da família.

ADV: EDNARA OLIVEIRA BEZERRA (OAB 14714/AM) - Processo 0640103-48.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Uso - REQUERENTE: Maria Francilene de Azevedo - Desde logo, assinalo que, segundo AMARAL SANTOS, consideram-se indispensáveis tanto os documentos que a lei expressamente exige para que a demanda seja proposta, como também aqueles que se tornam indispensáveis porque o autor a eles se referiu na petição inicial, como fundamento do seu pedido ou pretensão. Assim sendo, INTIME-SE a parte autora para emendar a inicial, juntando aos autos documentos que comprove o rateio mencionado ás fls. 03, bem como qualquer outro documento necessário, nos termos do artigo 320 do Novo Código de Processo Civil e num prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ANA SARAH TELES MONTEIRO (OAB 10519/AM), ADV: GIDDSON FERREIRA TELES MONTEIRO (OAB 14326/AM) - Processo 0641069-11.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.S.M. - 1.ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. 2. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC. 3. CITE-SE o réu unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II).

ADV: ALFREDO GLUCK YOUNG (OAB 1838/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE DE SOUSA ARCANJO (OAB 15389/PI) - Processo 0641409-91.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXECUTADO: I.O.B. - CERTIFIQUE-SE a respeito do integral cumprimento do despacho de fls. 204, devendo a secretaria providenciar o que for necessário à sua efetivação, observando-se o disposto no art. 228, II, § 2º do NCPC. CUMPRA-SE, sem tardança.

ADV: CRISTIAN MENDES DA SILVA (OAB 4380/AM), ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM), ADV: EDSON DE MOURA PINTO FILHO (OAB 5609/AM) - Processo 0641735-46.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.B.A. e outro - REQUERIDO: C.E.L.M. - 1. ATENDA-SE a manifestação ministerial. 2 Tendo em vista a natureza do litígio, não incidem os efeitos da revelia (NCPC, 345, II), de modo que a parte deve comprovar o alegado. 3.DEFIRO a produção de prova documental, testemunhal e depoimento pessoal. 4. DESIGNE-SE data para audiência de instrução e julgamento, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 5. INTIMEM-SE as partes, por seus patronos de que a intimação das testemunhas deverá ocorrer na forma prevista no art. 455, § 1º da Nova Lei de Ritos. 6. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 7. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0641745-56.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.M.M. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 06/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0641767-22.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTANT: J.P.S.S. - o MM. Juiz de Direito passou a proferir a seguinte SENTENÇA: Vistos, Narram os autos sobre uma Ação de Alimentos formulada por M. R. DA S. E S., devidamente representada por sua genitora Srª K. D. B. em face de J. P. S. DA S., ambos devidamente identificados e qualificados na vestibular. Por ocasião da presente Audiência de Instrução e Julgamento , as partes resolveram pôr fim ao litígio, formulando o acordo supra, num total de 03 (três) itens, convencionando, inclusive quanto aos alimentos vencidos no curso processual, primando pelo melhor interesse da única filha advinda do relacionamento, havido entre os genitores. O Ministério Público emitiu parecer na própria audiência, opinando pela homologação do acordo, por entender que restaram preservados os interesses da menor, que teve o Direito aos Alimentos assegurados ao encargo do genitor. É O RELATÓRIO SUCINTO. PASSO A DECIDIR.

Desde logo, assinalo que as partes, mediante concessões mútuas, lograram êxito em resolver os conflitos que ensejaram a propositura da ação, que os dois têm legitimidade para o pedido conjunto de homologação judicial da conciliação devidamente formalizada e, ainda, que assiste inteira razão ao Ministério Público, em sua explanação acima consignada, especialmente porque restaram verdadeiramente preservados os interesses da infante, à luz dos Principios da Proteção Integral bem como da Prioridade Absoluta aos Direitos da Criança e do Adolescente. Com efeito, "havendo transação, a atividade do juiz estará cingida à esfera mínima da verificação da existência dos requisitos formais ficando, após essa etapa, vinculado", uma vez que, conforme ensinamento de Humberto Theodoro Júnior, "transação é o negócio jurídico bilateral realizado entre as partes para prevenir ou terminar litígio mediante concessões mútuas (Código Civil 2002, art. 840), ou seja, estamos falando sobre o reconhecimento do pedido, numa forma de autocomposição da lide, que dispensa o pronunciamento judicial sobre o mérito da causa. Em face do exposto, na forma do art 487, III, "b" do CPC, cumpridas as formalidades legais HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a TRANSAÇÃO REDUZIDA NESTE TERMO; ao tempo em JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas, nos termos do que dispõe o artigo 98 do NCPC, ficando dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência, cientes os presentes, ao ato; DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Oportunamente, após expedição dos atos necessários, qual seja, Oficio ao Empregador do Alimentante (vide itens 1,2), CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de praxe.

ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM) - Processo 0642325-86.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.V.J. - REQUERIDA: A.O.J. - I.S.J. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 08/11/2019 às 14:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. CITAR/INTIMAR REQUERIDA.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0642925-10.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Pauliane Cordeiro Moraes - Tendo em vista a vigência da Lei 13.105/15 (Novo Código de Processo Civil), onde a execução de alimentos com base em título judicial será sempre processada como cumprimento de sentença, ou seja, nos mesmos autos do processo de conhecimento (Processo Nº 0226424-61.2010.8.04.0001), sendo admitido tanto o procedimento da prisão, quanto o da expropriação de bens, conforme as seguintes regras: a)O credor pode optar pela execução pelo procedimento da expropriação de bens ou pelo procedimento da prisão (CPC, 528, § 8º); b)O procedimento da prisão somente é admissível para execução das parcelas atuais, ou seja, das três últimas em atraso, a partir do ajuizamento da execução, também das vincendas (CPC, 528, § 7º; Súmula 309 STJ); c)O procedimento da expropriação de bens é admissível para execução de todas as parcelas não pagas, sem restrição quando ao termo inicial, podendo incluir as três últimas, sempre a critério do credor (CPC, 528, § 8º); d)Optando por executar, concomitantemente, parcelas atuais que seguem o procedimento da prisão (três últimas em atraso, conforme a Súmula 309, do STJ) e parcelas pretéritas que seguem o da constrição patrimonial, o autor deverá fazer a cisão dos procedimentos. e)De qualquer forma, optando pelo procedimento da expropriação de bens em face de determinadas parcelas, essas mesmas parcelas não podem ser mais exigidas pelo procedimento da prisão; Assim, INTIME-SE a parte exequente para emendar a inicial e esclarecer a pretensão de processar cumprimento de sentença de alimentos em autos apartados, sem que conste que há cumprimento de sentença sendo processado nos principais (CPC, 531, § 2º). Prazo da emenda: 15 dias, pena de indeferimento (CPC, 513, caput c/c 801).

ADV: WANDERSON OLIVEIRA FREIRE ALBERTINO (OAB 12862/AM) - Processo 0643307-03.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.F.C. - DESPACHO: Sendo assim, INTIME-SE a parte requerente para emendar a inicial, para o fim de adaptar a peça vestibular às disposições atinentes ao procedimento comum, retificando o polo ativo da demanda, uma vez que a itimidade para pleitear a gulamentação de visitas é da genitora, não sendo a menor, conforme disposto nos arts. 327 e 693 e seguintes do Novo Código Civil. Prazo: 15 dias, sob pena de indeferimento (art. 321, do CPC).

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0643374-65.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: E.A.S. - INTIME-SE a parte autora para emendar a inicial, para o fim de atender o(s) requisito(s) previsto(s) no art. 320 do Novo Código de Processo Civil, devendo instruir a petição inicial com a decisão que constituiu a obrigação ao executado a pagar os alimentos.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0643428-31.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.A.F. - S.L.A.C. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE a requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: ERIKA CRISTHINE DE OLIVEIRA PEREIRA (OAB 8273/AM) - Processo 0643657-25.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.R.L. - REQUERIDA: C.N.M. - 1. Diante da petição de fls. 190 e 213, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para juntar aos autos Sentença Homologatória, referente ao acordo firmado perante o Juízo da 4ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias. 2. Outrossim, INTIME-SE a patrona da parte requerida, para manifestação pertinente no prazo de 05 (cinco) dias. 3. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: NÚBIA JEFRES MARTINS (OAB 5332/AM), ADV: MARILU JEFFRES MARTINS (OAB 10680/AM) - Processo 0643780-86.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: G.R.M.F. - REQUERIDA: M.C.G. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 08/11/2019 às 14:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. CITAR/INTIMAR REQUERIDO.

ADV: CRISTIAN DE SOUZA ARAUJO (OAB 6563/RO) - Processo 0643800-77.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: F.A.B.F. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM) - Processo 0643812-91.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.H.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 06 de novembro de 2019, às 14 horas, a ser realizada

no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 31/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: BÁRBARA MENEZES DE LIMA (OAB 14516/AM) - Processo 0644339-43.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.S.D. - ALIMENTAND: A.S.D. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita. 2.Ao tempo em que recebo a emenda de fls. 38/40, FIXO ALIMENTOS PROVISÓRIOS (em favor da menor A. DA S. D. e ao encargo do requerido) NO CASO CONCRETO NUM VALOR EQUIVALENTE A 65% (SESSENTA E CINCO POR CENTO) DO SALÁRIO MÍNIMO, aproximadamente, R$ 648,70 (seiscentos e quarenta e oito reais e setenta centavos), MEDIANTE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO, o que faço nos termos do artigo 4º da Lei Federal 5.478/68 e demais normas da matéria, bem como diante da falta de maiores elementos a respeito da capacidade financeira da parte alimentante e das necessidades do menor alimentando. 3.Destarte, assinalo que tal obrigação terá início no próximo dia 10/10/2019 e a cada dia 10 dos meses subsequentes, a ser paga na conta bancária que deverá ser aberta em nome da menor, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA DA ORDEM DE 10% SOBRE O VALOR DA PENSÃO, caso haja um atraso comprovado e superior a 48 (quarenta e oito) horas nesse pagamento. 4. ATENDA-SE o requerimento de item "i" de fls. 09, para o fim de oficiar a Instituição Bancária Oficial, para abertura de conta em nome da menor. 5. Conta aberta, OFICIE-SE o empregador, no endereço indicado às fls. 01. 6. PAUTE-SE data para audiência de conciliação e julgamento, com a citação do requerido e intimação da requerente, a fim de que compareçam em tal ato processual, acompanhados de seus patronos e de suas testemunhas, sendo que a ausência do réu importará em confissão e revelia, enquanto que a do polo ativo em arquivamento do pedido (Lei nº 5.478/68, art. 7o). 7.Deverá constar do Mandado de Citação que, se não for feito acordo, a defesa deverá ser oferecida na própria audiência, seguindo-se a instrução, tudo na forma do disposto nos artigos 9º e 10 da lei acima mencionada. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que a lide reclama.

ADV: THAIS SARAIVA LIMA (OAB 14701/AM) - Processo 0645205-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: W.A.M. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO LITIGIOSA DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL E PARTILHA DE BENS, a qual foi formulada pelo Sr. W. A. DE M., em face de R. M. DE A., onde ambos os pólos encontram-se identificados e qualificados desde o princípio. Acompanhando a inicial, vieram os documentos de fls. 10/21. Ocorreu que, após determinadas deliberações judiciais e antes da efetiva citação da requerida, a parte autora achou por bem em ingressar com a petição de fls. 25. É O RELATÓRIO. DECIDO. Pois bem, observa-se que a parte autora, por ocasião da juntada da mencionada peça de fls. 25, realmente, antes de qualquer outra providência no que tange ao polo passivo, requer a desistência do feito. Quanto ao requerimento supra, haja vista o que disciplinam o inciso VIII e o parágrafo 4º do artigo 267 do Código de Processo Civil, desde que não tenha decorrido o prazo para resposta e, destarte, sem o consentimento do réu, é plenamente plausível tal desistência. Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO e JULGO EXTINTO o PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Outrossim, DÊ-SE ciência desta decisão ao Ministério Público. Sem custas, por força da Lei nº 1.060/50. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0645245-33.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: Lindomar Pereira Lima - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, 1. Benefícios da Justiça Gratuita previamente deferido, nos termos do art. 98 do NCPC, conforme Despacho de fls. 37. 2. ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS 2. Outrossim, considerando os argumentos da vestibular e os documentos de fls. 34 e 35, fundamentado no artigo 4º da Lei nº 5.478/68 e demais dispositivos da espécie, FIXO alimentos provisórios num valor correspondente a 30% do salário mínimo, o que faço à míngua de maiores elementos de prova a respeito da capacidade financeira da parte alimentante e das necessidades da parte alimentada, que deverão ser pagos mediante recibo ou deposito em conta bancária, conforme requerido, a primeira parcela dez dias após a citação e as demais a cada 30 dias. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO 3. REMETAM-SE ao CEJUSC - Família, para tentativa de conciliação prévia e, se necessário, implementação de práticas restaurativas com vistas à abordagem do conflito interpessoal subjacente da família. DELIBERAÇÕES PROCEDIMENTAIS 4. Com a designação de data para o ato de conciliação por referido órgão, diligencie-se a citação da parte requerida e intimação da parte autora para comparecimento, constando expressamente dos expedientes o seguinte: 4.1) o não comparecimento da parte autora ensejará o arquivamento do pedido (Lei 5.478/68, art. 7º); 4.2) o não comparecimento da parte requerida, desde que devidamente citada com antecedência mínima de 10 dias, importará em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (Lei 5.478/68, art. 7º); 4.3) comparecendo ambas as partes e havendo conciliação, será tomada por termo, retornando os autos a este juízo para a respectiva homologação; 4.4) comparecendo ambas as partes mas frustrada a conciliação, o feito seguirá curso perante este juízo; 4.5) se a parte requerida não comparecer por não ter sido citada, deverá ser designada nova data de audiência, renovando-se as diligências. EXPEDIÇÃO DOS ATOS 5. Determino que a serventia, ao expedir os atos de citação/intimação para comparecimento ao CEJUSC- Família consigne em destaque que a audiência de conciliação não será realizada na sede do Juízo da 6ª Vara de Família, mas no Centro Judiciário de Solução Judicial de Conflitos das Varas de Família. 6. DÊ-SE ciência e INTIME-SE o Ministério Público, via portal e-SAJ. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0645367-17.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.B.L. - REQUERIDA: M.O.B. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 08/11/2019 às 14:30h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. INTIMAR PARTES, REQUERIDO VIA MANDADO POR HORA CERTA.

ADV: DIEGO BARBOSA DE MORAES (OAB 13224/AM) - Processo 0645962-45.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores - REQUERENTE: W.C.S. - INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para o fim de emendar a petição inicial, tendo em vista que o Diploma Processual civil prevê que, neste caso, a Ação de exigir Contas deve ser proposta pelo pai da menor em face da genitora e não da menor. E também, para junte aos autos o título judicial que determinou a obrigação alimentar, bem como a certidão de nascimento da menor mencionada na exordial. Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único do CPC)

ADV: KELLY CRISTINA TEODÓSIO DA SILVA (OAB 13192/AM), ADV: HENRIQUE CANTUÁRIO VIEIRA MENDES RIBEIRO (OAB 208003/RJ) - Processo 0646126-78.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE:

L.C.C.S. e outro - REQUERIDO: I.M.S. - INTIME-SE a parte requerida regularizar sua representação processual para fins de validade do acordo realizado em audiência, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: JARDEL BANDEIRA E SILVA (OAB 13424/AM) - Processo 0646192-87.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Raimunda dos Santos Silva - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE o(a) requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JULIO CEZAR RODRIGUES LIMA (OAB 8461/AM) - Processo 0646461-29.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO "DOUTOR THOMAS" - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE o(a) requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LUCICLÉA RAMOS DE CARVALHO (OAB 11269/AM) - Processo 0646480-35.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: L.R.B. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0646649-22.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: T.S.M. - Tendo em vista a vigência da Lei 13.105/15 (Novo Código de Processo Civil), onde a execução de alimentos com base em título judicial será sempre processada como cumprimento de sentença, ou seja, nos mesmos autos do processo de conhecimento, sendo admitido tanto o procedimento da prisão, quanto o da expropriação de bens, conforme as seguintes regras: a)O credor pode optar pela execução pelo procedimento da expropriação de bens ou pelo procedimento da prisão (CPC, 528, § 8º); b)O procedimento da prisão somente é admissível para execução das parcelas atuais, ou seja, das três últimas em atraso, a partir do ajuizamento da execução, também das vincendas (CPC, 528, § 7º; Súmula 309 STJ); c)O procedimento da expropriação de bens é admissível para execução de todas as parcelas não pagas, sem restrição quando ao termo inicial, podendo incluir as três últimas, sempre a critério do credor (CPC, 528, § 8º); d)Optando por executar, concomitantemente, parcelas atuais que seguem o procedimento da prisão (três últimas em atraso, conforme a Súmula 309, do STJ) e parcelas pretéritas que seguem o da constrição patrimonial, o autor deverá fazer a cisão dos procedimentos. e)De qualquer forma, optando pelo procedimento da expropriação de bens em face de determinadas parcelas, essas mesmas parcelas não podem ser mais exigidas pelo procedimento da prisão; Assim, INTIME-SE a parte exequente para emendar a inicial e esclarecer a pretensão de processar cumprimento de sentença de alimentos em autos apartados, sem que conste que há cumprimento de sentença sendo processado nos principais (CPC, 531, § 2º). Prazo da emenda: 15 dias, pena de indeferimento (CPC, 513, caput c/c 801).

ADV: ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO (OAB 10554/AM), ADV: MARCOS AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA (OAB 11940/AM), ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM) - Processo 0647288-40.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.M.M.L. - Intime-se a parte autora para corrigir o valor da causa, em atenção ao que dispõe o art. 292, inc. III, do CPC.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0647522-22.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: M.G.M.N. - despacho

ADV: HERBERT BRUNO MAGALHÃES ASSIS (OAB 10348/AM) - Processo 0647554-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - AGRAVANTE: Roberto Jorge Bezerra Lauriston - INTIME-SE a parte requerente, por seu(s) patrono(s), para recolhimento das custas e despesas de ingresso, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, art. 290).

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0647582-92.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: E.C.M. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE os requerentes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS (OAB 1960/AM) - Processo 0647710-15.2019.8.04.0001 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: T.B.H. - REQUERIDO: J.L.S.H. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Interrogatório para o processo em epígrafe, a ser realizada em 11/10/2019 às 12:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. ATT. PATRONO, FAVOR TRAZER AS PARTES PARA AUDIÊNCIA ACIMA DESIGNADA.

ADV: THASSIA POLLYANA FERNANDES DA COSTA (OAB 13462/AM) - Processo 0647807-15.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: Thalita de Souza Buzaglo - INTIME-SE a parte exequente para emendar a inicial, devendo: a) comprovar a exigibilidade do título de alimentos, produzindo prova da citação e data em que ocorreu (CPC, 231, § 3º); b) restringir as parcelas executadas às três últimas vencidas, contadas do ajuizamento da execução, com opção de inclusão das vincendas, conforme prescreve o art. 528, § 7º, do CPC e a Súmula 309 STJ; e, c) juntar demonstrativo atualizado do crédito, nos termos do art. 524 do NCPC. Prazo de 15 dias, pena de indeferimento (CPC, 513, caput, c/c 801).

ADV: THAIS SARAIVA LIMA (OAB 14701/AM), ADV: THAMIRES LEÃO CORRÊA MARTINS (OAB 13891/AM) - Processo 0647837-50.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.S. - INTIME-SE a parte autora para emendar a inicial, para o fim de atender o(s) requisito(s) previsto(s) no art. 320 do Novo Código de Processo Civil, devendo instruir a petição inicial com os documentos indispensáveis à propositura da ação, tais como a sentença que homologou o acordo que fixou os alimentos, que consta no processo nº 0103118-65.2004.8.04.0001. Bem como juntar documentos que prove o parentesco entre o autor e a requerida

ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM) - Processo 0647887-76.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: A.P.D. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: ALLAN PINHEIRO PESSOA COELHO (OAB 10904/AM) - Processo 0647964-85.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: V.S.F. - Vistos, Narram os autos sobre uma AÇÃO DE DISSOLUÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL, que foi formulado pelos acordantes, V. DOS S. F. e J. R. F. DA S., devidamente representados por advogados, onde as duas pessoas envolvidas na lide estão devidamente identificadas e qualificadas desde o princípio. Acompanhando a inicial, vieram os documentos de fls. 06/11. No caso concreto, evidencia-se desnecessária a intervenção do Ministério Público, uma vez que não estão sendo discutidos interesses de pessoa menor e/ou incapaz. É O RELATÓRIO. DECIDO. Analisando o caderno processual, cujos termos do acordo entabulado pelas partes estão devidamente especificados, verifica-se que os autores tem legitimidade e possuem interesse de agir, na medida em que a intervenção judicial que pretendem consiste em formalidade necessária à eficácia do pactuado, inclusive perante terceiros e que, aliás, diz respeito a todas as controvérsias da ação. Ademais, friso que tal pretensão é juridicamente possível na medida em que a lide não envolve mesmo os interesses de incapaz e comporta fiscalização pelo Poder Público em virtude de sua própria natureza, razões pelas quais não houve nenhum pronunciamento da promotoria de justiça na demanda. A propósito, esse tipo de jurisdição (agora voluntária)

consiste em atividade judiciária de administração pública de interesses privados, na qual se confere assistência protetiva a uma relação jurídica unilateral mediante a homologação judicial, através da qual se aprova e autoriza o ato. Ante o exposto, presentes as condições da ação e cumpridas as formalidades legais atinentes à espécie; HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO CONSTANTE DA EXORDIAL, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado pelos requerentes e ex-companheiros acima citados, os quais conviveram em União Estável, ao longo de 03 (três) anos e 04 (quatro) meses, isto é de abril de 2016 até agosto de 2019, ocasião de sua dissolução; E JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o que faço com amparo no artigo 487, inciso III, letra "b", do Novo Código de Processo Civil, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei Federal nº 1.060/50. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, EXPEÇAM-SE os formais de partilha, observadas as regras do art. 659, § 2º e art. 662, § 2º, ambos do CPC. Enfim, obedecidas as demais formalidades legais, arquivem-se.

ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0647986-46.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.A.N. - Isto posto, nos termos do artigo 487, III, "b" do Novo Código de Processo Civil e da legislação da matéria, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO DE FLS. 03/04, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos; E, JULGO (EXTINTO) O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força do art. 98, caput ,do CPC c/c a Lei nº 1.060/60. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, EXPEÇA-SE o respectivo termo de guarda, seguindo-se da baixa e arquivamento.

ADV: CAMILLA MARIA CHAVES RIBEIRO (OAB 14379/AM) - Processo 0648102-52.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: K.D.P.M. - M.J.S.M. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE os requerentes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0648390-97.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Retificação de Nome - REQUERENTE: C.F.G. - DETERMINO que seja ela intimada para que apresente cópia de sua última declaração de imposto de renda, carteira de trabalho e, sendo empregado/servidor público, de seu último comprovante de salário; bem como juntar aos autos a decisão que decretou o pagamento dos alimentos, no prazo de 15 (quinze) dias

ADV: LEONARDO CAVALCANTE DA SILVA (OAB 13548/AM) - Processo 0648552-92.2019.8.04.0001 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Cleudeci Magalhães Santana Pinheiro - Vistos, Narram os autos sobre uma Ação de Curatela, com pedido de Tutela de Urgência de curatela provisória, conforme argumentos da inicial. Junto com a inicial vieram os documentos de fls. 12 a 25. Concedida vista ao Ministério Público, especificamente quanto ao requerimento de tutela antecipada, este manifestou-se favorável, conforme parecer juntado às fls. 29 a 31. Relatório, em síntese. Decido. 1.Analisando a vestibular e, por conseguinte, o pedido de tutela de urgência de caráter antecedente, em consonância da posição adotada pelo representante ministerial, bem como em face da consistência das alegações e dos documentos que acompanham a mencionada peça do processo, nos termos dos artigos 294 e 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO a pretendida liminar, nomeando a Sra. Cleudeci Magalhães Santana Pinheiro como curadora provisória de Cristina Duque de Magalhães Santana. 2.Providencie-se o termo de curatela provisória, com prazo de validade de 01 (um) ano e limitado às práticas de atos negociais e patrimoniais, não alcançando direitos como: a vida, a saúde, a sexualidade, o matrimônio, a privacidade e o voto; devendo constar, ainda, a observação de que a alienação de bens ou cessão de direitos da curatelandoa, deve preceder de expressa autorização judicial. 3. ATENDA-SE a requerimento ministerial para intimação da parte autora, com o fito de informar sobre eventual existência de cônjuge e demais filhos e, sendo positivo, apresentar qualificação completa e endereço para intimação. 4.Outrossim, PAUTE-SE data para entrevista do interditando, nos termos do art. 751 da Lei Processual Civil. 5. Cite-se e Intime-se. 6. Intimem-se, também, a parte requerente, seu patrono, (via DJE) e o Ministério Público, via portal e-SAJ. Manaus, 26 de setembro de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito

ADV: JOÃO PAULO REIS GARZON (OAB 9542/AM) - Processo 0648690-59.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Leve - REQUERENTE: J.D.M.S. - antes de apreciar o pedido de justiça gratuita, e sem prejuízo de outras determinações que entenda necessárias para a aferição da real situação econômica da parte autora, DETERMINO que seja ela intimada para que apresente cópia de sua última declaração de imposto de renda, carteira de trabalho e, sendo empregado/servidor público, de seu último comprovante de salário, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RAQUEL DOS SANTOS GAMA (OAB 10828/AM) - Processo 0648704-43.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Rosembeg da Silva Feitosa - Jainara Duarte Moraes - Isto posto, nos termos do artigo 487, III, "b" do Novo Código de Processo Civil e da legislação da matéria, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO DE FLS. 01/05, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos; DECRETO, por sentença, o divórcio de R. DA S. F. e J. M. F. (a qual voltará a usar o nome de solteira, J. D. M.); E, assim, JULGO (EXTINTO) O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força do art. 98, caput ,do CPC c/c a Lei nº 1.060/60. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, EXPEÇA-SE o mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil, inclusive no que tange ao nome conjugal; bem como, o respectivo termo de guarda unilateral em favor da genitora do menor. Enfim, obedecidas as demais formalidades legais, baixem-se e arquivem-se.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0648867-23.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.K.G.M. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0649088-06.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Ana Quitéria da Costa - POSTO ISSO, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal e na forma do art. 487, inc. III, "b", do Código de Processo Civil, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES DE FLS. 01/05, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos; DECRETO, por sentença, o divórcio de A. Q. DA C. B. O. e J. S. O., a qual permanecerá com o nome de casada; E, finalmente, JULGO (EXTINTO) O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciara respeito. Isento de custas nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, EXPEÇA-SE o mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil, inclusive no que tange ao nome conjugal; e, ao final, EXPEÇA-SE o respectivo termo de guarda unilateral em favor da genitora. Enfim, obedecidas as demais formalidades legais, baixem-se e arquivem-se

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0649103-72.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: L.C.R.G. - Intime-se a parte autora para corrigir o valor da causa, em atenção ao que dispõe o art. 292, inc. III, do CPC.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0649183-36.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Divisão e Demarcação - REQUERENTE: Janaina Aparecida de Moraes Costa - Intime-se a parte autora para corrigir o valor da causa, em atenção ao que dispõe o art. 292 do CPC. Prazo: 15 (quinze) dias, pena de indeferimento (CPC, 321, parágrafo único).

ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM) - Processo 0649236-17.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.F.C. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de

2(duas) horas, para o dia 06 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 03 ou 31/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0649275-14.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Laura Francisca Batalha de Araújo - INTIME-SE o executado, V. De A., para o pagamento da dívida apontada pelo polo ativo, num prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, sob pena da incidência de multa e, também, de honorários advocatícios (idem, art. 523, § 1º) e penhora de bens, além de custas e honorários pela presente fase do processo.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0649608-63.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: B.J.T.S. - 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. 2. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC/Família. 3. CITE-SE a parte requerida unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do CPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II), sendo caso de intervenção obrigatória. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LUCIANA DE SOUZA BREVES (OAB 11270/AM) - Processo 0649830-31.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.G.N. - ALIMENTAND: M.C.N.P. - INTIME-SE a parte autora para emendar a inicial, para o fim de atender o(s) requisito(s) previsto(s) no art. 319 V do Novo Código de Processo Civil, devendo informar o valor da causa. E instruir a petição inicial/acordo com todas páginas assinadas/rubricadas pelos requerentes

ADV: MARGARETH BARBOSA DE AMORIM DE MACEDO (OAB 16510/PR) - Processo 0649857-14.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Exoneração - REQUERENTE: Marcelo José de Oliveira Villela - Mariana Chaves Villela - Barbara Chaves Villela - Marcela Chaves Villela - 1. AUTORIZO o pagamento parcelado das custas judiciais em até 06(seis) vezes, cientes as partes que eventual sentença de mérito só será proferida após a comprovação do recolhimento integral, nos termos do art. 7º da Portaria nº 116/2017 - PTJ. 2. REMETAM-SE os autos à contadoria deste Fórum para a juntada dos cálculos, devendo ser observado eventual pagamento parcial anterior nestes mesmos autos. 3. Com a juntada, INTIME(M)-SE o(s) requerente(s) e aguarde-se na secretaria a juntada do comprovante referente a 1ª parcela. 4. Oportunamente, VOLTEM-ME conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: TUPINAMBÁ TIAGO E SOUZA (OAB 9299/AM) - Processo 0650161-13.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: D.M.S.S. - M.P.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 06/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: JULIANE ELIZABETE DE SOUZA MAIA (OAB 12643/AM), ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM), ADV: ALESSANDRA GOMES DOS SANTOS (OAB 6938/AM), ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM) - Processo 0650339-93.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: M.M.I. - REQUERIDO: D.L.G.M. - Assim, satisfeitas as exigências legais, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal e na forma do art. 487, inc. III, “b”, do Código de Processo Civil , HOMOLOGO O ACORDO PARCIAL DE FLS. 33/35; para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado pelos acordantes e ex-companheiros acima citados, os quais conviveram em União Estável, durante o período de novembro de 2016 até agosto de 2018, ocasião de sua dissolução; E, assim, RESOLVO PARCIALMENTE O MÉRITO DO PROCESSO, sem prejuízo do prosseguimento do feito com relação ao ponto de dissenso, ou seja, os alimentos para filha menor, guarda e direito de visitas. Isento de custas nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98, §§ 2º e 3º do NCPC. PELO PROSSEGUIMENTO, PASSO A PROFERIR DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO (CPC, ART. 357). 1. Diante das informações a respeito da existência de uma Ação de Guarda, em trâmite 7ª Vara de Família, sob n° 0653347-78.2018.8.04.0001, DILIGENCIE-SE junto a 7ª Vara de Família para averiguar a ocorrência de conexão ou continência, certificando o necessário. Int. CUMPRA-SE.

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0650405-39.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Fixação - REQUERENTE: A.F.S. - 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. 2. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC/Família. 3. CITE-SE a parte requerida unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do CPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II), sendo caso de intervenção obrigatória. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0650459-05.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: D.F.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 06/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0650486-85.2019.8.04.0001 - Curatela - Família - REQUERENTE: M.R.R. - Ante o pedido de concessão da tutela de urgência liminarmente, INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0650507-61.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Extinção - REQUERENTE: Raquel Gomes Bezerra - 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC. 2. PAUTE-SE data para realização da audiência de conciliação (mediação), prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil. 3. CITE-SE o réu unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II). Int. CUMPRA-SE.

ADV: LUCIANA ANDRADE ASHIBE (OAB 6762/AM) - Processo 0650892-09.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.G.S. - 1. DEFIRO os benefícios

da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. 2. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC/Família. 3. CITE-SE a parte requerida unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do CPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II), sendo caso de intervenção obrigatória. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ZENAIDE DE OLIVEIRA BRANDÃO (OAB 13164/AM) - Processo 0651061-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: I.T.C. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0651116-44.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: Silvana Monteiro da Silva - Tendo em vista a vigência da Lei 13.105/15 (Novo Código de Processo Civil), onde a execução de alimentos com base em título judicial será sempre processada como cumprimento de sentença, ou seja, nos mesmos autos do processo de conhecimento, sendo admitido tanto o procedimento da prisão, quanto o da expropriação de bens, conforme as seguintes regras: a)O credor pode optar pela execução pelo procedimento da expropriação de bens ou pelo procedimento da prisão (CPC, 528, § 8º); b)O procedimento da prisão somente é admissível para execução das parcelas atuais, ou seja, das três últimas em atraso, a partir do ajuizamento da execução, também das vincendas (CPC, 528, § 7º; Súmula 309 STJ); c)O procedimento da expropriação de bens é admissível para execução de todas as parcelas não pagas, sem restrição quando ao termo inicial, podendo incluir as três últimas, sempre a critério do credor (CPC, 528, § 8º); d)Optando por executar, concomitantemente, parcelas atuais que seguem o procedimento da prisão (três últimas em atraso, conforme a Súmula 309, do STJ) e parcelas pretéritas que seguem o da constrição patrimonial, o autor deverá fazer a cisão dos procedimentos. e)De qualquer forma, optando pelo procedimento da expropriação de bens em face de determinadas parcelas, essas mesmas parcelas não podem ser mais exigidas pelo procedimento da prisão; Assim, INTIME-SE a parte exequente para emendar a inicial e esclarecer a pretensão de processar cumprimento de sentença de alimentos em autos apartados, sem que conste que há cumprimento de sentença sendo processado nos principais (CPC, 531, § 2º). Prazo da emenda: 15 dias, pena de indeferimento (CPC, 513, caput c/c 801).

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0651341-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: E. - INTIME-SE a parte autora para emendar a inicial, havendo consenso, juntar petição inicial assinada, em todas às páginas, pelas partes, bem como procuração e documentos pessoais em nome da representante legal do Requerido, e os termos do acordo realizado na 2º Vara de Família.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0651372-84.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Agnes Pérola Façanha Pontes Cavalcante - Ághata Lohanna Aymê Pontes Cavalcante - Tendo em vista a vigência da Lei 13.105/15 (Novo Código de Processo Civil), onde a execução de alimentos com base em título judicial será sempre processada como cumprimento de sentença, ou seja, nos mesmos autos do processo de conhecimento, sendo admitido tanto o procedimento da prisão, quanto o da expropriação de bens, conforme as seguintes regras: a)O credor pode optar pela execução pelo procedimento da expropriação de bens ou pelo procedimento da prisão (CPC, 528, § 8º); b)O procedimento da prisão somente é admissível para execução das parcelas atuais, ou seja, das três últimas em atraso, a partir do ajuizamento da execução, também das vincendas (CPC, 528, § 7º; Súmula 309 STJ); c)O procedimento da expropriação de bens é admissível para execução de todas as parcelas não pagas, sem restrição quando ao termo inicial, podendo incluir as três últimas, sempre a critério do credor (CPC, 528, § 8º); d)Optando por executar, concomitantemente, parcelas atuais que seguem o procedimento da prisão (três últimas em atraso, conforme a Súmula 309, do STJ) e parcelas pretéritas que seguem o da constrição patrimonial, o autor deverá fazer a cisão dos procedimentos. e)De qualquer forma, optando pelo procedimento da expropriação de bens em face de determinadas parcelas, essas mesmas parcelas não podem ser mais exigidas pelo procedimento da prisão; Assim, INTIME-SE a parte exequente para emendar a inicial e esclarecer a pretensão de processar cumprimento de sentença de alimentos em autos apartados, sem que conste que há cumprimento de sentença sendo processado nos principais (CPC, 531, § 2º). Prazo da emenda: 15 dias, pena de indeferimento (CPC, 513, caput c/c 801).

ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM) - Processo 0651413-51.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.A.F.N. - 1. PAUTE-SE data para audiência de reconhecimento voluntário da paternidade. 2. CITE-SE e INTIME-SE o requerido, constando do mandado que em caso de, na audiência, não reconhecer a paternidade, o prazo para contestação será contado a partir do dia útil seguinte. 3. INTIMEM-SE o (a) Requerente, seu patrono e o MP.

ADV: SÉRGIO PHILIPPE PINHEIRO EGUCHI (OAB 14468/AM) - Processo 0651709-73.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Antonio dos Santos Pinheiro - 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. 2. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC/Família. 3. CITE-SE a parte requerida unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do CPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II), sendo caso de intervenção obrigatória. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0651830-04.2019.8.04.0001 - Tutela Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: Adrielly Ribeiro Lima - Antes de deliberar sobre o requerimento de fls. 01-04; ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. INTIME-SE, via portal e-SAJ.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0651838-78.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.J.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 06 de novembro de 2019, às 14 horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 31/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0651904-58.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: K.S.A.S. - 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos

do art. 98 do NCPC. 2. PAUTE-SE data para realização da audiência de conciliação (mediação), prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil. 3. CITE-SE o réu unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 4. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do NCPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II). Int. CUMPRA-SE.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0652027-56.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: H.G.M.R. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0652136-70.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.C.M. - antes de apreciar o pedido de justiça gratuita, e sem prejuízo de outras determinações que entenda necessárias para a aferição da real situação econômica da parte autora, DETERMINO que seja ela intimada para que, apresente cópia de sua última declaração de imposto de renda, carteira de trabalho e, sendo empregado/servidor público, de seu último comprovante de salário, no prazo de 15 (quinze) dias

ADV: SASKIA SILVA FERRAZ (OAB 12158/AM) - Processo 0652262-23.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: Kassia Melo de Andrade - Tendo em vista a vigência da Lei 13.105/15 (Novo Código de Processo Civil), onde a execução de alimentos com base em título judicial será sempre processada como cumprimento de sentença, ou seja, nos mesmos autos do processo de conhecimento, sendo admitido tanto o procedimento da prisão, quanto o da expropriação de bens, conforme as seguintes regras: a)O credor pode optar pela execução pelo procedimento da expropriação de bens ou pelo procedimento da prisão (CPC, 528, § 8º); b)O procedimento da prisão somente é admissível para execução das parcelas atuais, ou seja, das três últimas em atraso, a partir do ajuizamento da execução, também das vincendas (CPC, 528, § 7º; Súmula 309 STJ); c)O procedimento da expropriação de bens é admissível para execução de todas as parcelas não pagas, sem restrição quando ao termo inicial, podendo incluir as três últimas, sempre a critério do credor (CPC, 528, § 8º); d)Optando por executar, concomitantemente, parcelas atuais que seguem o procedimento da prisão (três últimas em atraso, conforme a Súmula 309, do STJ) e parcelas pretéritas que seguem o da constrição patrimonial, o autor deverá fazer a cisão dos procedimentos. e)De qualquer forma, optando pelo procedimento da expropriação de bens em face de determinadas parcelas, essas mesmas parcelas não podem ser mais exigidas pelo procedimento da prisão; Assim, INTIME-SE a parte exequente para emendar a inicial e esclarecer a pretensão de processar cumprimento de sentença de alimentos em autos apartados, sem que conste que há cumprimento de sentença sendo processado nos principais (CPC, 531, § 2º). Prazo da emenda: 15 dias, pena de indeferimento (CPC, 513, caput c/c 801).

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0652389-58.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.L.D. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0652434-62.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: E.F.A. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: THIAGO CÂMARA (OAB 13966/AM) - Processo 0652470-07.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.G.B.S. - ALIMENTAND: A.R.B.C. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: JOÃO RICARDO CHAMMA DAS NEVES FILHO (OAB 5889/AM) - Processo 0652490-95.2019.8.04.0001 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Marilza Ferreira de Paiva - 1. Nos termos da Lei n° 1.060/50, c/c o que prevê o artigo 98 do Código de Processo Civil, DEFIRO os suscitados benefícios da Justiça Gratuita. 2. Outrossim, em face do disposto na vestibular, DÊ-SE vista ao Ministério Público. 3. Após, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0652498-72.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: Jacycleide Vieira Pontes - 1. DEFIRO o processamento do cumprimento provisório de decisão, a ser processado pelo rito do art. 528 do CPC. 2. PROCEDAM-SE no SAJ/PG-5, a correção da classe processual para "Cumprimento Provisório de Sentença" e o apensamento destes autos ao processo principal mencionado na primeira folha da petição inicial. 3. CONCEDO a parte exequente os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98, § 1º do NCPC. 4. INTIME-SE a parte executada (L. H. P. de A), pessoalmente, para, no prazo de 03 (três) dias efetuar o pagamento das parcelas referentes aos meses de MARÇO, ABRIL e MAIO/2019, no valor reclamado (fls. 02), acrescido das parcelas que se vencerem no curso do processo, com os acréscimos legais, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de prisão (art. 528, caput do NCPC). 5. Do resultado do mandado INTIME-SE a parte exequente para manifestação, seguindo-se de vista ao Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS SENA (OAB 2133/AM) - Processo 0652527-25.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: José Mauro do Amaral Ramos - antes de apreciar o pedido de justiça gratuita, e sem prejuízo de outras determinações que entenda necessárias para a aferição da real situação econômica da parte autora, DETERMINO que seja ela intimada para que apresente cópia de sua última declaração de imposto de renda, carteira de trabalho e, sendo empregado/servidor público, de seu último comprovante de salário, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0652659-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Angela de Souza Palomino Mallqui - Vistos, Cuida-se de uma AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS BANCÁRIOS, que foi proposta pela Sra. A. DE S. P. M., contra a Instuição Bancária (Banco Bradesco S/A), onde os dois lados estão devidamente identificados e qualificados desde o princípio. Acompanhando a inicial, vieram os documentos de fls. 13/56. Nesta hipótese, denota-se que a demandante pugna pela revisão do contrato bancário, visando o cancelamento e a abstenção de cobrança, referente ao denominado serviço de "Cestas de Serviços Básicos". EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Pois bem, analisando novamente o caderno processual, e, notadamente, em razão do que dispõe a Lei Complementar Estadual nº 17/97, entendo que resta evidenciado que a matéria sob discussão não é da competência material deste Juízo de Direito, uma vez que as especificidades inerentes ao caso concreto, sem maior delonga, fogem ao rol de competências das Varas de Família. Nessa esteira, é cediço que a incompetência absoluta para o seu exame e julgamento por este Juízo de Direito da 6ª Vara de Família, pode ser declarada de ofício e em qualquer tempo e grau de jurisdição, conforme disciplina o parágrafo 1º do artigo 64, do vigente Estatuto Processual Civil (Lei Federal nº 13.105/2015). A propósito, trago à colação entendimento doutrinário que, sem dúvida, pode ser aplicado ao caso em comento, senão vejamos: "Incompetência absoluta. Considerações gerais: A incompetência absoluta se dá em razão da matéria ou hierarquia, qualificando-se como questão de ordem pública, do interesse do Estado, sobrepondo-se às pretensões do autor e do réu." (Idem). Ante o exposto, nos termos do artigo 64, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil, DECLARO a incompetência absoluta desta Vara, em favor do Juízo competente (às vias ordinárias), que é o das Varas Cíveis de Manaus/AM, devendo ser feita a devida redistribuição. Intime-se, diligencie-se e CUMPRA-SE, obedecidas as regras legais e com a urgência que a ação reclama.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0652872-88.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: L.F.C.R. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM), ADV: MIHAEL CARMINDO DE Q. PILLAR (OAB 12328/AM), ADV: HUMBERTO LESSA DE FARIAS FILHO (OAB 10655/AM), ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM), ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM) - Processo 0653101-82.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0626815-67.2018.8.04.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: L.V. - M.L.S. - EXECUTADO: M.A.O.S. - INTIME-SE o exequente, através de seu advogado, para informar os valores ainda devidos pelo executado, nos termos do art. 524 do Novo Código de Processo Civil, no prazo de 5 (cinco) dias. 2. Após, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM) - Processo 0653844-92.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.A.B. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 06/11/2019 às 14:00h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0657951-82.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: H.A.R.G. - 1. ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. 2.Tendo em vista a natureza do litígio, não incidem os efeitos da revelia (NCPC, 345, II), de modo que a parte deve comprovar o alegado. 3.DEFIRO a produção de prova documental, testemunhal e depoimento pessoal. 4. DESIGNE-SE data para audiência de instrução e julgamento, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 5. INTIMEM-SE as partes, por seus patronos de que a intimação das testemunhas deverá ocorrer na forma prevista no art. 455, § 1º da Nova Lei de Ritos. 6. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 7. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC.

ADV: KÊNIO MARCOS SANTOS E SILVA (OAB 6406/AM) - Processo 0659147-87.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: T.V.P.F. - G.D.F. - 1. Desde logo, considerando os elementos de prova apresentados pelo advogados dos autores e, principalmente, diante do depoimento prestado pelo genitor do menor, A. V. F. DE L., afora as respostas dadas pelo próprio menino, DEFIRO o reiterado pleito de Guarda Provisória; 2. Dessa maneira, nos termos do que prevê o artigo 1.584, parágrafo 5°, do Código Civil Brasileiro, e até o final do julgamento do processo; DECRETO A GUARDA COMPARTILHADA (PROVISÓRIA) DO MENOR A. V. F. DE L., EM FAVOR DOS REQUERENTES, os quais são os pais socioafetivo da criança desde que ele nasceu, bem como porque o genitor abriu mão de qualquer direito em relação a criança e o polo ativo reiterou que não vai cobrar nenhum encargo ou dever do Sr. A. DE L.; 3. Outrossim, ABRA-SE nova vista ao Ministério Público, possivelmente, para o seu derradeiro parecer; 4. Após o parecer, retornem-me os autos conclusos para deliberação. CUMPRA-SE.

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM), ADV: MARIA DE CÁSSIA RABELO DE SOUZA (OAB 2736/AM) - Processo 0713769-29.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Livia Nascimento de Lima - EXECUTADO: F.J.M.R. - 1. Em atenção ao requerimento de fls. 522, DETERMINO A SUSPENSÃO DO PROCESSO PELO PRAZO DE 06 (SEIS) MESES, a contar da data da publicação do despacho de fls. 523, o que faço com amparo no artigo 313, §4º do CPC. 2. Transcorrido o prazo ou havendo manifestação da parte interessada, VOLTEM - ME os autos concluso. Int. CUMPRA-SE.

Adalberto Pereira Nobre Filho (OAB 9140/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alcian Pereira de Souza (OAB 5266/AM)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Alessandra Gomes dos Santos (OAB 6938/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alessandro Nogueira Monteiro (OAB 10554/AM)
Alex Sander de Almeida Albquerque (OAB 8971/AM)
Alexandra Sá Simoes (OAB 12970/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alfredo Gluck Young (OAB 1838/AM)
ALLAN PINHEIRO PESSOA COELHO (OAB 10904/AM)
Amanda Nicole Straub (OAB 92764/PR)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Ana Maria Albuquerque de Barros (OAB 12277/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
Ana Sarah Teles Monteiro (OAB 10519/AM)
Anderson Evangelista da Silva Costa (OAB 13142/AM)
Andrelino Nogueira Rabelo (OAB 13032/AM)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Anny Carolliny Moreira Cavalcante de Araújo (OAB 8647/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Assurbanipal de Freitas Braga (OAB 8883/AM)
AUGUSTO CÉZAR NUNES BASTOS (OAB 10743/AM)
Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Bárbara Menezes de Lima (OAB 14516/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruna da Silva Bessa (OAB 8034/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
BRUNO BUSSON DA SILVA (OAB 14301/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Bruno Souza da Silva (OAB 8447/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila da Costa Almeida (OAB 8877/AM)
Camilla Maria Chaves Ribeiro (OAB 14379/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Augusto dos Santos Sena (OAB 2133/AM)
Carlos dos Anjos Rolim Filho (OAB 9894/AM)
Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha (OAB 12251/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carlos Javier Tunja Quinonez (OAB 11801/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Carolina Albuquerque do Valle (OAB 8112/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cassio Henrique Vaz Lemes (OAB 346146/SP)
Cecília Aroucha Jimenes (OAB 10261/AM)
Celiana Assen Félix (OAB 6727/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cheine Araújo Pereira (OAB 10609/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Claudia Santos Pinto (OAB 13193/AM)
CMG - César, Mendes & Gallardo Advogados Associados (OAB 9508/AM)
Cristian de Souza Araujo (OAB 6563/RO)
Cristian Mendes da Silva (OAB 4380/AM)
Cristiane Andrade Gioia (OAB 5775/AM)
Cristiane Yamada da Silva (OAB 3955/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Danyela Christina Araújo Câmara (OAB 14308/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Deyse Ramaiane Santos de Souza (OAB 12601/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)

Diego Barbosa de Moraes (OAB 13224/AM)
Diego Castro Amaral (OAB 11339/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
DIEGO PEDROSA CASTRO LIMA (OAB 13251/AM)
Diêgo Ribeiro Gomes (OAB 10614/AM)
Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (OAB 8771/AM)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Edgar Portela da Silva Aguiar (OAB 9941/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Edivânia Sobrinho Leocádio de Souza (OAB 13695/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Ednara Oliveira Bezerra (OAB 14714/AM)
Edson de Moura Pinto Filho (OAB 5609/AM)
Edyranne Nascimento dos Santos (OAB 11157/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Elimar Cunha e Silva (OAB 2098/AM)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Emily Caroline Guimarães Medeiros (OAB 14311/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
ERIKA CRISTHINE DE OLIVEIRA PEREIRA (OAB 8273/AM)
Eufrozino Gomes de Araújo Oliveira Neto (OAB 7319/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisco Madson da Cunha Veras (OAB 1960/AM)
Francisco Rodrigues Eden do Nascimento (OAB 7487/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gabriele Pires Monteiro (OAB 13959/AM)
Giddson Ferreira Teles Monteiro (OAB 14326/AM)
GIOVANNA FREIRE VIEIRALVES (OAB 12662/AM)
GRAZIELA ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 11097/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)
Helder Sabeli Matos (OAB 13869/AM)
Henrique Cantuário Vieira Mendes Ribeiro (OAB 208003/RJ)
Henrique França Silva (OAB 7307/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Herbert Bruno Magalhães Assis (OAB 10348/AM)
Hermes Mafra Otto (OAB 10542/AM)
Horlando Halix Ribeiro de Brito (OAB 5102/AM)
Humberto Lessa de Farias Filho (OAB 10655/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabel Cristina Geraldo da Silva (OAB 12992/AM)
Isis de Moraes Siqueira (OAB 10069/AM)
Ivanete Guedes da Silva (OAB 13830/AM)
JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM)
Jane Mary Lopes Assef (OAB 2912/AM)
Jardel Bandeira e Silva (OAB 13424/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Darch Clebiss (OAB 10877/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
João Paulo Reis Garzon (OAB 9542/AM)
João Ricardo Chamma das Neves Filho (OAB 5889/AM)
João Rosse Pereira Lopes (OAB 5680/AM)
Jonilson Silva Souza (OAB 11366/AM)
Jorgiana Lacet de Lima (OAB 10128/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Amauri Sales (OAB 9189/AM)
José Amud Eufrásio (OAB 7425/AM)
José Arthur de Sousa Rodrigues Alves (OAB 7906/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Francisco Lima Pessoa (OAB 1897/AM)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Juliane Elizabete de Souza Maia (OAB 12643/AM)
Juliano Hübner Leandro de Sousa (OAB 65436/PR)
Julio Cezar Rodrigues Lima (OAB 8461/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kátia Almeida da Silva (OAB 8928/AM)
Kelly Cristina Teodósio da Silva (OAB 13192/AM)
Kênio Marcos Santos e Silva (OAB 6406/AM)
Ladson Pereira da Silva (OAB 11039/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Leonardo Cavalcante da Silva (OAB 13548/AM)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Luciana Andrade Ashibe (OAB 6762/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luciana de Souza Breves (OAB 11270/AM)
Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB 8104/AM)
Lucicléa Ramos de Carvalho (OAB 11269/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Lucio Emilio da Cruz Colares (OAB 14184/SC)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Luiz Cláudio Pires Costa (OAB 10798/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luiz Ricardo Alves da Silva (OAB 7048/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
MARCIA DE SANTANA VIANA (OAB 7382/AM)
Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB 8769/AM)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Marcio Antonio de Oliveira Almeida (OAB 8212/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Marcos Augusto dos Santos Ferreira (OAB 11940/AM)
Marcos Delmar Correa Lima (OAB 1587/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Margareth Barbosa de Amorim de Macedo (OAB 16510/PR)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Aurilene Guimarães Rosas (OAB 8148/AM)
Maria Auxiliadora Souza de Melo (OAB 12871/AM)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Maria da Conceição Teixeira Nery (OAB 12843/AM)
Maria de Cássia Rabelo de Souza (OAB 2736/AM)
Maria de Fátima Jezini Mesquita (OAB 8378/AM)
Maria Lucielza Oliveira Facco (OAB 8301/AM)
Marilu Jeffres Martins (OAB 10680/AM)
Mário Bezerra Feitoza (OAB 10036/PA)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Mayra Rejane Moreira Mendonça (OAB 12108/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Mihael Carmindo de Q. Pillar (OAB 12328/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Monaliza Lopes Sales (OAB 7821/RN)
Natália de Sousa Rodrigues Alves (OAB 9289/AM)
Natasha Rodrigues Queiroz (OAB 13200/AM)
Nilcilene Pereira Cavalcante (OAB 9834/AM)
Núbia Jefres Martins (OAB 5332/AM)
Odemilton Pinheiro Macena Junior (OAB 7155/AM)
Olga de Nazaré Dias da Silva (OAB 6758/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB 1024/AM)
Paulo César Santos Almeida (OAB 3246/AM)

Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Paulo Tadeu Teixeira (OAB 334266/SP)
Pedro Henrique de Sousa Arcanjo (OAB 15389/PI)
Polliana Rodrigues da Silva (OAB 9476/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Raquel dos Santos Gama (OAB 10828/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Rebeca Vitória Bruno Machado (OAB 12257/AM)
Reinaldo de Aguiar Oliveira (OAB 1835/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Rodolfo Miranda da Silva (OAB 15702/AL)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Souza Laconi (OAB 9292/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Rovan Jezini do Nascimento (OAB 10481/AM)
Rubem Fonseca Flexa (OAB 43944/SC)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Saskia Silva Ferraz (OAB 12158/AM)
Sérgio Philippe Pinheiro Eguchi (OAB 14468/AM)
Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB 9124/AM)
Silvana Grijó Gurgel Costa Rêgo (OAB 6767/AM)
Sinamor Bezerra Lopes (OAB 5757/AM)
Suzane Souza Rodrigues da Silva (OAB 12822/AM)
Tatiana de Freitas Lopes (OAB 11732/AM)
Thais Saraiva Lima (OAB 14701/AM)
Thamires Leão Corrêa Martins (OAB 13891/AM)
Thassia Pollyana Fernandes da Costa (OAB 13462/AM)
Thiago Andrade de Freitas (OAB 14003/AM)
Thiago Câmara (OAB 13966/AM)
Tupinambá Tiago e Souza (OAB 9299/AM)
Vanessa Mayara Braz Novaes (OAB 8573/AM)
Vera Lice de Oliveira Trindade (OAB 8989/AM)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)
Vitor Berenguer Barbosa Júnior (OAB 8336/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wagney Guimarães Rosas (OAB 7908/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Wanderson Oliveira Freire Albertino (OAB 12862/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Zenaide de Oliveira Brandão (OAB 13164/AM)
Zuldimar Pereira de Oliveira (OAB 8833/AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0098/2019

ADV: ANA KAROLINE DOS SANTOS PINTO (OAB 23762/CE) - Processo 0025644-47.2006.8.04.0001 (001.06.025644-4) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: Maria das Graças Sabino de Souza Mendonça - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALINE MARIA PEREIRA M LANDIM (OAB 003.242/AM) - Processo 0035274-98.2004.8.04.0001 (001.04.035274-0) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.L.M.B. - Indefiro o pedido formulado na petição de fls. 66, tendo em vista que o presente processo foi extinto sem resolução de mérito, conforme sentença de fls. 65, razão pela qual o despacho de fls. 17 foi automaticamente cancelado. Expeça-se ofício a empregador do alimentante, a fim de que sejam imediatamente cessados os descontos. Ressalte-se que, caso pretenda que a obrigação alimentar em seu favor seja restabelecida, deverá o alimentando ajuizar nova Ação de Alimentos, através de processo autônomo, a ser distribuído por sorteio a uma das Varas de Família desta Comarca. Intimem-se. Após, mantenha-se a baixa e o arquivamento. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0200067-34.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.A.A.S. - Ante o teor da certidão de fls. 57 e AR de fls. 61, intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. Informado o endereço atualizado do Executado, expeça-se novo Mandado de Citação, ressaltando-se ao Sr. Oficial de Justiça que, havendo suspeita de ocultação, deverá proceder à citação com hora certa, observando rigorosamente o disposto nos arts. 252 e 253 do C.P.C.. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: SARAH TALIÁ BEZERRA SERUDO (OAB 4934/AM) - Processo 0208719-74.2015.8.04.0001 (processo principal 0715060-64.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Irla Pacheco da Silva - EXECUTADO: S.C.A. - Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, tendo em vista que o Executado não concordou com o Laudo de Avaliação realizado pelo Sr. Oficial de Justiça, defiro o pedido formulado na petição de fls. 124, a fim de que seja realizada nova avaliação do imóvel, porém, desta vez por perito particular, devendo as custas serem suportadas pelo Sr. Samuel Cordeiro dos Anjos, uma vez que o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas não dispõe de corpo de engenheiros e/ou arquitetos disponíveis para realização de perícias judiciais, de modo que uma nova, amparada pela gratuidade da Justiça, seria realizada por Oficial de Justiça, o que não supriria os questionamentos do devedor. Nomeio o Engenheiro Everton Gianlorenço, cadastrado no Banco de Peritos do TJAM, para realização da perícia. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOÃO CABRAL MOURÃO (OAB 9826/AM), ADV: MÉRLYN SCHILLER (OAB 6994/AM) - Processo 0212283-90.2017.8.04.0001 (processo principal 0600742-29.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Antonio Carlos Rosa - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, II, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOSÉ CASTRO PONTES (OAB 10981/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: VANDSON SOARES DA SILVA (OAB 7508/AM), ADV: JOÃO MARIA DE MOURA (OAB 3389/AM), ADV: RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM) - Processo 0214155-58.2008.8.04.0001 (001.08.214155-0) - Cumprimento de sentença - Oferta - EXEQUENTE: T.S.B. - EXECUTADO: J.N.B. - Aguarde-se a realização da audiência designada. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM) - Processo 0217294-37.2016.8.04.0001 (processo principal 0616630-72.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: F.C.S. - Atenda-se ao pedido retro. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0220105-04.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: W.V.S.M.I. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB A633AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0220536-77.2011.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.A. - REQUERIDA: S.M.G.M. - Vista à apelada, para responder, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo, com ou sem resposta, encaminhem-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com as cautelas de praxe. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0221549-09.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: R.C. - Em consonância ao parecer ministerial de fls. 104, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM) - Processo 0224387-46.2019.8.04.0001 (processo principal 0646460-78.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Dissolução - REQUERENTE: Maria Rosa Cansanção Dias - REQUERIDO: K.S.C.D. - Intime-se novamente a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender ao disposto no Despacho de fls. 15, sob pena de extinção. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM), ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB 7800/AM), ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM) - Processo 0226679-72.2017.8.04.0001 (processo principal 0701036-31.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: Leonardo Cidade Nascimento - EXECUTADO: C.E.S.N. - Intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca das petições e documentos de fls. 84a 92. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FELIPE FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO (OAB 7981/AM) - Processo 0233650-10.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: C.L.S.M. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: LARISSE SILVA OLIVEIRA (OAB 37385/BA) - Processo 0235119-91.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0235922-16.2012.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: H.A.S.H.I.S.M. - Sopesado o exposto e em consonância com o parecer ministerial de fls. 45/46, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II do C.P.C.. Sem custas. P.R.I. Transitada em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento.

ADV: JOÃO PAULO MARQUES DOS SANTOS (OAB 9220/AM) - Processo 0241652-03.2015.8.04.0001 (processo principal 0632350-50.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: G. C. B. P. - Intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca da petição de fls. 121/123. Manifestação nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOÃO PAULO MARQUES DOS SANTOS (OAB 9220/AM) - Processo 0241653-85.2015.8.04.0001 (processo principal 0632350-50.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: G. C. B. P. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: LUCIANO MOURA MACIEL (OAB 6744/AM) - Processo 0242332-85.2015.8.04.0001 (processo principal 0238223-72.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: R.C.F.P. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM) - Processo 0244537-19.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0200358-10.2011.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: R.F.O.P. - Ante o teor da certidão de fls. 107, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROSA VANESSA RODRIGUES DE FRANÇA (OAB 10878/AM) - Processo 0256165-10.2014.8.04.0001 (processo principal 0236476-53.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: Nonato Junior Santana de Oliveira - Ante o teor da petição de fls. 208, intime-se a Exequente, por mandado, para constituir novo patrono nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá manifestar-se também acerca da certidão de fls. 212, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, inciso III do CPC. Cumpra-se, com urgência.

ADV: HELIANDRO BRANDÃO DE LIMA (OAB 4894/AM), ADV: RAIMUNDO NEWTON BARBOSA DOS REIS (OAB 976/AM), ADV: SEILANI NOGUEIRA ALMENDROS DE OLIVEIRA (OAB 003.630/AM) - Processo 0322448-59.2007.8.04.0001 (001.07.322448-1) - Cumprimento de sentença - Sociedade - REQUERENTE: M.L.B.G. - REQUERIDO: C.F.S. - Intimem-se as partes, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestarem-se acerca do Laudo de Avaliação de fls. 252/256. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LARISSE SILVA OLIVEIRA (OAB 37385/BA) - Processo 0601359-86.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: G.V.T. e outro - Proceda-se à baixa e ao arquivamento. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0604419-67.2016.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Revisão - ALIMENTAND: F.I.P.S. - ALIMENTANT: M.E.S.N. - Sopesado o exposto e em consonância ao parecer ministerial de fls. 130, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: JONES MONTEIRO MACHADO (OAB 10217/AM), ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0604538-57.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Thiago Simões Barroso - REQUERIDA: Cibele Pereira Monteiro - Intime-se a parte requerente, por seu advogado e por Carta com AR, para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar sua representação processual e, em sendo o caso, ratificar o acordo firmado pelas partes, conforme Termo de Audiência de fls. 64/65. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM), ADV: LUCIVALDO BREVES DA SILVA (OAB 10226/AM) - Processo 0606898-04.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: S.A.S.R.P.M. - EXECUTADO: R.C.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu

prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: KÁTIA CRISTINA CRUZ SANTOS (OAB 2161/AM) - Processo 0607057-10.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERENTE: L.E.S.S. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: 'CAROLINA MATOS CARVALHO - Processo 0607511-53.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERENTE: J.M.C. - Sopesado o exposto e em consonância com o parecer ministerial de fls. 76, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II do C.P.C.. Sem custas. P.R.I. Transitada em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento.

ADV: DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM), ADV: NILCINARA HUERB DE AZEVEDO (OAB 12337/AM) - Processo 0608822-45.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: J.P.C.O. e outro - EXECUTADO: J.P.S.O. - Ante o teor da certidão de fls. 165, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ZULENIR SANTOS DE MENEZES (OAB 9411/AM) - Processo 0609769-36.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: P.H.M.V. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Na mesma oportunidade, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CELSO CASTELO BRANCO GARCIA (OAB 5058/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0609963-31.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Fixação - REQUERENTE: L.A.S. - REQUERIDO: H.S.P.N. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se ao r. Parecer Ministerial de fls. 148/150. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0610180-50.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Sucessão - REQUERENTE: J.S.M. - S.S.M. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SILAS AYRTON VINHOTE DE SOUZA (OAB 10035/AM), ADV: FRANCISCA LOUREIRO DE SOUZA (OAB 8343/AM), ADV: PRISCILLA DE OLIVEIRA GOMES (OAB 8623/AM), ADV: NORA NEY SOARES DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 10572/AM) - Processo 0610274-95.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: J.C.V.O. - EXECUTADO: K.X.O. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Na mesma oportunidade, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM), ADV: MARITZA VALÉRIA TAVARES DIBO (OAB 12139/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: SUZANA DE OLIVEIRA FEITOZA (OAB 11283/AM), ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM) - Processo 0613498-65.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.C.L. - REQUERIDO: M.R.D. - Ante o teor da petição de fls. 184, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FRANCISCO RICARTE DE SOUSA (OAB 7287/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: JORGE ALBERTO MENDES JÚNIOR (OAB 3000/AM) - Processo 0613641-93.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.X.S. - EXECUTADO: A.S.M. - Em consonância ao parecer ministerial de fls. 186, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LAURO AUGUSTO DE LIMA CAVALCANTI (OAB 6343/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0613647-03.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: C.F.R.C. - EXECUTADO: M.G.A. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3194/AM) - Processo 0613697-87.2019.8.04.0001 - Interdição - Subsídios - REQUERENTE: Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOSÉ RODRIGO ORESTES DE SOUSA (OAB 9938/AM), ADV: ESTHER MARIA ARAÚJO DE SOUSA (OAB 5639/AM) - Processo 0614333-53.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Maria Doralice Gomes da Silva - Defiro o pedido formulado às fls. 32. À Secretaria, para proceder a redesignação da audiência pautada às fls. 31. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ELMA FARIAS BORGES (OAB 7285/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0614668-48.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: S.B.F.S. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: ORLANDO LIMA BARROS (OAB 12188/AM) - Processo 0615929-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: João Conrado da Cruz - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar suas alegações finais. Cumpra-se, com urgência.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0617730-23.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Valdecy Gomes Vilaça - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a Sra.Raimunda Damiana Magalhães Vilaça, pessoalmente, por mandado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a referida senhora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Intime-se o Sr. Valdecy Gomes Vilaça, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: ANA SELMA FERREIRA SCHIMMELPFENNING (OAB 115309/RJ), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: ANA BEATRIZ FADEL (OAB 93720/RJ), ADV: DAVID MATALON NETO (OAB 3934/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: JOÃO RICARDO CHAMMA DAS NEVES FILHO (OAB 5889/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: DANIELLE SOUZA DE FARIAS (OAB 142102/RJ) - Processo 0618767-22.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: S.J.S. - REQUERIDO: A.F.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 100/106, ao mesmo tempo em que, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para no mesmo prazo, manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 107/112. Cumpra-se, com urgência.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0618819-81.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Dissolução - REQUERENTE: Leta Eugenia de Souza Leão - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Leta Eugenia de Souza Leite e Roberto Pinto Leite, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, a saber, Leta Eugenia de Souza Leão. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor da requerente, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando ao filho toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Tendo as partes renunciado ao prazo recursal, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: JUSCELINO DE OLIVEIRA MELO (OAB 12546/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0619162-19.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: P.S.P. - EXECUTADO: M.S.R.D. - Sopesado o exposto e em consonância com o parecer ministerial de fls. 149/150, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II do C.P.C.. Sem custas. P.R.I. Transitada em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0619901-89.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: G.O.S. - Intime-se a representante legal da parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 81/82. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JACK GOMES DE SOUZA (OAB 11049/AM) - Processo 0619914-49.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0606321-21.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: M.C.N.O. - Ante o teor da certidão de fls. 27, intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. Informado o endereço atualizado do Executado, ou confirmado o endereço que consta nos autos, expeça-se novo Mandado de Citação, ressaltando-se ao Sr. Oficial de Justiça que, havendo suspeita de ocultação, deverá proceder à citação com hora certa, observando rigorosamente o disposto nos arts. 252 e 253 do C.P.C.. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0620106-50.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: L.S.B. e outro - Intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar nos autos o nº do CPF do Executado, a fim de possibilitar a realização de consultas, já determinada no Despacho de fls. 47. Informações nos autos, cumpra-se o despacho de fls. 47, em todo o seu teor. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM), ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0621165-15.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: M.G.S.S. - EXECUTADO: M.M.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu Defensor, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Na mesma oportunidade, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM), ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM) - Processo 0621527-80.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: A.N.G. e outro - EXECUTADO: R.F.G. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: LUCIANO VIEIRA DA ROCHA SILVA (OAB 4787/AM) - Processo 0621611-08.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.K.S.V. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30

(trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SARA MARTINS SOMBRA DE OLIVEIRA (OAB 9456/AM) - Processo 0622188-88.2016.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.E.D.R. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM) - Processo 0623775-53.2013.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.N.F. e outros - Defiro o pedido retro. A secretaria para as providências cabíveis. Após, mantenha-se a baixa e o arquivamento dos autos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0624813-90.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: B.R.O.M. - REQUERIDA: P.C.M. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se ao r. Parecer Ministerial de fls. 100. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0624908-91.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0642531-42.2015.8.04.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: T.B.C. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II do C.P.C.. Sem custas. P.R.I. Transitada em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento.

ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0625092-76.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Ricardo Luis de Oliveira Teixeira - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Entrevista Pessoal, desta Ação, para o dia 04/10/2019 às 08:00h, a ser realizada na residência do requerido, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, ressaltando que o interditando deverá estar presente e que dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência, poderá impugnar o pedido.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DE LIMA FILHO (OAB 10014/AM), ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM), ADV: ANDERSON KENNETH SANTOS BELFORT. (OAB 7591/AM) - Processo 0628593-14.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0628587-07.2014.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: M.N.L.S. - EXECUTADO: I.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 9052/AM) - Processo 0630752-90.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: E.C.S. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0631006-29.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: B.S. - Intime-se a parte exequente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 54. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM) - Processo 0635732-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: D.V.F.C. - Ante a certidão de fls. 74, decreto a revelia da parte requerida, com fulcro no art. 344 do C.P.C. Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 348 do C.P.C.. Caso o autor manifeste desinteresse na produção adicional de provas, impor-se-á o julgamento antecipado da lide, conforme dispõe o art. 355, inciso II do C.P.C., razão pela qual, deverão os autos voltarem-me conclusos para sentenciar. Intime-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO SIMONETTI (OAB 5174/AM) - Processo 0638584-72.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Tereza Davila de Souza Meneghini - Cumpra-se

ADV: FELLIPE CARVALHO AMORE (OAB 9302/AM), ADV: CASSIANO CASTRO RIBEIRO (OAB 10586/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: ELIANA SANDRA CARVALHO BARROSO (OAB 2027/AM) - Processo 0640454-26.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: G.M.P.B. - REQUERIDO: E.C.B. - Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA (OAB 5698/AM) - Processo 0640578-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Viagem ao Exterior - REQUERENTE: S.N.S.L. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 23. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0640899-39.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Requisitos - REQUERENTE: O.G.F. e outro - Intime-se novamente a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar nos autos se os divorciandos dispensam a prestação de alimentos entre si, conforme disposto no art. 731, II do C.P.C., tendo em vista que os documentos de fls. 17/18 não especificam se os alimentos estão sendo prestados entre os divorciandos ou aos seus filhos. Suprida a irregularidade apontada, voltem-me os autos conclusos para a fila de Sentença Homologatória. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0640934-96.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: J.A.B. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos nova cópia do acordo, devidamente assinada em todas as vias, pelas partes e por seu patrono, devendo todos os requisitos do art. 731, do C.P.C. ser atendidos, sob pena de indeferimento. Suprida a irregularidade apontada, voltem-me os autos conclusos para a file de Sentença Homologatória. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BRUNO BARBOSA DOS REIS GLÓRIA (OAB 9432/AM), ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0641458-98.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0600616-47.2014.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: S.T.C.S. - EXECUTADO: P.C.P. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 219/224. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM) - Processo 0642125-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: H.C.V.P. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CESARE ANGELINI NETO (OAB 13382/AM), ADV: FLORENCE FLECK (OAB 13586/AM), ADV: JHENNIFER CRISTINE SOUZA PINTO (OAB 12655/AM) - Processo 0646373-25.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: C.T.G. e outro - REQUERIDO: R.R.G. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se ao parecer ministerial de fls. 143/144. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0648329-76.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0626190-33.2018.8.04.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Antoniele Mayara Pedrosa Sousa - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PHILLIPPE LIBERATO DE OLIVEIRA MACEDO (OAB 9103/AM) - Processo 0651659-47.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Anulação - REQUERENTE: Adriano Roberto C da Cruz e outro - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos nova cópia do acordo, devidamente assinada em todas as vias, pelas partes e por seu patrono, conforme disposto no art. 731, caput do C.P.C. sob pena de indeferimento. Ressalto que no mesmo prazo, a divorcianda deverá informar se voltará a utilizar o nome de solteira ou permanecerá usando o de casada. Supridas as irregularidades apontadas, dê-se vista ao Ministério Público, para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Parecer Ministerial nos autos, voltem-me conclusos para fila de sentença homologatória. Cumpra-se, com urgência.

ADV: IRENILDA CARVALHO JANUARIO (OAB 13167/AM) - Processo 0654042-32.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: M.L.F.S. e outro - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM) - Processo 0655867-11.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.C.S.R. - REQUERIDO: F.F.L. - Em consonância ao parecer ministerial de fls. 159, efetue-se o estudo psicossocial do caso, com a ressalva de que, caso tenham interesse, as partes poderão optar, a qualquer momento, pela realização do estudo através de peritos particulares, cadastrados no banco de dados de peritos do Tribunal de Justiça, escolhidos por sorteio pela Secretaria da Vara, hipótese que deverá ser expressamente manifestada nos autos, através de petição, devendo os respectivos honorários serem pagos, independentemente da concessão da gratuidade da Justiça. Desde já, determino que, na hipótese de as partes manifestarem expressamente o seu interesse na realização do referido estudo, por meio de peritos particulares, os autos deverão ser remetidos à secretaria, para as providências cabíveis. Estudo Social ou Relatório Psicológico nos autos, intimem-se as partes, por seus advogados, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. Manifestação nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0657601-94.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: S.R.S.A. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Na mesma oportunidade, intime-se a parte requerida, por seu defensor, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0718058-05.2012.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: L.F.P.M. - EXECUTADO: H.F.M. - Intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para, no prazo de 15 (quinze) dias, ratificar o acordo firmado pelas partes, conforme documentos de fls. 196/197. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Maria Pereira M Landim (OAB 003.242/AM)
Ana Beatriz Fadel (OAB 93720/RJ)
Ana Karoline dos Santos Pinto (OAB 23762/CE)
Ana Selma Ferreira Schimmelpfenning (OAB 115309/RJ)
Anderson Kenneth Santos Belfort. (OAB 7591/AM)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio Braz de Lima Filho (OAB 10014/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior (OAB 3194/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB 9432/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Alberto Simonetti (OAB 5174/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva (OAB 5698/AM)
'Carolina Matos Carvalho
Caroline Pereira de Souza (OAB 9052/AM)
Cassiano Castro Ribeiro (OAB 10586/AM)
Celso Castelo Branco Garcia (OAB 5058/AM)
Cesare Angelini Neto (OAB 13382/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Claudevan de Souza Pereira (OAB 7800/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM)
Danielle Souza de Farias (OAB 142102/RJ)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
David Matalon Neto (OAB 3934/AM)
Eliana Sandra Carvalho Barroso (OAB 2027/AM)
Elma Farias Borges (OAB 7285/AM)
Esther Maria Araújo de Sousa (OAB 5639/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)

Felipe Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB 7981/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fellipe Carvalho Amore (OAB 9302/AM)
Florence Fleck (OAB 13586/AM)
Francisca Loureiro de Souza (OAB 8343/AM)
Francisco Ricarte de Sousa (OAB 7287/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gustavo Linhares Rodrigues (OAB 31361/BA)
Heliandro Brandão de Lima (OAB 4894/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
Irenilda Carvalho Januario (OAB 13167/AM)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Jack Gomes de Souza (OAB 11049/AM)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Jhennifer Cristine Souza Pinto (OAB 12655/AM)
João Cabral Mourão (OAB 9826/AM)
João Leonel de Britto Feitoza (OAB 1489/AM)
João Maria de Moura (OAB 3389/AM)
João Paulo Marques dos Santos (OAB 9220/AM)
João Ricardo Chamma das Neves Filho (OAB 5889/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
Jones Monteiro Machado (OAB 10217/AM)
Jorge Alberto Mendes Júnior (OAB 3000/AM)
José Castro Pontes (OAB 10981/AM)
José Rodrigo Orestes de Sousa (OAB 9938/AM)
Juscelino de Oliveira Melo (OAB 12546/AM)
Kátia Cristina Cruz Santos (OAB 2161/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)
Larisse Silva Oliveira (OAB 37385/BA)
Lauro Augusto de Lima Cavalcanti (OAB 6343/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB A633AM)
Luciano Moura Maciel (OAB 6744/AM)
Luciano Vieira da Rocha Silva (OAB 4787/AM)
Lucivaldo Breves da Silva (OAB 10226/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Maritza Valéria Tavares Dibo (OAB 12139/AM)
Mérlyn Schiller (OAB 6994/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Nilcinara Huerb de Azevedo (OAB 12337/AM)
NORA NEY SOARES DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 10572/AM)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Orlando Lima Barros (OAB 12188/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Phillippe Liberato de Oliveira Macedo (OAB 9103/AM)
Priscilla de Oliveira Gomes (OAB 8623/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Raimundo Newton Barbosa Dos Reis (OAB 976/AM)
RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Regina Jansen Simões (OAB 1086/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Rosa Vanessa Rodrigues de França (OAB 10878/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Sara Martins Sombra de Oliveira (OAB 9456/AM)
Sarah Taliá Bezerra Serudo (OAB 4934/AM)
Seilani Nogueira Almendros de Oliveira (OAB 003.630/AM)
Silas Ayrton Vinhote de Souza (OAB 10035/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Suzana de Oliveira Feitoza (OAB 11283/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vandson Soares da Silva (OAB 7508/AM)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Zulenir Santos de Menezes (OAB 9411/AM)

8ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0036/2019

ADV: ELLEN CRISTINE ALVES DE MELO (OAB 5985/RO) - Processo 0205236-31.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: A.C.M. - Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da prisão, verificado os requisitos legais, notadamente o fato do pedido não extrapolar os três meses anteriores ao ajuizamento da ação, nos termos do art. 528, § 7º do CPC, intime-se o requerido pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de protesto e decretação da prisão civil no prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, nos termos, para os fins e com a advertência dos §§ 1º a 7º do art. 528 do Código de Processo Civil. Informe-se, ainda, que por se tratar de procedimento executório de prestação continuada, são devidas, inclusive as prestações que se vencerem no curso do processo. Caso o requerido nada providencie, expeça-se certidão, para protesto pelo exequente. Fixam-se os honorários em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidas de metade, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias. Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da penhora, intime-se o requerido para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito ou provar que o fez, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado em 10% (dez por cento) e de expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do § 8º do art. 528 c/c art. 523 do Código de Processo Civil. Todo e qualquer pagamento ou termo de acordo firmado entre as partes, bem como demais diligências e pedidos devem mencionar expressamente o rito a que se refere.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0244944-06.2009.8.04.0001 (001.09.244944-2) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: N.M.B.A.M. - Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da prisão, verificado os requisitos legais, notadamente o fato do pedido não extrapolar os três meses anteriores ao ajuizamento da ação, nos termos do art. 528, § 7º do CPC, intime-se o requerido pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de protesto e decretação da prisão civil no prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, nos termos, para os fins e com a advertência dos §§ 1º a 7º do art. 528 do Código de Processo Civil. Informe-se, ainda, que por se tratar de procedimento executório de prestação continuada, são devidas, inclusive as prestações que se vencerem no curso do processo. Caso o requerido nada providencie, expeça-se certidão, para protesto pelo exequente. Fixam-se os honorários em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidas de metade, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias. Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da penhora, intime-se o requerido para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito ou provar que o fez, sob pena de incidência de multa de

10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado em 10% (dez por cento) e de expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do § 8º do art. 528 c/c art. 523 do Código de Processo Civil. Todo e qualquer pagamento ou termo de acordo firmado entre as partes, bem como demais diligências e pedidos devem mencionar expressamente o rito a que se refere.

ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM) - Processo 0249626-67.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: C.V.B.V. - Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da prisão, verificado os requisitos legais, notadamente o fato do pedido não extrapolar os três meses anteriores ao ajuizamento da ação, nos termos do art. 528, § 7º do CPC, intime-se o requerido pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de protesto e decretação da prisão civil no prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, nos termos, para os fins e com a advertência dos §§ 1º a 7º do art. 528 do Código de Processo Civil. Informe-se, ainda, que por se tratar de procedimento executório de prestação continuada, são devidas, inclusive as prestações que se vencerem no curso do processo. Caso o requerido nada providencie, expeça-se certidão, para protesto pelo exequente. Fixam-se os honorários em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidas de metade, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias. Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da penhora, intime-se o requerido para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito ou provar que o fez, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado em 10% (dez por cento) e de expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do § 8º do art. 528 c/c art. 523 do Código de Processo Civil. Todo e qualquer pagamento ou termo de acordo firmado entre as partes, bem como demais diligências e pedidos devem mencionar expressamente o rito a que se refere.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0610849-06.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - AUTORA: S.V.N.L. - Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da prisão, verificado os requisitos legais, notadamente o fato do pedido não extrapolar os três meses anteriores ao ajuizamento da ação, nos termos do art. 528, § 7º do CPC, intime-se o requerido pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de protesto e decretação da prisão civil no prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, nos termos, para os fins e com a advertência dos §§ 1º a 7º do art. 528 do Código de Processo Civil. Informe-se, ainda, que por se tratar de procedimento executório de prestação continuada, são devidas, inclusive as prestações que se vencerem no curso do processo. Caso o requerido nada providencie, expeça-se certidão, para protesto pelo exequente. Fixam-se os honorários em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidas de metade, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias. Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da penhora, intime-se o requerido para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito ou provar que o fez, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado em 10% (dez por cento) e de expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do § 8º do art. 528 c/c art. 523 do Código de Processo Civil. Todo e qualquer pagamento ou termo de acordo firmado entre as partes, bem como demais diligências e pedidos devem mencionar expressamente o rito a que se refere.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0611310-36.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: S.O.L. - Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da prisão, verificado os requisitos legais, notadamente o fato do pedido não extrapolar os três meses anteriores ao ajuizamento da ação, nos termos do art. 528, § 7º do CPC, intime-se o requerido pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de protesto e decretação da prisão civil no prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, nos termos, para os fins e com a advertência dos §§ 1º a 7º do art. 528 do Código de Processo Civil. Informe-se, ainda, que por se tratar de procedimento executório de prestação continuada, são devidas, inclusive as prestações que se vencerem no curso do processo. Caso o requerido nada providencie, expeça-se certidão, para protesto pelo exequente. Fixam-se os honorários em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidas de metade, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias. Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da penhora, intime-se o requerido para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito ou provar que o fez, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado em 10% (dez por cento) e de expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do § 8º do art. 528 c/c art. 523 do Código de Processo Civil. Todo e qualquer pagamento ou termo de acordo firmado entre as partes, bem como demais diligências e pedidos devem mencionar expressamente o rito a que se refere.

ADV: SARAH DE SOUZA LOBO (OAB 5971/AM) - Processo 0616316-24.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: R.S.B. - Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da prisão, verificado os requisitos legais, notadamente o fato do pedido não extrapolar os três meses anteriores ao ajuizamento da ação, nos termos do art. 528, § 7º do CPC, intime-se o requerido pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de protesto e decretação da prisão civil no prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, nos termos, para os fins e com a advertência dos §§ 1º a 7º do art. 528 do Código de Processo Civil. Informe-se, ainda, que por se tratar de procedimento executório de prestação continuada, são devidas, inclusive as prestações que se vencerem no curso do processo. Caso o requerido nada providencie, expeça-se certidão, para protesto pelo exequente. Fixam-se os honorários em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidas de metade, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias. Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da penhora, intime-se o requerido para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito ou provar que o fez, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado em 10% (dez por cento) e de expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do § 8º do art. 528 c/c art. 523 do Código de Processo Civil. Todo e qualquer pagamento ou termo de acordo firmado entre as partes, bem como demais diligências e pedidos devem mencionar expressamente o rito a que se refere.

ADV: SARAH DE SOUZA LOBO (OAB 5971/AM) - Processo 0628569-78.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Maria Mirian Ferreira Soares - Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da prisão, verificado os requisitos legais, notadamente o fato do pedido não extrapolar os três meses anteriores ao ajuizamento da ação, nos termos do art. 528, § 7º do CPC, intime-se o requerido pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de protesto e decretação da prisão civil no prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, nos termos, para os fins e com a advertência dos §§ 1º a 7º do art. 528 do Código de Processo Civil. Informe-se, ainda, que por se tratar de procedimento executório de prestação continuada, são devidas, inclusive as prestações que se vencerem no curso do processo. Caso o requerido nada providencie, expeça-se certidão, para protesto pelo exequente. Fixam-se os honorários em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidas de metade, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias. Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da penhora, intime-se o requerido para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito ou provar que o fez, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado em 10% (dez por cento) e de expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do § 8º do art. 528 c/c art. 523 do Código de Processo Civil. Todo e qualquer pagamento ou termo de acordo firmado entre as partes, bem como demais diligências e pedidos devem mencionar expressamente o rito a que se refere.

ADV: ELLEN CRISTINE ALVES DE MELO (OAB 7016/AM) - Processo 0646060-98.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - DissoluçãoMarcio Ferreira da Silva - Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da prisão, verificado os requisitos legais, notadamente o fato do pedido não extrapolar

os três meses anteriores ao ajuizamento da ação, nos termos do art. 528, § 7º do CPC, intime-se o requerido pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de protesto e decretação da prisão civil no prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, nos termos, para os fins e com a advertência dos §§ 1º a 7º do art. 528 do Código de Processo Civil. Informe-se, ainda, que por se tratar de procedimento executório de prestação continuada, são devidas, inclusive as prestações que se vencerem no curso do processo. Caso o requerido nada providencie, expeça-se certidão, para protesto pelo exequente. Fixam-se os honorários em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidas de metade, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias. Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da penhora, intime-se o requerido para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito ou provar que o fez, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado em 10% (dez por cento) e de expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do § 8º do art. 528 c/c art. 523 do Código de Processo Civil. Todo e qualquer pagamento ou termo de acordo firmado entre as partes, bem como demais diligências e pedidos devem mencionar expressamente o rito a que se refere.

Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
ELLEN CRISTINE ALVES DE MELO (OAB 5985/RO)
Ellen Cristine Alves de Melo (OAB 7016/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Karlla Alynne Queiroz de Souza (OAB 308881/SP)
Marco Aurélio Martins da Silva (OAB 4849/AM)
Sarah de Souza Lobo (OAB 5971/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRELIMINAR

A Doutora **Rosália Guimarães Sarmento**, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, fazendo uso de suas atribuições legais **NOTIFICA O(A)(S) DENUNCIADO(A)(S)** abaixo mencionado(a)(s)**.** conforme preceitua o art. 361,CPP, com prazo de 15 dias, para apresentação da **Defesa Preliminar** no prazo de 10(dez) dias:

Nº do Processo: 0661830-97.2018
Denunciado(a)(s): Reizon Guilherme Correa Castro, filho de Wylhams Marques de Castro e Márcia Antônia Vieira Correa Castro.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0221/2019

ADV: ANDERSON DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 8025/AM) - Processo 0210156-82.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Outras fraudes - RÉU: D.M.F. - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de pedido de revogação (fls. 544/547) de Daniel de Melo Farias da decisão que DECRETOU a prisão preventiva (fls. 194/196). O Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido (fl. 555/558). Relatado. DECIDO. A par do que emerge os autos, verifica-se que o indiciado apesar de reincidente, obteve em seu favor, livramento condicional pelo juízo da Vara de Execuções Penais, conforme documentos juntados pelo seu Procurador. Diante disso, entendo a decisão, datada do ano de 2014, não necessita ser mantida, vez que já juntado nos autos a defesa preliminar do denunciado, ocasião em que o processo tramitará sem intercorrências, visto que a liberdade é a regra em nosso Ordenamento Jurídico vigente (princípio da não culpabilidade antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória). Ante o exposto, em dissonância com o parecer do Ministério Público, DEFIRO o pedido de REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA formulado por Daniel de Melo Farias. Aplico-lhe, outrossim, as seguintes MEDIDAS CAUTELARES diversas da prisão: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras intimações; 2) Comparecimento trimestral em juízo para justificar suas atividades (ocasião em que será gerada uma fotografia digital a ser anexada aos autos); 3) Proibição de se ausentar da Comarca por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização judicial; 4) Comparecimento obrigatório ao juízo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para assinar termo de compromisso; e 5) Participação obrigatória no PROJETO REEDUCAR. Condiciono a expedição do alvará de soltura, à apresentação de cópia do RG, CPF e Comprovante de Residência do flagranteado/indiciado/denunciado. Intime-se o flagranteado/indiciado/denunciado, dando-lhe ciência do inteiro teor desta decisão. Intime-se ainda, seu Advogado, devidamente habilitado nos autos, ou Defensor Público. Os documentos poderão ser juntados por seu Procurador, familiar, ou qualquer pessoa de confiança mediante termo de entrega, devidamente assinado nos autos. Após o cumprimento do exigido, expeça-se o necessário, mencionando que o MANDADO DE PRISÃO FORA LANÇADO NOS AUTOS N° 0243549-03.2014.8.04.0001 (PROCESSO DESMEMBRADO). Conferindo impulso oficial à marcha processual, passo a análise acerca do recebimento (ou não) da exordial acusatória. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado Daniel de Melo Farias por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Paute-se AIJ, antes da expedição do competente alvará de soltura, a fim de que o acusado seja intimado da mesma. Intime-se o acusado por meio do Alvará de Soltura. Cite o réu e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de setembro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ANDERSON DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 8025/AM) - Processo 0210156-82.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Outras fraudes - RÉU: D.M.F. - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins, em atenção à petição de fls. 564/570, que deixei de expedir alvará de soltura em favor de Daniel de Melo Farias em razão do documento de fl. 568 não ser um comprovante de residência válido, e os documentos de fls. 569/570, além de estarem registrados no nome de pessoa alheia aos autos, datam do ano de 2018. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 26 de setembro de 2019 Marya Fernanda de Souza Martins Pina Diretora de Secretaria

ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM) - Processo 0224622-13.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU PRESO: J.C.S. - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que, ao realizar a importação para os autos das mídias referentes ao termo de audiência de fls. 46/47, constatei a impossibilidade de lançar o vídeo do interrogatório da ré Graicy Kelly Pereira Correa. Certifico que, consultando o setor de informática do Fórum Ministro Henoch Reis, foi constatado que o referido arquivo de mídia se encontra corrompido. Certifico, assim, que a audiência para novo interrogatório da ré Graicy Kelly Pereira Correa foi redesignada para o dia 04/10/2019 às 10:45h. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 26 de setembro de 2019. Marya Fernanda de Souza Martins Pina Escrivã(o)/Secretária(o)

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0232397-94.2010.8.04.0001 (001.10.232397-7) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - RÉU: Alex Sandro Valentim Borges - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que, atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, a audiência de instrução e julgamento dos presentes autos foi redesignada para o dia 07/10/2019 às 09:30h. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 01 de março de 2019. Mayara de Paiva Caldas Assistente Judiciário

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0232791-04.2010.8.04.0001 (001.10.232791-3) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - RÉU: Ramon Ferreira de Souza - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que, atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, a audiência de instrução e julgamento dos presentes autos foi redesignada para o dia 07/10/2019 às 09:00h. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 01 de março de 2019. Mayara de Paiva Caldas Assistente Judiciário

ADV: GABRIELA SAMARA DE OLIVEIRA TRAVASSOS (OAB 9504/AM), ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM) - Processo 0238395-28.2019.8.04.0001 (processo principal 0233960-11.2019.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Prisão Preventiva - REQUERENTE: Antônio Douglas Palheta Mar - Autos nº:0238395-28.2019.8.04.0001 ClasseRestituição de Coisas Apreendidas AssuntoPrisão Preventiva DECISÃO Vistos estes autos, ANTÔNIO DOUGLAS PALHETA MAR, no ato, por seus advogados ut procuração inclusa nos autos (fl.05), requereu a restituição do veículo FIAT ARGO, COR CINZA, ANO 2011, PLACA: PHN 3A99, apreendido nos autos n°: 0626650-83.2019.8.04.0001, inicialmente distribuído ao 2º Tribunal do Júri, com o decorrente declínio de competência em relação ao nacional Vinicius Ferreira dos Santos, e bens apreendidos quando da realização dos mandados de busca e apreensão. Juntou documentos, entre os quais o CRV do veículo (fl. 18) comprovando a propriedade do veículo em nome do requerente. Chamado a opinar, o Representante do Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido, alegando que o requerente não possui legimitidade para pleitear o bem, uma vez o veículo fora apreendido com um dos nacionais denunciados perante o 2º Tribunal do Júri da Capital. Relatado. DECIDO. Da análise perfunctória dos presentes autos, verifico que o presente pedido foi instaurado como incidente nos autos do processo principal registrado sob o nº 0233960-11.2019.8.04.0001, em desfavor do nacional Vinicius Ferreira dos Santos. Desta forma, não obstante a manifestação ministerial retro, entendo que não há mais fundamento para a manutenção do veículo cuja restituição está sendo pleiteada por parte legítima, porquanto, terceiro alheio aos presentes autos, sequer parte, e sob a competência até o momento (vide decisão de fls. 391/392 nos autos principais), desta especializada. Ademais, a apreensão do bem, não pode se dissociar do elemento subjetivo nem desconsiderar a boa-fé. O elemento subjetivo, na hipótese, consiste no conhecimento do proprietário da utilização de seu veículo como instrumento à consecução da prática ilícita. A quebra da presunção de boa-fé, nesse caso, é ônus que cabe à acusação provar, pois o simples fato de ter sido encontrada droga no interior do veículo, ou ainda, na posse de quem estava dirigindo, ou como passageiro, não é bastante a solapar a crença iuris tantum de que o proprietário do automóvel não tinha conhecimento da irregularidade das substâncias transportadas. Destarte, desde que não elidida a presunção de boa-fé, não há lugar a apreensão do veículo como medida acautelatória para eventual exigibilidade da pena de perdimento do bem, pois esta só é aplicável àquele que, tendo consciência da ilicitude e do caráter fraudulento da conduta, beneficia-se com o cometido do crime em questão. Pelo exposto, DEFIRO O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO formulado por petição às fls. 01/04 dos autos do incidente nº 0238395-28.2019.8.04.0001. Expeça-se mandado de restituição. Intimem-se o requerente, por seu advogado e o Representante do Ministério Público, acerca do inteiro teor da presente decisão. Após, ARQUIVEM-SE os autos, em razão de sua dispensabilidade de tramitação (processo ativo). Manaus, 26 de setembro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: CAMILA CASTRO DE ALENCAR (OAB 13045/AM), ADV: JAMAYRA MACHADO TAVARES (OAB 14337/AM) - Processo 0620331-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Filipe Ferreira de Souza e outro - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a audiência designada para a data de hoje deixou de correr em razão da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital se encontrar enferma. Certifico, ainda, que a audiência de instrução e julgamento dos presentes autos foi redesignada para o dia 21/10/2019 às 13:00h. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 27 de setembro de 2019. Marya Fernanda de Souza Martins Pina Escrivã(o)/Secretária(o)

ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0638145-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Andre Alves da Silva - Thiago de Souza Soares - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a audiência designada para a data de hoje deixou de ocorrer em razão da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital se encontrar enferma. Certifico, ainda, que a audiência de instrução e julgamento dos presentes autos foi redesignada para o dia 22/10/2019 às 13:00h. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 27 de setembro de 2019. Marya Fernanda de Souza Martins Pina Escrivã(o)/Secretária(o)

ADV: HELEN LEÃO BRAGA (OAB 13406/AM), ADV: MÁRCIA REGINA PACHECO OLIVEIRA (OAB 14067/AM) - Processo 0641707-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fernando

Garcia Vargas e outro - Vistos estes autos, Trata-se de pedido de revogação (fls. 150/154) de João Batista Peres Brasil da decisão que, no plantão judicial, converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva (fls. 42/43). O Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido (fl. 156/157). Relatado. DECIDO. De fato assiste razão ao MP, porquanto entre a data da decisão judicial que decretou a prisão preventiva (08/08/2019 data da prisão) do indiciado/denunciado-requerente e a data do pedido de revogação (22/09/2019 data do pedido) passaram-se apenas 44 dias, não havendo neste curto período, qualquer modificação das circunstâncias fático-jurídicas que ensejaram o ergastulamento cautelar do indiciado. O posicionamento do juízo foi externado e fundamentado, de tal forma que apenas se houver alteração das circunstâncias devidamente demonstrada nos autos ou decisão judicial do segundo grau de jurisdição será possível a modificação do status libertatis do indiciado. Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido (fls. 150/154) de revogação da prisão preventiva de João Batista Peres Brasil. Intime-se. Conferindo impulso oficial à marcha processual, passo a análise acerca do recebimento (ou não) da exordial acusatória. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado João Batista Peres Brasil, por sua defensora, arrolou testemunhas, e suscitou a tese de negativa de autoria, afirmando que a droga apreendida não estava consigo (fls. 148/149). O denunciado Fernando Garcia Vargas, por seu advogado, não arrolou testemunhas, e suscitou a tese de que apenas era “Mula do Trafico”, não tendo o dolo da pratica do crime imputado, também suscita a tese de ausência de comprovação quanto a associação para o trafico, não ficando demonstrado a estabilidade e permanência da associação. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 102) e laudo toxicológico definitivo (fl. 104/109), além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados João Batista Peres Brasil e Fernando Garcia Vargas por incursos nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e julgamento para o dia 19/11/2019 às 12:45h. Citem os réus e intimem-se seu advogado e sua defensora, se constituídos, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 25 de setembro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0642050-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Reginaldo Farias da Silva - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Reginaldo Farias da Silva. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu/sua advogado(a)/defensora, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fls. 84) e laudo toxicológico definitivo (fls. 86/89), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado Reginaldo Farias da Silva por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 22/11/2019 às 12:45h. Cite o réu e intimem-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 26 de setembro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0645227-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thiago Lana Lima - Ante o exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, DEFIRO o pedido de REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA formulado por Thiago Lana Lima. Aplico-lhe, outrossim, as seguintes MEDIDAS CAUTELARES diversas da prisão: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras intimações; 2) Comparecimento trimestral em juízo para justificar suas atividades (ocasião em que será gerada uma fotografia digital a ser anexada aos autos); 3) Proibição de se ausentar da Comarca por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização judicial; 4) Comparecimento obrigatório ao juízo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para assinar termo de compromisso; e 5) Participação obrigatória no PROJETO REEDUCAR no dia 07/10/2019 às 08h:00min, no auditório do Fórum Ministro Henoch Reis. Expeça-se o competente Alvará de Soltura e lavre-se Termo de Compromisso. Conferindo impulso oficial à marcha processual, passo a análise acerca do recebimento (ou não) da exordial acusatória. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 05) e laudo toxicológico definitivo (fls. 16-21), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado Thiago Lana Lima por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e julgamento para o dia 21/10/2020 às 10:30h. Intime-se o acusado por meio do Alvará de Soltura. Cite-se o réu e intimem-se seu advogado, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Intime-se o Advogado, para apresentar a procuração legível à fl. 94, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM) - Processo 0647563-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcelo de Souza Reateque - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Marcelo de Souza Reateque. Notificado para apresentar defesa

preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória (fls. 104/105). Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fls. 62) e laudo toxicológico definitivo (fls. 65/67), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado Marcelo de Souza Reateque por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 27/10/2020 às 10:00h. Cite o réu e intimem-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 25 de setembro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ANDERSON ÍTALO FREITAS DE SOUZA (OAB 13972/AM) - Processo 0661420-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Carolina de Carvalho e Carvalho - Visto estes autos, O Representante do Ministério Publico Estadual ofereceu denúncia perante este Juízo contra o acusado Carolina de Carvalho e Carvalho e Elder de Assis Pereira, qualificado nos autos, imputando ao mesmo crime previsto na Lei nº 11.343/2006. Às fls. 238 consta certidão de óbito do acusado Elder de Assis Pereira, lavrada no 7º Cartório de Registro Civil do Município de Manaus, que registra o falecimento no dia 14/08/2019. Instado a se manifestar, o Ministério Público ofertou parecer (fl. 221), opinando pela extinção da punibilidade. É o relatório. Decido. Vê-se, dos autos, que o réu Elder de Assis Pereira veio a falecer antes do encerramento da instrução criminal, consoante certidão de óbito acostada aos autos. Desse modo, considerando a comprovação da morte do agente, na forma prevista pelo artigo 62 do Código de Processo Penal, é de ser reconhecida a extinção da punibilidade. ISTO POSTO, decreto a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte do agente Elder de Assis Pereira, qualificado nos autos, nos termos do art. 107, I, do Código Penal Brasileiro e art. 62 do Código Processo Penal. DÊ-SE BAIXA NO NOME DA PARTE FALECIDA, prosseguindo-se os autos em relação a acusada Caroline. Passo à analise quanto ao recebimento da denúncia. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, a denunciada, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fls. 16) e laudo toxicológico definitivo (fls. 18-22), além de indícios de autoria que apontam para a denunciada, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando a denunciada por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 06/10/2020, às 11h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. CUMPRA-SE. Manaus, 27 de setembro de 2019 Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Anderson de Oliveira Moreira (OAB 8025/AM)
Anderson Ítalo Freitas de Souza (OAB 13972/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Camila Castro de Alencar (OAB 13045/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)
Francisco Ivan Palheta Camurça (OAB 9596/AM)
Gabriela Samara de Oliveira Travassos (OAB 9504/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Helen Leão Braga (OAB 13406/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Jamayra Machado Tavares (OAB 14337/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Márcia Regina Pacheco Oliveira (OAB 14067/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0281/2019

ADV: RUBEMAR ROCHA DE LUCENA (OAB 11448/AM) - Processo 0636718-92.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Kedma Chaves de Lima - DESPACHO Notifiquem-se os denunciados Kedma Chaves de Lima e José Weliton Lisboa de Oliveira para oferecerem DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, subscrita por Advogado(a) ou Defensor Público(a), na forma do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Caso o(a) denunciado(a)s, notificados, deixem transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica do(a)s denunciado(a)s, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Após a efetiva apresentação da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Ante a não localização do denunciado, no endereço declinado nos autos, determino que seja realizada consulta nos sistema SIEL e INFOJUD (caso haja nos autos os dados necessários para tanto), a fim de que seja procedida a notificação pessoal do denunciado. Em caso de ato negativo, ou impossibilidade de consulta por ausência de dados suficientes, determino seja o denunciado NOTIFICADO, por edital, e ainda, no mesmo ato, intimado para que constitua Advogado, ou solicite assistência da Defensoria Pública do Estado. Ultrapassado o prazo para manifestação, e em caso de não comparecimento do denunciado em juízo, vista à DPE/AM para atuação no feito. Após, vista ao MP, para que emita parecer acerca de decreto de prisão (em caso de descumprimento das condições impostas para permanecer em liberdade). CUMPRA-SE.

Rubemar Rocha de Lucena (OAB 11448/AM)

3ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0072/2019

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0250813-71.2014.8.04.0001 - Medidas Investigatórias Sobre Organizações Criminosas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Gildevan Rodrigues Pessoa - De ordem do MM. Juiz, fica designado o dia 29/10/2019 às 09:45h para a realização da audiência de Instrução e Julgamento para oitiva das testemunhas de defesa, posto que o réu será interrogado por carta precatória (fls. 1018) e houve o traslado de prova emprestada em relação às testemunhas de acusação (fls. 1022/1031). É o que me cumpre certificar.

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0250813-71.2014.8.04.0001 - Medidas Investigatórias Sobre Organizações Criminosas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Gildevan Rodrigues Pessoa - Certifico para os devidos fins que, de ordem do MM. Juiz, conforme dispõe o Art. 222 do CPP c/c Súmula 273 do STJ, fica a defesa intimada da expedição de Carta Precatória a Comarca de Iranduba/AM, enviada em 23/09/2019, a fim de ser interrogada(o) a(o) ré(u) Gildevan Rodrigues Pessoa.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0262737-79.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0236480-56.2010.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: José Carlos de Freitas - Aos 27 de setembro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 3ª V.E.C.U.T.E., remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante do Ministério Púbico do Estado do Amazonas, para tomar ciência do ofício de fls. 529 em relação às testemunhas do processo em epígrafe

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM), ADV: JOSÉ BARBOSA DA ROCHA (OAB 7766/AM), ADV: PAULA ALINE ASSUNÇÃO CRUZ (OAB 12718/AM), ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM), ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM), ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM) - Processo 0608569-57.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins - DENUNCIADO: D.B.S.M. - D.B.M.B. - D.M.C. - B.F.M. - R.P.B. e outros - Aos 27 de setembro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 3ª V.E.C.U.T.E., remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante do Ministério Púbico do Estado do Amazonas, tendo em vista o(a) Sentença de fls. 1584/1634, com relação a(o) denunciado(a) Diogo Bruno Moldes Barbosa, Deborah Moraes de Carvalho, Douglas Campos de Almeida, Bruno Ferreira Moreno, Ediomar Pimentel da Silva, Russicley Pantoja Barbosa, RAFAEL BARBOSA NOGUEIRA e Diego Bruno de Souza Moldes.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0608761-19.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Paula Roberta de Souza da Silva - Aos 27 de setembro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 3ª V.E.C.U.T.E., remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante do Ministério Púbico do Estado do Amazonas, tendo em vista o(a) decisão de fls. 144/146, com relação a(o) denunciado(a) Paula Roberta de Souza da Silva.

ADV: CHRISTIANE GREYCE MORAES DA SILVA MENDONÇA (OAB 12754/AM) - Processo 0611551-73.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Vitor Patrick da Frota Maia e outro - Aos 27 de setembro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 3ª V.E.C.U.T.E., remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante do Ministério Púbico do Estado do Amazonas, tendo em vista o(a) determinação de fls. 276 - apresentar memoriais, com relação a(o) denunciado(a) Vitor Patrick da Frota Maia e Lucas de Castro Araujo.

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0620076-44.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Caio César Pereira dos Santos e outro - Aos 27 de setembro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 3ª V.E.C.U.T.E., remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante do Ministério Púbico do Estado do Amazonas, para apresentar memoriais, com relação a(o) denunciado(a) Marcio Magalhães Artriclino e Caio César Pereira dos Santos.

ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM) - Processo 0628785-05.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rodrigo Nunes dos Santos - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado Rodrigo Nunes dos Santos da infração penal prevista no artigo 33 da Lei n. 11.343/2006, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM), ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0635343-56.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Glemerson Melgueiro de Lima - Rony Barbosa Meneses - Aos 27 de setembro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 3ª V.E.C.U.T.E., remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante do Ministério Púbico do Estado do Amazonas, tendo em vista o(a) Sentença de fls. 248/259, com relação a(o) denunciado(a) Rony Barbosa Meneses e Glemerson Melgueiro de Lima.

ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM), ADV: CAMILA LIMA DE SOUZA (OAB 9467/AM) - Processo 0636366-37.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Henrique Almeida Cruz - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu HENRIQUE ALMEIDA CRUZ a pena individual de 02:06:00 (dois anos e seis meses), de reclusão, e 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, c/c artigo 40, IV, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: KATHLEEN SOUZA DE OLIVEIRA BELOTA (OAB 9093/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM) - Processo 0637786-19.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Camila de Lima Souza e outro - Aos 27 de setembro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 3ª V.E.C.U.T.E., remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante do Ministério Púbico do Estado do Amazonas, tendo em vista o(a) Sentença de fls. 310/325, com relação a(o) denunciado(a) Luciano Teixeira Machado de Assis e Camila de Lima Souza.

ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0641420-52.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Mikael Bezerra da Costa e outro - Diante do exposto, não havendo causas de exclusão da antijuridicidade ou culpabilidade, não contendo nos autos qualquer circunstância que exclua o crime ou isente os réus, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia, para CONDENAR os réus MIKAEL BEZERRA DA COSTA e RAIMUNDO FELIPHE CAMPOS DE MENEZES nas sanções do art. 33 da Lei n.º 11.343/06, na modalidade "trazer consigo" e "transportar", conforme fundamentação.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0644876-39.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Rodrigo dos Santos Andrade - Aos 27 de setembro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 3ª V.E.C.U.T.E., remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante do Ministério Púbico do Estado do Amazonas, tendo em vista o(a) IP de fls. 70/102, com relação a(o) denunciado(a) Paulo Rodrigo dos Santos Andrade.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM) - Processo 0645326-79.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Ytalo Ferreira Reis - Ante o exposto, revogo a prisão preventiva em favor de Ytalo Ferreira Reis, fundado no artigo 316, do Código de Processo Penal, bem como aplico as medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal, quais sejam, (a) Comparecimento em Juízo no primeiro dia útil após a soltura, portando documento de identidade e comprovante de residência atualizado a no mínimo 2 (dois) meses, com fins de assinar o termo de compromisso; (b) comparecimento mensal em juízo para justificar suas atividades e atualizar endereço; (c) proibição de ausentar-se da comarca por período superior a 08 (oito) dias sem prévia autorização deste Juízo; (d) Comunicar a este Juízo qualquer mudança de endereço; (e) Comparecer a todos os atos do processo, sempre que chamado; (f) recolhimento domiciliar noturno entre 22h às 06h; (g) participar do projeto reeducar, promovido pelo TJ/AM.

ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0645326-79.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Ytalo Ferreira Reis - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 30/09/2020 às 10:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação do réu e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Camila Lima de Souza (OAB 9467/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Christiane Greyce Moraes da Silva Mendonça (OAB 12754/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB 11164/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
José Barbosa da Rocha (OAB 7766/AM)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Kathleen Souza de Oliveira Belota (OAB 9093/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Paula Aline Assunção Cruz (OAB 12718/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Tereza Carmo de Castro (OAB 479A/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSEANE DO VALE CAVALCANTE JACINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RÚBIA MARA ÁVILA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0073/2019

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: ADRIHAN LINKOHL RODRIGUES CARDOSO (OAB 11043/AM), ADV: KAYSON DE ARAUJO MORAES (OAB 12912/AM), ADV: IRENILDA CARVALHO JANUARIO (OAB 13167/AM), ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM) - Processo 0200104-56.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0609938-52.2018.8.04.0001) - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Elias Roberto Situba da Silva - Tadeu Augusto Magalhaes Filho - Alex Sandro Serafim Nogueira do Nascimento - Jorserley Reis Seabra - DENUNCIADO: Wanessa Nascimento Jaque do Nascimento e outro - Por essas razões, indefiro o pedido formulado em favor de Wanessa Nascimento Jaque do Nascimento.

ADV: ADRIHAN LINKOHL RODRIGUES CARDOSO (OAB 11043/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: IRENILDA CARVALHO JANUARIO (OAB 13167/AM), ADV: KAYSON DE ARAUJO MORAES (OAB 12912/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA

PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0200104-56.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0609938-52.2018.8.04.0001) - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Elias Roberto Situba da Silva - Tadeu Augusto Magalhaes Filho - Alex Sandro Serafim Nogueira do Nascimento - Jorserley Reis Seabra - DENUNCIADO: Wanessa Nascimento Jaque do Nascimento e outro - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 03/12/2019 às 09:45h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação dos réus e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM), ADV: KAYSON DE ARAUJO MORAES (OAB 12912/AM), ADV: ADRIHAN LINKOHL RODRIGUES CARDOSO (OAB 11043/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: IRENILDA CARVALHO JANUARIO (OAB 13167/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0200104-56.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0609938-52.2018.8.04.0001) - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Elias Roberto Situba da Silva - Tadeu Augusto Magalhaes Filho - Alex Sandro Serafim Nogueira do Nascimento - Jorserley Reis Seabra - DENUNCIADO: Wanessa Nascimento Jaque do Nascimento - Franklimar de Araujo Barroso - Ante o exposto, em vista da persistência dos pressupostos e requisitos para a segregação cautelar, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA DE ELIAS ROBERTO SITUBA DA SILVA, fundado nos artigos 312 e 313, ambos do Código de Processo Penal.

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0200158-95.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Sergio Barroso Nascimento - Diante do exposto, não havendo causas de exclusão da antijuridicidade ou culpabilidade, não contendo nos autos qualquer circunstância que exclua o crime ou isente o réu, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia, para CONDENAR o réu SÉRGIO BARROSO NASCIMENTO nas sanções do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, na modalidade "transportar" e "guardar", bem como condená-lo pela prática do crime do art. 12, da Lei nº 10.826/03, com fulcro no art. 383, do Código de Processo Penal, conforme fundamentação retro.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0200807-31.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Malena Oliveira dos Santos - Jessica Oliveira dos Santos - Antônio Carlos Alves dos Santos - Cleosamir Oliveirada Costa (MICO) - Maria do Perpétuo Socorro Oliveira dos Santos (DIANA) - JEANNE GLENDA OLIVEIRA DOS SANTOS - Vistos, etc. Reitere-se o Ofício de fl. 453, com prazo de 10 (dez) dias, fazendo referência aos Cartórios que ainda não encaminharam a respectiva resposta. À Secretaria para providências. Manaus, 16 de setembro de 2019.

ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0201420-12.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Thiago Henrique Catete de Souza - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: ADALGISA CRISTINA COUTINHO FREITAS (OAB 10765/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM) - Processo 0202002-12.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: André de Souza Rocha - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 07/11/2019 às 12:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0204049-33.2015.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Posse de Drogas para Consumo Pessoal - RÉU: Ronison Ronaldo Souza dos Santos - JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado RONISON RONALDO SOUZA DOS SANTOS da imputação penal prevista no artigo 33 da Lei de Drogas. Isento de custas. Ausentes os requisitos da prisão preventiva, bem assim a inexistência de novos motivos para decretá-la, consoante artigo 316 do Código de Processo Penal, concedo ao acusado o direito de apelar em liberdade. Decreto o perdimento dos bens apreendidos com fulcro no artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal, devendo ser observado as cautelas dispostas no artigo 63 da Lei de Drogas. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga e demais materiais impregnados com a dita substância, na forma do artigo 72 da Lei n. 11.343/06. Após o trânsito em julgado desta sentença, determino que a Secretaria arquivem-se os presentes autos, com a devida baixa do nome do réu no Sistema de Automação do Judiciário, no que concerne ao processo em epígrafe "

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM), ADV: LUCIA MARIA DE PAIVA BULBOL (OAB 1462/AM) - Processo 0204505-74.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: A.K.F.S. - RÉU: J.A.R.R. - INDICIADO: S.S.S. - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0204913-94.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Sérgio Gomes Pinheiro - RÉU: Sérgio Willian Cândido Vilena - TERCEIRO I: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP - Acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 03/12/2019 às 10:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. Ademais, em relação a conduta do advogado Rafael Panza França Garcia, OAB/AM 8.425, de forma lamentável, o mesmo insiste em não comparecer aos atos processuais de instrução mesmo devidamente intimado. O fato é que independente do caso, a conduta alhures descrita, traz diversas conseqüências negativas no âmbito processual e do Poder Judiciário como um todo, pois provoca a lentidão no deslinde da ação, sem contar que ocasiona uma série de diligências infrutíferas, sobrecarregando a Secretaria da Vara, com expedições de Mandados Judiciais, Ofícios para diversos órgãos, o que fatalmente nos leva a tomar as providências do artigo 367 do Código de Processo Penal, pois nem sempre a parte é localizada, com a nomeação de outro defensor para atuar no feito, geralmente a Defensoria Pública, esta já sobrecarregada de trabalho. Com todos esses resultados negativos que maculam a imagem do Judiciário, o advogado constituído, não pode obstaculizar o andamento da ação, sem assumir qualquer responsabilidade pela sua inércia. Ante todo o exposto, entendo que o advogado Rafael Panza França Garcia, OAB/AM 8.425, abandonou o processo sem justo e/ou imperioso motivo, razão pela qual, com supedâneo no artigo 265 do Código de Processo Penal, CONDENO-O ao pagamento de multa no valor de R$ 9.980,00 (nove mil novecentos e oitenta e oito reais), equivalentes a 10 salários mínimos. Intime-se o referido defensor, nos moldes da Resolução nº 002/2009 - DVEXPED/TJAM, publicação da parte dispositiva deste. Encaminhe-se cópia desta decisão a Procuradoria Geral do Estado, para que tome as providências necessárias para o pagamento desta condenação. Considerando que a conduta também incide em infração disciplinar administrativa, prevista no artigo 34, XI, do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8906/94) encaminhe-se a OAB/AM, cópia desta decisão, acompanhada do despacho não obedecido, bem como de sua

publicação. Conste no anexo dos referidos expedientes o seguinte: A) Procuração outorgada ao defensor penalizado; B) Despacho Judicial não obedecido; C) Intimação do despacho Judicial do Defensor do Acusado (Publicação no DJE); D) Intimação deste despacho (Publicação no DJE); e E) Certidão informando o decurso do prazo sem manifestação do acusado. Com intuito de não prejudicar o andamento do processo intime-se o acusado Sérgio Gomes Pinheiro para constituir novo defensor no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o que transcorrido o prazo in albis os autos serão remetidos à Defensoria Pública do Estado do Amazonas, que assumirá o patrocínio da causa.

ADV: BRUNO SARAIVA CARNEIRO (OAB 9829/AM), ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0207321-87.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Alifer Hadan Ferreira Batista - Tendo em vista as testemunhas de acusação encontrarem-se lotadas em outra Comarca, determino a expedição de Carta Precatória conforme requerido pelo MP, com prazo máximo de 60 (sessenta) dias para seu cumprimento. Após o retorno da referida Carta, em comunhão com o princípio da ampla defesa, paute-se audiência com a finalidade de proceder ao interrogatório do acusado. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM), ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: ADRIANA MONTEIRO DE SOUZA (OAB 14269/AM), ADV: JORGE ALBERTO SILVA DE MELO (OAB 5916/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0207635-38.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Euriane Barbosa de Oliveira - INDICIADO: Fábio Geraldo Farias - Tendo em vista este ato ter sido designado por interesse desta magistrada, a qual arrolou uma testemunha do juízo, constatou-se que a mesma encontra-se residindo na Comarca de Tefé/AM, motivo pelo qual desisto da referida testemunha. Logo, em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM) - Processo 0208394-31.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Michel Batalha Aragão - Paulo Ricardo Batalha Aragão - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 19/11/2019 às 11:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM) - Processo 0208428-21.2008.8.04.0001 (001.08.208428-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - RÉU: Jackson Leite de Souza - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM) - Processo 0210451-22.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0212729-30.2016.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fabio Dourado Barbosa - Fabiano Dourado Barbosa - Vistos, etc. Vista ao Ministério Público a fim de que justifique o pedido de inclusão de testemunha não arrolada na Denúncia. Após, voltem conclusos.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0212912-35.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: S.S.S. - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 02/12/2019 às 11:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: IRENILDA CARVALHO JANUARIO (OAB 13167/AM), ADV: KAYSON DE ARAUJO MORAES (OAB 12912/AM) - Processo 0213046-67.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: José Francisco Almeida dos Santos - Rosineth Gama da Costa - Vistos, etc. Homologo a desistência de oitiva de testemunhas manifestada pelo Ministério Público (fl. 240). Vista à Defesa, a fim de que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca do interesse na oitiva das testemunhas arroladas na defesa prévia, advertindo-se que a inércia será interpretada como desistência, sendo declarado o encerramento da instrução.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0215515-81.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Caio Queiroz de Oliveira - Raimundo dos Santos de Magalhães Júnior - Defiro como requer o MP. E, em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 04/10/2019 às 09:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: MARIA SÍGLID SEVERINO DOS SANTOS (OAB 8115/AM), ADV: KÁTIA OLIVEIRA SANTOS DA COSTA (OAB 8260/AM) - Processo 0215726-88.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Bruno Stephanny Lima da Silva - Em virtude da ausência da acusada, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 26/11/2019 às 11:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. Renove-se a intimação da acusada. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM), ADV: BRUNO SARAIVA CARNEIRO (OAB 9829/AM), ADV: KATHLEEN SOUZA DE OLIVEIRA BELOTA (OAB 9093/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0216256-24.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Diego Fonseca de Castro - Pedro Fagner de Lima Fontes - Jaqueline Larissa Alves da Silva - "Em virtude do não comparecimento da testemunha restante, DEFIRO a promoção ministerial. Dê-se vista destes autos ao representante do Ministério Público. Após manifestação do MP, conclusos".

ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM), ADV: LEANNE DE SA YAMADA (OAB 9998/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ALICE ARLINDA SANTOS SOBRAL (OAB 3884/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM) - Processo 0216841-76.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Geovanne Dias do Nascimento - Leandro de Barros e Silva - Carlos Santiago Teixeira - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: JORGE ALBERTO SILVA DE MELO (OAB 5916/AM) - Processo 0217260-96.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Carlos

da Silva Cruz - Vitor da Cruz Farias - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM) - Processo 0218635-98.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Dierlens Nunes Gadelha - Vistos, etc. Inobstante tratar-se de réu revel, oficie-se ao local de recolhimento do acusado para comparecimento na audiência já designada.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0222098-82.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Cleide Simões da Silva - Beneto Marques da Silva - Lucas Alves de Oliveira - Eduardo Silva de Lira - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 04/10/2019 às 10:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM) - Processo 0223945-22.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ronilson Almeida de Souza - Vistos, etc. Considerando-se que o réu está no gozo de liberdade e que o instrumento procuratório de fl. 100 só tinha validade durante sua segregação cautelar, defiro o pedido de fl. 152 e determino a exclusão dos advogados constituídos por meio da aludida procuração. De outro lado, intime-se pessoalmente o acusado via carta, Mandado e, por último, edital, para constituir novo advogado para representá-lo ou informar a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de 5 (cinco) dias. Uma vez notificado e escoado o prazo sem a juntada de procuração ou sem manifestação do acusado, desde já nomeio o Defensor Público, designado para este Juízo, para atuar nestes autos. Por fim, atenda-se a promoção de fl. 162. Após, dê-se nova vista dos autos ao Ministério Público.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0225240-94.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: CLEMILSON DOS SANTOS FARIAS - DENIS DE SOUZA MATOS - Em virtude da ausência da intimação do acusado, acolho o pedido, bem como da Defesa quanto da Representante Ministerial, e designo o dia 03/08/2020 às 09:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM) - Processo 0225387-91.2013.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Arnoldo Ramires da Silva - Vistos, etc. Considerando-se que o processo já encontra-se em fase de instrução, dê-se nova vista ao Ministério Público. De outro lado, intime-se o pai do acusado para proceder a juntada da certidão de óbito do réu, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0225553-50.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0228909-29.2013.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fabrício Matos de Oliveira - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 02/12/2019 às 10:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM) - Processo 0229701-75.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: A Sociedade - RÉU: Júlio Ramires Chota - R. Hoje. Auto de prisão em flagrante recebido do Plantão Judicial, devidamente homologado e convertida a prisão em flagrante em prisão preventiva em desfavor de Júlio Ramires Chota. Aguarde-se a chegada do Inquérito Policial. Após, junte-se e dê-se vista ao MP, na forma do art. 54 da Lei 11.343/06. Na oportunidade, em obediência ao que dispõe o art. 50, § 3º da Lei 11.343/06, certifico a regularidade formal do Laudo de Constatação ao tempo em que DETERMINO a destruição das drogas apreendidas, devendo ser reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0231929-23.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Izan de Paula Viana de Jesus - Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos inerentes aos recursos em geral, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade e interesse processual, recebo o apelo interposto, nos termos do art. 600, § 4º, do CPP, devolvendo o conhecimento da matéria fática ao Juízo ad quem, onde será aberta vista às partes, observados os prazos legais, bem como serão notificadas pela publicação oficial. I.

ADV: VALDECIR FRAGATA MEIRELES DA SILVA (OAB 2461/AM), ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM), ADV: CHEINE ARAÚJO PEREIRA (OAB 10609/AM) - Processo 0232510-72.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Anderson Junio da Silva Oliveira - Michel Aslan de Souza da Silva - INTSSADO: Afonso de Oliveira Brito - Em virtude da ausência do acusado, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 03/12/209 às 10:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. Tendo em vista encontrar-se ciente para este ato solene, porém restou-se ausente a este ato de forma injustificada, determino que seja renovada a intimação do acusado ausente, e caso reste infrutífera uma nova tentativa de intimação, aplico ao acusado Anderson Junio da Silva Oliveira o dispositivo constante no art. 367, do CPP, prosseguindo à audiência de instrução e julgamento sem a presença do réu. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0232642-32.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0210260-45.2015.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Juscelino Lima Soares - Manuel Cesar da Silva Campos Júnior - Em razão do pedido da Defesa, acolho em sua totalidade, determinando o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a realização da juntada do instrumento de procuração. No mais, tendo em vista a certidão expedida pelo meirinho às fls. 107, determino que sejam expedidos ofícios com destino aos Cartórios de Registros Civis e Pessoas Naturais desta Comarca com a finalidade de confirmar a veracidade da informação trazida que versa sobre o falecimento do acusado JUSCELINO LIMA SOARES. Em relação ao requerimento da representante ministerial, acolho e homologo a promoção de desistência da testemunha. Por fim, à Secretaria para as providências pertinentes bem como, após o retorno da referida Certidão de Óbito, voltem-me os autos conclusos."

ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: LEÔNIDAS MAGALHÃES NETO (OAB 6085/AM) - Processo 0233325-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gedeon Alves da Cunha - Vistos em decisão. Considerando-se a convalidação dos atos praticados pelo Juízo da 2ª V.E.C.U.T.E., cumpra-se as decisões de fls. 164/165 e 214, cujo teor ratifico em todos os termos. Expeça-se o respectivo mandado de prisão. Após o cumprimento, voltem-me conclusos para possível antecipação de audiência de instrução e julgamento. Manaus, 24 de setembro de 2019.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM) - Processo 0234283-55.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Tiago Benevides dos Santos - Rodrigo dos Santos Aranha - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo IMPROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para ABSOLVER os réus Rodrigo dos Santos Aranha e Tiago Benevides dos Santos das acusações imputadas no presente feito, com fundamento no art. 386, VII, do CPP e fundamentação retro.

ADV: ELIELTON DOS SANTOS PAULO (OAB 9567/AM) - Processo 0235352-54.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Erick Souza Matos - "Acolho o requerimento da Defesa. Aguarde-se a juntada do instrumento de procuração. E, em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes".

ADV: CHRISTIANE DE SOUZA GONÇALVES (OAB 4223/AM) - Processo 0238189-82.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: T.R.C.B. - Vistos etc. Cuida-se de pedido de redesignação de audiência formulado pela advogada da ré. Decido. Indefiro o pedido, uma vez que este Juízo não pode ficar ao arbítrio de uma "possível" viagem da patrona da ré, trazendo inegável prejuízo à instrução. Ademais, a pauta de audiências não apresenta disponibilidade, ante a grande demanda de processos em andamento. I. Manaus, 24 de setembro de 2019.

ADV: CHRISTIANE DE SOUZA GONÇALVES (OAB 4223/AM) - Processo 0238189-82.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: T.R.C.B. - Vistos, etc. Atenda-se a promoção de fls. 1/4. Quanto ao pedido de desmembramento, acautelo-me a decidir em momento oportuno.

ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0238586-49.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: CARLOS HENRIQUE DE SOUZA LIMA - Karla Vasconcelos Silva - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresente as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: CARMEM OLIVEIRA ALENCAR (OAB 13038/AM) - Processo 0241937-25.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: A Sociedade - DENUNCIADO: Ewerton Monteiro Azevedo - Certifico para os devidos fins que, de ordem do MM. Juiz, conforme dispõe o Art. 222 do CPP c/c Súmula 273 do STJ, fica a defesa intimada da expedição de Carta Precatória à Comarca de Barcelos/AM, enviada em 31/01/2019, a fim de ser notificado(o) a(o) ré(u) Ewerton Monteiro Azevedo. É o que me cumpre certificar.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0247115-57.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0236480-56.2010.8.04.0001) - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: L.A.F. - J.C.A.F. - F.C.A. - A.F.B. - R.B.B. - R.N.M. - E.S.C. - Vistos, etc. Diligencie-se junto ao SAJ, SIEL e INFOJUD em busca de endereços atualizados dos réus citados por Edital.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0250813-71.2014.8.04.0001 - Medidas Investigatórias Sobre Organizações Criminosas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Gildevan Rodrigues Pessoa - Certifico para os devidos fins que, de ordem do MM. Juiz, conforme dispõe o Art. 222 do CPP c/c Súmula 273 do STJ, fica a defesa intimada da expedição de Carta Precatória à Comarca de Iranduba/AM, enviada em 23/09/2019, a fim de ser interrogada(o) e cumprido mandado de prisão em desfavor da(o) ré(u) Gildevan Rodrigues Pessoa. É o que me cumpre certificar.

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0250813-71.2014.8.04.0001 - Medidas Investigatórias Sobre Organizações Criminosas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Gildevan Rodrigues Pessoa - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0253872-96.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Uêmerson Santos de Oliveira - Alcinélio Silveira Lopes - Vistos, etc. Ante o teor da certidão de fl. 479, encaminhem-se as armas de fogo, munições e acessórios apreendidos - com exceção dos já devidamente restituídos - ao Comando do Exército, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma da Lei n.º 10.826/03. Intime-se. Manaus, 25 de setembro de 2019.

ADV: PRISCILLA RIBEIRO PATRICIO (OAB 20524/PA), ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM), ADV: SÉRGIO SAMARONE DE SOUZA GOMES (OAB A1092/AM), ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM), ADV: REGINA CELIA CUNHA FARIAS (OAB 13135/AM), ADV: ANA PAULA DOS SANTOS ALVES (OAB 1745E/AM) - Processo 0254247-68.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: H.S.S. - Jobson Paula Olavo - Mauricio da Silva Lima e outro - DENUNCIADO: R.T.S.R. - RÉU: Z.M.A. e outro - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 16/04/2020 às 09:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM), ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM) - Processo 0256551-74.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: A.B.F. - R.M.C. - E.M.C. - M.O.B.O. - R.W.H.M. - M.J.L.V. e outros - Vistos, etc. Vista à Defesa para apresentação de memorias, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0259285-66.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0247201-33.2011.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Robson Pereira de Araújo - Do exposto, DETERMINO o ARQUIVAMENTO dos autos em questão em manifesta litispendência com o processo n. 0219662.58.2012.8.04.0001, com as providências de estilo, com fulcro no princípio do bis in idem.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0262737-79.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0236480-56.2010.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: José Carlos de Freitas - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 07/11/2019 às 10:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0268741-40.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francimar Miranda de Araújo - Vistos, etc. Devidamente cumprido o mandado de prisão (fl. 191), expeça-se a respectiva guia de recolhimento e dê-se cumprimento ao despacho de fl. 184.

ADV: FRANCISCO FRUTUOSO LIMA (OAB 9748/AM) - Processo 0600165-80.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Amauri Coelho Guedes Junior - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 20/07/2020 às 11:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: DIEGO OLIVEIRA REIS (OAB 6823/AM), ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0601048-27.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Arlene Silva dos Santos - Ederfran de Oliveira Silva - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: WERNER AUGUST KARLS PRAETORIUS (OAB 1357/AM), ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM) - Processo 0601064-15.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Deivid Franco Moraes - Em virtude da ausência da testemunha de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 22/04/2020 às 11:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM), ADV: ESCALONE MANRARIN DE SOUZA PINHEIRO (OAB 13277/AM), ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: TAMARA JÉSSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM) - Processo 0601413-47.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ricardo Mendes Rufino - Wendel da Silva Alves - Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos inerentes aos recursos em geral, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade e interesse processual, recebo o apelo interposto, nos termos do art. 600, § 4º, do CPP, devolvendo o conhecimento da matéria fática ao Juízo ad quem, onde será aberta vista às partes, observados os prazos legais, bem como serão notificadas pela publicação oficial. I.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0603731-03.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Fabiana dos Santos Carvalho - Por essas razões, indefiro o pedido formulado em favor de Fabiana dos Santos Carvalho. O entendimento deste juízo é sólido no sentido de não permitir a visita da requerente ao Sistema Prisional com o fito de evitar reiteração criminosa. Eventual reiteração sem trazer elementos novos ao bojo da demanda tumultua a regularidade formal do feito. Portanto, o ideal é que a requerente demonstre o inconformismo ou descontentamento perante o Juízo Ad Quem, a fim de proporcionar a análise do decisum pela 2ª Instância.

ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0604744-71.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Josué Clarindo das Chagas Filho - Vistos, examinados e etc... Recebo o aditamento da inicial de fl. 187. Por se tratar de mero erro material na qualificação de testemunha, não trazendo nenhuma nova imputação ao réu, deixo de determinar nova notificação, por não vislumbrar prejuízo as partes. No mais, prossiga-se com o feito e providencie-se a requisição da referida testemunha para a audiência já designada. Demais diligências de praxe. Manaus, 24 de setembro de 2019.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0607004-58.2017.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INVESTIGAD: Z.B.C.K. - INTSSADA: V.U.C.M. - Vistos, etc. Atenda-se a promoção de fl. 109.

ADV: VIVIAN MARIA DE SENA CUNHA E LIMA (OAB 9253/AM) - Processo 0607929-20.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Manoel José Neves Grana Neto - Vistos, etc. Expeça-se Carta Precatória para a Comarca de Rio Preto da Eva/AM, com a finalidade de oitiva da testemunha Francisco Marinho, no prazo de 60 (sessenta) dias. Intime-se a Defesa da expedição da carta. Demais diligências de praxe.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM), ADV: LIZANDRA FROTA FINICELLI (OAB 10526/AM) - Processo 0608049-34.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ali Sena Bazi Júnior - Vistos, etc. Diante do teor da certidão de fl. 168 e nos termos do artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal Brasileira, todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias. Dessarte, consoante norma acima transcrita e conforme o disposto no artigo 63 da Lei n.º 11.343/06, DECRETO O PERDIMENTO dos bens apreendidos e até então restituídos em favor da União, por intermédio da FUNAD. Ainda, considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga e demais petrechos. Aliás, encerrado o processo, OFICIE-SE à autoridade policial para proceder na forma do art. 72 da Lei n.º 11.343/06. Após, CERTIFIQUE-SE nos autos. Após, arquive-se. À Secretaria para providências. Manaus, 26 de setembro de 2019.

ADV: RAIMUNDO RADILHO CORREA (OAB 3723/AM) - Processo 0608114-92.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Nelma Sena Bentes - Renilda Barreto da Costa - Os direitos previstos na Lei de Execução Penal não são absolutos, devendo ser conciliado a outros interesses, a exemplo da segurança pública, como prevê o parágrafo único do art. 41 do referido diploma, consoante o qual os direitos previstos nos incisos V, X (direito de visita) e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento. Diante disso, é importante esclarecer que a acusada foi presa em flagrante justamente quando tentou adentrar no sistema prisional portando droga. Mesmo que ainda não tenha condenação transitada em julgado, a fim de evitar reiteração delituosa, não se mostra plausível e prudente deferir pleito, sob pena de malferimento da ordem pública. Por essas razões, entendo ser plenamente razoável a limitação imposta como medida cautelar, motivo pelo indefiro o pedido de fls. 171/172.

ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM), ADV: JOSÉ BARBOSA DA ROCHA (OAB 7766/AM), ADV: PAULA ALINE ASSUNÇÃO CRUZ (OAB 12718/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM), ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM), ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM) - Processo 0608569-57.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins - REPTANTE: P.C.E.A. - DENUNCIADO: D.B.S.M. - D.B.M.B. - D.M.C. - D.C.A. - B.F.M. - E.P.S. - R.P.B. - R.B.N. - INTSSADA: K.M.F. - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para: CONDENAR o réu DIOGO BRUNO MOLDES BARBOSA a pena individual de 03:06:00 (três anos e seis meses), de reclusão, e 813 (oitocentos e treze) dias-multa por infração ao artigo 35 da Lei n. 11.343/2006; bem como ABSOLVELO da imputação penal prevista no artigo 33 da Lei n. 11.343/2006 com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. CONDENAR o réu DEBORAH MORAES DE CARVALHO a pena

individual de 04:01:00 (quatro anos e um mês), de reclusão, e 933 (novecentos e trinta e três) dias-multa por infração ao artigo 35 da Lei n. 11.343/2006; bem como para ABSOLVE-LA da imputação penal prevista no artigo 33 da Lei n. 11.343/2006 com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. CONDENAR o réu DOUGLAS CAMPOS DE ALMEIDA a pena individual de 05:06:00 (cinco anos e seis meses), de reclusão, e 1166 (um mil seiscentos e sessenta e seis) dias-multa por infração ao artigo 35 da Lei n. 11.343/2006; bem como para ABSOLVE-LO da mputação penal prevista nos artigos 33 da Lei n. 11.343/2006 com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. CONDENAR o réu BRUNO FERREIRA MORENO a pena individual de 06:09:20 (seis anos, nove meses e vinte dias), de reclusão, e 666 (seiscentos e sessenta e seis) dias-multa por infração ao artigo 33 da Lei n. 11.343/2006; bem como para ABSOLVE-LO da imputação penal prevista nos artigos 35 da Lei n. 11.343/2006 com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. CONDENAR o réu EDIOMAR PIMENTEL DA SILVA a pena individual de 01:11:10 (um ano, onze meses e dez meses), e 138 (cento e trinta e oito) diasmulta por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006; bem como para ABSOLVELO da imputação penal prevista no artigo 35 da Lei n. 11.343/2006 com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. CONDENAR o réu RUSSICLEY PANTOJA BARBOSA a pena individual de 05:10:00 (cinco anos e dez meses), de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa por infração ao artigo 33 da Lei n. 11.343/2006; bem como para ABSOLVELO da imputação penal prevista no artigo 35 da Lei n. 11.343/2006 com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. CONDENAR o réu RAFAEL BARBOSA NOGUEIRA a pena individual de 05:10:00 (cinco anos e dez meses), de reclusão, e 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa por infração ao artigo 33 da Lei n. 11.343/2006; bem como para ABSOLVE-LO da imputação penal prevista no artigo 35 da Lei n. 11.343/2006 com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. CONDENAR o réu DIEGO BRUNO DE SOUZA MOLDES a pena individual de 22:02:21 (vinte e dois anos, dois meses meses e vinte e um dias), de reclusão, e 2799 (dois mil setecentos e noventa e nove) dias-multa por infração aos artigos 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0608761-19.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Paula Roberta de Souza da Silva - Assim, nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal, SUSPENDO O PROCESSO E O CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL no concernente ao indigitado

ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM) - Processo 0609790-41.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Sidney Oliveira Batista - RÉU: Jesse Eleoterio Cardoso e outro - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 01/04/2020 às 10:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: HINLLER DA SILVA MADURO (OAB 12080/AM), ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0610725-47.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: S.A.N. - C.L.P.S. - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 26/11/2019 às 12:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: CHRISTIANE GREYCE MORAES DA SILVA MENDONÇA (OAB 12754/AM) - Processo 0611551-73.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Lucas de Castro Araujo - Vitor Patrick da Frota Maia - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: JANES ALMEIDA NOGUEIRA (OAB 2122/AM), ADV: JOÃO BOSCO CARDOSO SAMPAIO (OAB 5681/AM) - Processo 0612001-84.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Keven Duarte Nunes - Breno Calilo da Silva Lucena - Bruno Sousa da Silva - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 03/02/2020 às 11:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: OCIVAN SILVA DE SOUZA (OAB 9480/AM) - Processo 0613507-27.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fabrício Camargo Trindade - Defiro como requer a Defesa. E, em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0613585-21.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: D.S.B. - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 27/11/2019 às 11:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: MARCOS ANTONIO FERREIRA FEITOSA (OAB 13305/AM), ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM), ADV: LUIZ GONZAGA SOUZA LIMA NETO (OAB 11160/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM), ADV: LIZANDRA FROTA FINICELLI (OAB 10526/AM), ADV: CAMILA DOS SANTOS MELO (OAB 8154/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0613673-30.2017.8.04.0001 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: P.C.E.A. - Vistos, etc. Providencie-se o cadastro do advogado constituído à fl. 269.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0614647-67.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: V.S.S. - RÉU: Breno Caio dos Santos Brito - Victor Gabriel Fernandes - Vistos, etc. Decreto o perdimento dos bens apreendidos com fulcro no artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal, devendo ser observado as cautelas dispostas no artigo 63 da Lei de Drogas. A presente decisão encontra respaldo na Jurisprudência: É possível o confisco de todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico de drogas, sem a necessidade de se perquirir (investigar) a habitualidade, reiteração do uso do bem para tal finalidade, a sua modificação para dificultar a descoberta do local do acondicionamento da droga ou qualquer outro requisito além daqueles previstos expressamente no art. 243, parágrafo único, da Constituição Federal. STF. Plenário. RE 638491/PR, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 17/5/2017 (repercussão geral) (Info 865). I. Manaus, 25 de setembro de 2019.

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0615471-55.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gilberto Pinheiro Moriz - Paulo Henrique da Silva Souza - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 25/11/2019 às 12:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0616002-44.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francisco Jandson de Oliveira Fernandes - Em virtude da ausência da testemunha de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 05/11/2019 às 09:15h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: NIDAI SAMMIA AFFONSO CARVALHO (OAB 13367/AM) - Processo 0616485-11.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Erick Gomes Martins - JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado Erick Gomes Martins da infração penal prevista no artigo 28 da Lei n. 11.343/2006, com fulcro no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal.

ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM) - Processo 0616903-12.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ismael dos Santos Gama - JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado ISMAEL DOS SANTOS GAMA das infrações penais previstas nos artigos 33 e 34, ambos da Lei n. 11.343/2006.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0617897-74.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Niague Vasconcelos dos Santos - Tendo em vista a reorganização da pauta de audiência, de ordem do MM. Juiz, fica redesignada para o dia 14/04/2020 às 09:30h a realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: LORENA PRINTES HENRIQUES (OAB 11196/AM), ADV: JOELY LAGES LIRA RIKER (OAB 7614/AM), ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: LEANDRO OLAVO DA COSTA (OAB 10565/AM), ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM), ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: PAULO BARRETO DE ARAÚJO (OAB 3770/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0618135-30.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: I.O.C. - INVESTIGAD: K.S.S. e outros - RÉU: A.C.S. - R.S.L. - INVESTIGAD: A.L.P.G.V.L. e outros - RÉU: A.P.C.G.N. - INVESTIGAD: W.S.V. - M.I.O.C. e outros - Vistos, etc. Aguarde-se a realização da audiência de instrução e julgamento.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0618273-94.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jhonata da Silva Fonseca - Tendo em vista a reorganização da pauta de audiência, de ordem do MM. Juiz, fica redesignada para o dia 15/04/2020 às 11:00h a realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: HAYNE SANDRINE LIMA ASSEM IDE (OAB 14262/AM), ADV: KELVIN MACIEL DE PAULA (OAB 14257/AM), ADV: VANUZA MATOS DA SILVA (OAB 14231/AM), ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM) - Processo 0618577-25.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Diego Pimentel Leal - Samuel D'Avila de Lima - Pablo Pinto do Nascimento - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: EVANDRO SOUSA ALVES (OAB 13420/AM) - Processo 0618671-07.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins - RÉ: Juliana de Sales Costa - Sanderson da Silva Lima - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para tomar ciência da CERTIDÃO de fls. 250, com relação a(o) denunciado(a) Sanderson da Silva Lima,

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0620076-44.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Caio César Pereira dos Santos - INDICIADO: Gideão Belém de Souza - RÉU: Marcio Magalhães Artriclino - INDICIADO: Carlos Lazaro de Arruda Neto - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM) - Processo 0620262-67.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Erivan Rodrigues Ozorio - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o acusado ERIVAN RODRIGUES OZORIO a pena individual de 01:08:00 (um ano e oito meses), de reclusão, e 138 (cento e trinta e oito) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: NORMA BARROSO DE FREITAS (OAB 5771/AM) - Processo 0622515-28.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jefferson Ferreira Silva - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado JEFFERSON FERREIRA SILVA da infração penal prevista no artigo 28 da Lei n. 11.343/2006 com fulcro no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal.

ADV: RAPHAELA DA COSTA NASCIMENTO (OAB 9861/AM), ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM), ADV: DEYVISON SOUZA BRITO (OAB 9366/AM), ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 9347/AM) - Processo 0622773-38.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Renan Rodrigues de Carvalho - Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos inerentes aos recursos em geral, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade e interesse processual, recebo o apelo interposto, nos termos do art. 600, § 4º, do CPP, devolvendo o conhecimento da matéria fática ao Juízo ad quem, onde será aberta vista às partes, observados os prazos legais, bem como serão notificadas pela publicação oficial. I.

ADV: ADALBERTO PEREIRA NOBRE FILHO (OAB 9140/AM) - Processo 0623234-10.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: Estado - RÉU: Alajulio Bonfim de Oliveira - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 23/09/2020 às 10:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação do réu e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0623720-92.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Keven Cristian Fonseca Carvalho - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 28/11/2019 às 12:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. No mais, abra-se VISTA à representante ministerial conforme requerido. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: RODRIGO SOUZA LACONI (OAB 9292/AM) - Processo 0624633-11.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Roberto Sabino de Souza Júnior - Ismael Hassan dos Santos - Tendo em vista a reorganização da pauta de audiência, de ordem do MM. Juiz, fica redesignada para o dia 14/04/2020 às 11:00h a realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM) - Processo 0624946-35.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Márcio da Silva Rolim - Lucas Jefferson de Souza Silva - Vistos, etc. Considerando-se a proximidade da audiência, bem como a realização de atos intimatórios, bem assim a motivação infundada do causídico, indefiro o pedido de redesignação de fl. 198. Aguarde-se a realização da audiência de instrução e julgamento.

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0624958-83.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Daniel Souza de Oliveira - Lúcio Ambrósio Praia - Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, com arrimo no artigo 107, inciso I, do Código Penal, e artigo 5º, inciso XLV, 1ª Parte, da CF, decreto a extinção da punibilidade de Lúcio Ambrósio Praia da acusação do crime do artigo 33 da Lei nº 11.343/06. Após o trânsito em julgado, cumprida as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos, com a devida baixa do nome do Autor do fato no Sistema de Automação do Judiciário. Noutra banda, finda a instrução, intimem-se as partes, na seguinte ordem, Ministério Público e Defesa do acusado Daniel Souza de Oliveira, para apresentarem, no prazo de 05 (cinco) dias, Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos, conforme disposto no artigo 57 da Lei n. 11.343/2006 c/c artigo 403, §3º, do Código de Processo Penal.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM), ADV: RAQUEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OAB 10674/AM) - Processo 0625749-18.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Joel Pinto de Menezes - Ediane Barboza da Silva - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado JOEL PINTO DE MENEZES das infrações penais previstas nos artigos 28 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, com fulcro, respectivamente, no artigo 386, inciso III e VII, do Código de Processo Penal, bem como para ABSOLVER a acusada EDIANE BARBOZA DA SILVA das infrações penais previstas nos artigos 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0627398-18.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Leonardo da Silveira Tavares - Keithy Anne Ramos Barbosa - Vistos, etc. Certifique-se quanto à intimação de Leonardo da Silveira Tavares. Após, voltem conclusos.

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM) - Processo 0629591-74.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Vanessa Castro Aguiar - Will Robson Pereira de Souza - "Encerrado os debates, com fundamento no disposto no art. 58 da Lei de Drogas, ordeno que voltem-me os autos conclusos para prolação da sentença no prazo de 10 (dez) dias. À Secretaria para as providências pertinentes".

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM) - Processo 0629591-74.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Vanessa Castro Aguiar - Will Robson Pereira de Souza - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia para: ABSOLVER o acusado Will Robson Pereira de Souza das imputações penais previstas nos artigos 28 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 com arrimo, respectivamente, no artigo 386, incisos III e VII, do Código de Processo Penal, conforme fundamentação retro. ABSOLVER a acusada Vanessa Castro Aguiar das imputações penais previstas nos artigos 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, conforme fundamentação retro.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM) - Processo 0630018-37.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Robson Silva Galvão Junior - Tendo em vista a reorganização da pauta de audiência, de ordem do MM. Juiz, fica redesignada para o dia 14/04/2020 às 11:30h a realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0630625-50.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Henrique Porfiro de Souza - Tendo em vista a reorganização da pauta de audiência, de ordem do MM. Juiz, fica redesignada para o dia 13/04/2020 às 09:30h a realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0631042-37.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Makliny Damasco Costa de Oliveira - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado MAKLINY DAMASCO COSTA DE OLIVEIRA da infração penal prevista no artigo 33 da Lei n. 11.343/2006 com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0632072-39.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcos Henrique Monteiro da Silva - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado MARCOS HENRIQUE MONTEIRO DA SILVA da infração penal prevista no artigo 28 da Lei n. 11.343/2006, com fulcro no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal.

ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM) - Processo 0632623-53.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Andrews de Sales Carvalho - Tendo em vista a reorganização da pauta de audiência, de ordem do MM. Juiz, fica redesignada para o dia 13/04/2020 às 11:30h a realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0632964-16.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: John Wesley Lima Coelho - Vistos, etc. Prossiga-se com o feito.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0633765-58.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Carlos Renan Santos dos Santos - Em virtude da ausência da testemunha de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 06/11/2019 às 11:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: FÁBIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 13392/AM) - Processo 0635004-97.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Erisson da Silva Ferreira - Ante o exposto, em vista da persistência dos pressupostos e requisitos para a segregação cautelar, mantenho a prisão preventiva, fundado nos artigos 312 e 313, ambos do Código de Processo Penal.

ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM) - Processo 0635164-93.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Elaine Viana do Nascimento - DENUNCIADA: KEVELEN OLIVEIRA LOPES - JULGO IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER a acusada ELAINE VIANA DO NASCIMENTO da imputação penal prevista no artigo 33 da Lei de Drogas. Isenta de custas.

ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM), ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0635343-56.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Glemerson Melgueiro de Lima - Rony Barbosa Meneses - Diante do exposto, não havendo causas de exclusão da antijuridicidade ou culpabilidade, não contendo nos autos qualquer circunstância que exclua o crime ou isente os réus, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia, para ABSOLVER o réu GLEMERSON MELGUEIRO DE LIMA de todas as acusações que lhe foram imputadas no presente feito, com fulcro no art. 386, VII, do CPP; CONDENAR o réu RONY BARBOSA MENESES nas sanções do art. 33 da Lei n.º 11.343/06, na modalidade "guardar" e nas penas do art. 12, da Lei nº 10.826/03, tudo conforme fundamentação retro.

ADV: LUANDERSON LUIZ RAMOS PEREIRA (OAB 12499/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0635544-48.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO:

Marcos Andrey Costa Cruz - Assim, com fundamento nos artigos 118 e 120 do Código de Processo Penal, INDEFIRO o pedido de restituição. Proceda-se com as deliberações de perdimento em favor da União, na forma da legislação vigente.

ADV: GILVANDRO MOTA DA SILVA (OAB 12954/AM), ADV: ROBERTA SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 9466/AM) - Processo 0636022-27.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Felipe Braga do Nascimento - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 12/12/2019 às 12:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: GILVANDRO MOTA DA SILVA (OAB 12954/AM), ADV: ROBERTA SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 9466/AM) - Processo 0636022-27.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Felipe Braga do Nascimento - Vistos, etc. Atenda-se a promoção de fl. 133.

ADV: GUILHERME SCHERAKMAN SIQUEIRA (OAB 10385/AM), ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM), ADV: JOÃO MARCOS SILVA DE PAULO (OAB 1936E/AM) - Processo 0636297-05.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Almerio Tiago Ferreira Magalhaes - Em virtude da ausência da testemunha de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 03/12/2019 às 11:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: JOÃO MARCOS SILVA DE PAULO (OAB 1936E/AM), ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM), ADV: GUILHERME SCHERAKMAN SIQUEIRA (OAB 10385/AM) - Processo 0636297-05.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Almerio Tiago Ferreira Magalhaes - Ao analisar novamente o feito e nada obstante já haja decisão decretando a prisão preventiva do acusado, entendo por bem rever o posicionamento até então adotado para conceder ao suplicante o benefício de responder ao processo em liberdade. Isso porque o acusado é primário, detentor de bons antecedentes, não havendo registro criminal em seu desfavor que não este, não se podendo concluir que a liberdade do agente possa fragilizar a ordem pública e econômica, tampouco possa comprometer a garantia de aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal. Embora grave por si o delito identificado pela autoridade policial, tal gravidade se afigura em tese, sem elementos concretos que possam ensejar a adoção da medida cautelar extrema para ao requerente neste momento. Ademais, a despeito de não ser o momento adequado, diante dos elementos já existentes, é grande a possibilidade de que a atual custódia seja mais gravosa ao denunciado do que uma eventual pena privativa de liberdade que lhe possa ser aplicada ao fim do processo, o que poderá ensejar danos irreversíveis à reintegração do suplicante à sociedade. Superado este ponto, afigura-se mais adequada a aplicação de medidas cautelares pessoais. A concessão da liberdade é dita vinculada, pois obriga o agente a determinadas condições, como o comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sob pena de imediata revogação. Neste ínterim, considerando o teor dos elementos colhidos por meio do ato flagrancial, vislumbro como eficaz a aplicação de medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, com o condão de garantir a regular tramitação processual e a ressocialização do acusado, razão pela qual aplico as previstas nos incisos II, IV e IX, concernente à proibição de acesso a bares ou outros lugares que vendem bebidas alcoólicas, devendo a agente permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações, à proibição de ausentar-se da Comarca e o monitoramento eletrônico, com perímetro de circulação não superior a 500 (quinhentos) metros de sua residência. Pelo exposto, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA a Almerio Tiago Ferreira Magalhaes, nos termos do art. 321 do Código de Processo Penal, devendo o agente comparecer a todos os atos do processo e não se ausentar da comarca sem autorização deste juízo, sob pena de revogação do benefício. Deverá se fazer constar a aplicação das medidas cautelares do art. 319, incisos II, IV e IX, do Código de Processo Penal, e que o descumprimento acarretará a revogação do benefício. Assevero que, em eventual indisponibilidade da tornozeleira eletrônica, o réu deverá ser posto imediatamente em liberdade, sob o compromisso de que, a partir da disponibilidade, comparecerá à Secretaria de Estado da Administração Penitenciária com a finalidade de instalar o dispositivo. Determino que o acusado compareça neste Juízo no primeiro dia útil seguinte a sua soltura para assinatura de Termo de Compromisso, sob pena de revogação do benefício. Ainda, deverá ser encaminhado ao PROJETO REEDUCAR. Expeça-se Alvará de Soltura. Oficie-se à SEAP para que proceda ao monitoramento eletrônico, nos termos aqui expostos. I.

ADV: GUILHERME SCHERAKMAN SIQUEIRA (OAB 10385/AM), ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM), ADV: JOÃO MARCOS SILVA DE PAULO (OAB 1936E/AM) - Processo 0636297-05.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Almerio Tiago Ferreira Magalhaes - Tendo em vista a reorganização da pauta de audiência, de ordem do MM. Juiz, fica redesignada para o dia 30/09/2020 às 11:30h a realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM) - Processo 0636796-23.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Emerson Vieira Lesmo - INDICIADA: Luana Jéssica Paixão Araújo - RÉU: Ricardo da Silva Souza Júnior - Tendo em vista a reorganização da pauta de audiência, de ordem do MM. Juiz, fica redesignada para o dia 13/04/2020 às 11:00h a realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ANE CAROLINE DOS SANTOS SILVA (OAB 10053/AM) - Processo 0636868-44.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alexandro Souza da Silva - Ronaldo Serrão da Silva - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 11/02/2020 às 12:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: DANIEL OLIVEIRA DE MELO (OAB 8972/AM) - Processo 0636992-56.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gabriel da Silva Pereira - Ismael de Souza Mendes - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 24/09/2020 às 09:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação dos réus e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: KATHLEEN SOUZA DE OLIVEIRA BELOTA (OAB 9093/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0637786-19.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Camila de Lima Souza - Luciano Teixeira Machado de Assis - Diante do exposto, não havendo causas de exclusão da antijuridicidade ou culpabilidade, não contendo nos autos qualquer circunstância que exclua o crime ou isente os réus, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia, para: A) ABSOLVER o réu Luciano Teixeira Machado de Assis das acusações previstas nos arts. 33, caput, e art. 35 da Lei n. 11.343/2006, além da acusação de ter praticado o crime previsto no art. 307, do Código Penal, todos com esteio no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, bem como absolvê-lo pela prática do crime previsto no art. 28 da Lei nº 11.343/06, com arrimo no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal, tudo conforme fundamentação retro. Concedo ao sentenciado o direito de recorrer em liberdade. Desnecessária a expedição de alvará de soltura,

visto que já se encontra em liberdade por este feito. B) CONDENAR a ré Camila de Lima Souza nas sanções do art. 33, caput, da Lei n.º 11.343/06 , na modalidade "guardar", conforme fundamentação retro. Absolvendo-a da imputação pela prática do crime previsto no art. 35, da Lei nº 11.343/2006, conforme fundamentação retro.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0638357-48.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Kaiki Ribeiro da Silva - Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Kaiki Ribeiro da Silva. I.

ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0638359-18.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Daniel Fonseca Couto - Vistos, etc. Abra-se vista dos autos ao órgão do Ministério Público. Após, voltem conclusos.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: FRANCISCO NASCIMENTO DE SOUZA (OAB 13145/AM) - Processo 0639284-14.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: J.R.O.S. - L.C.P. - RÉU: E.D.L. - Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Jesus Ramon de Oliveira Salgado. I.

ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM), ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0639575-82.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rafael Moraes da Rocha - Vistos, etc. Considerando-se que o Ministério Público juntou suas alegações finais em 13/09/2019, não há que se falar em inércia da Defesa, uma vez que foi intimada antes da juntada da peça final do Parquet. Sendo assim, intime-se a Defesa para apresentação de memoriais, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0640128-66.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: José Pinheiro da Silva - Frank Bentes Lucena - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 27/11/2019 às 12:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. Renove-se a intimação do acusado ausente. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: HONORIO VIEIRA DA COSTA JUNIOR (OAB 9720/AM) - Processo 0640571-17.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Valdivelson Eiras Borges - Leon Alex Ferreira Motta - Vistos, etc. Vista à Defesa, a fim de que se manifeste na forma requerida pelo Ministério Público (fl. 165). Após, dê-se nova vista ao Parquet.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0640596-59.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Daniel dos Santos Bastos - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas à Defesa, no prazo de 05 (cinco) dias, para que apresente as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM) - Processo 0641239-85.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcos Paulo Araujo dos Santos - PATRIK FÉLIX MONTENEGRO - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 03/12/2019 às 11:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0641420-52.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Mikael Bezerra da Costa e outro - "Encerrado os debates, com fundamento no disposto no art. 58 da Lei de Drogas, ordeno que voltem-me os autos conclusos para prolação da sentença no prazo de 10 (dez) dias. À Secretaria para as providências pertinentes".

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0642031-05.2017.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Elves Eguerton Barros das Neves e outro - Vistos, etc. Atenda-se a promoção de fl. 272. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público.

ADV: SÉRGIO SAMARONE DE SOUZA GOMES (OAB A1092/AM) - Processo 0643290-64.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Franck Mendes Siqueira - Haja vista o oferecimento da denúncia pelo Órgão Ministerial, notifique(m)-se pessoalmente Franck Mendes Siqueira via carta, mandado e, por último edital, para que apresente(m) defesa prévia nos autos, com o auxílio de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.343/06.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0644073-90.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jean Ferreira Roque - Diante de tais circunstâncias, SUBSTITUO a medida cautelar de monitoramento eletrônico, contida no inciso IX, do artigo 319 do Código de Processo Penal pelo comparecimento mensal em juízo para informar e justificar atividades, na forma do inciso I do dispositivo mencionado, MANTENDO, na íntegra, à proibição de acesso à bares ou outros lugares que vendem bebidas alcoólicas, tal como à proibição de ausentar-se da Comarca. À Secretaria para as providências de praxe. Oficie-se à SEAP para que proceda à retirada da tornozeleira eletrônica. Manaus, 20 de setembro de 2019.

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0645243-34.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Hiano Joseph da Silva Hage - Sanmara de Souza Ferreira - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 02/04/2020 às 11:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM) - Processo 0645326-79.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Ytalo Ferreira Reis - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação de DEFESA PRÉVIA, com relação a(o) denunciado(a) Ytalo Ferreira Reis

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0645423-50.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Adelison Tinoco da Fonseca - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 11/12/2019 às 12:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0645423-50.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Adelison Tinoco da Fonseca - Tendo em vista a reorganização da pauta de audiência, de ordem do MM. Juiz, fica redesignada para o dia 15/04/2020 às 11:30h a realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0646295-65.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Caio da Silva Repolho - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado CAIO DA SILVA REPOLHO da imputação penal prevista no artigo 33 da Lei de Drogas.

ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0647098-14.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Raimundo Alves dos Santos Júnior - RÉU: Elvis Santana Printes - Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, com arrimo no artigo 107, inciso I, do Código Penal, e artigo 5º, inciso XLV, 1ª Parte, da CF, decreto a extinção da punibilidade de Raimundo Alves dos Santos Júnior da acusação do crime do artigo 33 da Lei nº 11.343/06.

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM), ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0647888-95.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Cristhian Camilo Gomez Padilla - Milton Mosquera Zules - Após, a MMa. Juíza assim Decidiu: "Voltem-me os autos conclusos para prolatação de sentença dentro do prazo legal."

ADV: JANAI DE SOUZA ALMEIDA (OAB 13996/AM) - Processo 0648513-32.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Adriano Ricardo Jorge da Silva Nascimento - Guilber Lima de Oliveira - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM) - Processo 0649063-90.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: A Sociedade - INDICIADO: Jobson José Barbosa da Silva - Aos 25 de setembro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 3ª V.E.C.U.T.E., remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante do Ministério Púbico do Estado do Amazonas, para tomar ciência do(a) Inquérito Policial de fls. 37/66, com relação a(o) denunciado(a) Jobson José Barbosa da Silva.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0649621-62.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Joelson Nogueira da Silva - II. Do Pedido de Liberdade Provisória Ao analisar novamente o feito e nada obstante já haja decisão decretando a prisão preventiva do acusado Joelson Nogueira da Silva, entendo por bem rever o posicionamento até então adotado para conceder ao suplicante o benefício de responder ao processo em liberdade. Isso porque o requerente é tecnicamente primário e detentor de bons antecedentes, e apesar dos registros criminais existentes em seu desfavor, não se verificam dados concretos a concluir que a liberdade do agente possa fragilizar a ordem pública e econômica, tampouco possa comprometer a garantia de aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal. Embora grave por si o delito identificado pela autoridade policial, tal gravidade se afigura em tese, sem elementos concretos que possam ensejar a adoção da medida cautelar extrema para ao requerente neste momento. Ademais, a despeito de não ser o momento adequado, diante dos elementos já existentes, é grande a possibilidade de que a atual custódia seja mais gravosa ao denunciado do que uma eventual pena privativa de liberdade que lhe possa ser aplicada ao fim do processo, o que poderá ensejar danos irreversíveis à reintegração do suplicante à sociedade. Superado este ponto, afigura-se mais adequada a aplicação de medidas cautelares pessoais. A concessão da liberdade é dita vinculada, pois obriga o agente a determinadas condições, como o comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sob pena de imediata revogação. Neste ínterim, considerando o teor dos elementos colhidos por meio do ato flagrancial, vislumbro como eficaz a aplicação de medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, com o condão de garantir a regular tramitação processual e a ressocialização do acusado, razão pela qual aplico as previstas nos incisos II, IV e IX, concernente à proibição de acesso a bares ou outros lugares que vendem bebidas alcoólicas, devendo a agente permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações, a proibição de ausentar-se da Comarca e o monitoramento eletrônico, com perímetro de circulação não superior a 500 (quinhentos) metros de sua residência. Pelo exposto, REVOGO a PRISÃO PREVENTIVA de Joelson Nogueira da Silva, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, devendo o agente comparecer a todos os atos do processo e não se ausentar da comarca sem autorização deste juízo, sob pena de revogação do benefício. Deverá se fazer constar a aplicação das medidas cautelares do art. 319, incisos II, IV e IX, do Código de Processo Penal, e que o descumprimento acarretará a revogação do benefício. Assevero que, em eventual indisponibilidade da tornozeleira eletrônica, o réu deverá ser posto imediatamente em liberdade, sob o compromisso de que, a partir da disponibilidade, comparecerá à Secretaria de Estado da Administração Penitenciária com a finalidade de instalar o dispositivo. Determino que o acusado compareça neste Juízo no primeiro dia útil seguinte a sua soltura para assinatura de Termo de Compromisso, sob pena de revogação do benefício. Ainda, deverá ser encaminhado ao PROJETO REEDUCAR. Expeça-se Alvará de Soltura. Oficie-se à SEAP para que proceda ao monitoramento eletrônico, nos termos aqui expostos. I.

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM), ADV: TATIANE CAROL NUNES DE SOUZA (OAB 11336/AM) - Processo 0649842-45.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Henrique da Silva Braga - INDICIADO: Clebison Lopes de Souza - Vistos, etc. Julgo prejudicado o pedido de liberdade provisória de fls. 90/97, uma vez que já há decisão determinando a expedição do alvará de soltura em favor do requerente (76/80), ante sua absolvição pela declaração de inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei n. 11.343/06. No mais, considerando-se o prosseguimento da ação penal em relação a Paulo Henrique da Silva Braga, aguarde-se a realização da audiência já designada.

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0650009-62.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Erick Matheus Santos Oliveira - Pelo exposto, em consonância com o Órgão Ministerial, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA de Erick Matheus Santos Oliveira. Deverá se fazer constar a aplicação das medidas cautelares do art. 319, incisos I, II e IV, do Código de Processo Penal, e que o descumprimento acarretará a decretação de nova prisão. Determino que o suplicante compareça neste Juízo no primeiro dia útil seguinte a sua soltura para assinatura de Termo de Compromisso, sob pena de revogação do benefício. Ainda, deverá ser encaminhado ao PROJETO REEDUCAR. Expeça-se Alvará de Soltura - fazendo constar a intimação para a audiência acima designada - a fim de que o requerente seja posto imediatamente em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso. Intime-se.

ADV: FÁBIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 13392/AM) - Processo 0650100-55.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Enison Batista Moraes - Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Enison Batista Moraes. I.

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0650797-13.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rafael Geissler Ferreira - Diante de tais circunstâncias relatadas, por entender que já devidamente fundamentada a desnecessidade da prisão, conforme decisão proferida em audiência, SUBSTITUO a medida cautelar de monitoramento eletrônico, contida no inciso IX, do artigo 319 do Código de Processo Penal pelo comparecimento mensal em juízo para informar e justificar atividades, entre os dias 20 e 25 de cada mês, no período de 8h às 14h, na forma do inciso I do dispositivo mencionado, MANTENDO, na íntegra, a proibição de acesso a bares ou outros lugares que vendem bebidas alcoólicas, tal como a proibição de ausentar-se da Comarca. Advirta-se o(a) acusado(a) que deverá comparecer neste Juízo no primeiro dia útil subsequente para o fim de firmar novo termo de compromisso, sob pena de decretação da prisão preventiva. À Secretaria para providências. Intime-se. I.

ADV: ANDERSON ÍTALO FREITAS DE SOUZA (OAB 13972/AM) - Processo 0651222-06.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: A Sociedade - INDICIADO: Evellyn da Silva Gonçalves - Em obediência ao que dispõe o artigo 50, § 3º da Lei n. 11.343/2006, certifico a regularidade formal do laudo de exame em substância, ao tempo em que determino a destruição das drogas apreendidas, devendo ser reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova. Ademais, considerando o Provimento nº 330/2018 - CGJ/AM, que dispõe sobre a tramitação direta dos inquéritos policiais, no 1º Grau de Jurisdição, entre a Polícia Judiciária e o Ministério Público, determino o encaminhamento da presente demanda preliminar à fila eletrônica respectiva para providências ministeriais cabíveis, eis que ausentes quaisquer matérias com Reserva de Jurisdição, consoante artigo 1º c/c artigo 6º, ambos do Provimento nº 330/2018 - CGJ/AM. Assevero que a autuação do Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, ficará restrita às hipóteses elencadas pelas alíneas do artigo 1º, §1º, do Provimento nº 330/2018 CGJ/AM; porquanto, eventuais diligências e requerimentos de matérias não inseridas neste dispositivo deverão ser realizadas ou não por juízo discricionário da autoridade que preside o feito, consoante artigo 14 do Código de Processo Penal. À Secretaria para atentar as deliberações presentes no artigo 5º do Provimento nº 330/2018 CGJ/AM. Diligências de praxe com os registros e comunicações necessárias.

ADV: OTONIEL QUEIROZ DE SOUZA NETO (OAB 8821/AM) - Processo 0651419-58.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - INDICIADO: Chrystian Weslley Terêncio dos Santos - Diego Raymison Rabelo Ramos - Em obediência ao que dispõe o artigo 50, § 3º da Lei n. 11.343/2006, certifico a regularidade formal do laudo de exame em substância, ao tempo em que determino a destruição das drogas apreendidas, devendo ser reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova. Ademais, considerando o Provimento nº 330/2018 - CGJ/AM, que dispõe sobre a tramitação direta dos inquéritos policiais, no 1º Grau de Jurisdição, entre a Polícia Judiciária e o Ministério Público, determino o encaminhamento da presente demanda preliminar à fila eletrônica respectiva para providências ministeriais cabíveis, eis que ausentes quaisquer matérias com Reserva de Jurisdição, consoante artigo 1º c/c artigo 6º, ambos do Provimento nº 330/2018 - CGJ/AM. Assevero que a autuação do Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, ficará restrita às hipóteses elencadas pelas alíneas do artigo 1º, §1º, do Provimento nº 330/2018 CGJ/AM; porquanto, eventuais diligências e requerimentos de matérias não inseridas neste dispositivo deverão ser realizadas ou não por juízo discricionário da autoridade que preside o feito, consoante artigo 14 do Código de Processo Penal. À Secretaria para atentar as deliberações presentes no artigo 5º do Provimento nº 330/2018 CGJ/AM. Diligências de praxe com os registros e comunicações necessárias.

ADV: OTONIEL QUEIROZ DE SOUZA NETO (OAB 8821/AM) - Processo 0651419-58.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Chrystian Weslley Terêncio dos Santos e outro - Vistos, etc. Abra-se vista dos autos ao órgão do Ministério Público. Após, voltem conclusos.

ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM), ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM) - Processo 0651651-07.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gabriel Sanderson de Oliveira Sena - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 04/05/2020 às 11:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM) - Processo 0651717-50.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Luan da Silva Tananta - Em obediência ao que dispõe o artigo 50, § 3º da Lei n. 11.343/2006, certifico a regularidade formal do laudo de exame em substância, ao tempo em que determino a destruição das drogas apreendidas, devendo ser reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova. Ademais, considerando o Provimento nº 330/2018 - CGJ/AM, que dispõe sobre a tramitação direta dos inquéritos policiais, no 1º Grau de Jurisdição, entre a Polícia Judiciária e o Ministério Público, determino o encaminhamento da presente demanda preliminar à fila eletrônica respectiva para providências ministeriais cabíveis, eis que ausentes quaisquer matérias com Reserva de Jurisdição, consoante artigo 1º c/c artigo 6º, ambos do Provimento nº 330/2018 - CGJ/AM. Assevero que a autuação do Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, ficará restrita às hipóteses elencadas pelas alíneas do artigo 1º, §1º, do Provimento nº 330/2018 CGJ/AM; porquanto, eventuais diligências e requerimentos de matérias não inseridas neste dispositivo deverão ser realizadas ou não por juízo discricionário da autoridade que preside o feito, consoante artigo 14 do Código de Processo Penal. À Secretaria para atentar as deliberações presentes no artigo 5º do Provimento nº 330/2018 CGJ/AM. Diligências de praxe com os registros e comunicações necessárias.

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: JENNIFER LOPES REBELO DE SOUZA (OAB 11115/AM), ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0653471-61.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Gustavo Adolfo Jimenes Coutinho - Vistos, etc. Considerando-se o trânsito em julgado da sentença, indefiro a promoção de fl. 329.

Adalberto Pereira Nobre Filho (OAB 9140/AM)
Adalgisa Cristina Coutinho Freitas (OAB 10765/AM)
Adriana Monteiro de Souza (OAB 14269/AM)
Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Adrihan Linkohl Rodrigues Cardoso (OAB 11043/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alice Arlinda Santos Sobral (OAB 3884/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Ana Paula dos Santos Alves (OAB 1745E/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Anderson Ítalo Freitas de Souza (OAB 13972/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Ane Caroline dos Santos Silva (OAB 10053/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Bruno Saraiva Carneiro (OAB 9829/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Camila dos Santos Melo (OAB 8154/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carmem Oliveira Alencar (OAB 13038/AM)

Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cheine Araújo Pereira (OAB 10609/AM)
Christiane de Souza Gonçalves (OAB 4223/AM)
Christiane Greyce Moraes da Silva Mendonça (OAB 12754/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniel Oliveira de Melo (OAB 8972/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Deyvison Souza Brito (OAB 9366/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Diego Oliveira Reis (OAB 6823/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho Júnior (OAB 9347/AM)
Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Elielton dos Santos Paulo (OAB 9567/AM)
Elson Marcelo Lima de Souza (OAB 9903/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Escalone Manrarin de Souza Pinheiro (OAB 13277/AM)
Evandro Sousa Alves (OAB 13420/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB 13392/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Francisco Frutuoso Lima (OAB 9748/AM)
Francisco Nascimento de Souza (OAB 13145/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB 11164/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Gilvandro Mota da Silva (OAB 12954/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Glênio Gusmão Veras (OAB 10056/AM)
Guilherme Scherakman Siqueira (OAB 10385/AM)
Hayne Sandrine Lima Assem Ide (OAB 14262/AM)
Hinller da Silva Maduro (OAB 12080/AM)
Honorio Vieira da Costa Junior (OAB 9720/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Irenilda Carvalho Januario (OAB 13167/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)
Janai de Souza Almeida (OAB 13996/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Janes Almeida Nogueira (OAB 2122/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Jennifer Lopes Rebelo de Souza (OAB 11115/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
João Bosco Cardoso Sampaio (OAB 5681/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
João Marcos Silva de Paulo (OAB 1936E/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Joely Lages Lira Riker (OAB 7614/AM)
Jorge Alberto Silva de Melo (OAB 5916/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Barbosa da Rocha (OAB 7766/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Joziel Barros de Souza (OAB 11383/AM)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Kathleen Souza de Oliveira Belota (OAB 9093/AM)
Kátia Oliveira Santos da Costa (OAB 8260/AM)
Kayson de Araujo Moraes (OAB 12912/AM)
Kelvin Maciel de Paula (OAB 14257/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Klisman da Silva Muller (OAB 11080/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Leandro Olavo da Costa (OAB 10565/AM)
LEANNE DE SA YAMADA (OAB 9998/AM)
Leônidas Magalhães Neto (OAB 6085/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
LIZANDRA FROTA FINICELLI (OAB 10526/AM)
LORENA PRINTES HENRIQUES (OAB 11196/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luanderson Luiz Ramos Pereira (OAB 12499/AM)
lucia maria de paiva bulbol (OAB 1462/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luiz Gonzaga Souza Lima Neto (OAB 11160/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Marcos Antonio Ferreira Feitosa (OAB 13305/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo (OAB 7229/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Maria Síglid Severino dos Santos (OAB 8115/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nidai Sammia Affonso Carvalho (OAB 13367/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Norma Barroso de Freitas (OAB 5771/AM)
OCIVAN SILVA DE SOUZA (OAB 9480/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Otoniel Queiroz de Souza Neto (OAB 8821/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paula Aline Assunção Cruz (OAB 12718/AM)
Paulo Barreto de Araújo (OAB 3770/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Priscilla Ribeiro Patricio (OAB 20524/PA)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Rafael Rocha de Sá Peixoto (OAB 5292/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Raimundo Radilho Correa (OAB 3723/AM)
Raphaela da Costa Nascimento (OAB 9861/AM)
Raquel Nascimento de Oliveira (OAB 10674/AM)
Regina Celia Cunha Farias (OAB 13135/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Roberta Souza de Oliveira (OAB 9466/AM)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rodrigo Souza Laconi (OAB 9292/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)

Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Sérgio Samarone de Souza Gomes (OAB A1092/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Tamara Jéssica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Tatiane Carol Nunes de Souza (OAB 11336/AM)
Tereza Carmo de Castro (OAB 479A/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Ulysses Silva Falcão (OAB 3924/AM)
Valdecir Fragata Meireles da Silva (OAB 2461/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Vanuza Matos da Silva (OAB 14231/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)
Vivian Maria de Sena Cunha e Lima (OAB 9253/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Werner August Karls Praetorius (OAB 1357/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0268/2019

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0648500-96.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Adriano da Silva Santos - R.Hoje. Oficie-se a unidade prisional para que forneça as informações requestadas pelo Parquet ao final do parecer de fls. 102. Após, abra-se novas vistas ao Órgão Ministerial e, finalmente, retornem-me os autos conclusos. Manaus, 26 de setembro de 2019.

Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA CHACON DE OLIVEIRA LOUREIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LAYSA MINELY SOUZA DA CUNHA BARBOSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0151/2019

ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM), ADV: MÁRCIO FIGUEIREDO PESSOA (OAB 6458/AM) - Processo 0200543-19.2009.8.04.0001 (001.09.200543-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - DENUNCIADO: J.V.B.S. - Dê vista à Defesa, a fim de que informe o interesse na oitiva da susomencionada testemunha, informando-se o respectivo endereço, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de prosseguimento do feito.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0216557-34.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: F.V.B. - Intime-se o(a) Defensor(a) do acusado Francisco Vieira Branche para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente memorial escrito em favor de seu constituinte, sob pena de pagamento de multa, com fundamento no art. 265 do CPP, posto que desde sua ciência para esta apresentação, não fora apresentado qualquer justificativa para que se mantivesse inerte.

ADV: JONATHAS DA SILVA SOARES (OAB 14335/AM), ADV: LUIZ RICARDO ALVES DA SILVA (OAB 7048/AM) - Processo 0500521-19.2008.8.04.0001 (001.08.500521-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: J.C.S.N. - Diante do exposto e pelas razões acima declinadas, JULGO IMPROCEDENTE o pedido contido na Denúncia para ABSOLVER o réu JULIO CEZAR SANABRIA NAVARRO, devidamente qualificado nos autos, e o faço com fundamento no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

ADV: EDMILSON DAS NEVES GUERRA (OAB 848/AM), ADV: IRANDY RODRIGUES DA CRUZ (OAB 3294/AM) - Processo 0500581-89.2008.8.04.0001 (001.08.500581-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - DENUNCIADO: I.P.R. - Intime-se o(a) Defensor(a) do acusado IVANILDO PEREIRA ROQUE para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente memorial escrito em favor de seu constituinte, sob pena de pagamento de multa, com fundamento no art. 265 do CPP, posto que desde sua ciência para esta apresentação, não fora apresentado qualquer justificativa para que se mantivesse inerte.

ADV: JAMES CAVALCANTE DIRANE (OAB 12145/AM) - Processo 0613171-23.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: R.M.B. - Desta feita, pelas razões acima declinadas, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na denúncia, para CONDENAR o réu, RILLIR DE MORAES BASTOS, devidamente qualificado nos autos, como incurso na sanção prevista pelo art. 217-A, do Código Penal, como acima fundamentado, razão pela qual passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do Código Penal.

ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0620932-08.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Importunação Sexual - INDICIADO: F.J.K. - Ao ensejo, determino que se intime a Defesa, a fim de que qualifique e informe o endereço da testemunha arrolada na Defesa Prévia, com fundamento no art. 396-A do CPP, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de prosseguimento do feito.

ADV: ANSELMO LIMA DE MATOS FILHO (OAB 13644/AM) - Processo 0651760-84.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso Criminal - Constrangimento ilegal - AUTOR: J.B.C.S. - Tratando-se de Pedido de Revogação de Prisão Temporária em decorrência do fim de prazo, cujo o fim pretendido fora alcançado conforme ofício de fls. 402/403 dos autos 0637385-78.2019, acarretando, pois, a perda do objeto do presente feito, determino o ARQUIVAMENTO destes autos e dê-se baixa na distribuição.

Anselmo Lima de Matos Filho (OAB 13644/AM)
Edmilson das Neves Guerra (OAB 848/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Irandy Rodrigues da Cruz (OAB 3294/AM)
James Cavalcante Dirane (OAB 12145/AM)
Jonathas da Silva Soares (OAB 14335/AM)
Luiz Ricardo Alves da Silva (OAB 7048/AM)
Márcio Figueiredo Pessoa (OAB 6458/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)

2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0226/2019

ADV: CARMEN KARINE STEIMBACH (OAB 8524/AM) - Processo 0223606-97.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: J.D.A. - CERTIFICO, QUANTO ÀS TESTEMUNHAS arroladas pela DEFESA, na resposta à acusação, Eliane Said de Menezes, mudou de endereço (fls. 160) e o endereço de Alexandra Cruz Pires não foi localizado (fls. 167).

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0225744-42.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: W.S.S. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Walter Seixas da Silva - INTIMADO para comparecer à audiência designada para 10/10/2019 às 08:00h, conforme se demonstra na Certidão positiva do Oficial de Justiça, respectivamente, às de fls. 178. CERTIFICO, QUANTO À(S) VÍTIMAS(S), Evellyn Ary Araújo Bezerra e Emilly Thairy Araujo da Silva - NÃO INTIMADA(S), visto que as intimações para comparecer(em) à audiência designada para 10/10/2019 às 08:00h, conforme se verifica na Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 169 e 176, contudo o mandando da vítima Emily Thairy Araujo Bezerra, não teve retorno e esta Secretaria solicitou à devolução à Central de mandados. CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DENÚNCIA Rosalina Costa Araujo, Ana Raimunda Costa e Ocenilda Costa Araújo - NÃO INTIMADA(S), consoante a Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, razão pela qual procedo à remessa ao MINISTÉRIO PÚBLICO para que manifeste o interesse na oitiva e apresente no prazo legal o(s) endereço(s) atualizado(s) dela(s).

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DE MORAES TEIXEIRA NETO (OAB 3986/AM), ADV: SALOMÃO GUEDES BRANDÃO DE FARIAS (OAB 3036/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM) - Processo 0234174-41.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: D.T.S.P. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

ADV: JÁDSON ALVES LIMA (OAB 1969/AM), ADV: CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO (OAB 4132/AM), ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM) - Processo 0500126-27.2008.8.04.0001 (001.08.500126-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: M.J.S.L. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S), Marcos Jean Sampaio Leitão - NÃO INTIMADO(S), Mandado e Carta não retornaram ao cartório até o presente momento. CERTIFICO, QUANTO À(S) VÍTIMAS(S), Lady Laiane Carvalho Rodrigues, esta(s) fora(m) devidamente INTIMADA(S) para comparecer(em) à audiência designada para 01/10/2019 às 10:15h, conforme se verifica na Certidão positiva do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 314. CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DENÚNCIA Neilza Carvalho de Sena - NÃO INTIMADA, Carta Ar foi recebida em sua residência pelo seu marido. Eliene Melo Rufino - NÃO INTIMADA, mandado não retornou. Elias Marinho de Souza - NÃO INTIMADA, segundo fls.: 316; 317 e 325. Razão pela qual procedo à remessa ao MINISTÉRIO PUBLICO PARA que manifeste o interesse na oitiva e apresente no prazo legal o(s) endereço(s) atualizado(s) dela(s). CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DEFESA, resposta à acusação, Regenaldo Santos Neves - NÃO INTIMADO, segundo fls.: 315 e 321. Romulo Sampaio Ribeiro - NÃO INTIMADO, Mandado não retornou e Carta AR foi negativa fls.: 323. Razão pela qual procedo à remessa dos autos para DEFESA DO RÉU, a fim de que manifeste o interesse na(s) oitiva(s) e apresente no prazo legal o(s) endereço(s) atualizado(s) dela(s).

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0609256-63.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: M.M. - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na Denúncia, ao passo que condeno o Réu Maghaive Marques, como incurso nas penas do artigo 217-A, combinado com os artigos 226, inciso II, e 71, todos do Código Penal. Fixo o valor da reparação dos danos causados pela infração no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a ser revertido à Vítima, com fulcro no artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0617374-62.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: F.V.N. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S), Felipe Vinhote Nogueira - INTIMADO(S) para comparecer à audiência designada para 02/10/2019 às 10:00h, conforme nas fls. 134/135. CERTIFICO, QUANTO À(S) VÍTIMAS(S), N.B.A.N por meio de Representante Legal Zulma Alves da Silva, esta(s) fora(m) devidamente INTIMADA(S) para comparecer(em) à audiência designada para 02/10/2019 às 10:00h, conforme se verifica nos itens 136. CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DEFESA, resposta à acusação, Noêmia Rodrigues da Silva - NÃO INTIMADA, sem tempo hábil para expedir Carta Precatória. Francisco Jocivaldo da Silva Lopes - INTIMADO, segundo fls.:144. Joanez Porfírio Nogueira - NÃO INTIMADA até o presente momento, pois mandado não retornou ao cartório. Maria Francione Silva da Silva - NÃO INTIMADA até o presente momento, pois mandado não retornou. Razão pela qual procedo à remessa dos autos para DEFESA DO RÉU, a fim de que manifeste o interesse na(s) oitiva(s) e apresente no prazo legal o(s) endereço(s) atualizado(s) dela(s).

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO CABRAL SANTOS (OAB 12418/AM), ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0626859-52.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: W.M.C. - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à Decisão de fls. 166/167, que procedo à intimação da defesa constituída do réu Wagner Monteiro Cabral para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar por escrito resposta à acusação, conforme preconiza o artigo 396 do Código de Processo Penal.

Carlos Christiano Krakhecke Filho (OAB 4132/AM)
Carmen Karine Steimbach (OAB 8524/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jádson Alves Lima (OAB 1969/AM)
José Antônio de Moraes Teixeira Neto (OAB 3986/AM)
Jose Ricardo Vieira Trindade (OAB 1459/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Cabral Santos (OAB 12418/AM)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Salomão Guedes Brandão de Farias (OAB 3036/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0228/2019

ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM) - Processo 0200974-72.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: F.E.P.O. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

ADV: MÁRCIA MONTEIRO ALVES VAILANTE (OAB 10333/AM) - Processo 0201870-91.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: Jose Horlando Gonçalves dos Santos - Tendo em vista que os autos abrangem os processos referentes à META 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), procedo o cancelamento da audiência Instrução e Julgamento designada para o dia 02/04/2020 às 08:00h. Certifico, ademais, que a audiência acima cancelada foi redesignada para o dia 18/11/2019 às 08:00h na sala de audiência desta Secretaria, devendo-se expedir as intimações necessárias.

ADV: ALESSANDRO ALVES MELO (OAB 6687/AM) - Processo 0214286-18.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: R.S.M. - Pelo exposto, presentes os pressupostos recursais de admissibilidade, RECEBO a presente Apelação, no seu duplo efeito (art. 597 do CPP), suspendendo a execução da pena e devolvendo o conhecimento da matéria fática ao Juízo ad quem. Considerando que o Apelante declarou que pretende arrazoar na instância superior (art. 600 § 4º do CPP), remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com as homenagens de estilo. À Secretaria para as providências.

ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM), ADV: JOSE ANTONIO TUMA NETO (OAB 1515/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0223422-83.2010.8.04.0001 (001.10.223422-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: L.F.O.M. - Tendo em vista que os autos abrangem os processos referentes à META 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), procedo o cancelamento da audiência Instrução e Julgamento designada para o dia 12/05/2020 às 10:15h. Certifico, ademais, que a audiência acima cancelada foi redesignada para o dia 30/10/2019 às 10:45h na sala de audiência desta Secretaria, devendo-se expedir as intimações necessárias.

ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM) - Processo 0236582-78.2010.8.04.0001 (001.10.236582-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - DENUNCIADO: R.P.F. - CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DEFESA, resposta à acusação, Testemunha Selecionada \<\< Informação indisponível \>\> - NÃO INTIMADA(S), consoante a Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens XX, razão pela qual procedo à remessa dos autos para defesa do réu, a fim de que manifeste o interesse na(s) oitiva(s) e apresente no prazo legal o(s) endereço(s) atualizado(s) dela(s).

ADV: JOENILSON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 3178/AM), ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM) - Processo 0249352-98.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Dignidade Sexual - RÉU: W.M.R. - Tendo em vista que os autos abrangem os processos referentes à META 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), procedo o cancelamento da audiência Instrução e Julgamento designada para o dia 27/01/2020 às 09:30h. Certifico, ademais, que a audiência acima cancelada foi redesignada para o dia 06/11/2019 às 09:00h na sala de audiência desta Secretaria, devendo-se expedir as intimações necessárias.

ADV: SAUL MAX P. DE VASCONCELOS (OAB 3524/AM) - Processo 0251568-66.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: J.A.S.L. - Tendo em vista que os autos abrangem os processos referentes à META 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), procedo o cancelamento da audiência Instrução e Julgamento designada para o dia 27/01/2020 às 10:30h. Certifico, ademais, que a audiência acima cancelada foi redesignada para o dia 07/11/2019 às 08:30h na sala de audiência desta Secretaria, devendo-se expedir as intimações necessárias.

Alessandro Alves Melo (OAB 6687/AM)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM)
Joenilson dos Santos Rodrigues (OAB 3178/AM)
Jose Antonio Tuma Neto (OAB 1515/AM)
Jose Ricardo Vieira Trindade (OAB 1459/AM)
Márcia Monteiro Alves Vailante (OAB 10333/AM)
Saul Max P. de Vasconcelos (OAB 3524/AM)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0229/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0238268-95.2016.8.04.0001 - Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso Criminal - Estupro de Vulnerável - REQUERIDO: I.C.B. - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA Edital de Intimação de Sentença com prazo de 90 (noventa) dias, na forma abaixo: Ação Penal nº 0238268-95.2016.8.04.0001 A Dra. Articlina Oliveira Guimarães, MM. Juiz da 2ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria respectiva se processam aos termos legais, a Ação Penal sob nº 0238268-95.2016.8.04.0001, movida pela Justiça Pública contra o(a) sentenciado(a)

Sem Patrono (OAB /AM)

VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DE CRIMES DE TRÂNSITO
JUIZ(A) DE DIREITO YURI CAMINHA JORGE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL KLEBER SANTOS DE FREITAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0072/2019

ADV: JOSÉ CARLOS CALIL MOURÃO (OAB 4035/AM), ADV: MARCO ANTONIO MOREIRA (OAB 8780/AM), ADV: MARCUS DI FABIANNI FERREIRA LOPES (OAB 358A/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0217517-87.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - VÍTIMAFATO: Hellen Cristina da Silva e outro - ACUSADO: João Augusto Bezerra Alves - CERTIFICO, nesta data, que conforme determinado na parte final do Termo de folhas 141/142, intimo a Defesa para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, se há diligências a requerer. É o que me cumpre Certificar.

ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM), ADV: PRISCILLA SADALA SENA BENTES (OAB 8103/AM) - Processo 0238246-32.2019.8.04.0001 (processo principal 0201985-39.2017.8.04.0001) - Incidente de Falsidade - Falsidade - DENUNCIADO: Atilas da Silva Bastos - CERTIFICO, nesta data, que conforme determinado em Decisão de folha 57/59, intimo a Defesa para que no prazo de 03 (três) dias, façam prova de suas alegações conforme art. 145, II, do CPP. É o que me cumpre Certificar.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0263973-71.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Carlos Mauricio de Souza Martins - Nesse cenário e em harmonia com a promoção ministerial, declaro extinta a punibilidade pela ocorrência da PRESCRIÇÃO, em favor de CARLOS MAURICIO DE SOUZA MARTINS e o faço com fulcro nos artigos 107, inciso IV, primeira figura e 109, inciso IV, ambos do Código Penal e art. 61 do CPP. Deixo de liberar a fiança pleiteada, uma vez que não constatei pagamento de fiança no presente caso. Sem custas. Publique-se, registre-se e intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM) - Processo 0605314-28.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Walson Xavier de Lima Júnior

- CERTIFICO, nesta data, conforme determinação expressa no Termo de Audiência de fl. 82/84 dos autos em epígrafe e em razão da apresentação das Alegações Finais - Memoriais por parte do Ministério Público, fica intimado o Acusado, por intermédio de seu Advogado, Dr. Jadismar Souza Lima (OAB/AM n.° 3307/AM), a apresentar as Alegações Finais na forma de Memoriais no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM) - Processo 0609692-27.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - INDICIADO: Isaac Newton da Silva Tavares - SENTENÇA Isaac Newton da Silva Tavares foi denunciado (fls.31/33) como incurso nas sanções do artigo 306 da Lei nº 9.503/97 - CTB, foi-lhe oferecida proposta de suspensão condicional do processo, pelo prazo de dois anos, sendo aceita em 31.03.2016 (fl.34), com a imposição das condições estabelecidas no artigo 89 da Lei nº 9.099/95. Decorrido o prazo estipulado em audiência, a Vara de Execução de Medidas Alternativas remeteu a este juízo malote digital (fls.86/110), acompanhado de documentos que noticiam o cumprimento integral do período de prova da suspensão. Com vista dos autos, o Ministério Público, por meio da promoção de fl. 112, opina pela declaração da extinção da punibilidade em relação ao denunciado, ante o cumprimento das condições acordadas, durante o período de prova. Decido. O art. 89, § 5º da Lei nº 9.099/95 preceitua: Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade. No caso em comento, desde a data da aceitação da proposta até a presente data transcorreu o lapso temporal de mais de dois anos. Ademais, o juízo da Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas enviou malote digital, acompanhado de documentos comprobatórios do cumprimento integral das condições impostas. Diante de todo o exposto, e em consonância com o Parecer Ministerial, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de Isaac Newton da Silva Tavares, e o faço com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei nº 9.099/95. Em razão de o denunciado ter prestado fiança, no valor de R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), conforme guia DAR e comprovante de pagamento à fl.50, assim como ter cumprido as condições impostas, faz jus ao levantamento deste valor com a devida atualização, nos termos do art. 337 do Código de Processo Penal. Sendo assim, tendo havido o requerimento, deve a Secretaria expedir alvará para levantamento da fiança. Publique-se. Registre-se e Intimem-se as partes na forma do art. 392 do Código de Processo Penal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: ÉRIKA AUGUSTA DE PAULA FREITAS CHAPARRO (OAB 9690/AM) - Processo 0619649-18.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - RÉU: Edival Lima de Jesus - SENTENÇA Edival Lima de Jesus foi denunciado (fls.54/55) como incurso nas sanções do artigo 306 da Lei 9.503/97 - CTB, foi-lhe oferecida proposta de suspensão condicional do processo, pelo prazo de dois anos, sendo aceita em 21.06.2017 (fl.56), com a imposição das condições estabelecidas no artigo 89 da Lei 9.099/95. Decorrido o prazo estipulado em audiência, a Vara de Execução de Medidas Alternativas remeteu a este juízo malote digital (fls.60/84), acompanhado de documentos que noticiam o cumprimento integral do período de prova da suspensão. Com vista dos autos, o Ministério Público, por meio da promoção de fl. 86, opina pela declaração da extinção da punibilidade em relação ao denunciado, ante o cumprimento das condições acordadas, durante o período de prova. Decido. O art. 89, § 5º da Lei 9.099/95 preceitua: Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade. No caso em comento, desde a data da aceitação da proposta até a presente data transcorreu o lapso temporal de mais de dois anos. Ademais, o juízo da Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas enviou malote digital, acompanhado de documentos comprobatórios do cumprimento integral das condições impostas. Diante de todo o exposto, e em consonância com o Parecer Ministerial, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de Edival Lima de Jesus, e o faço com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei 9.099/95. Em razão de o denunciado ter prestado fiança, no valor de R$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), conforme guia de pagamento via depósito judicial às fls. 42/45, assim como ter cumprido as condições impostas, faz jus ao levantamento deste valor com a devida atualização, nos termos do art. 337 do Código de Processo Penal, devendo a Secretaria expedir alvará em caso de requerimento. Publique-se. Registre-se e Intimem-se as partes na forma do art. 392 do Código de Processo Penal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Érika Augusta de Paula Freitas Chaparro (OAB 9690/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
José Carlos Calil Mourão (OAB 4035/AM)
MARCO ANTONIO MOREIRA (OAB 8780/AM)
Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (OAB 358A/AM)
Priscilla Sadala Sena Bentes (OAB 8103/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO CARLOS CONDE HOLANDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0073/2019

ADV: AGHATTA RAYANDRA CAVALCANTE BARBOSA (OAB 10101/AM), ADV: ALEXANDRA CALDERARO QUEIROZ (OAB 1224A/AM), ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM), ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM), ADV: MAURÍCIO FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 7783/AM), ADV: MICHELLEN DE LIMA AVES (OAB 10367/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0200516-36.2015.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica - AUTORFATO: F.L.O. - Isso posto, JULGO IMPROCEDENTE a acusação contida na denúncia, para absolver FERNANDO LIMA DE OLIVEIRA, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. SEM CUSTAS. Após o trânsito em julgado e feitas as anotações de estilo, arquivem-se com baixa. P.R.I. Manaus, 27 de setembro de 2019. Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto Juíza de Direito

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM) - Processo 0201508-65.2013.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica - INDICIADO: R.S.J. - Processo n.º0201508-65.2013.8.04.0030 CERTIDÃO AUDIÊNCIA PAUTADA Nesta data, certifico que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO foi pautada para o dia 26/11/2019 às 14:30h, a ser realizada na Audiência do Juízo desta 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Processo encaminhando para intimação de audiência ao membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, em caso de advogado particular, será intimado via DJE.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0600689-53.2019.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - AUTORFATO: K.O.S. - Processo n.º0600689-53.2019.8.04.0030 CERTIDÃO AUDIÊNCIA PAUTADA Nesta data, certifico que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO foi pautada para o dia 26/11/2019 às 15:00h, a ser realizada na Audiência do Juízo desta 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Processo encaminhando para intimação de audiência ao membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, em caso de advogado particular, será intimado via DJE.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0600916-33.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - INDICIADO: J.S.R. - Isso posto, JULGO IMPROCEDENTE a acusação contida na denúncia, para absolver JHONATAN SOARES RODRIGUES, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Custas pelo Estado. Após o trânsito em julgado e feitas as anotações de estilo, arquivem-se com baixa. P.R.I.

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM), ADV: ITAMAR BRITO GONÇALVES (OAB 9684/AM) - Processo 0601048-03.2019.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - VÍTIMAFATO: K.C.G.B. - AUTORFATO: J.A.C.L. - Isso posto, JULGO IMPROCEDENTE a acusação contida na denúncia, para absolver JOSÉ AMÉRICO COSTA LOPES, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Custas pelo requerido. Após o trânsito em julgado e feitas as anotações de estilo, arquivem-se com baixa. P.R.I. Manaus, 21 de agosto de 2019. Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto Juíza de Direito

ADV: GEYZON OLIVEIRA REIS (OAB 5031/AM) - Processo 0602916-50.2018.8.04.0030 (apensado ao processo 0600935-20.2017.8.04.0030) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal - VÍTIMAFATO: V.T.O.R. - AUTORFATO: J.S.S.R. - DECISÃO I - Vistos etc ... O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu DENÚNCIA em desfavor de

ADV: GEYZON OLIVEIRA REIS (OAB 5031/AM) - Processo 0602916-50.2018.8.04.0030 (apensado ao processo 0600935-20.2017.8.04.0030) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal - VÍTIMAFATO: V.T.O.R. - AUTORFATO: J.S.S.R. - DESPACHO Intime-se o réu, que advoga em causa própria, para oferecer alegações finais, no prazo legal. Ultrapassado o prazo, sem manifestação, para garantir o efetivo direito de defesa, será nomeado defensor público para o ato. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0611044-15.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - INDICIADO: F.B.L. - Diante do exposto, REVOGO AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA, e, por consequência, diante da perda do objeto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. P.R.I. Arquive-se.

ADV: ALMIR DA CRUZ BARROS (OAB 3660/AM), ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM), ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM) - Processo 0622095-57.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Estupro - INDICIADO: F.C.S. - Processo n.º0622095-57.2018.8.04.0001 CERTIDÃO AUDIÊNCIA PAUTADA Nesta data, certifico que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO foi pautada para o dia 26/11/2019 às 15:00h, a ser realizada na Audiência do Juízo desta 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Processo encaminhando para intimação de audiência ao membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, em caso de advogado particular, será intimado via DJE.

Aghatta Rayandra Cavalcante Barbosa (OAB 10101/AM)
Alexandra Calderaro Queiroz (OAB 1224A/AM)
Almir da Cruz Barros (OAB 3660/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
GEYZON OLIVEIRA REIS (OAB 5031/AM)
Itamar Brito Gonçalves (OAB 9684/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Maurício Fernandes de Almeida (OAB 7783/AM)
Michellen de Lima Aves (OAB 10367/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0067/2019

ADV: JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS (OAB 903/AM) - Processo 0631261-79.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Perturbação da tranquilidade - REQUERENTE: M.O.S.A. - REQUERIDO: P.A.G.A. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: BRUNO BENEVIDES FERREIRA (OAB 8632/AM) - Processo 0638449-26.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Injúria - REQUERIDO: G.B.C. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: RAFAELA SILVA DE SOUSA (OAB 9620/AM), ADV: RENATA SILVA DE SOUSA (OAB 669A/AM), ADV: LEONARDO SILVA SOUSA DE PAULA (OAB 9819/AM), ADV: KAMILA MAIA BOTELHO TELLES (OAB 8957/AM) - Processo 0639968-36.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: D.S.C. - REQUERIDO: R.B.C. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: DANIELLA LOPES CAVALCANTE (OAB 4164/AM), ADV: FRANCELINA GIORDANA FEITOSA GÓES (OAB 12041/AM), ADV: MARIANA PINHEIRO GONÇALVES (OAB 13906/AM), ADV: ROSA MARIA FEITOSA DA FONSECA (OAB 11120/AM) - Processo 0642988-35.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: F.D.B. - REQUERIDO: C.A.B.S. - Isto posto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido do requerido, tão somente para determinar a reiterada dos pertences pessoais (vestuário, documentos e instrumentos de trabalho) do autor do imóvel onde residia com a vítima, o que deverá ser feito por um familiar do requerido. Mantenho as medidas protetivas integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
BRUNO BENEVIDES FERREIRA (OAB 8632/AM)
Daniella Lopes Cavalcante (OAB 4164/AM)
Francelina Giordana Feitosa Góes (OAB 12041/AM)
João de Deus Gomes dos Anjos (OAB 903/AM)
Kamila Maia Botelho Telles (OAB 8957/AM)
Leonardo Silva Sousa de Paula (OAB 9819/AM)
Mariana Pinheiro Gonçalves (OAB 13906/AM)
RAFAELA SILVA DE SOUSA (OAB 9620/AM)
Renata Silva de Sousa (OAB 669A/AM)
Rosa Maria Feitosa da Fonseca (OAB 11120/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO ITAMAR DE SOUSA GONZAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0426/2019

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0604699-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucelio da Silva Chunha - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: SILVANO CESAR LORIDO BARRETO (OAB 11681/AM) - Processo 0609312-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aila Maria Constantino Martins - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0629278-45.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Bergue Jose Costa da Silva - REQUERIDO: Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans - ASSLITISC: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0646321-29.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. À secretaria para providências. P.I.C.

Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Silvano Cesar Lorido Barreto (OAB 11681/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0425/2019

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0617656-66.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e outro - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação ao Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ LUIZ MONTEIRO NAICE (OAB 6806/AM), ADV: LEONÍZIA LIMA ENES (OAB 9159/AM) - Processo 0620088-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perda da Propriedade - REQUERENTE: Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt - Dispositivo. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente os pedidos formulados na inicial, para que o Departamento Estadual de Trânsito - AM, declare a negativa de propriedade da requerente sobre o veiculo automotor Volkswagen Voyage 1.0, Cor Prata, Ano/Modelo 2009/2010, Placa NOY-2550, RENAVAN 17084593-1, Chassi 9BWDAO5U9ATI20184, desde o dia da sua venda, qual seja, 31/01/2013, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitados à 15 (quinze) dias-multa. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Em seguida, intime-se o DETRAN - AM para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). P.R.I. Cumpra-se. Arquive-se.

ADV: RENI ALVES TEIXEIRA LIMA (OAB 3910/AM) - Processo 0623930-46.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: José Borges da Costa - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos apresentados na petição inicial, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar os réus, solidariamente, na obrigação de fazer, consistente na apresentação da documentação necessária à transferência de propriedade, em nome do Requerido, do veículo marca FORD modelo FOCUS, ano e modelo 2008/2008 na cor Preta. Combustível Flex, Renavan de nro. 978523202. Condeno, ainda de forma solidária, os Requeridos a indenizarem o Autor por danos morais fixados na quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigida monetariamente a partir desta data (Súmula 362 do STJ) e acrescida de juros moratórios desde a data do fato (art. 398 CC e Súmula 54 do STJ). A correção monetária será apurada mediante a aplicação do IPCA e os juros moratórios serão calculados pelos índices de remuneração da caderneta de poupança, conforme decidido no RE nº 870.947/SE, objeto do tema de Repercussão Geral nº 810. No que tange à obrigação de fazer, certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 dias-multa. Em seguida, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Transcorrido o prazo acima, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei nº 12.153/09 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o cumprimento da sentença, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LÚCIO GLORIVALDO MATOS MARTINS (OAB 8380/AM) - Processo 0631358-79.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Osvaldo Biase Martins - Dispositivo. Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos formulados na inicial, para condenar o Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN - AM, na obrigação de anular o Auto de Infração TD.000110416, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitados à 15 (quinze) dias-multa, bem como às pontuações inerentes a ele. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Em seguida, intime-se o DETRAN - AM para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). P.R.I. Cumpra-se. Arquive-se.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM) - Processo 0649060-72.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Kaele Ltda. - Kl Rent A Car - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FABIO VENICIO REIS DA SILVA (OAB 13060/AM) - Processo 0651175-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Medicamentos - REQUERENTE: Ruanne Rosa Jardim Cruz - Forte nesses motivos, em exame preliminar, apuro a presença da boa aparência do direito e a razoabilidade da pretensão a uma medida de urgência, razão pela qual, sem prejuízo de revogação posterior, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, determinando que o Requerido proceda, no prazo de três (dias), o fornecimento do medicamento BLEOMICINA FRASCO-AMPOLA 15UI-EV-QUANTIDADE: 1 (10MG-M2), para tratamento quimioterápico, conforme indicação médica, em favor da autora. Caso não disponível através da rede pública de saúde, seja fornecido através da rede privada de saúde, sob pena de bloqueio das verbas públicas em hipótese de descumprimento. No que tange ao pedido de fixação das astreintes no caso de descumprimento do Estado do Amazonas desta decisão, entendo que a medida não deve prosperar, uma vez que este Juízo está indicando providência que assegurará o resultado prático buscado pela parte, consistente no bloqueio de verbas públicas, para em caso de descumprimento injustificado da determinação judicial, conforme autoriza o art. 497, caput e parágrafo único, do CPC. Com efeito, em incidente de resolução de demandas repetitivas, já fora reconhecido pela jurisprudência, ser lícito adotar, com o intuito de promover a efetivação de tutela específica da obrigação de fazer, medida judicial apta ao cumprimento do comando judicial com vistas a impedir grave lesão à saúde ou risco à vida da parte demandante. Notifique-se, via mandado, o Secretário de Estado de Saúde do Amazonas - SUSAM, para dar fiel cumprimento à determinação supra, ficando obrigada a comprovar, em igual prazo, o cumprimento da medida concedida. Outrossim, analisando os requisitos de admissibilidade da ação, verifico que a parte autora não indicou o valor da causa corretamente, o qual não corresponde com o proveito econômico pretendido com a demanda. Como se depreende da leitura da exordial, a Requerente requesta o fornecimento de medicamento para quimioterapia, sem indicar o valor do tratamento, nem trazer aos autos orçamento do mesmo. Vale acrescentar que este juízo possui competência funcional para executar suas sentenças, portanto, a correção do valor da causa faz-se necessária, também, para se averiguar se o comando judicial a ser prolatado poderá exceder o valor da competência atribuída a este Juízo, qual seja, o patamar de 60 (sessenta) salários mínimos. A regra insculpida no art. 2o, da Lei n. 12.153/09, tem por escopo regular a matéria atinente à definição da competência originária dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e o consequente estabelecimento do valor da causa, não tendo qualquer reflexo no que concerne ao pedido propriamente dito. Em consequência, determino a intimação da parte autora, para realizar a emenda do valor da causa, indicando o conteúdo econômico a ser obtido com a demanda e para fazer a juntada de 2 orçamentos do medicamento requestado, nos termos acima descritos, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento, de acordo com o parágrafo único, do art. 321, do CPC. Caso cumprida a determinação, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deve se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

André Luiz Monteiro Naice (OAB 6806/AM)
Fabio Venicio Reis da Silva (OAB 13060/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Leonízia Lima Enes (OAB 9159/AM)
Lúcio Glorivaldo Matos Martins (OAB 8380/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Reni Alves Teixeira Lima (OAB 3910/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)

SEÇÃO VIII

TURMA RECURSAL

2ª Turma Recursal
Presidente: Dra. Irlena Leal Benchimol
Secretário: Jailton Andrade Martins

De ordem da Exma. Sra. Presidente da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, Dr. Irlena Leal Benchimol, de acordo com o artigo 934 do Novo Código de Processo Civil, combinado com o artigo 45 da Lei 9.099/95, torno público que serão julgados os processos a seguir **17/10/2019 às 09:30,** de forma presencial, ou nas sessões seguintes, **observa-se que a reunião para julgamento dos processos no qual há pedido de sustentação oral acontecerá no Auditório Desembargadora Liana de Mendonça Belém, Localizado no Fórum Desembargador Mário Verçosa (Aparecida), no dia 17/10/2019 às 09:30.**

Data da sessão: 17/10/2019 às 09:30

Recurso Inominado Cível nº 0611702-50.2017.8.04.0020 .
Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Luís Carlos Eufrázio dos Santos
Advogado : Margide Amaro de Souza (10380/AM)
Advogado : Margide Amaro de Souza (10380/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Soc. Advogados : Wilson Sales Belchior (1037/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0602355-34.2018.8.04.0092 .
Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jaure Santos de Souza
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (12029/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0612885-71.2017.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Telemar Norte Leste S/A
Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ)
Advogada : Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (4339/AM)
Advogado : Daniel Coutinho da Silva (9122/AM)

Recorrida : Raimunda de Carvalho Pinto
Advogada : Sarah Serruya Assis (9515/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0606645-95.2019.8.04.0015 .
Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Bom Negocio Atividades de Internet Ltda
Advogado : Eduardo Chalfin (A1140/AM)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrido : Paulo Cesar Feijão Silveira
Advogado : Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (6552/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0613510-71.2018.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Oi Movel S.a.
Advogado : Daniel Coutinho da Silva (9122/AM)
Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ)
Recorrido : Dinelson Azevedo Marialva
Advogado : Dinelson Azevedo Marialva
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0607820-61.2018.8.04.0015 .
Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Edilson Rolim Negreiros
Advogado : Otacílio Negreiros Neto (4069/AM)
Recorrido : Condomínio Residencial Cidade Jardim
Advogada : Andréa da Silva Guedes (10966/AM)
Advogada : Vanessa Alencar da Silva (7326/AM)
Advogado : Rafael Clementino Pinto da Silva (10269/AM)
Advogado : José Francisco Santos Silva (1993/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0607837-34.2017.8.04.0015 .
Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Rio Negro Construções e Empreendimentos S/A
Advogado : Luis Felipe Avelino Medina (6100/AM)
Recorrida : Vera Lucia Alves de Oliveira
Advogada : Luce Elaine Bento de Andrade (3477/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0611003-40.2018.8.04.0015 .
Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Hapvida Assistencia Medica Ltda
Advogado : Fabianne Ribeiro Halinski (7059/AM)
Advogada : Loyanne Quadros de Lima (11704/AM)
Recorrida : Eliude Ataide Ferreira
Advogado : Ana Carolina Amaral de Messias (9171/AM)
Advogado : Barbara Trindade Lopes (9178/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0603295-33.2017.8.04.0092 .
Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Maria Eliane de Souza do Nascimento (Mercadinho E&I - 79803067320)
Advogado : Emmanuel Sousa Viana (12409/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Recorrido : By Comércio de Cartões - Eireli
Advogado : João Bosco de Albuquerque Toledano (1456/Am)
Advogada : Antônia Andrade de Queiroz (3059/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0624088-93.2018.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrido : Marcel Magalhães Lago
Advogado : Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (6885/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0606502-43.2018.8.04.0015 .
Origem: 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Antonio Felicio Bezerra
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0624347-88.2018.8.04.0015 .
Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Roberta Andrea Miglioranza Evangelista
Advogado : Sélio José Miglioranza (8867/AM)
Recorrido : Banco RCI Brasil S.a.
Advogado : Albadilo Silva Carvalho (1161/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0604231-24.2018.8.04.0092 .
Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada : Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (167006/RJ)
Advogado : Luiz Gustavo Fernandes da Costa (156721/RJ)
Advogado : Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489A/BA)
Recorrida : Maria Auxiliadora Costa de Jesus
Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0604291-97.2019.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bonsucesso S/A
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM)
Recorrida : Maria Valdélia Lima de Lima
Advogado : Philipe Jose Lima de Lima (9039/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0000363-66.2017.8.04.5801 .
Origem: Vara de Origem do Processo Não informado.
Recorrente : ENEIDA FERNANDES BRASIL
Advogado : Rodrigo César da Silva e Silva (7260/AM)
Recorrido : VIVO S/A
Advogada : Angélica Maria Monteiro Duarte (2659/AM)
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Advogada : Lucélia Machado Dias (11279/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0617633-15.2018.8.04.0015 .
Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Francinete de Sousa Sampaio
Advogado : Fabricio de Souza Rocha (6861/AM)
Recorrido : Embracon Administradora de Consorcio Ltda.
Advogado : Amandio Ferreira Tereso Júnior (A739/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0605772-17.2018.8.04.0020 .
Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Ilacide Fonseca Gomes
Advogado : Cidiney Rodrigues Ferreira (46521/BA)
Recorrido : Vivo S.a.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogada : Lucélia Machado Dias (11279/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0000367-08.2017.8.04.4701 .
Origem: Vara de Origem do Processo Não informado.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrido : ROMELIA NASCIMENTO GAMA
Advogado : Lauri Dario Bock (12074/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0602663-10.2018.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Casemiro Monteiro Reis
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0603518-71.2018.8.04.0020 .
Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Francys Sabrina Nascimento Dorval
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogado : Waldisney Coelho Girão (12569/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0618061-94.2018.8.04.0015 .
Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Banco Itaú S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Recorrida : Maria Rubelina de Santana
Advogado : José Carlos Cavalcanti Júnior (3607/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0605202-31.2018.8.04.0020 .
Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : José Ribamar dos Santos
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogado : Andre Rodrigo Pedrosa Amorim (10978/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0610356-45.2018.8.04.0015 .
Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Citicard S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Recorrido : Raimundo Nonato Lima de Castro
Advogado : Valdemir da Silva (3018/AM)
Recorrente : Raimundo Nonato Lima de Castro
Advogado : Valdemir da Silva (3018/AM)
Recorrido : 'Banco Itaucard S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Advogada : Bianca Ferreira Martins (195638/RJ)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0200914-08.2018.8.04.0020 .
Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Edmar Maciel de Oliveira
Advogado : Edmar Maciel de Oliveira
Recorrido : Levi Pereira da Silva
Advogado : Carlos Augusto Gordinho Bindá (12972/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0610634-17.2016.8.04.0015 .
Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Telemar Norte Leste S/A
Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ)
Advogado : Daniel Coutinho da Silva (9122/AM)
Recorrido : Cesar Amaro Paula da Silva
Advogada : Ana Barbara Martins Bacelar (11404/AM)
Advogado : Ewerton Carneiro da Silva (11062/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0616971-51.2018.8.04.0015 .
Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Universidade Paulista - Unip - Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero
Advogado : Marcio Rafael Gazzineo (23495/CE)
Recorrida : Silvana Siqueira de Oliveira
Advogada : Camila Jatahy Araujo (12602/AM)
Advogada : Francisca Núbia de Oliveira de Lima (4376/AM)
Advogado : João Bosco Sávio Oliveira de Lima (8622/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0603533-89.2017.8.04.0015 .
Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Construtora Capital S/A
Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Recorrido : Condomínio Residencial Parque dos Franceses
Advogado : José Airton Garcia Junior (8386/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0607198-76.2017.8.04.0092 .
Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Kennedy Batista de Oliveira
Advogado : Dario dos Santos Monteiro (10365/AM)
Recorrido : Banco Itaú S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0602588-68.2018.8.04.0015 .
Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Itaú S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Recorrido : Paulo Cezar Nascimento Soeiro
Advogada : Cléa Lusia Ribeiro Braga (7019/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0001091-39.2017.8.04.4401 .
Origem: 1º Juizado Especial Cível e Criminal.
Recorrente : MARCOS AUGUSTO GOLVIM BARBOSA
Advogado : Rodrigo Stegmann (968A/AM)
Advogado : Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0623829-35.2017.8.04.0015 .
Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrido : Januario da Gama Bentes Neto
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0601660-05.2018.8.04.0020 .
Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Maria do Socorro Pessoa
Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM)
Recorrido : Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada : Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (38699/DF)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0611258-95.2018.8.04.0015 .
Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Francisco Batista de Oliveira
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0207469-90.2017.8.04.0015 .
Origem: 2ª Vara do Juizado Especial - Procon.
Recorrente : Raimunda Nilma Cardozo Maciel
Advogado : João Paulo Marquez Romano (7332/AM)
Recorrido : Midway Finaceira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrido : Editora Globo S/A
Soc. Advogados : Gustavo Henrique dos Santos Viseu (117417/SP)
Advogado : Gustavo Henrique dos Santos Viseu (117417/SP)
Advogado : Erik Lorenzzo Marinho da Silva (4944/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0606101-41.2017.8.04.0092 .
Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Hapvida Assistencia Medica Ltda
Advogado : Igor Macedo Facó (16470/CE)
Advogado : Fabianne Ribeiro Halinski (7059/AM)
Recorrida : Helena Maria Florinda da Costa
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0620533-68.2018.8.04.0015 .
Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Santander S.a.
Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)
Recorrida : Adriana da Costa Ferreira
Advogado : Fernando Alves Pompeu
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0621112-16.2018.8.04.0015 .
Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Maria Ivaneide da Cunha Moura
Advogado : João Batista Andrade de Queiroz (2372/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0000897-67.2014.8.04.6301 .
Origem: Vara de Origem do Processo Não informado.
Recorrente : CHIRLEY PAIVA NUNES
Advogada : Ana Cláudia Conde Vieiralves (6073/AM)
Advogada : Marly Gomes Capote (7067/AM)
Recorrido : Vivo S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0603526-31.2016.8.04.0016 .
Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrida : PRISCILA AZEVEDO DOS SANTOS
Advogado : Penelope A. Antony Lira (7357/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0606454-81.2017.8.04.0092 .
Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Walter Braga
Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0001333-89.2015.8.04.6301 .
Origem: Vara de Origem do Processo Não informado.
Recorrente : ALBERTH RUAN AZEVEDO DOS SANTOS
Advogada : Ana Cláudia Conde Vieiralves (6073/AM)
Recorrido : Vivo S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0609713-87.2018.8.04.0015 .
Origem: 15º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jose Maria de Azevedo Policarpo
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0600899-71.2018.8.04.0020 .
Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jose Araujo Costa
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0622625-19.2018.8.04.0015 .
Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrida : Alcineide do Carmo de Souza Simoes
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0625929-26.2018.8.04.0015 .
Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Terezinha Gomes de Souza
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : ORGANIZAÇÃO SOCIAL BRASIL S/S LTDA - EPP
Advogada : Edmárie de Jesus Cavalcante (3351/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Manaus, 30 de setembro de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0282/2019

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0600588-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Patricia Giselle Almeida de Alcantara - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento do valor remanescente.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0600813-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Lúcia Silva D'araújo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento do valor remanescente.

ADV: ARISMAR GOMES GUALBERTO JUNIOR (OAB 9326/AM), ADV: THIAGO SILVA DE SOUZA NUNES (OAB 7342/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0602401-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Laranjeiras - REQUERIDA: Ivani Nakai Rego Barros - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que CONDENO a requerida a restituir ao autor R$46.198,58, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: LUANA ADRIANA CRUZ DA SILVA (OAB 8184/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0603016-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perda da Propriedade - REQUERENTE: Kellen Cristina Aguiar de Oliveira - REQUERIDO: Drogarias Farmabem Ltda - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso de fls.retro e defiro o pedido de Justiça Gratuita. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: HERMES MAFRA OTTO (OAB 10542/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0604516-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Zenaide Monteiro da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do telefonema recebido por este Diretor da Diretora do Juizado do Procon em que alertou que houve a expedição de alvará por parte deste Juizado referente a um processo que tramita no 2º JEC, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte requerente para que deposite na conta indicada às folhas 149 o valor ali constante. Advirto, todavia, que a empresa ré juntou neste processo tal comprovação juntamente com o pagamento do valor realmente devido à demandante.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0605551-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Georgieta da Silva Rodrigues - REQUERIDO: Condomínio do Edificio de Lobrás - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM) - Processo 0605736-21.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Patricia da Silva Coelho Sena - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S.A. - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 à autora, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM) - Processo 0607697-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - RECLAMANTE: Fernanda da Silva Fonseca - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$300,00 (trezentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 3.000.00 (três mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Ato contínuo, determino a parte requerida que se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 10/03/2020 às 09:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: MARIA DIONE BENTES DINIZ (OAB 6107/AM) - Processo 0607774-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Herivan Roberto Pontes da Costa - REQUERIDO: Ime - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para apresentar, querendo, as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FLÁVIA KRICHANÃ DOS SANTOS RANGEL

(OAB 7149/AM) - Processo 0607826-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Gleide Elane Braga Ferreira - Neila Socorro Mousse - REQUERIDO: Cefisso Empreendimentos Imobiliários Ltda - Maine Empreendimentos Imobiliários Ltda - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante da manifestação do executado, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre aquilo que entender necessário.

ADV: FELIPE REBOUÇAS DEMOSTHENES MARQUES (OAB 11945/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610080-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristóvão Braga Filho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso às fls.retro e defiro o pedido de Justiça Gratuita. Intime-se a parte recorrida para apresentar as contrarrazões no prazo legal, caso queira. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: LEUDYANO ADEODATO VENÂNCIO (OAB 11234/AM), ADV: GUSTAVO CLEMENTE VILELA (OAB 220907/SP) - Processo 0610271-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jorge Nasser Abrahim Machado - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Santa Adelvina Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - Santa Humbelina Empreendimentos Imobiliários Ltda Capital Rossi - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ALDEMIR DO CARMO SILVA (OAB 9202/AM) - Processo 0610311-46.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jeniely Nascimento Azambuja - REQUERIDO: SALOMÃO DAVID BENCHIMOL - Ante o exposto, DEFIRO PARCIALMENTE os pedidos do exequente para DETERMINAR tão somente a SUSPENSÃO da CNH da parte executada, pelos fatos e fundamentos alhures, oficiando-se ao Detran para que assim proceda até que ocorra a satisfação do crédito da parte exequente nestes autos. Ademais, determino a inclusão do nome do devedor no cadastro de inadimplentes, através do Serasajud. À secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0611338-93.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria de Jesus A da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento do valor devido.

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0611356-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria das Graças Gomes Passos - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: OSMUNDO DE OLIVEIRA LOBATO JUNIOR (OAB 11444/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0611638-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: Simone Maria Alves Muniz de Araújo Seffair - RECLAMADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender necessário.

ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM) - Processo 0613042-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial The Club Residence - REQUERIDA: Francisca Barbosa da Silva - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0613062-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Yeda Ayres dos Santos - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0613079-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Belvedere Eireli - Me - REQUERIDA: Adriana Jacó Filgueira de Souza - Ante o exposto, com base no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na peça de ingresso para condenar a requerida a pagar à requerente a importância de R$4.202,04, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data da citação. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM) - Processo 0613199-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Talles Moiseys Doliveira Caldeira - REQUERIDO: Sky Brasil Serviços Ltda - SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a inexistência de relação jurídica, bem como a inexigibilidade de débitos entre as partes; e 2)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM) - Processo 0613545-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: S de A Bermergui Contabilidade - Satila Araujo Bemergui - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento do valor remanescente.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0613607-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Joaquim Domingues Bento - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso de fls.retro e defiro o pedido de Justiça Gratuita. Intime-se a parte recorrida para apresentar, querendo, as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0615580-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Marcos Antonio da Silva Santos - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0615667-80.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mauro Vieiralves de Queiroz - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para apresentar, querendo, as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0616061-58.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Suely Santiago de Amorim - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM) - Processo 0617304-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Giselle Macedo de Santana - De ordem do (a) Exmo(a). Dr(a).Cássio André Borges dos Santos, Juiz (a) de Direito, intime-se a parte interessada, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Impugnação aos embargos à execução.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0617423-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Heliane Maria Vasconcelos Dantas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: MICHELE FREITAS CORRÊA (OAB 3348/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0617658-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Daniele de Freitas Correa - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: ÁTILA ROMANO ARAÚJO BENJAMIN JÚNIOR (OAB 10993/AM), ADV: SILVIA MARIA DA SILVEIRA LOUREIRO (OAB 3125/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA SILVA (OAB 7307/AM) - Processo 0617980-82.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marisa Maria Sousa Pereira - REQUERIDO: J. A. Souto Loureiro & Cia. Ltda. - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0618226-78.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Solange Wanderley Ribeiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento do valor remanescente.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FÁBIO LUÍS SANCHES DE PAULA (OAB 8879/AM), ADV: LARISSA LADISLAU DA SILVA (OAB 8276/AM) - Processo 0618254-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Doriemerson de Souza Marialva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM), ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM), ADV: CARMEN LÚCIA DE ANDRADE MAGALHÃES COSTA (OAB 69077/RJ) - Processo 0619008-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Luciana Holanda de Souza - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Porto Bello - Andre Luiz de Andrade Magalhães Costa - Lucas de Andrade Magalhães Costa - Carmen Lúcia de Andrade Magalhães Costa - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento da parte demandada, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte demadante para se manifestar em 15 dias.

ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0619435-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Nilberlan Sales de Almeida - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Visa do Brasil Empreendimentos Ltda (VISA) - Ante o

exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos do autor, termos em que: 1) CONDENO o réu a restituir ao autor R$698,56 por repetição de indébito, na forma do art. 42, parágrafo único, do CDC, acrescido de juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), desde a citação; e 2) CONDENO o requerido a pagar R$10.000,00 ao autor a título de danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0620361-63.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Francisco Enio dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento do valor remanescente.

ADV: KARLA MARIANA DE MELO CHIAVEGATTO (OAB 5890/AM), ADV: AMANDA ALVES (OAB 326111/SP), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 162337/MG), ADV: JUSCELINO ADSON DE SOUZA FILHO (OAB 122345/MG) - Processo 0620503-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivana Duarte Martins - REQUERIDO: Multilaser Industrial S.a. - Lojas Americanas S.A. - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: RODRIGO GONZALEZ (OAB 158817/SP) - Processo 0620593-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Francisco Humberto de Araújo Lucena - REQUERIDO: Editora Abril S.a - Go Read - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante da petição de folhas antecedentes, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte demandante para se manifestar em 15 dias.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0622281-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Andreia Cristina Neves dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que providencie o restabelecimento do serviço de energia elétrica, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 11/03/2020 às 10:00h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0623239-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raimunda Lourdes Alves de Almeida - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes à rubrica MORA CRED PESS, da conta bancária do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 10/03/2020 às 09:45h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0623697-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Mary do Perpetuo Socorro dos Santos Nogueiro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como suspenda protestos realizados em nome da parte autora, sob pena de incorrer em multa diária de R$300,00 (trezentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 3.000.00 (três mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Ato contínuo, determino a parte requerida que se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 10/03/2020 às 09:00h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: ALFREDO GLUCK YOUNG (OAB 1838/AM) - Processo 0623877-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francinete de Galucio Miranda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$300,00 (trezentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 3.000.00 (três mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Ato contínuo, determino a parte requerida que se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 09/03/2020 às 08:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0623877-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Otavio Severino - REQUERIDO: Bradesco S.a. - Banco Bradesco S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para apresentar, querendo, as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: RICARDO DA CUNHA COSTA (OAB 5737/AM) - Processo 0623887-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcelo da Cunha Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$300,00 (trezentos reais) pelo descumprimento deste

preceito, até o limite de R$ 3.000.00 (três mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Ato contínuo, determino a parte requerida que se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 10/03/2020 às 09:15h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0623961-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Marcos Oliveira da Silva, - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a rubrica CESTA FÁCIL ECONÔMICA, da conta bancária do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 09/03/2020 às 10:15h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0623962-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dulcimara Ramos Bentes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos do contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 10/03/2020 às 08:45h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0624296-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Pedro Pantoja de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 09/03/2020 às 09:15h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0624432-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Neusimar Matos Pinheiro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 09/03/2020 às 11:45h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: ADNEY FERREIRA GAMA (OAB 4170/AM) - Processo 0624491-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Simone de Souza Guimarães - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 06/03/2020 às 11:45h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: RODOLPHO PANDOLFI DAMICO (OAB 16789/ES), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0624633-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Alexandre Barbosa dos Anjos - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S/A - Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0624789-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eliedem Ferreira Farias - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a OLÉ BONSUC CARTÃO 10, do contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 10/03/2020 às 08:30h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0624861-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Nicole Nobre Antunes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Desta forma, determino a parte requerida que providencie o restabelecimento do serviço de energia elétrica , no prazo de 5 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 09/03/2020 às 11:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0625124-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Odete de Souza Camara - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 09/03/2020 às 10:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0625615-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Waldemar Mota Nunes - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A

- Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a OLÉ BONSUC CARTÃO 10, do contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 09/03/2020 às 11:15h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0626402-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ester Santana Gusmao - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos do /contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 05/03/2020 às 10:30h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0626449-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raimundo Delfino da Cunha Filho - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Banco Industrial do Brasil S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso às fls.retro, e defiro o pedido de Justiça Gratuita. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: JOUBERT ALMEIDA SARAIVA (OAB 10972/AM) - Processo 0626476-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EXEQUENTE: Rafael Ferreira Dias - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos da conta bancária do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 06/03/2020 às 08:45h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0626510-07.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Beija-flor Ii Iv Etapa - REQUERIDO: Anastacio da Silva Martins Neto - Paute-se audiência de conciliação na data de 06/03/2020 às 09:00h , nos termos do art. 53, § 1.º, da Lei 9.099/95, ocasião em que poderá oferecer Embargos à Execução. Expeça-se mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário, intimação para oferecer embargos e chamamento à audiência de conciliação (art. 53, §§ 1º e 2º, LJE). Quando da citação por oficial, que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias (artigo 829, CPC), contados do recebimento do mandado citatório, sob pena de penhora, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC) ou sua extinção (art. 53, §4º, Lei 9.099/95). Não efetuado o pagamento, Inicie-se a execução, promovendo as devidas buscas de bens junto aos Sistemas Bacenjud e Renajud, ex vi do Enunciado 147 do Fonaje e art. 837 do CPC. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0626549-04.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Beija-flor 2 Iv Etapa - REQUERIDO: Raquel Carlos de A. Rebouça - Paute-se audiência de conciliação na data de 06/03/2020 às 09:45h , nos termos do art. 53, § 1.º, da Lei 9.099/95, ocasião em que poderá oferecer Embargos à Execução. Expeça-se mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário, intimação para oferecer embargos e chamamento à audiência de conciliação (art. 53, §§ 1º e 2º, LJE). Quando da citação por oficial, que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias (artigo 829, CPC), contados do recebimento do mandado citatório, sob pena de penhora, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC) ou sua extinção (art. 53, §4º, Lei 9.099/95). Não efetuado o pagamento, Inicie-se a execução, promovendo as devidas buscas de bens junto aos Sistemas Bacenjud e Renajud, ex vi do Enunciado 147 do Fonaje e art. 837 do CPC. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0626577-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Maria Moura Rocha - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0626633-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Antônio Aguiar Gomes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, indefiro pedido de tutela, tendo em vista que a medida poderá ser melhor analisada após formação do contraditório. Designo a audiência de Conciliação para 06/03/2020 às 08:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM) - Processo 0626647-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Paulo Soares Junior Alimentos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$300,00 (trezentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 3.000.00 (três mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Ato contínuo, determino a parte requerida que se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 06/03/2020 às 11:15h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0626693-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Raimundo Barros dos Santos. - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a rubrica CESTA FÁCIL SÚPER, da conta bancária do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil

reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 12/03/2020 às 11:45h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0626698-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Erika Pimentel de Almeida - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a rubrica CESTA EXCLUSIVE 1, da conta bancária do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 10/03/2020 às 10:15h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM) - Processo 0626769-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Bsr Eireli Me - REQUERIDO: Cielo S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$300,00 (trezentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 3.000.00 (três mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 10/03/2020 às 11:15h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: RÚBIA HELENA NASCIMENTO FERREIRA (OAB 9013/AM) - Processo 0626817-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Antonio Cidronio da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 12/03/2020 às 11:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0626836-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Odineia Rodrigues Maciel - REQUERIDO: Calcenter Calcados Centro-oeste Ltda - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar cobranças, referentes às rubricas SEG. SÚPER PREMIAVEL e SEGURO EMPREGO PREMIAVEL, nas faturas de cartão de crédito da parte autora. Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por cobranças realizada, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 11/03/2020 às 09:00h, na sala de conciliação deste cartório.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0626867-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Nilis Pereira Barbosa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que passe a cobrar a tarifa mínima, até que seja instalado hidrômetro, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), por descumprimento desta decisão. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 11/03/2020 às 09:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0626918-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Placido Ferreira Lima - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S.a - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar cobranças, referentes ao contrato de número 121/221537060, bem como restabeleça serviço referente ao contrato 121/218567144 do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por cobranças realizada, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 11/03/2020 às 09:45h, na sala de conciliação deste cartório.

ADV: PAULA FREITAS DE CARVALHO (OAB 13414/AM) - Processo 0626969-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisca Alves Gomes da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a TARIFA BANCARIA CESTA FÁCIL ECONÔMICA, TARIFA BANCARIA EXTRATO ULT 30 DIAS, PREVIPLAN CLUBE, MORA CRED PESSOAL, da conta bancária do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 12/03/2020 às 08:30h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0627005-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Nilis Pereira Barbosa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, indefiro pedido de tutela, tendo em vista que a medida poderá ser melhor analisada após formação do contraditório. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 12/03/2020 às 09:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0627010-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maysa Cristhina Cruz - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, indefiro pedido de tutela, tendo em vista que a medida poderá ser melhor analisada após formação do contraditório. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 12/03/2020 às 09:45h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: CRISTIANE DE SOUSA SILVA (OAB 14431/AM) - Processo 0627054-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Izael Siqueira Figueiredo - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos do contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 12/03/2020 às 10:00h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0627075-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: André Luiz Souza de Albuquerque - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a rubrica BMG CARTÃO (6306), do contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 12/03/2020 às 10:15h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0627093-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Ilza Neres Paricio - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes à rubrica BMG CARTÃO, do contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Ato contínuo, determino a parte requerida que se abstenha de inscrever a parte autora perante os órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 12/03/2020 às 10:45h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0627110-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: José Maria Gomes Simas - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$300,00 (trezentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 3.000.00 (três mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Ato contínuo, determino, ainda, que restabeleça o serviço telefônico da parte autora, caso esteja suspenso, no prazo de 2 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 13/03/2020 às 08:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: CRISTIANE DE SOUSA SILVA (OAB 14431/AM) - Processo 0627222-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Michele da Silva Repolho Miranda - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos do contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 13/03/2020 às 11:15h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0627229-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco Batista de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, indefiro pedido de tutela, tendo em vista que a medida poderá ser melhor analisada após formação do contraditório. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 13/03/2020 às 11:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0627246-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Meire Jane Vilaça Pereira de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a rubrica BMG CARTÃO, do contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 16/03/2020 às 08:30h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: OZIEL PINTO DA SILVA (OAB 5455/AM) - Processo 0629102-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Amanda Barros das Neves - REQUERIDO: BradesCard S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

Adney Ferreira Gama (OAB 4170/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Aldemir do Carmo Silva (OAB 9202/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alfredo Gluck Young (OAB 1838/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
AMANDA ALVES (OAB 326111/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
ARISMAR GOMES GUALBERTO JUNIOR (OAB 9326/AM)
Átila Romano Araújo Benjamin Júnior (OAB 10993/AM)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carmen Lúcia de Andrade Magalhães Costa (OAB 69077/RJ)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB 9078/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cristiane de Sousa Silva (OAB 14431/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Luís Sanches de Paula (OAB 8879/AM)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Rebouças Demosthenes Marques (OAB 11945/AM)
Flávia Krichanã dos Santos Rangel (OAB 7149/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)

Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 95502/RJ)
Gustavo Clemente Vilela (OAB 220907/SP)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Henrique França Silva (OAB 7307/AM)
Hermes Mafra Otto (OAB 10542/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 162337/MG)
JOUBERT ALMEIDA SARAIVA (OAB 10972/AM)
JUSCELINO ADSON DE SOUZA FILHO (OAB 122345/MG)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Mariana de Melo Chiavegatto (OAB 5890/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Larissa Ladislau da Silva (OAB 8276/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leudyano Adeodato Venâncio (OAB 11234/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luana Adriana Cruz da Silva (OAB 8184/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB 8769/AM)
Marcos Antônio Vítor da Silva (OAB 7841/AM)
Maria Dione Bentes Diniz (OAB 6107/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michele Freitas Corrêa (OAB 3348/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Osmundo de Oliveira Lobato Junior (OAB 11444/AM)
Oziel Pinto da Silva (OAB 5455/AM)
Paula Freitas de Carvalho (OAB 13414/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo da Cunha Costa (OAB 5737/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodolpho Pandolfi Damico (OAB 16789/ES)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Gonzalez (OAB 158817/SP)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Rúbia Helena Nascimento Ferreira (OAB 9013/AM)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Silvia Maria da Silveira Loureiro (OAB 3125/AM)
Thiago Silva de Souza Nunes (OAB 7342/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0255/2019

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0603126-46.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Jorge Ramos da Silva - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608836-76.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Helena Rodrigues Achao - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608869-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sidney Bernado dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608917-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Ofelina Rios dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0609077-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Manuel Roberto Pereira da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609125-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Eliana Leal Martins - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609128-61.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rosilene Aider de Vasconcelos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609132-98.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Daniel da Silva Nogueira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0609170-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francinete dos Santos Monteiro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609190-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Thainy Cristina Silva Dias - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0609216-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rodrigues da Silva Alves - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0609228-16.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Flavia Moraes Marcelo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0609233-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ivanilda da Silva Correa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0609234-23.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Joana de Souza Castro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição

inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0609235-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Joana de Souza Castro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0609241-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ana Cristina Pinto Rodrigues - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 25/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0609400-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Exclusão de associado - REQUERENTE: Lobo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0609463-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Natalino Santana dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as

penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0609498-40.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Elizabeth Rosa de M. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0609839-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ildenilce da Costa Tertuliano - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO JAIME ARTUR SANTORO LOUREIRO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL AKÁSSIO SEBASTIÃO MEDEIROS CAVALCANTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0258/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0200292-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fls. 182/185, para receber o recurso inominado no efeito devolutivo e suspensivo, a fim de evitar dano irreparável para parte. Intimem-se. Após, remetem-se os autos para à Turma Recursal. Manaus, 24 de setembro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM) - Processo 0200415-65.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: 33 AUTOMOVEIS COMERCIO DE VEICULOS EIRELI (33 AUTOMOVEIS) - Vistos etc. Em análise mais aprofundada dos autos, entendo indispensável a realização de audiência de instrução e julgamento, que designo para o 13/11/2019 às 10:30h, a ser realizada na sala de audiência desta 4a Vara do Juizado Especial Cível. Cada parte poderá trazer até três testemunhas, que deverão comparecer independente de intimação. À Secretaria para as intimações necessárias. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0600017-87.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Keila Regina Chaparro Lobato - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: KÁREN REBECCA LOUZADA DADALTO HENRIQUES (OAB 7075/AM) - Processo 0600045-60.2015.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: IONE DA SILVA CORNÉLIO - EXECUTADO: EDIT BRASIL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA-ME - Vistos etc. Indefiro o pedido de fls. 101/102 posto que não comprovado os requisitos do art. 28 do CDC, mormente quando a certidão de fls. 98 não comprova insolvência, em razão de não ter encontrado do executado. Ante o exposto, Intime-se o(a) Exequente para informar, no prazo de 30 (trinta) dias, bens penhoráveis em nome do(a) devedor(a), sob pena de arquivamento (art. 53, §4º, da Lei n. 9.099/95). Cumpra-se. Manaus, 26 de setembro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0600229-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Aguinaldo Pereira Dias - REQUERIDO: Claro S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.101/104, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0600276-53.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: CONDOMÍNIO 02 VILLA JARDIM TORQUATO CONDOMÍNIO AZALEIA - EXECUTADO: THIAGO SILVA DOS SANTOS - Trata-se de execução de título extrajudicial. À fl. 79, consta pedido da parte requerida para parcelamento do débito, na forma do art. 916 do CPC. Em sua resposta, o exequente manifestou concordância com os termos da proposta, desde que a penalidade descrita no §5º do mesmo artigo fosse aplicada (fl. 83). Dada nova vista ao executado, este não apresentou nenhuma manifestação (fl. 92). Assim, não há como deferir o parcelamento se o executado sequer depositou em Juízo a entrada de 30%, tampouco apresentou manifestação quanto aos termos invocados pelo exequente para aceitação do parcelamento. Pelo exposto, indefiro o pedido de parcelamento proposto pelo executado, determinando o prosseguimento da execução com as medidas executórias pertinentes (Bacenjud, Renajud e expedição de mandado de penhora e avaliação). À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 24 de setembro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0600737-20.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria de Fátima Batista Farias - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 93/98, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar

contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0601103-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Suely Melo de Mendonça - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 120/126, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0601581-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Marcio Victor Perdiz Nogueira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0601636-52.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Divanei de Souza Valares - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 239/243, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM) - Processo 0601807-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rilza Correa Cardoso - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls 170/192, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0601846-69.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Magdiel Rabelo Mendes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 93/108, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FABÍOLA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 8980/AM) - Processo 0601864-90.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Marca - REQUERENTE: Susanne dos Santos Gomes - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Vistos etc. Recebo o(s) recurso(s) no efeito suspensivo, na forma do art. 43, da Lei 9.099/95. Intime-se o(s) Recorrido(s) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 18 de setembro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0601951-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Sonia Maria Nascimento dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S. A. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 313/325, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0601972-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Pedro Oliveira de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Sabemi Seguradora S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 161/177, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602031-44.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Jonas da Silva Ribeiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602231-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sebastiao Felix de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602232-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Salete Rosa de Maria - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0602338-61.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Julio Cesar Aguiar de Oliveira - REQUERIDO: Banco Agiplan S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide, tendo a parte Requerida inclusive apresentado sua contestação. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para que as partes, querendo, apresentem manifestação. Intimem-se e cumpra-se. Manaus

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602368-33.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Celso Serrão de Carvalho - REQUERIDO:

Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0602565-51.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Rosa Silva Soprano - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 174/206, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0602649-52.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rejane Lima de Araujo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: CARLOS JEFFERSON CHASE SILVA DOS SANTOS (OAB 5476/AM) - Processo 0602673-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - RECLAMANTE: Jose Marcelo de Souza Teixeira - RECLAMADO: Anhanguera Educacional Participações S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide, tendo a parte Requerida inclusive apresentado sua contestação. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para as partes, querendo, apresentem manifestação. Intimem-se e cumpra-se. Manaus

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0602675-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Amarildo Ribeiro Golvin - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602678-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fausto - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 208/224, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0602736-42.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Altamir Freitas Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos etc. Recebo o(s) recurso(s) no efeito suspensivo, na forma do art. 43, da Lei 9.099/95. Intime-se o(s) Recorrido(s) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 20 de setembro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602746-86.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Socorro Soraya de Souza Pinto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0602809-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alex Saldanha de Lima - REQUERIDO: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide, tendo a parte Requerida inclusive apresentado sua contestação. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para as partes, querendo, apresentem manifestação. Intimem-se e cumpra-se. Manaus

ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: JULIANA TRINDADE DA SILVA (OAB 13687/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM) - Processo 0602888-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo Almeida da Silva Junior - REQUERIDO: Sodecam Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda, Uninorte (Unidade 3) - D E C I S Ã O Vistos etc. Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 116, uma vez que, da detida análise dos autos, constato que o suposto pedido formulado às fls. 37/38 não existiu. Assim, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide, tendo a parte Requerida inclusive apresentado sua contestação. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para as partes, querendo, apresentem manifestação. Fica cancelada a audiência de instrução designada. Exclua-se da pauta. Cumpra-se. Intimem-se. À Secretaria para as providências necessárias. Manaus, 26 de setembro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603038-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adeilson Vieira Barbosa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0603058-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimundo Nonato Costa de Aquino - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, no efeito suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603116-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rosineide da Silva Pinto - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - D E C I S Ã O Vistos e etc. Indefiro o pedido de fls. 133/134, uma vez que não há provas de qualquer justificativa plausível que pudesse impossibilitar o comparecimento da Requerente à audiência conciliatória. Arquivem-se os autos. À Secretaria para as providências necessárias. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019 Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0603188-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniel Martins Joaquim - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 395/412 antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0603201-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elias Marcolino de Oliveira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CALIL MOURÃO (OAB 4035/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0603202-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elias Marcolino de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos etc. Recebo o(s) recurso(s) no efeito suspensivo, na forma do art. 43, da Lei 9.099/95. Intime-se o(s) Recorrido(s) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 18 de setembro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0603236-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Helida Mestâncio Santana - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603238-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Helida Mestâncio Santana - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM) - Processo 0603271-34.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marinete do Carmo Pedroso - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide, tendo a parte Requerida inclusive apresentado sua contestação. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para as partes, querendo, apresentem manifestação. Intimem-se e cumpra-se. Manaus

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0603283-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rosenildo Correa da Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0603289-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Lenice Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, no efeito suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603332-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Katy Aparecida Dias dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide, tendo a parte Requerida inclusive apresentado sua contestação. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para as partes, querendo, apresentem manifestação. Intimem-se e cumpra-se. Manaus

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0603362-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Gedson da Silva de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 125/131, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0603435-33.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Franklin Alvarado Rodrigues - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.121/127, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ISABEL DA SILVA MEDEIROS (OAB 7178/AM), ADV: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB 9995/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0603450-65.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Olgarina Nogueira Neponucena - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide, tendo a parte Requerida inclusive apresentado sua contestação. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para as partes, querendo, apresentem manifestação. Intimem-se e cumpra-se. Manaus

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0603457-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jonas Rodrigues da Costa Lima - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a Reclamação, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para fins de: I) CONDENAR o Requerido à repetição do indébito de R$ 185,50 (cento e oitenta e cinco reais, cinquenta centavos), acrescidos de correção monetária pelo índice INPC e juros de 1% ao mês desde o desembolso; II) CONDENAR o Requerido ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC a partir dessa data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Defiro o pedido de gratuidade judiciária, Lei 1060/50. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I. Manaus, 19 de setembro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM) - Processo 0603489-62.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Lúcia Batista Pereira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide, tendo a parte Requerida inclusive apresentado sua contestação. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para as partes, querendo, apresentem manifestação. Intimem-se e cumpra-se. Manaus

ADV: LARYSSA ARAÚJO MÜLLER (OAB 13197/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0603530-29.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jose Yohan dos Santos Pereira - REQUERIDO: Ebazar.com.br Ltda (mercadolivre) e outro - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide, tendo a parte Requerida inclusive apresentado sua contestação. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para as partes, querendo, apresentem manifestação. Intimem-se e cumpra-se. Manaus

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0603593-54.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Wanderson Soares do Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 160/167, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 2772/AM) - Processo 0603715-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Rodrigues de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide, tendo a parte Requerida inclusive apresentado sua contestação. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para as partes, querendo, apresentem manifestação. Intimem-se e cumpra-se. Manaus

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM) - Processo 0604114-33.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elza Marques de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos etc. Recebo o(s) recurso(s) no efeito suspensivo, na forma do art. 43, da Lei 9.099/95. Intime-se o(s) Recorrido(s) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 16 de setembro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0604657-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Gedson da Silva de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0604733-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Deodoro Bras dos Santos - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 103/114, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604790-78.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edval Pedraça de França - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0605369-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Julye Moreira - RECLAMADO: Banco Bradesco Cartões S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 239/253, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 9537/AM) - Processo 0605376-81.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mariana Souza dos Santos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito

suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605469-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nildete Neves dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MICHELLE NASCIMENTO DE SALLES (OAB 6811/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA COSTA (OAB 8994/AM) - Processo 0605586-35.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carla Pedrosa da Costa - RECLAMADO: Centro Educacional Brilhante Criativo - D E C I S Ã O Vistos e etc. Defiro o pedido postulado pelo(a) Requerente às fls. 56, bem como por tratar-se de matéria fática, razão pela qual designo audiência de instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 10:00h a ser realizada na sala de audiência desta 4a Vara do Juizado Especial Cível. Cada parte poderá trazer até 03 (três) testemunhas, que deverão comparecer independentemente de intimação. À Secretaria para as intimações necessárias. Manaus, 27 de setembro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ANDREZA BIANCA BRITO DE OLIVEIRA (OAB 11960/AM) - Processo 0605709-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Genival dos Santos Dias - EXECUTADO: Bradescard Elo Participações S.a. - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide, tendo a parte Requerida inclusive apresentado sua contestação. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para as partes, querendo, apresentem manifestação. Intimem-se e cumpra-se. Manaus

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605919-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mayara Dayana da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0605961-70.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cláudia Matos de Barros Medeiros - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KAIO BRUNO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 8613/AM) - Processo 0606083-54.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDA: ANY MARGARETH SOARES AFFONSO - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, com efeito suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0606138-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação - REQUERENTE: Kilce Soares Toledano - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606163-47.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Shirley Aguiar da Cunha Bonato - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 238/247, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606572-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Geane Soares Sarmento - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - D E C I S Ã O Vistos e etc. Em razão de conflito de pauta das audiências de instrução, chamo feito à ordem para cancelar audiência de instrução e julgamento do dia 01/11/2019 às 11:00h e redesigna-la para o dia 03/12/2019 às 10:00h a ser realizada na sala de audiência desta 4a Vara do Juizado Especial Cível. Cada parte poderá trazer até 03 (três) testemunhas, que deverão comparecer independentemente de intimação. À Secretaria para as intimações necessárias. Manaus, 30 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0606596-51.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Edmilton Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 151/162, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606646-43.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Ivaneide Santos de Oliveira - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 99/106, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606683-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Pastora Amorim Messias - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei

n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0606701-28.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Delgado Campos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 219/230, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0606880-59.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Diego de Arruda Castelo Branco - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0607793-41.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Augusto Pereira da Fonseca - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos etc. Recebo o(s) recurso(s) no efeito suspensivo, na forma do art. 43, da Lei 9.099/95. Intime-se o(s) Recorrido(s) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 16 de setembro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: SALIM DAVID GUIMARÃES FELIPE (OAB 13138/AM) - Processo 0608128-60.2018.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Antonio Lopes de Sousa - De ordem, designo o dia 04/12/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0608516-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Josias Neres dos Santos - R. H. Compulsando os autos, vislumbro que o feito se encontra sentenciado e com trânsito em julgado, razão pela qual indefiro o pedido de fls. 26/27. Além do mais, apesar de a parte Autora relatar a condição de locatária, sequer apresentou o contrato de locação nos autos. Arquivem-se os autos com a baixa nos registros. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de setembro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0608633-51.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mariza Silva de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 139/158, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608794-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Osmerindo Nunes da Silv - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Considerando as razões e os documentos apresentadas pelo(a) Requerente, DEFIRO o pedido formulado às fls. 161/163. Redesigno audiência de conciliação para o dia 28/11/2019 às 08:45h a ser realizada na sala de audiência desta 4a Vara do Juizado Especial Cível. À Secretaria para as intimações necessárias.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0608924-51.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Wanderley Barbosa de Brito - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ERIK DINIZ FIGUEIRA (OAB 6425/AM) - Processo 0609269-80.2019.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Erik Diniz Figueira - Vistos etc. Tratando-se de execução de título extrajudicial, cite-se o(a) Executado(a), a princípio, por via postal com aviso de recebimento, para pagar a dívida no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhora, preferencialmente, eletrônica por meio do Sistema BacenJud, nos termos do art. 829, combinado com os arts. 835 e 837, todos do CPC. Restando infrutíferas as tentativas de penhora eletrônica, proceda o(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça à penhora e avaliação a ser cumprida por meio de mandado. Efetuada a penhora, designe-se a audiência de conciliação e intimem-se as partes. Em audiência, o executado poderá oferecer embargos por escrito ou verbalmente (art. 53, §1º, Lei 9.099/95). Não encontrado o devedor ou bens penhoráveis, dê-se vista ao exequente para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção (art. 53, § 4º, Lei 9.099/95). Expeçam-se as cartas e mandados. Manaus, 02 de setembro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0609292-26.2019.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Antônio Alves Pereira - Desta forma, intime-se o Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de esclarecer os pontos levantados acima e, se for o caso, adequá-la ao rito dos Juizados Especiais Cíveis, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, tudo nos termos do artigo 321, parágrafo único do Código de Processo Civil. Cumpra-se. Manaus, 12 de setembro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0609414-39.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Helio Raimundo Nascimento de Souza Junior - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a

data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0609614-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Jose Maria Nunes Filho - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Vistos etc. Conforme o art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso que se apresenta, após análise preliminar, não restei convencido dos requisitos acima indicados, razão pela qual, indefiro a tutela postulada. Após, remetam-se os autos ao CEJUSCON-CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Rua Paraíba, s/n - Aleixo, para realização de audiência de conciliação. Cite-se e intime-se. Manaus, 23 de setembro de 2019.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0609614-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Jose Maria Nunes Filho - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM) - Processo 0610135-88.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Jose Carlos de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0623388-54.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Mútuo - REQUERENTE: Larry Edgard dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por todo o exposto, intime-se o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento voluntário do valor de R$ 7.471,20 (sete mil, quatrocentos e setenta e um reais e vinte centavos), sob pena de multa do artigo 523 do CPC. Inexistindo pagamento, remetam-s os autos para consultas eletrônicas pelo sistema BACENJUD. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandre Matos dos Santos (OAB 9995/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Andreza Bianca Brito de Oliveira (OAB 11960/AM)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
CARLOS JEFFERSON CHASE SILVA DOS SANTOS (OAB 5476/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Erik Diniz Figueira (OAB 6425/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Fabíola Ferreira do Nascimento (OAB 8980/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Isabel da Silva Medeiros (OAB 7178/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Carlos Calil Mourão (OAB 4035/AM)
José Carlos Pereira de Oliveira (OAB 2772/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Juliana Trindade da Silva (OAB 13687/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Júlio César do Nascimento Cardoso (OAB 9537/AM)
Kaio Bruno de Souza Oliveira (OAB 8613/AM)
Káren Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB 7075/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Laryssa Araújo Müller (OAB 13197/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Maria da Conceição Silva Costa (OAB 8994/AM)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michelle Nascimento de Salles (OAB 6811/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Salim David Guimarães Felipe (OAB 13138/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0184/2019

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0605153-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Pinheiro de Araújo Nobre - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial, nos termos do art. 487, I do CPC. Assim, Declaro inexistente a relação jurídica entre as partes quanto ao empréstimo no valor R$ 3.767,70 (fls.17) e débitos decorrentes deste. Bem como, declaro inválido o termo de adesão constante em fls. 79. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de dano moral. Deixo de analisar o pedido referente ao contrato n. 593901259 (fls. 18), tendo em vista não constar o nome da parte Requerida. INDEFIRO o pedido de justiça gratuita por não constatar nos autos, provas de eventual prejuízo a subsistência da autora. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: CASSIANO PIRES VILAS BOAS (OAB 214984/RJ) - Processo 0607742-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Davi Castro dos Santos - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ante o exposto JULGO IMPROCEDENTE os pedidos do autor, nos termos do art. 487, I do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução de mérito. DEFIRO o pedido de justiça gratuita ao autor. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: MAURO CELI MARTINS (OAB 2907/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM) - Processo 0607808-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Amazon Clipper Cruises Turismo Ltda - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0608340-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Centro Cultural de Ensino Ltda Me (Cultura Inglesa) - Indefiro o adiamento da audiência, a simples aquisição de passagem aérea não é justificativa para a redesignação, ademais por se tratar de pessoa jurídica, o comparecimento dos sócios é facultada, sendo possível a nomeação de preposto.

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0608341-40.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ângelo Joaquim Peres - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC e condeno a parte Requerida a restituir ao autor o montante de R$ 3.633,92, referente ao dobro do valor pago indevidamente (art. 42, parágrafo único do CDC), com juros e correção monetária a contar da citação. Declaro a inexigibilidade dos débitos referentes ao contrato de cartão de crédito de fls. 153-154, realizados sob a rubrica "BONSUCESSO CARTÃO". Por consequência determino que a parte Requerida promova o cancelamento do cartão de credito consignado em nome do autor, no prazo de dez dias, contados de sua intimação, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 por dia, em caso de descumprimento, até o limite de 10 dias-multa. Julgo Improcedentes os danos morais pelos motivos acima dispostos. Defiro o pedido de justiça gratuita ao autor. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: KETLEM LOPES DE JESUS (OAB 10651/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0608954-89.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Flaviane Pinheiro de Souza - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LUANA ADRIANA CRUZ DA SILVA (OAB 8184/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0612621-54.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Dennise Cristinne Rodrigues de Souza - REQUERIDO: Tim Celular S/A - R.H. Diante da segurança concedida, referente à justiça gratuita, prossiga-se o feito. Intimem-se para contrarrazões. Remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM) - Processo 0613251-13.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Carioca da Costa Filho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Conforme demonstra os extratos do IRPF, o autor não faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça. Ademais, em sede de juizados especiais, não comporta o procedimento do parcelamento de custas. Assim, concedo o prazo de 48 horas para o pagamento do preparo e custas, na forma do provimento 256 da CGJ.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0615464-89.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Herbet Aquino de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC e condeno a parte Requerida a restituir à parte autora o montante de R$ 21.383,06 (vinte e um mil, trezentos e oitenta e três reais e seis centavos), referente ao dobro do valor descontado indevidamente (art. 42, parágrafo único do CDC), com juros e correção monetária a contar da citação. Declaro a inexigibilidade dos débitos e, por consequência, determino que a parte Requerida promova o cancelamento do suposto cartão de credito consignado em nome do requerente, sem ônus para este, no prazo de dez dias, contados de sua intimação, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 por dia, em caso de descumprimento, até o limite de 10 dias-multa. Julgo Improcedentes os danos morais pelos motivos acima dispostos. Confirmo os efeitos da tutela de fls. 179 Defiro o pedido de justiça gratuita ao autor. O pagamento deve ser efetuado

por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0618334-10.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: D M da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Defiro o pedido de justiça gratuita ao autor. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0620489-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Washington Colares da Silva - R.H. Conforme se infere dos autos, o recorrente não procedeu o pagamento dos emolumentos devidamente, posto que à luz do Provimento n. 256-CGJ/AM, devem ser recolhidas as custas processuais, juntamente com o preparo. Assim sendo, não recebo o recurso interposto, por motivo de deserção. Intimem-se.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0622139-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maciel Luiz Gonzaga Caldas - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 02/03/2020 às 09:30h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM) - Processo 0624926-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Patricia do Rosário Reis - De ordem, fica designado o dia 02/03/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DORNELES SANDRINI (OAB 11326/AM) - Processo 0626108-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Valderedo Januário da Costa Júnior - De ordem, fica designado o dia 02/03/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0626871-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Sonia Maria Nunes de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: JESSICA LIRA DA SILVA (OAB 12752/AM) - Processo 0627755-53.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: J.L.S. - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Carioca da Costa Filho (OAB 14349/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cassiano Pires Vilas Boas (OAB 214984/RJ)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
JESSICA LIRA DA SILVA (OAB 12752/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Ketlem Lopes de Jesus (OAB 10651/AM)
Luana Adriana Cruz da Silva (OAB 8184/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcela Dorneles Sandrini (OAB 11326/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mauro Celi Martins (OAB 2907/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0185/2019

ADV: HERICLES CLEYTON REIS DOS SANTOS (OAB 14423/AM) - Processo 0624952-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Rubens Alberto Chagas Pereira - De ordem, fica designado o dia 02/03/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISABELLA PEREIRA QUEIROZ (OAB 14552/AM) - Processo 0624977-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Marcio Magalhães da Silva - De ordem, fica designado o dia 02/03/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Hericles Cleyton Reis dos Santos (OAB 14423/AM)
Isabella Pereira Queiroz (OAB 14552/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IRLENA LEAL BENCHIMOL
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDRÉ LUÍS NEVES HAYDEN
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0175/2019

ADV: NAILLA MARIANA TEMBRA DOS SANTOS (OAB 22037/PA), ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: MARISA DE ALMEIDA MACOLA MARINS (OAB 10301/PA), ADV: THIAGO COLLARES PALMEIRA (OAB 11730/PA) - Processo 0600043-25.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Raisa Costa Souza -

REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Marcep Corretagem de Seguros S/A - De ordem, intime-se a parte embargada para que apresente manifestação , no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 20 de setembro de 2019.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600129-98.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: HELTON HENRIQUE AFONSO DA SILVA - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Não conheço as manifestações formuladas pelo Banco Pan S/A, a primeira de impugnação de execução, a segunda, petição simples, protocoladas em 23.11.2018 e 04.09.2019. Conforme peticionado pelo próprio Banco Pan S/A, às fls. 382, em 3.11.2017, foi juntada a guia de depósito judicial, no valor de R$9.730,87, sob o título "cumprimento da condenação imposta no processo". Assim sendo, houve preclusão quanto aos embargos à execução, protocolado posteriormente à comprovação do pagamento. Intime-se. Arquivem-se.

ADV: IZABEL FERREIRA DE SOUZA NETA (OAB 12980/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0600859-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Ricardo Jarbas Ferreira de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intime-se as partes para se manifestarem, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca do Incidente de Uniformização de Jurisprudência, processo nº 0000199-73.2018.8.04.9000. Manaus, 27 de setembro de 2019.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0604772-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marcello Daniel Laredo - De ordem, fica redesignada o dia 10/12/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0605289-02.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio View Club Home - REQUERIDA: Giselle Alves Mendonça - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução/Impugnação ao cumprimento de sentença, juntado às fls. 209 , no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0606432-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Irinaide de Rolim Bandeira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - ATO ORDINATÓRIO Processo n°: 0606432-26.2018.8.04.0015 Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível/PROC Requerente: Irinaide de Rolim Bandeira Requerido: Banco BMG S/A De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Manaus, 18 de setembro de 2019.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0606432-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Irinaide de Rolim Bandeira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - ATO ORDINATÓRIO Diante do requerimento do Exequente às fls. 239/249, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$10.543,06 (Dez mil e quinhentos e quarenta e três reais e seis centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal. Manaus, 18 de setembro de 2019.

ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0608490-65.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Emerson Fabrício Nobre dos Santos - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 74 e 75 , no prazo de 05 (cinco) dias, querendo.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0610112-24.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: DAILON DOUGLAS DA SILVA SOARES - Vistos etc. Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da lei 9099/95. Trata-se de execução da sentença proferida em sede de embargos à execução de fls. 254/255, a qual foi confirmada em sua totalidade, consoante Acórdão de fls. 329/330. Em razão da sucumbência, houve condenação ao pagamento de custas e honorários de advogado, estes na base de 15% sobre o valor da condenação. Portanto, o valor da presente execução encontra-se devidamente liquidada e penhorada, no importe de R$4.637,68, como consta na penhora via BACENJUD, fls. 204, devidamente corrigida pelo próprio sistema. Outrossim, em consonância com o Acórdão, compete, unicamente, o acréscimo dos honorários de advogado, cujo montante restou incontroverso de R$4.223,86. Posto isto, julgo procedentes os embargos à execução, para declarar correta a execução, referente aos honorários de advogado, na quantia de R$4.223,86. Assim sendo, determino que a Secretaria expeça alvará em nome da parte exequente na quantia de R$4.637,68, autorizando-a a sacar a penhora on line, fls. 204, bem como outro alvará para o saque dos honorários, de R$4.223,86, atinente ao depósito de fls. 351. O Saldo remanescente deverá ser restituído ao executado, conforme pedido constante às fls. 349. Sem custas processuais adicionais e sem honorários advocatícios. P.R.I.C.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0611987-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Ione da Costa Souza - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - De ordem, fica redesignado o dia 26/02/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DÉBORA SALGUEIRO DE MENEZES (OAB 12200/AM) - Processo 0612068-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condominio Residencial Villa de Sevilha - De ordem, fica redesignada o dia 11/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRÉ RICARDO CABRAL PIO (OAB 6688/AM) - Processo 0613177-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nabor da Silveira Pio - De ordem, fica redesignada o dia 21/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0613995-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito Autoral - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - ATO ORDINATÓRIO Processo n°:0613995-37.2019.8.04.0015 Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível/PROC Requerente:Nilzemar Goes Lima Requerido:Banco do Brasil S/A De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 19 de setembro de 2019.

ADV: BIANCA ALESSANDRA BATISTA LIMA (OAB 7516/AM) - Processo 0615575-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Josefa Maria Borges da Silva - Processo n°:0615575-05.2019.8.04.0015 Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível/PROC Requerente : Josefa Maria Borges da Silva Requerido : Faculdade Uninassau Manaus DECISÃO Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão

do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 23/10/2019 às 08:45h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0615634-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elizabeth Sudario de Castro - De ordem, fica redesignada o dia 18/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FERNANDO DIEGO GÓES LIMA (OAB 5742/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: REBECA BRAGA ALBUQUERQUE MARINHO LOPES (OAB 13063/AM) - Processo 0615692-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nilzemar Goes Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Defiro o pedido de justiça gratuita à autora. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: WAGNER CRISTIANO BATISTA FIEL (OAB 21813/PA), ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: POLYNE MARESSA DA MOTA LOPES (OAB 13523/AM) - Processo 0616386-33.2017.8.04.0015 - Embargos de Terceiro Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Wanderley Corrêa Ramos Fiel Junior - REQUERIDO: Condomínio Residencial Parque Lusitano - Vistos etc. Relatório dispensado na forma da lei. Verdadeiramente, o recebimento da carta de citação com dois dias de antecedência da data da audiência inviabiliza a defesa do réu, de modo a causar nulidade processual. Assim sendo, acolho a manifestação do réu, para declarar a nulidade da sentença de fls. 82/83. Por fim, designo a audiência de conciliação para o dia 22/11/2019 às 10:30h. P.R.IC.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0618327-18.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Denival Melo da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intime-se o requerido para manifestar-se acerca do Incidente de Uniformização de Jurisprudência, processo nº 0000199-73.2018.8.04.9000, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: MICHAEL QUEIROZ REDIG ARDAYA (OAB 12680/AM) - Processo 0618821-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eriton Couto - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: CAIO COELHO REDIG (OAB 14400/AM), ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM) - Processo 0621652-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Mayara Cruz Vargas - REQUERIDO: Mercado Livre Com. Atividade de Internet Ltda - R.H. Defiro em favor da parte recorrente os benefícios da justiça gratuita. Intime-se para contrarrazões. Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. À Secretaria para as providências.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0623401-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Thomé Eliziário Tavares Filho - ATO ORDINATÓRIO Processo n°:0623401-82.2019.8.04.0015 Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível/PROC Requerente:Thomé Eliziário Tavares Filho Requerido:Banco Pan S/A De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 23 de setembro de 2019

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0624325-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Ivaldete Bruce de Castro Chacon - DECISÃO Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 31/10/2019 às 08:45h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM) - Processo 0624743-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Rosa Neiva Pinheiro Sampaio - ATO ORDINATÓRIO Processo n.0624743-31.2019.8.04.0015 Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível/PROC Requerente:Rosa Neiva Pinheiro Sampaio Requerido:Banco do Brasil S/A De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 24 de setembro de 2019

ADV: ANDERSON CORDEIRO MOTA (OAB 11305/AM) - Processo 0625169-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jose das Graças Soares Mota - ATO ORDINATÓRIO Processo n.0625169-43.2019.8.04.0015 Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível/PROC Requerente:Jose das Graças Soares Mota Requerido:Claro S/A De ordem, fica designado o dia 01/11/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 19 de setembro de 2019

ADV: CALUÃ FRÓES DE AZEVEDO (OAB 13395/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0648017-03.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Frank Queiroz de Azevedo - Tainacã Fróes de Azevedo - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Posto isso, determino o encaminhamento dos autos à distribuição, a fim de que seja redistribuído ao 5º JEC, competente para julgar o feito. P.I.C.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: CALUÃ FRÓES DE AZEVEDO (OAB 13395/AM) - Processo 0648017-03.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Frank Queiroz de Azevedo e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, ficam intimadas as partes para se manifestarem, no prazo de 05 (cinco) dias.

Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
ANDERSON CORDEIRO MOTA (OAB 11305/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Ricardo Cabral Pio (OAB 6688/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bianca Alessandra Batista Lima (OAB 7516/AM)
Caio Coelho Redig (OAB 14400/AM)
Caluã Fróes de Azevedo (OAB 13395/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Débora Salgueiro de Menezes (OAB 12200/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Diego Góes Lima (OAB 5742/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Izabel Ferreira de Souza Neta (OAB 12980/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)

Marisa de Almeida Macola Marins (OAB 10301/PA)
Michael Queiroz Redig Ardaya (OAB 12680/AM)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Nailla Mariana Tembra dos Santos (OAB 22037/PA)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Polyne Maressa da Mota Lopes (OAB 13523/AM)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rebeca Braga Albuquerque Marinho Lopes (OAB 13063/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Collares Palmeira (OAB 11730/PA)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Wagner Cristiano Batista Fiel (OAB 21813/PA)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0234/2019

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0605511-04.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A e outro - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM), ADV: JOSEANI CATUNDA PRUDENTE (OAB 3504/AM) - Processo 0606401-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Joseani Almeida Catunda e outro - REQUERIDO: Marco Antonio Vasconcelos - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação, instrução e julgamento redesignada nos autos do processo em epígrafe para o dia 03/10/2019 às 11:00h.

ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA (OAB 6193/AM) - Processo 0606550-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Selma Maria Canto de Carvalho - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ERIKA NAIANA D'AQUINO PIRES (OAB 590A/AM), ADV: GABRIEL DA CRUZ LAURIA (OAB 11778/AM), ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0608303-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Marcos Pericles de Queiroz Sobral Filho - REQUERIDO: Flávio Lauria Ferreira - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação, instrução e julgamento redesignada nos autos do processo em epígrafe para o dia 03/10/2019 às 10:00h.

ADV: EMMANUEL CHACON RODRIGUES CARNEIRO DE ALBUQUERQUE (OAB 7758/AM) - Processo 0613921-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Thiago Kalleu Silva Lima - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 20/03/2020 às 08:30h.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0614104-56.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0619006-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - EXECUTADO: Claro S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: FABIOLA REIS DOS REIS (OAB 12103/AM) - Processo 0620545-82.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Raphael Fontinelle Zany - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: GABRIEL TORRES BECKMAN MOURA (OAB 14736/AM) - Processo 0624203-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - LITSATIVA: Maria Fatimilse França Pastana e outro - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LOUISE SAMPAIO SALDANHA (OAB 9237/AM) - Processo 0626609-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Idoso - REQUERENTE: Raimunda Moraes da Silva - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0627401-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Olivaldo Tavares Lisboa - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos e que ocasionaram a negativação em seu CPF.. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve comprovar sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM) - Processo 0629690-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Josenias da Costa Fernandes - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação, instrução e julgamento redesignada nos autos do processo em epígrafe para o dia 08/10/2019 às 10:00h.

Emmanuel Chacon Rodrigues Carneiro de Albuquerque (OAB 7758/AM)
Erika Naiana D'Aquino Pires (OAB 590A/AM)
Fabiola Reis dos Reis (OAB 12103/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Gabriel da Cruz Lauria (OAB 11778/AM)
Gabriel Torres Beckman Moura (OAB 14736/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Joseani Catunda Prudente (OAB 3504/AM)
Louise Sampaio Saldanha (OAB 9237/AM)
Marcelo Carvalho da Silva (OAB 6193/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THIAGO RODRIGO DOS SANTOS RESENDE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0235/2019

ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0200240-11.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabio Leandro Monteiro Messa - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: ISABELLA PEREIRA QUEIROZ (OAB 14552/AM) - Processo 0201478-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Maria Ivonete Ferreira Fim - TERMO DE AUDIÊNCIA - JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO

ADV: SABRINA BEZERRA FORTUNATO (OAB 10085/AM) - Processo 0202458-12.2019.8.04.0015 (processo principal 0613039-55.2018.8.04.0015) - Cumprimento Provisório de Sentença - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Ronalda Suelen Silva Rocha - Wolfgag Ebert - Por isso, EXTINGO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Extraiam-se cópias das peças para o processo principal, nele prosseguindo a execução e eventuais embargos. As PARTES DEVEM PETICIONAR NO Nº SAJ DO PROCESSO PRIMITIVO. Ressalte-se que qualquer peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato será desconsiderado, em virtude da fundamentação que ora se apresenta. P.R.I. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei. Baixem-se e arquivem-se os autos.

ADV: EUDEILTON DE SOUZA BEZERRA (OAB 13388/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0203892-70.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Misael Nascimento Pereira - Restrição junto ao RENAJUD que se restringe ao CNPJ informado, eis que a condenação recaiu sobre pessoa jurídica, ente distinto do titular do CPF descrito a fl. 84. Diante do resultado negativo da diligência, prazo de 5 dias para a parte exequente indicar bens aptos a constrição. Intime-se.

ADV: STEPHANIE DE CASTRO FROHLICH (OAB 13326/AM) - Processo 0204196-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDA: Tavanete Fernandes da Silva Brandao e outro - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ELIZA PAES ARAÚJO (OAB 5162/AM), ADV: SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS (OAB 4776/AM) - Processo 0204920-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERIDO: Ingles e Companhia - Isto posto, decreto a deserção do Recurso Inominado de fl. 34/39. Certifique-se o trânsito em julgado. P.C.I.

ADV: SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS (OAB 4776/AM), ADV: ELIZA PAES ARAÚJO (OAB 5162/AM) - Processo 0204920-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERIDO: Ingles e Companhia - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0600085-11.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Bancários - REQUERENTE: Maria de Nazare de Souza Nascimento - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0601086-62.2016.8.04.0016 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: ESDRAS KELLO FORMATURAS LTDA - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: THEREZA CHRISTINA CAXEIXA DE OLIVEIRA (OAB 6097/AM) - Processo 0601244-49.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ana Luiza Menezes Teles Novelleto - Fl. 194 - Carta de Citação datada de 14/12/2018, cujo AR não foi devolvido aos autos até a presente data. Renove-se o ato citatório, desta feita por AR e por oficial de justiça. P.C.I.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0601418-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - RECEBO o inominado de fls. antecedentes, no efeito devolutivo. Concedo-lhe a gratuidade. Intime-se para contrarrazões. Após, à Turma Recursal com nossas homenagens.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ANA CARLA RODRIGUES DE PAULA (OAB 10352/AM) - Processo 0602087-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Carlos Alber Viana da Silva - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Revoga-se eventual liminar concedida. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0602646-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Claro S.a. - RECEBO o inominado de fls. antecedentes, no efeito devolutivo. Concedo-lhe a gratuidade. Intime-se para contrarrazões. Após, à Turma Recursal com nossas homenagens.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0603889-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raquel Pereira da Silva - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0604084-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Marlison Francisco dos Santos Machado - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Redesigne-se a audiência de conciliação. P.C.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0604086-05.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Joelise Mascarello de Andrade - Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95. Inexistindo bens penhoráveis e indicação de bem apto a sofrer constrição, conforme certidão do Sr. Oficial de Justiça e ausência de indicação eficaz pela parte autora, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, nos termos do art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95. Desde já, caso requerido, defiro expedição de certidão de dívida e expedição de ordem para inscrição em cadastro de maus pagadores (Enunciado 76, FONAJE) P.R.I. Baixem-se e arquivem-se os autos. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Reativação somente se houver indicação de bem penhorável dentro do prazo de prescrição da execução. P. R. I

ADV: KEILA REGINA DE ALMEIDA RÊGO (OAB 7478/AM) - Processo 0604661-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ráfaga Ferreira Alecrim - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, na forma preconizada pelo artigo 1.023, § 2º, do CPC.

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM), ADV: LEIRY MARIA PADILHA DE ARAÚJO (OAB 9157/AM) - Processo 0605328-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria de Lourdes Figueiredo dos Santos - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0605845-04.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: M. L. Leite - Me (Vip Formatura) - Redesigne-se a audiência de conciliação. Expeça-se novo mandado de citação, penhora e avaliação. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0605929-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabiane Oliveira da Silva - Fl. 55 - Retifico a decisão, a fim de determinar que a audiência de conciliação seja realizada neste Juizado. P.C.I.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0605981-54.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM) - Processo 0606182-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Osvaldo Muniz da Silva Cancio - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM) - Processo 0606382-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Riulna Ventura Muller - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0606416-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jairo da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Tal como bem fundamentado na decisão de fl. 80, a hipótese dos autos é de litisconsórcio necessário. Não dispondo a parte autora de elementos aptos a indicar o paradeiro da ré ABM, pode buscar exercer sua pretensão por meio da citação editalícia da referida ré, junto ao foro competente. Prazo de 5 dias para a parte autora requerer o que de direito. P.C.I.

ADV: VALDRIANE OLIVEIRA DE MELO (OAB 3858/AM) - Processo 0607522-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valdriane Oliveira de Melo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0608732-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ronaldo da Silva Pinheiro - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0609807-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: .Yara Meire Lopes Peixot - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, com base nos fundamentos acima expostos, RESOLVO O PROCESSO sem a apreciação do mérito, nos termos do art. 98, I, da CRFB/88 c/c art. 485, IV, do CPC e 51, II da L. 9.099/95, devendo a parte autora litigar perante uma das varas cíveis não especializadas, se assim for de seu interesse. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se. Revogo eventual liminar concedida.

ADV: HELDER PINTO DA SILVEIRA (OAB 10509/AM) - Processo 0610149-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: F.A.R.A. - Cite-se a parte ré por oficial de justiça, fazendo constar no mandado os endereços elencados a fl. 132. P.C.I.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0611029-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Edval Ferreira Queiroz - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Revoga-se eventual liminar concedida. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0611103-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Romilson Vieira Barbosa - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto, e tudo mais que dos autos consta, RECONHEÇO EX OFFICIO A PRESCRIÇÃO do pedido de indenização por dano moral, nos termos do art. 206, § 3º, V do CC, e julgo, quanto a este pedido, resolvido o mérito, com fundamento no art. 487, II do CPC, consoante a fundamentação supra. Com relação à desconstituição do débito e à obrigação de fazer, rejeito a prejudicial de mérito e JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos, termos em que DECLARO INEXIGÍVEL o débito discriminado na restrição de fl. 10, no importe de R$ 78,77, além dos encargos de mora aplicados pela parte ré, e DETERMINO que a ré proceda à exclusão definitiva da anotação, no total de R$ 78,77, em 3 (três) dias, independentemente do trânsito em julgado desta, sob pena de multa de R$ 500,00 por dia de descumprimento, até o limite da alçada dos JECs, sem prejuízo de majoração e outras medidas assecuratórias, nos termos do art. 537 do CPC.

Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95).Preparo de lei,atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: EDNYLZA DE SÁ BARBOSA MONTEIRO (OAB 14189/AM) - Processo 0613211-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gustavo Luciano Passos Colares - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0613571-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ramon da Silva Caggy - REQUERIDO: Banco Honda S/A - Redesigne-se a audiência de conciliação, a ser realizada neste JEC. P.C.I.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0613742-49.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda Epp - Paute-se nova audiência de conciliação, a ser realizada neste JEC. Cite-se a parte ré por AR. P.C.I.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0613857-41.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Banco do Brasil S/a. - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A RETITUIR R$ 1.093,60 em prol da parte autora pelo desconto indevido do seguro. CONDENO-A A PAGAR, TAMBÉM, R$ 2.000,00 A TÍTULO DE DANOS MORAIS. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais), e desde a presente data/arbitramento (danos morais). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0614941-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Serleide Correa de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: GUILHERME MATOS CARDOSO (OAB 249787/SP) - Processo 0615241-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Manoel Boscá Escudero - REQUERIDO: G T Reparacao Automobilistica Ltda - Johson Controls Ps do Brasil Ltda - Por fim, apenas a título elucidativo, a narrativa fática tecida no instrumento processual apresentado, em momento algum converge para a comprovação do preparo recursal constante as fls. 137/146. Os documentos de fls. 141 e 144 são de clareza solar ao apontar as seguintes informações: “PAGAMENTO REALIZADO EM ESPÉCIE: NÃO; MEIO DE PAGAMENTO UTILIZADO - CHEQUE ITAÚ. Por isso, NÃO CONHEÇO dos presentes embargos, mantendo íntegra a decisão guerreada. P. I.C.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0615892-03.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: C.E.R.I. - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0617330-35.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: William Janes de Carvalho Bastos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0617526-34.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Beija-flor 2 Iv Etapa - Expeça-se Mandado de Penhora e Avaliação do veículo constrito via RENAJUD às fls. 38/39. Em havendo penhora positiva em qualquer circunstância, intime-se o executado para que apresente embargos no prazo de 15 dias. Remanescendo infrutífera a execução, expeça-se a competente certidão de dívida ao exequente com a finalidade de inscrição nos serviços de proteção ao crédito, caso haja requerimento nesse sentido. Após o esgotamento das diligência, ao autor para que se manifeste no prazo de 15 dias. Só então venham-me conclusos. P.C.I.

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM) - Processo 0617587-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Diogo Nilton Tomazio da Silva - Fls. 32/33 - Isento a parte autora do pagamento das custas processuais, acaso renovada a Ação. P.C.I.

ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM), ADV: JOAQUIM LIBÓRIO DOS SANTOS (OAB 8860/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0617901-06.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Juliana Narjara Libório Campagnolli - REQUERIDO: Delta Air Lines Inc - Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Fls. 506/510 - Aguarde-se o transcurso do prazo para adimplemento voluntário do saldo remanescente, conforme cálculos apresentados pelo exequente (fls. 497/498), cujo termo ocorrerá em 30/09/2019. P.C.I.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0618244-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Helida Tavares Monteiro - Fls. 70/73 - Torno sem efeito a Sentença de fl. 69, eis que lançada em flagrante equívoco. Aguarde-se a realização da audiência designada a fl. 61. P.C.I.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0619476-49.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Erleane Ferreira de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Redesigne-se a audiência de conciliação. P.C.I.

ADV: DIANA SANGI KOVALSKI KOBA (OAB 10613/AM) - Processo 0620020-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kaytiane Santarém Azevedo - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo

eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0620304-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Perpetuo Socorro Guedes da Silva - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0620884-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Cenira Oliveira Fonseca - REQUERIDO: Tim Celular S/A - TERMO DE AUDIÊNCIA - JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO

ADV: ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM) - Processo 0621558-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rafael Henrique Lacerda da Silva - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido 7) da inicial, a fim de esclarecer com precisão os meses e valores cobrados impugnados e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Prazo de 15 dias.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0622334-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria de Nazare Dourado de Souza - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 18 de novembro de 2019, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA (OAB 6785/AM) - Processo 0624055-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edjary Leite Raposo e Silva - Redesigne-se a audiência de conciliação. P.C.I.

ADV: SILVANA MARIA MARTINS DA COSTA (OAB 5644/AM) - Processo 0624326-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Letícia Fátima de Martins - Fls. 18/19 - Emenda que não atendeu ao comando de fl. 15, eis que não delimitou, de forma específica, os meses e valores que pretende impugnar por meio dos presentes autos. Renovo a determinação nesse sentido. Prazo de 5 dias. P.C.I.

ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM) - Processo 0625126-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adervane Vasconcelos da Costa - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que não há qualquer elemento que evidenciem o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, art. 300, CPC/15, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 21 de fevereiro de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JONATHAS DA SILVA SOARES (OAB 14335/AM) - Processo 0625419-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Irlandi Menezes dos Santos - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido c) da inicial, a fim de especificar o valor por extenso, que pretende tornar litigiosos e declarar inexigível. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Prazo de 15 dias.

ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM) - Processo 0625440-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Silvia Rebeca de Oliveira Marques - De ordem, intime-se a parte autora para que junte aos autos documentos legíveis de identidade e comprovante de residência através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM) - Processo 0625505-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Allan Adson Mota Edwards - Renata Amaral da Silva - De ordem, intime-se a parte autora Sra. Renata Amaral da Silva para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: JOSÉ MILITÃO RODRIGUES DA SILVA (OAB 12721/AM) - Processo 0625563-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eduardo Matos de Souza - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04 de dezembro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MALENA FELIPE (OAB 14427/AM) - Processo 0625637-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Rodrigo Medeiros Magalhães - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de incluir o nome da Parte Autora no cadastro de inadimplentes dos Órgãos de Proteção de crédito, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 21 de fevereiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0625980-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ronyer Gomes Roque - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 13 de dezembro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0626138-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Marcelo Pereira Garrido - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 21 de fevereiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: EUDA RIBEIRO GUEDES (OAB 14116/AM), ADV: GRACILENE DA SILVA SOUZA SIERPINSKI (OAB 10693/AM), ADV: ALEXSON BRITO DE SOUZA (OAB 10702/AM) - Processo 0626453-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cleber Coldmir Sierpinski - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 21 de fevereiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RODRIGO DOS SANTOS XAVIER (OAB 13762/AM) - Processo 0626636-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alexandro Araujo da Silva - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 21 de fevereiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. Em expediente apartado, notifique-se a parte ré para que preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 10 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, assim providenciando a Secretaria. P.C.I.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0626695-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - RECLAMANTE: Marta Maria Conceição S. - Defiro o pedido de emenda à Petição Inicial de fl. 84. À Secretaria para que proceda a retificação do valor da causa. Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. O transcurso temporal deixa claro a inexistência de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 21 de fevereiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0627171-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Antonio Paiva da Silva - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. O transcurso temporal deixa claro a inexistência de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 21 de fevereiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0627188-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Petronílio Inácio Vieira - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 17 de fevereiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0627279-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: José Clovis de Souza Assis - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido

de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 17 de fevereiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM) - Processo 0627329-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cândido Randson Reis - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 17 de fevereiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0627382-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria das Gracas Silva de Medeiros - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0627390-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adalto de Oliveira Neves - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 16 de março de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0627429-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Petronílio Inácio Vieira - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0627432-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Petronílio Inácio Vieira - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0627485-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Leopoldo Pereira da Silva - De acordo com o documento de fl. 23, a parte autora foi negativa em 2015 se mantendo omissa por mais de 4 anos em relação a essa negativação. O transcurso temporal deixa claro a inexistência de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial. Portanto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que não há qualquer elemento que evidenciem o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do art. 300, CPC/15. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 16 de março de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ISAAC CAMPOS AGUIAR (OAB 14778/AM) - Processo 0627506-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Junison Carlos Braga de Oliveira - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 16 de março de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0627539-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dina da Silva Batista - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 16 de março de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CARLA CONDÉ MARQUES E OLIVEIRA BERNHARD (OAB 9186/AM) - Processo 0627560-68.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Life Ponta Negra - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 19 de março de 2020, às 11 horas, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0627599-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Queli Mara Chaves Lopes. - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0627603-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Queli Mara Chaves Lopes. - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0627883-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edson Nunes Vieira - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0627890-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edson Nunes Vieira - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS (OAB 4776/AM) - Processo 0627970-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Marcos Antonio do Nascimento Pereira - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido c) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve comprovar sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: FRANCISCO RENATO DE LIMA SABELLI (OAB 10866/AM) - Processo 0628023-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Rômulo Thiago Lima Barbosa - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: MARIO ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 14109/AM) - Processo 0628033-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Luiz Sérgio Nascimento dos Santos - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 16 de março de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0628040-46.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 24 de março de 2020, às 8 horas e 30 minutos, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: ADALBERTO TEIXEIRA BITTAR (OAB 5275/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM), ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM) - Processo 0629105-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Andrey Matias Pires - REQUERIDO: Bruno Areque Alecrim - Sendo assim, assino um prazo de 48 horas (art. 42, §1º, Lei 9.099/95) para que a autora/recorrente efetue o pagamento das custas e demais despesas processuais, sob pena de não recebimento do recurso por deserção. Intime-se.

Adalberto Teixeira Bittar (OAB 5275/AM)
ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM)
Alexson Brito de Souza (OAB 10702/AM)
Ana Carla Rodrigues de Paula (OAB 10352/AM)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Carla Condé Marques e Oliveira Bernhard (OAB 9186/AM)
Carlos Augusto Tortoro Júnior (OAB 247319/SP)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Diana Sangi Kovalski Koba (OAB 10613/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Ednylza de Sá Barbosa Monteiro (OAB 14189/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Eliza Paes Araújo (OAB 5162/AM)
ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Euda Ribeiro Guedes (OAB 14116/AM)
Eudeilton de Souza Bezerra (OAB 13388/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Renato de Lima Sabelli (OAB 10866/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Gracilene da Silva Souza Sierpinski (OAB 10693/AM)
Guilherme Matos Cardoso (OAB 249787/SP)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Helder Pinto da Silveira (OAB 10509/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isaac Campos Aguiar (OAB 14778/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabella Pereira Queiroz (OAB 14552/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
JOAQUIM LIBÓRIO DOS SANTOS (OAB 8860/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Jonathas da Silva Soares (OAB 14335/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Militão Rodrigues da Silva (OAB 12721/AM)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Keila Regina de Almeida Rêgo (OAB 7478/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB 9157/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)

Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Malena Felipe (OAB 14427/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Maria de Fátima Lima da Silva (OAB 6785/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Mario Roberto Alves de Oliveira (OAB 14109/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo dos Santos Xavier (OAB 13762/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Sabrina Bezerra Fortunato (OAB 10085/AM)
Scheila Maria Almeida do Carmo Ramos (OAB 4776/AM)
Silvana Maria Martins da Costa (OAB 5644/AM)
Stephanie de Castro Frohlich (OAB 13326/AM)
Thereza Christina Caxeixa de Oliveira (OAB 6097/AM)
Valdriane Oliveira de Melo (OAB 3858/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0226/2019

ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM) - Processo 0624893-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Daiana Kelly Bandeira Spener - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, por se tratar de dever da parte exequente, conforme art. 798, I, b, do CPC, INTIMO a parte autora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, EMENDE seu pedido de cumprimento de sentença com o seu respectivo cálculo, incluindo, sendo o caso, eventuais honorários sucumbenciais estipulados em Acórdão de Turma Recursal, sob pena de indeferimento, tudo com base no art. 801 do CPC.

Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0256/2019

ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG) - Processo 0201541-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDA: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 116-127ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0201968-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 100-103, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0201987-95.2016.8.04.0016 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: COND. BOSQUE RESID. KOPENHAGEN - Considerando o retorno negativo do sistema ERIDFT, intime-se a parte exequente para apresentar, no prazo de dez dias, bens à penhora pertencentes ao executado, de forma a satisfazer seu crédito, sob pena de arquivamento do feito.

ADV: SILVYA KAREN DE CARVALHO MARTINS (OAB 6125/AM), ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0601675-59.2013.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - EXEQUENTE: MAPROTEM - MANAUS VIG E PROT ELETRONICA MONITORADA LTDA. - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM), ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM), ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM), ADV: OLIVAR DURÃES FILHO (OAB 2273/AM), ADV: MARCELO GRANGEIRO DE MATTOS (OAB 2441/AM) - Processo 0602128-54.2013.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - EXECUTADO: BEATRIZ DE CASTRO E COSTA RIZZATO e outro - R.H. Não há como proceder com a liberação do valor bloqueado, considerando que se trata de aplicação de multa por descumprimento de decisão judicial, cujo recurso discute seu cabimento. Assim, indefiro o pedido de liberação, devendo o valor bloqueado ficar resguardado nos autos, até apreciação recursal. Aguarde-se a apresentação das contrarrazões. Após, suba-se os autos a Turma Recursal.

ADV: HORLANDO HALIX RIBEIRO DE BRITO (OAB 5102/AM) - Processo 0602532-71.2014.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Horlando Halix Ribeiro de Brito - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 dias, se manifestar quanto a penhora realizada às fls. 112/114. Cumpra-se. Manaus, 27 de setembro de 2019.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0604144-73.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de

R$ 18.749,16 (Dezoito mil, setecentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0604281-53.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A e outro - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 6.885,80 (Seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: JOÃO BARROS FERREIRA JUNIOR (OAB 7002/MT) - Processo 0607267-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Rede Flex Comércio e Serviço de Telefonia Ltda - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 116/126, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: MAGNUS BRUGNARA (OAB 298105/SP), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 124990/MG) - Processo 0607268-62.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão - EXEQUENTE: Vitor Cunha Barros - EXECUTADO: Tributarie Gestão e Consultoria Tributária Ltda - Assim, indefiro o pedido. Prossiga-se com a execução. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0607300-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rodrigo Barbosa Vilhena - REQUERIDO: Ativos S/A - Securitizadora de Créditos Financeiros e outro - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: TIAGO COSSETTIN COSTA BEBER (OAB 12129/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0612049-64.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Pedro de Alcântara Franco - Considerando que a consulta ao ERIDFT restou infrutífera, intime-se a parte exequente para apresentar, no prazo de dez dias, bens à penhora pertencentes ao executado, de forma a satisfazer seu crédito, sob pena de arquivamento do feito.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0612864-95.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Cely Regis de Livramento Farias - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 269-278ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0614559-16.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.A.Rodrigues Educação Ltda-me (Centro Educacional Excelente) - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 27 de setembro de 2019.

ADV: HELTON LANNUCY VERAS LEITE (OAB 13005/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0615236-46.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - REQUERIDA: Renata Freire Cardoso - Considerando que o título que está sendo executado não atende aos requisitos da legislação, a presente execução não merecer prosperar eis que necessita de dilação probatória, inviável em sede de execução na dicção do CPC, art. 785. Ante o exposto, declaro extinta a presente execução, nos termos do art. 924, I, CPC c/c art.783, CPC. Expeça-se alvará judicial em favor da executada, após o trânsito em julgado desta decisão. Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0615905-02.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO FILHO (OAB 305088/SP) - Processo 0616331-14.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: China Construction Bank - Banco Múltiplo S/A (BIC - Banco Industrial e Comercial S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 153-160, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM) - Processo 0616809-22.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Xp Investimenttos - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 159-174ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EMANUEL MARQUES DE MELO JÚNIOR (OAB 2621/AM) - Processo 0616896-75.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - LITSPASSIV: M. Moreira dos Santos Me (Leilão Manaus) e outro - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0617286-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Carlos Jose da Silva Dantas Junior - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0617391-90.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Edberta Maria Lopes Martins - De ordem, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM) - Processo 0617556-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Guilherme Alves Barros Junior Me (Publig Mídias Alternativas) - REQUERIDO: M. A. de Jesus Barbosa Me (Moema Comunicação) e outro - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.171-178 antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0617556-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: M. A. de Jesus Barbosa Me (Moema Comunicação) e outro - DESPACHO

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0617573-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 138-147ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0618028-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 214-221, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0618159-45.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Paschoalotto Serviços Financeiros S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 205-211, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FELIPE ANTÔNIO DE CARVALHO FILHO (OAB 6454/AM) - Processo 0618290-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Flavio Piva de Aguiar - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 102/116, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE) - Processo 0618672-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lucia Maria da Silva Freire - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 488-518ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0618809-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 221-235, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JUSSARA COSTA BOTELHO (OAB 11223/AM) - Processo 0619037-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valdenise Silva de Souza - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 122-137ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0619062-17.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM) - Processo 0619112-09.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Samara Souza de Lima - Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 231/232, eis que conforme demonstrado pela ré, o equívoco quanto ao pagamento das custas a menor se deu por ter o patrono do autor alimentado o sistema com valor da causa diverso ao valor da inicial, razão pela qual acolho o pleito de fls. 239/241. Ademais, satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 198/228, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. À secretaria para que torne sem efeito a certidão de fls. 237. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB 208322/SP) - Processo 0619393-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Denusa Ingrid Carvalho Tavares - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Verifico que o recorrente recolheu o preparo, conforme documentos juntados às fls. 173/175, entretanto deixou de recolher as custas judiciais exigidas à admissibilidade do recurso inominado de fls. 163/172, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WELLINGTON FRANK ALVES DOS SANTOS (OAB 14145/AM) - Processo 0619413-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: João Barbosa Otero - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Verifico que o recorrente juntou comprovante de pagamento das custas judicias, entretanto, deixou de recolher o preparo exigido à admissibilidade do recurso inominado de fls. 141/153, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM) - Processo 0619558-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 100-109, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANGELA GALVÃO DOS SANTOS SILVA (OAB 12672/AM) - Processo 0619598-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Edilene Alves Cruz - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 166-180ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0619812-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 167/175, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0619908-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marília Oliveira Cabral - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 153-165ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0619930-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daniel de Lima Albuquerque - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 179-201ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA REGINA BATISTA VILAÇA (OAB 10787/AM), ADV: JANE KELLY VASQUES DE OLIVEIRA (OAB 10029/AM), ADV: GLENDA GRANDO DE MEIRA MENEZES (OAB 10476/AM) - Processo 0620074-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Sthenio Ralph Viana - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 190-216ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THASSIA POLLYANA FERNANDES DA COSTA (OAB 13462/AM) - Processo 0620108-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Iva Inara Passos Formoso - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 225-234ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0620174-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Itamar Auzier Melo - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 73-81ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0620430-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Giselane dos Santos Campos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em consonância com decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n. 000511-49.2018 pela Exma. Sra. Desembargadora Nélia Caminha Jorge, que determinou a suspensão de processos em trâmite nos Juizados Especiais e Turmas Recursais que discutam "se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada "cesta básica de serviços", "cesta fácil" ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos", determino a suspensão dos presentes autos. Intimem-se.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0620547-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 255-279ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0620697-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 126/139, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0620942-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Anderson Pimenta Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em consonância com decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n. 000511-49.2018 pela Exma. Sra. Desembargadora Nélia Caminha Jorge, que determinou a suspensão de processos em trâmite nos Juizados Especiais e Turmas Recursais que discutam "se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada "cesta básica de serviços", "cesta fácil" ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos", determino a suspensão dos presentes autos. Intimem-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0621065-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 144-162ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: VICTOR NEGRÃO REIS (OAB 12545/AM) - Processo 0621421-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Victor Negrão Reis - Intime-se o embargado para se manifestar da petição retro, em cinco dias. Cumpra-se. Manaus, 27 de setembro de 2019.

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0621541-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Valdemar Capote Vieira - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0621765-18.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Anturio - EXECUTADA: Mylena Thamara Moura Andrade - Construtora Capital S/A - No termo de audiência às fls. 156/157, as partes foram cientificadas de que a sentença seria publicada até 16/08/2019, quando se iniciaria o prazo para eventuais recursos da decisão, independentemente de qualquer outra intimação. A interposição de recurso teria, portanto, como termo final o dia 30/08/2019. Ocorre que o presente remédio processual foi protocolado apenas no dia 14/09/2019, 15 dias após o término do prazo. Com efeito, reza o art. 42, caput, da Lei 9.099/95, que "o recurso será interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da sentença (...)". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade (Enunciado 166 do Fonaje), denego seguimento ao recurso inominado, por intempestividade. Considerando que o ato de fls. 166 já foi publicado, aguarde-se o término do prazo para pagamento voluntário para a tomada das medidas cabíveis. Intimem-se as partes.

ADV: THALITA LOUREIRO GUERREIRO (OAB 13379/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0621781-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Paulo Pinto Nery Neto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em consonância com decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n. 000511-49.2018 pela Exma. Sra. Desembargadora Nélia Caminha Jorge, que determinou a suspensão de processos em trâmite nos Juizados Especiais e Turmas Recursais que discutam "se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada "cesta básica de serviços", "cesta fácil" ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos", determino a suspensão dos presentes autos. Intimem-se.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0621973-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sandra Maria de Oliveira Ortiz - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em consonância com decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n. 000511-49.2018 pela Exma. Sra. Desembargadora Nélia Caminha Jorge, que determinou a suspensão de processos em trâmite nos Juizados Especiais e Turmas Recursais que discutam "se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada "cesta básica de serviços", "cesta fácil" ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos", determino a suspensão dos presentes autos. Intimem-se.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0622665-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Cylis Fernandes de Oliveira - Intime-se a autora para juntar as faturas dos últimos 6 meses de modo a comprovar que está em dia com o pagamento das mensalidades. Cumpra-se. Manaus, 27 de setembro de 2019.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0626491-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o requerido para, dentro do prazo legal, realizar o pagamento do saldo remanescente certificado às fls. 145, sob pena de execução. Cumpra-se. Manaus, 27 de setembro de 2019.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0626966-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ernane Monteiro Filho - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0627493-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Raimunda Nogueira de Aguiar - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JAMES DE PAULA BRAZ (OAB 7134/AM) - Processo 0627585-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Maria José Borba de Paula - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0627892-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Erico Merces Silva. - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0627917-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Petronílio Inácio Vieira - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERTA CAROLAINE LIRA LOPES (OAB 13961/AM) - Processo 0627995-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Ivana dos Santos Oliveira - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

Adriana Regina Batista Vilaça (OAB 10787/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan de Oliveira Silva (OAB 208322/SP)

Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angela Galvão dos Santos Silva (OAB 12672/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Emanuel Marques de Melo Júnior (OAB 2621/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Antônio de Carvalho Filho (OAB 6454/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Glenda Grando de Meira Menezes (OAB 10476/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Helton Lannucy Veras Leite (OAB 13005/AM)
Horlando Halix Ribeiro de Brito (OAB 5102/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
James de Paula Braz (OAB 7134/AM)
JANE KELLY VASQUES DE OLIVEIRA (OAB 10029/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Barros Ferreira Junior (OAB 7002/MT)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB 2023/AM)
Jussara Costa Botelho (OAB 11223/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Lana Kelly de Andrade Sampaio (OAB 4008/AM)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Magnus Brugnara (OAB 298105/SP)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo Grangeiro de Mattos (OAB 2441/AM)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Olivar Durães Filho (OAB 2273/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Carolaine Lira Lopes (OAB 13961/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Sérgio Roberto Ribeiro Filho (OAB 305088/SP)
Silvya Karen de Carvalho Martins (OAB 6125/AM)
Tatiana Ferreira dos Santos (OAB 124990/MG)
Thalita Loureiro Guerreiro (OAB 13379/AM)
Thassia Pollyana Fernandes da Costa (OAB 13462/AM)
Tiago Cossettin Costa Beber (OAB 12129/AM)
Urbano Vitalino Advogados (OAB 313/PE)
Victor Negrão Reis (OAB 12545/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wellington Frank Alves dos Santos (OAB 14145/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO VANESSA LEITE MOTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0184/2019

ADV: DANIEL DAVID BARROSO PICANÇO (OAB 13039/AM) - Processo 0200397-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: TEREZINHA GUIMARAES DE FARIAS - LITSPASSIV: Douglas Santana de Souza-me - REQUERIDO: Whirlpool Eletrodimésticos AM S/A - Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO DE ALMEIDA SOUZA COELHO (OAB 9919/AM), ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: RENATA MALCON MARQUES (OAB 24805/BA) - Processo 0200940-69.2019.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Assurant Seguradora S.A. - Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando

a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO (OAB 8786/AM) - Processo 0201366-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO (OAB 157407/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0201382-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - LITSPASSIV: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Avon Cosméticos Ltda - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0201385-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0600622-21.2019.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Donaio de Oliveira dos Santos - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JÚNIOR (OAB 13241/AM) - Processo 0600771-22.2016.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: INSTITUTO EDUCACIONAL HILDA FERREIRA (C MEIRELES DA COSTA) - EXECUTADO: SANDRO LUCIO DA SILVA AMORIM - De ordem, INTIME-SE o exequente, na pessoa de seu constituinte, para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a penhora de fls. Antecedentes.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM) - Processo 0600842-53.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Seguro - EXEQUENTE: Ana Lucia Gomes Moreira - EXECUTADO: CASEBRAS - Caixa Assistencial do Servidor Brasileiro - De ordem, INTIME-SE o exequente, na pessoa de seu constituinte, para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a penhora de fls. Antecedentes.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0601359-58.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - EXEQUENTE: Lucelena Augusto de Souza - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial

transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0601469-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Glaucio Ney da Silva Feitosa - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0601647-69.2019.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Telefônica Brasil S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ FELIPE DE OLIVEIRA CAVALCANTE (OAB 11381/AM) - Processo 0602410-70.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Maria Dirce Batista Medeiros - EXECUTADO: Monica Lima Negrão - De ordem, INTIME-SE o exequente, na pessoa de seu constituinte, para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a penhora de fls. Antecedentes.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0602697-04.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Jose Anizio da Silva Souza - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos permanente em correição. O devedor, nas fls. 312-321, veicula impugnação à penhora on line operada. Razão assiste o Executado. Compulsandos os autos, CONSTATO haver duplicidade de pagamento, isso em razão da própria executada não ter comprovado nos autos o efetivo pagamento dentro do prazo que lhe fora assinalado. Desta forma, CONHEÇO da Impugnação de fls. 212-321, determinado que o valor penhora de fls. 309, seja expedido ALVARÁ JUDICIAL por meio de transferência eletrônica em favor da parte Exequente. Determino ainda, seja expedido ALVARÁ JUDICIAL do valor depositado voluntariamente às fls. 319, em favor do Executado por meio de transferência eletrônica. Considerando a satisfação da obrigação mediante a penhora realizada, DECLARO EXTINTA a execução, nos termos do art. 924, II, do CPC. Após, cumprida as formalidades, ARQUIVEM-SE definitivamente os autos. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0603473-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Augustinho Brandão Barros - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte ré para que se manifeste sobre as informações nas páginas 105 a 114 no mesmo prazo de 10 (dez) dias concedido ao autor. Após, conclusos (fila 58).

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0603613-67.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Adelson Domingues da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio,

intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: RANIER ALESSANDRO DE AQUINO SALES (OAB 11671/AM), ADV: ENALDO ALMEIDA CORREA (OAB 7696/AM) - Processo 0604300-44.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Raimundo Lucinval Ferreira de Sales - REQUERIDO: Francisco Helio Pereira da Silva - De ordem, INTIME-SE o exequente, na pessoa de seu constituinte, para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a penhora de fls. Antecedentes.

ADV: ELANIL VANDA MIRANDA DOS SANTOS (OAB 6652/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: THAIS FERREIRA (OAB 13389/AM), ADV: ALOYSIO LOPES SANTOS (OAB 10147/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: ANDERSON CORREA PEREIRA (OAB 10048/AM) - Processo 0604413-95.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Josué Furtado da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0604757-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sofia Miranda Monteiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB 9995/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0605325-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Prentice Silveira Rodrigues - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605541-53.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Joelson Vasconcelos Amorim - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GESSICA SANTOS RODRIGUES (OAB 11318/AM), ADV: WAGNER FREITAS DE JESUS (OAB 11850/AM) - Processo 0605732-35.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Claudecira Torres da Silva - EXECUTADO: Chubb do Brasil Companhia de Seguros - De ordem, INTIME-SE o exequente, na pessoa de seu constituinte, para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a penhora de fls. Antecedentes.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM) - Processo 0605833-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Maria Gomes da Silva - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente nos autos extratos da conta mencionada na página 2, referentes aos meses de outubro de 2017 a fevereiro de 2018, de modo a comprovar o fato constitutivo do seu direito, considerando que se demonstrou nos autos a solicitação de cancelamento da transação junto à administradora do cartão. Após, conclusos (fila 58).

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: MATHEUS LIMA DINIZ (OAB 13747/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0606263-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Denis Sousa e Sousa - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: LIOZETE DA SILVA SANTOS (OAB 12955/AM), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM) - Processo 0606413-68.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Simone de Lourdes Butel Tavares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da autora. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: TATIANA VIDAL CAREPA DA SILVA (OAB 14824/AM), ADV: SASKIA SILVA FERRAZ (OAB 12158/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0606423-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Mariana Domingues de Araujo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedente o pedido de indenização e revogo a decisão liminar. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: ALESSANDRA TAKETOMI FEITOSA (OAB 13625/AM), ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM), ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0606425-82.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: José Ferreira

Paz - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando que a demanda versa sobre fatos ocorridos entre 2013 e 2017, exige-se a produção, por ambas as partes, do máximo de provas possível, inclusive orais, para dar suporte a suas pretensões, e uma distribuição do ônus da prova que deve ser avaliada caso a caso, ao invés da simples imputação a uma das partes do ônus de comprovar o que aconteceu entre 2013 e 2017. Sendo assim, em nova análise, determino que se paute audiência de instrução e julgamento. Intimem-se.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM), ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM), ADV: ALESSANDRA TAKETOMI FEITOSA (OAB 13625/AM) - Processo 0606425-82.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: José Ferreira Paz - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM), ADV: LIOZETE DA SILVA SANTOS (OAB 12955/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM) - Processo 0606481-18.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raquel Silva de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da autora e, com fundamento no art. 487, II, do mesmo código, reconheço a prescrição da pretensão de devolução das parcelas descontadas antes de 29/07/2016. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0606525-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Osvaldino Menezes Alves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido para cancelar o seguro impugnado (contrato nas páginas 128 a 143), e condenar a requerida a não efetuar descontos por conta de tal seguro, sob pena de repetição em dobro. Julgo improcedentes os demais pedidos da parte autora, por ter sido comprovada pela requerida a origem contratual dos descontos. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0607350-15.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Olizete Maria Nunes dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: VIVIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA (OAB 13048/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0607655-96.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXECUTADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0607820-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Eliton Maia de Souza - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: “Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão

final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Da análise da petição de ingresso, verifica-se que a questão de fundo é por demais relevante, notadamente nos Estados Democráticos de Direito, em que a liberdade de expressão deve observar outros direitos e garantias individuais previstos na Constituição Federal. O fato é que, neste momento processual, não se observa presente o requisito da verossimilhança das alegações, para o fim de se determinar a medida extrema pleiteada. Isso porque a ponderação da liberdade de expressão e do direito à honra ou imagem deve perpassar sobre o teor da publicação, bem como sobre a verdade dos fatos narrados. Tal apreciação, a toda evidência, não é possível, nem viável, neste momento, notadamente porque não houve o exercício do contraditório. Assim, da leitura da notícia impugnada, não vislumbro ofensa capaz de macular a honra objetiva do demandante de tal forma que não possa aguardar a contestação do réu, na medida em que, conforme os documentos trazidos aos autos, não é possível vislumbrar a ofensa, já que pela matéria juntada o que se pode observar é que a requerida está exercendo seu direito de opinião, resguardado constitucionalmente. Também não se divisa o risco de ineficácia do provimento porque a imagem da demandante é consolidada, podendo-se aguardar a citação da parte contrária para o regular exercício da defesa, ocasião em que o pedido antecipatório poderá ser reapreciado. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 05/12/2019 às 09:00h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0608201-20.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Crescencia Arcos de Carvalho - As disposições do NCPC e da legislação processualista civil esparsa hão de ser aplicadas no sistema dos juizados especiais somente e tão somente se com ele compatível. Compatível com suas regras e, mais importante, com suas diretrizes ou princípios (art. 2º, Lei 9.099/95). Essa, aliás, a compreensão do FONAJE (Enunciado 161 - "Considerado o princípio da especialidade, o CPC/2015 somente terá aplicação ao Sistema dos Juizados Especiais nos casos de expressa e específica remissão ou na hipótese de compatibilidade com os critérios previstos no art. 2º da Lei 9.099/95."). Dito isso, uma das regras fundamentais do processo é a competência e, nos juizados especiais, a modalidade territorial detém natureza absoluta (art. 51, III, Lei 9.099/95). Ou seja, o seu desrespeito leva o processo à sua extinção sem resolução do mérito. No caso dos Juizados Cíveis Manauaras, a residência do autor é parâmetro de fixação de competência, pois, a depender de onde habita, sua demanda pode tramitar no Fórum Desdor. Mário Verçosa, ou no Fórum Desdor. Lúcio Fonte, ou no Fórum Desdor Azarias Menescal (Resolução 12/2017-TJAM). Por isso, a parte deve, sim, nos Juizados Especiais, comprovar onde reside, a fim do próprio julgador concluir se é o juiz natural daquela causa. Em omitindo do Magistrado(a) tal informação, a parte atrapalha o trâmite processual e impede o próprio exercício da jurisdição. Dessa maneira, é imperioso que a parte junte comprovante de residência recente, além do RG e CPF da requerente, tendo em vista que estão juntados apenas os documentos da declarante. Por tudo o exposto, rejeito a argumentação de fl. 50 e concedo à parte o prazo complementar de 48 horas para emendar a inicial, satisfazendo a determinação de fls. 45, sob pena de indeferimento da inicial. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM) - Processo 0608203-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco José Frota - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0608451-53.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Paula dos Santos Queiroz - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num

segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No caso dos autos, a Autora questiona a inscrição de seus dados em cadastros de inadimplentes por parte da Ré, sem que haja qualquer relação jurídica entre as partes. Entretanto, limitou-se a juntar documento do SPC indicando o apontamento restritivo (fls. 18), datado de 09/11/2017, ou seja, há mais de 2 anos, o que afasta a urgência do presente caso, diante do extenso lapso temporal entre a data da negativação e da propositura da ação, não sendo crível que apenas agora a Autora tenha tomado conhecimento da restrição. Ademais, não há qualquer demonstração de que a Autora tenha diligenciado junto à Ré na tentativa de elucidar e/ou contestar a dívida, o que prejudica a verossimilhança da alegação de que o débito é indevido. Nesse norte, entendo ser necessária a manifestação da Requerida para esclarecer a eventual existência de relação jurídica entre as partes e acautelo-me, por ora, quanto à concessão da tutela pleiteiada. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao Réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para 7/11/2019 às 12h30, na sede deste Juízo. Intime-se o autor. Cite-se o Réu.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0608463-67.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maicirene da Fonseca Neves - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No caso dos autos, a Autora questiona a inscrição de seus dados em cadastros de inadimplentes por parte da empresa Ré, sem que haja qualquer relação jurídica entre as partes. Entretanto, limitou-se a juntar documento do SPC indicando o apontamento restritivo (fls. 20), datado de 28/07/2015, ou seja, há mais de 4 anos, o que afasta a urgência do presente caso, diante do extenso lapso temporal entre a data da negativação e da propositura da ação, não sendo crível que apenas agora a Autora tenha tomado conhecimento da restrição. Ademais, não há qualquer demonstração de que a Autora tenha diligenciado junto ao Réu na tentativa de elucidar e/ou contestar a dívida, o que prejudica a verossimilhança da alegação de que o débito é indevido. Nesse norte, entendo ser necessária a manifestação da Requerida para esclarecer a eventual existência de relação jurídica entre as partes e acautelo-me, por ora, quanto à concessão da tutela pleiteiada. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao Réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para 7/11/2019 às 12h45, na sede deste Juízo. Intime-se o autor. Cite-se o Réu.

ADV: FABIAN ASSIS BENOLIEL DA SILVA (OAB 7284/AM) - Processo 0608498-27.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Joao Palheta Barbosa - Vistos permanente em correição. O Requerente JOAO PALHETA BARBOSA, ajuizou a presente Ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência e ação de obrigação de fazer contra a Requerida MANAUS AMBIENTAL S/A, para se ABSTER de inserir o nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes SPC e a SERASA, por estarem presentes os requisitos do artigo 300 do NCPC, sob pena de multa diária por descumprimento a ser arbitrada pela MMa. Juíza. Passo à análise dos requisitos para sua concessão. Pois bem. A controvérsia se limita em verificar se estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC), in verbis: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado

útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Alie-se à prova inequívoca que conduza à verossimilhança da alegação da parte, que estejam presentes o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o deferimento da antecipação de tutela. Por fim, cabe dizer que os requisitos previstos no artigo 300 do NCPC são cumulativos, ou seja, à falta de algum deles importa em indeferimento da medida. Da análise da petição de ingresso, não vejo óbice à concessão da antecipação da tutela. Aliás, penso que o referido instituto jurídico anda de mãos dadas com esta justiça especial, notadamente quando homenageia-se o princípio da celeridade da prestação jurisdicional. Assim, entendo que enquanto pendente, entre as partes, discussão, sobre débito, revela-se, como medida de cautela, a abstenção da inscrição de nome do devedor, nos cadastros de proteção ao crédito - SPC/SERASA. No mais, estando os valores cobrados pela prestadora de serviços submetidos à discussão judicial, com mais razão deve ser mantida, sem alterações, a prestação do serviço de fornecimento de água a cargo da Requerida, assim como nenhum gravame (restrição de crédito, suspensão de fornecimento de água p. exemplo) pode ser imposto à Autora, até final julgamento. Nem se argumente a requerida, da necessidade de prévio contraditório, como conditio sine qua non, para deferimento da tutela, visto que nosso sistema acolhido pelo CPC e utilizado nas antecipações satisfativas autoriza a concessão da medida sem oitivar o réu, mormente porque o principio constitucional do contraditório não se sobrepõe, por certo, à flagrante lesão à vida civil e aos afazeres do cotidiano do Requerente. No que pertine ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, é de se considerar que, diante da complexidade das relações econômicas firmadas nos dias atuais, a inscrição de uma pessoa, seja ela pessoa física ou jurídica, em órgão de restrição cadastral dificulta o desenvolvimento de suas atividades comerciais, não se mostrando, portanto, adequada a inserção de seu nome no rol dos inadimplentes perante o SPC/SERASA com relação a possível débito discutido judicialmente. De outro modo, o provimento antecipado não se reveste do perigo da irreversibilidade, nem é passível de causar dano à parte demandada, fatos estes que recomendam a sua concessão. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar à empresa prestadora de serviço público essencial para, em 3 (três) dias, a contar do recebimento desta determinação, se abstenha de e inserir o nome do(a) demandante nos cadastros de restrições de crédito SPC e a SERASA, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo audiência de Conciliação, para o dia 7/11/2019, às 14h45, na sede deste Juízo. Cite-se o réu. Intimem-se Autor e Réu quanto ao inteiro teor deste decisum, dando-se conhecimento aquele e seu advogado sobre a supramencionada audiência.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608517-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Luiz Ramos de Oliveira - Vistos permanente em correição, Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja

a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls.17 e seguintes, os descontos impugnados são realizados desde JULHO/2016, sem manifestação do requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pelo Autor, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por mais de 3 (três) anos o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 07/11/2019, às 09:45h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608544-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Francineia Castro Soares - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017-TJAM.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0608549-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Paulo André Lima Holanda - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No in casu, a despeito da ilicitude do apontamento realizado, a situação dos autos possui uma peculiaridade, pois, conforme se verifica no documento de fl. 13, além das anotações feitas pela requerida junto ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC - há vários outros apontamentos, determinados por pessoas jurídicas diversas e em datas distintas, fato suficiente para obstar a pretensão autoral. Com efeito, a existência de tais apontamentos revela-se capaz de afastar a presunção de ofensa à moral, porquanto já não gozava o autor de bom nome no mercado. Consoante entendimento pacífico deste Juízo, o devedor contumaz não sofre abalo de crédito, eis que já possuía outras dívidas que continuariam a sustentar a sua restrição nos cadastros. Registre-se, por derradeiro, que o Requerente não produziu nenhuma prova capaz de assegurar a ilegitimidade das demais inscrições em seu nome, ou mesmo demonstrar que os débitos se encontram sub judice. De uma forma ou de outra, tal questão deve ser examinada em um juízo de cognição exauriente, após ampla dilação probatória, sob o crivo do contraditório e ampla defesa. Tem-se, portanto, que os documentos carreados aos autos não formam um acervo probatório suficiente - ao menos para este juízo de cognição sumária - para demonstrar a verossimilhança das alegações do autor. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 7/11/2019 às 13:30, sala 5, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0608582-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Irroney Ribeiro da Silva - Claudenice Ferreira Freira - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM) - Processo 0608633-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Valdemiro Gomes de Melo Filho - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0608734-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lucas Mendes Dourado - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade e CPF do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017-TJAM.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0608740-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Elivaneide Nogueira Froes - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) Certidão de débitos do SPC/SERASA emitido pelo próprio órgão referido, nos termos da Lei nº 12.414/2011; (X) CPF da pessoa indicada no comprovante de residência de fl. 17.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0608741-68.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adilson Jesus Santos e Outros - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017-TJAM.

ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0608752-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Miliane Chaves dos Santos - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) Comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade e Cpf do declarante, de forma legível; (X) Comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017-TJAM.

ADV: LEONARDO ANASTACIO MASCARENHAS (OAB 27975/BA), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0609513-65.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - EXECUTADO: Apeam (Associação dos Praças do Estado do Amazonas) - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alessandra Taketomi Feitosa (OAB 13625/AM)
Alexandre Matos dos Santos (OAB 9995/AM)
Aloysio Lopes Santos (OAB 10147/AM)
Anderson Correa Pereira (OAB 10048/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Felipe de Oliveira Cavalcante (OAB 11381/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Carolina dos Santos Viana (OAB 8361/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Daniel David Barroso Picanço (OAB 13039/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Eder Machado Araujo (OAB 14085/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elanil Vanda Miranda dos Santos (OAB 6652/AM)
Enaldo Almeida Correa (OAB 7696/AM)
Fabian Assis Benoliel da Silva (OAB 7284/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)

Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8786/AM)
Gessica Santos Rodrigues (OAB 11318/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Horácio Perdiz Pinheiro Neto (OAB 157407/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ítalo Nascimento Nishiyama (OAB 8996/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Leonardo Anastacio Mascarenhas (OAB 27975/BA)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Liozete da Silva Santos (OAB 12955/AM)
Luciano de Almeida Souza Coelho (OAB 9919/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Lima Diniz (OAB 13747/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
RANIER ALESSANDRO DE AQUINO SALES (OAB 11671/AM)
renata malcon marques (OAB 24805/BA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Saskia Silva Ferraz (OAB 12158/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Júnior (OAB 13241/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Tatiana Vidal Carepa da Silva (OAB 14824/AM)
Thais Ferreira (OAB 13389/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Viviane Teixeira de Oliveira (OAB 13048/AM)
Wagner Freitas de Jesus (OAB 11850/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO SOARES DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CÍNTIA MARIA STONE DE MESQUITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0098/2019

ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM), ADV: AMANDA ALBUQUERQUE AGUILAR (OAB 13657/AM) - Processo 0200079-95.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Rhayza Jessica de Lima Caldas - EXECUTADO: Supor. TI - Tecnologia e Segurança (Proprietário: Ricardo Campos Assayag) - Ante o exposto, não conheço dos Embargos à Execução interpostos pelo executado. Prossiga-se com a execução em seus ulteriores termos. P.R.I.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0200503-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, condeno o banco réu ao pagamento da reparação moral, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), conforme a fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data. Julgo procedente o pedido de devolução de valores, pelo que ratifico a liminar de f. 15 e determino ao réu que devolva os outros 50% do valor retido, em 05 dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Ratifico a liminar antes deferida. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0200534-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo procedente os embargos interpostos, para reconhecer a existência de contradição quanto ao valor a ser adotado para retificação das faturas de fevereiro a abril de 2019, O qual defino como sendo de R$ 20,11 (vinte reais e onze centavos). Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.C. Manaus, 24 de setembro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM) - Processo 0200543-85.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Murano Veículos Ltda. - Dispositivo Ante o exposto, julgo procedente os embargos interpostos, para reconhecer a existência de contradição quanto a preliminar arguida, devendo constar na sentença de f.(62-65), que: Preliminar Falta de interesse de agir Aduz o réu que o autor não demonstrou ter o devido interesse de agir, pois em nenhum momento procurou resolver o problema administrativamente, porém o pedido não irá prosperar, haja vista não haver a obrigatoriedade de esgotamento da via administrativa para adentrar na via judicial, conforme estabelecido no artigo 5º, XXXIV, XXXV da CRFB.": Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.C. Manaus, 24 de setembro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM) - Processo 0201597-57.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jessica Nogueira de Lima - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Tendo em vista o pagamento de f. 242, determino os desbloqueio das contas da parte ré, e a expedição de alvará em favor da autora. Intimem-se. Cumpra-se. Arquivem-se.

ADV: FERNANDO HACKMANN RODRIGUES (OAB 18660/RS), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 13043A/MS), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0202108-55.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO:

Sabemi Seguradora S/A - Banco Bradesco S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 3.809,94 (três mil, oitocentos e nove reais e noventa e quatro centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 1183A/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0600395-09.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Sky Serviços de Banda Larga Ltda - Vieram-me os autos conclusos. Verifico que o réu juntou um comprovante de pagamento voluntário, às f. 290/292, porém menor que o remanescente devido. Determino que seja expedido alvará eletrônico em favor do autor, do valor bloqueado às f. 293/296. Intime-se o executado para indicar seus dados bancários, a fim de lhe ser devolvido o pagamento de f. 291/292. Cumprida tal diligência, e tendo em vista a satisfação integral do débito exequendo, decreto a extinção do processo ex vi dos art. 924, II e 925, do CPC vigente. Após alvará em favor do réu, arquivem-se os autos.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0601586-26.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Warderlene Atayde de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Dispositivo Ante o exposto, condeno o réu ao pagamento de R$ 2.000,00 (Dois mil reais) a título de reparação moral, com fulcro nos artigos 186, 927 do CCB e 14, caput, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da presente data. Declaro inválido o contrato de que se cuida. Condeno o requerido à devolução do valor de R$ 460,91 Quatrocentos e sessenta reais e noventa e um centavos) a título de indenização material, nos termos da fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Condeno o requerido na obrigação de cessar os descontos no contracheque da autora, matrícula nº 126.624-1 B, sob pena de multa de R$-300 por desconto feito, especificando que tais lançamentos estão sob as rubricas “BMG CARTÃO” e “BMG CARTAO 10” e referentes ao instrumento questionado, bem assim que a incidência de multa não obsta a restituição dobrada do valor indevidamente descontado. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I. Manaus, 30 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: CLEMILTON LÚCIO BRAÑA (OAB 10906/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: DAVI DE SOUZA LACERDA (OAB 14318/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0601788-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Manoel Maia Marques Martins - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 24 de setembro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0602121-86.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Vieram-me os autos conclusos. Comprovado o pagamento voluntário do réu Banco Bradesco S/A, autorizo a elaboração do respectivo alvará judicial do valor de R$ 1.117,19, com sua devida correção, conforme determinado às f. 284. Intime-se o Banco Bradesco S/A para indicar dados bancários, a fim de lhe ser devolvido o valor remanescente do pagamento de f. 292/294. Cumprida tal diligência, e tendo em vista a satisfação integral do débito exequendo, decreto a extinção do processo ex vi dos art. 924, II e 925, do CPC vigente. Após a elaboração do alvará em favor do executado, arquivem-se os autos.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 8576/AM) - Processo 0602228-62.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Edmilson Gomes de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do exposto, outra não pode ser a conclusão senão a de que inexiste no decisum qualquer omissão a ser reconhecida, mas tão somente a irresignação do embargante que circunscreve ao mérito da ação. Vale lembrar, mais uma vez, que a razão teleológica do recurso de embargos de declaração é esclarecer a sentença ou acórdão, complementando-os quanto a eventuais pontos omissos, contraditórios ou obscuros. Dessa forma, em que pese os argumentos trazidos pela Embargante, entendo que, verdadeiramente, não há contradição/omissão a ser sanada pela via escolhida, haja vista que os fundamentos verberados foram precisos e objetivos. Com essas considerações, julgo improcedentes os embargos de declaração interpostos, por não admitir configurados quaisquer dos vícios previstos no 48 da Lei 9.099/95. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. Manaus, 27 de setembro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602587-12.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isto, DEIXO DE RECEBER O RECURSO, eis que deserto, nos termos do art. 54 § único da Lei 9.099/95 c/c art. 3º, § 1º do provimento 256 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, considerando não haver clara demonstração que a guia constante à f. 396 de fato fora recolhida em proveito do recurso inominado interposto neste processo. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença lançada nos autos. À secretaria para a providências cabíveis.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0602589-50.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Leticia Rodrigues e Rodrigues - EXECUTADO: BradesCard S/A - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE os embargos interpostos, ao passo que, restou comprovado nos autos ter sido adimplida a obrigação imposta ao executado, portanto, indevida a multa pleiteada pela exequente. Dito isto, CHAMO À ORDEM O PROCESSO e TORNO SEM EFEITO a decisão de f. 157. Expeça-se alvará em favor da executada, devolvendo-lhe o valor depositado como garantia do juízo. Sem custas e honorários salvo recurso. P.R.I.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0602706-70.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Abgail Regê Maia - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Examina-se pedido de expedição de Alvará de f. retro. Verifico que o réu juntou comprovante de pagamento voluntário às f. 124, no entanto, o pagamento foi realizado em quantia menor do que determina a decisão de f. 121. Diante de tal circunstância, autorizo a elaboração

do alvará judicial do valor pago em favor da parte autora. Expirado o prazo para pagamento voluntário do valor remanescente, atualize-se o débito, incluindo a multa de 10% e prossiga-se a execução com a penhora via Bacenjud. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PATRESE ANUNCIAÇÃO PRADO (OAB 9571/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM) - Processo 0602857-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Core Comércio de Materiais de Construção Ltda. - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a Sentença combatida. De outra via, haja vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, condeno a embargante em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do §2o., do art. 1.026, do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 24 de setembro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0603740-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sebastião Gomes Pedroza Filho - REQUERIDO: Braga Veículos Ltda. - Dispositivo Ante o exposto, julgo procedente os embargos interpostos, para reconhecer a existência de julgamento extrapetita, devendo ser excluído do dispositivo a obrigação imposta ao embargante, quanto a retirada dos pontos registrados em nome do embargado por multas junto ao DETRAN/AM a partir do ano de 2016. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.C. Manaus, 27 de setembro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0603747-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido da patrona da parte requerente, de prazo para juntada de substabelecimento, o qual estipulo em 05 dias. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603819-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Marcia Maria Pereira Nunes - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 30 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0604036-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Raimundo de Matos Medeiros - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Decido. Conheço dos embargos e acolho-os, visto que, realmente, verifica-se a omissão apontada pelo Embargante, uma vez que não houve pronunciamento na sentença prolatada, quanto a liminar concedida às f.47-48. Com efeito, a fim de suprir tal equívoco, acolho os embargos declaratórios para constar na sentença de f. 181-183 que: “Revogo a liminar anteriormente deferida” . Assim, dou provimento aos embargos de declaração. P.R.I. Manaus, 27 de setembro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0604169-18.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Trata-se do pedido de alvará e pagamento dos honorários de sucumbência, determinado pelo acórdão de f. 306/307. Tendo em vista que o acórdão de f. 306/307, negou provimento ao recurso de f. 273/287, e condenou o réu ao pagamento de honorários advocatícios no valor de 20%; desta forma, intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário dos honorários de sucumbência no valor de R$ 11.196,90 (onze mil, cento e noventa e seis reais e noventa centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Expeça-se alvará em favor da autora. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JOSE CAMPELLO TORRES NETO (OAB 122539/RJ), ADV: RICARDO PNTES VIVACQUA (OAB 88754/RJ), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0604181-61.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Kelen Freitas de Melo - REQUERIDO: Ds Card Administradora de Cartões de Crédito - Dispositivo Ante o exposto, julgo procedente os embargos interpostos, para reconhecer a existência de erro material quanto ao valor a ser adotado na reparação moral, o qual defino como sendo de R$ R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.C. Manaus, 27 de setembro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: PRISCILLA LINS SANTIAGO (OAB 12354/AM) - Processo 0604261-93.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Antonio Valente Coutinho - EXECUTADO: Allure Hair - Distribuidora de Cosmeticos e Centro de Beleza (M G M de Freitas Eireli) - Maria Gorete Maia de Freitas - Assim, por tudo que se apresenta, não conheço dos Embargos à Execução interpostos, mas achei por bem tecer estas breves considerações, até para coarctar os argumentos da executada. Prossiga-se com a execução em seus ulteriores termos. P.R.I.

ADV: SHEKYING RAMOS LING (OAB 47349/PR), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: PATRICIA MASSA DA SILVA (OAB 82292/PR) - Processo 0604343-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Mayara Thayna Costa Silva - REQUERIDO: Uninter Educacional S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 27 de setembro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0604385-42.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Allegro - REQUERIDA: Silvia Silva Nunes Mattos - Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Ante

o exposto, condeno a requerida Silvia Silva Nunes Mattos ao pagamento de R$ 7.991,05 (Sete mil, novecentos e noventa e um reais e cinco centavos) referente às taxas condominiais, com fulcro nos art. 186 e 927 do CCB. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Declaro excluída a ré Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários do polo passivo da presente, consoante a fundamentação. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. P.R.I.

ADV: ANA CLEIA DE LIMA MACHADO (OAB 12249/AM) - Processo 0605016-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Walison da Silva - DISPOSITIVO Pelo exposto, condeno o réu ao pagamento do valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais) a título de reparação moral. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data. Condeno o requerido ao pagamento de R$ 1.000,00 (Hum mil reais) a título de compensação material, consoante fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I. Manaus, 26 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 373659/SP) - Processo 0605141-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ricardo Costa Araujo - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo procedente os embargos interpostos, para reconhecer a existência de contradição quanto ao valor a ser adotado na condenação por danos materiais, o qual defino como sendo de R$ R$ 1.555,63 (Hum mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e três centavos). Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.C. Manaus, 27 de setembro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0605146-39.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maila da Silva Franco - Dispositivo Ante o exposto, condeno a reclamada ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de reparação moral, com fulcro nos artigos 186, 927 do CCB e 14, caput, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data. Julgo parcialmente procedente o pedido de indenização material, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 230,00 (duzentos e trinta reais), conforme a fundamentação e incidência de juros e atualização monetária a contar da citação Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. P.R.I Manaus, 29 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM) - Processo 0605336-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mara Gizelly Bastos - Dispositivo Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a reclamada ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, consoante a fundamentação transata. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data. Declaro inexistente os contratos (1511824984/1515856420) assim como inexigível o débito ensejo da presente ação. Ratifico a liminar anteriormente deferida. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I. Manaus, 28 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: JULIANA TRINDADE DA SILVA (OAB 13687/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM) - Processo 0605408-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Wellington Silva de Vasconcelos - Dispositivo Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a reclamada ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de reparação moral, consoante a fundamentação transata. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data. Declaro inexistente os contratos (1516714443/ 1516800359/ 1516859786) assim como inexigível qualquer débito, oriundo destes. Ratifico a liminar anteriormente deferida. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I. Manaus, 02 de setembro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM) - Processo 0606084-39.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Leonidas Alves da Silva Junior - Examina-se pedido de expedição de alvará eletrônico, formulado pela parte exequente (f. 382). Tendo em vista a existência de alvará às f. 379/381, indefiro o sobredito pleito, visto que a parte pode imprimir o mesmo e receber os valores devidos junto a Caixa Econômica Federal. Intime-se. Arquivem-se.

ADV: KATHLEEN SENNA DA SILVA (OAB 3323/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM) - Processo 0606318-21.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Raphael Batista de Oliveira - Raphaela Batista de Oliveira - REQUERIDO: Rondônia Transportes Ltda - Dispositivo Julgo parcialmente procedente a demanda, para condenar a ré ao pagamento de R$ 13.783,00 (treze mil setecentos e oitenta e três reais) a título de reparação dos danos materiais, consoante a fundamentação. Juros de 1% e correção monetária a contar do evento danoso. Improcedente o pedido de indenização moral. Sem custas e honorários, salvo recurso. P. R.I.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607551-82.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sandro Seabra Duarte - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do exposto, outra não pode ser a conclusão senão a de que inexiste no decisum qualquer omissão a ser reconhecida, mas tão somente a irresignação do embargante que circunscreve ao mérito da ação. Vale lembrar, mais uma vez, que a razão teleológica do recurso de embargos de declaração é esclarecer a sentença ou acórdão, complementando-os quanto a eventuais pontos omissos, contraditórios ou obscuros. Dessa forma, em que pese os argumentos trazidos pela Embargante, entendo que, verdadeiramente, não há contradição/omissão a ser sanada pela via escolhida, haja vista que os fundamentos verberados foram precisos e objetivos. Com essas considerações, julgo improcedentes os embargos de declaração interpostos, por não admitir configurados quaisquer dos vícios previstos no 48 da Lei 9.099/95. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção do recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2º., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. Manaus, 27 de setembro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0607826-31.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marklester Márcio Gouvea Gomes - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos de devolução do indébito e indenização por danos morais e reparação moral, consoante fundamentação. Declaro cancelado o seguro em questão. Determino que o Banco Requerido cesse as cobranças intituladas “Seguro Cartão Prot” lançadas nas faturas do cartão do requerente nº 5447.XXXX.XXXX.9119, sob pena de multa de R$ 200,00 por cobrança indevida, sem prejuízo da devolução em dobro por cada desconto indevido. P.R.I. Manaus, 28 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0608716-67.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose James Lima de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Examina-se pedido de expedição de alvará, bem como a intimação do pagamento do valor remanescente formulado pelo requerente. Passo a decidir. Em detida análise dos autos, verifico que não houve equívoco quanto ao pagamento efetuado pela requerida,

uma vez que o valor pago atende aos danos morais e aos danos materiais expostos na fundamentação da sentença às f. 129 e 130. Diante do exposto, torno sem efeito o despacho de f. 144, e defiro parcialmente o pleito de f. retro, autorizando a elaboração do alvará do valor pago às f. 143. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JAQUELINE OLIVEIRA DE PAULA (OAB 9269/AM) - Processo 0610016-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Ronimar Pinheiro de Oliveira - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia da carteira de identidade, cpf e declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência constante dos autos e cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água,luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSE LUIZ LEITE (OAB 622AMG) - Processo 0610064-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Bem Viver Total Ville - Condomínio Paraíso - De ordem, fica designado o dia 27/01/2020 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: JOSE LUIZ LEITE (OAB 622AMG) - Processo 0610075-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Bem Viver Total Ville - Condomínio Paraíso - De ordem, fica designado o dia 27/01/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: JOSE LUIZ LEITE (OAB 622AMG) - Processo 0610082-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Bem Viver Total Ville - Condomínio Paraíso - De ordem, fica designado o dia 27/01/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM) - Processo 0610137-58.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Angela Maria Ramos Ferreira - De ordem, fica designado o dia 04/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: JACQUELINE CRUZ CARRIÇO (OAB 8952/AM), ADV: RENATA BARROSO VIEIRA (OAB 11230/AM) - Processo 0610227-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Carlos Giovane Barroso Sarmento - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Amanda Albuquerque Aguilar (OAB 13657/AM)
Ana Cleia de Lima Machado (OAB 12249/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Clemilton Lúcio Braña (OAB 10906/AM)
Davi de Souza Lacerda (OAB 14318/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB 1183A/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fernando Hackmann Rodrigues (OAB 18660/RS)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabela Peres Russo (OAB 3198/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jacqueline Cruz Carriço (OAB 8952/AM)
Jaqueline Oliveira de Paula (OAB 9269/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
JOSE CAMPELLO TORRES NETO (OAB 122539/RJ)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
Jose Luiz Leite (OAB 622AMG)
Juliana Trindade da Silva (OAB 13687/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kathleen Senna da Silva (OAB 3323/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 13043A/MS)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrese Anunciação Prado (OAB 9571/AM)
Patricia Massa da Silva (OAB 82292/PR)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Priscilla Lins Santiago (OAB 12354/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Renata Barroso Vieira (OAB 11230/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Pntes Vivacqua (OAB 88754/RJ)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Sálvia de Souza Haddad (OAB 3529/AM)
Shekying Ramos Ling (OAB 47349/PR)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Thiago Campos de Oliveira (OAB 8576/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 373659/SP)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0253/2019

ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: ANDREA ELDA REIS MENDONÇA (OAB 582A/AM), ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM) - Processo 0200658-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: IVANA DE SOUZA BARROS - JAIRO CESAR FRANCA BARROS - REQUERIDO: N. V. Construtora e Incorporação Ltda. - Stokcasa - De ordem, fica designado o dia 15/07/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0202077-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses argumentos, REJEITO A PRELIMINAR e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) RATIFICO a tutela antecipada concedida às fls. 20/21; 2) DECLARO INEXIGÍVEL o débito discriminado na inicial, referente ao mês de junho de 2019, com vencimento em 18/7/2019, no valor de R$ 2.028,90; 3) DETERMINO o refaturamento da cobrança mencionada pela taxa mínima de consumo, cujo resultado deverá ser cobrado em fatura autônoma, com nova data de vencimento, respeitados os termos estipulados no contrato de prestação de serviços entabulado entre as partes; e 4) CONDENO a ré ao pagamento de R$ 4.000,00, a título de danos morais, com juros desde a citação e correção monetária desde hoje. Improcedente o pedido contraposto. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 1304A/AM), ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0602384-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Samuel Michiles Maciel - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: PAULO CEZAR KRICHANÃ DA SILVA (OAB 8494/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MARCUS DA SILVA E SILVA (OAB 8533/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0605329-23.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Corretagem - REQUERENTE: JOSE ROBERTO RODRIGUES JUNIOR e outro - REQUERIDO: ESEPO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: SUANY MENDES FONSECA ROCHA (OAB 12710/AM) - Processo 0606462-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tacinara de Oliveira da Silva - De ordem, ante a falta de tempo hábil para citação do Requerido, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, 01/10/2019 às 10:15h e, ato contínuo, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos, sob pena de indeferimento da inicial por falta de um dos requisitos da constituição válida do processo. Manaus, 27 de setembro de 2019.

ADV: ONETÍCIO BATISTA DOS SANTOS NETO (OAB 10986/AM) - Processo 0606928-55.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Onetício Batista dos Santos Neto - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: ADONAY PAES BARRETO DE OLIVEIRA (OAB 6202/AM) - Processo 0608671-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: Tamela Luciana Rodrigues de Oliveira - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 186/187, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0610107-23.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Nézia Lucas - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 11/11/2019 às 10:20h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu.

ADV: JONES KARRER DE CASTRO MONTEIRO (OAB 2104/AM) - Processo 0611801-98.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Keley Karrer Monteiro Aragão - INTSSADO: Visa do Brasil Empreendimentos Ltda (VISA) - Cielo S/A e outro - Defiro o pedido de fl. 105, devendo ser comunicadas todas as instituições financeiras que possuam convênio com este tribunal para intimação via portal, com a informação do CPF do executado para melhor efetividade da diligência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0611966-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: A.O.A. - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0615212-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Petronio Nunes Ferreira - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor). Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: GRACE ANNY FONSECA BENAYON ZAMPERLINI (OAB 2508/AM) - Processo 0616063-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jeronice Souza Rodrigues - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor). Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de

Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0616361-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Siena Ferreira Soares - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: MICHELLY BARROSO DA ROCHA (OAB 13109/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARCIA ANDREA COELHO GOMES (OAB 12007/AM) - Processo 0616921-88.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Dalva de Albuquerque - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intime-se a parte devedora para no prazo de 15 (quinze) dias cumprir voluntariamente o julgado. Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: RAQUEL TINÔCO NÉIA (OAB 10222/AM) - Processo 0617347-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silvia Aparecida da Silva - De ordem, ante a falta de tempo hábil para citação do Requerido, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, 18/10/2019 às 11:30h e, ato contínuo, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos, sob pena de indeferimento da inicial por falta de um dos requisitos da constituição válida do processo. Manaus, 27 de setembro de 2019.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0618393-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, considerando o pedido de cumprimento de sentença, intime o Devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0618641-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem, considerando o pedido de cumprimento de sentença, intime o Devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação.

ADV: ANDERSON CORREA PEREIRA (OAB 10048/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0620845-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Azauri Dias Miranda - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 09:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM), ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0621765-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marlúcia Guimarães Almeida - REQUERIDO: Jorge Cabral dos Anjos Neto - Bradesco Saúde S/A - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ADRESSE NUANCE OLIVEIRA DE ARAÚJO (OAB 9158/AM) - Processo 0623070-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Nazaré da Silva Araújo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc..., Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 72, que indeferiu o pedido de tutela. Contudo, indefiro o mesmo por não vislumbrar qualquer fundamento para reconsiderar o decisum, resistido por seus próprios fundamentos. Com efeito, o pedido de tutela provisória formulado pelo requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 73, que a inscrição negativa impugnada, e realizada pelo Réu, data de agosto do ano de 2018, portanto, há mais de um ano, o que mostra que a autora já sente os efeitos da negativação há um bom tempo, tendo somente ajuizado a demanda recentemente. Além disso, os descontos tiveram início em 2015, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Mantenha-se a data aprazada para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Intimem-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0623745-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Poliana Souza Dill - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM) - Processo 0623911-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antonia Jane Mendes de Castro - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para 19/11/2019 às 09:00h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: KAMILA MAIA BOTELHO TELLES (OAB 8957/AM) - Processo 0625414-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Elizabete Melo da Silva - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR a ré que exclua os dados pessoais da autora nos bancos de dados restritivos de crédito e se abstenha de interromper o fornecimento de energia à residência da requerente relativo ao débito debatido no processo e nos limites do pedido de fl. 18, item 6, no prazo improrrogável de 3 dias, sob pena de pagamento de multa diária de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 dias de incidência, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo a ré a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 22/11/2019, às 10h30, na sede desse Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELTON HENRIQUE CUNHA LIMA (OAB 27168/PA) - Processo 0625544-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Wellington da Cruz Terra - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 13/11/2019, às 8h, na sede desse Juízo. Cite-se o Réu. Intimem-se.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0626228-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0626271-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Valmir Fernandes Guimaraes - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SANDRA JOELMA P. PAIVA VAZ (OAB 8831/AM), ADV: SARAH CORREIA OLIVEIRA (OAB 8781/AM) - Processo 0626389-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMÍNIO 4 VILLA JARDIM TORQUATO CONDOMÍNIO LIRIO - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO INFOJUD, requerendo o que for de direito.

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0626457-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Helaiton Josias de Azevedo Borba - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM) - Processo 0626660-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Victor Ferreira Farias - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0626690-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - RECLAMANTE: Marta Maria Conceição Santos - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 25/11/2019 às 08:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (OAB 9362/AM) - Processo 0626826-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Cidalina Vieira Neves - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 21/11/2019 às 11:15h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0627278-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Martiel Mathieu Jean Me - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 301 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar que se expeça ofício informando da Decisão Judicial ao 5º Oficio de Registro de imóveis e Protesto de Letras para que este, em 5 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, suspenda os efeitos jurídicos do protesto efetivado em nome do requerente, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Não inverto o ônus da prova, por não vislumbrar, prima facie oculi, relação de consumo vinculando as partes. Designo data para audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 25/11/2019, às 9h45, na sede desse Juízo. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de setembro de 2019.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0627297-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Edenir Cavalcante Pereira - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 21/11/2019 às 11:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0627316-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Judith Braga Gomes - No caso concreto, a Autora apresenta comprovante de pagamento que seria referente ao boleto de fls. 21, bem como a continuidade da cobrança do débito impugnado na lide. Os elementos de convicção que aparelharam a petição inicial evidenciam suficiente probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado ao autor a sustação dos efeitos deletérios da anotação restritiva de crédito, dada a sua importância no cotidiano da sociedade moderna. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3°, do NCPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de incluir os dados pessoais do autor dos bancos de dados do SERASA e SPC, decorrente do débito discutido nos autos, sob pena de pagamento de multa de R$ 500,00, pela inclusão, mais multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais) por dia em que a anotação permanecer ativa, limitada a 30 dias de incidência, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 25/11/2019 às 11:00h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0627335-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE:

Dasônia Maria Pereira Lopes - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 21/11/2019 às 08:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM) - Processo 0627344-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raine Gomes dos Santos - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 21/11/2019 às 08:15h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0627373-60.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Marly Gomes Capote - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0627383-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Evandro de Oliveira Lima - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 22/11/2019, às 8h15, na sede desse Juízo. Cite-se o Réu. Intimem-se.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0627389-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Maria das Gracas Silva de Medeiros - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0627391-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria das Gracas Silva de Medeiros - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM) - Processo 0627430-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gustavo de Araújo Carvalho - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0627434-18.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Fernando Moschini - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIVAN PEREIRA DE MATTOS (OAB 10066/AM) - Processo 0627440-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Alleson Frank Varela Taveira - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0627487-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sydney Fernandes de Barros - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR a ré que se abstenha de incluir os dados pessoais da parte autora nos bancos de dados restritivos de crédito e de interromper o fornecimento de água à residência do requerente relativo ao débito discutido no processo, no prazo improrrogável de 3 dias, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada a 30 dias de incidência, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo a ré a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 14/11/2019, às 8h, na sede desse Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0627541-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Matheus Macambira de Carvalho - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0627561-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marilene Martins Thomas - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LAÍS MONIQUE DA SILVA SANTOS (OAB 10340/AM) - Processo 0627658-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Luziene Pinheiro Passos - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR a ré que se abstenha de incluir os dados pessoais da autora nos bancos de dados restritivos de crédito ou exclua-os, se já os tenha inserido, e não interrompa o fornecimento de energia à residência da requerente em relação ao débito em questionamento, no prazo improrrogável de 72h (setenta e duas horas), sob pena de pagamento de multa diária de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 dias de incidência, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo a ré a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 22/11/219, às 11h15, na sede desse Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANNE LISE PERIN (OAB 7447/AM) - Processo 0627693-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Daniel Tavares Ribeiro - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que PROCEDA Á INSTALAÇÃO da ligação e fornecimento de água encanada à unidade consumidora do Autor, em até 48 horas a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$

300,00 (trezentos reais), limitada a 30 dias, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 26/11/2019 às 08:15h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0627809-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rodrigo Arguelles da Silva - No caso concreto, o Autor demonstra a existência de pedido de trancamento de matrícula, perante a Ré, e ameaça deflagração de processo, para cobrança de dívida não explicitada. Os elementos de convicção que aparelharam a petição inicial evidenciam suficiente probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado ao autor a sustação dos efeitos deletérios da anotação restritiva de crédito, dada a sua importância no cotidiano da sociedade moderna. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3°, do NCPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR aos réus que se abstenham de incluir os dados pessoais do autor dos bancos de dados do SERASA e SPC, decorrente do débito discutido nos autos, sob pena de pagamento de multa de R$ 500,00, pela inclusão, mais multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais) por dia em que a anotação permanecer ativa, limitada a 30 dias de incidência, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência conciliação, instrução e julgamento, para o dia 26.11.2019 - terça-feira, às 08:30h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA ELIANA DA SILVA HOROHIAQUE (OAB 9095/AM) - Processo -

ADV: MARIA DE FÁTIMA JEZINI MESQUITA (OAB 8378/AM) - Processo 0628157-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Manoel Ciriaco Neto - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de suspender o fornecimento de energia ao imóvel do autor, com base nos débitos impugnados nos autos, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais), limitada a 30 dias de incidência, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para 28/11/2019 às 11:30h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS GOMES ROCHA DE FREITAS (OAB 10030/AM) - Processo 0628248-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: João Costa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: JESSICA MACIEL PASSOS (OAB 13808/AM) - Processo 0628298-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Gomes Passos - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: JANDER RUBENS PASSOS RIBEIRO (OAB 13384/AM) - Processo 0628398-11.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisca de Lourdes Vieira da Silva - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa.

ADV: PATRÍCIA LIMA TEIXEIRA (OAB 8482/AM) - Processo 0628446-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Leonidas Almeida Junior - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

Adonay Paes Barreto de Oliveira (OAB 6202/AM)
Adresse Nuance Oliveira de Araújo (OAB 9158/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Anderson Correa Pereira (OAB 10048/AM)
Andrea Elda Reis Mendonça (OAB 582A/AM)
Anne Lise Perin (OAB 7447/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Eduardo da Silva Santos (OAB 9362/AM)
Carlos Gomes Rocha de Freitas (OAB 10030/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elton Henrique Cunha Lima (OAB 27168/PA)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Grace Anny Fonseca Benayon Zamperlini (OAB 2508/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jander Rubens Passos Ribeiro (OAB 13384/AM)
Janeyla Santos Suijkerbuijk (OAB 5874/AM)
Jessica Maciel Passos (OAB 13808/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
jones karrer de castro monteiro (OAB 2104/AM)
Kamila Maia Botelho Telles (OAB 8957/AM)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)

Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laís Monique da Silva Santos (OAB 10340/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB 5356/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcia Andrea Coelho Gomes (OAB 12007/AM)
MARCUS DA SILVA E SILVA (OAB 8533/AM)
Maria de Fátima Jezini Mesquita (OAB 8378/AM)
Maria Eliana da Silva Horohiaque (OAB 9095/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Marivan Pereira de Mattos (OAB 10066/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michelly Barroso da Rocha (OAB 13109/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 1304A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Onetício Batista dos Santos Neto (OAB 10986/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Patrícia Lima Teixeira (OAB 8482/AM)
Paulo Cezar Krichanã da Silva (OAB 8494/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
Raquel Tinôco Néia (OAB 10222/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Sandra Joelma P. PAiva Vaz (OAB 8831/AM)
Sarah Correia Oliveira (OAB 8781/AM)
Suany Mendes Fonseca Rocha (OAB 12710/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0182/2019

ADV: LUIZ AUGUSTO DE SOUZA ANDRADE (OAB 10174/AM) - Processo 0200327-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel - REQUERIDO: Gregory Jesus Hernandez Salazar - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 276,74 (Duzentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos), incidindo correção monetária e juros a partir da citação. Julgo improcedente o pedido contraposto e os demais pedidos. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e devidamente recolhida as despesas previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: NATHALIA GONÇALVES DE MACEDO CARVALHO (OAB 287894/SP) - Processo 0201210-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERIDO: Cooperativa Mista Jockey Club de São Paulo (Jockey Club Consórcio) - Posto isso, julgo improcedente os pedidos formulados. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.C. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0201286-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A e outros - Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar as partes rés, Nauylians Sadao Inouye e Roselene Carvalho Dantas Inouye, solidariamente, a título de restituição por danos materiais, a pagarem o valor de R$ 5.826,76 (cinco mil, oitocentos e vinte e seis reais e setenta e seis centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Julgo IMPROCEDENTE os pedidos para a parte ré Banco Bradesco. Sem custas e honorários,ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e devidamente recolhidas as despesas legais previstas no artigo 54, parágrafo único da Lei n. 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0202257-20.2019.8.04.0015 (processo principal 0608700-53.2018.8.04.0015) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Vivendas do Rio Negro Praças - Cuida-se de pedido de desconsideração de personalidade jurídica das empresas Baceiro Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda, onde verifico que consta comos sócio das executadas as empresas Rossi Residencial S.A, inscrita no CNPJ: 61.065.751/0001-80, América Properties Ltda, inscrita no CNPJ: 61.726.741/0001-49, Capital Rossi Empreendimentos S.A, inscrita no CNPJ: 10.238.315/0001-25 e Construtora Capital S.A, inscrita no CNPJ: 04.307.088/0001-40, conforme contratos sociais de fls. 127/152, portanto, deve o presente incidente prosseguir em relação aos referidos sócios. Dessa maneira, à Secretaria para cadastramento dos sócios/empresas acima indicados, fazendo as consultas ao sistema INFOJUD para localização do endereço dos mesmos, caso necessário. Após, proceda-se a citação dos referidos sócios/empresas, para querendo, se manifestarem ou requererem as provas cabíveis, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante dispõe o art. 135 do CPC. Por fim, determino a suspensão dos autos principal n. , nos termos do art. 134, §3º do CPC, até ulterior deliberação quanto ao presente incidente. Transcorrido o prazo, voltem-me conclusos.

ADV: MANUEL LUIS DA ROCHA NETO (OAB 7479/CE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: AMANDA ARRAES DE ALENCAR ARARIPE NUNES (OAB 32111/CE), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0203003-19.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Marcilene de Lima Machado Monteiro - EXECUTADO: Servis Eletronica Defense - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 136/137, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei 9.099/95 c/c art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Em caso de descumprimento, ficam autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: JOSÉ ROBERTO LOPES CAÚLA (OAB 8151/AM) - Processo 0205672-79.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: WARDSON DE ARAÚJO MELO - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do valor da condenação (R$ 5.342,94), nos termos do art. 523 do CPC, sob pena incidência da multa de 10% (dez por cento) a ser acrescida ao débito, bem como o prosseguimento da execução via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD

ADV: MÁRCIA REGINA NAUE (OAB 10287/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: ANTÔNIO MIGLIORE FILHO (OAB 314197/SP), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0601088-98.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Qualita Consultoria Empresarial Ltda - REQUERIDO: Stephen Rafael Sacha Bryan Fi - Ante a certidão de fl. 97, considerando a existência de ativos em nome do sócio da parte executada passíveis de penhora, proceda-se primeiro a consulta ao sistema BACENJUD. Sendo frustrada, proceda-se com a consulta ao sistema ANOREG, indicando detalhadamente os imóveis pertencentes a parte executada e seu sócio. Após, faça os autos conclusos.

ADV: WELLINGTON MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 9317/AM) - Processo 0601151-55.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lucio Roberto Barros Landim - Da análise aos autos, verifico que a parte exequente apresentou incidente de desconsideração da personalidade jurídica da executada, contudo, constato ser a executada empresa individual, razão pela qual determino a penhora via BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, nessa ordem, no CPF do empresário individual, considerando a confusão patrimonial existente. Dito isso, dê-se baixa ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica, autos n. 0202042-44.2019.8.04.0015, uma vez que a execução requerida prosseguirá no processo principal. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB 3900/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0601202-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Aline Castro Batista - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos da parte autora. Revogo a tutela de fl. 20. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: SAMUEL CAVALCANTE DA SILVA (OAB 3260/AM), ADV: ANA LUIZA BORGES COELHO CARDOSO (OAB 13317/AM) - Processo 0601678-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Y.S.O. - REQUERIDO: G.P.F. - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$20.000,00 (vinte mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0602013-26.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Irene Celeste Barroso Pinto - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, declaro inexistente a multa no valor de R$ 3.166,42 (três mil, cento e sessenta e seis reais e quarenta e dois centavos), constante na fatura referente ao mês de Janeiro/2019, com vencimento em 07/02/2019, pertinente a matrícula n. 408492-6, indicada na fatura de fl. 18. Retifico a fatura de matrícula n. 408492-6, referente ao mês de Janeiro/2019, fl. 18, para o valor de R$ 65,48 (sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) Julgo improcedente os pedidos de danos moral e material. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se.

ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0602018-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wilton dos Santos Natividade - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Posto isso, DECLARO INEXISTENTE a multa e a fatura no valor total de R$541,98(quinhentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos), em nome da parte autora, indicada à fl. 59, objeto da presente demanda. Julgo improcedente o pedido de dano moral. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0602252-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do valor da condenação (R$ 5.048,17), nos termos do art. 523 do CPC, sob pena incidência da multa de 10% (dez por cento) a ser acrescida ao débito, bem como o prosseguimento da execução via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RICARDO CARVALHO PAIXÃO (OAB 3742/AM) - Processo 0603245-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo Carvalho Paixão - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de dano moral, a pagar o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo improcedente os demais pedidos. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603483-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Sebastião Soares de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de dano moral a pagar o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 710,08 (setecentos e dez reais e oito centavos) , incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: SARA RAFAELLA JORGE ARAÚJO (OAB 11776/AM) - Processo 0603738-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Raimundo Andrade da Silva - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$10.000,00 (dez mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Ratifico em definitivo a Tutela deferida à fl. 23. Declaro inexistente o débito no valor de R$ 141,57 (cento e quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos) referente ao contrato nº 00050960228224229 no CPF da parte autora. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM) - Processo 0603907-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Nair da Costa Castro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro inexistente os débitos apontados às fl. 14, nos valores de R$3.337,97 e R$ 5.761,08, referente a unidade consumidora n. 0194271-9. Julgo os demais pedidos improcedentes. Ratifico a tutela de fl.17. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ALESSANDRA MARA FIM OLIVEIRA (OAB 1370/RR), ADV: CAROLINE LEONELLO (OAB 321373/SP), ADV: LUCAS AYRES DE CAMARGO COLFERAI (OAB 333828/SP) - Processo 0604929-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Franciney Nascimento Oliveira - REQUERIDO: Getninjas Serviços de Internet - Posto isso, julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 358,08 (trezentos e cinquenta e oito reais e oito centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro cancelado o serviço de assinatura referente objeto da presente lide. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 177690/RJ), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM), ADV: DAYANA MÁRCIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA (OAB 10892/AM), ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 222219/SP) - Processo 0605112-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria de Fátima Amaral Rios - REQUERIDO: Motorola do Brasil S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos formulado pela parte autora em face da parte ré. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0606264-92.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: RENATA COSTA DOS SANTOS - Ante a informação constante do AR de fl. 74, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar o endereço correto do sócio da parte ré, sob pena de extinção da execução.

ADV: FABÍOLA MONTEIRO DE LIMA (OAB 5911/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM) - Processo 0606902-28.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: MARIA SILVANIA DE SOUZA MONTEIRO - REQUERIDO: VIVO NORTE BRASIL TELECOM S/A - VIVO - Ante o pagamento de fls. 279/280 e 300/301, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL dos valores indicados nos pagamentos mencionados, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: RONALDO NUNES MADURO JUNIOR (OAB 13428/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM) - Processo 0607335-27.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Dano Ambiental - REQUERENTE: Maria Luiza Oliva Pinto - Em atenção a petição de fls.115/117, verifico que a parte autora informou o novo endereço da parte ré Kerly Ferreira Gouveia. Nesse sentido, fica a audiência de conciliação designada para o dia 30/01/2020 às 12:00h. Outrossim, por tratar-se de indicação de novo endereço, indefiro o pedido de citação por oficial de justiça, devendo a citação ocorrer neste primeiro momento via Correios. Intime-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0607392-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leila Albuquerque Aires - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o pagamento de fls. 95/97, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor indicado no pagamento mencionado, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0607877-45.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Gustavo Silva Moraes - EXECUTADO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante o pagamento de fl. 122, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor indicado no pagamento, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0608199-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Fabio Teixeira de Souza - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Posto isso, julgo improcedentes os pedidos. Revogo a tutela concedida à fl.42. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0609508-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Luana da Silva Coelho - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Posto isso, declaro inexistente o débito no valor de R$ 391,26 (trezentos e noventa e um reais e vinte e seis centavos), referente ao contrato n. 1.73004722 em nome da parte autora. Declaro cancelado o contrato de telefonia n. 1.73004722. Julgo improcedente o pedido de dano moral. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: LETÍCIA ALENCAR CAVALCANTE (OAB 6346/AM) - Processo 0609696-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Rebecca Athan Castanho - REQUERIDO: Vivo S/A - Posto isso, julgo improcedentes os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0609810-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e outro - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do valor da condenação (R$ 7.114,22), nos termos do art. 523 do CPC, sob pena incidência da multa de 10% (dez por cento) a ser acrescida ao débito, bem como o prosseguimento da execução via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD

ADV: IGOR ALVES DA COSTA (OAB 9621/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0609947-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Sebastiao Lopes Bezerra Junior - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Posto isso, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei n. 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0610718-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Luciano Lima Liborio - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Posto isso, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei n. 9.099/95. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: CLEMILTON LÚCIO BRAÑA (OAB 10906/AM) - Processo 0612279-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ramdas de Souza Lopes - Posto isso, declaro inexistente o débito no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), referente ao débito indicado na fl. 15 em nome da parte autora. Julgo improcedente o pedido de dano moral. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos,

proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.Intime-se a parte revel, se constituído advogado nos autos. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM) - Processo 0612498-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Casa Lotérica Irmãos Medeiros Ltda - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do valor remanescente da condenação (R$ 2.233,27), nos termos do art. 523 do CPC, sob pena incidência da multa de 10% (dez por cento) a ser acrescida ao débito, bem como o prosseguimento da execução via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0612557-15.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL FLEX TAPAJÓS - REQUERIDO: ROSALES INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. e outros - Isto posto, julgo extinta a presente execução nos termos do art.53, §4º, da Lei n. 9.099/95 c/c Enunciado n. 75 do FONAJE. Expeça-se o Alvará Judicial do valor transferido à fl. 238, em favor da parte exequente. Havendo requerimento, expeça-se certidão de dívida atualizada do saldo remanescente para fins de direito. Proceda-se com o desbloqueio do veículo de placa JXG-6118, bloqueado à fl. 248. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0614366-69.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leda Maria Mendes de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Analisando os autos, verifico que a Sentença de fls. 202/205 foi reformada pela Eg. Turma Recursal, sendo dado total provimento ao recurso interposto pela parte ré, não havendo portanto valor a ser executado nos autos. Ademais, a parte autora não demonstrou que houve o descumprimento da obrigação de fazer determinada no referido Acórdão de fls. 296/299. Intimem-se. Após arquivem-se.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ZEDEQUIAS VASCONCELOS DE PAULA (OAB 10776/AM) - Processo 0616009-96.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Sopickups Autopelas Ltda-epp - REQUERIDO: Lima Car Auto Center Veiculos Ltda - Isto posto, julgo extinta a presente execução nos termos do art.53, §4º, da Lei n. 9.099/95. Havendo requerimento, expeça-se certidão de dívida atualizada para fins de direito. Dê-se baixa ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica, autos n. 0203385-12.2018.8.04.0015. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: DIEGO MONTEIRO LUCENA (OAB 7427/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 21714/PE) - Processo 0620961-50.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Rodolfo Nascimento de Oliveira - REQUERIDO: Cnova Comercio Eletronico S/A (Hp, Pontofrio) - Ante a certidão de fl. 187, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL dos valores indicados às fls. 171 e 180, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: GUILHERME KASCHNY BASTIAN (OAB 266795/SP) - Processo 0624865-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luan Kárrison Fonseca da Silva - REQUERIDO: 99 Tecnologia Ltda - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$3.000,00 (Três mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 30,70 (trinta reais e setenta centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0625441-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Arthur Adriano Cristóvão da Silva - Trata-se de demanda com tutela provisória de urgência. Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, verifico a probabilidade do direito alegado pela parte autora, bem como o perigo de dano decorrente da permanência do seu nome no cadastro restritivo, estando, portanto, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício ao Órgão de restrição ao crédito, indicado à fl. 20, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, exclua dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência. Audiência de conciliação designada para o dia 21/01/2020 às 08:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0625807-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Celio Viana de Sales - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposto direito alegado bem como a inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 29/01/2020 às 12:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM) - Processo 0626210-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Emerson Sousa Mota - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, visto que não foi acostado documento oficial, hábil e idôneo a comprovar, dificultando inclusive o verificação de ocorrência de outras inscrições, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 29/01/2020 às 12:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: IZAQUE NEWTON DA SILVA DUTRA (OAB 10636/AM) - Processo 0626411-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ulisleis Calatas de Souza - Trata-se de demanda com tutela provisória de urgência. Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, verifico a probabilidade do direito alegado pela parte autora, bem como o perigo de dano decorrente da permanência do seu nome no cadastro restritivo, estando, portanto, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício ao Órgão de restrição ao crédito, indicado à fl. 12, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, exclua dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência. Audiência de conciliação designada para o dia 31/01/2020 às 09:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0626748-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Juarez Martins Souza - Trata-se de demanda com tutela provisória de urgência. Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, verifico a probabilidade do direito alegado pela parte autora, bem como o perigo de dano decorrente da permanência do seu nome no cadastro restritivo, estando, portanto, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício ao Órgão de restrição ao crédito, indicado à fl. 15, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, exclua dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência. Audiência de conciliação designada para o dia 28/01/2020 às 08:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0626919-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Itelvina de Araujo Vieira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intimem-se a parte autora, para se manifestar acerca da petição de fls. 115/119, no tocante a obrigação de fazer, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo, volte-me os autos conclusos.

ADV: ADENIR SOUZA DA COSTA (OAB 8222/AM) - Processo 0627275-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Joquebede Dutra Salvador - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação bem como do corte do serviço, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 31/01/2020 às 09:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: RÔMULO JOSÉ DE BARROS LINS (OAB 3919/AM) - Processo 0627963-37.2019.8.04.0015 - Despejo - Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso - REQUERENTE: Joelma Gomes Silveira - Posto isso, julgo extinto o processo nos termos do art. 51, inciso II, da Lei 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA MELO (OAB 113500/RS), ADV: HENRIQUE DE DAVID (OAB 84740/RS), ADV: FELIPE ESBROGLIO DE BARROS LIMA (OAB 310300/SP) - Processo 0627972-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Bbl Comercio e Representações de Produtos Alimentícios Epp Ltda - REQUERIDO: Vivo S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$10.000,00 (dez mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Ratifico em definitivo a Tutela deferida às fls. 23/24. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 6669/AM) - Processo 0628058-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Renato Nogueira de Oliveira e outro - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0628088-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Telmo Barros Filho - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM) - Processo 0628125-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio Jorge Gonçalves da Silveira - De ordem, fica designado o dia 31/01/2020 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JESSICA MACIEL PASSOS (OAB 13808/AM) - Processo 0628132-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Aline Laurea Andrade de Melo - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: FRANK JÚNIOR MENEZES DO NASCIMENTO FILHO (OAB 13805/AM) - Processo 0628152-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleísa Elena Bessa Cabral - De ordem, fica designado o dia 30/01/2020 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0628165-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Dione da Silva Pinheiro - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM) - Processo 0628180-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alyssandro Rocha Lobato - De ordem, fica designado o dia 30/01/2020 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0628190-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marina Holanda dos Reis Teixeira e outro - De ordem, fica designado o dia 30/01/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: LAURA AGRIFOGLIO VIANNA (OAB 18668/RS), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0628509-29.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERIDO: Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul - Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIMO as partes executadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do valor da condenação (R$ 3.445,29), nos termos do art. 523 do CPC, sob pena incidência da multa de 10% (dez por cento) a ser acrescida ao débito, bem como o prosseguimento da execução via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD

Adenir Souza da Costa (OAB 8222/AM)
Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Alessandra Mara Fim Oliveira (OAB 1370/RR)
Alexandre Fonseca de Mello (OAB 177690/RJ)
Alexandre Fonseca de Mello (OAB 222219/SP)
AMANDA ARRAES DE ALENCAR ARARIPE NUNES (OAB 32111/CE)
Ana Luiza Borges Coelho Cardoso (OAB 13317/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Antônio Migliore Filho (OAB 314197/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
CAROLINE LEONELLO (OAB 321373/SP)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Clemilton Lúcio Braña (OAB 10906/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Dayana Márcia Evangelista de Oliveira (OAB 10892/AM)
Diego Monteiro Lucena (OAB 7427/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Fabíola Monteiro de Lima (OAB 5911/AM)
Feliciano Lyra Moura (OAB 21714/PE)
Felipe Esbroglio de Barros Lima (OAB 310300/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Frank Júnior Menezes do Nascimento Filho (OAB 13805/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Guilherme Kaschny Bastian (OAB 266795/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Gustavo da Silva Melo (OAB 113500/RS)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Henrique de David (OAB 84740/RS)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Igor Alves da Costa (OAB 9621/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Izaque Newton da Silva Dutra (OAB 10636/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM)
Jessica Maciel Passos (OAB 13808/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Roberto Lopes Caúla (OAB 8151/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Laura Agrifoglio Vianna (OAB 18668/RS)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Letícia Alencar Cavalcante (OAB 6346/AM)
Lucas Ayres de Camargo Colferai (OAB 333828/SP)

Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luiz Augusto de Souza Andrade (OAB 10174/AM)
Manuel Luis da Rocha Neto (OAB 7479/CE)
Márcia Regina Naue (OAB 10287/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nathalia Gonçalves de Macedo Carvalho (OAB 287894/SP)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Paulo Rodrigues de Arruda (OAB 3900/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo Carvalho Paixão (OAB 3742/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho (OAB 6669/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Rômulo José de Barros Lins (OAB 3919/AM)
Ronaldo Nunes Maduro Junior (OAB 13428/AM)
Samuel Cavalcante da Silva (OAB 3260/AM)
Sara Rafaella Jorge Araújo (OAB 11776/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Wellington Martins do Nascimento (OAB 9317/AM)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Zedequias Vasconcelos de Paula (OAB 10776/AM)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0158/2019

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0607221-51.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nilton Cesar da Silva Gadelha - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 06/11/2019 às 09:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)

16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IRLÂNDIA MENDES QUEIROZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0225/2019

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0202234-93.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Defiro o pedido formulado pelo Autor à fl. 302. Intime-se o Réu para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia de R$42.037,17 (quarenta e dois mil reais e dezessete centavos), bem como dar cumprimento à obrigação de fazer imposta, conforme ato ordinatório expedido à fl. 300. À Secretaria para que promova a publicação da intimação em nome do advogado Mauro Paulo Galera Mari, OAB/AM A-877. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO OLIVEIRA SPOSINA (OAB 11374/AM) - Processo 0202358-76.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: SOCORRO FERREIRA TORRES - REQUERIDO: ALDEMIR SOARES DE FREITAS - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FÁBIO ANTÔNIO DE SOUZA SEGUNDO (OAB 7966/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0600237-44.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jorge Vieira de Souza - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A e outro - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$ 20.226,40, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0600301-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto de Educação Leão de Judá Ltda - Relatório dispensado (Lei 9.099/95, art. 38, caput). É entendimento jurisprudencial pacificado de que as sentenças meramente homologatórias não necessitam ser fundamentadas, incluindo-se neste rol as homologatórias de composição entre as partes. ISTO POSTO, decido: 1) Homologo o acordo por sentença (fl. 516), com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2) Transfira-se para conta judicial, via Bacenjud, o valor de R$ 1.785,00, devendo no mesmo ato ser desbloqueado o saldo remanescente das contas da executada; 3)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, salvo no caso de descumprimento da avença; P.R.I

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0600301-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto de Educação Leão de Judá Ltda - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Exequente/Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio

de Alvará Eletrônico, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se-lhe o valor incontroverso.

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0600323-44.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Diante do requerimento do Exequente às fls. 300/303, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 9.771,71, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: CASSIO BESSA RODRIGUES (OAB 10843/AM) - Processo 0601286-86.2018.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Judith da Silva Picanço - REQUERIDO: Rosinei Pereira Cardoso - Diante do requerimento do Exequente às fls. 102/103, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 6.000,00, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: CASSIO BESSA RODRIGUES (OAB 10843/AM) - Processo 0601286-86.2018.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERIDO: Rosinei Pereira Cardoso - De ordem, intime-se a parte requerida (atos ordinatório de fls. 106) através do Diário de Justiça Eletrônico, uma vez que a mesma possue advogado.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0601333-94.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Joana de Sousa Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0601346-93.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Cleide Freitas Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0601358-10.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Gloria Dolores Seabra Valente - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOICE MOTA DOS SANTOS (OAB 12714/AM) - Processo 0601777-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Whlleane Moreira de Oliveira - Max Lira Oliveira - REQUERIDO: Ótica Visual - Banco Losango S.a. (Hsbc Finance Brasil S/A - Banco Múltiplo) - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0601795-17.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Telefonica Brasil S/A Vivo S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601939-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Batista Canaã - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos (fl. 51). Manaus, 30 de setembro de 2019.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0602139-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jackson Nogueira da Silva - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIME-SE a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da multa e das custas processuais, conforme determinação às fls. 136/138.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM) - Processo 0602261-74.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jose Jorge Soares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$ (1.733,27), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602271-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jose Jorge Soares - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devidal no valor de R$ (4.869,91), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO CARDOSO DE SOUZA (OAB 3387/PI) - Processo 0602447-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francilene Eulalia de Araujo Silva - REQUERIDO: Companhia Energetica do Piaui - Equatorial Energia S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0602465-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Jefeson Souza Brito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, diante da possibilidade de efeitos modificativos, intime-se o embargado para apresentar defesa no prazo legal.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0602524-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adriana Erny Araújo Melo - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0602752-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Estrelas do Amanhã - Ante a informação de novo endereço do Requerido fornecido pela parte autora, REDESIGNO a Audiência de Conciliação a se realizar no dia 03/12/2019 às 08:30h. Cite-se a Requerida no endereço informado na petição de fls.29. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0602848-38.2015.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Simone Serrao da Silva - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR

a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos (fl. 89/90). Manaus, 30 de setembro de 2019.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0603016-69.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Euler Lima Pinheiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603081-93.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alice Pedrosa da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0603084-19.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Benedita de Almeida Pontes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0603089-41.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Dionizia Fonseca Rodrigues - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0603122-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Duete Araujo das Neves Carvalho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0603249-32.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - LITSPASSIV: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM) - Processo 0603263-79.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Igreja Batista Grande Vitoria - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0603639-36.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Benedita Ferreira Rodrigues - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0603665-34.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sebastião Josue da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0603667-04.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Terezinha Silva de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0603670-56.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria das Gracas da Conceicao de Araujo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0603849-53.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 137/141, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 20.464,68, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: JOSÉ RODRIGUES TERCEIRO FILHO (OAB 6341/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0603893-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Valdelice Gomes da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, ante a petição de fls. 32-33 e despacho de fls. 85, redesigne-se a audiência de Conciliação- Instrução e Julgamento para o dia 26/11/2019 às 09:15h, com intimação das partes.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0604159-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cezar Paulo Albuquerque da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - É prerrogativa do juiz, na formação de seu livre convencimento, buscar todos os meios de prova necessários a instrução, para, assim, proferir a sentença o mais justa e adequadamente a situação. Neste caso, há possibilidade de converter o julgamento em diligência com o fim de atingir a mais ampla coerência em sua decisão e buscar principalmente a efetividade da decisão. Por isso, como restam ainda lacunas a serem preenchidas no tocante a legitimidade da parte passiva, DETERMINO à parte autora que apresente no prazo de 10 dias, o Cadastro de informações que contenha o CNPJ da destinação dos valores descontados no contra-cheque sob a rubrica de BMG EMP 02, no valor de R$85,10, sob pena de arquivamento do feito. À Serventia, para o caso de juntada do documento retrorreferido, conceda igual prazo para manifestação da parte requerida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0604965-31.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Viviane Oliveira Calixto - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0604976-60.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Luziete Nunes de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0604980-97.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Vanuza Lopes Rolim - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0604986-07.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Girlene Maria Pereira Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0604993-96.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Bernardino Nogueira Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0604994-81.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Cleidelson Gomes de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0605033-78.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: José Pereira Franco - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0605034-63.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Leda de Souza Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0605073-60.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Josima dos Santos Cardoso - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0605142-92.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0605173-15.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Lucia da Silva Nascimento - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0605291-54.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Rita Vanilce Costa da Silva - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre o depósito realizado (fl. 186), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0605343-84.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Lucimar do Amaral Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará.l Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0605374-07.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda Moreira da Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM) - Processo 0605615-44.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nerileude Rodrigues dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre o pagamento realizado às fls. 137/139, bem como informar os dados bancários para posterior confecção de alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0605698-60.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marta Souto da Costa - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0605723-10.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Liliana Renata Trindade Mota - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0606164-88.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Adady dos Santos Carvalho - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0606494-22.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: AGNALDO CORTEZ DE OLIVEIRA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0606531-49.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Pagamento Indevido - EXEQUENTE: VANILZA NONATA CABRAL - EXECUTADO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM) - Processo 0606857-09.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: SALOMÃO ALFAIA FONSECA ALVES - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607120-07.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Aurineide da Silva Soares - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607121-89.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Floriano da Fonseca Rodrigues - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607124-44.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Alvemir Ferreira da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0607153-60.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Kelle Almeida Maciel - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos (fl. 63). Manaus, 30 de setembro de 2019.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607172-03.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jucilene de Souza Coelho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607173-85.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Neuzelice de Castro Soares - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607176-40.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Valeria Nascimento Pinto - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0607192-91.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Luiz Ccarlos Albuquerque Ferreira - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre a petição às fls 190, decorrendo o prazo, arquiva-se. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO GONZALEZ (OAB 158817/SP) - Processo 0607344-76.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Abril Comunicações S.a. - Intime-se a requerida para informar acerca de eventual prorrogação do stay period de suspensão das execuções contra a recuperanda, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ISAAC LUIZ MIRANDA ALMAS (OAB 12199/AM) - Processo 0607613-47.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: C.m. Rodrigues Comunicação Me (Portal Cm7) e outros - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607865-84.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Judith de Nascimento - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607912-58.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - RECLAMANTE: Ermelinda Portugal Malheiros - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0607944-97.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Meridional Construcoes Ltda e outro - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para tomar ciência do resultado das pesquisas realizadas junto aos sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud (fls. 114/162), e dar impulso ao processo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0608399-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Edmar da Silva Maia - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0608402-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Deivid da Silva Souza - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0608404-79.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Wanderson de Amorim Picanco - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0608408-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Marcela Batista da Silva - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0608410-86.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Brandon Lee Silva de França - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0608413-41.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Antônio Lima Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0608417-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Lia Raquel dos Santos Oliveira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0608426-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alremilson Ferreira Clarindo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: ANTONIO PEREIRA DA SILVA FILHO (OAB 12043/MA) - Processo 0608427-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Leandro Silva Lima - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0608429-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Aluísio da F. Fernandes - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0608430-77.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jesselma Souza Gomes - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: BRENDA KAREN NUNES PASSOS LIMA (OAB 13270/AM) - Processo 0608438-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cadastro de Inadimplentes - CADIN - REQUERENTE: Elizete Soares Barbosa da Rocha - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação - Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0608453-23.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dione Fonseca de Souza - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608469-74.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Márcio Carlos de Souza - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação - Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0608577-40.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Aleda da S Dutra - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0608851-04.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Nilton da Silva Rodrigues - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre o depósito realizado (fl. 235), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM) - Processo 0608863-86.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Wanuza Costa da Silva - Assim, diante do impasse, e a fim de garantir o regular andamento do feito, determino, de ofício, que a Requerente, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos qualquer documento bancário (extrato, declaração bancária, etc.) no qual conste com exatidão os dados bancários relativos à conta de titularidade de Raimundo Nonato de Brito Sales. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0609022-58.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roiany de Castro Farias - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os depósitos realizados (fls. 182 e 198), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com os valores. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0609144-08.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Etelvina de Araujo Nascimento - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0609185-38.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Manoel Peres Loureiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0609185-72.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Claudia Amelia Barros - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0609197-86.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Fatima Augusto Silva de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A

- De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0609208-18.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ruth de Oliveira Mota - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0609793-70.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Milzileni Lima Pena - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre o depósito realizado (fl. 160), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: OLGA DE NAZARÉ DIAS DA SILVA (OAB 6758/AM) - Processo 0610091-09.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: M.P.O. - REQUERIDO: B. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0610412-97.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0610601-75.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0612271-51.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Claudemir Bortoloto - Em petição atravessada às fls. 400/423, a requerente pleiteia a restituição de valores que foram descontados em seu contracheque após a propositura desta demanda. Ocorre que tal período não foi objeto de análise do caso dos autos, tratando-se, pois, de fato superveniente à propositura da demanda. Logo, a eventual restituição destes valores deve ser pleiteada em uma ação autônoma. Desta forma, indefiro o pedido do autor. Intime-se. Arquive-se, com as cautelas de praxe. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0612576-35.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Neida da Rocha Cidade - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução.

ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM) - Processo 0613712-67.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: João de Arimatea Silva Duarte - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre o depósito realizado, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0613744-72.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rubem Celandro de Souza Guimarães - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$ 31.401,81, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0613865-03.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria da Conceição Moreira Alcantara - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0617278-73.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Antonio Pereira da Silva Filho (OAB 12043/MA)
Brenda Karen Nunes Passos Lima (OAB 13270/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cassio Bessa Rodrigues (OAB 10843/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Edgar Rogerio Gripp da Silveira (OAB 21129/MT)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Antônio de Souza Segundo (OAB 7966/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Oliveira Sposina (OAB 11374/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Glênio Gusmão Veras (OAB 10056/AM)
GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Isaac Luiz Miranda Almas (OAB 12199/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Ítalo Nascimento Nishiyama (OAB 8996/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Joice Mota dos Santos (OAB 12714/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Rodrigues Terceiro Filho (OAB 6341/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcos Antônio Cardoso de Souza (OAB 3387/PI)

Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Olga de Nazaré Dias da Silva (OAB 6758/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rodrigo Gonzalez (OAB 158817/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0228/2019

ADV: MICHELLEN DE LIMA AVES (OAB 10367/AM), ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM) - Processo 0602214-08.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Protesto Indevido de Título - EXEQUENTE: LUIZ RAFAEL PINHEIRO DA SILVA - EXECUTADO: Lilian Meire Soares de Freitas- Me - SINHAZINHA - De ordem, em razão da ausência de manifestação da parte interessada, encaminho os presentes autos para a baixa.

José Júlio César Corrêa (OAB 7810/AM)
Michellen de Lima Aves (OAB 10367/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS 1
Decisões 1
SEÇÃO II 4
TRIBUNAL PLENO 4
Conclusões de Acórdãos 4
Intimações 7
SEÇÃO III 7
CÂMARAS REUNIDAS 7
Despachos 7
Intimações 8
Pauta de Julgamento Designado 9
SEÇÃO IV 10
CÂMARAS ISOLADAS 10
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 10
Pauta de Julgamento Designado 10
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 15
Intimações 15
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 16
Pauta de Julgamento Designado 16
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 18
Intimações 18
Decisões 19
Pauta de Julgamento Designado 20
Julgamento Virtual 20
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 23
Conclusões de Acórdãos 23
Despachos 24
Decisões 24
Julgamento Virtual 24
SEÇÃO V 25
CONSELHO DA MAGISTRATURA 25
Intimações 25
Julgamento Virtual 25
SEÇÃO VI 25
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 25
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 25
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 28
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 33
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 34
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 35
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 46
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 54
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 57
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 75
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 83
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 86
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 92
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 99
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 104
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 115
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 118
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 128
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 132
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 139
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 141
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 153
3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 156
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 157
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 167
2ª VARA CRIMINAL 169
8ª VARA CRIMINAL 170
10ª VARA CRIMINAL 171
11ª VARA CRIMINAL 172
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 173
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 175
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 178
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 181
AUDITORIA MILITAR 184
1ª VARA DE FAMÍLIA 184
5ª VARA DE FAMÍLIA 202
6ª VARA DE FAMÍLIA 203
7ª VARA DE FAMÍLIA 225
8ª VARA DE FAMÍLIA 231
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 233
3ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 237
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 252
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 252
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 253
VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO 254
SEÇÃO VII 255
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 255
2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 255
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 256
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 257
SEÇÃO VIII 258
TURMA RECURSAL 258
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 262
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 262
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 270
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 283
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 287
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 295
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 295
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 300
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 310
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 315
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 320
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 327
16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 327